



ANUÁRIO

MULTI CIDADES

Finanças dos Municípios do Brasil

ANO 15 / 2020

Realização:



Elaboração:



Apoio especial:



Apoio:



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO CAETANO DO SUL

Apresentação

Esta edição do anuário **Multi Cidades**, que consolida informações de 2018, demonstra que as despesas com as áreas sociais (saúde, educação e assistência social) responderam por 55,3% de todo o despesa público dos municípios brasileiros. A preservação desse tipo de despesa confirma o empenho dos governos locais na manutenção desses serviços públicos tão demandados pela população.

A crise econômica, aguda e prolongada, que atinge o país tem tensionado ainda mais os já sobrecarregados cofres dos municípios. O aumento das demandas por serviços públicos e a escassez de recursos para executá-las são evidentes em todas as regiões.

Por oferecer essas e outras importantes informações para a análise e planejamento governamental, **Multi Cidades** é uma fonte de consulta permanente. Produzida em um momento de extrema importância para a repactuação federativa do país, esta edição também traz números e conteúdos fundamentais para os debates. As propostas de reforma previdenciária e tributária, além da preservação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), são temas que estão na pauta e demandarão posicionamento dos governantes.

Boa leitura!

Jonas Donizette

Prefeito de Campinas-SP

Presidente da Frente Nacional de Prefeitos

4 Notas Metodológicas

8 Panorama

Debate sobre a reforma tributária põe pacto federativo em questão	8
I – Receita disponível por esfera de governo	8
II – Indicadores de situação fiscal	10
III – Receitas em 2018.....	15
IV – Despesas em 2018.....	25

40 Receita

ICMS Municipal - Capitais perdem fatia no ICMS e pequenos municípios detêm o maior valor per capita	40
IPVA Municipal - Maioria dos estados aumentou receita do IPVA com ajuste nas suas legislações de 2014 a 2018	50
FPM - FPM privilegia municípios pequenos	60
ISS - Receita do ISS acelerou seu movimento de recuperação em 2018	76
IPTU - No Norte, IPTU representa 2% da receita corrente; já no Sudeste, o percentual é de 11%	90
ITBI - Retomada do crédito imobiliário favorece alta do ITBI em 2018	100
Taxas - Grandes municípios ampliam a arrecadação de taxas, mas participação na receita ainda é pequena	110
Cosip - Receita da Cosip estimula projetos de PPPs para iluminação pública	120

126 Despesa

Pessoal - Previdência explica maior parte do aumento no gasto com pessoal dos municípios	126
Custeio - Despesa de custeio cresce e fica próximo à registrada em 2014	142
Investimentos - Depois de três quedas consecutivas, investimentos voltam a subir	150
Juros e Amortizações da Dívida - Mudança no indexador das dívidas com a União equilibrou contratos	166

176 Despesa por função

Legislativos Municipais - Pequenos municípios gastam com suas câmaras 2,7 vezes o que arrecadam com IPTU	176
Educação - Despesa municipal com educação atinge seu maior valor histórico	186
Saúde - 54,4% do gasto com saúde nos municípios é feito com recursos próprios	198

FNP (Diretoria-executiva) • **Presidente:** Jonas Donizette - Prefeito de Campinas/SP • **1º Vice-presidente Nacional:** Edvaldo Nogueira – Prefeito de Aracaju/SE • **2º Vice-presidente Nacional:** Firmino Filho – Prefeito de Teresina/PI • **Vice-presidente de Relações Institucionais:** Cinthia Ribeiro - Prefeita de Palmas/TO • **Vice-presidente de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS):** José Auricchio – Prefeito de São Caetano do Sul/SP • **Vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional:** ACM Neto - Prefeito de Salvador/BA • **Vice-presidente de Cidades Inteligentes:** Rafael Greca - Prefeito de Curitiba/PR • **Vice-presidente de Relações Internacionais:** Luciano Rezende - Prefeito de Vitória/ES • **Vice-presidente de Mudanças Climáticas:** Bruno Covas - Prefeito de São Paulo/SP • **Vice-presidente de Relações com o Judiciário:** Hildon Chaves - Prefeito de Porto Velho/RO • **Vice-presidente de Relações com Fóruns e Redes:** Rui Palmeira – Prefeito de Maceió/AL • **Vice-presidente de Parcerias Estratégicas e Projetos:** Roberto Cláudio - Prefeito de Fortaleza/CE • **Secretário-geral:** Geraldo Julio - Prefeito de Recife/PE • **1º Secretário Nacional:** Marcelo Crivella - Prefeito do Rio de Janeiro/RJ • **2º Secretário Nacional:** Arthur Neto - Prefeito de Manaus/AM • **3º Secretário Nacional:** Gean Loureiro - Prefeito Florianópolis/SC • **Vice-presidente de Segurança Pública:** Paula Mascarenhas – Prefeita de Pelotas/RS • **Vice-presidente de Reforma Tributária:** Duarte Nogueira – Prefeito de Ribeirão Preto/SP • **Vice-presidente de Relações com os Estados:** Ibaneis Rocha – Governador do Distrito Federal • **Vice-presidente Nacional do g100:** Mário Ricardo - Prefeito de Igarassu/PE.

Realização: Frente Nacional de Prefeitos e Aequus Consultoria • **Equipe FNP: Secretário-executivo da FNP:** Gilberto Perre • **Assessor de Conteúdo e Projetos:** Thiago Battaglini • **Assessoria Técnica:** Aline Martins, Ingrid Freitas e Gerson Martins • **Coordenadora de Comunicação:** Paula Aguiar • **Jornalistas:** Bruna Lima e Livia Palmieri • **Equipe Aequus: Diretoria da Aequus Consultoria:** Alberto Borges e Tânia Villela • **Administrativo:** Marta Luiza Cursino Villela • **Equipe técnica:** Victor Batista Trindade • **Estagiário:** Arthur Mendonça Emery Cade • **Colaboração:** José Alberto Oliveira Macedo, Juliano César Gomes, Kleber Pacheco de Castro, Ligia Schiavon Duarte e Luiz Eduardo de Souza Dalfior • **Programação de sistema:** Felipe Emiliano Barbosa Surlo e Wanderson Morellato • **Revisão:** Andréia Pegoretti • **Capa:** Pedro Vieira e Phillippe Cedro • **Projeto gráfico:** Comunicação Impressa/Link Editoração • **Editoração:** Link Editoração • **Impressão:** Qualidade Gráfica e Editora.



Venâncio Shopping - Setor Comercial Sul,
Quadra 8, Bloco B50, sala 827, Asa sul,
Brasília/DF, CEP 70.333-900

secretaria@fnp.org.br • Fone 61 3044-9800
www.fnp.org.br
e-mail: secretaria@fnp.org.br

Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil/Publicação da Frente Nacional de Prefeitos. V15 (2020). Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2020

CDU: 336.1

Rua Dr. Eurico de Aguiar, nº 888 - salas 505
e 506 - Vitória - ES - CEP 29056-200
Telefones: 27 3235-7841 - 3235-7546
aequus@aequus.com.br
www.aequus.com.br



Notas metodológicas

Índices de preços para atualização de valores

Todos os dados apresentados nesta edição, à exceção do que estiver expressamente mencionado, foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram utilizados índices médios anuais, corrigindo-se os valores para preços de 2018.

Multiplicadores utilizados em cada ano para a atualização dos valores para 2018

2013	2014	2015	2016	2017	2018
1,3519	1,2714	1,1661	1,0724	1,0366	1,0000

Fonte de dados e estimativas

Para as informações fiscais, a principal fonte utilizada foram os balanços anuais do banco de dados “Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios”, referentes aos exercícios de 2000 a 2012, e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), para o período de 2014 a 2018, ambos divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na ausência dos balanços anuais, as informações foram completadas com os números de outros relatórios publicados pelas prefeituras em seus portais de transparência ou por outros órgãos governamentais de controle.

Entretanto, algumas lacunas permaneceram quando não foi possível encontrar tais estatísticas em fontes oficiais. Além disso, foram excluídos os dados de alguns municípios que apresentavam inconsistências.

Para que essas omissões não afetassem os totais e subtotais e para tornar a série histórica compatível, foram

adotadas estimativas para os valores acumulados dos municípios agrupados por região, para o somatório das faixas populacionais e para o montante do Brasil. A metodologia das estimativas supõe que o município sem informação

tenha tido o mesmo comportamento da média das cidades que apresentaram dados nos anos considerados e que pertencem à mesma faixa populacional e ao mesmo Estado da federação daquele que não possui o dado.

Número de municípios que apresentaram dados de 2013 a 2018¹

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Número de municípios com dados de receita	5.202	4.828	5.113	4.994	5.200	4.533
Participação no total	93,4%	86,7%	91,8%	89,7%	93,4%	81,4%
Número de municípios com dados de despesa	5.366	5.098	5.338	4.971	5.342	5.235
Participação no total	96,4%	91,6%	95,9%	89,3%	95,9%	94,0%
Total de municípios do Brasil ²	5.568	5.568	5.568	5.568	5.568	5.568

Nota: ¹ excluídos municípios com dados inconsistentes. ² exceto Brasília e Fernando de Noronha.

Outras fontes constantes na publicação são o IBGE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Ministério da Saúde, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), a Receita Federal do Brasil (RFB), o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops) e o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope).

Tabelas e municípios selecionados

A publicação apresenta tabelas com dados sobre a evolução dos principais itens da receita e da despesa desde 2014 até 2018, com a taxa de variação entre 2018 e 2017 e indicadores de participação na receita total, na receita corrente, na receita tributária ou na despesa total.

Para a montagem dessas tabelas, foram selecionados 106 municípios. A escolha incorpora os maiores municípios brasileiros, sendo ao menos dois de cada Estado, dos quais um é a capital. Dessa forma, todas as unidades da federação

estão representadas. Os estados que possuem uma quantidade maior de municípios com população acima de 200 mil habitantes tiveram mais cidades contempladas na amostra.

As tabelas de evolução contêm os seguintes totais, incluindo as devidas estimativas conforme a metodologia explicada anteriormente:

- das regiões – inclui todos os municípios da região;
- das cidades selecionadas – inclui as 106 cidades selecionadas;
- dos municípios com até 20 mil habitantes;
- das capitais;
- do Brasil – são todos os 5.568 municípios. Não inclui Brasília nem Fernando de Noronha.

Deduções da receita

Os valores da receita total e da receita corrente de cada município são apresentados já abatidas as cifras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

SÃO CAETANO CONECTADA COM VOCÊ

*Inovar
é evoluir*

Por isso a Prefeitura investe em **novas tecnologias**.

A modernidade é perceptível por toda a cidade. Prontuário eletrônico na rede de Saúde, Cartão Uniforme Escolar, Internet livre nos parques (Wi-Fácil), Detecta, Portal do Emprego e 140 quilômetros de fibra óptica integrando e informatizando os serviços.

Trabalho que reflete na sua qualidade de vida e que faz a gente ter **orgulho de ser São Caetano do Sul**.



@prefeitura.saocaetano



prefeitura_saocaetanodosul



saocaetanodosul.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO CAETANO DO SUL
CONECTADA COM VOCÊ

Notas metodológicas

Profissionais da Educação (Fundeb), bem como de todas as demais deduções da receita que possam eventualmente constar nas informações contábeis dos municípios.

Os valores recebidos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e da quota-parte municipal no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS) estão publicados integralmente, sem os descontos do Fundeb. Os demais subitens das receitas também não anotaram dedução alguma.

Receitas e despesas intraorçamentárias

Com o intuito de expor dados mais próximos da realidade, **Multi Cidades** – Finanças dos Municípios do Brasil desconsiderou os valores registrados nas operações intraorçamentárias. Na prática, essa medida visa a não inserir os repasses das prefeituras às suas administrações indiretas, evitando, desse modo, uma superestimação das receitas e despesas públicas. Como essas operações são lançadas como despesa para a prefeitura e, subsequentemente, como receita para as autarquias, quando se empregam dados consolidados se faz necessário expurgar tanto as receitas intraorçamentárias como as despesas entre órgãos.

Existe ainda a probabilidade de alguns municípios terem apresentado, em alguns anos, balanços com as receitas e despesas intraorçamentárias incluídas, mas não discriminadas nas devidas contas. Nesse caso, podem ocorrer variações muito acentuadas de um ano para outro nos dados aqui publicados. É possível também que diferenças muito abruptas nos números de alguns municípios sejam

fruto de outros tipos de alterações nos registros contábeis que por vezes ocorrem apenas num determinado ano.

ISS, IPTU, ITBI e taxas

A partir do exercício de 2018, entrou em vigor uma nova forma de codificação das receitas para estados e municípios. O modelo – estabelecido pela Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional (STN, órgão pertencente ao Ministério da Fazenda) e da Secretaria de Orçamento Federal (vinculada do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) nº 5, de 25 de agosto de 2015 – foi adotado com objetivo de unificar a estrutura lógica de codificação entre todos os entes federados.

Com esse novo plano de contas, os resultados da arrecadação tributária própria de 2018 incluem as quantias referentes à dívida ativa, juros e multas de cada tributo. Como não se pôde separar essas cifras para que a série histórica detalhada nesta publicação tivesse continuidade, foi necessário somar a dívida ativa, juros e multas nos exercícios de 2015 a 2017, anos para os quais havia informações disponíveis no banco de dados da STN. Dessa forma, a partir de 2015 a série dos dados dos tributos municipais em **Multi Cidades** diferencia-se das traçadas nos anos anteriores por incluir a dívida ativa, juros e multas.

Despesa com pessoal

O conceito de despesa com pessoal utilizado por **Multi Cidades** engloba toda a despesa corrente empenhada com pessoal e encargos sociais, exceto as sentenças judiciais, as de exercícios anteriores e as operações entre órgãos, e inclui os gastos com aposentadorias, reformas,

pensões e salários-família registrados em outras despesas correntes.

Despesa com investimentos

Multi Cidades considera como despesa com investimentos toda a despesa empenhada de capital, excluídas as amortizações da dívida e as operações entre órgãos. Inclui, portanto, as inversões financeiras.

Despesa com juros e amortizações da dívida

Os gastos com juros e amortizações da dívida somam toda a despesa corrente empenhada com juros e encargos da dívida e a despesa de capital com amortizações da dívida.

Despesa com custeio

A despesa com custeio utilizada por **Multi Cidades** abrange toda a despesa corrente empenhada, excluídos juros e encargos da dívida, operações entre órgãos e a despesa com pessoal calculada conforme exposto acima.

Sinais convencionais utilizados

Na apresentação das tabelas, quando necessário, utilizaram-se os seguintes sinais convencionais:

- a) 0 ou 0,0 dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo;
- b) - 0 ou -0,0 dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo;
- c) – dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
- d) .. não se aplica dado numérico;
- e) ... dado numérico não disponível.

Toda cidade merece trilho.

Invista no cidadão!

As cidades estão se desenvolvendo rapidamente. Por isso é preciso pensar a sua mobilidade em um cenário de 10 a 20 anos. Inserir o transporte metroferroviário nesse planejamento é uma das premissas para dignificar o transporte da população.

Rápidos, seguros e eficientes, os benefícios do transporte de passageiros sobre trilhos vão muito além do serviço de transporte. Eles contribuem para adicionar mais qualidade à vida do cidadão e ao meio ambiente nas cidades.

É preciso que a gestão municipal assuma uma política pública inovadora para o setor, para que se possa deixar um importante legado para os cidadãos e suas cidades.



Debate sobre a reforma tributária põe pacto federativo em questão

- Recuperação da receita é melhor nos pequenos municípios.
- Tributos municipais apresentam melhor performance no pós-crise.
- Investimentos crescem sustentados pelas receitas de capital, mas continuam em níveis bastante baixos.
- Custeio sobe dando vazão a parte das demandas reprimidas.
- Gastos sociais superam o teto registrado quatro anos antes.

I – Receita disponível por esfera de governo

Ao longo das últimas duas décadas, ocorreu um tímido processo de desconcentração da receita disponível entre os três níveis de governo. O aumento da fatia municipal se deu em razão do maior esforço fiscal praticado pelas prefeituras e, principalmente, da expansão da parcela da arrecadação federal do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinada ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

De 1993 a 2007, o FPM era formado por 22,5% da receita do IR e do IPI. A partir de então, o percentual foi elevado pelas Emendas Constitucionais nº 55/2007 (+1%) e nº 85/2014 (+1%) e, desde 2017, encontra-se no patamar de 24,5%. Esta última Emenda foi instituída gradualmente, e seus efeitos se fizeram sentir completamente desse ano em diante.

Já o esforço fiscal caracteriza-se, sobretudo, pelo excelente desempenho da arrecadação do

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Este, por sua vez, foi favorecido tanto pelo próprio crescimento do setor de serviços, quanto pela adoção de uma legislação mais aperfeiçoada, como as Leis Complementares 116/2003 e 157/2016, e pela implementação da nota fiscal eletrônica, que aprimorou o seu recolhimento e se mostrou eficiente no combate à sonegação deste que é o principal tributo dos entes locais.

Entende-se por receita disponível os recursos à disposição de cada ente governamental depois de realizada toda a arrecadação direta das três esferas e de repassadas todas as transferências obrigatórias (constitucionais e legais) de um ente para outro. Simplificadamente, trata-se do montante de recursos que cada esfera de governo efetivamente possui para dar conta de suas atribuições.

Assim, ainda que de maneira muito suave, a receita disponível das cidades em relação à Carga Tributária Brasileira subiu de 17,5%, em 2000, para 20%, em 2018. Nesse mesmo período, a quota dos estados caiu de 26,7% para 25,2% e a da União, de 55,9% para 54,8%. Note-se que os percentuais de 2018 não se alteraram em comparação com os de 2017, conforme pode ser observado no gráfico da página seguinte.

A acanhada descontração dos valores em direção à municipalidade não acompanhou as responsabilidades crescentes que as prefeituras assumiram – sobretudo nas áreas de saúde, educação e assistência social – e que avançaram, forçosamente, em campos atribuídos a outros níveis de governos, como a segurança. Assim, continua sendo imprescindível dotar os municípios de meios de financiamento estáveis e proporcionais às suas responsabilidades, de forma a preservar o atendimento à população que recorre diretamente a esses entes na maior parte das demandas por serviços públicos.

Está tramitando no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional 391/2017, de autoria do então senador Raimundo Lira (MDB-PB), que eleva em mais 1% a porção da arrecadação líquida do IR e do IPI destinada ao FPM. Pelo projeto, a fatia adicional deverá ser entregue aos municípios no primeiro decêndio de setembro de cada ano, e a nova distribuição será realizada de modo escalonado, sendo completada no prazo de quatro anos. Caso seja aprovada ainda em 2019, a PEC 391 entrará em vigor em 2020 (veja mais na seção sobre o FPM, na página 60).

Caso essa proposta venha a ser implementada, mais uma vez verbas adicionais serão direcionadas às prefeituras pela via do FPM. Mais recentemente, o Senado Federal aprovou, em

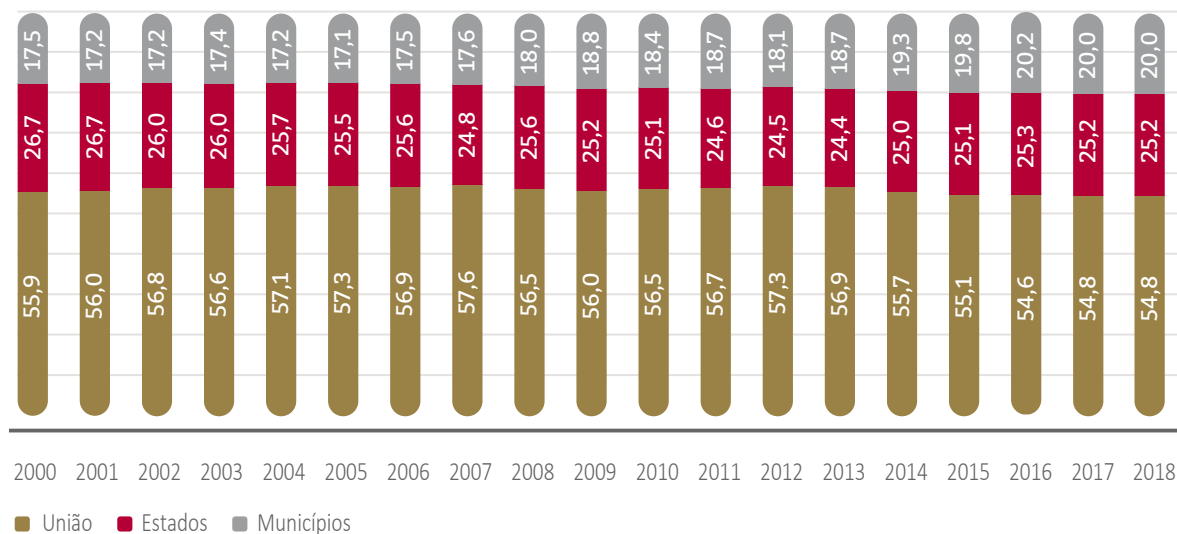
dois turnos, a PEC 98/2019, a chamada “PEC da Cessão Onerosa”¹, que prevê que cerca de R\$ 11 bilhões sejam enviados para os municípios pelo mesmo método.

A utilização do FPM como único critério para promover a descentralização de recursos entre a União e os municípios e para repassar-lhes quantias extraordinárias beneficia, quase que exclusivamente, os pequenos municípios devido ao arranjo de partilha do Fundo (sobre os critérios de distribuição do FPM, veja página 64). Em 2018, por exemplo, enquanto os municípios com até 20 mil habitantes receberam, em média, R\$ 1.217,16 por habitante, nas 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades** (grupo integrado pelas capitais e por pelo menos mais um município entre os mais populosos de cada Estado), a importância foi de R\$ 198,87. Dessa forma, as cidades médias e grandes têm sido marginalizadas no processo, ainda que insuficiente, de desconcentração de receitas. Relevante considerar que são essas cidades as centralizadoras de toda sorte de problemas sociais e urbanos do país e onde há a maior carência de recursos para investimentos e para serviços de mais ampla escala. Assim, é necessário estabelecer nova configuração de rateio para a transferência de montantes extraordinários aos municípios, a fim de que não seja feito, exclusivamente, ao abrigo dos critérios do FPM, e para que não haja uma distorção ainda maior das bases do federalismo fiscal brasileiro, encaminhando importâncias cada vez maiores para onde a população não está.

Ao mesmo tempo, é necessário se repensar o atual ordenamento da divisão de recursos da União e dos estados para os municípios, que foi estruturado

¹ A PEC 98/2019 garante a divisão dos recursos dos leilões do pré-sal com estados e municípios. Os estados e o Distrito Federal ficarão com 15%, assim como os municípios. A PEC foi aprovada no Senado e enviada à Câmara no início de setembro de 2019.

Receita disponível por nível de governo em % do total



Elaboração: Kleber Pacheco de Castro. Fonte primária: STN, ANP, Aneel e IBGE.

na ampla reforma tributária de meados dos anos 1960. As transformações socioeconômicas, os fluxos migratórios e o intenso processo de urbanização que ocorreram no Brasil nos últimos 50 anos, além das próprias alterações e remendos que o sistema tributário sofreu durante esse período, certamente exigem uma adequação aos novos tempos.

Sob esse aspecto, a reforma do modelo de partilha deve alicerçar-se em três pontos: 1) repensar todos os repasses em conjunto, uma vez que eles devem conformar um sistema, dedicando especial atenção à redistribuição da parcela municipal do ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), por serem as duas maiores; 2) contemplar um prazo de transição longo para não inviabilizar as finanças dos governos locais; 3) ter como meta uma distribuição mais equânime da receita entre as cidades, respeitadas suas particularidades, para que os serviços públicos municipais sejam mais homogêneos em todo o

território nacional; e 4) repensar a distribuição constitucional das atribuições dos municípios, conforme porte populacional.

II – Indicadores de situação fiscal

A presente seção traz dois indicadores importantes para avaliar a situação fiscal dos municípios brasileiros: o de equilíbrio fiscal e o de suficiência financeira. O primeiro afere se o ente apresenta (des)equilíbrio em suas finanças e é obtido por meio do confronto entre as receitas correntes e as despesas correntes. Ele difere do conceito adotado pela Capacidade de Pagamento (Capag), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), pois as despesas de capital com amortização de dívidas contraídas com prazo superior a um ano também são descontadas da receita corrente, já que são desembolsos executados regularmente pelos governos locais (o pagamento dos juros já é computado pelas despesas correntes).

► Indicador de equilíbrio fiscal =
$$\frac{\text{receita corrente} - (\text{despesa corrente} + \text{amortizações da dívida})}{\text{receita corrente}}$$

O indicador de suficiência financeira, por sua vez, avalia a situação de caixa no curto prazo dos entes subnacionais. Apurado com base no confronto entre a disponibilidade de caixa e os restos a pagar, considerando exclusivamente os recursos não vinculados, esse dado identifica se, ao final do último exercício, há recursos do

tesouro suficientes para fazer frente aos restos a pagar e outras obrigações financeiras. Nesse caso, o conceito aqui adotado também difere do Indicador de Liquidez da Capag, pois, além dos restos a pagar liquidados, são observados os restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício.

► Indicador de suficiência financeira = disponibilidade de caixa / receita corrente

Sendo: disponibilidade de caixa = depósitos bancários – restos a pagar

Equilíbrio fiscal – O gráfico da página seguinte revela que, ao longo da primeira metade da presente década, foi se estreitando a discrepância entre as despesas correntes (incluindo as despesas com amortização da dívida) e as receitas correntes, em virtude da subida mais acelerada das primeiras se comparada à das segundas. Enquanto as despesas correntes mais amortizações apresentaram um avanço acumulado de 26,3% entre 2010 e 2014, as receitas correntes assinalaram acréscimos de 22,1%. Com isso, o peso da diferença dessas despesas sobre a receita corrente, que chegou a ser de 9,8%, em 2011, recuou para 5,6% em 2014.

O BAIXO NÍVEL DO INDICADOR DE EQUILÍBRIO FISCAL NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS REVELA QUE AS PREFEITURAS VIRAM ERODIR SUA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO COM RECURSOS PRÓPRIOS.

Nos anos seguintes, o indicador ficou pouco acima de 5%, para se posicionar em 5,2%, em 2018, quando as receitas correntes (R\$ 594,46 bilhões) e as despesas correntes mais amortizações (R\$ 563,79 bilhões) dos municípios brasileiros tiveram praticamente a mesma taxa de crescimento, de 4,7% e 4,6%, respectivamente, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio do ano.

O baixo nível do indicador nos últimos quatro exercícios revela que as prefeituras viram erodir sua capacidade de investimento com recursos próprios. Ao mesmo tempo, tal situação tem exigindo cautela e planejamento das ações das administrações, pois um salto nos gastos de caráter permanente ou uma frustração de receita podem ter efeitos drásticos sobre suas finanças, em face da curta distância que separa as despesas das entradas correntes.

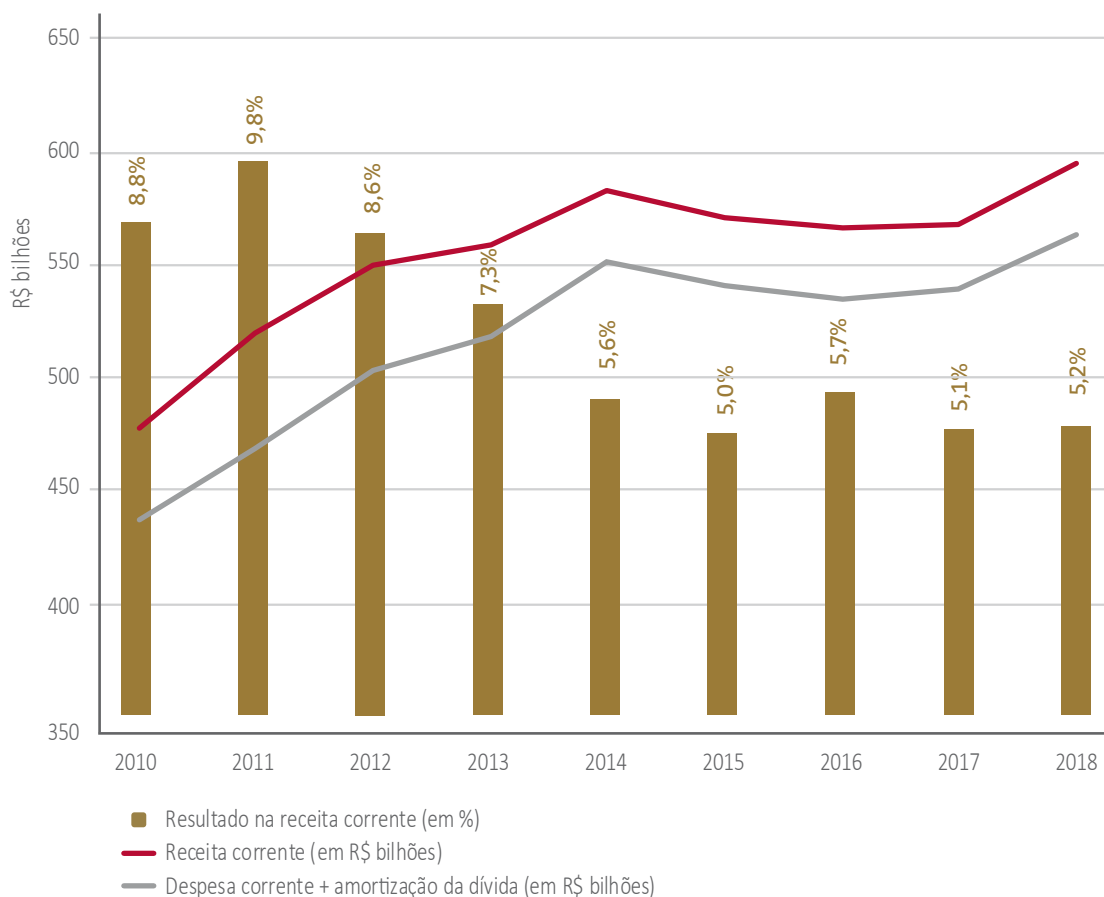
Os dados de 2018 revelam que pouco mais de um quinto (21%) dos municípios brasileiros dispunham de uma situação fiscal mais confortável, na qual a diferença das contas correntes (receita corrente menos despesa corrente e amortizações)

Panorama

equivalia a 10% ou mais da receita corrente. No outro extremo, apenas 2,6% das cidades sofriam com um quadro muito delicado em suas finanças, em que o saldo negativo das contas correntes correspondia a 10% ou mais da receita corrente, uma condição fiscal efetivamente insustentável no curto e no médio prazo.

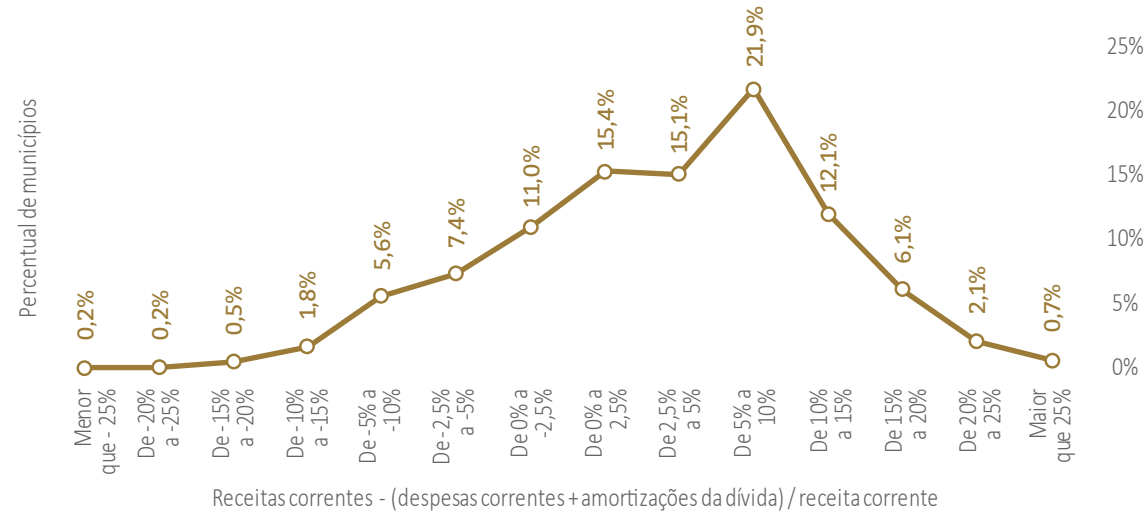
Pouco mais de um quarto dos municípios brasileiros (26,4%) encontrava-se numa conjuntura em que podia pular muito facilmente de um lado para outro no pêndulo fiscal, com o indicador fluando entre +2,5% e -2,5%. Se essa faixa for estendida, para +5% e -5%, agrega-se aí a metade (48,9%) das cidades.

Evolução das receitas correntes, despesas correntes e amortizações da dívida*



(*) Excluídos os desembolsos das operações de refinanciamento da dívida dos municípios do Rio de Janeiro (2010 e 2011) e de Belo Horizonte (2016).

Distribuição dos municípios conforme o indicador de equilíbrio fiscal - 2018

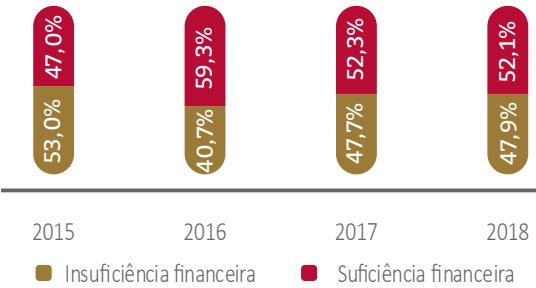


Suficiência financeira – Os Relatórios de Gestão Fiscal (RGFs) dos municípios com informações disponíveis revelam que o ano de 2015 se mostrou como um dos mais delicados para as contas públicas. A intensidade da crise naquele exercício surpreendeu e a situação de endividamento de curto prazo foi a mais elevada no período de 2015 a 2018. Das 2.631 cidades com dados em 2015, mais da metade (53%) não possuía o montante necessário para honrar os restos a pagar.

O cenário apresentou ligeira melhora no ano seguinte, quando a fatia de municípios com restos a pagar descobertos encolheu para 40,7%. Dois fatores foram decisivos para o surgimento desse panorama um pouco menos nebuloso. Em primeiro lugar, deve ser considerado o fato de 2016 ter sido o último ano de mandato das administrações municipais – o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) veda que os gestores públicos transfiram dívidas para seus sucessores sem os devidos recursos em caixa para honrá-los, estando os infratores sujeitos ao enquadramento na Lei de Crimes Fiscais e rejeição de seus balanços pelos tribunais de contas.

O outro fator determinante foi a entrada dos recursos extraordinários da Lei da Repatriação (Lei 13.254/2016). Segundo o Portal Brasil, site do governo federal, foram regularizados cerca de R\$ 169,94 bilhões, sendo que, sobre esse montante, a Receita Federal arrecadou R\$ 46,8 bilhões em impostos e multas. Destes, R\$ 11 bilhões foram incorporados ao FPM, de acordo com dados da STN, e assim transferidos para os municípios de todo o Brasil ao longo do ano – as maiores parcelas só foram efetuadas no final do exercício, nos meses de novembro e dezembro de 2016.

Composição dos municípios conforme a (in)suficiência financeira

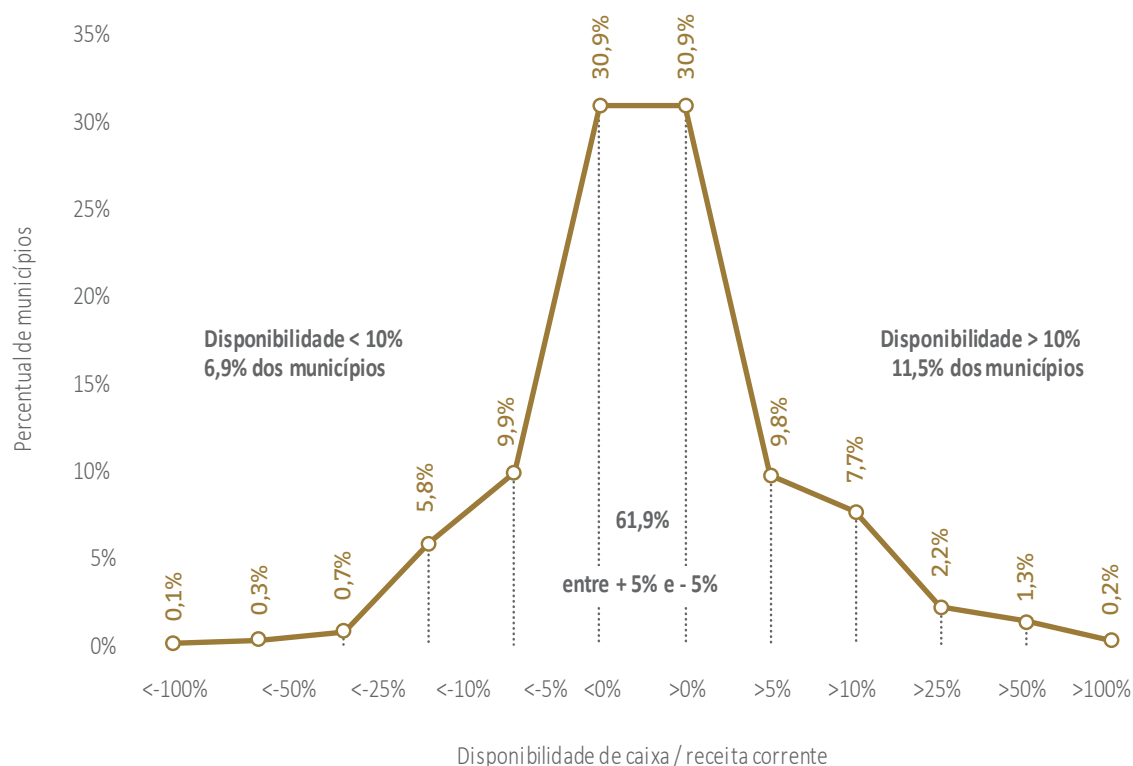


EM 2018, 52,1% DAS CIDADES REGISTRARAM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA E OS DEMAIS 47,9% ACUSARAM INSUFICIÊNCIA.

Nos dois anos seguintes, a fatia de municípios com insuficiência financeira voltou a crescer para se estabilizar em 48%. As informações dos RGFs revelam que, em 2018, 52,1% das cidades registraram suficiência financeira e os demais 47,9%

acusaram insuficiência. A grande maioria (61,9%) dispunha de uma situação de endividamento de curto prazo que flutuava entre +5% e -5% quando confrontada com a receita corrente, ou seja, tal condição não era tão folgada nem tão apertada. Uma porção de 11,5% gozava de um quadro mais confortável, em que a disponibilidade de caixa era maior do que 10% quando confrontada com a receita corrente. Por outro lado, um grupo menor, de 6,9%, estava numa conjunção mais delicada, com os restos a pagar superando sua receita corrente também em 10%.

Distribuição do indicador de suficiência financeira entre os municípios - 2018



Insuficiência de caixa: 47,9% dos municípios

Suficiência de caixa: 52,1% dos municípios

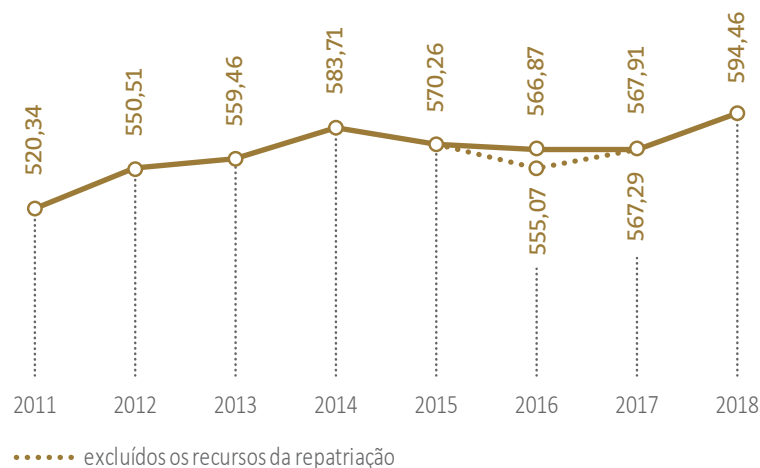
III – Receitas em 2018

A economia brasileira apontou um tímido desempenho no último biênio, quando o Produto Interno Bruto (PIB) nacional aumentou 1%, em 2017, e 1,1%, em 2018. Esse cenário deve se repetir em 2019, pois as projeções de mercado sinalizam um avanço abaixo de 1% para o ano, mais precisamente de 0,87%, conforme o Boletim Focus, do Banco Central, divulgado em 9 de setembro.

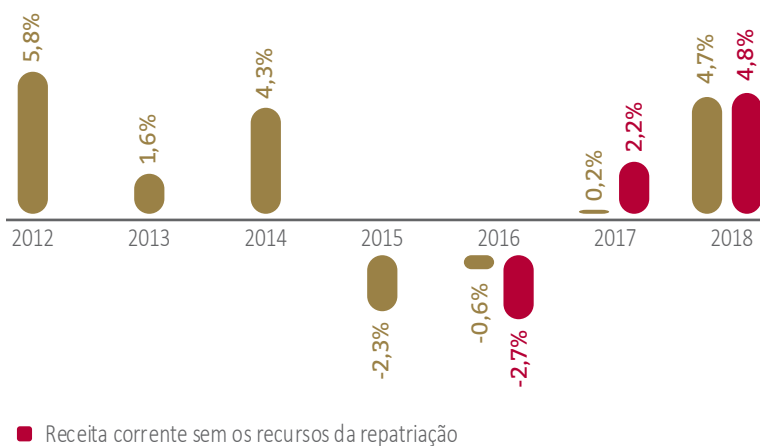
Tendo em conta o fraco comportamento da economia nacional, o resultado da receita dos três níveis de governo pode ser considerado satisfatório. Com base nos dados extraídos do portal Compara Brasil (www.comparabrasil.com), é possível constatar que a receita total administrada pela Receita Federal do Brasil cresceu 4,8%, ao passo que a elevação da receita corrente dos estados subiu 3,1%.

A receita corrente dos municípios, por sua vez, exibiu alta de 4,7% em 2018. Com essa melhora, o volume do somatório das cidades do país atingiu os R\$ 594,46 bilhões e ficou ligeiramente acima (1,8%) do patamar alcançado em 2014, sua melhor posição até então. Apesar de ser um novo pico, as prefeituras operaram, em 2018, com um nível de receita praticamente igual ao de quatro anos atrás.

Evolução da receita corrente
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Taxa de crescimento da receita corrente em relação ao ano anterior

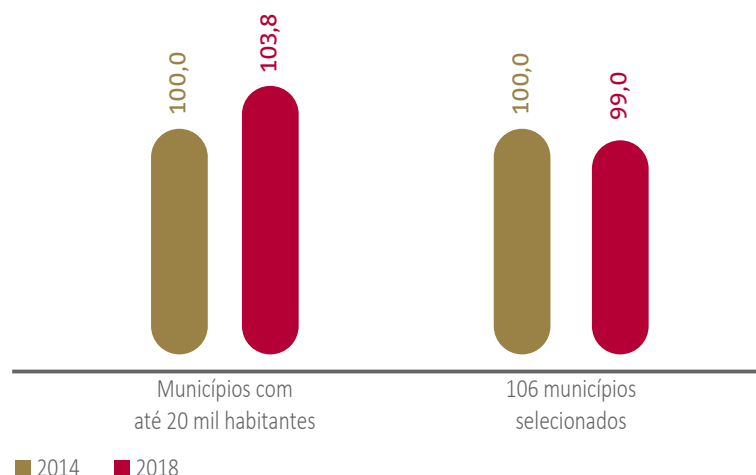


Quando o prisma demográfico entra na avaliação, percebe-se que o quadro é mais satisfatório onde é menor o porte populacional. Nas 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, grupo que inclui as capitais e pelo menos mais um município entre os mais populosos de cada Estado, a receita corrente ainda é ligeiramente inferior à anotada em 2014, quando se obteve o maior montante, ao passo que nos municípios com até 20 mil habitantes ela já a supera em 3,8%.

Panorama

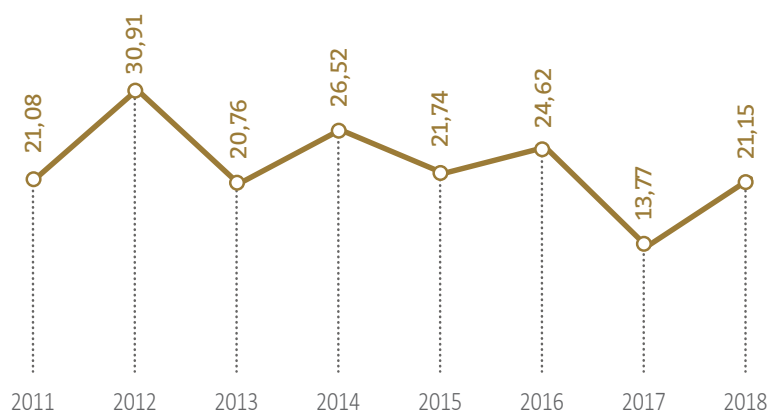
Receita corrente em 2014 e 2018 dos municípios com até 20 mil habitantes e das cidades selecionadas por Multi Cidades

2004 = base 100, IPCA médio de 2018



Evolução da receita de capital

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



A receita de capital, por sua vez, protagonizou um salto, passando de R\$ 13,77 bilhões, em 2017, para R\$ 21,15 bilhões, em 2018. O baixo nível dessa captação em 2017 deveu-se ao encolhimento das operações de crédito e das transferências de capital voluntárias advindas das demais esferas de governo.

Em 2018, as transferências de capital, compostas majoritariamente por verbas que os municípios recebem da União e dos estados através de convênios para serem aplicadas exclusivamente em investimentos, ostentaram forte incremento, após terem chegado

a um de seus menores patamares históricos em 2017. Os repasses dessa modalidade efetuados pela União passaram de R\$ 5,83 bilhões, em 2017, para R\$ 9,03 bilhões, em 2018, uma ascensão de 54,9%, ou acréscimo de R\$ 3,20 bilhões. Já os aportes enviados pelos estados, que haviam sido de apenas R\$ 2,21 bilhões em 2017, avançaram 72,6% e chegaram a R\$ 3,82 bilhões, proporcionando adicional de R\$ 1,61 bilhão para as prefeituras alocarem na execução de obras e na aquisição de equipamentos.

As receitas de operações de crédito, por sua vez, foram responsáveis por injetar R\$ 5,46 bilhões nos investimentos municipais em 2018, um ganho extra de R\$ 1,32 bilhão em relação a 2017. Entretanto, apenas 12 municípios anotaram receitas de empréstimos com valores superiores a R\$ 100 milhões, que, somadas, foram responsáveis por mais da metade (54,1%) de todo o recurso proveniente de operações de crédito em 2018. Veja mais sobre as transferências voluntárias e operações de crédito na página 151.

Assim, a receita total dos municípios brasileiros, que engloba as correntes e as de capital, alcançou R\$ 615,07 bilhões em 2018, importância que ultrapassou em 5,8% a do ano anterior.

Principais itens da receita corrente

FPM – Em 2018, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi 3,1% maior que o valor transferido em 2017, variação descontada a inflação medida pelo IPCA. O Fundo, que é um dos principais mecanismos constitucionais de envios de recursos da União para as prefeituras, chegou a R\$ 103,58 bilhões, o segundo maior montante já registrado, abaixo apenas do de 2016, que inclui os valores provenientes da Lei da Repatriação².

O bom desempenho do FPM foi resultado do aumento da receita do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), uma vez que o Fundo é formado por 24,5% da arrecadação líquida desses tributos. O recolhimento do IR, por ser muito mais pujante que o do IPI, representa a maior parte do Fundo (87%). Assim, a alta real de 2% na arrecadação líquida do IR, em 2018, foi determinante para a performance do FPM. O IPI líquido, por sua vez, subiu 13,6%. Porém, por significar 13% do total do Fundo, influiu menos no seu comportamento³. Veja mais sobre o tema na página 60.

ICMS – Os governos estaduais transferiram R\$ 114,10 bilhões de ICMS aos municípios em 2018, valor que superou em 3,3% o efetuado no ano anterior, já considerados os efeitos da inflação medida pelo IPCA. Este pode ser classificado como um bom desempenho diante de um baixo crescimento da economia brasileira, uma vez que a taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB) do país foi de apenas 1,1%, no mesmo ano.

Segundo o porte populacional, é possível observar que, em 2018, os pequenos municípios obtiveram um resultado expressivamente melhor

que os grandes centros urbanos e as capitais. Enquanto que nos municípios com até 100 mil habitantes a taxa média de crescimento foi de 4,5%, naqueles com mais de 500 mil residentes a alta foi de apenas 1,4%, índice muito próximo ao registrado nas capitais brasileiras, de 1,8%.

Como o agrupamento de municípios com até 100 mil habitantes já havia assinalado uma melhor performance em 2017, os valores de ICMS que auferiram em 2018 superaram em 1,3% os de 2014, enquanto que para as capitais as cifras ainda são 12,3% menores. Dessa maneira, o ICMS das capitais encontra-se no mesmo patamar de 2008.

O desempenho comparativamente mais fraco ao qual as grandes cidades e as capitais brasileiras vêm assistindo de modo mais acentuado ao longo desta década é reflexo do constante recuo, ano após ano, que têm sofrido no rateio do ICMS em seus respectivos estados. Essa retração, por sua vez, é reflexo do processo de desconcentração da atividade econômica, especialmente da industrial e dos centros de distribuição e logística, rumo aos municípios do entorno das capitais e ao interior do país. Veja mais sobre a QPM-ICMS na página 40.

IPVA – Após dois anos de ligeira queda, a receita municipal com as transferências estaduais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) voltou a crescer. Em 2018 ingressou nos cofres municipais a quantia de R\$ 21,45 bilhões, um incremento de R\$ 577,7 milhões diante do volume recebido em 2017, o equivalente a uma taxa de ascensão de 2,8%, já com a correção do IPCA. O resultado de 2018 foi mais que suficiente para repor as perdas que ocorreram em 2016 e 2017, quando o IPVA encolheu, respectivamente, 0,3% e 0,7%. Com isso, a arrecadação com o tributo chegou ao seu recorde histórico. Veja mais sobre o tema na página 50.

² Sobre a Lei nº 13.254/2016, que instituiu o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), veja as análises publicadas em *Multi Cidades* nos anos 13/2018 e ano 14/2019. Acesso a todas as edições de *Multi Cidades* em www.fnp.org.br/publicacoes e http://www.aequus.com.br/anuarios_brasil.html

³ Dados do “Demonstrativo das transferências das receitas federais aos estados, DF e municípios e aos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste” de 2017 e 2018, da Secretaria do Tesouro Nacional, em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

ISS – Depois das grandes quedas na arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) em 2015 e 2016, acarretadas pela grave crise econômica, a recuperação do tributo vista em 2017 se confirmou em 2018. A taxa de elevação real, que foi de 2,9% em 2017, alcançando-se uma receita de R\$ 60,51 bilhões, intensificou-se em 2018 com uma variação de 5,7%, chegando a R\$ 63,96 bilhões, em valores corrigidos pelo IPCA. Veja matéria completa sobre o ISS na página 76.

Importante ressaltar que, em razão da Portaria Interministerial do Ministério da Fazenda/STN nº 5, de 25 de agosto de 2015, definidora de uma nova forma de codificação das receitas, a arrecadação do ISS e de todos os demais tributos municipais nesta edição de **Multi Cidades** refere-se à soma da captação do principal com o da respectiva receita de dívida ativa, juros e multas. Portanto, a partir de 2015, a série dos dados de taxas e de todos os demais tributos municipais em **Multi Cidades** diferencia-se dos indicadores dos exercícios antecedentes, em que constava apenas o montante principal. Veja Notas Metodológicas, na página 4.

ITBI – A arrecadação dos municípios brasileiros com o Imposto sobre a Transmissão de Bens e Imóveis Inter-Vivos (ITBI) voltou a exibir um bom desempenho em 2018, se comparado ao ano imediatamente anterior. A receita alcançou R\$ 11,26 bilhões, captação 8% maior que aquela apurada em 2017, já somada a receita da dívida ativa, os juros e as multas. Desde o exercício de 2013, quando o crescimento foi de 11,5%, não se percebia uma performance tão expressiva. Entre 2014 e 2016, a crise político-econômica vivida pelo país limitou o lançamento de empreendimentos imobiliários, adiou a aquisição de casas próprias e abortou investimentos empresariais em todo o território nacional. Como consequência da estagnação do setor, houve uma acentuada diminuição nas receitas com o ITBI no período. Esse cenário

começou a ser alterado em 2017, quando, de forma tímida, o tributo apresentou uma expansão de 1,4% em relação a 2016. Veja mais sobre o ITBI na página 100.

IPTU – O recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) totalizou R\$ 44,67 bilhões em 2018, com a adição real de 6,1% em relação ao montante de 2017, o que representou um incremento de R\$ 2,57 bilhões aos cofres municipais. Esses valores incluem a receita da dívida ativa, juros e multas. Os recursos de IPTU concentram-se nos grandes centros urbanos do país. Em 2018, os municípios com mais de 500 mil habitantes arrecadaram juntos R\$ 25,55 bilhões com o tributo, o que equivaleu a 57,2% de todo o montante coletado no Brasil. Já os pequenos, com menos de 20 mil habitantes, captaram apenas 3,1% do volume. Veja mais sobre o IPTU na página 90.

IRRF – O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) atingiu R\$ 18,28 bilhões em 2018, cifra 7,8% maior que a assinalada em 2017, em quantias corrigidas pelo IPCA. Desde 2004 sua receita tem avançado, anotando apenas um recuo em 2009. O IRRF consta no artigo 158, inciso I, da Constituição Federal, que diz pertencer aos municípios “o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem”.

Conforme mencionado na edição anterior de **Multi Cidades**, em 2015 a Receita Federal publicou a Solução de Consulta 166 (Cosit) e a Instrução Normativa nº 1.599 com um novo entendimento sobre a norma constitucional, no qual os municípios deveriam repassar para a União a parcela do IR relativa aos pagamentos feitos a pessoas jurídicas, podendo continuar a reter apenas a parcela referente aos rendimentos dos servidores e empregados públicos. A partir de então, a Frente

Nacional de Prefeitos (FNP), a Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e o Fórum de Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras mantiveram exaustivas negociações com o governo federal no sentido de pacificar a questão. No entanto, o impasse teve de ser levado a juízo e, em 25 de outubro de 2018, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) atendeu ao pleito da FNP, mantendo para os municípios a retenção do IR sobre os “rendimentos pagos a qualquer título”.

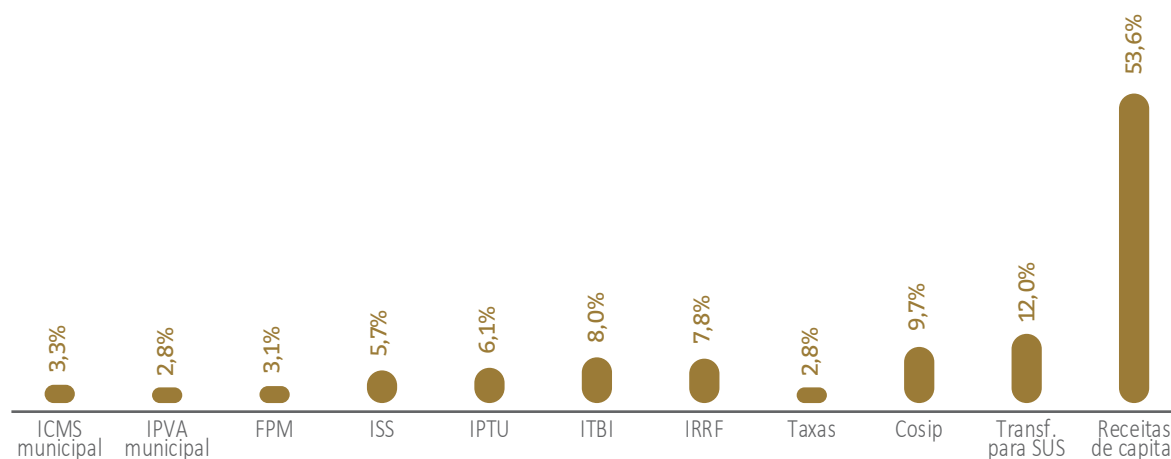
Taxas – Os municípios brasileiros arrecadaram R\$ 11,08 bilhões em taxas em 2018, já incluídos os respectivos valores da receita da dívida ativa, juros e multas. A variação sobre o ano anterior foi de 2,8%, mais suave que os 9% calculados em 2017 em confronto com 2016.

A alta em 2018 foi fortemente influenciada pelo grupo de municípios com mais de 500 mil habitantes, uma vez que a receita desse conjunto subiu 6,8%. Para aqueles com população abaixo dessa faixa, os percentuais são praticamente estáveis, com variação de 0,2%. Ressalte-se que cerca de 40% do total das taxas ficaram concentrados nos 45 municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes. Veja mais na página 110.

Cosip – A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip) retomou a sua trajetória ascendente em 2018. A receita chegou a cerca de R\$ 9,37 bilhões, com base em dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), da STN, incluindo-se estimativas calculadas por **Multi Cidades**. O salto em relação ao ano anterior das cifras corrigidas pelo IPCA foi de 9,7%. Entre os municípios que apresentaram dados de arrecadação corretamente registrados no item Cosip para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, os 25 maiores valores de 2018 somaram R\$ 2,86 bilhões, o que representou 30,5% do total recolhido da contribuição. Veja mais na página 120.

Por ser uma fonte de recurso estável e com destinação específica, a Cosip tem sido um estímulo para a adoção de Parcerias Público-Privadas (PPPs) voltadas para a manutenção e a modernização do sistema de iluminação em diversas cidades. Em muitos casos, a nova modelagem de prestação de serviço público já inclui uma estratégia para a implantação das bases tecnológicas para cidades inteligentes por meio do parque de iluminação.

Desempenho dos principais itens da receita - 2018/2017



Principais itens da receita dos municípios brasileiros - 2018-2017

Itens da receita	2017	2018	Variação 2018/2017	Variação 2018/2017	Participação na receita total 2018
	em R\$ bilhões			em R\$ bilhões	
Receitas correntes	567,91	594,46	4,7%	26,55	96,6%
ICMS	110,47	114,10	3,3%	3,63	18,6%
IPVA	20,87	21,45	2,8%	0,58	3,5%
FPM	100,43	103,58	3,1%	3,16	16,8%
Transferência SUS	55,57	62,26	12,0%	6,69	10,1%
Receita tributária*	140,77	149,25	6,0%	8,48	24,3%
ISS	60,51	63,96	5,7%	3,45	10,4%
IPTU	42,10	44,67	6,1%	2,57	7,3%
ITBI	10,42	11,26	8,0%	0,84	1,8%
IRRF	16,95	18,28	7,8%	1,33	3,0%
Taxas	10,78	11,08	2,8%	0,30	1,8%
Cosip	8,54	9,37	9,7%	0,83	1,5%
Outras receitas correntes	131,26	134,44	2,4%	3,18	21,9%
Receitas de capital	13,77	21,15	53,6%	7,38	3,4%
Transferências da União	5,83	9,03	54,9%	3,20	1,5%
Transferências dos estados	2,21	3,82	72,6%	1,61	0,6%
Operações de crédito	4,14	5,46	31,9%	1,32	0,9%
Outras de receitas de capital	1,59	2,84	78,9%	1,25	0,5%
RECEITA TOTAL	581,56	615,07	5,8%	33,51	100,0%

Nota: o somatório da receita corrente com a de capital não é exatamente igual à receita total devido ao fato de as estimativas serem aplicadas em cada um desses itens, separadamente. * A receita tributária nesta tabela é a soma dos impostos e taxas municipais, exceto as contribuições de melhorias.

Receita per capita e g100

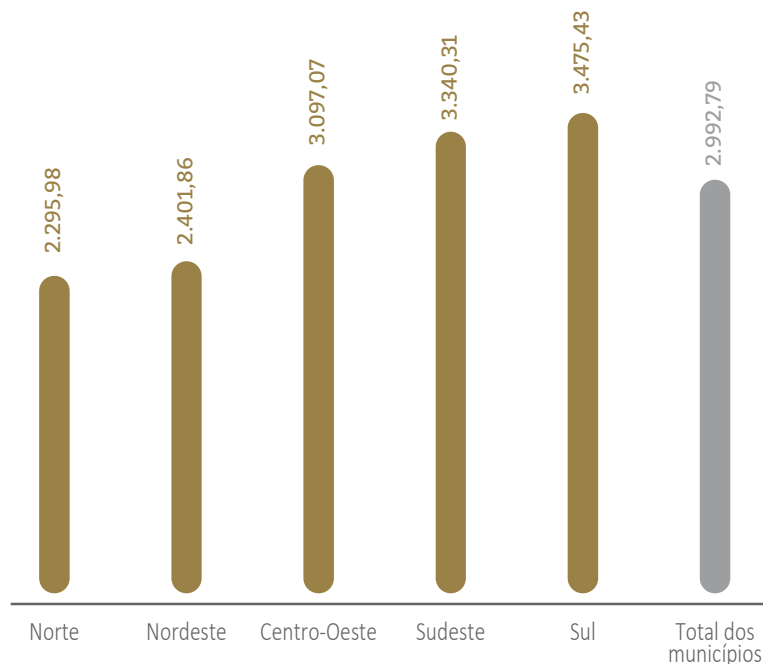
A receita total per capita média dos municípios brasileiros foi de R\$ 2.992,79 em 2018. As regiões do país onde os municípios possuem as maiores médias são Sul e Sudeste, seguidas do Centro-Oeste. No Norte e no Nordeste, o indicador ficou abaixo da média nacional. Veja gráfico ao lado.

A receita por habitante tende a ser mais robusta nas faixas populacionais dos extremos: no grupo dos menores municípios, aqueles com menos de 20 mil habitantes, essa fração ficou em R\$ 3.244,57 e nos maiores, com mais de 500 mil, alcançou R\$ 3.216,72.

Nas pequenas cidades, a alta cifra é reflexo dos critérios de repartição do FPM, que distribui proporcionalmente mais às menores como forma de complementar suas finanças, uma vez que sua base tributária para a arrecadação própria é muito limitada. Já os grandes municípios são detentores de uma base de recolhimento mais pujante, consequência de uma economia mais ativa e diversificada, o que lhes proporciona maiores receitas tanto através do recebimento direto quanto pela transferência do

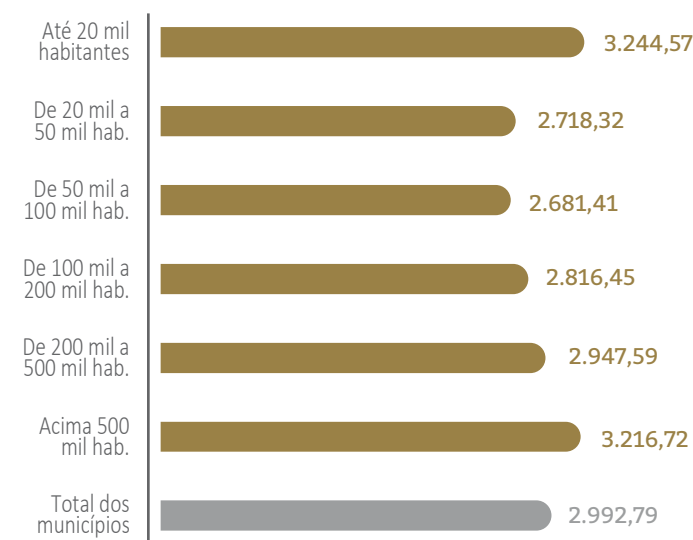
Receita per capita por região - 2018

em R\$ - IPCA médio de 2018



Receita total per capita por faixa populacional - 2018

em R\$ - IPCA médio de 2018



ICMS, cujo rateio está diretamente relacionado à produção de riqueza local.

Existe um reduzido número de municípios, cerca de 0,7% do total, que conta com elevadíssimas receitas per capita anuais, cujos valores superam R\$ 10 mil por habitante. Na sua grande maioria, são aqueles beneficiados pelo recebimento de royalties e participações especiais do petróleo e gás natural, royalties da mineração ou compensações financeiras pela ocupação de parte de seus territórios pelas represas destinadas à geração de energia elétrica. Suas áreas também abrigam grandes indústrias, como montadoras de automóveis e refinarias de petróleo, que resultam em expressivas transferências do ICMS.

Por outro lado, há uma porção significativa, de cerca de 10% do total, cujas receitas são inferiores a R\$ 2 mil por habitante. Entre esses últimos, um subgrupo constituído por municípios com mais de 80 mil habitantes, além de possuir uma baixa receita per capita, reúne alguns dos piores indicadores nas áreas de saúde, educação, segurança pública, emprego e renda e ainda maior presença de pessoas na condição de extrema pobreza. A identificação dessa realidade levou a Frente Nacional de Prefeitos, a partir de 2009, a criar o **g100**⁴, agrupamento originalmente formado por pouco mais de 100 municípios com as menores receitas per capita entre aqueles com mais de 80 mil habitantes.

Nos 108 municípios que atualmente integram o **g100**, residem cerca de 21,3 milhões de pessoas, o que representa 10,3% da população total do país. Esses locais situam-se em regiões metropolitanas, ao redor das capitais, ou são cidades-polos de regiões economicamente menos desenvolvidas. A receita corrente per capita desse contingente tem sido praticamente a metade da

média dos demais municípios que tem acima de 80 mil habitantes.

A fragilidade fiscal das cidades do **g100** tem sua origem na forma como se estruturam o sistema tributário e o mecanismo de transferências entre os níveis de governo, como explicado anteriormente. **Hoje, esse arranjo não proporciona o equilíbrio fiscal com base no tripé composto pelas competências tributárias próprias, participação no imposto estadual e transferências de receitas da União.** A distribuição de recursos entre os municípios desconsidera a diversidade entre eles e, assim, acirra as disparidades e contribui para a existência de cidades como as do **g100**, onde reside uma população socioeconomicamente vulnerável e, paradoxalmente, onde o setor público dispõe de pouco mais da metade da receita per capita média dos municípios do país para ofertar os serviços públicos de que essa parcela da população tanto precisa.

IV – Despesas em 2018

Despesa por categoria econômica

Investimentos – Os investimentos foram o item da despesa com a mais alta taxa de crescimento em 2018, de 35,8%, e atingiram R\$ 38,37 bilhões em 2018. Apesar do incremento, os dois primeiros anos das atuais administrações municipais foram marcados por níveis bastante contraídos de recursos aplicados na infraestrutura. Na média, o dinheiro aportado nesse período ficou 41,7% abaixo do contabilizado nos dois primeiros anos das gestões anteriores (2013/2014), em valores corrigidos pelo IPCA médio de 2018.

A expansão dos investimentos em 2018 foi mais intensa nos municípios de menor porte populacional. Naqueles com até 20 mil habitantes, o

⁴ Veja as publicações sobre o “g100 – Municípios Populosos, com Baixa Receita per Capita e Alta Vulnerabilidade Socioeconômica” em <http://www.fnpp.org.br/publicacoes>.

montante injetado, de R\$ 8,64 bilhões, foi 53,5% maior diante do exercício anterior e já corresponde a quase 77% do volume médio anual registrado na primeira metade da presente década.

Nas capitais brasileiras e entre as 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, que reúne os maiores municípios de cada Estado, o salto médio foi muito inferior, de 12,5% e 17%, respectivamente. Em 2017 e 2018, o grau de investimento nesses dois grupos só foi superior ao assinalado em 2005.

A crise econômica fez com que os municípios diminuíssem o volume de recursos próprios destinados para esse tipo de despesa e vem deixando-o no nível de R\$ 4,40 bilhões desde 2017. Com isso, as operações de crédito têm tido peso crescente nos investimentos. No início da década, elas respondiam por apenas 7,7% no grupo de 106 municípios selecionados e, em 2018, essa participação passou para 36,1%. Considerando apenas as capitais, a presença foi ainda maior, de 42,2%. Tanto no conjunto dos 106 quanto nas capitais foram excluídos os dados do município de São Paulo, pois distorcerem a análise. Com São Paulo incluído, os indicadores são de 31% e 31,8%, respectivamente. Veja mais sobre investimentos na página 150.

Custeio – Após três anos de encolhimento, as despesas de custeio apresentaram alta de 7,2% em 2018, quando atingiram R\$ 247,14 bilhões. Três exercícios seguidos de cortes de gastos, que em grande medida se fizeram por meio de revisão de contratos com fornecedores e por interrupção total ou parcial de determinados serviços, geraram muitas demandas represadas, que se manifestariam tão logo as receitas municipais apresentassem alguma melhora. Essa expansão, já considerada a inflação medida pelo IPCA, foi

suficiente para que o patamar atingido em 2018 praticamente se igualasse ao de 2014 (R\$ 249,23 bilhões), ano com o maior nível desse dispêndio.

No conceito adotado por **Multi Cidades**, as despesas de custeio correspondem a todos os gastos correntes, exceto pessoal e pagamentos de juros e encargos da dívida. O grupo mais importante é o formado por serviços de terceiros, que respondeu por 65,8% de todo o custeio em 2018. Em seguida vêm as categorias de material de consumo (14,2%), transferências para instituições privadas sem fins lucrativos (9,3%) e demais custeios (10,8%). Veja mais sobre custeios na página 142.

Serviços da dívida – Em 2018, os municípios brasileiros desembolsaram R\$ 16,41 bilhões com juros e amortizações da dívida, valor 3% maior que o efetuado no ano anterior. Diferentemente de outros itens das despesas, que são influenciados pelo comportamento das receitas, os desembolsos com a dívida são feitos conforme o perfil de endividamento de cada município e as regras de pagamento dos precatórios judiciais. Como as operações de crédito são uma das fontes do endividamento municipal, o fato de as cidades, especialmente as maiores, estarem forçosamente recorrendo cada vez mais a esses recursos para financiarem seus investimentos provocará um crescente comprometimento das receitas com o pagamento de empréstimos no futuro próximo. Veja mais sobre o tema na página 166.

Pessoal – A despesa com pessoal dos municípios brasileiros totalizou R\$ 300,19 bilhões em 2018, um impulso real de 2,7% em comparação ao ano anterior, o que significou um adicional de R\$ 7,76 bilhões. Após um período de relativa estagnação nos anos de 2015 e 2016, influenciado especialmente pela crise fiscal, o

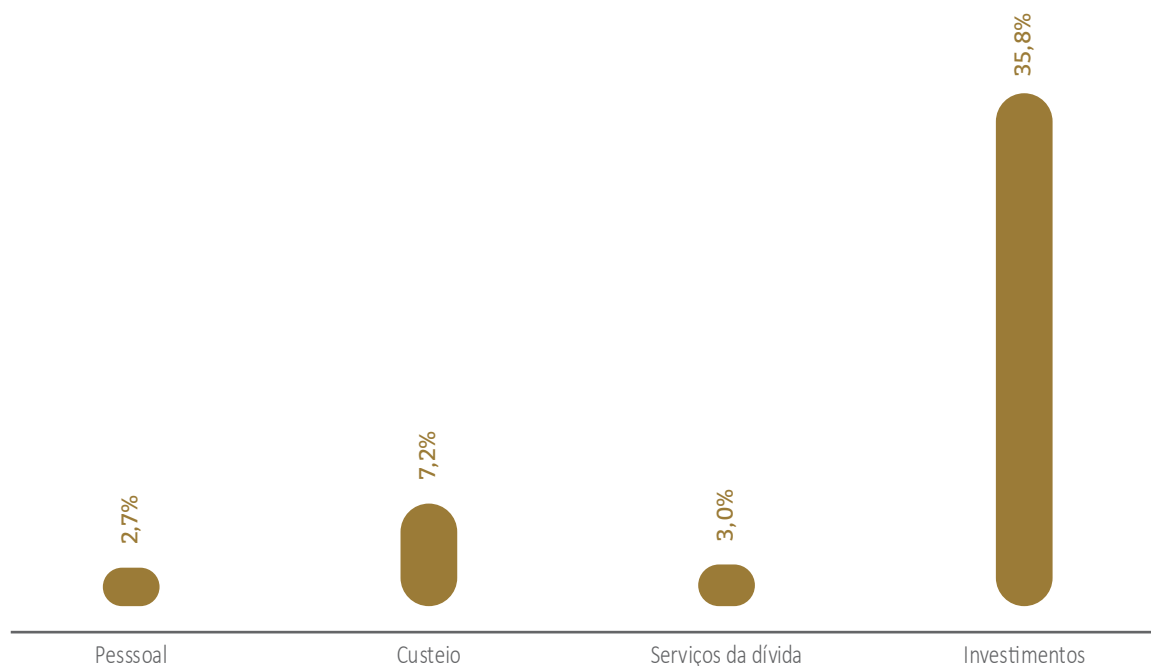
gasto com o funcionalismo teve dois aumentos moderados nos exercícios seguintes, acumulando acréscimos de 5,3% entre 2016 e 2018.

O comprometimento dos desembolsos com pessoal na receita corrente dos municípios brasileiros foi de 50,5% em 2018, um ponto percentual a menos que o apurado no ano anterior. Foi a primeira redução desde 2011, quando se iniciou uma escalada no indicador puxada pelo crescimento da despesa com pessoal a taxas acima das experimentadas

pela receita corrente. Essa reversão favoreceu o quadro fiscal de alguns municípios que se encontravam em situação de risco quanto aos custos com o funcionalismo. Em 2018, 18,4% das cidades com dados disponíveis gastaram mais de 60% da receita corrente com esse item da despesa. Em 2017, o percentual havia sido de 23,8%.

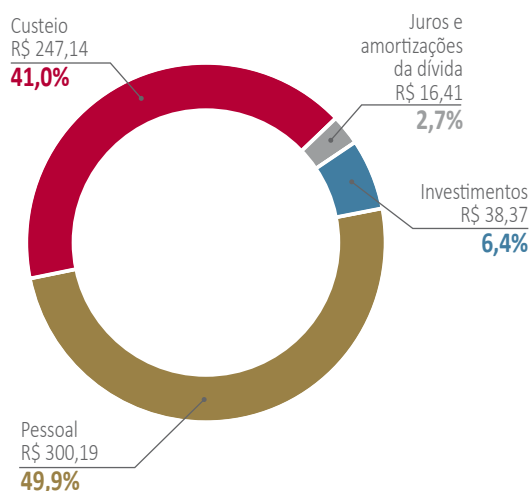
Atualmente há 2.110 Regimes Próprios de Previdência (RPPSs) em operação nos municípios do país. Nem todas as cidades brasileiras possuem RPPS, pois sua instituição não é obrigatória e, nesses casos, os servidores ficam vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), contribuindo diretamente para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e subordinando-se às suas regras. Com base nos dados de 1.695 prefeituras, foi possível identificar que aquelas com RPPS realizaram aportes da ordem de R\$ 12,94 bilhões, em 2018, para cobrir o déficit previdenciário. Veja mais sobre as despesas com pessoal na página 126.

Desempenho dos principais itens da despesa por categoria econômica - 2018/2017



Composição da despesa total - 2018

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Despesa por função

Saúde – Os gastos com saúde dos municípios brasileiros apresentaram considerável alta em 2018, quando comparado a 2017. O desembolso de R\$ 151,63 bilhões representa um acréscimo de R\$ 6,80 bilhões em relação ao ano anterior. A expansão de 4,7% assinala a interrupção de um período de contenção identificado nos últimos três anos, resultado da crise econômica e da retração nas receitas municipais.

O aumento foi amparado pela ampliação dos repasses no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Com base nos dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), é possível identificar que o dispêndio com a área efetuado pelos municípios com recursos de transferências avançou 12,6%, ao passo que os realizados com verbas próprias recuaram 1,3%. Mesmo assim, a maior parte da despesa municipal

com saúde (54,4%) continua sendo feita com recursos próprios das prefeituras.

Os municípios vêm aplicando recursos sistematicamente acima do percentual mínimo de 15% exigido pela Constituição Federal (EC 29/2000). Apenas em 2018, foram R\$ 29,22 bilhões além do piso, valor superior ao total da quota-parte municipal no IPVA, de R\$ 21,45 bilhões. Se considerados os últimos cinco anos, R\$ 152,77 bilhões teriam sido suprimidos do financiamento da política de saúde nacional, caso as cidades detivessem seus desembolsos balizados à menor porcentagem determinada. Veja mais sobre saúde na página 198.

Educação – Depois de três anos consecutivos de retração, as despesas com educação dos municípios brasileiros exibiram um crescimento real de 3,7%, passando de R\$ 157,76 bilhões, em 2017, para R\$ 163,55 bilhões, em 2018. O montante supera o aporte de 2014 e assume o patamar de maior volume aplicado à área desde 2002, início da série histórica. A alta da despesa, que injetou R\$ 5,79 bilhões nessa função em 2018, é reflexo do aumento da receita das cidades no mesmo ano, na medida em que suas principais fontes de recursos estão vinculadas aos gastos com educação.

Entre as verbas destinadas, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tiveram elevações de 3,4% e 8,5%, respectivamente, o que representou um incremento de R\$ 3,94 bilhões ao financiamento da educação, em 2018. As receitas do Fundeb corresponderam a 55,7% do total dos recursos encaminhados à área nos municípios, enquanto que o FNDE compôs 7,1%.

Os municípios brasileiros vêm registrando saldos positivos e crescentes entre os recursos destinados à formação do Fundeb e o montante

recebido deste que, em 2018, foi de R\$ 44,84 bilhões. O prazo de vigência do Fundo termina em 2020 e, caso ele não seja renovado pelo Congresso Nacional, seria esse o valor aproximado que os municípios deixariam de receber, o que causaria impactos profundos no financiamento da educação básica no Brasil. Veja matéria completa sobre educação na página 186.

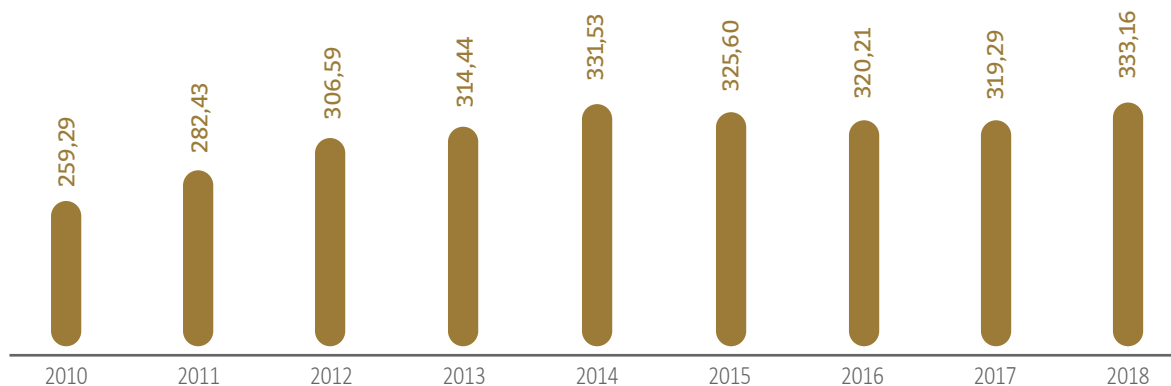
Áreas sociais – As áreas sociais aqui expostas são a soma de saúde, educação e assistência social. Em razão da crise econômica e seus efeitos adversos na receita, os municípios

encolheram seus gastos no total dessas três funções por três anos consecutivos, depois de atingir seu maior resultado em 2014, de R\$ 331,53 bilhões.

JUNTOS, OS RECURSOS DESTINADOS A EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL RESPONDERAM POR 55,3% DE TODO O GASTO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM 2018.

Com alta de 4,3%, as prefeituras aplicaram nesses três campos a quantia de R\$ 333,16 bilhões em 2018, superando assim o teto registrado quatro anos antes. Juntos, os recursos destinados a educação (R\$ 163,55 bilhões), saúde (R\$ 151,63 bilhões) e assistência social (R\$ 17,98 bilhões) responderam por 55,3% de todo o gasto público dos municípios brasileiros em 2018.

Despesa com as áreas sociais*
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018

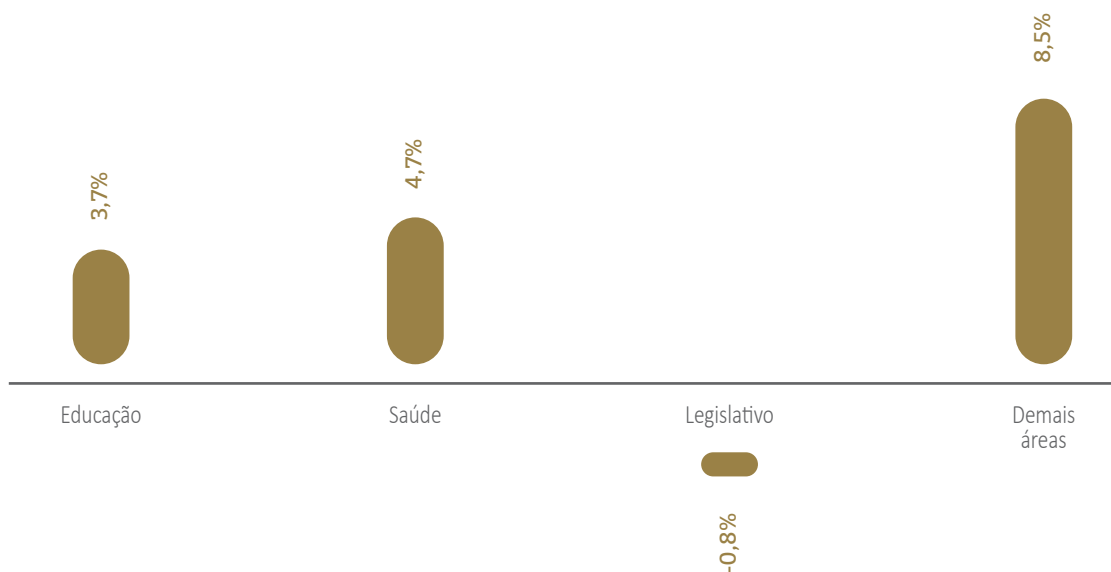


* Educação, saúde e assistência social

Legislativo – A despesa do Poder Legislativo dos municípios em 2018, de R\$ 16,44 bilhões, foi praticamente igual à do ano anterior, com ligeira queda de 0,8%, em valores corrigidos pelo IPCA médio de 2018. Os dados utilizados por **Multi Cidades** referem-se aos gastos com as câmaras municipais e, no caso das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, incluem também os respectivos tribunais de contas. Apesar da estabilidade das despesas dos legislativos locais quando se considera o total dos municípios brasileiros, observa-se que as maiores cidades assinalaram retração nos dispêndios, enquanto as de porte populacional intermediário ampliaram essas cifras.

De modo geral, a parcela da receita corrente destinada aos legislativos não tem sofrido grandes oscilações desde 2010, quando entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 58/2009. Essa fatia se manteve entre 2,7% e 2,9% ao longo do tempo. Historicamente, tem-se observado que os parlamentos tendem a pesar mais nos orçamentos dos menores municípios. Em 2018, enquanto no conjunto das cidades brasileiras a fração da receita corrente destinada a financiar os gastos das câmaras ficou em 2,8%, no grupo daquelas com menos de 20 mil habitantes a participação média foi de 3,8%. Veja mais sobre legislativo na página 176.

Desempenho dos principais itens da despesa por função - 2018/2017



Cities4Forests



O Cities4Forests é um projeto global, iniciado em 2018, que começa a mudar a forma como cidades e cidadãos pensam e agem sobre as florestas.

Apoia a implementação de ações em benefício das florestas em três escalas.

FLORESTAS URBANAS

- Ar limpo
- Microclima
- Fauna e flora urbana
- Aumento do valor das propriedades

FLORESTAS PRÓXIMAS

- Ar limpo
- Água potável
- Menos inundações
- Menos erosão
- Madeira
- Lazer



FLORESTAS DISTANTES

Armazenamento de carbono
Chuvas
Madeira
Medicina
Biodiversidade

INSTRUMENTOS À DISPOSIÇÃO DAS CIDADES:

ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA

Mentoria e
compartilhamento
das pesquisas mais
recentes

FINANCIAMENTO

Orientação sobre como
acessar recursos para o
financiamento de
projetos

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Apoio em como
integrar florestas e
cidades

FERRAMENTAS

Metodologia de
diagnóstico e
processos

ENGAJAMENTO

Modelos criativos
para o engajamento
da população local

POLÍTICAS PÚBLICAS

Apoio e referências
para a elaboração de
políticas públicas

Para saber mais sobre esse projeto faça contato com a FNP
(61) 3044 9800 - coordenacao.projetos@fnp.org.br.



WRI BRASIL



FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS

Receita total | 2014-2018

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Receita total per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %	em R\$
	18.182.253	Norte	40.810.346,7	39.212.434,0	39.604.406,0	38.344.307,0	41.746.059,0	8,9	2.295,98
AC	401.155	Rio Branco	877.255,2	853.127,5	853.122,8	803.067,6	911.499,0	13,5	2.272,19
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	149.885,6	130.652,6	153.081,9	...	160.080,8	..	1.825,89
AP	493.634	Macapá	792.296,1	746.674,8	792.548,7	766.476,5	648.793,7	-15,4	1.314,32
AP	119.610	Santana	...	...	...	155.189,7	...	..	...
AM	2.145.444	Manaus	4.833.654,2	4.389.812,7	4.674.498,3	4.266.204,2	4.757.917,2	11,5	2.217,68
AM	113.168	Parintins	214.082,3	193.735,0	...	176.567,1	209.756,4	18,8	1.853,50
PA	1.485.732	Belém	3.087.131,8	3.093.789,3	2.894.566,3	2.792.559,4	2.831.248,1	1,4	1.905,63
PA	525.566	Ananindeua	663.629,9	656.487,4	654.170,4	657.278,2	692.685,7	5,4	1.317,98
PA	302.667	Santarém	522.430,4	565.486,4	566.275,1	572.964,1	604.490,7	5,5	1.997,21
PA	275.086	Marabá	813.336,2	785.805,0	770.108,7	775.584,1	865.319,2	11,6	3.145,63
RO	519.531	Porto Velho	1.308.296,1	1.274.618,6	1.268.571,2	1.260.913,7	1.346.657,2	6,8	2.592,06
RO	127.907	Ji-Paraná	246.835,0	241.117,7	240.719,4	245.034,4	249.276,6	1,7	1.948,89
RR	375.374	Boa Vista	1.007.518,8	1.037.582,3	1.050.173,2	1.124.311,8	1.237.766,8	10,1	3.297,42
RR	29.533	Rorainópolis	58.990,8	52.449,3	57.035,3	56.146,7	64.944,7	15,7	2.199,06
TO	291.855	Palmas	1.034.264,6	990.062,9	1.058.673,0	1.036.111,9	1.098.362,3	6,0	3.763,38
TO	177.517	Araguaína	346.190,7	360.815,2	409.642,7	399.117,3	439.927,5	10,2	2.478,23
	56.757.759	Nordeste	132.462.506,7	128.297.384,2	131.114.054,9	126.936.228,0	136.324.172,8	7,4	2.401,86
AL	1.012.382	Maceió	2.152.295,6	2.030.693,7	2.044.850,8	2.065.784,4	1.972.992,3	-4,5	1.948,86
AL	230.417	Arapiraca	485.090,7	677.609,9	570.609,7	557.741,2	541.397,6	-2,9	2.349,64
BA	2.857.329	Salvador	6.150.158,2	6.039.355,0	5.950.325,1	5.846.550,3	6.124.088,5	4,7	2.143,29
BA	609.913	Feira de Santana	1.018.177,1	1.068.249,0	1.040.674,5	1.056.371,4	1.350.200,5	27,8	2.213,76
BA	338.885	Vitória da Conquista	645.721,9	644.796,2	648.104,4	620.790,5	642.123,0	3,4	1.894,81
BA	293.723	Camaçari	1.140.433,5	1.107.221,2	1.080.220,7	1.051.343,5	1.125.241,7	7,0	3.830,96
CE	2.643.247	Fortaleza	6.304.128,5	6.421.318,4	6.304.865,5	6.237.739,4	6.536.042,2	4,8	2.472,73
CE	363.982	Caucaia	614.649,1	591.114,2	605.761,9	599.500,1	...	..	...
CE	271.926	Juazeiro do Norte	476.262,5	476.937,1	526.961,8	637.949,6	519.297,2	-18,6	1.909,70
MA	1.094.667	São Luís	2.727.744,3	2.765.813,4	2.753.980,9	2.620.074,5	2.731.293,7	4,2	2.495,09
MA	258.016	Imperatriz	...	575.240,6	608.705,0	578.307,8	667.461,9	15,4	2.586,90
PB	800.323	João Pessoa	2.237.106,3	2.039.655,0	2.020.656,4	1.925.702,1	1.992.006,6	3,4	2.489,00
PB	407.472	Campina Grande	834.268,7	799.476,2	907.238,0	803.125,3	825.552,6	2,8	2.026,04
PE	1.637.834	Recife	5.079.252,5	4.727.189,2	4.395.222,6	4.511.503,3	4.638.129,1	2,8	2.831,87
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	1.235.993,9	1.142.072,9	1.188.357,9	1.211.346,4	1.216.996,4	0,5	1.744,46
PE	391.835	Olinda	663.705,6	632.499,5	596.658,9	575.226,7	604.622,3	5,1	1.543,05
PE	356.872	Caruaru	633.277,0	599.747,2	640.224,4	623.244,7	697.839,0	12,0	1.955,43
PE	343.865	Petrolina	613.832,7	590.054,9	623.839,4	611.730,4	682.893,5	11,6	1.985,93
PE	329.117	Paulista	455.621,1	414.488,2	425.469,9	435.093,9	457.420,6	5,1	1.389,84
PI	861.442	Teresina	2.470.651,2	2.516.621,2	2.841.115,8	2.545.931,1	2.750.937,5	8,1	3.193,41
PI	152.653	Parnaíba	301.241,0	292.298,7	329.429,1	316.367,0	...	..	...
RN	877.640	Natal	2.451.830,2	1.867.921,9	1.995.684,9	1.965.461,5	2.071.015,0	5,4	2.359,75
RN	294.076	Mossoró	625.800,2	561.627,4	547.947,4	537.919,9	607.287,5	12,9	2.065,07
SE	648.939	Aracaju	1.787.642,0	1.750.933,9	1.680.810,7	1.641.923,2	1.708.518,5	4,1	2.632,79
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	265.910,9	265.887,2	266.424,3	265.256,5	...	..	...
	13.111.182	Centro-Oeste¹	37.608.582,7	37.389.030,8	39.070.505,4	38.459.805,3	40.606.190,4	5,6	3.097,07
GO	1.495.705	Goiânia	3.996.200,3	4.089.742,9	4.320.246,6	4.225.552,3	4.355.374,2	3,1	2.911,92
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	924.291,3	1.031.676,7	1.052.828,6	1.027.311,2	1.092.090,9	6,3	1.929,64
GO	381.970	Anápolis	1.015.999,2	965.399,1	1.021.572,3	988.050,9	1.051.796,9	6,5	2.753,61
MT	607.153	Cuiabá	1.871.300,1	1.986.604,9	2.046.998,3	1.984.622,9	2.136.515,1	7,7	3.518,91
MT	282.009	Várzea Grande	460.823,6	508.988,3	538.052,1	535.903,2	557.113,6	4,0	1.975,52
MS	885.711	Campo Grande	3.236.348,2	3.005.254,6	2.942.101,8	3.154.744,0	3.242.994,5	2,8	3.661,46
MS	220.965	Dourados	779.912,4	773.792,8	763.759,4	745.923,9	769.669,8	3,2	3.483,22
	87.711.946	Sudeste	302.909.213,6	292.958.316,7	284.187.903,8	280.494.975,6	292.985.133,4	4,5	3.340,31
ES	358.267	Vitória	1.936.921,3	1.705.366,9	1.589.606,7	1.541.151,9	1.617.175,5	4,9	4.513,88
ES	507.598	Serra	1.307.163,7	1.173.763,3	1.138.726,7	1.101.133,2	1.222.407,4	11,0	2.408,22
ES	486.208	Vila Velha	1.009.012,5	933.931,5	923.981,0	879.855,2	943.340,1	7,2	1.940,20
ES	378.603	Cariacica	700.914,4	640.348,1	597.558,8	581.428,2	645.494,7	11,0	1.704,94
MG	2.501.576	Belo Horizonte	10.703.540,2	9.815.384,0	10.268.252,3	9.380.384,6	9.683.465,5	3,2	3.870,95
MG	683.247	Uberlândia	1.948.552,1	1.912.414,4	1.992.312,6	1.989.368,6	2.085.960,7	4,9	3.053,01
MG	659.070	Contagem	1.607.607,7	1.589.415,3	1.603.359,2	1.542.801,8	1.604.346,9	4,0	2.434,26

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Receita total per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %	em R\$
MG	564.310	Juiz de Fora	1.528.060,6	1.519.017,2	1.506.610,1	1.484.836,6	1.469.873,7	-1,0	2.604,73
MG	432.575	Betim	1.767.603,3	1.604.409,8	1.680.648,1	1.606.653,9	1.532.830,5	-4,6	3.543,50
MG	404.804	Montes Claros	845.280,7	753.699,1	618.418,3	639.640,1	748.699,8	17,1	1.849,54
MG	331.045	Ribeirão das Neves	414.464,7	404.299,2	396.201,5	...	417.076,0	..	1.259,88
MG	330.361	Uberaba	1.015.043,7	973.469,8	1.066.556,6	1.051.262,3	1.059.894,7	0,8	3.208,29
MG	278.685	Governador Valadares	844.809,2	825.418,8	777.682,1	784.610,0	748.403,1	-4,6	2.685,48
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	27.130.059,3	27.479.814,7	26.452.761,2	22.170.666,1	23.101.256,9	4,2	3.453,66
RJ	1.077.687	São Gonçalo	1.257.562,7	1.199.116,7	1.062.741,9	1.043.168,5	1.136.574,7	9,0	1.054,64
RJ	914.383	Duque de Caxias	...	2.297.803,1	2.095.821,5	2.077.293,3	...	..	...
RJ	818.875	Nova Iguaçu	1.368.879,8	1.326.668,3	1.245.207,5	1.308.668,8	1.407.142,8	7,5	1.718,39
RJ	511.786	Niterói	2.194.028,7	2.233.584,0	2.293.452,4	2.591.992,2	...	..	...
RJ	508.614	Belford Roxo	742.071,4	649.885,5	615.044,0	586.368,0	653.718,9	11,5	1.285,29
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	3.488.707,4	2.371.663,8	2.257.302,5	1.645.091,4	1.917.219,4	16,5	3.808,36
RJ	471.888	São João de Meriti	565.418,0	614.273,1	559.274,7	533.595,1	...	..	...
RJ	305.687	Petrópolis	1.038.761,1	968.468,5	897.733,0	910.611,3	1.018.922,6	11,9	3.333,22
RJ	271.998	Volta Redonda	1.018.346,0	894.094,0	880.438,1	844.901,4	...	..	...
SP	12.176.866	São Paulo	50.512.265,6	53.843.301,9	48.836.816,6	51.639.390,3	52.271.193,6	1,2	4.292,66
SP	1.365.899	Guarulhos	4.155.993,0	4.122.822,9	3.919.834,2	4.021.855,4	4.183.917,9	4,0	3.063,12
SP	1.194.094	Campinas	4.643.519,0	4.583.965,0	4.382.276,2	4.323.184,3	4.687.137,7	8,4	3.925,27
SP	833.240	São Bernardo do Campo	4.217.053,9	4.068.935,8	3.845.631,3	3.626.589,6	4.052.319,6	11,7	4.863,33
SP	716.109	Santo André	2.460.960,3	2.370.281,6	2.348.837,2	2.316.390,6	2.454.644,7	6,0	3.427,75
SP	713.943	São José dos Campos	2.789.583,0	2.690.259,7	2.891.717,6	2.603.865,1	2.409.039,8	-7,5	3.374,27
SP	696.850	Osasco	2.230.582,8	2.158.664,4	2.091.837,5	2.110.338,9	2.192.626,9	3,9	3.146,48
SP	694.534	Ribeirão Preto	2.401.115,4	2.366.080,5	2.360.766,9	2.546.544,4	2.512.206,7	-1,3	3.617,11
SP	671.186	Sorocaba	2.701.780,4	2.656.702,3	2.597.612,6	2.624.211,8	2.681.646,2	2,2	3.995,38
SP	468.148	Mauá	1.014.638,5	991.882,7	941.263,1	930.397,9	972.972,2	4,6	2.078,34
SP	456.245	São José do Rio Preto	1.563.481,8	1.607.834,7	1.501.808,5	1.539.174,1	1.659.468,1	7,8	3.637,23
SP	440.769	Mogi das Cruzes	1.160.647,0	1.271.218,5	1.332.837,5	1.355.568,7	1.393.636,2	2,8	3.161,83
SP	432.957	Santos	2.461.770,4	2.257.685,5	2.332.941,3	2.335.471,0	2.368.650,7	1,4	5.470,87
SP	420.934	Diadema	1.177.541,9	1.190.290,2	...	1.133.640,0	1.076.768,0	-5,0	2.558,04
SP	414.810	Jundiaí	1.859.690,3	1.813.117,2	1.822.837,7	1.879.451,8	1.994.262,0	6,1	4.807,65
SP	400.949	Piracicaba	1.539.288,6	1.486.624,2	1.483.857,6	1.531.966,8	1.546.057,3	0,9	3.855,99
SP	398.611	Carapicuíba	...	503.619,1	545.505,1	458.103,4	509.419,9	11,2	1.277,99
SP	374.272	Bauru	1.089.874,8	1.057.426,7	1.114.255,1	1.110.650,6	1.086.057,9	-2,2	2.901,79
	29.754.036	Sul	96.533.797,9	94.531.608,1	97.361.554,2	97.322.356,6	103.407.995,7	6,3	3.475,43
PR	1.917.185	Curitiba	7.924.863,8	7.669.486,6	7.766.413,9	7.579.403,2	7.824.206,1	3,2	4.081,09
PR	563.943	Londrina	1.606.470,5	1.681.452,3	1.704.662,7	1.701.090,2	1.648.584,4	-3,1	2.923,32
PR	417.010	Maringá	1.274.799,6	1.304.954,0	1.322.131,7	1.310.907,8	1.590.772,3	21,3	3.814,71
PR	348.043	Ponta Grossa	730.369,1	730.439,6	711.021,9	774.658,6	715.298,4	-7,7	2.055,20
PR	324.476	Cascavel	737.427,1	781.695,8	839.916,8	890.695,6	920.382,2	3,3	2.836,52
PR	317.476	São José dos Pinhais	1.092.903,6	1.045.325,7	1.003.056,0	990.254,2	960.582,1	-3,0	3.025,68
PR	258.823	Foz do Iguaçu	811.448,0	880.509,2	915.866,7	939.340,2	1.049.250,6	11,7	4.053,93
RS	1.479.101	Porto Alegre	6.634.049,7	6.179.596,6	6.027.341,3	5.987.855,3	6.020.802,4	0,6	4.070,58
RS	504.069	Caxias do Sul	1.797.624,0	1.759.497,7	1.775.787,0	1.678.388,4	1.744.278,9	3,9	3.460,40
RS	344.957	Canoas	1.483.508,8	1.458.732,2	1.467.829,7	1.442.997,8	1.423.961,4	-1,3	4.127,94
RS	341.648	Pelotas	824.977,0	811.842,8	913.290,3	918.976,2	923.983,8	0,5	2.704,49
RS	280.505	Santa Maria	603.741,8	569.299,6	583.531,6	594.161,2	642.283,0	8,1	2.289,74
RS	279.398	Gravataí	672.345,9	646.366,7	690.020,4	698.295,6	761.989,4	9,1	2.727,25
RS	254.101	Viamão	417.337,5	415.533,7	454.685,3	413.440,6	439.685,0	6,3	1.730,36
SC	492.977	Florianópolis	1.649.343,9	1.642.430,1	1.700.605,5	1.670.475,1	1.762.503,4	5,5	3.575,22
SC	583.144	Joinville	2.005.222,4	1.934.985,2	1.998.366,2	2.007.298,3	2.070.116,3	3,1	3.549,92
SC	352.460	Blumenau	1.337.284,7	1.323.733,9	1.373.717,3	1.367.529,0	1.473.654,9	7,8	4.181,06
	81.785.966	Cidades selecionadas	257.409.464,5	254.237.716,9	248.307.263,6	243.463.269,5	252.656.646,0	3,8	3.089,24
	32.107.017	Até 20 mil habitantes	101.955.787,8	96.468.800,8	99.797.591,6	96.181.556,4	104.173.409,5	8,3	3.244,57
	46.749.996	Capitais	159.896.118,0	159.962.153,2	154.530.810,2	150.744.560,7	155.372.755,0	3,1	3.323,48
	205.517.176	Brasil¹	610.324.447,5	592.388.773,9	591.338.424,3	581.557.672,5	615.069.551,3	5,8	2.992,79

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Receita total | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Receita total	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	52.271.193.568,58	12.176.866	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	23.101.256.930,01	6.688.927	2º
3º	MG	Belo Horizonte	9.683.465.507,17	2.501.576	5º
4º	PR	Curitiba	7.824.206.078,61	1.917.185	7º
5º	CE	Fortaleza	6.536.042.227,09	2.643.247	4º
6º	BA	Salvador	6.124.088.493,02	2.857.329	3º
7º	RS	Porto Alegre	6.020.802.363,98	1.479.101	11º
8º	AM	Manaus	4.757.917.222,91	2.145.444	6º
9º	SP	Campinas	4.687.137.674,25	1.194.094	13º
10º	PE	Recife	4.638.129.063,43	1.637.834	8º
11º	GO	Goiânia	4.355.374.208,43	1.495.705	9º
12º	SP	Guarulhos	4.183.917.880,21	1.365.899	12º
13º	SP	São Bernardo do Campo	4.052.319.606,49	833.240	21º
14º	MS	Campo Grande	3.242.994.532,92	885.711	18º
15º	PA	Belém	2.831.248.118,08	1.485.732	10º
16º	SP	Barueri	2.775.740.887,41	271.306	104º
17º	PI	Teresina	2.750.937.537,13	861.442	20º
18º	MA	São Luís	2.731.293.743,93	1.094.667	14º
19º	SP	Sorocaba	2.681.646.243,61	671.186	30º
20º	SP	Ribeirão Preto	2.512.206.680,92	694.534	28º
21º	SP	Santo André	2.454.644.736,69	716.109	24º
22º	SP	São José dos Campos	2.409.039.761,60	713.943	25º
23º	RJ	Macaé	2.370.620.155,95	251.631	111º
24º	SP	Santos	2.368.650.746,37	432.957	53º
25º	SP	Osasco	2.192.626.903,24	696.850	27º
26º	MT	Cuiabá	2.136.515.141,46	607.153	34º
27º	MG	Uberlândia	2.085.960.663,55	683.247	29º
28º	RN	Natal	2.071.015.001,67	877.640	19º
29º	SC	Joinville	2.070.116.306,87	583.144	35º
30º	SP	Jundiaí	1.994.262.020,69	414.810	57º
31º	PB	João Pessoa	1.992.006.575,76	800.323	23º
32º	AL	Maceió	1.972.992.330,16	1.012.382	16º
33º	RJ	Campos dos Goytacazes	1.917.219.364,94	503.424	45º
34º	SC	Florianópolis	1.762.503.411,18	492.977	47º
35º	RS	Caxias do Sul	1.744.278.899,63	504.069	44º
36º	SE	Aracaju	1.708.518.513,76	648.939	32º
37º	SP	São José do Rio Preto	1.659.468.090,90	456.245	51º
38º	PR	Londrina	1.648.584.384,17	563.943	38º
39º	ES	Vitória	1.617.175.470,16	358.267	71º
40º	MG	Contagem	1.604.346.928,93	659.070	31º
41º	PR	Maringá	1.590.772.305,85	417.010	56º
42º	SP	Piracicaba	1.546.057.273,01	400.949	61º
43º	MG	Betim	1.532.830.520,16	432.575	54º
44º	SC	Blumenau	1.473.654.855,36	352.460	73º
45º	MG	Juiz de Fora	1.469.873.662,84	564.310	37º
46º	RS	Canoas	1.423.961.412,71	344.957	76º
47º	SP	Praia Grande	1.423.945.943,84	319.146	84º
48º	RJ	Nova Iguaçu	1.407.142.767,65	818.875	22º
49º	SP	Mogi das Cruzes	1.393.636.195,50	440.769	52º
50º	SP	São Caetano do Sul	1.384.548.297,55	160.275	182º
51º	SC	Itajaí	1.377.913.534,75	215.895	138º
52º	BA	Feira de Santana	1.350.200.523,13	609.913	33º

Posição	UF	Município	Receita total	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
53º	RO	Porto Velho	1.346.657.189,56	519.531	40º
54º	SP	Paulínia	1.300.347.587,66	106.776	290º
55º	SP	Guarujá	1.285.022.410,06	318.107	85º
56º	RR	Boa Vista	1.237.766.764,95	375.374	66º
57º	ES	Serra	1.222.407.422,84	507.598	43º
58º	PE	Jaboatão dos Guararapes	1.216.996.426,45	697.636	26º
59º	PA	Parauapebas	1.155.869.160,84	202.882	150º
60º	RJ	São Gonçalo	1.136.574.690,95	1.077.687	15º
61º	BA	Camaçari	1.125.241.684,49	293.723	93º
62º	RJ	Angra dos Reis	1.110.224.716,34	200.407	152º
63º	TO	Palmas	1.098.362.282,17	291.855	94º
64º	SP	Taubaté	1.096.698.615,32	311.854	87º
65º	GO	Aparecida de Goiânia	1.092.090.869,24	565.957	36º
66º	SP	Bauru	1.086.057.881,21	374.272	67º
67º	SP	Diadema	1.076.767.976,57	420.934	55º
68º	MG	Uberaba	1.059.894.719,69	330.361	81º
69º	GO	Anápolis	1.051.796.933,59	381.970	64º
70º	PR	Foz do Iguaçu	1.049.250.556,15	258.823	107º
71º	SP	Santana de Parnaíba	1.037.915.461,42	136.517	211º
72º	SP	Indaiatuba	1.027.487.704,69	246.908	113º
73º	RJ	Petrópolis	1.018.922.553,30	305.687	88º
74º	SP	Mauá	972.972.205,16	468.148	50º
75º	SP	São Vicente	963.096.004,40	363.173	70º
76º	PR	São José dos Pinhais	960.582.078,20	317.476	86º
77º	SP	Ilhabela	956.244.302,15	34.333	987º
78º	SP	Cubatão	950.269.067,29	129.760	226º
79º	SP	Limeira	945.114.705,44	303.682	89º
80º	ES	Vila Velha	943.340.050,10	486.208	48º
81º	RS	Pelotas	923.983.811,35	341.648	78º
82º	PR	Cascavel	920.382.214,46	324.476	83º
83º	AC	Rio Branco	911.499.006,83	401.155	60º
84º	RS	Novo Hamburgo	897.527.526,32	246.452	114º
85º	PA	Marabá	865.319.209,12	275.086	101º
86º	SP	Jacareí	853.567.107,94	231.863	127º
87º	MT	Rondonópolis	838.056.867,42	228.857	130º
88º	GO	Rio Verde	835.230.562,22	229.651	129º
89º	PB	Campina Grande	825.552.644,92	407.472	58º
90º	SP	São Sebastião	823.293.928,16	87.596	367º
91º	SP	Cotia	821.809.627,78	244.694	115º
92º	SP	Araraquara	817.199.277,00	233.744	126º
93º	SC	Balneário Camboriú	811.759.714,30	138.732	208º
94º	SP	Marília	791.578.904,87	237.130	121º
95º	SP	São Carlos	779.831.678,87	249.415	112º
96º	MS	Dourados	769.669.833,95	220.965	135º
97º	RS	Gravataí	761.989.413,71	279.398	98º
98º	SP	Americana	758.966.233,73	237.112	122º
99º	MG	Montes Claros	748.699.823,07	404.804	59º
100º	MG	Governador Valadares	748.403.062,36	278.685	99º

		Total dos 100 maiores	261.945.293.736,82	77.281.856	..
		Total dos demais	353.124.257.600,62	128.235.320	..
		Total Brasil¹	615.069.551.337,44	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Receita total per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Receita total per capita	Receita total	População 2018	Ranking pop. 2018		Posição	UF	Município	Receita total per capita	Receita total	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$								em R\$			
1º	ES	Presidente Kennedy	36.986,46	424.900.471,11	11.488	2804º		53º	PR	Alto Paraíso	9.163,69	25.649.165,17	2.799	5172º
2º	SP	Ilhabela	27.852,05	956.244.302,15	34.333	987º		54º	RS	Ponte Preta	9.160,42	14.400.184,29	1.572	5530º
3º	PR	Brasilândia do Sul	26.680,80	72.545.097,18	2.719	5208º		55º	SP	Flora Rica	9.148,82	13.714.076,91	1.499	5545º
4º	MS	Santa Rita do Pardo	22.823,85	178.048.875,02	7.801	3499º		56º	RS	Carlos Gomes	9.145,56	12.840.366,12	1.404	5551º
5º	SC	Santa Helena	20.574,11	46.230.017,99	2.247	5374º		57º	RS	Vista Alegre do Prata	9.127,49	14.284.524,91	1.565	5532º
6º	PR	Ivatuba	18.289,68	59.221.986,39	3.238	4995º		58º	RS	Porto Vera Cruz	9.091,94	12.865.098,32	1.415	5550º
7º	SC	Princesa	16.455,86	47.903.012,43	2.911	5132º		59º	GO	Davinópolis	9.089,31	19.033.018,36	2.094	5425º
8º	RN	Guamaré	15.750,07	241.747.816,24	15.349	2247º		60º	SP	Paulistânia	9.072,61	16.621.020,56	1.832	5485º
9º	MG	Serra da Saudade	15.673,96	12.319.730,75	786	5568º		61º	SP	Fernão	9.068,34	15.452.451,93	1.704	5510º
10º	MS	Anaurilândia	15.017,82	135.055.222,14	8.993	3253º		62º	MG	Água Comprida	8.878,88	17.802.149,46	2.005	5443º
11º	RS	Engenho Velho	14.881,85	16.191.452,10	1.088	5565º		63º	SC	Jardinópolis	8.848,21	14.112.887,28	1.595	5527º
12º	SP	Borá	14.632,25	12.232.560,30	836	5567º		64º	SC	Flor do Sertão	8.835,41	14.012.955,00	1.586	5529º
13º	SC	Nova Erechim	13.720,19	67.846.328,56	4.945	4332º		65º	PA	Jacareacanga	8.830,27	78.580.556,06	8.899	3274º
14º	PR	Palotina	13.337,15	420.973.656,03	31.564	1103º		66º	SP	Santa Salete	8.819,34	13.572.969,45	1.539	5536º
15º	RS	Turuçu	13.228,81	45.705.536,80	3.455	4918º		67º	SC	Marema	8.811,46	16.265.946,60	1.846	5480º
16º	BA	São Francisco do Conde	13.175,58	518.301.005,15	39.338	861º		68º	RS	Vila Lângaro	8.794,97	18.487.024,83	2.102	5421º
17º	MT	Araguainha	12.190,67	11.654.275,86	956	5566º		69º	RS	Floriano Peixoto	8.747,90	15.711.226,07	1.796	5492º
18º	SP	Paulínia	12.178,28	1.300.347.587,66	106.776	290º		70º	RS	Coqueiro Baixo	8.740,91	13.172.557,41	1.507	5543º
19º	PR	Roncador	11.940,25	120.095.029,71	10.058	3101º		71º	SP	Turmalina	8.740,09	15.373.816,52	1.759	5500º
20º	PR	Jardim Olinda	11.864,34	15.933.805,53	1.343	5555º		72º	RS	Tupanci do Sul	8.735,23	12.980.544,38	1.486	5546º
21º	SP	Nova Castilho	11.436,26	14.352.508,10	1.255	5558º		73º	SC	São Carlos	8.724,46	97.635.460,04	11.191	2871º
22º	RS	Pinhal da Serra	11.414,68	22.429.854,54	1.965	5455º		74º	MS	Paraíso das Águas	8.719,04	47.562.388,51	5.455	4173º
23º	PR	São José da Boa Vista	11.364,58	71.074.055,86	6.254	3917º		75º	SC	Macieira	8.710,04	15.538.707,17	1.784	5496º
24º	AM	Japurá	10.802,30	35.269.521,44	3.265	4988º		76º	RS	Pouso Novo	8.681,89	14.481.384,53	1.668	5513º
25º	MG	Jeceaba	10.699,44	53.208.320,80	4.973	4323º		77º	SP	Louveira	8.681,30	414.514.859,67	47.748	689º
26º	RS	Capão Bonito do Sul	10.585,47	17.656.563,75	1.668	5513º		78º	RS	Nicolau Vergueiro	8.671,11	14.645.500,72	1.689	5512º
27º	MG	Grupiara	10.436,14	14.495.796,71	1.389	5553º		79º	PR	Esperança Nova	8.664,99	15.007.764,42	1.732	5502º
28º	SP	Barueri	10.231,03	2.775.740.887,41	271.306	104º		80º	MS	Taquarussu	8.661,70	31.034.881,16	3.583	4865º
29º	SP	Pontes Gestal	10.207,79	26.305.487,52	2.577	5254º		81º	SP	São Caetano do Sul	8.638,58	1.384.548.297,55	160.275	182º
30º	RS	Lagoa dos Três Cantos	10.192,36	16.419.890,81	1.611	5524º		82º	SP	Santana da Ponte Preta	8.591,49	12.947.380,11	1.507	5543º
31º	RS	André da Rocha	10.106,15	13.380.548,98	1.324	5556º		83º	MG	Tapira	8.548,66	40.272.748,53	4.711	4439º
32º	PR	Borrazópolis	10.032,74	67.710.983,64	6.749	3773º		84º	PR	Entre Rios do Oeste	8.547,47	38.301.221,67	4.481	4528º
33º	PR	Itaipulândia	9.985,06	109.446.261,82	10.961	2923º		85º	SP	Mesópolis	8.513,46	16.260.708,37	1.910	5468º
34º	GO	Anhanguera	9.961,59	11.326.333,43	1.137	5563º		86º	RS	Alto Alegre	8.509,71	14.151.648,09	1.663	5517º
35º	SC	Lauro Muller	9.925,00	150.601.875,78	15.174	2283º		87º	MG	Rio Doce	8.471,94	22.018.559,25	2.599	5250º
36º	PR	Saudade do Iguaçu	9.879,95	53.934.654,67	5.459	4171º		88º	PR	Nova Aliança do Ivaí	8.471,52	12.995.309,31	1.534	5539º
37º	RJ	Quissamã	9.852,54	238.884.799,07	24.246	1457º		89º	PR	Campina da Lagoa	8.468,02	121.651.580,38	14.366	2378º
38º	GO	Pilar de Goiás	9.821,86	22.727.778,05	2.314	5359º		90º	PR	São Pedro do Paraná	8.456,76	19.771.904,26	2.338	5353º
39º	PA	Canaã dos Carajás	9.814,48	353.811.869,83	36.050	937º		91º	GO	São João da Paraúna	8.451,62	11.975.952,01	1.417	5549º
40º	SP	Ilha Comprida	9.787,65	107.321.628,07	10.965	2922º		92º	RS	Santo Antônio do Planalto	8.437,50	17.043.747,41	2.020	5439º
41º	PR	Mauá da Serra	9.720,74	101.066.513,67	10.397	3042º		93º	PR	Grandes Rios	8.429,89	48.404.407,79	5.742	4071º
42º	RS	Pedras Altas	9.651,02	19.398.546,27	2.010	5441º		94º	PR	Ariranha do Ivaí	8.379,45	18.024.189,86	2.151	5400º
43º	RS	Triunfo	9.576,85	279.710.915,62	29.207	1186º		95º	SC	Tigrinhos	8.349,83	13.743.818,32	1.646	5518º
44º	GO	Cachoeira de Goiás	9.503,98	12.934.916,75	1.361	5554º		96º	RS	Boa Vista do Cadeado	8.316,74	20.567.307,39	2.473	5310º
45º	RJ	Macaé	9.421,02	2.370.620.155,95	251.631	111º		97º	RS	Aratiba	8.255,68	51.870.429,99	6.283	3907º
46º	SP	São Sebastião	9.398,76	823.293.928,16	87.596	367º		98º	RS	Mato Queimado	8.221,28	13.688.430,92	1.665	5515º
47º	RS	Guabiju	9.380,15	14.220.313,95	1.516	5542º		99º	SC	Alto Bela Vista	8.194,94	15.963.743,06	1.948	5461º
48º	MG	Cachoeira Dourada	9.376,16	25.099.979,30	2.677	5226º		100º	RS	Eugênio de Castro	8.185,75	20.120.579,96	2.458	5314º
49º	RS	Montauri	9.323,27	13.667.914,32	1.466	5547º				Total dos 100 maiores	10.829,03	15.519.881.973,52	1.433.174	..
50º	SC	Lajeado Grande	9.247,18	13.288.193,27	1.437	5548º				Total dos demais	2.937,76	599.549.669.363,92	204.084.002	..
51º	MG	Cedro do Abaeté	9.237,97	10.817.663,61	1.171	5562º				Total Brasil¹	2.992,79	615.069.551.337,44	205.517.176	..
52º	RS	Nova Boa Vista	9.171,35	16.490.093,19	1.798	5491º								

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Receita corrente | 2014-2018

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Receita corrente per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %	em R\$
	18.182.253	Norte	38.954.573,7	37.783.738,7	37.519.826,6	37.411.584,9	39.827.721,8	6,5	2.190,47
AC	401.155	Rio Branco	814.842,5	797.600,6	795.564,9	755.173,8	841.234,1	11,4	2.097,03
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	133.488,4	121.112,5	140.634,6	...	145.684,1	..	1.661,68
AP	493.634	Macapá	769.859,2	732.606,8	763.466,5	746.329,0	648.791,1	-13,1	1.314,32
AP	119.610	Santana	...	...	...	154.722,0	...	..	...
AM	2.145.444	Manaus	4.666.845,7	4.273.963,9	4.061.723,8	4.229.740,5	4.555.935,6	7,7	2.123,54
AM	113.168	Parintins	208.466,9	186.295,4	...	176.019,6	197.195,1	12,0	1.742,50
PA	1.485.732	Belém	3.046.011,8	2.961.503,2	2.680.596,8	2.665.250,0	2.689.817,4	0,9	1.810,43
PA	525.566	Ananindeua	629.255,1	642.615,2	622.415,9	628.842,1	641.574,4	2,0	1.220,73
PA	302.667	Santarém	521.523,2	562.143,9	560.022,7	563.516,3	601.378,1	6,7	1.986,93
PA	275.086	Marabá	784.721,8	766.594,2	749.187,0	767.112,5	823.469,5	7,3	2.993,50
RO	519.531	Porto Velho	1.279.261,5	1.257.036,5	1.267.660,2	1.256.135,9	1.333.440,7	6,2	2.566,62
RO	127.907	Ji-Paraná	226.718,6	225.512,2	225.324,6	232.330,6	240.120,5	3,4	1.877,31
RR	375.374	Boa Vista	977.387,4	922.600,2	928.626,7	1.022.709,8	1.081.895,8	5,8	2.882,18
RR	29.533	Rorainópolis	48.193,5	48.296,6	49.822,2	48.126,8	56.422,9	17,2	1.910,50
TO	291.855	Palmas	1.012.526,5	962.577,6	1.016.317,8	1.004.791,0	1.075.893,1	7,1	3.686,40
TO	177.517	Araguaína	333.581,5	345.502,6	387.298,3	383.490,6	420.350,4	9,6	2.367,94
	56.757.759	Nordeste	127.770.774,9	124.627.522,2	127.290.087,6	124.665.713,0	132.337.527,1	6,2	2.331,62
AL	1.012.382	Maceió	2.125.534,6	2.017.173,5	2.033.094,6	2.061.305,2	1.968.981,3	-4,5	1.944,90
AL	230.417	Arapiraca	483.062,0	658.378,9	536.270,8	552.209,1	529.938,0	-4,0	2.299,91
BA	2.857.329	Salvador	6.121.512,9	5.958.475,1	5.844.763,3	5.760.107,0	5.832.310,9	1,3	2.041,18
BA	609.913	Feira de Santana	996.507,5	1.031.494,6	1.009.546,8	1.029.774,6	1.333.038,8	29,4	2.185,62
BA	338.885	Vitória da Conquista	627.937,4	623.957,5	620.537,0	605.628,8	633.157,9	4,5	1.868,36
BA	293.723	Camaçari	1.122.050,3	1.077.652,0	1.057.447,5	1.030.943,7	1.100.026,0	6,7	3.745,11
CE	2.643.247	Fortaleza	5.970.418,4	6.288.117,3	5.956.596,7	6.019.111,3	6.296.943,7	4,6	2.382,28
CE	363.982	Caucaia	592.547,5	572.489,5	605.761,9	599.017,4	...	..	...
CE	271.926	Juazeiro do Norte	466.648,5	474.074,7	519.875,5	626.438,6	513.638,0	-18,0	1.888,89
MA	1.094.667	São Luís	2.716.161,4	2.667.678,7	2.689.198,1	2.612.048,7	2.714.490,7	3,9	2.479,74
MA	258.016	Imperatriz	...	561.921,9	602.488,9	573.883,0	662.844,8	15,5	2.569,01
PB	800.323	João Pessoa	2.188.140,0	1.986.868,9	1.985.416,7	1.889.057,9	1.964.793,2	4,0	2.455,00
PB	407.472	Campina Grande	821.803,8	784.117,9	882.849,8	784.091,6	812.095,0	3,6	1.993,01
PE	1.637.834	Recife	4.828.156,2	4.439.018,6	4.230.068,0	4.386.621,8	4.392.023,6	0,1	2.681,60
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	1.229.984,1	1.136.622,9	1.164.681,7	1.200.957,2	1.183.973,8	-1,4	1.697,12
PE	391.835	Olinda	624.249,0	603.531,6	571.457,2	566.054,1	594.603,7	5,0	1.517,48
PE	356.872	Caruaru	609.011,2	586.667,2	621.921,7	612.671,3	651.768,6	6,4	1.826,34
PE	343.865	Petrolina	603.139,8	582.537,0	609.463,5	600.388,1	650.024,6	8,3	1.890,35
PE	329.117	Paulista	423.899,1	393.029,1	405.566,2	414.963,3	448.481,2	8,1	1.362,68
PI	861.442	Teresina	2.358.651,8	2.398.773,6	2.489.377,1	2.464.499,5	2.622.374,2	6,4	3.044,17
PI	152.653	Parnaíba	294.145,5	288.143,9	321.858,0	305.361,4	...	..	...
RN	877.640	Natal	2.150.970,7	1.857.795,3	1.965.668,3	1.954.715,3	2.065.114,8	5,6	2.353,03
RN	294.076	Mossoró	610.125,0	550.199,0	538.076,4	536.358,4	600.033,4	11,9	2.040,40
SE	648.939	Aracaju	1.769.170,8	1.729.633,9	1.649.554,2	1.637.875,4	1.674.897,7	2,3	2.580,98
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	262.174,3	261.496,4	259.500,9	262.836,1	...	..	...
	13.111.182	Centro-Oeste¹	36.408.856,1	35.982.134,7	37.696.703,5	37.580.498,0	39.256.379,6	4,5	2.994,11
GO	1.495.705	Goiânia	3.980.104,3	3.911.939,0	4.252.497,5	4.196.264,3	4.303.561,0	2,6	2.877,28
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	852.468,6	906.922,1	961.883,7	980.237,8	1.035.876,9	5,7	1.830,31
GO	381.970	Anápolis	986.955,4	944.495,7	967.622,9	973.948,3	1.012.076,3	3,9	2.649,62
MT	607.153	Cuiabá	1.834.422,0	1.900.536,4	1.992.662,5	1.939.740,4	2.013.872,6	3,8	3.316,91
MT	282.009	Várzea Grande	451.906,3	501.007,1	522.657,8	518.331,6	540.052,5	4,2	1.915,02
MS	885.711	Campo Grande	3.140.796,4	2.919.513,3	2.921.515,0	3.105.204,4	3.164.005,5	1,9	3.572,28
MS	220.965	Dourados	758.777,9	743.397,0	739.131,0	732.455,2	754.803,7	3,1	3.415,94
	87.711.946	Sudeste	289.029.177,5	281.589.892,2	271.294.321,9	274.086.763,0	283.785.290,0	3,5	3.235,42
ES	358.267	Vitória	1.871.379,6	1.679.626,3	1.567.277,7	1.531.565,0	1.567.045,1	2,3	4.373,96
ES	507.598	Serra	1.243.635,3	1.156.831,3	1.115.995,9	1.091.883,1	1.167.500,9	6,9	2.300,05
ES	486.208	Vila Velha	948.759,3	917.654,8	895.513,0	870.420,3	920.490,4	5,8	1.893,20
ES	378.603	Cariacica	682.124,8	624.623,1	577.440,2	570.226,9	599.410,8	5,1	1.583,22
MG	2.501.576	Belo Horizonte	9.664.415,1	9.364.606,8	9.633.845,5	9.110.279,9	9.328.423,6	2,4	3.729,02
MG	683.247	Uberlândia	1.899.528,8	1.882.966,0	1.876.324,9	1.940.527,2	1.981.938,7	2,1	2.900,76
MG	659.070	Contagem	1.586.606,0	1.532.795,5	1.495.163,2	1.510.742,2	1.578.604,0	4,5	2.395,20

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Receita corrente per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %	em R\$
MG	564.310	Juiz de Fora	1.434.322,4	1.472.725,9	1.453.908,9	1.416.796,1	1.452.100,6	2,5	2.573,23
MG	432.575	Betim	1.781.784,9	1.607.597,8	1.598.226,3	1.603.365,6	1.527.591,7	-4,7	3.531,39
MG	404.804	Montes Claros	834.782,2	748.450,1	607.612,2	635.213,0	744.695,4	17,2	1.839,64
MG	331.045	Ribeirão das Neves	384.455,2	386.325,9	382.884,2	...	375.117,5	..	1.133,13
MG	330.361	Uberaba	967.848,7	936.512,9	997.732,0	1.020.562,6	1.031.737,3	1,1	3.123,06
MG	278.685	Governador Valadares	790.731,8	793.992,9	749.789,3	769.250,8	740.794,8	-3,7	2.658,18
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	24.236.823,5	24.165.635,1	22.728.015,4	20.918.231,7	21.917.161,2	4,8	3.276,63
RJ	1.077.687	São Gonçalo	1.245.107,4	1.136.370,1	1.033.971,7	1.026.548,8	1.124.521,8	9,5	1.043,46
RJ	914.383	Duque de Caxias	...	2.287.669,3	2.085.288,3	2.075.494,2	...	..	...
RJ	818.875	Nova Iguaçu	1.349.637,6	1.304.498,0	1.221.665,5	1.304.950,0	1.371.934,3	5,1	1.675,39
RJ	511.786	Niterói	2.190.206,0	2.126.270,4	2.059.746,7	2.468.933,2	...	..	...
RJ	508.614	Belford Roxo	732.781,6	647.100,7	607.739,1	580.259,9	652.606,8	12,5	1.283,11
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	3.152.739,8	2.127.589,6	1.645.494,7	1.640.881,9	1.903.671,7	16,0	3.781,45
RJ	471.888	São João de Meriti	565.418,0	576.165,7	557.380,6	532.965,9	...	..	...
RJ	305.687	Petrópolis	1.012.076,5	932.522,1	892.133,8	898.270,4	1.010.518,5	12,5	3.305,73
RJ	271.998	Volta Redonda	946.114,6	881.589,0	860.812,1	842.637,5	...	..	...
SP	12.176.866	São Paulo	49.187.749,8	52.358.015,6	47.381.063,9	50.513.728,1	50.370.870,8	-0,3	4.136,60
SP	1.365.899	Guarulhos	4.104.008,9	4.078.663,4	3.877.398,7	3.990.251,5	4.129.494,4	3,5	3.023,28
SP	1.194.094	Campinas	4.615.852,7	4.521.228,9	4.300.106,9	4.147.215,9	4.565.242,3	10,1	3.823,18
SP	833.240	São Bernardo do Campo	3.812.482,6	3.604.503,9	3.469.627,2	3.378.703,4	3.471.962,1	2,8	4.166,82
SP	716.109	Santo André	2.390.002,2	2.232.714,3	2.283.713,1	2.296.955,6	2.383.049,1	3,7	3.327,77
SP	713.943	São José dos Campos	2.761.983,8	2.629.987,0	2.641.330,1	2.567.482,8	2.380.210,6	-7,3	3.333,89
SP	696.850	Osasco	2.159.399,5	2.133.104,8	2.053.821,7	2.101.120,4	2.172.451,4	3,4	3.117,53
SP	694.534	Ribeirão Preto	2.351.144,6	2.310.959,8	2.300.801,2	2.483.351,1	2.473.944,1	-0,4	3.562,02
SP	671.186	Sorocaba	2.667.484,0	2.575.024,1	2.513.005,8	2.569.482,1	2.632.158,1	2,4	3.921,65
SP	468.148	Mauá	983.569,2	954.483,4	922.763,1	916.331,1	955.506,7	4,3	2.041,04
SP	456.245	São José do Rio Preto	1.479.284,0	1.505.139,0	1.416.677,7	1.456.149,0	1.548.482,4	6,3	3.393,97
SP	440.769	Mogi das Cruzes	1.065.090,4	1.215.926,3	1.206.492,8	1.277.105,2	1.345.121,1	5,3	3.051,76
SP	432.957	Santos	2.354.349,4	2.157.293,6	2.255.587,4	2.284.297,3	2.278.808,4	-0,2	5.263,36
SP	420.934	Diadema	1.160.128,2	1.154.828,5	...	1.124.225,4	1.070.309,8	-4,8	2.542,70
SP	414.810	Jundiaí	1.847.714,0	1.807.978,6	1.812.070,2	1.866.668,4	1.974.837,3	5,8	4.760,82
SP	400.949	Piracicaba	1.522.518,1	1.471.476,4	1.470.823,0	1.495.717,1	1.512.419,1	1,1	3.772,10
SP	398.611	Carapicuíba	...	474.033,6	465.552,6	443.666,8	475.688,7	7,2	1.193,37
SP	374.272	Bauru	1.079.025,5	1.044.926,8	1.073.368,9	1.070.767,9	1.058.616,2	-1,1	2.828,47
	29.754.036	Sul	91.547.163,9	90.277.162,4	93.074.036,3	94.165.588,0	99.256.777,9	5,4	3.335,91
PR	1.917.185	Curitiba	7.704.457,6	7.518.648,8	7.580.729,3	7.463.817,7	7.631.643,7	2,2	3.980,65
PR	563.943	Londrina	1.584.821,0	1.619.960,5	1.659.701,8	1.678.027,7	1.633.263,7	-2,7	2.896,15
PR	417.010	Maringá	1.239.453,7	1.274.464,5	1.279.061,9	1.299.484,5	1.384.284,7	6,5	3.319,55
PR	348.043	Ponta Grossa	713.409,4	710.608,9	691.083,5	735.475,7	698.395,5	-5,0	2.006,64
PR	324.476	Cascavel	716.365,1	740.708,1	788.989,7	844.392,7	869.387,1	3,0	2.679,36
PR	317.476	São José dos Pinhais	1.056.046,5	1.031.348,0	985.674,8	956.146,6	946.801,6	-1,0	2.982,28
PR	258.823	Foz do Iguaçu	772.006,1	842.640,9	886.715,7	923.770,6	1.021.093,6	10,5	3.945,14
RS	1.479.101	Porto Alegre	6.144.392,6	5.969.553,3	5.804.816,2	5.776.943,4	5.935.628,7	2,7	4.013,00
RS	504.069	Caxias do Sul	1.758.798,0	1.701.725,5	1.736.191,4	1.652.148,7	1.706.683,9	3,3	3.385,81
RS	344.957	Canoas	1.383.305,9	1.348.254,2	1.341.067,3	1.410.149,2	1.396.551,4	-1,0	4.048,48
RS	341.648	Pelotas	809.520,3	798.836,2	858.406,3	875.659,4	886.278,3	1,2	2.594,13
RS	280.505	Santa Maria	592.255,0	558.784,2	573.432,9	586.560,4	618.813,5	5,5	2.206,07
RS	279.398	Gravataí	660.101,1	630.891,7	674.018,0	694.853,1	752.830,1	8,3	2.694,47
RS	254.101	Viamão	409.857,7	414.527,6	451.621,1	408.908,8	434.949,3	6,4	1.711,72
SC	492.977	Florianópolis	1.575.471,9	1.599.315,1	1.624.591,5	1.612.601,1	1.717.640,5	6,5	3.484,22
SC	583.144	Joinville	1.970.000,2	1.899.003,4	1.965.366,4	1.959.468,6	2.051.260,5	4,7	3.517,59
SC	352.460	Blumenau	1.301.787,4	1.270.880,8	1.300.877,0	1.303.848,6	1.369.396,6	5,0	3.885,25
	81.785.966	Cidades selecionadas	246.483.957,2	243.755.835,3	235.468.679,5	237.202.978,4	243.964.802,6	2,9	2.982,97
	32.107.017	Até 20 mil habitantes	95.442.836,0	91.939.168,0	95.364.299,5	93.245.569,7	99.064.689,8	6,2	3.085,45
	46.749.996	Capitais	152.135.464,0	152.638.813,5	145.844.708,1	146.633.847,9	149.708.790,5	2,1	3.202,33
	205.517.176	Brasil¹	583.710.546,2	570.260.450,2	566.874.975,9	567.910.146,9	594.463.696,3	4,7	2.892,53

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Receita corrente | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Receita corrente	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	50.370.870.845,84	12.176.866	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	21.917.161.221,90	6.688.927	2º
3º	MG	Belo Horizonte	9.328.423.612,55	2.501.576	5º
4º	PR	Curitiba	7.631.643.734,40	1.917.185	7º
5º	CE	Fortaleza	6.296.943.717,78	2.643.247	4º
6º	RS	Porto Alegre	5.935.628.673,98	1.479.101	11º
7º	BA	Salvador	5.832.310.866,74	2.857.329	3º
8º	SP	Campinas	4.565.242.260,66	1.194.094	13º
9º	AM	Manaus	4.555.935.572,31	2.145.444	6º
10º	PE	Recife	4.392.023.597,91	1.637.834	8º
11º	GO	Goiânia	4.303.560.994,36	1.495.705	9º
12º	SP	Guarulhos	4.129.494.430,23	1.365.899	12º
13º	SP	São Bernardo do Campo	3.471.962.115,42	833.240	21º
14º	MS	Campo Grande	3.164.005.452,00	885.711	18º
15º	SP	Barueri	2.765.707.173,79	271.306	104º
16º	MA	São Luís	2.714.490.729,07	1.094.667	14º
17º	PA	Belém	2.689.817.355,67	1.485.732	10º
18º	SP	Sorocaba	2.632.158.110,63	671.186	30º
19º	PI	Teresina	2.622.374.231,74	861.442	20º
20º	SP	Ribeirão Preto	2.473.944.127,57	694.534	28º
21º	SP	Santo André	2.383.049.121,39	716.109	24º
22º	SP	São José dos Campos	2.380.210.621,53	713.943	25º
23º	RJ	Macaé	2.370.552.155,95	251.631	111º
24º	SP	Santos	2.278.808.366,47	432.957	53º
25º	SP	Osasco	2.172.451.350,25	696.850	27º
26º	RN	Natal	2.065.114.842,12	877.640	19º
27º	SC	Joinville	2.051.260.495,49	583.144	35º
28º	MT	Cuiabá	2.013.872.632,22	607.153	34º
29º	MG	Uberlândia	1.981.938.716,25	683.247	29º
30º	SP	Jundiaí	1.974.837.297,91	414.810	57º
31º	AL	Maceió	1.968.981.311,29	1.012.382	16º
32º	PB	João Pessoa	1.964.793.199,09	800.323	23º
33º	RJ	Campos dos Goytacazes	1.903.671.727,72	503.424	45º
34º	SC	Florianópolis	1.717.640.454,20	492.977	47º
35º	RS	Caxias do Sul	1.706.683.876,54	504.069	44º
36º	SE	Aracaju	1.674.897.653,88	648.939	32º
37º	PR	Londrina	1.633.263.740,42	563.943	38º
38º	MG	Contagem	1.578.604.043,16	659.070	31º
39º	ES	Vitória	1.567.045.086,76	358.267	71º
40º	SP	São José do Rio Preto	1.548.482.430,26	456.245	51º
41º	MG	Betim	1.527.591.716,00	432.575	54º
42º	SP	Piracicaba	1.512.419.106,09	400.949	61º
43º	MG	Juiz de Fora	1.452.100.617,41	564.310	37º
44º	RS	Canoas	1.396.551.390,51	344.957	76º
45º	PR	Maringá	1.384.284.674,02	417.010	56º
46º	SP	São Caetano do Sul	1.377.945.565,18	160.275	182º
47º	SP	Praia Grande	1.373.891.296,00	319.146	84º
48º	RJ	Nova Iguaçu	1.371.934.281,02	818.875	22º
49º	SC	Blumenau	1.369.396.616,43	352.460	73º
50º	SP	Mogi das Cruzes	1.345.121.142,55	440.769	52º
51º	RO	Porto Velho	1.333.440.696,16	519.531	40º
52º	BA	Feira de Santana	1.333.038.811,47	609.913	33º

Posição	UF	Município	Receita corrente	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
53º	SC	Itajaí	1.309.867.169,17	215.895	138º
54º	SP	Paulínia	1.298.095.428,93	106.776	290º
55º	SP	Guarujá	1.259.227.252,63	318.107	85º
56º	PE	Jaboatão dos Guararapes	1.183.973.826,10	697.636	26º
57º	ES	Serra	1.167.500.915,93	507.598	43º
58º	PA	Parauapebas	1.151.911.945,99	202.882	150º
59º	RJ	São Gonçalo	1.124.521.771,01	1.077.687	15º
60º	RJ	Angra dos Reis	1.103.572.781,54	200.407	152º
61º	BA	Camaçari	1.100.025.969,39	293.723	93º
62º	RR	Boa Vista	1.081.895.768,22	375.374	66º
63º	TO	Palmas	1.075.893.064,00	291.855	94º
64º	SP	Diadema	1.070.309.844,36	420.934	55º
65º	SP	Bauru	1.058.616.242,99	374.272	67º
66º	GO	Aparecida de Goiânia	1.035.876.865,06	565.957	36º
67º	SP	Santana de Parnaíba	1.034.617.888,71	136.517	211º
68º	MG	Uberaba	1.031.737.304,93	330.361	81º
69º	PR	Foz do Iguaçu	1.021.093.619,10	258.823	107º
70º	SP	Indaiatuba	1.014.637.337,87	246.908	113º
71º	SP	Taubaté	1.013.930.202,94	311.854	87º
72º	GO	Anápolis	1.012.076.312,96	381.970	64º
73º	RJ	Petrópolis	1.010.518.515,36	305.687	88º
74º	SP	Mauá	955.506.691,31	468.148	50º
75º	SP	Ilhabela	952.179.212,02	34.333	987º
76º	PR	São José dos Pinhais	946.801.570,94	317.476	86º
77º	SP	Cubatão	944.881.144,04	129.760	226º
78º	SP	Limeira	934.084.749,51	303.682	89º
79º	ES	Vila Velha	920.490.360,26	486.208	48º
80º	SP	São Vicente	900.064.001,66	363.173	70º
81º	RS	Pelotas	886.278.281,34	341.648	78º
82º	PR	Cascavel	869.387.078,18	324.476	83º
83º	RS	Novo Hamburgo	847.541.267,96	246.452	114º
84º	AC	Rio Branco	841.234.091,05	401.155	60º
85º	SP	Jacaré	834.141.103,18	231.863	127º
86º	GO	Rio Verde	827.879.233,04	229.651	129º
87º	PA	Marabá	823.469.505,31	275.086	101º
88º	SP	São Sebastião	821.378.007,74	87.596	367º
89º	SP	Cotia	813.844.640,86	244.694	115º
90º	PB	Campina Grande	812.095.023,61	407.472	58º
91º	MT	Rondonópolis	800.235.896,82	228.857	130º
92º	SP	Araraquara	797.207.212,52	233.744	126º
93º	SP	Marília	783.135.973,50	237.130	121º
94º	SP	São Carlos	771.474.079,38	249.415	112º
95º	SC	Balneário Camboriú	757.397.303,88	138.732	208º
96º	MS	Dourados	754.803.696,42	220.965	135º
97º	RS	Gravataí	752.830.065,12	279.398	98º
98º	MG	Montes Claros	744.695.418,84	404.804	59º
99º	MG	Governador Valadares	740.794.849,72	278.685	99º
100º	SP	Americana	737.850.980,32	237.112	122º

	Total dos 100 maiores	253.239.155.326,01	77.281.856	..
	Total dos demais	341.224.541.001,24	128.235.320	..
	Total Brasil¹	594.463.696.327,25	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Receita corrente per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Receita corrente per capita	Receita corrente	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
1°	ES	Presidente Kennedy	36.954,06	424.528.211,11	11.488	2804°
2°	SP	Ilhabela	27.733,64	952.179.212,02	34.333	987°
3°	PR	Brasilândia do Sul	25.388,53	69.031.404,00	2.719	5208°
4°	MS	Santa Rita do Pardo	22.652,28	176.710.455,02	7.801	3499°
5°	SC	Santa Helena	20.034,65	45.017.867,99	2.247	5374°
6°	PR	Ivatuba	17.628,77	57.081.967,89	3.238	4995°
7°	RN	Guamaré	15.750,07	241.747.816,24	15.349	2247°
8°	MG	Serra da Saudade	15.317,34	12.039.430,75	786	5568°
9°	SC	Princesa	15.257,26	44.413.898,10	2.911	5132°
10°	SP	Borá	14.393,01	12.032.560,30	836	5567°
11°	RS	Engenho Velho	13.550,63	14.743.084,62	1.088	5565°
12°	PR	Palotina	13.171,16	415.734.345,31	31.564	1103°
13°	BA	São Francisco do Conde	12.951,03	509.467.765,00	39.338	861°
14°	RS	Turuçu	12.908,68	44.599.505,08	3.455	4918°
15°	SP	Paulínia	12.157,18	1.298.095.428,93	106.776	290°
16°	SC	Nova Erechim	12.026,91	59.473.057,29	4.945	4332°
17°	MT	Araguainha	11.595,47	11.085.270,86	956	5566°
18°	PR	Roncador	11.450,46	115.168.716,71	10.058	3101°
19°	RS	Pinhal da Serra	11.281,56	22.168.267,96	1.965	5455°
20°	PR	Jardim Olinda	11.179,24	15.013.724,07	1.343	5555°
21°	PR	São José da Boa Vista	10.929,55	68.353.427,84	6.254	3917°
22°	SP	Nova Castilho	10.918,86	13.703.166,23	1.255	5558°
23°	MG	Jeceaba	10.467,79	52.056.320,80	4.973	4323°
24°	SP	Barueri	10.194,05	2.765.707.173,79	271.306	104°
25°	MG	Grupiara	10.044,08	13.951.223,54	1.389	5553°
26°	SP	Pontes Gestal	9.927,91	25.584.223,17	2.577	5254°
27°	RJ	Quissamã	9.852,30	238.878.780,44	24.246	1457°
28°	PR	Borrazópolis	9.837,87	66.395.783,95	6.749	3773°
29°	PR	Itaipulândia	9.825,28	107.694.889,79	10.961	2923°
30°	RS	Capão Bonito do Sul	9.773,38	16.301.998,82	1.668	5513°
31°	PR	Saudade do Iguauçu	9.728,68	53.108.839,08	5.459	4171°
32°	PA	Canaã dos Carajás	9.709,31	350.020.635,18	36.050	937°
33°	SP	Ilha Comprida	9.677,10	106.109.358,07	10.965	2922°
34°	SC	Lauro Muller	9.595,68	145.604.827,77	15.174	2283°
35°	RS	Triunfo	9.576,85	279.710.915,62	29.207	1186°
36°	RS	André da Rocha	9.516,38	12.599.688,32	1.324	5556°
37°	RS	Lagoa dos Três Cantos	9.484,53	15.279.580,70	1.611	5524°
38°	RJ	Macaé	9.420,75	2.370.552.155,95	251.631	111°
39°	PR	Mauá da Serra	9.410,98	97.845.936,84	10.397	3042°
40°	AM	Japurá	9.404,21	30.704.747,61	3.265	4988°
41°	GO	Cachoeira de Goiás	9.398,10	12.790.816,75	1.361	5554°
42°	RS	Pedras Altas	9.391,16	18.876.227,76	2.010	5441°
43°	GO	Anhanguera	9.389,86	10.676.268,58	1.137	5563°
44°	SP	São Sebastião	9.376,89	821.378.007,74	87.596	367°
45°	RS	Porto Vera Cruz	9.021,27	12.765.098,32	1.415	5550°
46°	MG	Cachoeira Dourada	8.989,52	24.064.949,30	2.677	5226°
47°	MG	Cedro do Abaeté	8.966,89	10.500.226,61	1.171	5562°
48°	RS	Nova Boa Vista	8.866,05	15.941.165,11	1.798	5491°
49°	SP	Flora Rica	8.850,62	13.267.076,91	1.499	5545°
50°	PA	Jacareacanga	8.830,27	78.580.556,06	8.899	3274°
51°	GO	Pilar de Goiás	8.822,06	20.414.242,24	2.314	5359°
52°	SC	Lajeado Grande	8.815,22	12.667.466,79	1.437	5548°

Posição	UF	Município	Receita corrente per capita	Receita corrente	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
53°	SP	Turmalina	8.740,09	15.373.816,52	1.759	5500°
54°	MS	Anaurilândia	8.731,81	78.525.180,45	8.993	3253°
55°	RS	Vista Alegre do Prata	8.714,28	13.637.848,96	1.565	5532°
56°	RS	Montauri	8.685,96	12.733.616,56	1.466	5547°
57°	SP	São Caetano do Sul	8.597,38	1.377.945.565,18	160.275	182°
58°	SP	Louveira	8.577,63	409.564.788,56	47.748	689°
59°	SP	Fernão	8.571,37	14.605.616,03	1.704	5510°
60°	SC	Flor do Sertão	8.505,17	13.489.205,00	1.586	5529°
61°	MG	Tapira	8.435,14	39.737.948,53	4.711	4439°
62°	PR	Grandes Rios	8.420,98	48.353.259,79	5.742	4071°
63°	SC	São Carlos	8.412,16	94.140.496,45	11.191	2871°
64°	MS	Taquarussu	8.396,49	30.084.612,69	3.583	4865°
65°	GO	Davinópolis	8.378,72	17.545.032,96	2.094	5425°
66°	SC	Jardinópolis	8.344,51	13.309.495,68	1.595	5527°
67°	RS	Guabiju	8.309,83	12.597.696,76	1.516	5542°
68°	MG	Água Comprida	8.288,52	16.618.492,10	2.005	5443°
69°	MG	Rio Doce	8.251,25	21.444.988,95	2.599	5250°
70°	SC	Marema	8.244,68	15.219.677,84	1.846	5480°
71°	MS	Paraíso das Águas	8.239,59	44.946.972,56	5.455	4173°
72°	PR	Esperança Nova	8.231,97	14.257.764,42	1.732	5502°
73°	SC	Macieira	8.220,40	14.665.186,04	1.784	5496°
74°	RS	Boa Vista do Cadeado	8.214,78	20.315.145,18	2.473	5310°
75°	PR	Alto Paraíso	8.178,77	22.892.388,43	2.799	5172°
76°	PR	Campina da Lagoa	8.168,08	117.342.632,39	14.366	2378°
77°	PR	Nova Aliança do Ivaí	8.148,51	12.499.812,49	1.534	5539°
78°	SP	Santa Salete	8.146,04	12.536.753,04	1.539	5536°
79°	RS	Santo Antônio do Planalto	8.135,57	16.433.843,24	2.020	5439°
80°	RS	Muitos Capões	8.108,34	25.549.365,43	3.151	5031°
81°	RS	Coqueiro Baixo	8.107,41	12.217.871,11	1.507	5543°
82°	GO	São João da Paraúna	8.041,04	11.394.147,92	1.417	5549°
83°	RS	Vila Lângaro	8.019,22	16.856.399,06	2.102	5421°
84°	MS	Selvíria	7.981,23	51.997.726,43	6.515	3845°
85°	RS	Alto Alegre	7.978,15	13.267.667,41	1.663	5517°
86°	PR	São Pedro do Paraná	7.954,24	18.597.013,87	2.338	5353°
87°	SP	Santana da Ponte Preta	7.945,36	11.973.650,25	1.507	5543°
88°	PR	Entre Rios do Oeste	7.928,83	35.529.074,67	4.481	4528°
89°	SC	Alto Bela Vista	7.889,87	15.369.471,32	1.948	5461°
90°	RS	Nicolau Vergueiro	7.882,10	13.312.863,15	1.689	5512°
91°	RS	Mato Queimado	7.876,14	13.113.780,92	1.665	5515°
92°	RS	Aratiba	7.835,32	49.229.333,18	6.283	3907°
93°	SP	Paulistânia	7.809,92	14.307.768,97	1.832	5485°
94°	SC	Tigrinhos	7.777,36	12.801.533,74	1.646	5518°
95°	RJ	Porto Real	7.773,22	150.652.725,10	19.381	1815°
96°	SP	Arco-Íris	7.758,38	14.050.419,43	1.811	5489°
97°	RS	Ponte Preta	7.753,80	12.188.971,09	1.572	5530°
98°	RS	São José do Inhacorá	7.742,89	16.190.378,70	2.091	5427°
99°	RS	Tupanci do Sul	7.739,47	11.500.850,00	1.486	5546°
100°	GO	Aparecida do Rio Doce	7.726,27	19.114.785,62	2.474	5308°

	Total dos 100 maiores	10.624,72	15.482.451.399,10	1.457.210	..
	Total dos demais	2.837,31	578.981.244.928,15	204.059.966	..
	Total Brasil¹	2.892,53	594.463.696.327,25	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Despesa total | 2014-2018

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Despesa total per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %	em R\$
18.182.253	Norte		41.498.553,1	39.453.005,2	37.906.455,0	37.990.499,8	41.255.036,9	8,6	2.268,97
AC	401.155	Rio Branco	810.229,1	782.767,2	779.095,3	736.384,3	831.122,1	12,9	2.071,82
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	151.716,4	132.028,1	153.092,4	136.210,5	165.081,9	21,2	1.882,93
AP	493.634	Macapá	702.610,1	788.622,6	742.114,4	733.291,3	780.466,0	6,4	1.581,06
AP	119.610	Santana	...	186.308,5	...	169.108,4	148.795,3	-12,0	1.244,00
AM	2.145.444	Manaus	4.680.313,6	4.486.097,1	4.486.389,0	4.363.389,2	4.600.946,4	5,4	2.144,52
AM	113.168	Parintins	229.675,1	194.995,7	...	186.629,6	211.645,8	13,4	1.870,19
PA	1.485.732	Belém	3.130.507,7	3.121.816,0	2.786.686,4	2.687.191,4	2.771.468,4	3,1	1.865,39
PA	525.566	Ananindeua	684.071,9	656.155,7	...	617.514,8	663.163,9	7,4	1.261,81
PA	302.667	Santarém	571.341,9	612.886,3	600.450,0	594.382,4	621.353,1	4,5	2.052,93
PA	275.086	Marabá	1.032.568,1	809.633,9	669.998,2	709.443,6	817.545,8	15,2	2.971,96
RO	519.531	Porto Velho	1.253.996,9	1.308.334,7	1.222.072,1	1.205.087,9	1.299.500,3	7,8	2.501,30
RO	127.907	Ji-Paraná	227.669,0	231.273,8	227.622,6	226.617,1	222.882,7	-1,6	1.742,54
RR	375.374	Boa Vista	1.082.819,2	1.073.127,0	992.879,2	1.056.841,2	1.163.613,3	10,1	3.099,88
RR	29.533	Rorainópolis	70.541,2	67.154,4	58.956,5	...	89.878,8	...	3.043,33
TO	291.855	Palmas	973.179,2	930.924,8	935.189,7	948.637,7	973.964,1	2,7	3.337,15
TO	177.517	Araguaína	334.779,3	344.278,1	372.390,1	383.241,8	421.358,3	9,9	2.373,62
56.757.759	Nordeste		136.351.318,1	130.924.928,8	127.856.873,0	126.573.901,4	136.087.759,5	7,5	2.397,69
AL	1.012.382	Maceió	2.247.433,8	2.099.955,5	2.139.754,6	2.171.348,2	2.299.556,6	5,9	2.271,43
AL	230.417	Arapiraca	566.856,9	652.898,4	641.424,1	539.822,5	590.783,7	9,4	2.563,98
BA	2.857.329	Salvador	5.862.391,2	5.971.848,8	5.768.283,7	5.586.821,8	6.035.642,9	8,0	2.112,34
BA	609.913	Feira de Santana	1.141.939,6	1.124.112,4	1.049.031,5	1.063.282,0	1.122.002,9	5,5	1.839,61
BA	338.885	Vitória da Conquista	670.706,6	658.280,2	648.564,3	627.478,8	643.473,5	2,5	1.898,80
BA	293.723	Camaçari	1.168.863,8	1.143.840,2	1.010.313,2	957.525,4	1.100.032,4	14,9	3.745,14
CE	2.643.247	Fortaleza	6.473.811,6	6.401.649,1	6.112.783,5	6.319.115,8	6.436.774,2	1,9	2.435,18
CE	363.982	Caucaia	614.154,4	659.110,8	568.077,0	550.331,9	667.481,3	21,3	1.833,83
CE	271.926	Juazeiro do Norte	471.900,0	442.366,9	478.280,8	520.981,3	528.389,2	1,4	1.943,14
MA	1.094.667	São Luís	2.858.723,2	2.778.547,5	2.712.765,4	2.544.946,8	2.705.811,3	6,3	2.471,81
MA	258.016	Imperatriz	...	589.626,2	610.220,9	585.498,3	708.485,6	21,0	2.745,90
PB	800.323	João Pessoa	2.232.524,7	2.065.938,2	1.828.852,5	1.915.729,6	1.902.417,9	-0,7	2.377,06
PB	407.472	Campina Grande	872.062,2	873.832,7	877.773,7	882.763,3	871.860,3	-1,2	2.139,68
PE	1.637.834	Recife	4.986.574,1	4.799.536,7	4.232.970,7	4.292.263,0	4.510.131,7	5,1	2.753,72
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	1.247.140,8	1.175.119,6	1.128.207,1	1.097.552,0	1.209.634,5	10,2	1.733,90
PE	391.835	Olinda	683.928,6	664.411,3	590.240,1	561.638,7	616.128,0	9,7	1.572,42
PE	356.872	Caruaru	687.639,5	665.452,9	605.371,6	616.360,7	713.806,6	15,8	2.000,18
PE	343.865	Petrolina	590.795,9	601.712,3	618.546,7	583.530,5	670.013,9	14,8	1.948,48
PE	329.117	Paulista	500.363,0	473.527,1	442.789,8	425.614,3	444.463,1	4,4	1.350,47
PI	861.442	Teresina	2.506.945,2	2.532.165,0	2.691.569,2	2.652.558,3	2.714.434,2	2,3	3.151,04
PI	152.653	Parnaíba	317.757,8	315.552,7	304.912,4	322.798,1	333.239,5	3,2	2.182,99
RN	877.640	Natal	2.759.652,4	2.099.177,0	2.079.083,4	...	...	...	...
RN	294.076	Mossoró	643.363,4	626.483,3	589.503,9	538.953,3	625.844,9	16,1	2.128,17
SE	648.939	Aracaju	1.748.045,2	1.753.648,1	1.623.723,5	1.469.706,1	1.597.824,0	8,7	2.462,21
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	272.848,6	276.347,3	268.161,8	266.968,9	...	...	...
13.111.182	Centro-Oeste¹		37.536.162,0	37.124.294,2	37.361.732,4	36.710.817,1	39.460.489,7	7,5	3.009,68
GO	1.495.705	Goiânia	4.194.747,6	4.292.252,6	4.326.977,1	4.133.506,2	4.198.649,0	1,6	2.807,14
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	931.941,6	966.109,8	977.264,9	913.978,9	982.742,1	7,5	1.736,43
GO	381.970	Anápolis	1.005.448,2	976.177,5	1.070.739,1	1.004.905,8	1.051.922,2	4,7	2.753,94
MT	607.153	Cuiabá	1.837.980,3	1.887.279,0	1.975.452,0	1.989.580,5	2.161.855,2	8,7	3.560,64
MT	282.009	Várzea Grande	452.207,0	447.810,2	497.146,6	537.061,4	567.645,4	5,7	2.012,86
MS	885.711	Campo Grande	3.326.074,0	3.270.282,5	3.008.773,5	3.144.111,0	3.311.458,2	5,3	3.738,76
MS	220.965	Dourados	722.045,3	741.906,2	704.628,2	710.010,5	712.691,8	0,4	3.225,36
87.711.946	Sudeste		305.682.458,7	295.067.411,8	284.464.023,9	275.351.430,6	288.376.471,0	4,7	3.287,77
ES	358.267	Vitória	1.896.616,4	1.678.827,1	1.446.255,1	1.481.109,2	1.575.490,7	6,4	4.397,53
ES	507.598	Serra	1.256.401,8	...	1.134.889,8	1.097.169,4	1.178.898,4	7,4	2.322,50
ES	486.208	Vila Velha	975.511,6	888.087,3	889.172,9	800.113,1	898.581,5	12,3	1.848,14
ES	378.603	Cariacica	661.531,6	646.349,2	564.450,1	535.438,7	582.248,8	8,7	1.537,89
MG	2.501.576	Belo Horizonte	10.897.176,4	9.923.580,9	9.021.135,5	9.645.681,7	9.540.097,9	-1,1	3.813,64
MG	683.247	Uberlândia	1.885.031,8	2.065.423,3	2.005.183,6	1.980.552,2	2.041.781,2	3,1	2.988,35
MG	659.070	Contagem	1.593.143,7	1.589.280,2	1.497.779,5	1.565.661,1	1.618.811,5	3,4	2.456,21

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Despesa total per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %	em R\$
MG	564.310	Juiz de Fora	1.606.456,4	1.553.678,7	1.522.194,0	1.536.177,4	1.562.707,4	1,7	2.769,24
MG	432.575	Betim	1.613.486,3	1.515.538,7	1.528.762,7	1.376.106,3	1.490.537,6	8,3	3.445,73
MG	404.804	Montes Claros	876.622,8	900.806,9	661.806,6	557.685,0	766.034,1	37,4	1.892,36
MG	331.045	Ribeirão das Neves	444.792,1	416.840,4	386.999,8	392.408,0	438.586,6	11,8	1.324,85
MG	330.361	Uberaba	1.030.543,2	988.991,0	985.605,4	976.914,2	1.030.847,0	5,5	3.120,37
MG	278.685	Governador Valadares	872.469,6	862.188,1	777.709,3	761.899,5	810.993,4	6,4	2.910,07
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	27.727.954,2	28.537.172,8	27.074.437,0	23.341.882,7	23.127.048,9	-0,9	3.457,51
RJ	1.077.687	São Gonçalo	1.276.464,0	1.217.994,5	...	1.017.142,7	1.139.317,9	12,0	1.057,19
RJ	914.383	Duque de Caxias	2.579.435,4	2.591.630,7	2.599.720,4	2.458.431,3	2.369.958,2	-3,6	2.591,87
RJ	818.875	Nova Iguaçu	1.618.826,0	1.559.596,0	1.462.258,7	1.368.300,8	1.394.513,2	1,9	1.702,96
RJ	511.786	Niterói	2.119.393,3	2.194.301,5	2.371.869,2	2.426.488,4	2.674.372,0	10,2	5.225,57
RJ	508.614	Belford Roxo	753.097,2	689.205,9	697.869,4	621.736,1	695.910,3	11,9	1.368,25
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	3.224.314,9	2.316.829,6	3.099.222,7	1.693.847,1	1.896.049,3	11,9	3.766,31
RJ	471.888	São João de Meriti	646.098,8	629.191,2	604.229,8	624.536,0	...	..	...
RJ	305.687	Petrópolis	1.064.174,4	998.274,2	926.132,5	916.977,0	1.034.492,7	12,8	3.384,16
RJ	271.998	Volta Redonda	1.150.271,3	959.751,8	831.737,9	855.054,9	949.492,9	11,0	3.490,81
SP	12.176.866	São Paulo	53.137.424,5	52.610.998,9	50.877.097,2	51.240.675,8	52.099.115,7	1,7	4.278,53
SP	1.365.899	Guarulhos	4.349.771,6	4.301.195,1	3.746.450,7	4.096.842,7	4.135.107,3	0,9	3.027,39
SP	1.194.094	Campinas	4.614.282,3	4.700.615,2	4.629.746,0	4.685.445,7	4.682.301,2	-0,1	3.921,22
SP	833.240	São Bernardo do Campo	4.315.897,3	4.066.400,6	3.877.412,9	3.483.306,9	3.925.659,7	12,7	4.711,32
SP	716.109	Santo André	2.591.468,1	2.480.867,4	2.408.761,3	2.230.600,1	2.396.564,3	7,4	3.346,65
SP	713.943	São José dos Campos	2.581.605,1	2.547.435,3	2.741.629,4	2.391.950,9	2.687.849,8	12,4	3.764,80
SP	696.850	Osasco	2.369.988,8	2.206.499,5	2.094.544,3	2.015.918,0	2.189.906,8	8,6	3.142,58
SP	694.534	Ribeirão Preto	2.407.287,5	2.412.772,4	2.557.538,2	2.397.853,3	2.557.225,4	6,6	3.681,93
SP	671.186	Sorocaba	2.511.998,1	2.504.937,3	2.461.211,1	2.282.070,6	2.471.109,1	8,3	3.681,71
SP	468.148	Mauá	1.023.502,7	990.626,5	1.095.909,4	943.702,2	987.937,4	4,7	2.110,31
SP	456.245	São José do Rio Preto	1.487.350,4	1.644.960,1	1.510.145,3	1.466.492,6	1.598.416,9	9,0	3.503,42
SP	440.769	Mogi das Cruzes	1.035.542,7	1.217.979,6	1.370.879,8	1.335.567,3	1.376.002,2	3,0	3.121,82
SP	432.957	Santos	2.401.730,2	...	2.340.660,1	2.273.444,9	2.365.820,9	4,1	5.464,33
SP	420.934	Diadema	1.222.249,4	1.160.888,7	1.219.297,3	1.210.699,8	1.197.480,9	-1,1	2.844,82
SP	414.810	Jundiaí	1.781.828,2	1.818.661,4	1.903.519,9	1.797.440,4	1.910.505,9	6,3	4.605,74
SP	400.949	Piracicaba	1.523.710,3	1.575.067,4	1.532.368,6	1.548.076,1	1.544.991,1	-0,2	3.853,34
SP	398.611	Carapicuíba	548.604,8	595.443,1	555.118,6	...	505.492,6	..	1.268,14
SP	374.272	Bauru	1.034.762,5	1.021.255,4	1.043.189,8	1.061.450,9	1.103.441,1	4,0	2.948,23
29.754.036	Sul		92.276.253,7	90.958.702,1	90.927.606,5	90.622.607,5	96.960.215,1	7,0	3.258,72
PR	1.917.185	Curitiba	7.562.410,2	7.314.508,9	7.013.846,1	7.329.028,8	7.416.539,6	1,2	3.868,45
PR	563.943	Londrina	1.587.785,8	1.718.087,3	1.763.423,1	1.750.837,2	1.866.212,6	6,6	3.309,22
PR	417.010	Maringá	1.202.345,2	1.257.918,6	1.266.838,5	1.247.219,8	1.506.970,7	20,8	3.613,75
PR	348.043	Ponta Grossa	699.575,2	736.625,1	727.158,1	778.416,2	822.287,7	5,6	2.362,60
PR	324.476	Cascavel	677.600,3	749.204,6	820.976,8	775.324,4	859.467,8	10,9	2.648,79
PR	317.476	São José dos Pinhais	990.195,4	1.002.954,2	937.613,3	890.845,5	856.464,1	-3,9	2.697,73
PR	258.823	Foz do Iguaçu	814.345,2	824.512,6	709.488,4	869.062,5	979.361,3	12,7	3.783,90
RS	1.479.101	Porto Alegre	6.295.564,6	5.915.615,3	5.991.236,6	5.812.847,7	5.673.847,6	-2,4	3.836,01
RS	504.069	Caxias do Sul	1.774.679,2	1.786.904,2	1.714.230,2	1.623.940,7	1.724.350,4	6,2	3.420,86
RS	344.957	Canoas	1.440.521,9	1.397.962,9	1.525.094,0	1.383.029,0	1.403.354,6	1,5	4.068,20
RS	341.648	Pelotas	773.460,6	846.037,6	847.426,8	900.083,2	893.517,2	-0,7	2.615,32
RS	280.505	Santa Maria	546.544,6	535.458,6	558.242,9	567.723,5	580.325,3	2,2	2.068,86
RS	279.398	Gravataí	694.149,6	652.646,9	673.696,5	687.666,4	737.602,0	7,3	2.639,97
RS	254.101	Viamão	380.998,8	382.093,2	364.850,5	387.990,3	427.510,9	10,2	1.682,44
SC	492.977	Florianópolis	1.735.998,9	1.788.751,4	1.832.553,0	1.747.320,8	1.860.598,9	6,5	3.774,21
SC	583.144	Joinville	1.633.623,8	1.687.125,0	1.685.451,1	1.765.993,5	1.801.592,3	2,0	3.089,45
SC	352.460	Blumenau	1.323.137,1	1.350.984,8	1.370.700,4	1.393.612,6	1.499.272,7	7,6	4.253,74
81.785.966	Cidades selecionadas		260.169.849,0	255.823.329,8	248.236.512,6	241.233.513,9	250.338.462,0	3,8	3.060,90
32.107.017	Até 20 mil habitantes		102.288.207,0	95.955.184,1	95.193.390,6	94.171.259,9	101.775.307,8	8,1	3.169,88
46.749.996	Capitais		162.921.704,4	160.213.424,5	153.701.975,7	150.472.271,1	153.724.756,8	2,2	3.288,23
205.517.176	Brasil¹		613.344.745,4	593.528.342,1	578.516.690,8	567.249.256,3	602.139.972,3	6,2	2.929,88

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Capitais perdem fatia no ICMS e pequenos municípios detêm o maior valor per capita

Transferências crescem por 2 anos, mas indicam estagnação em 2019. Nos municípios com até 100 mil habitantes, o valor de 2018 já se igualou ao registrado no período pré-crise. Nas capitais, no entanto, a transferência ainda está no mesmo patamar de 2008.

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é um tributo de competência estadual. Uma parcela da arrecadação fica nos estados onde os bens e serviços são produzidos e a outra é destinada àqueles onde ocorrem as respectivas vendas. Existem algumas exceções destacadas em lei, como o imposto incidente sobre petróleo, combustível e energia elétrica, que vai para o Estado de destino. O inciso VI do artigo 158 da Constituição

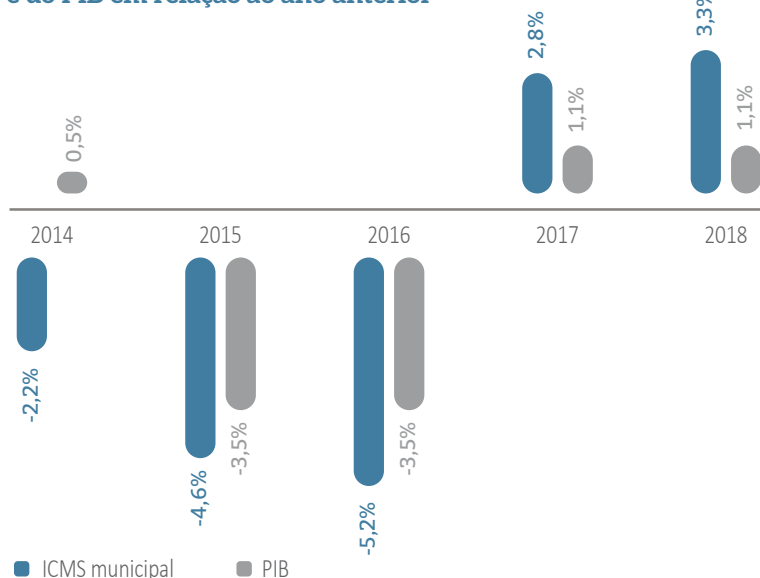
Federal e legislação estadual específica definem as regras de distribuição dessa receita. Os governos estaduais repassam 25% de todo o seu recolhimento líquido do ICMS às prefeituras. Segundo a Carta Magna, três quartos (75%), no mínimo, das transferências estaduais do imposto devem ser repartidos entre os municípios conforme o valor adicionado de cada um. A forma de rateio da fração restante (um quarto do total) às cidades é estipulada por legislação própria de cada Estado.

Desempenho

Os governos estaduais transferiram R\$ 114,10 bilhões de ICMS aos municípios, em 2018, cifra que superou em 3,3% a efetuada em 2017, já considerados os efeitos da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA). Este pode ser classificado como um bom desempenho diante de um baixo crescimento da economia brasileira, uma vez que a taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB) do país foi de apenas 1,1%, no mesmo ano.

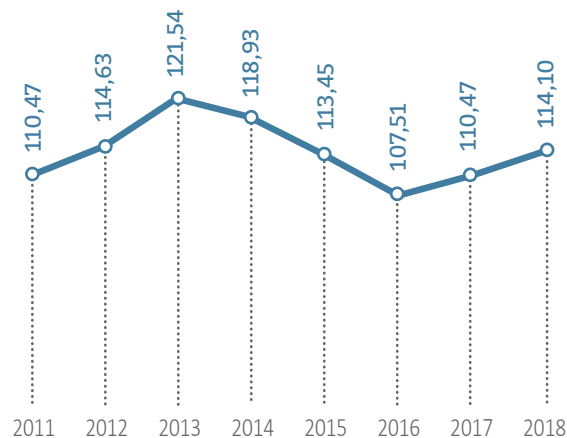
Taxas de crescimento do ICMS municipal e do PIB em relação ao ano anterior



Cabe salientar que o perfil da recuperação econômica nacional, ainda que incipiente, influenciou o resultado positivo do ICMS em 2018, quando a indústria de transformação, puxada pela expansão do comércio (de 2,3%, em relação a 2017) e pelo avanço do crédito ao consumo, alcançou ganho de 1,3%, percentual acima do resultado do PIB. Esse fator, aliado à alta das importações em 2018, superior à observada em 2017 (8,5% contra 5%), pode ter impactado positivamente o ICMS. Assim, por um lado, a indústria, cujo valor adicionado é base importante para a arrecadação, impulsionou a captação do tributo e, por outro, o aumento das importações gerou caixa nos estados via pagamento de ICMS no desembaraço das mercadorias, mesmo que parte desses recursos seja devolvida às empresas nos casos da compra de insumos importados.

O volume das transferências de ICMS, entretanto, apresentou significativa diferença conforme a região do país e o porte populacional do município. **O melhor resultado foi apurado no Norte do Brasil, onde os envios aumentaram 7,1%, entre 2017 e 2018, seguido pelas performances do Nordeste (4,9%) e do Centro-Oeste (3,9%).** Nas regiões Sul (3%) e Sudeste (2,3%), as taxas de elevação ficaram abaixo da média nacional. Há que se levar em conta também os comportamentos distintos entre os estados de uma mesma região.

Evolução do ICMS municipal em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018

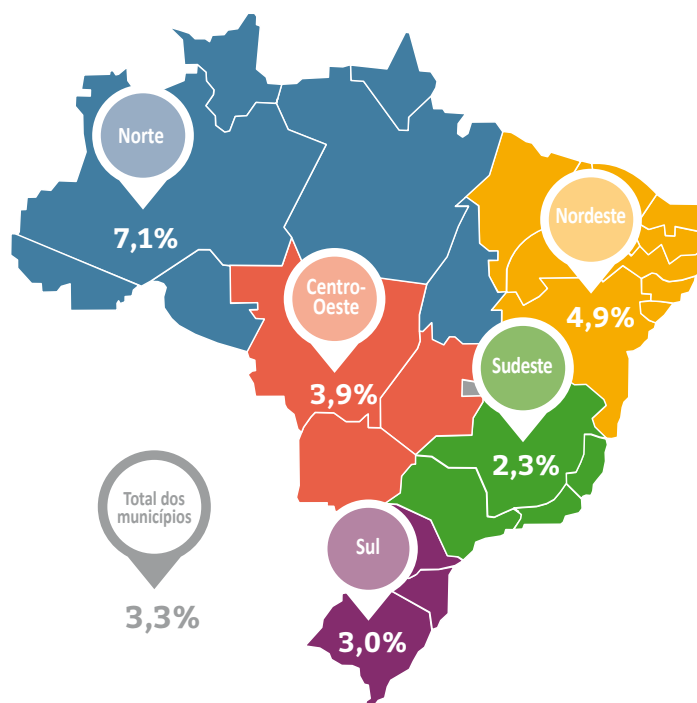


Do ponto de vista populacional, é possível apontar que, em 2018, os pequenos municípios obtiveram um resultado expressivamente melhor que os grandes centros urbanos e as capitais. Enquanto que nos municípios com até 100 mil habitantes a taxa média de avanço foi de 4,5%, naqueles com mais de 500 mil residentes a alta foi de apenas 1,4%, índice muito próximo ao apurado nas capitais brasileiras, de 1,8%.

Como o agrupamento de municípios com até 100 mil habitantes já havia traçado uma melhor trajetória em 2017, a quantia de ICMS que auferiram em 2018 superaram em 1,3% o registrado em 2014, enquanto que para as capitais as cifras ainda são 12,3% menores. Dessa forma, o ICMS das capitais encontra-se no mesmo patamar

de 2008. Esse comportamento no biênio 2017-2018 nada mais é do que um capítulo adicional do que se tem observado ao longo da presente década, quando a evolução da quota-parte do ICMS tem sido tanto melhor quanto menor for o porte do município.

Taxa de crescimento do ICMS municipal por região - 2018/2017



A PARTIR DE 2010, OS RESULTADOS FORAM SUBSTANCIALMENTE MELHORES PARA OS MUNICÍPIOS DAS MENORES FAIXAS POPULACIONAIS

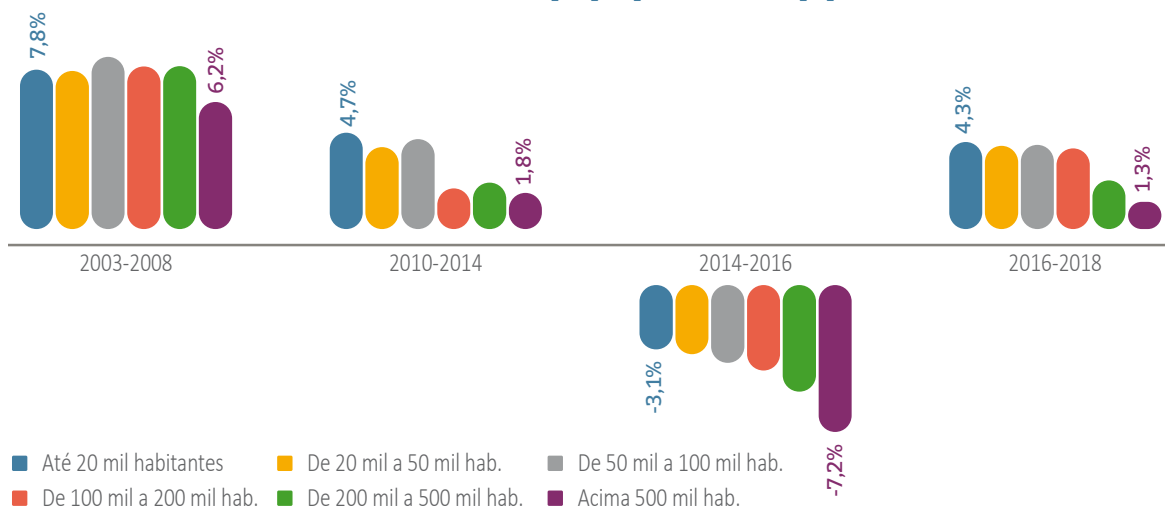
Entre 2003 e 2008, período em que a economia brasileira apresentou crescimento mais elevado, as taxas médias anuais da quota-parte municipal do ICMS foram relativamente homogêneas entre as diversas faixas populacionais, flutuando em torno de 7,4%, em valores corrigidos pelo IPCA. Ainda assim, percebe-se que os municípios com mais de 500 mil habitantes registraram

ascensão de 6,2%, variação inferior à média.

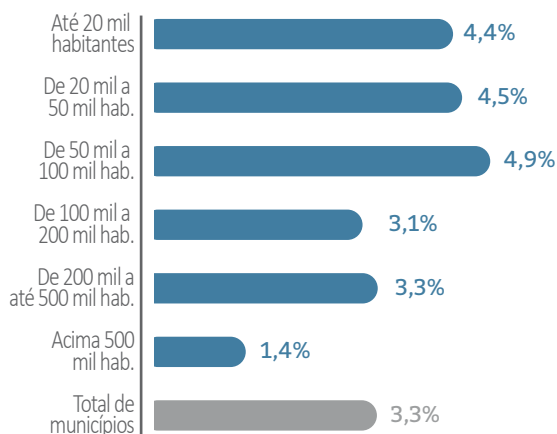
A partir de 2010, as taxas passaram a ter uma disparidade muito expressiva, com resultados substancialmente melhores para os municípios das menores faixas populacionais. No período 2010-2014, naqueles com até 20 mil habitantes o incremento médio anual da quota-parte do ICMS foi de 4,7%, ao passo que o aumento foi bem mais modesto nos que possuem mais de 500 mil moradores e no conjunto de capitais: 1,8% e 1,7%, respectivamente.

No período seguinte, na fase mais aguda da crise econômica (2015-2016), o declínio se fez sentir de maneira mais intensa nos maiores municípios e nas capitais, com regressão de 7,2% e 7,5% ao ano (a.a.) respectivamente. No contingente com até 20 mil habitantes, a retração anual foi mais amena, de 3,1% a.a. No último biênio, por sua vez, com a retomada ainda que tímida das transferências, a subida foi muito mais acentuada nos pequenos municípios, de 4,3%, vis-à-vis a verificada nas grandes cidades brasileiras, de apenas 1,3%. Confira as variações do ICMS municipal por período e por faixas populacionais no gráfico a seguir.

Taxa média anual de crescimento do ICMS municipal por período e faixa populacional



Taxa de crescimento do ICMS municipal por porte populacional - 2018/2017



O constante recuo que as grandes cidades e as capitais brasileiras vêm sofrendo no rateio do ICMS em seus respectivos estados explica o desempenho mais fraco que esses municípios têm registrado em confronto com aqueles de menor porte, um contraste que ficou mais nítido ao longo desta década. Essa redução, por sua vez, é reflexo do processo de desconcentração da atividade

econômica, especialmente da industrial e dos polos de distribuição e logística, rumo aos municípios do entorno das capitais e ao interior do país. As capitais estão, paulatinamente, tornando-se menos industrializadas e mais ofertantes de serviços. As empresas optam por sair ou expandir seus negócios para fora de seus limites a fim de conseguir ganhos de produtividade, na medida em que nas grandes cidades os custos operacionais e de investimento tendem a ser maiores.

Ao deslocarem seus investimentos, os empreendimentos levam consigo o ICMS que será repassado pelos governos estaduais, pois a riqueza gerada no território municipal é o principal critério para a distribuição da receita do tributo. Segundo a Constituição Federal, a partilha de três quartos (75%) desse imposto, no mínimo, deve ser feita com base no valor adicionado gerado pelas empresas comerciais e industriais instaladas nos municípios¹.

¹ O Índice de Participação dos Municípios na Distribuição do ICMS (IPM) é calculado pelas secretarias de Estado da Fazenda para os municípios de cada Estado. Conforme o parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal e a Lei Complementar nº 63, de 11/01/1990, o seu cálculo leva em consideração a média do valor adicionado do município dos dois anos anteriores ao do ano da apuração. O valor adicionado corresponde a 75% do IPM e os demais 25% dependem dos critérios adotados em cada Estado.

Nesse contexto, entre 2017 e 2018, 19 das 26 capitais acusaram queda em suas participações na distribuição do ICMS. No período seguinte, ou seja, entre 2018 e 2019, outras 19 capitais também anotaram retrocessos. Apenas cinco delas alcançaram acréscimos em cada um dos dois períodos; e no Acre e no Amazonas, todas as cidades foram alvo do congelamento dos percentuais, medida definida por legislação estadual. No caso do Amazonas, os índices de participação foram fixados a partir de 2003. Manaus ficou com 62,09%, sofrendo algumas variações ao longo desse período decorrentes de batalhas judiciais com o município de Coari. E a fatia de Rio Branco também vem sendo mantida, em 45,62%, desde 2010.

Numa análise sob um horizonte mais longo, apenas em Aracaju e em Porto Velho os índices de 2019 conseguiram ser maiores que aqueles que predominaram em 2010. Em Vitória (-38,3%), Natal (-34,4%), Recife (-32,1%), Porto Alegre (-29,2%) e Belém (-25,5%), os tombos foram bastante significativos, só para citar os cinco casos mais contundentes. Veja dados dos índices de participação no ICMS de todos os municípios brasileiros, por Estado, no portal **Compara Brasil** (www.comparabrasil.com).

Quota-parte no ICMS per capita

No início do presente século, em 2002, um município com até 20 mil habitantes recebia, em média, um valor per capita de ICMS da ordem de R\$ 344,12. Naquele mesmo exercício, as cidades com mais de 500 mil moradores registravam uma cifra de R\$ 447,78, quantia 30% maior que a da primeira faixa populacional citada. Dezesseis anos depois, essa situação se inverteu: os pequenos passaram a captar R\$ 648,88, em média, e os grandes, R\$ 511,19 (uma importância 21% menor).

Em outras palavras, nos menores municípios esse indicador subiu 88,6%, enquanto que naqueles com mais de 500 mil habitantes a alta foi de apenas 14,2%, entre 2002 e 2018. Assim, o ICMS per capita no grupo das cidades pertencentes ao segmento de menor porte demográfico superou o de todos os demais.

O forte aumento alcançado pelos pequenos é explicado pelo menor crescimento da população do conjunto dos municípios com até 20 mil habitantes, cuja variação foi de 8,9%, enquanto que nos maiores a elevação se posicionou em 18,1%, no mesmo período. Além disso, como analisado acima, as grandes cidades, especialmente as capitais, têm vivenciado o fenômeno da desconcentração industrial em favor daquelas de médio porte. Considere-se, ainda, o fato de o próprio setor industrial do país, nas últimas décadas, ter avançado num ritmo muito abaixo da atividade agropecuária, mais presente nos municípios do interior do Brasil.

Balanço de 2019

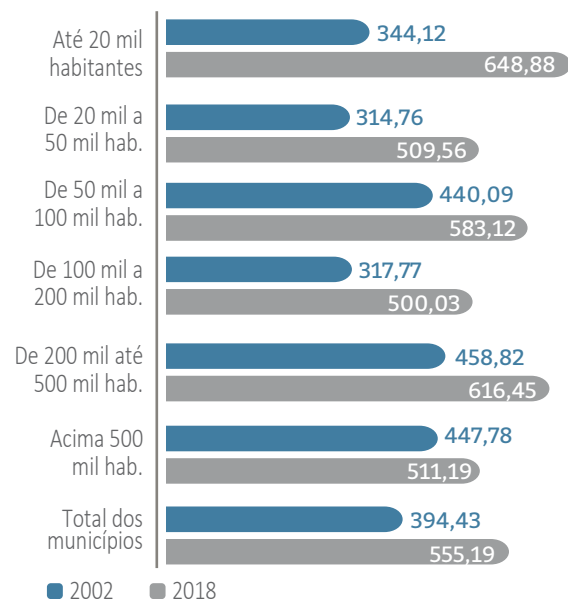
O comportamento das transferências do ICMS para os municípios brasileiros nos primeiros seis meses de 2019 não foi animador. Com base nas informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) de 2.345 prefeituras (amostra que corresponde a 42% do conjunto de cidades e cerca de 55% do total da quota-parte), houve uma expansão real de apenas 1%, em comparação a igual intervalo de 2018. Esse número está em linha com o cenário da economia nacional, que no primeiro semestre de 2019 apresentou um crescimento de 0,7% em relação ao mesmo período de 2018, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, é de se esperar que os envios estaduais de ICMS fechem o exercício de 2019 com um resultado bastante inferior ao dos últimos dois anos.

O conjunto das 26 capitais, excluía Brasília, por sua vez, sofreu recuo da ordem de 1,7% no mesmo período. Em 2017 e 2018, as capitais brasileiras viram as transferências de ICMS subirem abaixo da média nacional. Agora, em 2019, é provável que amarguem uma contração nos repasses, uma vez que muitas delas assinalaram diminuição na participação no rateio do ICMS em seus respectivos estados, cujos motivos foram descritos anteriormente. Evidentemente, esse desempenho irá variar bastante entre uma capital e outra², devido às diferenças econômicas e de gestão do tributo entre os estados.

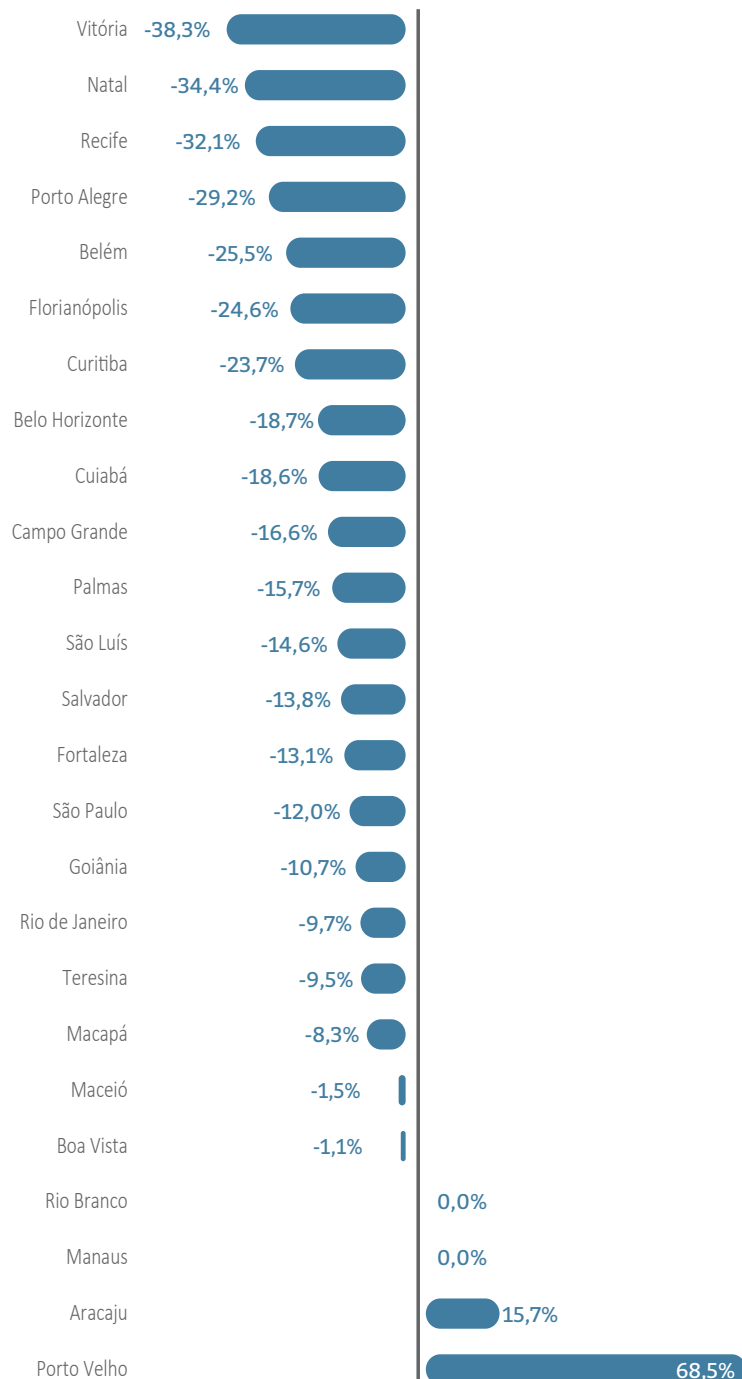
² As informações fiscais mensais das capitais, com base nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGFs) de 2019, podem ser conferidas no portal *Compara Brasil* (www.comparabrasil.com).

ICMS municipal per capita por faixa populacional - 2002 e 2018

em R\$ - IPCA médio de 2018



Variação dos índices de participação das capitais no ICMS entre 2010 e 2019



ICMS municipal | 2014-2018

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Participação na receita corrente 2018	ICMS municipal per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$
	18.182.253	Norte	7.664.624,7	7.326.683,1	6.713.668,0	6.965.808,5	7.463.612,5	7,1	18,7	410,49
AC	401.155	Rio Branco	129.617,0	129.478,2	120.523,5	141.764,1	161.357,3	13,8	19,2	402,23
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	27.159,5	27.648,2	25.732,1	...	34.450,3	...	23,6	392,94
AP	493.634	Macapá	137.135,3	129.440,1	98.619,1	102.529,0	107.054,6	4,4	16,5	216,87
AP	119.610	Santana	...	...	...	35.023,3	...	...	...	...
AM	2.145.444	Manaus	1.540.279,3	1.351.577,4	1.180.733,9	1.319.298,3	1.427.829,7	8,2	31,3	665,52
AM	113.168	Parintins	33.415,8	29.322,0	...	28.621,7	30.976,3	8,2	15,7	273,72
PA	1.485.732	Belém	502.004,4	515.202,3	484.020,6	449.461,4	435.876,4	-3,0	16,2	293,37
PA	525.566	Ananindeua	112.405,8	122.910,9	114.912,8	92.559,5	84.412,2	-8,8	13,2	160,61
PA	302.667	Santarém	55.892,9	59.755,7	64.443,6	60.056,7	56.268,2	-6,3	9,4	185,91
PA	275.086	Marabá	136.726,5	142.529,0	149.018,9	160.499,2	167.598,4	4,4	20,4	609,26
RO	519.531	Porto Velho	245.594,3	228.815,7	232.372,3	280.362,1	310.172,5	10,6	23,3	597,02
RO	127.907	Ji-Paraná	55.170,3	53.904,7	47.796,0	44.131,3	48.448,7	9,8	20,2	378,78
RR	375.374	Boa Vista	136.621,4	133.566,3	135.270,0	129.317,9	167.150,4	29,3	15,4	445,29
RR	29.533	Rorainópolis	5.372,2	4.783,8	5.041,6	5.255,4	6.083,4	15,8	10,8	205,99
TO	291.855	Palmas	102.850,1	104.594,2	108.257,2	100.524,9	104.994,1	4,4	9,8	359,75
TO	177.517	Araguaína	49.107,9	49.954,2	52.401,1	51.322,7	54.090,4	5,4	12,9	304,71
	56.757.759	Nordeste	18.982.680,6	18.426.558,1	17.947.492,6	18.493.376,3	19.403.371,4	4,9	14,7	341,86
AL	1.012.382	Maceió	273.596,6	261.993,4	264.072,4	253.082,8	232.965,0	-7,9	11,8	230,12
AL	230.417	Arapiraca	44.115,6	48.707,2	57.058,4	53.857,1	42.246,0	-21,6	8,0	183,35
BA	2.857.329	Salvador	808.636,1	799.979,5	726.530,8	719.746,4	772.521,9	7,3	13,2	270,37
BA	609.913	Feira de Santana	212.693,2	235.543,9	222.843,3	223.257,7	247.964,3	11,1	18,6	406,56
BA	338.885	Vitória da Conquista	89.179,7	92.348,1	85.007,0	88.928,1	99.452,4	11,8	15,7	293,47
BA	293.723	Camaçari	452.194,6	458.864,2	437.107,1	424.476,9	461.836,9	8,8	42,0	1.572,36
CE	2.643.247	Fortaleza	1.109.054,2	1.023.074,9	941.918,7	970.941,9	999.601,3	3,0	15,9	378,17
CE	363.982	Caucaia	92.334,7	86.697,8	84.177,9	88.165,9	...	...	...	...
CE	271.926	Juazeiro do Norte	55.682,2	53.442,8	53.297,3	54.502,6	54.505,2	0,0	10,6	200,44
MA	1.094.667	São Luís	519.142,1	460.140,1	479.610,4	492.094,9	536.504,9	9,0	19,8	490,11
MA	258.016	Imperatriz	...	92.850,1	119.096,4	125.321,1	163.198,0	30,2	24,6	632,51
PB	800.323	João Pessoa	404.059,9	367.333,0	345.208,3	352.758,6	358.929,6	1,7	18,3	448,48
PB	407.472	Campina Grande	202.054,2	198.318,8	187.578,5	193.741,4	195.222,4	0,8	24,0	479,11
PE	1.637.834	Recife	1.041.221,2	932.434,4	863.888,5	833.830,8	782.625,3	-6,1	17,8	477,84
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	391.255,3	363.682,2	382.042,3	380.673,1	346.039,0	-9,1	29,2	496,02
PE	391.835	Olinda	154.693,4	138.069,7	133.194,7	130.355,5	131.043,3	0,5	22,0	334,43
PE	356.872	Caruaru	105.980,4	104.957,4	105.910,2	108.208,6	110.529,2	2,1	17,0	309,72
PE	343.865	Petrolina	96.745,4	89.499,5	86.760,9	92.474,2	94.959,3	2,7	14,6	276,15
PE	329.117	Paulista	75.599,6	69.673,1	69.922,5	78.303,5	79.999,2	2,2	17,8	243,07
PI	861.442	Teresina	464.773,8	463.482,6	449.482,5	480.229,3	504.457,8	5,0	19,2	585,60
PI	152.653	Parnaíba	32.865,1	32.085,0	32.140,0	36.912,3	...	...	...	...
RN	877.640	Natal	368.843,9	332.158,1	324.166,1	320.967,5	301.192,5	-6,2	14,6	343,18
RN	294.076	Mossoró	134.939,6	123.603,2	114.777,6	115.993,8	116.338,6	0,3	19,4	395,61
SE	648.939	Aracaju	212.807,4	213.950,8	203.223,4	205.769,6	247.698,0	20,4	14,8	381,70
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	42.070,6	44.172,8	45.942,2	49.482,2	...	...	...	...
	13.111.182	Centro-Oeste¹	8.366.052,4	8.022.416,9	8.087.485,9	8.067.230,8	8.384.571,9	3,9	21,4	639,50
GO	1.495.705	Goiânia	627.366,4	593.667,0	600.535,7	610.605,7	587.035,6	-3,9	13,6	392,48
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	156.975,1	177.506,7	197.996,1	202.062,9	183.833,5	-9,0	17,7	324,82
GO	381.970	Anápolis	300.985,7	242.339,5	234.909,5	246.876,7	252.173,0	2,1	24,9	660,19
MT	607.153	Cuiabá	312.498,7	299.305,9	325.073,1	331.096,5	337.327,2	1,9	16,8	555,59
MT	282.009	Várzea Grande	89.970,2	89.571,0	100.165,7	97.326,8	100.749,5	3,5	18,7	357,26
MS	885.711	Campo Grande	480.140,3	436.673,8	414.604,2	426.561,0	446.634,8	4,7	14,1	504,27
MS	220.965	Dourados	144.151,2	143.505,6	136.185,5	126.171,8	133.569,4	5,9	17,7	604,48
	87.711.946	Sudeste	63.099.015,1	59.535.627,5	55.016.030,6	56.117.181,4	57.396.417,6	2,3	20,2	654,37
ES	358.267	Vitória	454.068,7	387.500,0	308.870,6	290.411,4	320.790,1	10,5	20,5	895,39
ES	507.598	Serra	305.565,5	325.439,4	310.736,1	316.378,9	356.124,1	12,6	30,5	701,59
ES	486.208	Vila Velha	138.496,8	153.274,5	128.453,6	133.008,2	158.601,0	19,2	17,2	326,20
ES	378.603	Cariacica	156.971,2	166.003,9	121.774,1	130.333,7	140.731,8	8,0	23,5	371,71
MG	2.501.576	Belo Horizonte	1.114.026,1	989.204,5	993.604,8	1.044.727,9	945.859,0	-9,5	10,1	378,11
MG	683.247	Uberlândia	514.081,8	462.736,8	447.549,2	518.292,7	555.063,0	7,1	28,0	812,39
MG	659.070	Contagem	497.979,9	456.163,0	441.534,7	453.072,6	414.793,4	-8,4	26,3	629,36

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Participação na receita corrente 2018	ICMS municipal per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018						em %	em R\$
MG	564.310	Juiz de Fora	210.368,6	194.074,7	200.556,7	204.771,6	206.779,3	1,0	14,2	366,43
MG	432.575	Betim	929.572,5	799.469,5	769.258,8	794.178,2	688.120,1	-13,4	45,0	1.590,75
MG	404.804	Montes Claros	113.160,2	107.469,0	115.809,0	125.365,5	113.217,7	-9,7	15,2	279,69
MG	331.045	Ribeirão das Neves	58.403,1	59.344,8	62.578,9	...	67.994,7	..	18,1	205,39
MG	330.361	Uberaba	214.611,1	213.854,7	209.004,9	228.946,3	233.734,4	2,1	22,7	707,51
MG	278.685	Governador Valadares	77.308,1	68.525,8	68.579,7	77.400,9	72.227,8	-6,7	9,8	259,17
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	2.877.045,2	2.793.830,4	2.415.824,3	2.333.407,8	2.570.866,6	10,2	11,7	384,35
RJ	1.077.687	São Gonçalo	224.595,4	210.004,0	182.155,4	184.222,8	202.778,2	10,1	18,0	188,16
RJ	914.383	Duque de Caxias	...	819.966,6	719.749,9	756.489,2	...	..	..	...
RJ	818.875	Nova Iguaçu	195.135,0	192.982,5	169.576,0	166.220,0	190.173,5	14,4	13,9	232,24
RJ	511.786	Niterói	328.075,3	306.587,2	286.464,7	366.525,0	...	..	..	...
RJ	508.614	Belford Roxo	132.199,3	130.009,2	122.187,4	131.403,0	152.109,0	15,8	23,3	299,07
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	416.730,6	341.114,3	230.126,1	296.512,6	330.201,3	11,4	17,3	655,91
RJ	471.888	São João de Meriti	95.360,9	96.177,3	85.262,1	83.011,6	...	..	..	...
RJ	305.687	Petrópolis	184.277,3	175.677,5	161.462,2	197.258,2	254.555,1	29,0	25,2	832,73
RJ	271.998	Volta Redonda	275.627,8	244.558,3	202.782,3	190.737,7	...	..	..	...
SP	12.176.866	São Paulo	8.648.799,7	7.961.231,6	7.178.004,9	7.200.459,3	7.195.016,4	-0,1	14,3	590,88
SP	1.365.899	Guarulhos	1.409.728,3	1.316.983,5	1.185.201,9	1.187.390,5	1.200.899,0	1,1	29,1	879,20
SP	1.194.094	Campinas	1.035.997,8	979.274,2	899.574,4	891.917,2	918.912,4	3,0	20,1	769,55
SP	833.240	São Bernardo do Campo	1.260.512,3	1.146.061,4	1.015.754,3	918.105,0	836.339,4	-8,9	24,1	1.003,72
SP	716.109	Santo André	442.480,4	415.123,0	386.941,2	381.874,4	397.061,4	4,0	16,7	554,47
SP	713.943	São José dos Campos	943.162,9	929.820,2	840.510,6	870.978,5	903.703,7	3,8	38,0	1.265,79
SP	696.850	Osasco	487.881,4	430.398,3	380.821,2	377.617,5	381.133,5	0,9	17,5	546,94
SP	694.534	Ribeirão Preto	530.807,5	509.232,0	469.036,4	485.401,8	502.408,2	3,5	20,3	723,37
SP	671.186	Sorocaba	585.650,6	547.192,3	508.391,1	527.261,4	529.877,5	0,5	20,1	789,46
SP	468.148	Mauá	319.888,6	304.200,7	287.092,3	303.947,2	321.466,3	5,8	33,6	686,68
SP	456.245	São José do Rio Preto	255.347,4	248.715,6	233.850,6	238.848,4	237.731,1	-0,5	15,4	521,06
SP	440.769	Mogi das Cruzes	284.341,5	267.303,0	246.560,9	246.036,4	250.047,0	1,6	18,6	567,30
SP	432.957	Santos	405.579,6	388.576,1	320.418,6	299.484,5	303.556,7	1,4	13,3	701,12
SP	420.934	Diadema	389.755,3	358.020,6	...	304.873,8	292.534,1	-4,0	27,3	694,96
SP	414.810	Jundiaí	687.942,7	699.561,2	680.489,4	664.496,0	662.355,3	-0,3	33,5	1.596,77
SP	400.949	Piracicaba	375.247,7	385.255,1	389.447,8	389.392,9	384.850,3	-1,2	25,4	959,85
SP	398.611	Carapicuíba	...	100.346,1	90.184,8	92.169,2	96.194,2	4,4	20,2	241,32
SP	374.272	Bauru	208.129,8	198.465,9	185.540,3	188.546,4	194.854,4	3,3	18,4	520,62
	29.754.036	Sul	20.816.071,9	20.140.511,4	19.743.498,7	20.824.856,1	21.452.816,7	3,0	21,6	721,01
PR	1.917.185	Curitiba	1.002.567,6	939.427,2	886.408,4	872.917,1	793.301,0	-9,1	10,4	413,78
PR	563.943	Londrina	195.972,9	196.489,9	188.215,2	205.373,1	160.522,7	-21,8	9,8	284,64
PR	417.010	Maringá	181.145,3	183.390,4	167.351,0	176.797,8	172.753,9	-2,3	12,5	414,27
PR	348.043	Ponta Grossa	173.109,1	170.141,1	154.411,5	170.123,2	142.765,3	-16,1	20,4	410,19
PR	324.476	Cascavel	134.389,7	136.660,5	134.256,6	148.199,4	148.856,5	0,4	17,1	458,76
PR	317.476	São José dos Pinhais	531.075,6	496.066,8	413.875,4	385.578,0	348.574,4	-9,6	36,8	1.097,96
PR	258.823	Foz do Iguaçu	143.480,7	146.663,2	138.518,0	165.942,9	179.561,4	8,2	17,6	693,76
RS	1.479.101	Porto Alegre	873.684,1	836.672,1	796.863,7	761.337,1	743.379,7	-2,4	12,5	502,59
RS	504.069	Caxias do Sul	465.228,3	434.372,5	424.062,7	388.905,1	368.561,8	-5,2	21,6	731,17
RS	344.957	Canoas	426.529,9	421.892,1	461.830,3	548.753,8	608.912,6	11,0	43,6	1.765,18
RS	341.648	Pelotas	117.051,7	106.837,0	106.861,6	103.275,7	112.585,3	9,0	12,7	329,54
RS	280.505	Santa Maria	95.593,1	93.514,9	93.489,1	95.296,1	100.474,6	5,4	16,2	358,19
RS	279.398	Gravataí	208.266,9	195.010,4	222.498,8	215.194,0	201.435,5	-6,4	26,8	720,96
RS	254.101	Viamão	75.825,8	78.761,0	80.110,9	83.340,7	86.316,0	3,6	19,8	339,69
SC	492.977	Florianópolis	176.911,8	151.302,1	140.656,1	150.888,1	154.815,6	2,6	9,0	314,04
SC	583.144	Joinville	514.702,0	465.730,2	444.276,7	466.527,8	461.909,6	-1,0	22,5	792,10
SC	352.460	Blumenau	278.919,5	260.947,0	243.766,0	251.418,7	258.513,0	2,8	18,9	733,45
	81.785.966	Cidades selecionadas	47.219.095,8	44.390.196,0	41.174.850,1	41.793.377,9	42.518.559,6	1,7	17,4	519,88
	32.107.017	Até 20 mil habitantes	20.430.751,1	19.538.886,3	19.166.211,0	19.963.310,6	20.833.503,5	4,4	21,0	648,88
	46.749.996	Capitais	24.563.345,7	22.836.035,8	21.018.343,5	21.175.091,5	21.545.957,0	1,8	14,4	460,88
	205.517.176	Brasil¹	118.928.444,6	113.451.797,0	107.508.175,7	110.468.453,1	114.100.790,0	3,3	19,2	555,19

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

ICMS municipal | RANKING 2018

Posição	UF	Município	ICMS municipal	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1°	SP	São Paulo	7.195.016.361,60	12.176.866	1°
2°	RJ	Rio de Janeiro	2.570.866.582,68	6.688.927	2°
3°	AM	Manaus	1.427.829.654,68	2.145.444	6°
4°	SP	Guarulhos	1.200.899.037,21	1.365.899	12°
5°	SP	Paulínia	1.029.122.137,20	106.776	290°
6°	CE	Fortaleza	999.601.278,42	2.643.247	4°
7°	MG	Belo Horizonte	945.859.002,29	2.501.576	5°
8°	SP	Campinas	918.912.371,76	1.194.094	13°
9°	SP	São José dos Campos	903.703.662,56	713.943	25°
10°	SP	São Bernardo do Campo	836.339.364,37	833.240	21°
11°	PR	Curitiba	793.300.976,51	1.917.185	7°
12°	PE	Recife	782.625.267,39	1.637.834	8°
13°	BA	Salvador	772.521.947,78	2.857.329	3°
14°	RS	Porto Alegre	743.379.676,68	1.479.101	11°
15°	SP	Barueri	725.642.306,17	271.306	104°
16°	MG	Betim	688.120.088,75	432.575	54°
17°	SP	Jundiaí	662.355.255,70	414.810	57°
18°	RS	Canoas	608.912.555,08	344.957	76°
19°	GO	Goiânia	587.035.596,90	1.495.705	9°
20°	MG	Uberlândia	555.063.046,63	683.247	29°
21°	MA	São Luís	536.504.926,82	1.094.667	14°
22°	SP	Sorocaba	529.877.454,22	671.186	30°
23°	PR	Araucária	522.490.484,10	141.410	202°
24°	PI	Teresina	504.457.770,34	861.442	20°
25°	SP	Ribeirão Preto	502.408.152,02	694.534	28°
26°	SC	Joinville	461.909.562,80	583.144	35°
27°	BA	Camaçari	461.836.850,19	293.723	93°
28°	MS	Campo Grande	446.634.806,19	885.711	18°
29°	PA	Belém	435.876.399,53	1.485.732	10°
30°	PE	Ipojuca	423.220.853,91	94.709	332°
31°	MG	Contagem	414.793.439,66	659.070	31°
32°	RJ	Macaé	407.626.357,37	251.631	111°
33°	BA	São Francisco do Conde	399.746.657,86	39.338	861°
34°	SP	Santo André	397.061.365,27	716.109	24°
35°	SP	Cubatão	395.612.883,89	129.760	226°
36°	SC	Itajaí	387.666.103,22	215.895	138°
37°	SP	Piracicaba	384.850.302,52	400.949	61°
38°	SP	Osasco	381.133.488,50	696.850	27°
39°	RS	Caxias do Sul	368.561.809,45	504.069	44°
40°	PB	João Pessoa	358.929.594,83	800.323	23°
41°	ES	Serra	356.124.076,37	507.598	43°
42°	PR	São José dos Pinhais	348.574.409,91	317.476	86°
43°	PE	Jaboatão dos Guararapes	346.039.011,75	697.636	26°
44°	RJ	Angra dos Reis	344.865.169,06	200.407	152°
45°	MT	Cuiabá	337.327.201,21	607.153	34°
46°	SP	São Caetano do Sul	331.159.560,68	160.275	182°
47°	RJ	Campos dos Goytacazes	330.201.325,56	503.424	45°
48°	SP	Mauá	321.466.282,17	468.148	50°
49°	ES	Vitória	320.790.064,75	358.267	71°
50°	PA	Parauapebas	310.511.590,25	202.882	150°
51°	RO	Porto Velho	310.172.477,49	519.531	40°
52°	SP	Santos	303.556.682,26	432.957	53°
53°	RN	Natal	301.192.475,49	877.640	19°
54°	SP	Diadema	292.534.148,50	420.934	55°
55°	PE	Cabo de Santo Agostinho	291.269.881,73	205.112	147°
56°	SP	Louveira	281.853.556,67	47.748	689°
57°	SP	Jacareí	274.336.621,47	231.863	127°
58°	SP	Itapevi	263.856.022,50	234.352	125°
59°	SC	Blumenau	258.513.003,16	352.460	73°
60°	RJ	Petrópolis	254.555.081,91	305.687	88°
61°	GO	Anápolis	252.172.995,84	381.970	64°
62°	SP	Mogi das Cruzes	250.047.026,19	440.769	52°
63°	BA	Feira de Santana	247.964.301,48	609.913	33°
64°	SE	Aracaju	247.697.978,86	648.939	32°
65°	SP	Taubaté	241.214.233,01	311.854	87°
66°	SP	Sumaré	237.842.243,95	278.571	100°
67°	SP	São José do Rio Preto	237.731.063,69	456.245	51°
68°	SP	Cotia	234.015.839,62	244.694	115°
69°	MG	Uberaba	233.734.375,57	330.361	81°
70°	AL	Maceió	232.965.041,78	1.012.382	16°
71°	SP	Indaiatuba	230.773.804,81	246.908	113°
72°	SP	Limeira	229.518.184,39	303.682	89°
73°	SP	Santana de Parnaíba	227.505.111,53	136.517	211°
74°	CE	Maracanaú	215.177.509,33	226.128	133°
75°	SP	Suzano	208.103.723,00	294.638	91°
76°	SP	Embu	206.990.075,37	270.843	105°
77°	MG	Juiz de Fora	206.779.282,54	564.310	37°
78°	SP	Hortolândia	203.093.144,51	227.353	131°
79°	RJ	São Gonçalo	202.778.199,08	1.077.687	15°
80°	RS	Gravataí	201.435.479,71	279.398	98°
81°	RN	Guamaré	200.415.579,40	15.349	2247°
82°	MT	Rondonópolis	199.646.435,59	228.857	130°
83°	PB	Campina Grande	195.222.351,61	407.472	58°
84°	SP	Bauru	194.854.353,88	374.272	67°
85°	MS	Corumbá	194.361.550,36	110.806	285°
86°	RJ	Nova Iguaçu	190.173.544,14	818.875	22°
87°	GO	Rio Verde	189.604.814,97	229.651	129°
88°	SP	Rio Claro	189.078.935,66	204.797	149°
89°	SP	Vinhedo	188.275.840,98	77.308	422°
90°	SP	Jaguariúna	185.407.983,57	56.221	586°
91°	GO	Aparecida de Goiânia	183.833.481,34	565.957	36°
92°	SP	Cajamar	183.611.530,51	75.638	429°
93°	PR	Foz do Iguaçu	179.561.398,60	258.823	107°
94°	PR	Maringá	172.753.911,97	417.010	56°
95°	SP	Taboão da Serra	170.724.445,15	285.570	95°
96°	RS	Rio Grande	170.016.741,05	210.005	142°
97°	SP	Americana	168.916.684,76	237.112	122°
98°	PA	Marabá	167.598.381,23	275.086	101°
99°	RR	Boa Vista	167.150.367,61	375.374	66°
100°	MS	Três Lagoas	166.389.880,94	119.465	262°
Total dos 100 maiores			48.052.341.903,52	74.462.673	..
Total dos demais			66.048.448.112,50	131.054.503	..
Total Brasil¹			114.100.790.016,02	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

ICMS municipal per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	ICMS municipal per capita	ICMS municipal	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
1º	RN	Guamaré	13.057,24	200.415.579,40	15.349	2247º
2º	BA	São Francisco do Conde	10.161,84	399.746.657,86	39.338	861º
3º	SP	Paulínia	9.638,14	1.029.122.137,20	106.776	290º
4º	PR	Saudade do Iguaçu	7.201,20	39.311.363,80	5.459	4171º
5º	SC	Santa Helena	6.149,71	13.818.392,64	2.247	5374º
6º	SP	Louveira	5.902,94	281.853.556,67	47.748	689º
7º	RS	Triunfo	5.171,36	151.039.816,78	29.207	1186º
8º	SC	Nova Erechim	4.947,53	24.465.513,69	4.945	4332º
9º	GO	Davinópolis	4.840,05	10.135.066,66	2.094	5425º
10º	MG	Jeceaba	4.813,28	23.936.447,90	4.973	4323º
11º	RS	Pinhal da Serra	4.811,40	9.454.392,48	1.965	5455º
12º	RS	Aratiba	4.689,47	29.463.927,13	6.283	3907º
13º	SC	Princesa	4.487,91	13.064.294,94	2.911	5132º
14º	MS	Taquarussu	4.487,58	16.078.993,77	3.583	4865º
15º	PE	Ipojuca	4.468,64	423.220.853,91	94.709	332º
16º	SP	Borá	4.426,72	3.700.740,12	836	5567º
17º	RJ	Porto Real	4.412,54	85.519.467,80	19.381	1815º
18º	SP	Sandovalina	4.347,76	18.469.301,36	4.248	4611º
19º	MG	Extrema	4.276,99	151.721.797,38	35.474	947º
20º	RJ	Quissamã	4.083,10	98.998.827,24	24.246	1457º
21º	GO	Perolândia	4.069,95	12.681.977,31	3.116	5048º
22º	RS	Muitos Capões	4.067,92	12.818.021,65	3.151	5031º
23º	RS	Westfalia	4.018,32	12.046.925,44	2.998	5093º
24º	PR	Alto Paraíso	3.907,04	10.935.801,56	2.799	5172º
25º	MS	Santa Rita do Pardo	3.895,78	30.390.969,09	7.801	3499º
26º	SC	Itá	3.876,90	24.071.698,53	6.209	3932º
27º	MG	Cachoeira Dourada	3.874,98	10.373.318,73	2.677	5226º
28º	GO	Pilar de Goiás	3.835,62	8.875.614,00	2.314	5359º
29º	MT	Campos de Júlio	3.806,08	25.538.824,07	6.710	3784º
30º	MS	Paraíso das Águas	3.800,20	20.730.064,83	5.455	4173º
31º	RS	Alpestre	3.788,43	24.465.653,67	6.458	3860º
32º	SC	Marema	3.755,10	6.931.916,44	1.846	5480º
33º	PR	Araucária	3.694,86	522.490.484,10	141.410	202º
34º	BA	Madre de Deus	3.656,62	75.827.377,12	20.737	1703º
35º	RJ	Macuco	3.639,73	20.287.865,98	5.574	4128º
36º	SP	Ouroeste	3.604,84	36.686.456,42	10.177	3084º
37º	RS	Capão Bonito do Sul	3.585,22	5.980.152,82	1.668	5513º
38º	RS	Boa Vista do Cadeado	3.560,87	8.806.023,58	2.473	5310º
39º	MS	Selvíria	3.533,63	23.021.622,93	6.515	3845º
40º	MG	Tapira	3.504,58	16.510.073,47	4.711	4439º
41º	RS	Tupandi	3.450,60	16.449.027,31	4.767	4410º
42º	RS	Santa Margarida do Sul	3.436,31	8.745.407,98	2.545	5274º
43º	SC	Lajeado Grande	3.434,43	4.935.279,51	1.437	5548º
44º	SP	Rosana	3.434,13	58.431.782,08	17.015	2073º
45º	SP	Queiroz	3.372,07	11.299.799,47	3.351	4956º
46º	MG	Santa Vitória	3.365,98	66.000.162,16	19.608	1800º
47º	SP	Taciba	3.358,88	20.959.383,50	6.240	3923º
48º	SC	Vargem Bonita	3.306,17	14.990.186,22	4.534	4506º
49º	SP	Jaguariúna	3.297,84	185.407.983,57	56.221	586º
50º	TO	Cariri do Tocantins	3.255,36	14.066.391,80	4.321	4586º
51º	SC	São Carlos	3.249,33	36.363.287,91	11.191	2871º
52º	SP	Pontes Gestal	3.222,06	8.303.245,97	2.577	5254º

Posição	UF	Município	ICMS municipal per capita	ICMS municipal	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
53º	GO	Chapadão do Céu	3.192,01	31.415.787,65	9.842	3135º
54º	RS	Turuçu	3.141,33	10.853.310,12	3.455	4918º
55º	RJ	Itaiaia	3.061,99	96.565.960,94	31.537	1105º
56º	SP	Cubatão	3.048,80	395.612.883,89	129.760	226º
57º	SP	Cordeirópolis	3.036,67	73.551.208,93	24.221	1459º
58º	RS	Pedras Altas	3.020,49	6.071.178,01	2.010	5441º
59º	RS	Vista Alegre do Prata	3.008,21	4.707.849,33	1.565	5532º
60º	RS	Capitão	3.000,58	8.251.599,57	2.750	5195º
61º	SC	Arvoredo	2.998,66	6.734.991,56	2.246	5375º
62º	AM	Japurá	2.993,20	9.772.785,04	3.265	4988º
63º	PR	Serranópolis do Iguaçu	2.976,96	13.435.034,51	4.513	4511º
64º	MS	Alcinópolis	2.961,51	15.601.222,34	5.268	4243º
65º	RJ	Santa Maria Madalena	2.957,47	30.808.000,63	10.417	3038º
66º	GO	Ouvidor	2.956,18	19.360.055,00	6.549	3832º
67º	PR	Maripá	2.932,16	16.490.454,63	5.624	4109º
68º	SP	Brejo Alegre	2.925,47	8.311.250,35	2.841	5155º
69º	SP	Colômbia	2.925,12	18.144.498,33	6.203	3934º
70º	RS	Nova Candelária	2.888,22	7.827.067,75	2.710	5209º
71º	SP	Sebastianópolis do Sul	2.883,46	10.005.596,94	3.470	4910º
72º	MG	Água Comprida	2.861,58	5.737.469,00	2.005	5443º
73º	SP	Narandiba	2.846,42	13.688.416,81	4.809	4389º
74º	SP	Zacarias	2.845,59	7.637.567,33	2.684	5219º
75º	SC	Abdon Batista	2.841,30	7.322.035,24	2.577	5254º
76º	SP	Nova Castilho	2.828,10	3.549.269,74	1.255	5558º
77º	RS	Poço das Antas	2.811,94	5.888.195,23	2.094	5425º
78º	SC	Jardinópolis	2.787,18	4.445.552,08	1.595	5527º
79º	RS	Coxilha	2.786,93	7.717.022,17	2.769	5185º
80º	AM	Presidente Figueiredo	2.771,08	97.963.179,36	35.352	949º
81º	SC	Iomerê	2.761,96	8.084.271,27	2.927	5123º
82º	MG	Guarda-Mor	2.752,04	18.138.682,89	6.591	3818º
83º	RS	Almirante Tamandaré do Sul	2.747,32	5.436.951,75	1.979	5452º
84º	RS	Boa Vista do Sul	2.743,22	7.648.108,39	2.788	5174º
85º	RS	Capão do Cipó	2.727,56	9.824.669,74	3.602	4858º
86º	RS	André da Rocha	2.722,15	3.604.129,57	1.324	5556º
87º	RJ	São Sebastião do Alto	2.715,22	25.322.122,32	9.326	3202º
88º	MT	Santa Rita do Trivelato	2.709,80	9.023.618,78	3.330	4965º
89º	SC	Morro Grande	2.693,35	7.805.333,91	2.898	5137º
90º	RS	Boa Vista do Incra	2.678,56	6.937.476,24	2.590	5252º
91º	SP	Barueri	2.674,63	725.642.306,17	271.306	104º
92º	SP	Florínia	2.655,14	7.166.226,36	2.699	5214º
93º	RJ	São José de Ubá	2.653,89	18.932.817,30	7.134	3675º
94º	SP	Nova Independência	2.649,86	10.289.403,33	3.883	4755º
95º	PR	São José da Boa Vista	2.640,86	16.515.909,36	6.254	3917º
96º	RS	Vila Lângaro	2.626,49	5.520.882,03	2.102	5421º
97º	RS	Vespasiano Correa	2.620,77	4.809.117,22	1.835	5482º
98º	RS	Montauri	2.619,88	3.840.744,99	1.466	5547º
99º	SC	Xavantina	2.616,06	10.367.433,58	3.963	4717º
100º	RS	Colinas	2.610,46	6.374.746,06	2.442	5318º

	Total dos 100 maiores	4.196,00	6.227.714.301,69	1.484.203	..
	Total dos demais	528,70	107.873.075.714,33	204.032.973	..
	Total Brasil¹	555,19	114.100.790.016,02	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

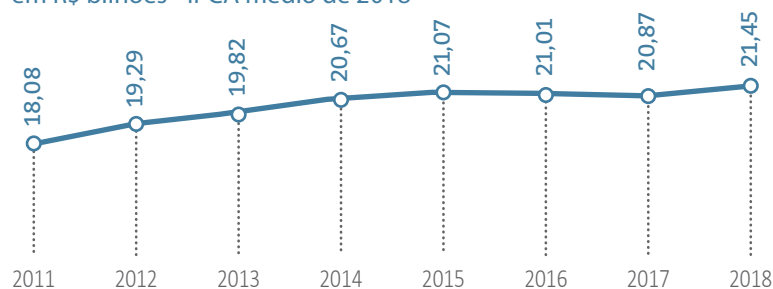
Maioria dos estados aumentou receita do IPVA com ajuste nas suas legislações de 2014 a 2018

O Governo do Rio Grande do Sul adiantou o pagamento de parcela do IPVA do ano de 2019 para o final do exercício de 2018 e, assim, a quota-parte dos municípios gaúchos saltou 17,4% em relação a 2017. No Brasil, o crescimento foi de 2,8% no período, mas, desconsiderando as prefeituras do Estado sulista, a média seria de apenas 1,8%.

Desempenho

Após dois anos de ligeira queda, a arrecadação municipal com as transferências estaduais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) voltou a crescer. Em 2018, a receita foi de R\$ 21,45 bilhões, um incremento de R\$ 577,7 milhões ao volume recebido em 2017, o que equivaleu a uma alta de 2,8%, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio do período. O resultado de 2018 foi mais que suficiente para repor as perdas que ocorreram em 2016 e 2017, quando o IPVA encolheu, respectivamente, 0,3% e 0,7%. Com a retomada, tal arrecadação chegou ao seu recorde histórico.

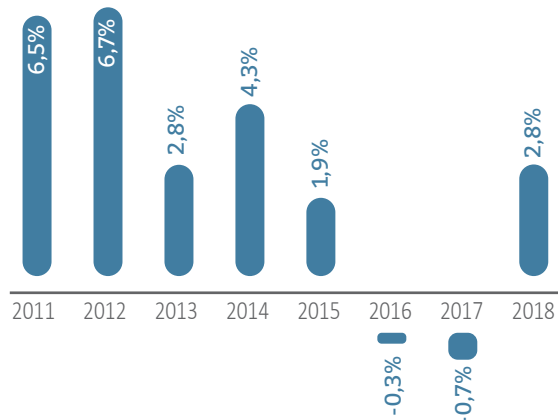
Evolução do IPVA municipal em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Em que pese a recuperação registrada em 2018 e consequentemente a volta à trajetória de elevação, cabe ressaltar os motivos que influenciaram o desempenho do tributo nos últimos quatro anos.

O IPVA é um imposto de competência estadual, porém 50% do produto de sua captação pertencem aos municípios. Com a delicada situação fiscal encontrada em diversos estados federados, aliada a um cenário de crise e diminuição das receitas públicas, vários governos optaram por alterar as normas de cobrança sobre o tributo, visando a fortalecer o recolhimento, o que indiretamente beneficiou os municípios desses entes.

Taxa de crescimento do IPVA municipal em relação ao ano anterior

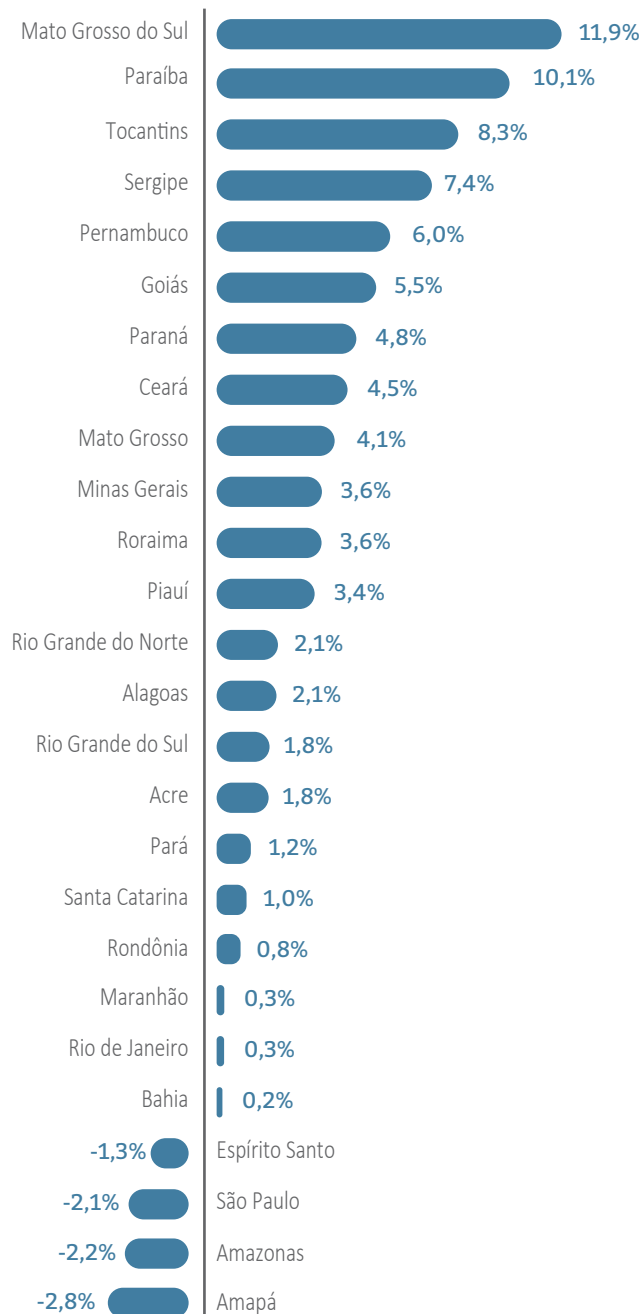


Esse movimento começou no Paraná ainda em 2014, ano em que os primeiros sinais negativos da economia foram percebidos. O Estado adotou aumentos de alíquotas, que passaram a valer já em 2015 e injetaram cerca de R\$ 365 milhões a mais nos orçamentos municipais paranaenses.

De lá para cá, os estados brasileiros se dividiram entre aqueles que mudaram suas legislações de modo a impulsionar a receita e os que permaneceram com os mesmos regramentos, mas viram a arrecadação cair ou se estagnar devido à retração na venda de veículos novos e ao envelhecimento da frota, fatores que diminuem a base de cálculo do imposto. **Entretanto, com o passar do tempo e sem que a situação fiscal melhorasse, mais estados promoveram modificações em suas leis.**

Para o exercício de 2018, coube destaque ao Estado do Rio Grande do Sul, que, ao promover uma alteração administrativa, conseguiu ampliar os recursos do IPVA em 17,4%. O governo gaúcho costumava oferecer abatimentos para quem quitasse tal dívida de forma antecipada, sendo que os maiores descontos eram dados para aqueles que faziam o pagamento nos primeiros dias do ano-calendário.

Taxa de crescimento do IPVA municipal por Estado - 2018/2014



Entretanto, na cobrança do IPVA-2019, a fazenda estadual estabeleceu que a faixa que seria contemplada com o maior abatimento, de 25,48%, deveria ser faturada até o dia 28 de dezembro de 2018. Com esse adiantamento, segundo dados do governo estadual, cerca de um quarto dos automóveis gaúchos quitou o IPVA de 2019 em 2018, elevando fortemente a arrecadação desse ano, mas afetando diretamente as entradas de recursos de 2019, que serão bem menores se o mesmo expediente não for utilizado para o IPVA-2020. No acumulado de janeiro a junho de 2019, o montante do tributo no Rio Grande do Sul ficou 8% menor que o do mesmo período de 2018, em valores corrigidos pelo IPCA de julho de 2019.

Segundo dados do Palácio Piratini, cerca de R\$ 820 milhões foram antecipados nessa modalidade, sendo que metade dessa importância foi endereçada às prefeituras do Estado, como ordena a Constituição Federal. Caso excluíssemos os municípios gaúchos do total da captação com o IPVA, o crescimento no Brasil passaria de 2,8% para 1,8%, em 2018.

Estimuladas por esse movimento, as cidades do Rio Grande do Sul apresentaram taxas de crescimento significativas em 2018. O IPVA de Porto Alegre subiu 14,3%; em Caxias do Sul, a expansão foi de 18,7%; e em Canoas, o avanço chegou a 13,6%. Por todo o Estado, essa performance aconteceu de forma intensa, o que revela que a estratégia do governo gaúcho surtiu o efeito esperado.

Em outros estados, destacam-se os desempenhos de Petrolina-PE (16%), Paulista-PE (14%), Uberaba-MG (13,6%) e Uberlândia-MG (10,5%), além da capital mineira, onde o acréscimo de

10% nas transferências do imposto significou um extra de R\$ 61,7 milhões, o maior incremento do Brasil, em 2018. Vale mencionar que nos estados de Minas Gerais (9,4%) e Pernambuco (8,9%), o tributo também assinalou um ótimo ganho em 2018. Com o Rio Grande do Sul, foram as unidades da federação com as maiores variações positivas e, por isso, o reflexo é direto em seus municípios.

Na capital São Paulo, que possui a maior arrecadação nacional com o IPVA, o volume de R\$ 2,50 bilhões ficou ligeiramente abaixo do observado em 2017, quando alcançou R\$ 2,51 bilhões, um recuo de 0,6%. Já no município do Rio de Janeiro, o declínio foi mais expressivo, de 7,8%, entre 2018 e 2017. Os cofres da capital fluminense coletaram R\$ 780,8 milhões, resultado que representou uma perda de R\$ 65,7 milhões.

Embora mais comedida no biênio 2017-2018, a retração no município de São Paulo chega a 10% se a base comparativa considerar as cifras desse último ano e as de 2014. Nesse intervalo mais amplo, Vitória também amarga um encolhimento de 10%; em Manaus a queda é de 8,5% e em Macapá, de 10,9%. Em comum, essas capitais têm o fato de pertencerem a estados que nos últimos exercícios sofreram perdas significativas no recolhimento por não terem revisto suas normas e legislações e, conseqüentemente, o repasse a todos os seus municípios foi paulatinamente reduzido.

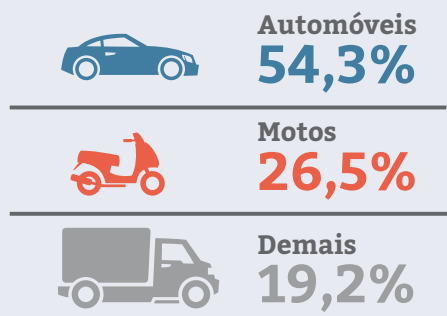
Entre os 100 municípios que anotaram as maiores quedas com o tributo entre 2014 e 2018, há 85 localizados nos estados de São Paulo, Espírito Santo ou Amazonas. Ou seja, **85% dos casos mais críticos se concentram em apenas três unidades da federação.**

Dados sobre a frota de veículos

Em 2018, 49,4% dos veículos brasileiros estavam emplacados em municípios da Região Sudeste. A Região Sul detém a segunda maior frota, com 20% do total. Cabe destacar que o quantitativo da Região Norte é o que mais vem se expandindo nos últimos anos e desde 2002 apresenta uma taxa de crescimento anual média de 10,6%.

Entre os estados, São Paulo lidera o ranking, com 29,4% da quantidade de automotores no Brasil. Esse valor corresponde à quase totalidade dos carros emplacados em três regiões brasileiras, o Norte (4,6%), o Centro-Oeste¹ (7,3%) e o Nordeste (15,5%), que somam 30,5% do montante nacional. Os estados de Minas Gerais (11,2%) e Paraná (7,7%) aparecem na sequência de São Paulo no rol das maiores frotas. Na outra ponta, as unidades federativas com o menor volume são Roraima e Amapá, com 0,2% cada.

Composição da frota brasileira de veículos - 2018



¹ Exceto o Distrito Federal.

Os automóveis compõem a maior parte da frota do país, com 54,3%. Em seguida, estão as motocicletas e motonetas, que, juntas, representam 26,5%. O restante, 19,2%, é integrado por uma variedade de veículos, tais como caminhões (2,7%), caminhonetes e caminhonetas (10,9%), ônibus (0,6%), utilitários, triciclos, reboques e outros.

Com relação à idade, dos veículos circulantes em 2018, 28% possuíam até cinco anos. Em 2017 esse grupo equivalia a 30% e, em 2014 chegava a 41%, o que mostra uma desaceleração acentuada na reposição da frota, que passou a ser integrada cada vez mais por bens com idade entre seis e 15 anos. Essa parcela, em 2018, concentrou 55% dos automotores.

Nesse mesmo período, veículos que ultrapassavam 20 anos de fabricação, o que os torna isentos do IPVA em boa parte dos estados, passaram a compor uma fatia maior da frota: em 2014 eram 1,7% e, em 2018, somavam 2,5%.

Em resumo, a idade média da frota, em 2018, aumentou dois meses em relação a 2017 e chegou a alcançar nove anos e seis meses na média geral, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), o que contribui para a diminuição do valor-base sobre o qual é cobrado o IPVA.

Participação na receita corrente

O IPVA respondeu por 3,6% da receita corrente das cidades brasileiras em 2018. Esse valor é um pouco inferior ao apurado em 2017, quando chegou a 3,7%. De certa forma, o tributo possui uma pequena amplitude nas variações desse indicador. A maior participação já registrada no século aconteceu em 2009, quando o imposto representou 3,8% das receitas correntes municipais, e a menor ocorreu em 2005, com 3%.

A relativa estabilidade do IPVA em relação à receita corrente se dá porque a trajetória de ambos os itens tem seguido no mesmo sentido e apontado intensidade semelhante quando verificados os dados desde 2002, ano em que se inicia a série histórica de **Multi Cidades**. A alta da participação do IPVA na receita corrente em 2009 deveu-se à estagnação desta última (-0,6%), enquanto que o

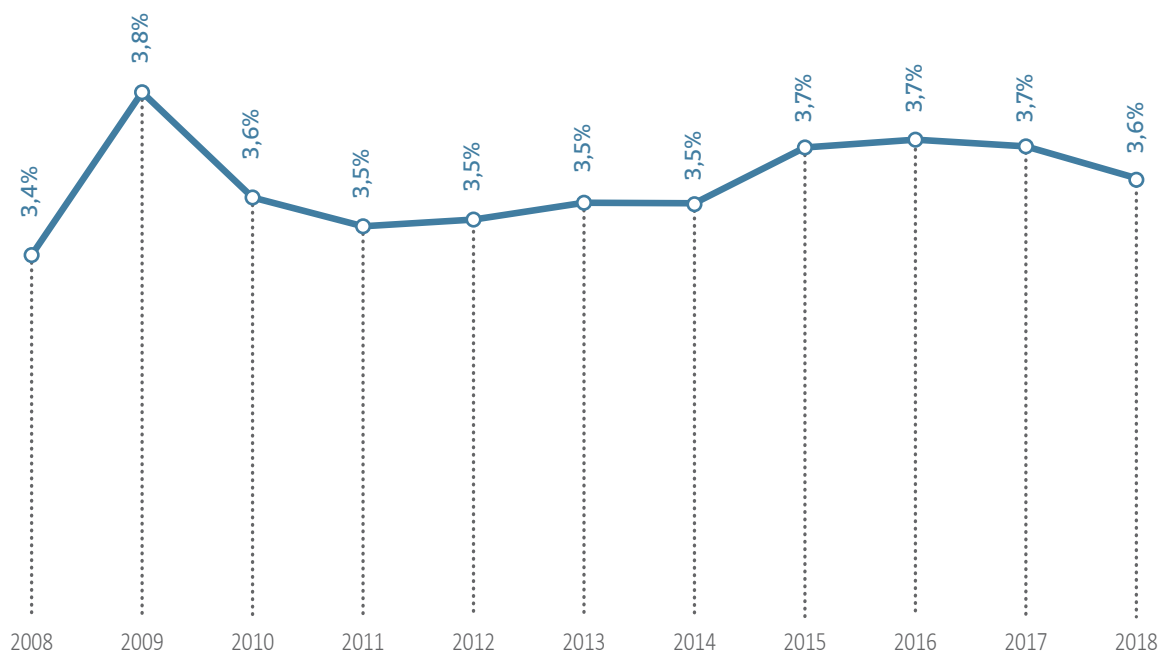
recolhimento do tributo teve uma excelente performance, com subida de 12,3% naquele exercício.

IPVA per capita

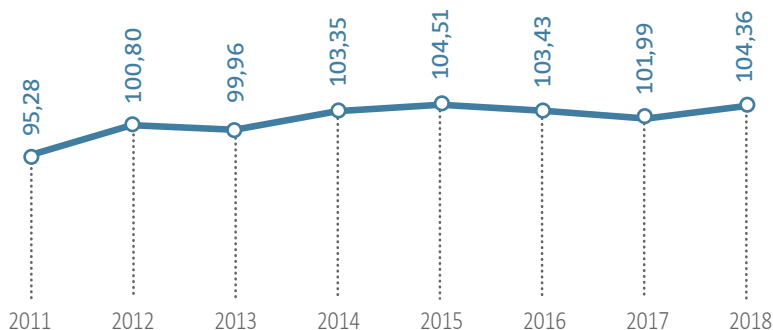
Em média, no ano de 2018, a receita per capita com o IPVA foi de R\$ 104,36, cifra que é 2,3% superior aos R\$ 101,99 apurados no exercício anterior. Esse resultado praticamente se iguala ao alcançado em 2015, quando ficou em R\$ 104,51 por habitante.

Porém, essa média nacional esconde uma discrepância entre as regiões do país. No Norte e no Nordeste, a quantia per capita é inferior à metade desse valor, estando em R\$ 45,35 e R\$ 45,52, respectivamente. Esse quadro é um reflexo do número bem menor de veículos circulando nos municípios dessas regiões, cerca de um para cada 3,3 habitantes.

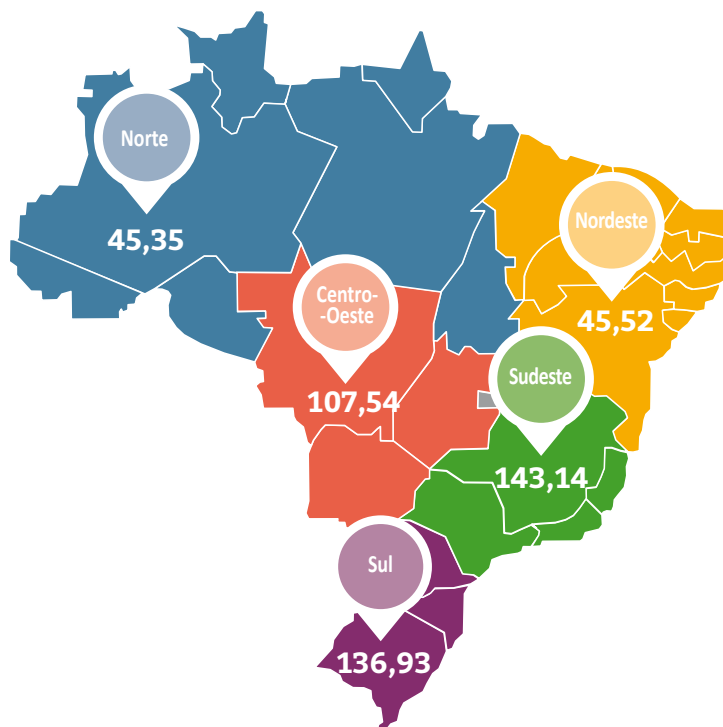
Participação do IPVA municipal na receita corrente



Evolução do IPVA per capita municipal em R\$ - IPCA médio de 2018



IPVA municipal per capita por região - 2018 em R\$ - IPCA médio de 2018



No Sudeste, com R\$ 143,14 per capita, a relação é de 1,8 pessoa para cada veículo, enquanto que no Sul, com R\$ 136,93 por morador, o indicador fica em 1,5. **O número proporcionalmente maior de veículos por habitante e o desenvolvimento econômico-social que eleva a presença de modelos de luxo na composição**

da frota dessas regiões explicam suas receitas per capita mais robustas. No Centro-Oeste (1,7), a fração é semelhante à do Sudeste, entretanto o fator renda e as alíquotas médias menores fazem com que a arrecadação per capita, de R\$ 107,54, fique mais próxima da média nacional.

Municípios do Estado de São Paulo, que possuem tanto renda quanto alíquotas mais elevadas, predominam entre os líderes do ranking per capita. Entre essas localidades está São Caetano do Sul, com uma receita de R\$ 359,72 por habitante. Além dessa cidade, há nove outras paulistas nas 20 primeiras posições na classificação nacional.

Porém, o primeiro lugar na lista é de Carmésia, localizada no Vale do Aço, em Minas Gerais, com uma arrecadação de R\$ 444,97 por habitante. O município, que possui 2.617 moradores, sancionou em 1997 uma lei que devolve até 40% do IPVA pago por frotistas e empresas de transportes. Como consequência, um alto quantitativo de ônibus, 1.302, encontra-se emplacado na cidade, revelando que nele há mais veículos desse tipo com placas já registradas do que em Vitória, Boa Vista, Macaé-RJ, Uberaba-MG, Barueri-SP ou Pelotas-RS, que contam com um sistema complexo de transporte coletivo urbano, baseado na utilização desses automotores.

IPVA municipal | 2014-2018

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Participação na receita corrente 2018	IPVA municipal per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$
	18.182.253	Norte	785.559,7	798.585,4	773.573,8	808.584,5	824.479,3	2,0	2,1	45,35
AC	401.155	Rio Branco	23.531,1	24.377,8	22.842,4	23.513,5	24.053,5	2,3	2,9	59,96
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	2.616,4	2.816,7	2.724,3	...	2.947,2	..	2,0	33,62
AP	493.634	Macapá	31.692,7	29.681,7	26.454,5	30.884,5	28.244,2	-8,5	4,4	57,22
AP	119.610	Santana	...	...	...	4.385,3	...	..	...	...
AM	2.145.444	Manaus	167.055,1	165.689,9	150.641,3	154.384,5	152.865,5	-1,0	3,4	71,25
AM	113.168	Parintins	837,0	789,5	...	815,8	783,9	-3,9	0,4	6,93
PA	1.485.732	Belém	100.404,3	99.800,6	94.527,6	94.518,5	96.380,9	2,0	3,6	64,87
PA	525.566	Ananindeua	24.014,2	23.918,2	22.907,5	22.824,4	24.140,1	5,8	3,8	45,93
PA	302.667	Santarém	12.283,5	13.035,7	12.618,0	13.265,5	14.248,1	7,4	2,4	47,08
PA	275.086	Marabá	17.807,7	18.224,6	16.858,0	17.428,5	18.252,9	4,7	2,2	66,35
RO	519.531	Porto Velho	54.471,3	50.406,7	48.725,9	49.107,7	50.027,0	1,9	3,8	96,29
RO	127.907	Ji-Paraná	13.640,8	13.396,6	12.988,9	13.621,7	14.193,8	4,2	5,9	110,97
RR	375.374	Boa Vista	23.161,2	24.319,3	23.532,8	27.287,3	26.120,3	-4,3	2,4	69,58
RR	29.533	Rorainópolis	350,2	246,9	91,9	410,8	137,1	-66,6	0,2	4,64
TO	291.855	Palmas	32.480,1	35.160,7	39.375,5	41.676,4	42.189,7	1,2	3,9	144,56
TO	177.517	Araguaína	18.061,7	20.021,1	22.577,5	23.832,8	24.783,6	4,0	5,9	139,61
	56.757.759	Nordeste	2.257.556,7	2.295.249,9	2.401.838,6	2.505.975,5	2.583.521,6	3,1	2,0	45,52
AL	1.012.382	Maceió	72.615,0	71.882,9	94.323,8	84.041,0	70.025,6	-16,7	3,6	69,17
AL	230.417	Arapiraca	12.414,0	13.024,5	16.546,2	15.211,6	12.836,6	-15,6	2,4	55,71
BA	2.857.329	Salvador	228.915,0	223.315,6	205.500,6	205.676,0	213.075,5	3,6	3,7	74,57
BA	609.913	Feira de Santana	44.435,8	44.978,5	42.922,4	44.533,4	47.200,9	6,0	3,5	77,39
BA	338.885	Vitória da Conquista	23.724,7	23.849,7	22.385,0	23.973,4	25.444,7	6,1	4,0	75,08
BA	293.723	Camaçari	18.660,1	19.180,2	18.366,5	17.454,8	17.512,2	0,3	1,6	59,62
CE	2.643.247	Fortaleza	224.066,8	225.168,5	221.520,2	249.151,6	255.622,6	2,6	4,1	96,71
CE	363.982	Caucaia	9.443,7	10.332,8	10.488,2	11.842,1	...	..	..	...
CE	271.926	Juazeiro do Norte	13.421,0	15.018,5	13.390,5	16.044,3	16.723,9	4,2	3,3	61,50
MA	1.094.667	São Luís	93.717,3	91.605,7	88.580,7	89.818,0	87.526,8	-2,6	3,2	79,96
MA	258.016	Imperatriz	...	21.632,5	19.881,5	21.766,3	21.439,3	-1,5	3,2	83,09
PB	800.323	João Pessoa	48.355,6	47.425,3	56.970,4	74.111,0	79.093,3	6,7	4,0	98,83
PB	407.472	Campina Grande	22.649,1	22.730,6	27.550,0	27.710,7	29.257,5	5,6	3,6	71,80
PE	1.637.834	Recife	211.569,7	199.447,4	224.873,4	202.159,6	219.201,4	8,4	5,0	133,84
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	34.271,4	34.406,9	41.110,1	40.701,2	44.886,3	10,3	3,8	64,34
PE	391.835	Olinda	17.940,7	23.430,1	28.807,8	28.563,4	31.451,6	10,1	5,3	80,27
PE	356.872	Caruaru	21.567,1	21.059,9	26.688,9	27.100,9	28.536,4	5,3	4,4	79,96
PE	343.865	Petrolina	16.276,9	17.412,2	22.658,4	23.888,4	27.712,6	16,0	4,3	80,59
PE	329.117	Paulista	12.792,8	13.875,9	17.784,1	17.734,7	20.214,2	14,0	4,5	61,42
PI	861.442	Teresina	76.561,6	77.155,6	80.454,1	83.857,1	85.278,1	1,7	3,3	98,99
PI	152.653	Parnaíba	7.336,6	7.834,1	8.501,7	8.886,2	...	..	..	...
RN	877.640	Natal	77.258,3	74.031,6	69.495,1	81.445,0	76.928,0	-5,5	3,7	87,65
RN	294.076	Mossoró	20.859,4	20.558,2	19.112,3	23.145,0	21.726,9	-6,1	3,6	73,88
SE	648.939	Aracaju	51.620,1	56.311,4	67.584,7	69.052,8	71.298,0	3,3	4,3	109,87
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	3.388,4	3.547,7	4.061,5	4.067,8	...	..	..	...
	13.111.182	Centro-Oeste¹	1.099.344,7	1.163.121,2	1.321.357,8	1.336.969,1	1.409.990,2	5,5	3,6	107,54
GO	1.495.705	Goiânia	260.863,6	263.964,6	288.029,4	269.006,4	278.950,5	3,7	6,5	186,50
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	34.074,2	36.448,5	44.232,7	42.392,9	44.981,2	6,1	4,3	79,48
GO	381.970	Anápolis	41.813,3	45.641,4	51.614,7	48.028,2	49.631,8	3,3	4,9	129,94
MT	607.153	Cuiabá	90.276,7	95.464,4	90.775,3	93.177,6	97.553,9	4,7	4,8	160,67
MT	282.009	Várzea Grande	24.044,7	24.584,7	23.700,1	24.214,1	25.194,0	4,0	4,7	89,34
MS	885.711	Campo Grande	88.175,3	86.653,2	120.975,4	127.742,6	131.549,0	3,0	4,2	148,52
MS	220.965	Dourados	20.768,7	19.554,1	25.175,2	31.385,3	33.038,0	5,3	4,4	149,52
	87.711.946	Sudeste	12.878.649,0	12.787.648,7	12.635.325,0	12.389.581,8	12.555.202,5	1,3	4,4	143,14
ES	358.267	Vitória	49.382,6	47.495,6	44.517,9	43.217,2	44.434,5	2,8	2,8	124,03
ES	507.598	Serra	30.679,3	30.279,8	28.428,8	27.742,6	29.521,0	6,4	2,5	58,16
ES	486.208	Vila Velha	39.556,4	38.773,3	36.778,0	36.306,4	38.409,6	5,8	4,2	79,00
ES	378.603	Cariacica	20.735,4	19.522,2	18.001,1	17.578,9	18.244,9	3,8	3,0	48,19
MG	2.501.576	Belo Horizonte	611.655,9	614.312,4	606.700,2	613.549,3	675.237,6	10,1	7,2	269,92
MG	683.247	Uberlândia	119.888,4	126.640,2	126.619,1	124.787,7	137.835,8	10,5	7,0	201,74
MG	659.070	Contagem	93.444,0	94.346,2	93.101,2	90.321,0	96.964,6	7,4	6,1	147,12

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Participação na receita corrente 2018	IPVA municipal per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$
MG	564.310	Juiz de Fora	78.567,1	80.962,3	81.760,2	82.088,6	90.096,6	9,8	6,2	159,66
MG	432.575	Betim	51.298,6	52.696,9	52.438,4	48.572,9	50.840,2	4,7	3,3	117,53
MG	404.804	Montes Claros	45.430,5	46.366,2	47.641,6	46.567,5	49.974,4	7,3	6,7	123,45
MG	331.045	Ribeirão das Neves	16.948,4	18.406,6	18.936,7	...	19.782,9	..	5,3	59,76
MG	330.361	Uberaba	54.644,2	56.771,0	56.407,8	54.543,5	61.938,4	13,6	6,0	187,49
MG	278.685	Governador Valadares	30.664,0	31.843,0	31.936,8	31.114,0	33.046,7	6,2	4,5	118,58
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	801.163,6	785.550,8	869.039,4	846.482,3	780.826,6	-7,8	3,6	116,73
RJ	1.077.687	São Gonçalo	49.026,1	52.391,7	57.676,0	56.815,7	55.194,6	-2,9	4,9	51,22
RJ	914.383	Duque de Caxias	...	50.011,1	53.124,4	51.928,7	...	..	..	...
RJ	818.875	Nova Iguaçu	36.880,0	39.859,5	44.207,4	45.505,6	43.684,0	-4,0	3,2	53,35
RJ	511.786	Niterói	88.012,5	92.739,1	96.469,1	93.806,6	...	..	..	...
RJ	508.614	Belford Roxo	15.105,7	15.935,9	17.470,3	18.045,4	16.993,6	-5,8	2,6	33,41
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	37.445,9	37.030,7	31.851,2	37.345,8	35.709,1	-4,4	1,9	70,93
RJ	471.888	São João de Meriti	21.389,2	22.019,0	23.656,1	23.680,4	...	..	..	...
RJ	305.687	Petrópolis	34.740,7	35.557,9	36.272,3	36.689,1	36.391,3	-0,8	3,6	119,05
RJ	271.998	Volta Redonda	31.064,7	26.169,4	29.312,1	28.452,6	...	..	..	...
SP	12.176.866	São Paulo	2.774.611,1	2.724.830,5	2.627.808,7	2.512.124,6	2.496.558,6	-0,6	5,0	205,02
SP	1.365.899	Guarulhos	206.811,0	202.517,0	189.878,9	188.334,9	185.708,3	-1,4	4,5	135,96
SP	1.194.094	Campinas	339.240,2	321.258,0	300.685,6	290.311,8	287.603,5	-0,9	6,3	240,86
SP	833.240	São Bernardo do Campo	215.159,5	206.409,7	191.047,6	180.241,0	178.155,6	-1,2	5,1	213,81
SP	716.109	Santo André	167.435,5	156.053,4	145.945,9	139.988,1	137.566,8	-1,7	5,8	192,10
SP	713.943	São José dos Campos	143.594,4	141.783,2	134.303,4	132.160,8	132.474,5	0,2	5,6	185,55
SP	696.850	Osasco	132.418,8	127.474,7	121.333,5	117.766,7	113.453,3	-3,7	5,2	162,81
SP	694.534	Ribeirão Preto	191.097,4	182.390,7	174.255,0	171.969,2	172.999,9	0,6	7,0	249,09
SP	671.186	Sorocaba	157.174,4	153.655,6	147.071,9	144.290,1	142.583,2	-1,2	5,4	212,43
SP	468.148	Mauá	50.710,9	48.953,1	47.063,2	45.859,7	45.079,7	-1,7	4,7	96,29
SP	456.245	São José do Rio Preto	124.484,8	120.621,4	115.258,3	113.837,5	116.050,2	1,9	7,5	254,36
SP	440.769	Mogi das Cruzes	81.848,4	80.380,3	77.723,9	74.564,8	74.702,1	0,2	5,6	169,48
SP	432.957	Santos	119.336,1	111.351,6	103.691,1	95.599,1	97.045,5	1,5	4,3	224,15
SP	420.934	Diadema	52.672,6	50.180,1	...	46.287,7	45.294,6	-2,1	4,2	107,61
SP	414.810	Jundiaí	115.097,0	113.032,6	107.361,3	107.352,3	109.110,6	1,6	5,5	263,04
SP	400.949	Piracicaba	96.613,7	92.995,3	87.759,1	87.177,0	87.884,2	0,8	5,8	219,19
SP	398.611	Carapicuíba	...	47.917,4	45.389,9	44.781,7	44.277,5	-1,1	9,3	111,08
SP	374.272	Bauru	90.398,8	87.994,6	83.560,9	82.078,2	82.424,9	0,4	7,8	220,23
	29.754.036	Sul	3.643.974,5	4.021.466,1	3.877.734,7	3.828.492,8	4.074.143,0	6,4	4,1	136,93
PR	1.917.185	Curitiba	395.770,9	498.002,1	479.901,6	470.082,1	463.724,4	-1,4	6,1	241,88
PR	563.943	Londrina	83.473,8	103.885,5	105.139,0	104.750,0	83.586,4	-20,2	5,1	148,22
PR	417.010	Maringá	78.041,2	96.615,3	96.005,7	94.795,2	94.962,1	0,2	6,9	227,72
PR	348.043	Ponta Grossa	43.317,6	53.796,9	53.736,5	54.841,3	43.345,3	-19,5	6,2	124,54
PR	324.476	Cascavel	47.900,1	60.622,9	61.615,5	61.827,2	63.021,0	1,9	7,2	194,22
PR	317.476	São José dos Pinhais	45.811,6	52.872,1	50.605,1	50.646,4	50.342,5	-0,6	5,3	158,57
PR	258.823	Foz do Iguaçu	28.636,2	37.263,2	38.047,8	38.322,2	38.926,6	1,6	3,8	150,40
RS	1.479.101	Porto Alegre	266.512,8	268.860,1	242.933,3	233.499,5	266.921,5	14,3	4,5	180,46
RS	504.069	Caxias do Sul	85.522,2	84.158,1	78.288,8	71.108,4	84.395,2	18,7	4,9	167,43
RS	344.957	Canoas	43.903,9	45.146,5	41.079,9	38.961,4	44.255,4	13,6	3,2	128,29
RS	341.648	Pelotas	40.754,0	41.157,0	39.407,1	40.144,2	43.295,1	7,8	4,9	126,72
RS	280.505	Santa Maria	38.031,6	39.191,2	37.476,1	36.944,9	42.720,9	15,6	6,9	152,30
RS	279.398	Gravataí	27.797,2	28.393,3	26.807,7	25.616,5	28.686,5	12,0	3,8	102,67
RS	254.101	Viamão	20.649,2	19.888,0	20.298,9	19.189,8	22.160,6	15,5	5,1	87,21
SC	492.977	Florianópolis	83.784,3	81.426,5	77.963,6	79.350,9	84.604,8	6,6	4,9	171,62
SC	583.144	Joinville	72.281,9	71.803,6	67.036,1	68.123,2	72.791,8	6,9	3,5	124,83
SC	352.460	Blumenau	49.446,8	48.318,7	45.356,8	45.631,7	49.069,4	7,5	3,6	139,22
	81.785.966	Cidades selecionadas	11.429.919,6	11.494.421,0	11.407.461,3	11.230.192,4	11.338.658,3	1,0	4,6	138,64
	32.107.017	Até 20 mil habitantes	1.544.920,8	1.664.167,4	1.730.853,5	1.732.784,2	1.858.582,8	7,3	1,9	57,89
	46.749.996	Capitais	6.939.672,0	6.962.340,9	6.964.047,8	6.848.916,9	6.898.291,9	0,7	4,6	147,56
	205.517.176	Brasil¹	20.665.084,5	21.066.071,3	21.009.829,8	20.869.603,7	21.447.336,6	2,8	3,6	104,36

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

IPVA municipal | RANKING 2018

Posição	UF	Município	IPVA municipal	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	2.496.558.599,66	12.176.866	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	780.826.602,31	6.688.927	2º
3º	MG	Belo Horizonte	675.237.596,27	2.501.576	5º
4º	PR	Curitiba	463.724.406,76	1.917.185	7º
5º	SP	Campinas	287.603.527,10	1.194.094	13º
6º	GO	Goiânia	278.950.508,38	1.495.705	9º
7º	RS	Porto Alegre	266.921.490,83	1.479.101	11º
8º	CE	Fortaleza	255.622.564,61	2.643.247	4º
9º	PE	Recife	219.201.439,04	1.637.834	8º
10º	BA	Salvador	213.075.505,20	2.857.329	3º
11º	SP	Guarulhos	185.708.258,47	1.365.899	12º
12º	SP	São Bernardo do Campo	178.155.562,49	833.240	21º
13º	SP	Ribeirão Preto	172.999.877,29	694.534	28º
14º	AM	Manaus	152.865.548,43	2.145.444	6º
15º	SP	Sorocaba	142.583.187,46	671.186	30º
16º	MG	Uberlândia	137.835.829,68	683.247	29º
17º	SP	Santo André	137.566.759,87	716.109	24º
18º	SP	São José dos Campos	132.474.495,33	713.943	25º
19º	MS	Campo Grande	131.549.046,07	885.711	18º
20º	SP	São José do Rio Preto	116.050.205,43	456.245	51º
21º	SP	Osasco	113.453.299,06	696.850	27º
22º	SP	Jundiaí	109.110.636,32	414.810	57º
23º	MT	Cuiabá	97.553.874,18	607.153	34º
24º	SP	Santos	97.045.535,26	432.957	53º
25º	MG	Contagem	96.964.578,05	659.070	31º
26º	PA	Belém	96.380.850,55	1.485.732	10º
27º	PR	Maringá	94.962.116,70	417.010	56º
28º	MG	Juiz de Fora	90.096.564,80	564.310	37º
29º	SP	Piracicaba	87.884.164,24	400.949	61º
30º	MA	São Luis	87.526.769,23	1.094.667	14º
31º	PI	Teresina	85.278.139,28	861.442	20º
32º	SC	Florianópolis	84.604.771,20	492.977	47º
33º	RS	Caxias do Sul	84.395.231,63	504.069	44º
34º	PR	Londrina	83.586.363,57	563.943	38º
35º	SP	Bauru	82.424.904,74	374.272	67º
36º	PB	João Pessoa	79.093.270,70	800.323	23º
37º	RN	Natal	76.927.990,74	877.640	19º
38º	SP	Mogi das Cruzes	74.702.113,79	440.769	52º
39º	SC	Joinville	72.791.820,90	583.144	35º
40º	SP	Barueri	71.564.175,89	271.306	104º
41º	SE	Aracaju	71.297.958,81	648.939	32º
42º	AL	Maceió	70.025.647,44	1.012.382	16º
43º	PR	Cascavel	63.020.999,98	324.476	83º
44º	MG	Uberaba	61.938.356,52	330.361	81º
45º	SP	Franca	61.936.888,99	350.400	74º
46º	SP	Indaiatuba	59.499.632,99	246.908	113º
47º	SP	Limeira	58.160.680,62	303.682	89º
48º	SP	São Caetano do Sul	57.654.280,70	160.275	182º
49º	SP	Americana	56.125.867,48	237.112	122º
50º	RJ	São Gonçalo	55.194.598,17	1.077.687	15º
51º	SP	Taubaté	53.402.871,31	311.854	87º
52º	SP	Araraquara	50.954.990,35	233.744	126º

Posição	UF	Município	IPVA municipal	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
53º	MG	Betim	50.840.210,39	432.575	54º
54º	PR	São José dos Pinhais	50.342.483,83	317.476	86º
55º	RO	Porto Velho	50.027.019,56	519.531	40º
56º	MG	Montes Claros	49.974.446,09	404.804	59º
57º	GO	Anápolis	49.631.825,50	381.970	64º
58º	SP	São Carlos	49.255.101,13	249.415	112º
59º	SP	Presidente Prudente	49.203.700,28	227.072	132º
60º	SC	Blumenau	49.069.371,06	352.460	73º
61º	SP	Cotia	47.398.955,04	244.694	115º
62º	BA	Feira de Santana	47.200.887,91	609.913	33º
63º	SP	Marília	45.638.126,94	237.130	121º
64º	SP	Diadema	45.294.605,59	420.934	55º
65º	SP	Mauá	45.079.670,79	468.148	50º
66º	GO	Aparecida de Goiânia	44.981.178,18	565.957	36º
67º	PE	Jaboatão dos Guararapes	44.886.300,73	697.636	26º
68º	ES	Vitória	44.434.497,09	358.267	71º
69º	SP	Carapicuíba	44.277.514,77	398.611	62º
70º	RS	Canoas	44.255.428,28	344.957	76º
71º	SP	Santana de Parnaíba	44.128.756,26	136.517	211º
72º	RJ	Nova Iguaçu	43.683.962,73	818.875	22º
73º	PR	Ponta Grossa	43.345.339,82	348.043	75º
74º	RS	Pelotas	43.295.132,24	341.648	78º
75º	SP	Araçatuba	42.879.128,38	195.874	154º
76º	RS	Santa Maria	42.720.890,59	280.505	97º
77º	TO	Palmas	42.189.692,16	291.855	94º
78º	SP	Sumaré	41.522.300,33	278.571	100º
79º	SP	Rio Claro	40.957.832,09	204.797	149º
80º	MG	Ipatinga	39.182.907,07	261.344	106º
81º	PR	Foz do Iguaçu	38.926.645,96	258.823	107º
82º	RS	Novo Hamburgo	38.418.371,06	246.452	114º
83º	ES	Vila Velha	38.409.645,44	486.208	48º
84º	SP	Praia Grande	37.396.189,99	319.146	84º
85º	RJ	Petrópolis	36.391.295,93	305.687	88º
86º	SP	Valinhos	36.366.053,78	127.123	234º
87º	SP	Suzano	36.046.971,52	294.638	91º
88º	RJ	Campos dos Goytacazes	35.709.138,20	503.424	45º
89º	MG	Divinópolis	35.510.637,18	235.977	123º
90º	SP	Itu	35.367.199,63	172.268	170º
91º	SP	Taboão da Serra	34.544.999,55	285.570	95º
92º	RS	Passo Fundo	34.509.584,60	201.767	151º
93º	SP	Jacareí	33.735.826,19	231.863	127º
94º	GO	Rio Verde	33.539.639,04	229.651	129º
95º	MG	Governador Valadares	33.046.743,42	278.685	99º
96º	MS	Dourados	33.038.032,49	220.965	135º
97º	MG	Patos de Minas	33.001.358,96	150.833	193º
98º	SP	Guarujá	32.825.603,61	318.107	85º
99º	MG	Sete Lagoas	32.482.593,84	237.286	120º
100º	SP	São Vicente	32.181.794,15	363.173	70º

		Total dos 100 maiores	11.888.216.544,24	77.395.860	..
		Total dos demais	9.559.120.046,50	128.121.316	..
		Total Brasil¹	21.447.336.590,74	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

IPVA municipal per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	IPVA municipal per capita	IPVA municipal	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
1º	MG	Carmésia	444,97	1.164.484,07	2.617	5242º
2º	SC	Lauro Muller	437,47	6.638.098,44	15.174	2283º
3º	RJ	Porto Real	374,18	7.252.045,90	19.381	1815º
4º	SP	São Caetano do Sul	359,72	57.654.280,70	160.275	182º
5º	SP	Santana de Parnaíba	323,25	44.128.756,26	136.517	211º
6º	SC	São Carlos	300,05	3.357.912,87	11.191	2871º
7º	SC	Santa Helena	299,65	673.308,51	2.247	5374º
8º	SP	Vinhedo	295,47	22.842.229,03	77.308	422º
9º	SC	Nova Erechim	286,29	1.415.723,61	4.945	4332º
10º	SP	Valinhos	286,07	36.366.053,78	127.123	234º
11º	MG	Simão Pereira	274,55	717.127,52	2.612	5246º
12º	MG	Belo Horizonte	269,92	675.237.596,27	2.501.576	5º
13º	RS	Triunfo	266,86	7.794.162,93	29.207	1186º
14º	SP	Sebastianópolis do Sul	265,81	922.372,20	3.470	4910º
15º	SP	Barueri	263,78	71.564.175,89	271.306	104º
16º	SP	Jundiaí	263,04	109.110.636,32	414.810	57º
17º	MS	Santa Rita do Pardo	261,02	2.036.206,62	7.801	3499º
18º	SP	São José do Rio Preto	254,36	116.050.205,43	456.245	51º
19º	SP	Paulínia	251,99	26.906.096,16	106.776	290º
20º	SP	Ribeirão Preto	249,09	172.999.877,29	694.534	28º
21º	RS	Parai	247,60	1.878.014,56	7.585	3563º
22º	RS	Gramado	245,68	8.813.733,89	35.875	940º
23º	RS	Pinhal da Serra	242,48	476.470,47	1.965	5455º
24º	RS	Turuçu	242,15	836.614,44	3.455	4918º
25º	PR	Curitiba	241,88	463.724.406,76	1.917.185	7º
26º	SP	Indaiatuba	240,98	59.499.632,99	246.908	113º
27º	MG	Nova Lima	240,94	22.546.787,24	93.577	339º
28º	SP	Campinas	240,86	287.603.527,10	1.194.094	13º
29º	PR	São José da Boa Vista	239,70	1.499.070,63	6.254	3917º
30º	SP	Holambra	239,54	3.492.246,80	14.579	2355º
31º	SP	Americana	236,71	56.125.867,48	237.112	122º
32º	SP	Águas de São Pedro	233,67	789.793,23	3.380	4947º
33º	SP	Pirassununga	232,63	17.663.269,24	75.930	428º
34º	PR	Maringá	227,72	94.962.116,70	417.010	56º
35º	SP	Santos	224,15	97.045.535,26	432.957	53º
36º	RS	Casca	223,95	2.017.790,88	9.010	3245º
37º	RS	Vila Lângaro	222,46	467.600,53	2.102	5421º
38º	RS	Ganibaldi	221,46	7.681.007,60	34.684	972º
39º	SP	Boituva	220,81	13.202.899,56	59.793	548º
40º	SP	Bauru	220,23	82.424.904,74	374.272	67º
41º	SP	Piracicaba	219,19	87.884.164,24	400.949	61º
42º	SP	Araçatuba	218,91	42.879.128,38	195.874	154º
43º	MG	Patos de Minas	218,79	33.001.358,96	150.833	193º
44º	RS	Estação	218,60	1.306.326,86	5.976	4002º
45º	SP	Araraquara	217,99	50.954.990,35	233.744	126º
46º	SP	Atibaia	217,69	30.781.231,36	141.398	203º
47º	SP	Presidente Prudente	216,69	49.203.700,28	227.072	132º
48º	SC	Ermo	215,58	445.379,76	2.066	5430º
49º	SP	São Bernardo do Campo	213,81	178.155.562,49	833.240	21º
50º	SP	Orlândia	212,79	9.296.246,44	43.687	764º
51º	SP	Sorocaba	212,43	142.583.187,46	671.186	30º
52º	PR	Quatro Pontes	212,28	849.138,55	4.000	4699º
53º	SP	Meridiano	212,21	816.598,01	3.848	4768º
54º	SC	Xavantina	212,11	840.590,94	3.963	4717º
55º	RS	São Valentim do Sul	210,11	470.438,52	2.239	5379º
56º	SC	Princesa	209,67	610.348,02	2.911	5132º
57º	MS	Chapadão do Sul	208,44	5.119.187,34	24.559	1439º
58º	PR	Pato Branco	207,93	17.027.666,65	81.893	392º
59º	RS	Lajeado	207,67	17.226.758,40	82.951	387º
60º	SP	Lins	207,07	16.050.303,49	77.510	420º
61º	RS	Flores da Cunha	206,89	6.295.705,36	30.430	1144º
62º	SP	Mojí Mirim	205,35	19.038.764,20	92.715	342º
63º	SP	Itu	205,30	35.367.199,63	172.268	170º
64º	SP	São Paulo	205,02	2.496.558.599,66	12.176.866	1º
65º	SP	Arujá	204,91	18.125.387,61	88.455	360º
66º	RS	Três Arroios	204,70	551.257,10	2.693	5216º
67º	SP	Catanduva	203,53	24.669.298,54	121.210	252º
68º	MG	Passa-Vinte	202,80	415.329,77	2.048	5434º
69º	RS	Pareci Novo	202,58	772.244,61	3.812	4780º
70º	SP	Adamantina	202,38	7.087.853,25	35.023	959º
71º	SP	Itacemópolis	201,94	4.815.548,01	23.846	1480º
72º	MG	Uberlândia	201,74	137.835.829,68	683.247	29º
73º	SP	Rio Claro	199,99	40.957.832,09	204.797	149º
74º	SP	Itupeva	199,78	11.916.905,52	59.649	550º
75º	RS	Boa Vista do Sul	199,20	555.366,57	2.788	5174º
76º	PR	Palotina	198,93	6.278.937,14	31.564	1103º
77º	RS	Dois Lajeados	198,50	673.692,57	3.394	4940º
78º	RS	Bento Gonçalves	198,47	23.627.107,39	119.049	265º
79º	RS	Nova Araçá	198,40	930.499,30	4.690	4443º
80º	MG	São Gotardo	198,38	6.972.119,32	35.145	958º
81º	SP	Marapoama	198,04	593.321,56	2.996	5094º
82º	SP	São Carlos	197,48	49.255.101,13	249.415	112º
83º	RS	Ibirubá	197,44	4.004.911,63	20.284	1743º
84º	MA	Santo Antônio dos Lopes	195,75	2.845.058,61	14.534	2360º
85º	SP	Jaguariúna	195,02	10.964.354,24	56.221	586º
86º	SP	Jales	194,98	9.555.932,74	49.011	680º
87º	RS	Barra Funda	194,63	491.838,03	2.527	5285º
88º	SP	Fernandópolis	194,33	13.374.036,68	68.823	471º
89º	PR	Cascavel	194,22	63.020.999,98	324.476	83º
90º	SC	Antônio Carlos	193,83	1.630.287,68	8.411	3381º
91º	SP	Cotia	193,71	47.398.955,04	244.694	115º
92º	SP	Jaboticabal	193,26	14.855.087,03	76.864	425º
93º	RS	Vila Maria	193,05	840.337,75	4.353	4578º
94º	RS	São Vendelino	192,76	427.740,32	2.219	5390º
95º	SP	Marília	192,46	45.638.126,94	237.130	121º
96º	SP	Votuporanga	192,19	18.015.150,35	93.736	338º
97º	SP	Santo André	192,10	137.566.759,87	716.109	24º
98º	RS	Camargo	191,88	522.678,36	2.724	5204º
99º	SP	Fernando Prestes	191,75	1.106.601,35	5.771	4061º
100º	SP	Limeira	191,52	58.160.680,62	303.682	89º
		Total dos 100 maiores	221,51	6.596.798.383,63	29.780.410	..
		Total dos demais	84,50	14.850.538.207,11	175.736.766	..
		Total Brasil¹	104,36	21.447.336.590,74	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

FPM privilegia municípios pequenos

Depois de subir 3,1% em 2018, o FPM acumula alta de 3,6% até agosto de 2019, em relação ao mesmo período de 2018. O congelamento dos coeficientes de 132 municípios em 17 estados também é destaque neste exercício.

Desempenho

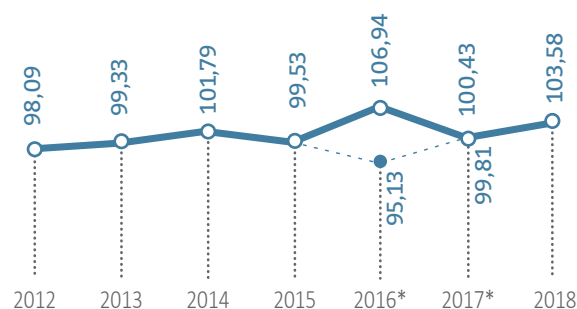
Em 2018, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi 3,1% maior que o valor transferido em 2017, variação em que já está descontada a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio do período. O Fundo, que é um dos principais mecanismos constitucionais de repasses de recursos da União para as prefeituras, alcançou R\$ 103,58 bilhões, o segundo maior montante já registrado, abaixo apenas do de 2016, que inclui as quantias provenientes da Lei da Repatriação¹.

O bom desempenho do FPM foi consequência do aumento das receitas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), uma vez que o Fundo é formado por 24,5% da arrecadação líquida desses tributos. As quantias captadas pelo IR, por serem muito mais robustas que as do IPI, representam a maior parte do Fundo (87%). Assim, a elevação real de 2%

no recolhimento líquido do IR, em 2018, foi determinante para a performance do FPM. O IPI líquido, por sua vez, subiu 13,6%. No entanto, por significar 13% do total do Fundo, influenciou menos no seu comportamento².

Transferências do FPM

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018

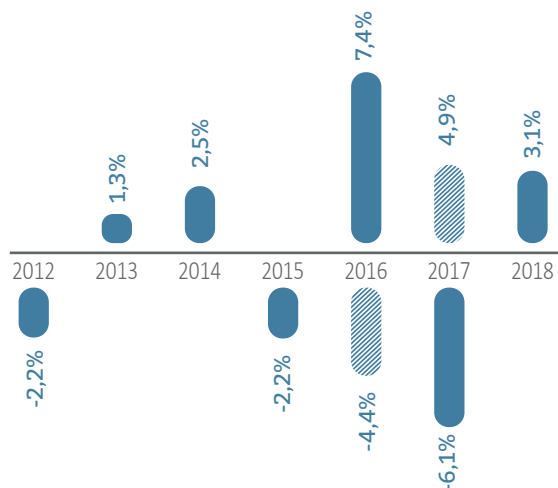


* valores com e sem os recursos advindos da Lei da Repatriação em 2016 e 2017

¹ Sobre a Lei nº 13.254/2016, que instituiu o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), veja as análises publicadas em Multi Cidades ano 13/2018 e ano 14/2019. Acesso a todas as edições de Multi Cidades em www.fnp.org.br/publicacoes e http://www.aequus.com.br/anuarios_brasil.html

² Dados do "Demonstrativo das transferências das receitas federais aos estados, DF e municípios e aos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste" de 2017 e 2018, da Secretaria do Tesouro Nacional, em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Taxa de crescimento do FPM em relação ao ano anterior



▨ variações excluídos os recursos da Lei da Repatriação de 2016 e 2017.

FPM em 2019

Dados acumulados de janeiro a agosto de 2019, comparados a igual período de 2018, apontam incremento real de 3,6%, enquanto que o acréscimo foi de 3,4% entre 2017 e 2018, nos mesmos meses agregados. Assim, até agosto de 2019, o resultado do FPM manteve praticamente o mesmo ritmo de crescimento anotado em 2018. Caso essa tendência seja mantida ao longo do ano, o FPM total poderá chegar a R\$ 107 bilhões.

PEC 391/2017

Está em tramitação no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional nº 391/2017, de autoria do senador Raimundo Lira (MDB-PB), que aumenta em 1% a parcela da arrecadação líquida do IR e do IPI destinada ao FPM.

Pelo projeto, a fatia adicional deverá ser entregue aos municípios no primeiro decêndio de setembro de cada ano, e a nova distribuição será realizada de forma escalonada de modo a ser completada no prazo de quatro anos. No primeiro

e no segundo ano, a União entregará 0,25% da arrecadação líquida do IR e do IPI. No terceiro, a parcela subirá para 0,5% e, no quarto ano, será integralizada com o repasse de 1%.

Caso seja aprovada ainda em 2019, a PEC 391 entrará em vigor em 2020. Com ela, a fatia total do IR e do IPI que é repassada para o FPM saltará dos atuais 24,5% para 25,5%.

Peso no orçamento e FPM per capita

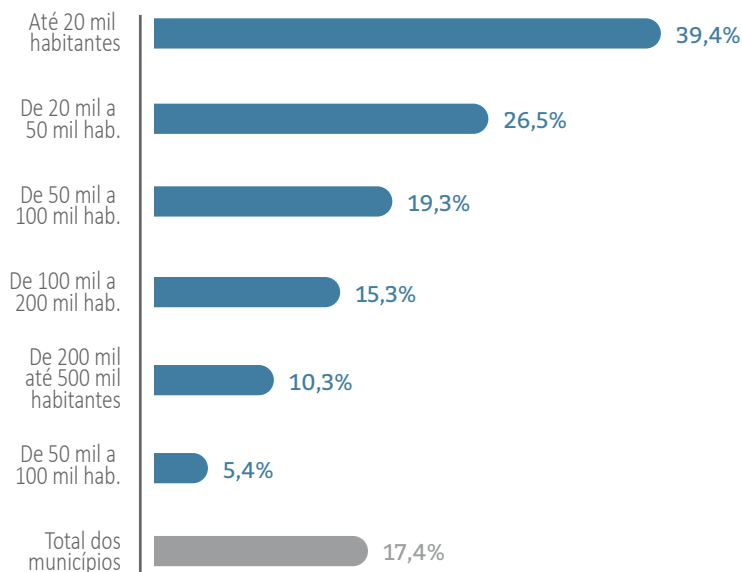
No âmbito do federalismo fiscal brasileiro, um dos objetivos do FPM é o de prover as pequenas localidades de uma base mínima de recursos para o seu funcionamento, uma vez que nelas a arrecadação própria não é suficiente para custear os serviços públicos que devem manter. Para cumprir essa função, o FPM beneficia relativamente mais os pequenos municípios através do seu critério de rateamento que está baseado no tamanho da população. Em 1966, a Lei nº 5.172 estabeleceu uma tabela com coeficientes de participação na divisão dos recursos do Fundo por faixas populacionais, de tal modo que os intervalos entre estas crescem proporcionalmente mais que os coeficientes de cada uma. Veja a tabela dos coeficientes na página 65.

O resultado da aplicação desse método de repartição é que, quanto menor o município, maior é o peso do FPM nos cofres das prefeituras. Em 2018, para aqueles municípios com até 20 mil habitantes, o Fundo representou 39,4% de sua receita corrente, percentual que desce para 26,5% para o grupo com população entre 20 mil e 50 mil moradores e que diminui ainda mais para as faixas demográficas seguintes, até chegar a 5,4% para o segmento com mais de 500 mil pessoas.

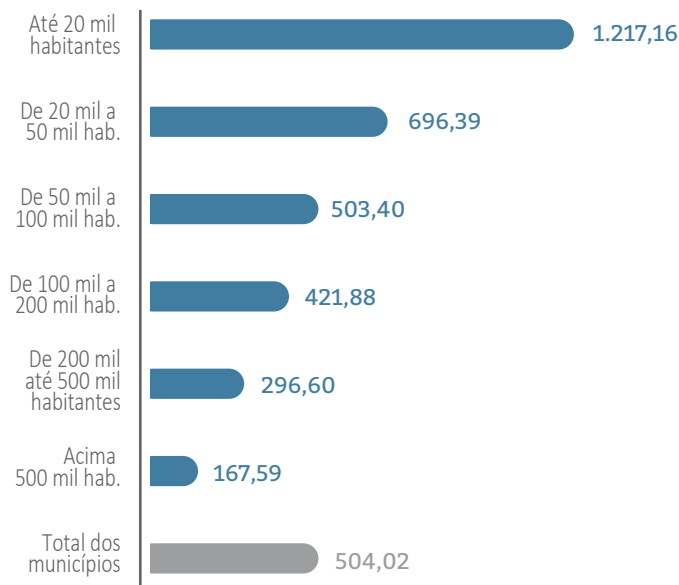
Outro indicador revelador da importância do FPM para as cidades com contingentes populacionais reduzidos é o valor per capita, que também é maior quanto menor for o município. Observando-se os dados do Fundo distribuído em 2018, verifica-se que, para aqueles com até 20 mil moradores, o valor per capita chega a ser sete vezes mais alto que o dos que têm mais de 500 mil habitantes.

Analisando-se a importância do FPM na receita corrente dos municípios divididos por região, observa-se que aqueles do Norte e do Nordeste são os mais dependentes da transferência federal (veja gráfico a seguir). Isso ocorre porque nessas regiões a atividade econômica é menos intensa que nas demais, o que torna mais limitada a capacidade de seus governos locais em gerar receitas próprias e também dos governos estaduais em prover uma arrecadação significativa de ICMS, cuja parcela de 25% é distribuída aos seus respectivos municípios.

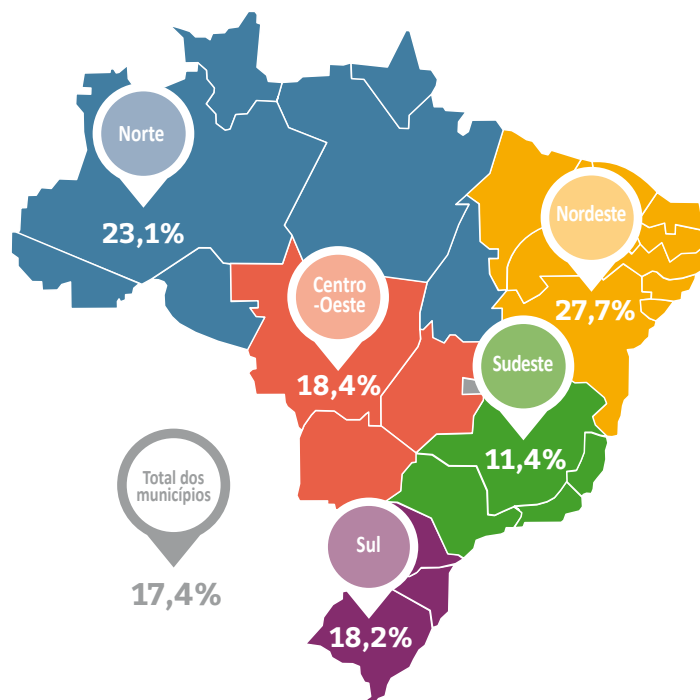
Participação do FPM na receita corrente por faixa populacional - 2018



FPM per capita por faixa populacional - 2018 em R\$ - IPCA médio de 2018



Participação do FPM na receita corrente por região - 2018



Como é formado o FPM

O FPM é uma das principais transferências constitucionais que a União realiza para os municípios (artigo 159, inciso I, da Constituição Federal).

De 1993 a 2006, o Fundo foi formado por 22,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). De 2007 a 2014, acrescentou-se 1% do recolhimento do IR e do IPI, sendo este repassado integralmente em dezembro.

A Emenda Constitucional nº 84/2014 criou mais um adicional de 1% para o FPM, também entregue em cota única no mês de julho de cada ano. O aumento foi gradual, sendo 0,5% em 2015 e 1% a partir da arrecadação de janeiro de 2016.

Assim, a partir de 2017, o FPM passou a ser composto por 24,5% do recolhimento anual do IR e do IPI, incluídas duas cotas de 1%, sendo uma transferida em julho e a outra, em dezembro.

► 2007 a 2014

23,5% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em dezembro.

► 2015

+0,5% da arrecadação de janeiro a junho de 2015, distribuído em julho.

► 2016

+0,5% da arrecadação de julho a dezembro de 2015 e +1% da arrecadação de janeiro a junho de 2016, distribuídos em julho.

► 2017

24,5% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em julho e 1%, em dezembro.

O quadro a seguir mostra um histórico das alterações das parcelas do IR e do IPI destinadas à formação do FPM, desde quando o Fundo foi criado, em 1966.

Evolução das parcelas da arrecadação do IR e do IPI destinadas ao FPM		
Dispositivo Legal	FPM (%)	Vigência
Código Tributário Nacional 1966	10,0	1967/68
Ato Complementar nº 40/1968	5,0	1969/75
Emenda Constitucional nº 5/1975	6,0	1976
	7,0	1977
	8,0	1978
	9,0	1979/80
Emenda Constitucional nº 17/1980	10,0	1981
	10,5	1982/83
Emenda Constitucional nº 23/1983	13,5	1984
	16,0	1985
Emenda Constitucional nº 27/1985	17,0	Dez de 1985 a set de 1988
Constituição Federal de 1988	20,0	Out a dez 1988
	20,5	1989
	21,0	1990
	21,5	1991
	22,0	1992
	22,5	1993 a 2007
Emenda Constitucional nº 55/2007	23,5	Cota única de 1% em dezembro, a partir da arrecadação de setembro de 2007.
Emenda Constitucional nº 84/2014	24,5	Cota única de 1% em julho, sendo 0,5% sobre a arrecadação de 2015 e 1% a partir da arrecadação de 2016.

Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_fpm.pdf

Como é a distribuição do FPM

O Fundo é dividido em três categorias: **FPM-Interior**, que é transferido para todos os municípios, exceto para as capitais, e cujo único critério de distribuição é o número de habitantes; **FPM-Capitais**, que abrange apenas as capitais e considera, além da população, o inverso da renda per capita estadual para seu rateio; e **FPM-Reserva**, que contempla as cidades do interior com mais de 142.632 moradores e possui os mesmos critérios do FPM-Capitais. Em 2018, participaram do FPM-Reserva 174 municípios.

O FPM-Interior é composto por 86,4% de todo o Fundo, enquanto que o FPM-Capitais conta com 10% e o FPM-Reserva, com 3,6%. Veja o quadro a seguir.

Para a transferência do FPM-Interior, cujo critério único é o número de habitantes, foram definidos coeficientes de participação individual associados a 18 faixas populacionais. Os coeficientes de cada município são divulgados anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com base nas informações sobre as estimativas populacionais calculadas pelo IBGE.

Divisões do FPM e seus respectivos critérios de distribuição		
Divisões do FPM		Critérios de distribuição
FPM-Interior	86,4% do FPM total. É distribuído a todos os municípios do país, exceto as capitais.	Coeficientes definidos por faixa populacional no Decreto-Lei nº 1.881/81. Desde 1990, a participação de cada município é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes dos municípios do Estado.
FPM-Reserva	3,6% do FPM total. É destinado aos municípios do interior com população superior a 142.633 habitantes, exceto as capitais.	De acordo com coeficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do respectivo Estado. Em 2018, participaram desse fundo 174 municípios brasileiros.
FPM-Capital	10% do FPM total. É distribuído às capitais estaduais.	Coeficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do Estado. A participação da capital é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes de todas as capitais.

Fonte: Lei nº 5.172/1966 e Decreto-Lei nº 1.881/1981.

Coeficientes para a distribuição do FPM-Interior	
Faixas populacionais	Coeficiente
Até 10.188 habitantes	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.980	1,0
De 16.981 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,6
De 37.357 a 44.148	1,8
De 44.149 a 50.940	2,0
De 50.941 a 61.128	2,2
De 61.129 a 71.316	2,4
De 71.317 a 81.504	2,6
De 81.505 a 91.692	2,8
De 91.693 a 101.880	3,0
De 101.881 a 115.464	3,2
De 115.465 a 129.048	3,4
De 129.049 a 142.632	3,6
De 142.633 a 156.216	3,8
Acima de 156.216 habitantes	4,0

Fonte: Decreto-Lei nº 1.881/1981.

Há, no entanto, uma outra regra no fatiamento do FPM-Interior que acaba por diferenciar o montante de recursos recebidos por municípios que possuem o mesmo coeficiente, mas que estão situados em estados diferentes. Desde 1990, conforme determinação da Lei Complementar nº 62/1989, o TCU congelou, por meio da Resolução nº 242/1990, a participação dos estados na distribuição do FPM-Interior. Dessa forma, assegurou-se a integridade dos repasses do FPM em cada Estado, impedindo que suas prefeituras sofressem algum prejuízo financeiro em caso de criação de municípios em outros estados. Ou seja, o ônus da repartição do FPM com novos municípios é arcado somente pelas prefeituras do Estado onde houve a emancipação. Por outro lado, a distribuição do FPM perdeu seu caráter nacional. Veja no quadro a seguir a participação de cada Estado na repartição do FPM-Interior.

Com isso, locais com o mesmo contingente populacional absorvem montantes distintos, dependendo do Estado onde estão situados. Por exemplo, municípios com cerca de 20 mil habitantes – aqueles com coeficiente 1,2 – no Paraná receberam R\$ 18,9 milhões de FPM cada um, em 2018, enquanto

Participação no FPM-Interior, número de municípios e população por Estado			
UF	Participação no total a distribuir em %	Número de municípios 2018 ¹	População 2018
Acre	0,2630	21	468.110
Alagoas	2,0883	101	2.310.438
Amapá	0,1392	15	335.860
Amazonas	1,2452	61	1.934.718
Bahia	9,2695	416	11.960.590
Ceará	4,5864	183	6.432.402
Espírito Santo	1,7595	77	3.614.121
Goiás	3,7318	245	5.425.456
Maranhão	3,9715	216	5.975.984
Mato Grosso	1,8949	140	2.834.845
Mato Grosso do Sul	1,5004	78	1.862.312
Minas Gerais	14,1846	852	18.539.086
Pará	3,2948	143	7.060.353
Paraíba	3,1942	222	3.196.173
Paraná	7,2857	398	9.431.752
Pernambuco	4,7952	183	7.855.439
Piauí	2,4015	223	2.403.089
Rio de Janeiro	2,7379	91	10.471.033
Rio Grande do Norte	2,4324	166	2.602.149
Rio Grande do Sul	7,3011	496	9.850.504
Rondônia	0,7464	51	1.238.058
Roraima	0,0851	14	201.194
Santa Catarina	4,1997	294	6.582.517
São Paulo	14,2620	644	33.362.070
Sergipe	1,3342	74	1.629.369
Tocantins	1,2955	138	1.263.374
Total	100,0000	5.542	158.840.996

Fonte: Decisão Normativa nº 173/2019 - Tribunal de Contas da União. Nota: ¹ exceto as capitais.

os de igual porte no Rio de Janeiro levaram R\$ 15,2 milhões e no Amapá, R\$ 9 milhões. Tais distorções ocorrem em todas as faixas populacionais e entre diversos estados.

Desempenho das capitais

Apenas duas capitais registraram perdas em seus valores de FPM entre 2017 e 2018: Maceió (-17,2%, ou redução de R\$ 93,1 milhões) e Salvador (-6,9%, ou declínio de R\$ 59,5 milhões). As quedas foram causadas pelo aumento do fator renda per capita de cada uma delas. Isso ocorre porque o inverso da renda per capita do Estado é utilizado como um dos critérios de distribuição do FPM-Capitais, como mencionado anteriormente, e pelo fato de a renda por habitante ter subido o suficiente em Alagoas e na Bahia para provocar uma baixa na variável adotada no cálculo do FPM de suas capitais.

Em Aracaju a renda per capita do seu Estado cresceu, mas em índice inferior à média nacional. Esses movimentos não foram suficientes para derrubar o indicador, mesmo com a ascensão da riqueza em Sergipe. Nesse caso, o fator renda per capita na cidade nordestina até avançou, e seu FPM saltou 16,4% (ou acréscimo de R\$ 45,3 milhões), em 2018.

Participação das capitais no FPM-Capital - 2017 e 2018				
Capital	UF	Participação no total		Variação
		2017	2018	
Rio Branco	AC	2,75%	3,10%	12,8%
Maceió	AL	5,37%	4,31%	-19,8%
Manaus	AM	4,64%	5,43%	17,0%
Macapá	AP	2,75%	2,76%	0,3%
Salvador	BA	8,59%	7,76%	-9,7%
Fortaleza	CE	8,59%	8,62%	0,3%
Brasília	DF	1,72%	1,72%	0,3%
Vitória	ES	1,55%	1,72%	11,4%
Goiânia	GO	3,09%	3,10%	0,3%
São Luís	MA	5,37%	5,39%	0,3%
Belo Horizonte	MG	5,15%	5,17%	0,3%
Campo Grande	MS	1,55%	1,55%	0,3%
Cuiabá	MT	1,55%	1,55%	0,3%
Belém	PA	4,64%	4,65%	0,3%
João Pessoa	PB	3,44%	3,45%	0,3%
Recife	PE	5,41%	5,43%	0,3%
Teresina	PI	5,37%	5,39%	0,3%
Curitiba	PR	3,09%	3,10%	0,3%
Rio de Janeiro	RJ	3,01%	3,02%	0,3%
Natal	RN	3,09%	3,10%	0,3%
Porto Velho	RO	2,41%	2,41%	0,3%
Boa Vista	RR	4,30%	4,31%	0,3%
Porto Alegre	RS	2,71%	2,71%	0,3%
Florianópolis	SC	1,37%	1,38%	0,3%
Aracaju	SE	2,75%	3,10%	12,8%
São Paulo	SP	3,01%	3,02%	0,3%
Palmas	TO	2,75%	2,76%	0,3%
Total		100,0%	100,0%	

Fonte: Decisão Normativa nº 157/2016 e nº. 162/2017 do Tribunal de Contas da União.

Já Rio Branco, Vitória e Manaus tiveram altas no FPM devido à retração na renda per capita em seus respectivos estados. Assim, houve expansão no fator renda per capita dessas capitais, já que a distribuição do FPM-Capitais beneficia relativamente mais aquelas situadas nos estados com as menores rendas por habitante e também as mais populosas. Rio Branco teve incremento de 16,4%, ou adicional de R\$ 45,3 milhões; Vitória, de 15%, ou mais R\$ 23,3 milhões; e Manaus, de 20,7%, ou mais R\$ 96,6 milhões.

FPM em 2019: o novo congelamento de coeficientes

Em 3 de janeiro de 2019, a Lei Complementar nº 165, que altera a LC nº 91/1997, foi sancionada pela Presidência da República com o objetivo de anular todas as quedas dos coeficientes de participação causadas pela aplicação das estimativas populacionais para a distribuição do FPM de 2019, estipulada pela Lei nº 5.172/1966, pela Lei Complementar nº 59/1988 e pelo Decreto-Lei nº 1.881/1981.

A Lei Complementar nº 165/2019 abrange somente os municípios do FPM-Interior. **No total, 132 cidades de 17 estados que tiveram a população diminuída de 2017 para 2018 pelas estimativas do IBGE ficam com seus coeficientes de participação no FPM congelados até que haja novo censo demográfico³.**

De acordo com um estudo elaborado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa⁴, 0,39% de todo o FPM-Interior de 2019 será redistribuído entre as prefeituras do

³ Os coeficientes atribuídos a cada um dos municípios brasileiros para 2019 estão na Decisão Normativa nº 173/2019 do TCU.

⁴ Estudo de C. Alexandre A. Rocha e Paulo Springer de Freitas, publicado no Boletim Legislativo – Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa, nº 74, de janeiro de 2019.

interior dos 17 estados afetados, o que equivale a um volume de R\$ 236,1 milhões com base no valor estimado para o montante do FPM no Orçamento Geral da União (Lei nº 13.808/2019). De fato, as 132 cidades terão suas quotas-partes preservadas, distribuindo-se o ônus ao longo do ano entre os municípios interioranos dos estados atingidos, pois a divisão do FPM por estas unidades federativas está fixada desde 1992, conforme já explicado anteriormente.

Esse congelamento, a exemplo de outros que já ocorreram, deve-se ao acúmulo de municípios cujo número de habitantes está muito próximo dos limites de cada faixa populacional, como aponta um estudo de Leonardo Monastério, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada⁵ (Ipea). Na medida em que uma pequena alteração na quantidade de moradores pode causar uma mudança brusca nos valores a receber de FPM, os municípios que se encontram nos limites entre as faixas populacionais sentem-se premidos a não descerem para uma outra menor ou a subirem o quanto antes para a seguinte. E, para isso, utilizam-se de ações judiciais.

⁵ Monastério, Leonardo; "O FPM e a estranha distribuição da população dos pequenos municípios brasileiros"; in *Texto para Discussão – TD1818*; disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17498 (p. 12).

FPM no tempo

► 1965

FPM é instituído pela Emenda Constitucional nº 18/1965. Principais regras:

- Formado por 10% do IR e do IPI.
- Vincula 50%, pelo menos, a despesas de capital.
- Entrega automática e mensal pela União.

► 1966

Regulamentada pelo Código Tributário Nacional – CTN, a Lei nº 5.172/1966 estabelece como critério de distribuição a população e cria a tabela de coeficientes que variam entre 0,2 (até 2 mil habitantes) e 4,0 (acima de 100 mil habitantes).

► 1967

O FPM-Capitais é criado em 1967 pelo Ato Complementar nº 35/1967. É formado por 10% do Fundo, e seus critérios de distribuição são a população e o inverso da renda per capita. Os 90% do FPM restantes são destinados ao FPM-Interior, que mantém o critério estabelecido no CTN. Também em 1967 tem início a efetiva distribuição do FPM.

► 1969

Retrocesso por meio da EC nº 1, de 17 de outubro de 1969: cai para 5% a parcela do FPM no IR e no IPI.

A entrega das parcelas mensais deixa de ser automática.

Fim da vinculação com as despesas de capital.

Passam a vigorar as seguintes condicionalidades:

- a entrega do FPM passa a depender da aprovação, pela União, de programas de aplicação elaborados com base nas diretrizes e prioridades por ela estabelecidas;
- o município deve estar em dia com o recolhimento de impostos federais e com a liquidação de parcelas da dívida com a União.

► 1976

Aumentos gradativos do FPM por meio da EC nº 5/1975, acompanhando o processo de descentralização política que se estende até a Constituição de 1988: 1976 (6%), 1977 (7%), 1978 (8%), 1979 e 1980 (9%).

► 1980

A EC nº 17/1980 proporciona novos aumentos na parcela do IR e IPI destinada ao FPM (1981 com 10%; 1982 e 1983 com 10,5%) e revoga as condições para entrega do FPM, criadas em 1969, exceto quanto à exigência de recolhimento de impostos federais e à liquidação de parcelas da dívida com a União.

► 1981

O Fundo de Reserva do FPM é criado pelo Decreto-Lei nº 1.881/1981, beneficiando os municípios com mais de 156.216 habitantes. A distribuição do FPM passa a ser: Capitais (10%), Reserva (3,6%) e Interior (86,4%). O FPM-Reserva utiliza o mesmo critério de distribuição do FPM das capitais, ou seja, a população e o inverso da renda per capita.

O DL nº 1.881 elimina também os coeficientes 0,2 e 0,4, que passaram a variar de 0,6 (até 10.188 habitantes) a 4,0 (acima de 156.216 mil habitantes), mudança que beneficia os pequenos municípios.

► 1983

A Emenda Passos Porto (EC nº 23/1983) traz novos aumentos na parcela do IR e IPI destinada ao FPM: 1984 (13,5%) e 1985 (16%).

► 1985

Aplicada de dezembro de 1985 a setembro de 1988, a EC nº 27/1985 aumenta para 17% a parcela do IR e do IPI destinada ao FPM e estabelece uma aplicação mínima de 6% do FPM em programas de saúde.

► 1988

Constituição de 1988:

- Parcela do IR e IPI destinada ao FPM aumenta para 20%, vigorando de outubro a dezembro de 1988.
- Elevação de 0,5% ao ano a partir de 1989 até 1993, quando chegou a 22,5%.
- Vedação à retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos do FPM, salvo para pagamento de dívidas com a União.

► 1990

Congelada a participação dos municípios de cada Estado no FPM-Interior com a LC nº 62/1989. Com isso, o impacto da criação de municípios na distribuição do FPM passa a ser arcado somente pelas cidades do Estado onde ocorreu o desmembramento, e não mais por todos os municípios do país. Outra medida trazida pela LC nº 62 são os repasses decendiais a partir de março de 1990.

► 1997

Com a EC nº 14/1996, inicia-se a entrega do FPM condicionada à aplicação mínima em educação.

► 1998

Os municípios de coeficiente 3,8 passam a ingressar no FPM-Reserva

por meio da LC nº 91/1997. Assim, o FPM-Reserva passa a ser destinado aos municípios com mais de 142.632 habitantes. A LC 91 também mantém para 1998 os coeficientes de 1997 para os municípios que sofressem queda e institui o Redutor Financeiro, que vigorou de 1999 até 2007.

► 2000

A EC nº 29/2000 condiciona a entrega do FPM à aplicação mínima também para a área de saúde.

► 2007

Criado pela EC nº 55/2007 o adicional de 1% do FPM, entregue em cota única no mês de dezembro de cada ano. Assim, a parcela do IR e do IPI destinada para o FPM passa para 23,5%.

► 2015

A EC nº 84/2014 cria mais um adicional de 1% do FPM, também entregue em cota única no mês de julho de cada ano. O aumento foi gradual, sendo 0,5% em 2015 e 1% a partir da arrecadação de janeiro de 2016. Assim, a parcela do IR e do IPI destinada para o FPM passa para 24,5%, sendo 22,5% ao longo do ano; 1% no mês de julho; e 1% em dezembro.

► 2019

A Lei Complementar nº 165/2019, que altera a LC nº 91/1997, anulou todas as quedas dos coeficientes de participação causadas pela aplicação das estimativas populacionais para a distribuição do FPM de 2019. A Lei é válida para a distribuição apenas do FPM-Interior e será aplicada até que haja novo censo demográfico.

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Participação na receita corrente 2018	FPM per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$
	18.182.253	Norte	8.916.992,0	8.771.793,4	9.389.462,3	8.817.818,0	9.218.512,5	4,5	23,1	507,01
AC	401.155	Rio Branco	311.864,8	303.139,9	326.800,3	276.563,4	321.884,8	16,4	38,3	802,39
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	26.654,8	25.609,9	28.636,0	26.019,0	26.837,1	3,1	18,4	306,10
AP	493.634	Macapá	277.213,2	269.457,7	290.489,2	276.563,4	286.119,8	3,5	44,1	579,62
AP	119.610	Santana	25.154,7	24.285,0	25.447,8	23.607,9	25.560,4	8,3	..	213,70
AM	2.145.444	Manaus	467.797,2	454.709,9	490.200,5	466.700,8	563.298,3	20,7	12,4	262,56
AM	113.168	Parintins	40.163,5	39.047,4	41.683,4	38.801,1	39.416,0	1,6	20,0	348,30
PA	1.485.732	Belém	467.797,2	505.233,2	490.200,5	466.700,8	482.827,1	3,5	18,0	324,98
PA	525.566	Ananindeua	83.863,2	84.448,1	86.012,2	80.622,4	82.870,8	2,8	12,9	157,68
PA	302.667	Santarém	83.863,2	84.448,1	86.012,2	80.622,4	82.870,8	2,8	13,8	273,80
PA	275.086	Marabá	83.863,2	84.448,1	86.012,2	80.622,4	82.870,8	2,8	10,1	301,25
RO	519.531	Porto Velho	207.909,9	202.093,3	254.178,0	241.993,0	250.354,8	3,5	18,8	481,89
RO	127.907	Ji-Paraná	36.770,6	37.697,4	40.110,5	37.548,7	38.605,2	2,8	16,1	301,82
RR	375.374	Boa Vista	433.145,6	421.027,7	453.889,3	432.130,3	447.062,2	3,5	41,3	1.190,98
RR	29.533	Rorainópolis	9.048,0	8.847,2	9.344,4	8.629,5	8.900,9	3,1	15,8	301,39
TO	291.855	Palmas	277.213,2	269.457,7	290.489,2	276.563,4	286.119,8	3,5	26,6	980,35
TO	177.517	Araguaína	77.262,7	74.724,5	80.114,2	75.335,3	77.654,5	3,1	18,5	437,45
	56.757.759	Nordeste	36.190.294,2	35.448.286,1	38.055.969,6	35.715.033,9	36.681.641,5	2,7	27,7	646,28
AL	1.012.382	Maceió	541.431,9	526.284,6	567.361,7	540.162,9	447.062,2	-17,2	22,7	441,59
AL	230.417	Arapiraca	112.039,9	108.370,3	115.945,6	108.833,1	102.477,5	-5,8	19,3	444,75
BA	2.857.329	Salvador	779.662,0	842.055,3	907.778,7	864.260,7	804.711,9	-6,9	13,8	281,63
BA	609.913	Feira de Santana	97.305,0	97.934,2	104.845,1	98.567,0	97.481,2	-1,1	7,3	159,83
BA	338.885	Vitória da Conquista	97.305,0	97.934,2	104.845,1	98.567,0	97.481,2	-1,1	15,4	287,65
BA	293.723	Camaçari	97.305,0	97.934,2	104.845,1	98.567,0	97.481,2	-1,1	8,9	331,88
CE	2.643.247	Fortaleza	866.291,1	842.055,3	907.778,7	864.260,7	894.124,3	3,5	14,2	338,27
CE	363.982	Caucaia	101.192,9	97.872,2	104.697,5	98.128,5	101.105,5	3,0	..	277,78
CE	271.926	Juazeiro do Norte	101.192,9	97.872,2	104.697,5	98.128,5	101.105,5	3,0	19,7	371,81
MA	1.094.667	São Luís	541.431,9	526.284,6	567.361,7	540.162,9	558.827,7	3,5	20,6	510,50
MA	258.016	Imperatriz	100.898,9	97.178,5	104.043,0	97.643,5	100.412,9	2,8	15,1	389,17
PB	800.323	João Pessoa	433.145,6	421.027,7	453.889,3	345.704,3	357.649,7	3,5	18,2	446,88
PB	407.472	Campina Grande	108.546,4	104.790,7	112.064,5	95.692,6	98.516,5	3,0	12,1	241,77
PE	1.637.834	Recife	545.763,4	530.494,9	571.900,6	544.484,2	563.298,3	3,5	12,8	343,93
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	97.793,4	94.569,1	101.265,2	94.951,1	97.734,3	2,9	8,3	140,09
PE	391.835	Olinda	97.793,4	94.569,1	101.265,2	94.951,1	97.734,3	2,9	16,4	249,43
PE	356.872	Caruaru	97.793,4	94.569,1	101.265,2	94.951,1	97.734,3	2,9	15,0	273,86
PE	343.865	Petrolina	97.793,4	94.569,1	101.265,2	94.951,1	97.734,3	2,9	15,0	284,22
PE	329.117	Paulista	97.793,4	94.569,1	101.265,2	94.951,1	97.734,3	2,9	21,8	296,96
PI	861.442	Teresina	541.431,9	526.284,6	567.361,7	540.162,9	558.827,7	3,5	21,3	648,71
PI	152.653	Parnaíba	95.880,3	92.413,9	98.968,4	93.096,1	95.892,3	3,0	..	628,17
RN	877.640	Natal	346.516,4	303.139,9	326.800,3	311.133,8	321.884,8	3,5	15,6	366,76
RN	294.076	Mossoró	98.936,1	91.813,6	98.150,0	92.285,6	94.861,3	2,8	15,8	322,57
SE	648.939	Aracaju	311.864,8	303.139,9	290.489,2	276.563,4	321.884,8	16,4	19,2	496,02
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	93.102,8	89.702,9	91.998,1	86.496,1	92.949,8	7,5	..	512,11
	13.111.182	Centro-Oeste¹	7.118.423,7	6.951.575,1	7.470.039,0	7.005.581,2	7.227.488,5	3,2	18,4	551,25
GO	1.495.705	Goiânia	311.864,8	303.139,9	326.800,3	311.133,8	321.884,8	3,5	7,5	215,21
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	78.365,0	75.831,9	81.299,5	76.204,2	78.248,2	2,7	7,6	138,26
GO	381.970	Anápolis	78.365,0	75.831,9	81.299,5	76.204,2	78.248,2	2,7	7,7	204,85
MT	607.153	Cuiabá	155.932,4	151.570,0	163.400,2	155.566,9	160.942,4	3,5	8,0	265,08
MT	282.009	Várzea Grande	66.060,5	63.726,8	68.025,8	63.808,8	65.721,4	3,0	12,2	233,05
MS	885.711	Campo Grande	173.258,2	168.411,1	181.555,7	155.566,9	160.942,4	3,5	5,1	181,71
MS	220.965	Dourados	80.088,9	77.529,7	82.907,8	75.491,4	77.436,0	2,6	10,3	350,44
	87.711.946	Sudeste	31.789.323,8	30.996.770,5	33.366.536,1	31.358.128,1	32.373.449,4	3,2	11,4	369,09
ES	358.267	Vitória	138.606,6	134.728,9	163.400,2	155.566,9	178.824,9	15,0	11,4	499,14
ES	507.598	Serra	72.988,5	70.447,5	77.409,7	72.451,7	76.457,7	5,5	6,5	150,63
ES	486.208	Vila Velha	72.988,5	70.447,5	77.409,7	72.451,7	76.457,7	5,5	8,3	157,25
ES	378.603	Cariacica	72.988,5	70.447,5	77.409,7	72.451,7	76.457,7	5,5	12,8	201,95
MG	2.501.576	Belo Horizonte	519.774,7	505.233,2	544.667,2	518.556,4	536.474,6	3,5	5,8	214,45
MG	683.247	Uberlândia	83.321,5	80.702,9	86.461,9	81.189,8	83.521,1	2,9	4,2	122,24
MG	659.070	Contagem	83.321,5	80.702,9	86.461,9	81.189,8	83.521,1	2,9	5,3	126,73

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Participação na receita corrente 2018	FPM per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$
MG	564.310	Juiz de Fora	83.321,5	80.702,9	86.461,9	81.189,8	83.521,1	2,9	5,8	148,01
MG	432.575	Betim	83.321,5	80.702,9	86.461,9	81.189,8	83.521,1	2,9	5,5	193,08
MG	404.804	Montes Claros	83.321,5	80.702,9	86.461,9	81.189,8	83.521,1	2,9	11,2	206,32
MG	331.045	Ribeirão das Neves	83.321,5	80.702,9	86.461,9	81.189,8	83.521,1	2,9	22,3	252,30
MG	330.361	Uberaba	83.321,5	80.702,9	86.461,9	81.189,8	83.521,1	2,9	8,1	252,82
MG	278.685	Governador Valadares	83.321,5	80.702,9	86.461,9	81.189,8	83.521,1	2,9	11,3	299,70
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	346.516,4	294.719,4	317.722,5	302.491,2	312.943,5	3,5	1,4	46,79
RJ	1.077.687	São Gonçalo	66.198,4	62.272,6	66.505,1	62.500,3	64.443,9	3,1	5,7	59,80
RJ	914.383	Duque de Caxias	66.198,4	62.272,6	66.505,1	62.500,3	64.443,9	3,1	..	70,48
RJ	818.875	Nova Iguaçu	66.198,4	62.272,6	66.505,1	62.500,3	64.443,9	3,1	4,7	78,70
RJ	511.786	Niterói	66.198,4	62.272,6	66.505,1	62.500,3	64.443,9	3,1	..	125,92
RJ	508.614	Belford Roxo	66.198,4	62.272,6	66.505,1	62.500,3	64.443,9	3,1	9,9	126,70
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	66.198,4	62.272,6	66.505,1	62.500,3	64.443,9	3,1	3,4	128,01
RJ	471.888	São João de Meriti	66.198,4	62.272,6	66.505,1	62.500,3	64.443,9	3,1	..	136,57
RJ	305.687	Petrópolis	66.198,4	62.272,6	66.505,1	62.500,3	64.443,9	3,1	6,4	210,82
RJ	271.998	Volta Redonda	66.198,4	62.272,6	66.505,1	62.500,3	64.443,9	3,1	..	236,93
SP	12.176.866	São Paulo	303.201,9	294.719,4	317.722,5	302.491,2	312.943,5	3,5	0,6	25,70
SP	1.365.899	Guarulhos	77.434,4	71.654,4	76.720,8	71.919,5	73.913,5	2,8	1,8	54,11
SP	1.194.094	Campinas	73.957,0	71.654,4	76.720,8	71.919,5	73.913,5	2,8	1,6	61,90
SP	833.240	São Bernardo do Campo	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	2,0	84,59
SP	716.109	Santo André	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	3,0	98,42
SP	713.943	São José dos Campos	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	3,0	98,72
SP	696.850	Osasco	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	3,2	101,14
SP	694.534	Ribeirão Preto	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	2,8	101,48
SP	671.186	Sorocaba	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	2,7	105,01
SP	468.148	Mauá	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	7,4	150,55
SP	456.245	São José do Rio Preto	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	4,6	154,48
SP	440.769	Mogi das Cruzes	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	5,2	159,90
SP	432.957	Santos	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	3,1	162,79
SP	420.934	Diadema	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	6,6	167,44
SP	414.810	Jundiaí	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	3,6	169,91
SP	400.949	Piracicaba	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	4,7	175,79
SP	398.611	Carapicuíba	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	14,8	176,82
SP	374.272	Bauru	70.479,6	68.344,2	73.182,9	68.586,5	70.481,1	2,8	6,7	188,32
29.754.036 Sul			17.774.173,7	17.362.518,3	18.654.322,1	17.530.533,8	18.083.215,0	3,2	18,2	607,76
PR	1.917.185	Curitiba	311.864,8	303.139,9	326.800,3	311.133,8	321.884,8	3,5	4,2	167,89
PR	563.943	Londrina	80.441,1	77.901,6	83.406,4	78.267,0	80.578,6	3,0	4,9	142,88
PR	417.010	Maringá	80.441,1	77.901,6	83.406,4	78.267,0	80.578,6	3,0	5,8	193,23
PR	348.043	Ponta Grossa	80.441,1	77.901,6	83.406,4	78.267,0	80.578,6	3,0	11,5	231,52
PR	324.476	Cascavel	80.441,1	77.901,6	83.406,4	78.267,0	80.578,6	3,0	9,3	248,33
PR	317.476	São José dos Pinhais	80.441,1	77.901,6	83.406,4	78.267,0	80.578,6	3,0	8,5	253,81
PR	258.823	Foz do Iguaçu	80.441,1	77.901,6	83.406,4	78.267,0	80.578,6	3,0	7,9	311,33
RS	1.479.101	Porto Alegre	272.881,7	265.247,4	285.950,3	272.242,1	281.649,2	3,5	4,7	190,42
RS	504.069	Caxias do Sul	71.956,5	69.851,9	74.905,9	70.357,3	72.495,7	3,0	4,2	143,82
RS	344.957	Canoas	71.956,5	69.851,9	74.905,9	70.357,3	72.495,7	3,0	5,2	210,16
RS	341.648	Pelotas	71.956,5	69.851,9	74.905,9	70.357,3	72.495,7	3,0	8,2	212,19
RS	280.505	Santa Maria	71.956,5	69.851,9	74.905,9	70.357,3	72.495,7	3,0	11,7	258,45
RS	279.398	Gravataí	71.956,5	69.851,9	74.905,9	70.357,3	72.495,7	3,0	9,6	259,47
RS	254.101	Viamão	71.956,5	69.851,9	74.905,9	70.357,3	72.495,7	3,0	16,7	285,30
SC	492.977	Florianópolis	138.606,6	134.728,9	145.244,6	138.281,7	143.059,9	3,5	8,3	290,20
SC	583.144	Joinville	66.474,3	64.118,4	68.662,1	64.333,1	66.195,3	2,9	3,2	113,51
SC	352.460	Blumenau	66.474,3	64.118,4	68.662,1	64.333,1	66.195,3	2,9	4,8	187,81
	81.785.966	Cidades selecionadas	16.122.426,4	15.705.310,2	16.839.418,1	15.793.844,5	16.264.581,7	3,0	6,7	198,87
	32.107.017	Até 20 mil habitantes	38.557.385,7	37.658.522,4	40.433.322,0	37.935.897,3	39.079.414,3	3,0	39,4	1.217,16
	46.749.996	Capitais	10.022.988,1	9.801.524,1	10.530.232,5	9.887.142,3	10.197.488,1	3,1	6,8	218,13
	205.517.176	Brasil¹	101.789.207,4	99.530.943,4	106.936.329,1	100.427.095,0	103.584.307,0	3,1	17,4	504,02

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Posição	UF	Município	FPM	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1º	CE	Fortaleza	894.124.341,19	2.643.247	4º
2º	BA	Salvador	804.711.907,03	2.857.329	3º
3º	AM	Manaus	563.298.335,00	2.145.444	6º
3º	PE	Recife	563.298.335,00	1.637.834	8º
5º	MA	São Luís	558.827.713,36	1.094.667	14º
5º	PI	Teresina	558.827.713,36	861.442	20º
7º	MG	Belo Horizonte	536.474.604,85	2.501.576	5º
8º	PA	Belém	482.827.144,46	1.485.732	10º
9º	RR	Boa Vista	447.062.170,79	375.374	66º
9º	AL	Maceió	447.062.170,79	1.012.382	16º
11º	PB	João Pessoa	357.649.736,63	800.323	23º
12º	SE	Aracaju	321.884.763,06	648.939	32º
12º	PR	Curitiba	321.884.763,06	1.917.185	7º
12º	GO	Goiânia	321.884.763,06	1.495.705	9º
12º	RN	Natal	321.884.763,06	877.640	19º
12º	AC	Rio Branco	321.884.763,06	401.155	60º
17º	RJ	Rio de Janeiro	312.943.519,65	6.688.927	2º
17º	SP	São Paulo	312.943.519,65	12.176.866	1º
19º	AP	Macapá	286.119.789,41	493.634	46º
20º	TO	Palmas	286.119.789,39	291.855	94º
21º	RS	Porto Alegre	281.649.167,69	1.479.101	11º
22º	RO	Porto Velho	250.354.815,80	519.531	40º
23º	ES	Vitória	178.824.868,54	358.267	71º
24º	MS	Campo Grande	160.942.381,66	885.711	18º
24º	MT	Cuiabá	160.942.381,66	607.153	34º
26º	SC	Florianópolis	143.059.894,94	492.977	47º
27º	AL	Arapiraca	102.477.486,63	230.417	128º
28º	CE	Caucaia	101.105.498,69	363.982	69º
28º	CE	Juazeiro do Norte	101.105.498,69	271.926	103º
28º	CE	Maracanaú	101.105.498,69	226.128	133º
28º	CE	Sobral	101.105.498,69	206.644	146º
32º	MA	Caxias	100.412.933,34	164.224	179º
32º	MA	Imperatriz	100.412.933,34	258.016	108º
32º	MA	Paço do Lumiar	100.412.933,34	120.621	256º
32º	MA	São José de Ribamar	100.412.933,34	176.321	165º
32º	MA	Timon	100.412.933,34	167.973	173º
37º	PB	Campina Grande	98.516.537,39	407.472	58º
38º	PE	Cabo de Santo Agostinho	97.734.270,79	205.112	147º
38º	PE	Camaragibe	97.734.270,79	156.736	186º
38º	PE	Caruaru	97.734.270,79	356.872	72º
38º	PE	Jaboatão dos Guararapes	97.734.270,79	697.636	26º
38º	PE	Olinda	97.734.270,79	391.835	63º
38º	PE	Paulista	97.734.270,79	329.117	82º
38º	PE	Petrolina	97.734.270,79	343.865	77º
45º	BA	Barreiras	97.481.232,10	153.831	189º
45º	BA	Camaçari	97.481.232,10	293.723	93º
45º	BA	Feira de Santana	97.481.232,10	609.913	33º
45º	BA	Ilhéus	97.481.232,10	164.844	177º
45º	BA	Itabuna	97.481.232,10	212.740	141º
45º	BA	Jequié	97.481.232,10	155.800	188º
45º	BA	Juazeiro	97.481.232,10	215.183	139º
45º	BA	Lauro de Freitas	97.481.232,10	195.095	155º

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: 1º não inclui Brasília.

Posição	UF	Município	FPM	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
45º	BA	Teixeira de Freitas	97.481.232,10	158.445	183º
45º	BA	Vitória da Conquista	97.481.232,10	338.885	79º
55º	PI	Parnaíba	95.892.282,93	152.653	191º
56º	RN	Mossoró	94.861.282,08	294.076	92º
56º	RN	Parnamirim	94.861.282,08	255.793	109º
58º	BA	Alagoinhas	94.372.424,14	150.832	194º
58º	BA	Porto Seguro	94.372.424,14	146.625	199º
60º	SE	Nossa Senhora do Socorro	92.949.806,01	181.503	160º
61º	MG	Betim	83.521.075,99	432.575	54º
61º	MG	Contagem	83.521.075,99	659.070	31º
61º	MG	Divinópolis	83.521.075,99	235.977	123º
61º	MG	Governador Valadares	83.521.075,99	278.685	99º
61º	MG	Ibirité	83.521.075,99	179.015	163º
61º	MG	Ipatinga	83.521.075,99	261.344	106º
61º	MG	Juiz de Fora	83.521.075,99	564.310	37º
61º	MG	Montes Claros	83.521.075,99	404.804	59º
61º	MG	Poços de Caldas	83.521.075,99	166.111	176º
61º	MG	Ribeirão das Neves	83.521.075,99	331.045	80º
61º	MG	Santa Luzia	83.521.075,99	218.147	136º
61º	MG	Sete Lagoas	83.521.075,99	237.286	120º
61º	MG	Uberaba	83.521.075,99	330.361	81º
61º	MG	Uberlândia	83.521.075,99	683.247	29º
75º	PA	Ananindeua	82.870.812,49	525.566	39º
75º	PA	Castanhal	82.870.812,49	198.294	153º
75º	PA	Marabá	82.870.812,49	275.086	101º
75º	PA	Parauapebas	82.870.812,49	202.882	150º
75º	PA	Santarém	82.870.812,49	302.667	90º
80º	PR	Cascavel	80.578.624,73	324.476	83º
80º	PR	Colombo	80.578.624,73	240.840	118º
80º	PR	Foz do Iguaçu	80.578.624,73	258.823	107º
80º	PR	Guarapuava	80.578.624,73	180.334	162º
80º	PR	Londrina	80.578.624,73	563.943	38º
80º	PR	Maringá	80.578.624,73	417.010	56º
80º	PR	Ponta Grossa	80.578.624,73	348.043	75º
80º	PR	São José dos Pinhais	80.578.624,73	317.476	86º
88º	MG	Patos de Minas	80.521.857,93	150.833	193º
88º	MG	Pouso Alegre	80.521.857,93	148.862	197º
90º	PA	Abaetetuba	80.492.525,45	156.292	187º
91º	GO	Águas Lindas de Goiás	78.248.225,25	207.070	145º
91º	GO	Anápolis	78.248.225,25	381.970	64º
91º	GO	Aparecida de Goiânia	78.248.225,25	565.957	36º
91º	GO	Luziânia	78.248.225,25	205.023	148º
91º	GO	Rio Verde	78.248.225,25	229.651	129º
91º	GO	Valparaíso de Goiás	78.248.225,25	164.723	178º
97º	TO	Araguaína	77.654.523,86	177.517	164º
98º	MS	Dourados	77.436.037,08	220.965	135º
99º	PR	Paranaguá	77.432.320,39	153.666	190º
100º	ES	Cachoeiro de Itapemirim	76.457.727,34	207.324	144º

		Total dos 100 maiores	16.779.514.845,00	67.612.104	..
		Total dos demais	86.804.792.122,01	137.905.072	..
		Total Brasil¹	103.584.306.967,01	205.517.176	..

FPM per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	FPM per capita	FPM	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
1º	MG	Serra da Saudade	11.447,40	8.997.654,49	786	5568º
2º	SP	Borá	10.182,66	8.512.699,84	836	5567º
3º	MG	Cedro do Abaeté	7.683,74	8.997.654,49	1.171	5562º
4º	RS	Engenho Velho	7.561,10	8.226.478,34	1.088	5565º
5º	MT	Araguainha	7.542,19	7.210.335,41	956	5566º
6º	SP	Uru	7.232,54	8.512.699,84	1.177	5561º
7º	GO	Anhanguera	7.217,88	8.206.726,89	1.137	5563º
8º	PR	Jardim Olinda	7.028,23	9.438.913,63	1.343	5555º
9º	RS	União da Serra	6.901,41	8.226.478,34	1.192	5560º
10º	SP	Nova Castilho	6.783,03	8.512.699,84	1.255	5558º
11º	MG	Grupiara	6.477,79	8.997.654,49	1.389	5553º
12º	TO	Oliveira de Fátima	6.275,62	6.940.835,98	1.106	5564º
13º	RS	André da Rocha	6.213,35	8.226.478,34	1.324	5556º
14º	PR	Nova Aliança do Ivaí	6.153,14	9.438.913,63	1.534	5539º
15º	GO	Cachoeira de Goiás	6.029,92	8.206.726,89	1.361	5554º
16º	MG	São Sebastião do Rio Preto	5.919,51	8.997.654,49	1.520	5541º
17º	PI	Miguel Leão	5.918,84	7.398.546,85	1.250	5559º
18º	MG	Doresópolis	5.915,62	8.997.654,49	1.521	5540º
19º	SC	Santiago do Sul	5.890,85	7.575.629,20	1.286	5557º
20º	MG	Paiva	5.861,66	8.997.654,49	1.535	5538º
21º	RS	Carlos Gomes	5.859,32	8.226.478,34	1.404	5551º
22º	MG	Senador José Bento	5.823,72	8.997.654,49	1.545	5535º
23º	RS	Porto Vera Cruz	5.813,77	8.226.478,34	1.415	5550º
24º	PR	Santa Inês	5.812,14	9.438.913,63	1.624	5522º
25º	GO	São João da Paraúna	5.791,62	8.206.726,89	1.417	5549º
26º	SP	Flora Rica	5.678,92	8.512.699,84	1.499	5545º
27º	SP	Santana da Ponte Pensa	5.648,77	8.512.699,84	1.507	5543º
28º	RS	Montauri	5.611,51	8.226.478,34	1.466	5547º
29º	MG	Antônio Prado de Minas	5.592,08	8.997.654,49	1.609	5525º
30º	RS	Tupanci do Sul	5.535,99	8.226.478,34	1.486	5546º
31º	SP	Santa Salete	5.531,32	8.512.699,84	1.539	5536º
32º	RS	Coqueiro Baixo	5.458,84	8.226.478,34	1.507	5543º
33º	PR	Esperança Nova	5.449,72	9.438.913,63	1.732	5502º
34º	RS	Guabiju	5.426,44	8.226.478,34	1.516	5542º
35º	MG	Passabém	5.407,24	8.997.654,49	1.664	5516º
36º	GO	Lagoa Santa	5.277,64	8.206.726,63	1.555	5534º
37º	SC	Lajeado Grande	5.271,84	7.575.629,20	1.437	5548º
38º	GO	Moiporá	5.270,86	8.206.726,89	1.557	5533º
39º	RS	Vista Alegre do Prata	5.256,54	8.226.478,34	1.565	5532º
40º	RS	Ponte Preta	5.233,13	8.226.478,34	1.572	5530º
41º	RN	Viçosa	5.218,13	8.933.431,86	1.712	5506º
42º	PR	Miraselva	5.197,64	9.438.913,63	1.816	5488º
43º	RS	Lagoa dos Três Cantos	5.106,44	8.226.478,34	1.611	5524º
44º	MG	Santo Antônio do Rio Abaixo	5.083,42	8.997.654,49	1.770	5499º
45º	MG	Olaria	5.069,10	8.997.654,49	1.775	5498º
46º	MG	Consolação	5.049,19	8.997.654,49	1.782	5497º
47º	RS	Coronel Pilar	5.013,09	8.226.478,34	1.641	5521º
48º	RS	Gentil	5.010,04	8.226.478,34	1.642	5520º
49º	RS	Santa Cecília do Sul	5.003,94	8.226.478,34	1.644	5519º
50º	SP	Fernão	4.995,72	8.512.699,84	1.704	5510º
51º	SP	Trabiju	4.981,10	8.512.699,84	1.709	5507º
52º	PB	Parari	4.979,45	8.893.302,38	1.786	5494º
53º	MG	Pedro Teixeira	4.976,58	8.997.654,49	1.808	5490º
54º	PB	São José do Brejo do Cruz	4.965,55	8.893.302,38	1.791	5493º
55º	TO	Chapada de Areia	4.954,20	6.940.835,98	1.401	5552º
56º	RS	Alto Alegre	4.946,77	8.226.478,34	1.663	5517º
57º	RS	Mato Queimado	4.940,83	8.226.478,34	1.665	5515º
58º	RS	Capão Bonito do Sul	4.931,94	8.226.478,34	1.668	5513º
58º	RS	Pouso Novo	4.931,94	8.226.478,34	1.668	5513º
60º	SC	Paial	4.928,84	7.575.629,20	1.537	5537º
61º	RS	Nicolau Vergueiro	4.870,62	8.226.478,34	1.689	5512º
62º	MG	Seritinga	4.868,86	8.997.654,49	1.848	5479º
63º	SP	Turmalina	4.839,51	8.512.699,84	1.759	5500º
64º	RS	Linha Nova	4.816,44	8.226.478,34	1.708	5508º
65º	MG	Tapirai	4.788,53	8.997.654,49	1.879	5474º
66º	SC	Flor do Sertão	4.776,56	7.575.629,20	1.586	5529º
67º	SP	Dirce Reis	4.766,35	8.512.699,84	1.786	5494º
68º	RS	Barra do Rio Azul	4.766,21	8.226.478,34	1.726	5505º
69º	SC	Presidente Castello Branco	4.764,55	7.575.629,20	1.590	5528º
70º	RS	Novo Xingu	4.763,45	8.226.478,34	1.727	5504º
71º	RS	Canudos do Vale	4.757,94	8.226.478,34	1.729	5503º
72º	SC	Jardinópolis	4.749,61	7.575.629,20	1.595	5527º
73º	RS	Santa Tereza	4.744,22	8.226.478,34	1.734	5501º
74º	MG	Douradoquara	4.723,18	8.997.654,49	1.905	5470º
75º	SP	Arco-Íris	4.700,55	8.512.699,84	1.811	5489º
76º	SP	União Paulista	4.669,61	8.512.699,84	1.823	5487º
77º	SP	Aspásia	4.664,49	8.512.699,84	1.825	5486º
78º	PB	Coxixola	4.663,50	8.893.302,38	1.907	5469º
79º	MG	Queluzito	4.652,35	8.997.654,49	1.934	5464º
80º	SP	Paulistânia	4.646,67	8.512.699,84	1.832	5485º
81º	SP	Vitória Brasil	4.641,61	8.512.715,68	1.834	5483º
82º	PB	Quixabá	4.610,32	8.893.302,38	1.929	5465º
83º	SC	Tigrinhos	4.602,45	7.575.629,20	1.646	5518º
84º	RS	Floriano Peixoto	4.580,44	8.226.478,34	1.796	5492º
85º	RS	Nova Boa Vista	4.575,35	8.226.478,34	1.798	5491º
86º	MG	Serranos	4.567,34	8.997.654,49	1.970	5454º
87º	PB	Riacho de Santo Antônio	4.558,33	8.893.302,38	1.951	5460º
88º	MT	Ponte Branca	4.500,83	7.210.335,41	1.602	5526º
89º	MG	Água Comprida	4.487,61	8.997.654,49	2.005	5443º
90º	MG	Senador Cortes	4.483,14	8.997.654,49	2.007	5442º
91º	RS	Vespasiano Correa	4.483,09	8.226.478,34	1.835	5482º
92º	SP	Mesópolis	4.456,91	8.512.699,84	1.910	5468º
93º	RS	Quatro Irmãos	4.456,38	8.226.478,34	1.846	5480º
94º	SP	Nova Canaã Paulista	4.454,58	8.512.699,84	1.911	5467º
95º	SP	São João de Iracema	4.452,25	8.512.699,84	1.912	5466º
96º	SC	Barra Bonita	4.445,79	7.575.629,20	1.704	5510º
97º	MT	Serra Nova Dourada	4.445,34	7.210.335,41	1.622	5523º
98º	GO	Guarinos	4.431,28	8.206.726,89	1.852	5478º
99º	TO	São Félix do Tocantins	4.415,29	6.940.835,98	1.572	5530º
100º	PR	Santo Antônio do Paraíso	4.402,48	9.438.913,63	2.144	5402º
		Total dos 100 maiores	5.213,15	841.480.455,61	161.415	..
		Total dos demais	500,32	102.742.826.511,40	205.355.761	..
		Total Brasil¹	504,02	103.584.306.967,01	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.



Inteligente, Aparecida de Goiânia avança com tecnologia da Huawei

Projeto inclui rede de fibra óptica, videomonitoramento, acessos gratuitos à internet e futuro data center próprio

Vizinha da capital de Goiás, Aparecida de Goiânia tinha tudo para ser somente uma cidade dormitório. Mas essa não é a realidade da segunda cidade mais populosa de Goiás (quase 600 mil habitantes) e terceiro PIB do estado. Com área geográfica restrita, o município não tem a vocação natural para agropecuária e acabou criando um perfil industrial e para o comércio. E esse perfil inovador avança, agora, com o projeto de smart city desenhado pela atual gestão de Gustavo Mendanha, um dos mais jovens prefeitos do País.

O projeto envolve a ativação de uma rede de 600 km de fibra óptica, iniciativa bancada pela própria prefeitura e que deverá ser transformada, posteriormente, numa Parceria Público Privada (PPP). A infraestrutura forma a coluna dorsal para os demais projetos: uma rede de videomonitoramento de cerca de 600 câmeras, a criação de aproximadamente duas centenas de pontos de acesso grátis à internet e, futuramente, a ativação de um data center próprio. O projeto é arrojado, mas está alinhado com a ideia de ampliar os recursos para os cidadãos.

“Cidade inteligente para nós é um conceito. O poder público que não investir em tecnologia está fadado ao fracasso. O investimento será importante para atrair mais negócios para Aparecida de Goiânia e, é claro, facilitar a vida das pessoas que vivem ou trabalham aqui”, resume o prefeito Gustavo Mendanha. De acordo com o plano da cidade, o investimento deve permitir uma oferta pública de saúde mais integrada e educação mais conectada. A segurança e a assistência social no município também ganham com o empreendimento.

Na prática, Mendanha destaca alguns exemplos de benefícios da conectividade, entre eles o monitoramento das principais avenidas e ruas da cidade durante 24 horas. Como as imagens serão compartilhadas em uma sala de situação entre vários agentes públicos, o combate ao crime ganha o reforço de ser em tempo real. A conexão também vai facilitar o acesso aos serviços públicos, com a criação de um prontuário eletrônico. A ideia é desburocratizar desde o pagamento de tributos e multas até o atendimento médico em postos de saúde.

Projeto da Huawei atendeu escopo e com precificação 50% menor

Na área de educação, a conectividade deve facilitar a ativação de projetos que facilitam a vida dos alunos e professores, com aulas que tenham mais recursos didáticos inovadores. O tema, inclusive, interessa muito ao prefeito, ele mesmo educador físico e professor de formação. Segundo Mendanha, a digitalização também agiliza o desembolso de recursos federais na área de educação e saúde, para citar apenas dois, ao eliminar uma fase manual de apuração de resultados.

“Para que aconteçam alguns repasses é necessário o preenchimento de uma série de documentos e a comprovação da prestação do serviço pelo município”, explica. “Ao digitalizarmos o processo, evitamos erros e reduzimos o tempo para o reembolso”, completa. Ganhos como esses também justificariam o retorno do investimento no projeto de smart city de Aparecida de Goiânia, estimado em R\$ 55 milhões, de acordo com o site oficial da prefeitura, quando do lançamento da iniciativa em dezembro de 2018.

A escolha da Huawei como parceira do projeto, por outro lado, começou com a visita de Mendanha a um evento em Barcelona em 2016

(Smart City Expo World Congress). Na época, o político pode conhecer outros projetos de cidades inteligentes e os técnicos da prefeitura tiveram uma base para estipular as condições para a licitação. “Todo o processo aconteceu de forma transparente e seguindo a legislação atual. A proposta da Huawei atendeu o escopo pedido e ainda com um orçamento 50% menor do que o primeiro concorrente”, informa o prefeito de Aparecida de Goiânia.

Para a Huawei, o projeto de Aparecida de Goiânia faz parte de sua missão - a de estar no Brasil para auxiliar na transformação digital do País. “Aparecida de Goiânia vem experimentando um crescimento importante nos últimos anos e nada melhor do que crescer com inteligência, utilizando a tecnologia da Huawei para garantir a sustentabilidade desta pujança. Nossas soluções estão aqui e em mais de 230 cidades em todo o mundo, que fica, assim, cada vez mais inteligente e conectado”, explicou Atílio Rulli, Diretor sênior de relações públicas e governamentais da Huawei.

Entre os destaques da plataforma da Huawei, Mendanha cita a integração do videomonitoramento. Os recursos permitem o envio seletivo de viaturas policiais. Com isso, é possível direcionar os agentes somente para as áreas onde esteja de fato acontecendo algum tipo de ilícito. Ganha a população e os policiais, ambos mais protegidos. “Muitas pessoas não entendem o porquê de o poder público estar investindo em tecnologia e não somente em outras áreas de infraestrutura, mas estamos pensando no futuro”, reforça Mendanha. “Não penso a cidade para a próxima eleição e sim para os próximos 30 ou 40 anos”, finaliza.



Gustavo Mendanha, prefeito de Aparecida de Goiânia/GO

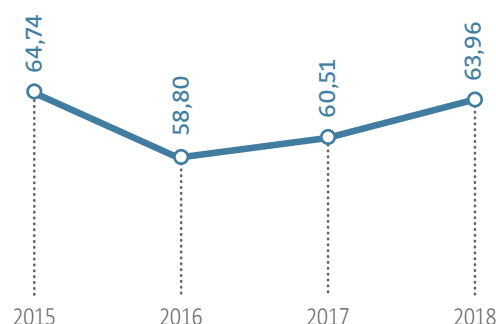
Receita do ISS acelerou seu movimento de recuperação em 2018

ISS representa 14% da receita corrente dos municípios com mais de 500 mil habitantes, exceto Rio de Janeiro e São Paulo. Na capital fluminense, seu peso é de 26%; na paulista, chega a 30%. Em 2019, o principal imposto municipal entra na mira das propostas de reforma tributária.

Desempenho¹

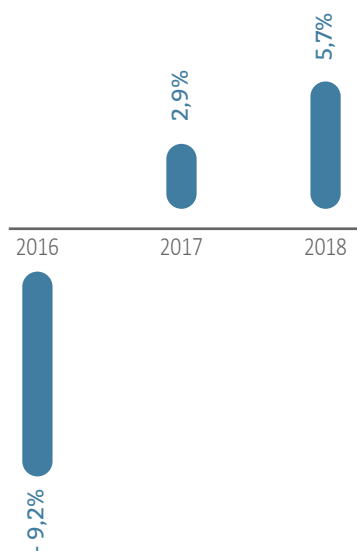
Depois da grave crise econômica que provocou grandes quedas na arrecadação em 2015 e 2016, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) voltou a alcançar em 2017 variação positiva, trajetória que também se confirmou em 2018. A taxa de crescimento real, que foi de 2,9% em 2017 – angariando uma receita de R\$ 60,51 bilhões –, em 2018 foi ainda mais intensa, chegando a 5,7%, elevando a cifra para R\$ 63,96 bilhões. Os valores são corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2018.

Arrecadação do ISS
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



¹ Os dados do ISS de 2015 a 2018 incluem a receita de dívida ativa, juros e multas. Os anos anteriores não as inserem, portanto, continuam sendo apenas o valor do principal. Isso decorre do fato de que, em 2018, passaram a vigorar para os municípios as alterações contábeis trazidas pela Portaria Interministerial do Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional nº 5, de 25 de agosto de 2015. Devido a essas modificações, a STN/Siconfi mudou também a maneira de publicar os dados. Para adequar a série histórica apresentada em Multi Cidades, foram incluídos incluir os valores da dívida ativa, juros e multas nos tributos municipais dos exercícios de 2015, 2016 e 2017.

Taxa de crescimento do ISS em relação ao ano anterior



Importante ressaltar que o montante obtido em 2018 está próximo dos R\$ 64,74 bilhões registrados em 2015, exercício no qual a entrada do ISS só foi inferior ao pico histórico atingido em 2014 (quando não incluídas as receitas de dívida ativa, juros e multas em 2015). Esse quadro se deve não só ao aperfeiçoamento das administrações tributárias das prefeituras, mas também, e principalmente, à tendência constatada no Brasil e no mundo de maior avanço da economia de serviços, em detrimento do comércio de bens materiais.

Essa expansão foi notada pelos estados, cuja base do ICMS não sobe na mesma medida; em vez disso, amarga constantes

estagnações. Tal fenômeno se dá, em boa parte, por conta da excessiva guerra fiscal, procedente da tributação executada ainda em grande medida na origem, da variedade de alíquotas efetivas praticada pelos entes, em virtude dos diversos regimes especiais, e da falta de uniformidade na legislação do ICMS dos 26 estados e no Distrito Federal, gerando altos custos de conformidade e baixo recolhimento. **Essa percepção faz com que os estados estejam buscando a base de serviços de qualquer natureza para seu imposto sobre o consumo numa eventual reforma tributária**, conforme veremos mais adiante, em tópico correspondente.

Em relação às capitais, comparando-se 2018 com 2017, destacam-se os aumentos reais de captação do ISS em Rio Branco, com 17,4%; Florianópolis, com 16,5%; Manaus, com 14%; Natal e João Pessoa, com 11,5% cada um.

Já confrontando o resultado de todas as capitais entre janeiro e junho de 2019 com o de igual período de 2018, o acréscimo é de 5,9%. Nesse grupo de cidades, as maiores elevações foram anotadas por Maceió (9,5%), São Paulo (9,3%), Natal (8,2%) e João Pessoa (7,8%). Ainda nessa análise semestral, apenas quatro capitais assinalaram recuo: Porto Velho (-22,4%), Rio Branco (-19,1%), Boa Vista (-3,5%) e Campo Grande (-1,9%).

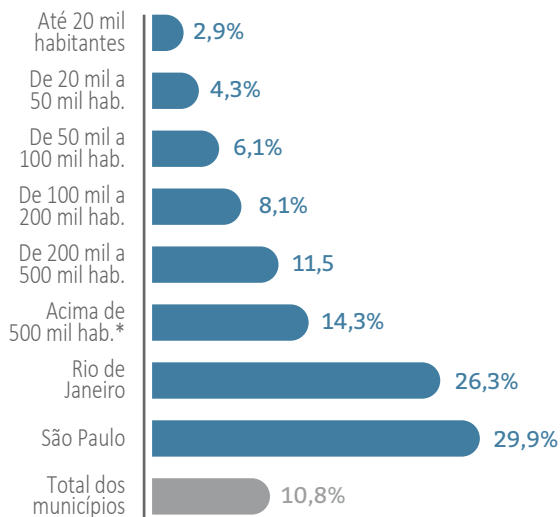
Diante de índices tão díspares, é possível inferir que as acentuadas variações podem ter sido ocasionadas por alterações contábeis ou pelo aporte de recursos extras relativos a programas de recuperação da dívida ativa, uma vez que os dados fiscais passaram a incluir esse item das receitas, como explicado anteriormente.

Participação do ISS na receita corrente

O gráfico na página seguinte mostra a representatividade do ISS na receita corrente por faixa populacional. Vê-se claramente que, quanto menor o município, mais baixa é a relevância do imposto no orçamento corrente. Afinal, se o mercado consumidor local é muito reduzido, mais contraída também será a demanda por serviços mais sofisticados e oferecidos em maior escala.

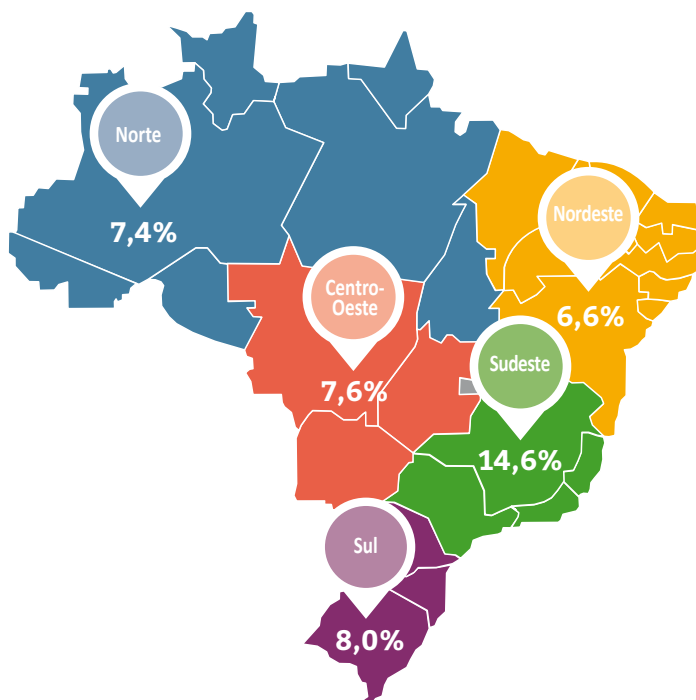
Na análise por região do país, interessante verificar que o Centro-Oeste e o Sul tiveram participações do ISS na receita corrente bastante próximas, de 7,6% e 8%, respectivamente. O Norte e o Nordeste vieram logo em seguida, com indicadores de 7,4% e 6,6%, nessa ordem.

Participação do ISS na receita corrente por faixa populacional* - 2018



*excluído Rio de Janeiro e São Paulo

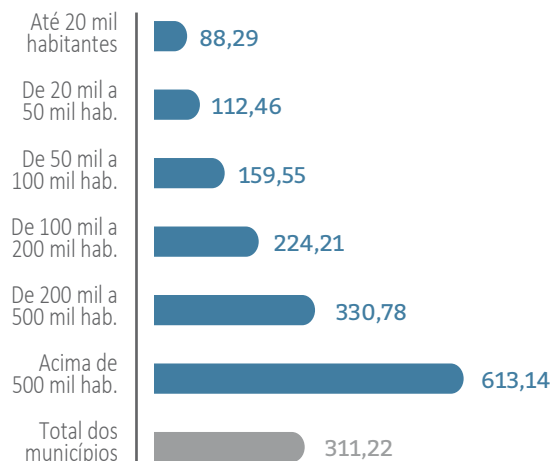
Participação do ISS na receita corrente por região - 2018



ISS per capita

O ISS per capita também é maior quanto mais alta é a faixa populacional. Na parcela de municípios com mais de 500 mil habitantes, esse indicador é quase sete vezes mais elevado do que no segmento daqueles com até 20 mil moradores. O gráfico abaixo mostra isso.

ISS per capita por faixa populacional em R\$ - IPCA médio de 2018



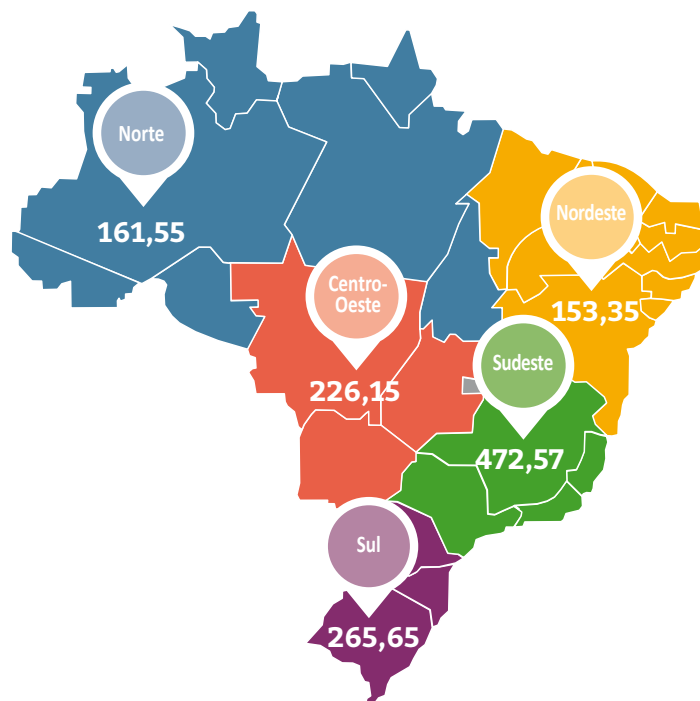
Algumas cidades são “pontos fora da curva” em seus respectivos agrupamentos. Assim, há aquelas de baixo porte demográfico que ostentam uma robusta cifra de ISS per capita ao passo que, na ponta reversa dessa trajetória atípica, estão algumas das mais populosas que sofrem com quantias acanhadas dessa fração.

No primeiro quadro se encontram, por exemplo, sedes de grandes grupos financeiros, como Barueri-SP, ou de grandes mineradoras, como Canaã dos Carajás-PA, ou ainda de portos, como em Paranaguá-PR. No segundo cenário, temos São Gonçalo-RJ, Ananindeua-PA e Belford Roxo-RJ.

Quanto aos recursos por região, o destaque é o Sudeste, com R\$ 472,57 per capita, importância três vezes maior que a do Nordeste (R\$ 153,35).

ISS per capita por região - 2018

em R\$ - IPCA médio de 2018



ISS e Simples Nacional

O ISS recolhido por intermédio do Simples Nacional chegou a R\$ 8,51 bilhões em 2018, alcançando a participação de 13,3% do somatório arrecadado. Há dez anos, em 2009, essa presença era de 7,2%: R\$ 3,11 bilhões de um total de R\$ 43,05 bilhões.

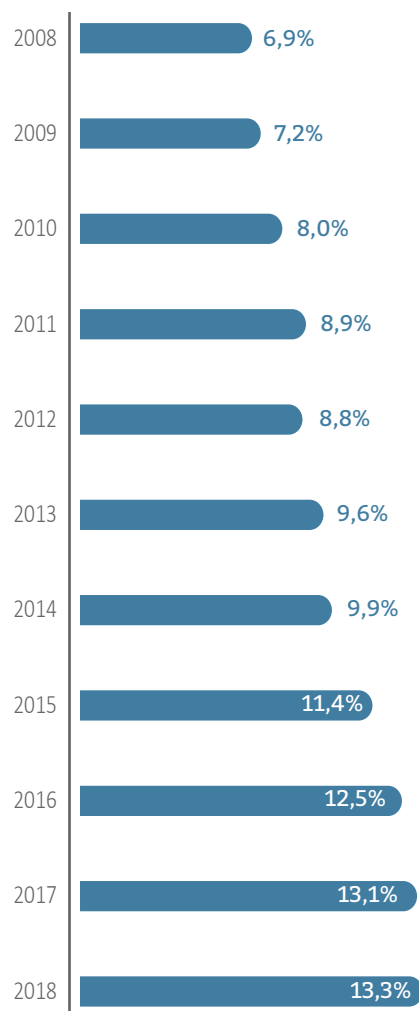
Os dados aqui expostos da coleta global do tributo incluem os valores da dívida ativa, juros e multas desde 2015, como explicado anteriormente. Mesmo com a ascensão da receita integral do imposto devido às alterações contábeis, a parcela do ISS Simples Nacional continuou se ampliando no montante.

Depois do pequeno encolhimento de 0,4% em 2016, interrompendo uma sequência de forte crescimento desde a sua incorporação ao sistema unificado em 2007, o ISS angariado pelo Simples Nacional conseguiu retomar sua expansão em 2017. Nesse ano, a alta alcançada foi de 7,5%, performance que se repetiu em 2018.

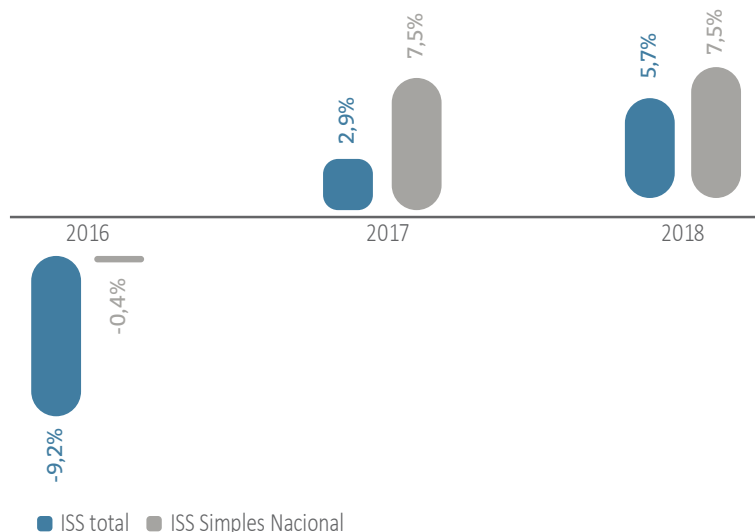
Já o total do ISS, que havia experimentado uma acentuada perda de 9,2% em 2016, em decorrência da crise econômica, avançou

2,9% em 2017 e mais 5,7% em 2018. Dessa forma, vê-se que o ISS Simples Nacional, além de sofrer menos baques que o ISS total em 2016, assinalou índices de incrementos mais expressivos na recuperação da receita no pós-crise.

Participação do ISS Simples Nacional no ISS total



Taxa de crescimento do ISS Simples Nacional e do ISS total em relação ao ano anterior



ISS e as propostas de reformas tributárias

O debate sobre a necessidade de se rever o sistema tributário reacendeu-se em meados de 2018, culminando com a aprovação, na Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados, no final de 2018, do relatório do então deputado federal Luiz Carlos Hauly. Apesar de terminada ali a legislatura sem ter ido para votação em plenário, o conteúdo dessa matéria ressurgiu no Senado Federal, dando corpo à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 110/2019, de autoria do senador Davi Alcolumbre.

Mas antes da PEC 110/2019, foi protocolada, em abril de 2019, na Câmara dos Deputados, a PEC 45/2019, apresentada pelo deputado federal Baleia Rossi, tendo sido aprovada, no mês seguinte, na Comissão de Constituição e Justiça. A proposta, idealizada pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), teve o economista Bernard Appy (ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda) como seu principal mentor.

Podemos resumir a PEC 45/2019 nos seguintes pontos:

- i. Fusão de cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) num só (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), de competência compartilhada entre União, estados, Distrito Federal e municípios;
- ii. Incidência não cumulativa do IBS sobre base ampla de bens e serviços;

- iii. Alíquota do IBS uniforme para todos os bens e serviços, sendo composta por uma parcela municipal, uma estadual e uma federal, as quais o respectivo ente terá autonomia para sua fixação;
- iv. Vedada a concessão de isenções e benefícios fiscais, exceto a possibilidade de devolução de parte do IBS pago, aos consumidores de baixa renda;
- v. IBS devido no destino;
- vi. Crédito integral e imediato para investimentos;
- vii. Crédito financeiro (toda aquisição dá direito ao crédito, exceto bens de uso e consumo pessoal);
- viii. Imposto “por fora” (o IBS não compõe sua própria base de cálculo);
- ix. Arrecadação centralizada, por um comitê gestor tripartite, e distribuição da receita para a União, os estados e os municípios;
- x. Quanto a vinculações e partilhas, para reduzir a rigidez orçamentária, propõe-se a possibilidade de aumento ou redução de alíquota relacionada somente à despesa que se pretende aumentar ou reduzir;

- xi. Mudança do critério de distribuição da parcela estadual do IBS para os municípios, em comparação com as regras de distribuição do ICMS: três quartos na proporção da respectiva população e um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual. Atualmente, nas regras do ICMS, três quartos no mínimo devem utilizar o valor adicionado, e um quarto, conforme dispuser lei estadual.
- xii. Transição com período de teste de dois anos; mais oito anos com redução anual dos cinco tributos antigos e concomitante acréscimo anual do IBS, à taxa de 1/8 por ano; sendo que nos 20 anos iniciais, garante-se a manutenção da receita atual, corrigida pela inflação, com apenas o crescimento real da receita sendo distribuído pelo critério destino; e, por fim, nos 30 anos seguintes, será efetuada a alteração da arrecadação da origem para o destino no ritmo de 1/30 avos ao ano;
- xiii. Criação de um Imposto Seletivo (IS), extrafiscal, sobre bens e serviços que gerem externalidades negativas, de competência da União.

Um dos grandes problemas dessa PEC para os governos locais é a definição de uma alíquota inicial de IBS (alíquota de referência) igual para todos. Caso fique calibrada “para baixo”, poderá gerar enormes perdas para milhares de municípios em relação à sua arrecadação atual. Em tal situação, os poderes Executivo e Legislativo dos governos locais teriam que aprovar uma elevação de alíquota que não resultasse em perda no recolhimento do ISS, em relação à receita que obteriam com o emprego da alíquota de referência, medida de sucesso duvidoso, dado seu alto custo político.

Outro grande complicador que a PEC 45/2019 traz em seu bojo é a previsão, na transição, da coexistência do IBS, por dez anos, com os cinco tributos que se pretende extinguir. Primeiro, há a impossibilidade prática de haver a compensação exata entre o 1/8 que se tem de diminuir, por ano, na alíquota dos tributos antigos, e o 1/8 que se tem que elevar, também anualmente, na alíquota do IBS. Isso porque, apesar de os entes saberem que precisarão baixar em 1/8, a cada exercício, a alíquota de seu tributo antigo, não terão como saber se a taxa crescente de 1/8 ao ano sobre a alíquota do IBS, que deve ser fixada previamente, será suficiente para compensar a redução, pois a base de cálculo, reflexo da economia, pode não corresponder às expectativas. E aí, somente ao final do ano o ente terá os números da arrecadação real.

Por fim, um terceiro fator dificultador é o aumento de custo de conformidade não só para os contribuintes, mas também para as próprias administrações tributárias, dado que terão de continuar lidando, ao longo de dez anos, com todas as obrigações, principais e acessórias, dos tributos antigos, simultaneamente às novas regras definidas pelo IBS.

Já a PEC 110/2019, do Senado Federal, tem como principais características:

- i. Fusão de nove tributos sobre o consumo em um só: IPI, IOF, CSLL, PIS, Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis, ICMS e ISS se fundem no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), não cumulativo;
- ii. Extinção da CSLL, incorporada pelo Imposto de Renda, que por isso terá suas alíquotas ampliadas;
- iii. IBS com legislação nacional (lei complementar com normas gerais);
- iv. Competência tributária do IBS somente dos estados e do Distrito Federal;

- v. Iniciativa legislativa para a apresentação dos projetos de lei complementar federal que tratem do IBS cabendo exclusivamente a governadores de Estado e do Distrito Federal e prefeitos, assembleias legislativas, Câmara Legislativa e câmaras de vereadores, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros; bancadas estaduais de deputados federais ou senadores; ou comissão mista de deputados federais e senadores, instituída para esse fim;
- vi. Nos supracitados projetos deverão estar representadas todas as regiões do país e pelo menos: um terço dos estados e Distrito Federal; ou um terço dos municípios ou municípios em que o conjunto da população corresponda, no mínimo, a um terço da população nacional, nas hipóteses de iniciativa municipal.
- vii. Imposto Seletivo (IS) de competência da União, monofásico, com base ampla: operações com petróleo e seus derivados, combustíveis e lubrificantes de qualquer origem, gás natural, cigarros e outros produtos do fumo, energia elétrica, serviços de telecomunicações, bebidas alcoólicas e não alcoólicas e veículos automotores novos, terrestres, aquáticos e aéreos;
- viii. Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) de competência da União, mas 100% repassado para os municípios;
- ix. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de competência dos estados, mas 100% repassado para os municípios;
- x. Municípios perdem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);
- xi. Manutenção dos benefícios à Zona Franca de Manaus, e possibilidade de benefícios

fiscais, por lei complementar, para alimentos, medicamentos, transporte público coletivo urbano, bens do ativo imobilizado, saneamento básico, educação infantil, fundamental, médio, superior e profissional;

- xii. Transição na substituição entre os tributos de seis anos, sendo o primeiro ano de teste.

A PEC 110/2019 apresenta uma grave inconstitucionalidade, que é a supressão da autonomia dos municípios naquele imposto que representa sua principal receita, o ISS, sem prever outra competência tributária equivalente em termos de arrecadação. Cabe salientar que repasses de tributos de terceiros, ainda que constitucionalmente previstos, não têm o condão de manter a autonomia desses entes.

Os estados, por sua vez, pretendem emendar ambas as propostas aqui descritas com a defesa de um IBS de competência dos estados e municípios e de um imposto seletivo federal, nos quais se destacam os seguintes pontos:

- i. A substituição do IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS pelo IBS, não cumulativo, com competência compartilhada entre estados e municípios;
- ii. Tributação do IBS no destino;
- iii. Alíquota única, por Estado e Distrito Federal e por município, fixada em lei estadual ou distrital de iniciativa do governador, e lei municipal de iniciativa do prefeito, não podendo tais alíquotas serem inferiores às alíquotas mínimas estabelecidas em Resolução do Senado Federal;
- iv. IBS calculado “por fora” (não compoendo sua própria base de cálculo);
- v. Vedação de quaisquer benefícios fiscais;
- vi. Adicional de alíquota, definido por lei estadual, para prover recursos à União para seguridade social, financiamento do programa do Seguro-Desemprego e do abono de que trata o § 3º do art. 239 da

Constituição, e para compor, com no mínimo 40% de seus recursos, o Fundo de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Compensação da Desoneração das Exportações de Produtos Primários e Semielaborados;

- vii. Fundo de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades econômicas regionais (composto também por 50% do imposto seletivo federal), e Fundo de Compensação da Desoneração das Exportações de Produtos Primários e Semielaborados, proporcionalmente às exportações de produtos primários e semielaborados originadas do território de cada unidade da federação, ambos destinados aos estados e ao Distrito Federal. Do segundo fundo, 25% serão repassados aos municípios, $\frac{3}{4}$ (três quartos) na proporção da respectiva população e $\frac{1}{4}$ (um quarto) conforme lei estadual;
- viii. Imposto seletivo de competência da União, com finalidade extrafiscal, destinado a desestimular o consumo de cigarros, bebidas alcoólicas, armas e munições;
- ix. IBS disciplinado por um comitê gestor nacional, composto por representantes dos estados e dos municípios, que serão escolhidos pelos governadores e prefeitos municipais, nos termos da lei complementar, e que deliberará por quórum de aprovação de, no mínimo, $\frac{4}{5}$ (quatro quintos) dos seus membros;
- x. Manutenção dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus;
- xi. Transição de dez anos dos tributos existentes para o IBS, e de 20 anos para o direcionamento das receitas da origem para o destino.

Outra possibilidade aventada pelos estados, de maior probabilidade de adoção em relação à

proposta anterior, dado que a União já se posicionou contra a ideia de um IVA que a exclua da competência da tributação do consumo, é o chamado IVA dual, com as principais características a seguir elencadas:

- i. Substituição do IPI, PIS e Cofins pelo IVA federal, não cumulativo, de competência da União; do ICMS pelo IBS estadual, também não cumulativo; e do ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços Destinado ao Consumidor Final (IBSC), de competência dos municípios, monofásico, que incidiria somente no varejo, na operação com bens e serviços destinada ao consumo final;
- ii. IBS estadual: (ii.1) com alíquota uniforme em cada Estado e no Distrito Federal, devendo resolução do Senado estabelecer a alíquota mínima; (ii.2) devido ao Estado de destino; (ii.3) com vedação de concessão de isenção e benefícios fiscais; (ii.4) incidente “por fora”; (ii.5) com comitê gestor para editar o regulamento nacional do IBS; (ii.6) com possibilidade de devolução do IBS suportado às famílias de baixa renda e pequenos produtores primários; (ii.7) com 25% de sua arrecadação repassados aos municípios, sendo $\frac{3}{4}$ pelo critério população, e $\frac{1}{4}$ conforme dispuser a lei estadual;
- iii. IBSC monofásico, devido ao município de destino, excluídas de sua incidência operações relativas à energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do país, as quais só ficarão sujeitas ao IBS estadual, ao imposto de importação e ao imposto de exportação;
- iv. Como fontes dos Fundos de Desenvolvimento Regional (FDR) e de Compensação de Perdas (FCP), 25% da arrecadação do imposto seletivo, o IBS estadual e outros a definir;

- v. Contribuição social, de competência da União, para financiar a seguridade social, incidente sobre bens e serviços, não cumulativa, com alíquota limitada a 60% da média aritmética das alíquotas uniformes dos IBS estaduais;
- vi. Transição de dez anos dos tributos existentes para o IBS.

Em ambas as propostas, os estados preveem a manutenção do tratamento tributário favorecido da Zona Franca de Manaus (ZFM) e, para as operações interestaduais originadas da ZFM, partilha do IBS entre os estados de origem e de destino.

A crítica que se faz à proposta do IBS estadual e municipal, que aliás serve também para a PEC 45/2019, recai sobre a gestão do comitê gestor, cuja paridade entre os entes participantes não está garantida, o que pode mitigar em muito o poder dos municípios.

Quanto à implementação do IVA dual, mostra-se interessante, desde que não se excluam da incidência do IBSC algumas bases econômicas, como se pretende. O principal atrativo dessa proposição é estar alinhado com o projeto da União em relação ao IVA federal, já que ambos os tributos deverão utilizar o mesmo sistema de nota fiscal eletrônica. Esse arranjo integrado está sendo desenvolvido em conjunto pela União e por cidades indicadas pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Assim, haveria um incentivo à cooperação entre esses dois níveis federativos: a Receita Federal fiscalizaria a tributação do IVA nas diversas fases da cadeia produtiva, e os municípios inspecionariam a última etapa dessa estrutura, ocasionando um efeito “ganha-ganha”.

Em meados de agosto, foi protocolada mais uma PEC na Câmara dos Deputados, a de número 128/2019, do deputado federal Luís Miranda, incorporando os principais princípios da PEC 45/2019 e trazendo como diferenças fundamentais:

- i. A substituição da PIS, Cofins, ICMS, ISS, IOF e contribuição ao Incri, e redução em 50% das contribuições sobre a folha, pelo IBS federal, que incide sobre bens e serviços;
- ii. Substituição do ICMS e ISS pelo IBS de competência compartilhada entre estados e municípios, incidente sobre bens e serviços, exceto serviços financeiros e digitais;
- iii. Serviços financeiros e digitais sujeitos exclusivamente ao IBS federal, sendo 49% do produto de sua arrecadação distribuídos aos Fundos de Participação de Estados e Municípios;
- iv. Possibilidade de o IBS federal sobre serviços financeiros e digitais ser cumulativo, incidir sobre receita ou faturamento e ser objeto de concessão de isenções e benefícios fiscais;
- v. Previsão de imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (IMF), incidindo sobre débitos e créditos bancários, mas também sobre tais operações fora do sistema financeiro, e incorporando a tributação regulatória do IOF;
- vi. Não criação do imposto seletivo, com o direcionamento da incidência do IPI sobre bens e serviços que ofereçam riscos à saúde e à segurança pública (cigarros, bebidas, armas de fogo), para desestimular o seu consumo;
- vii. Previsão de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) sobre lucros e dividendos com

implantação de alíquota de 4% ao ano, até chegar a 20%;

viii. Manutenção dos benefícios à Zona Franca de Manaus;

ix. Transição de sete anos para a substituição dos tributos, com dois anos de teste.

Por fim, o governo federal, até meados de setembro de 2019, ainda não havia apresentado a sua PEC de reforma tributária. Segundo informações veiculadas pela imprensa, a sua proposta deve se concentrar em três pilares: tributação do consumo, desoneração da tributação sobre a folha de pagamentos e tributação da renda.

No tocante ao primeiro pilar, que é o objeto de nosso enfoque, a União entende ser muito difícil um alinhamento político para a adoção, de imediato, de um IBS nacional, com a participação dos três entes. Por isso, deverá propor um IVA federal, aglutinando o IPI, a PIS, a Cofins e o IOF não regulatório (que foi criado para compensar a extinção da CPMF), sugerindo que estados e municípios façam as respectivas reformas, no âmbito do ICMS e do ISS.

Não é possível prever como vai se desenvolver o tema, sendo importante que as entidades municipalistas atuem de forma unida e coesa, a fim de terem seus interesses preservados, em prol do Brasil.

O futuro das grandes e médias cidades

Um aspecto relevante, mas que tem recebido pouca atenção no debate sobre a reforma tributária é a questão da “correspondência fiscal entre os serviços prestados e a tributação”. A relação entre a receita disponível e as atribuições de cada ente federado está intrínseca em

qualquer processo de reforma fiscal, e é necessário garantir que haja responsabilidade com o financiamento dos serviços públicos, sob pena de a população pagar um custo alto, levando em conta que quem presta esses serviços na ponta são as cidades.

Como já apontado nas edições de **Multi Cidades**, os municípios expandiram substancialmente a sua participação no financiamento das políticas públicas nas últimas décadas. A parcela de seus orçamentos encaminhada a educação, saúde, assistência social, transporte, segurança, iluminação pública, destinação e tratamento do lixo e outras funções é cada vez maior. No entanto, o crescimento da receita disponível dos entes municipais é bem mais acanhado, dando-se de forma desproporcional e incondizente. Esse processo é mais acentuado nas grandes e médias cidades, onde hoje residem 60% da população e concentram-se 70% do PIB do país, índices ainda em ascensão.

Desse modo, retirar dos municípios a competência de cobrança pelo ISS, sem uma contrapartida clara e segura que garanta seu poder de tributar, seria expor especialmente as grandes e médias cidades às incertezas quanto ao financiamento dos serviços públicos que atingem a maioria da população brasileira. Como demonstrado anteriormente, em 2018 o imposto representou 14,3% da receita corrente dos municípios com mais de 500 mil habitantes (excluídos São Paulo e Rio de Janeiro). Na capital paulista, o percentual foi de 29,9%, e na fluminense, de 26,3%. Portanto, a reforma tributária que for desenhada nos próximos meses deve levar em conta que a autonomia fiscal dos municípios é um dos pilares do federalismo no Brasil, sem o qual coloca-se em risco o futuro das cidades.

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. rec. tributária 2018	Part. rec. corr. 2018	ISS per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$	
	18.182.253	Norte	3.314.806,2	3.127.265,4	2.691.001,9	2.747.769,1	2.937.401,8	6,9	53,7	7,4	161,55
AC	401.155	Rio Branco	76.747,8	74.955,0	74.006,0	78.106,3	91.724,2	17,4	60,3	10,9	228,65
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	8.850,3	5.918,1	5.893,8	...	5.903,0	..	45,3	4,1	67,33
AP	493.634	Macapá	58.739,9	66.193,0	57.834,0	61.522,2	66.724,9	8,5	64,7	10,3	135,17
AP	119.610	Santana	...	...	...	8.326,1	...	..	..	..	...
AM	2.145.444	Manaus	731.699,4	654.414,6	582.154,2	571.021,1	650.865,6	14,0	54,1	14,3	303,37
AM	113.168	Parintins	4.855,8	4.307,4	...	3.280,2	3.586,3	9,3	34,4	1,8	31,69
PA	1.485.732	Belém	412.582,5	399.289,7	359.201,2	374.109,5	403.901,4	8,0	51,2	15,0	271,85
PA	525.566	Ananindeua	38.388,3	41.507,7	35.839,7	40.102,3	42.989,1	7,2	49,5	6,7	81,80
PA	302.667	Santarém	28.043,7	33.989,1	28.570,5	26.463,5	35.267,4	33,3	51,9	5,9	116,52
PA	275.086	Marabá	119.880,0	93.002,1	65.729,9	73.756,9	80.868,4	9,6	61,1	9,8	293,97
RO	519.531	Porto Velho	273.672,3	219.923,2	158.162,2	149.400,3	153.159,3	2,5	53,4	11,5	294,80
RO	127.907	Ji-Paraná	21.394,0	21.647,2	21.820,4	22.563,9	23.956,6	6,2	47,1	10,0	187,30
RR	375.374	Boa Vista	64.455,7	64.845,7	2.968,9	63.595,7	67.300,2	5,8	45,5	6,2	179,29
RR	29.533	Rorainópolis	3.346,3	2.177,7	...	2.106,6	3.251,7	54,4	71,7	5,8	110,10
TO	291.855	Palmas	99.171,4	106.567,9	98.183,5	105.502,6	103.003,5	-2,4	46,1	9,6	352,93
TO	177.517	Araguaína	22.885,2	20.741,7	21.512,1	26.685,6	25.070,8	-6,1	31,3	6,0	141,23
	56.757.759	Nordeste	8.898.552,8	8.613.810,1	7.970.557,4	8.043.725,3	8.703.982,0	8,2	46,7	6,6	153,35
AL	1.012.382	Maceió	210.587,8	217.083,9	210.444,0	219.438,9	242.455,7	10,5	44,1	12,3	239,49
AL	230.417	Arapiraca	19.135,4	21.077,5	20.027,8	21.347,0	24.727,4	15,8	40,4	4,7	107,32
BA	2.857.329	Salvador	1.111.607,3	1.076.926,8	1.017.907,2	1.013.754,6	1.043.292,3	2,9	42,6	17,9	365,13
BA	609.913	Feira de Santana	123.498,8	118.285,5	119.497,5	120.556,7	128.107,7	6,3	45,6	9,6	210,04
BA	338.885	Vitória da Conquista	55.897,5	61.089,3	55.043,7	57.111,2	64.732,8	13,3	47,6	10,2	191,02
BA	293.723	Camagari	176.893,2	147.599,6	127.704,4	120.714,8	120.387,3	-0,3	35,9	10,9	409,87
CE	2.643.247	Fortaleza	771.184,6	781.877,7	740.879,4	788.399,6	839.421,3	6,5	45,9	13,3	317,57
CE	363.982	Caucaia	41.067,4	4.760,3	32.917,7	36.463,8	...	..	..	..	...
CE	271.926	Juazeiro do Norte	23.900,2	23.508,0	26.083,7	27.052,3	34.317,0	26,9	47,1	6,7	126,20
MA	1.094.667	São Luís	513.340,7	529.283,5	482.975,4	478.905,4	507.030,8	5,9	67,8	18,7	463,18
MA	258.016	Imperatriz	...	45.947,7	40.206,4	48.549,5	55.255,9	13,8	63,8	8,3	214,16
PB	800.323	João Pessoa	230.898,7	224.857,2	207.936,5	214.682,2	239.393,3	11,5	47,2	12,2	299,12
PB	407.472	Campina Grande	56.194,3	55.243,4	50.084,1	51.075,5	49.932,3	-2,2	41,4	6,1	122,54
PE	1.637.834	Recife	903.526,9	877.830,7	819.498,0	807.481,2	849.717,2	5,2	45,5	19,3	518,81
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	93.413,2	100.314,7	97.561,9	91.855,2	96.040,9	4,6	34,9	8,1	137,67
PE	391.835	Olinda	68.219,2	59.217,3	61.447,9	61.699,4	73.681,5	19,4	51,0	12,4	188,04
PE	356.872	Caruaru	57.453,1	48.302,8	52.143,2	49.417,9	59.639,6	20,7	39,2	9,2	167,12
PE	343.865	Petrolina	43.209,2	49.960,1	48.286,7	48.764,1	57.029,5	16,9	47,2	8,8	165,85
PE	329.117	Paulista	30.729,8	23.992,8	28.487,5	26.032,2	25.243,3	-3,0	29,3	5,6	76,70
PI	861.442	Teresina	217.344,0	228.658,9	223.426,3	229.279,2	242.164,7	5,6	47,4	9,2	281,12
PI	152.653	Parnaíba	14.479,0	13.162,1	13.843,1	15.021,6	...	..	..	..	...
RN	877.640	Natal	325.140,0	321.184,1	293.462,6	320.971,8	357.764,8	11,5	50,6	17,3	407,64
RN	294.076	Mossoró	64.849,3	56.800,7	49.546,2	54.869,2	63.943,7	16,5	53,8	10,7	217,44
SE	648.939	Aracaju	279.520,3	278.022,7	261.037,7	260.531,9	263.683,2	1,2	44,6	15,7	406,33
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	14.866,9	17.878,7	17.813,9	13.107,2	...	..	..	..	...
	13.111.182	Centro-Oeste¹	2.984.358,6	2.833.930,3	2.740.259,1	2.833.110,0	2.965.044,1	4,7	35,5	7,6	226,15
GO	1.495.705	Goiânia	659.212,9	620.117,9	600.973,2	584.223,5	636.915,0	9,0	38,3	14,8	425,83
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	64.336,6	66.499,6	72.167,5	66.095,3	79.965,1	21,0	24,5	7,7	141,29
GO	381.970	Anápolis	65.179,9	64.286,5	60.151,3	64.539,8	70.926,6	9,9	25,6	7,0	185,69
MT	607.153	Cuiabá	312.677,7	303.744,0	281.935,3	303.389,2	310.938,0	2,5	46,1	15,4	512,12
MT	282.009	Várzea Grande	49.604,9	38.384,0	35.453,8	36.132,1	41.334,9	14,4	35,3	7,7	146,57
MS	885.711	Campo Grande	345.258,5	324.144,1	307.611,4	332.475,2	331.900,2	-0,2	30,9	10,5	374,73
MS	220.965	Dourados	57.318,2	57.629,3	59.239,7	58.894,7	60.779,7	3,2	32,6	8,1	275,07
	87.711.946	Sudeste	42.138.331,6	42.581.402,4	38.065.563,4	39.177.439,8	41.450.420,4	5,8	43,9	14,6	472,57
ES	358.267	Vitória	463.105,6	455.849,6	408.924,2	426.883,5	430.112,5	0,8	65,0	27,4	1.200,54
ES	507.598	Serra	173.808,8	156.320,7	155.962,4	146.034,9	153.665,4	5,2	50,3	13,2	302,73
ES	486.208	Vila Velha	156.328,3	152.272,0	137.758,0	119.784,1	128.244,3	7,1	38,1	13,9	263,76
ES	378.603	Cariacica	83.816,8	...	63.550,2	62.043,8	63.943,7	3,1	53,7	10,7	168,89
MG	2.501.576	Belo Horizonte	1.429.689,7	1.438.390,0	1.310.884,3	1.345.299,0	1.401.533,2	4,2	36,1	15,0	560,26
MG	683.247	Uberlândia	232.024,0	246.987,2	238.472,9	251.202,2	240.683,8	-4,2	50,3	12,1	352,26
MG	659.070	Contagem	142.674,2	145.460,4	134.764,5	139.985,6	149.249,7	6,6	28,6	9,5	226,46

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. rec. tributária 2018	Part. rec. corr. 2018	ISS per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$	
MG	564.310	Juiz de Fora	159.753,6	171.968,1	158.888,2	164.599,3	166.584,5	1,2	33,0	11,5	295,20
MG	432.575	Betim	106.047,8	98.149,2	74.096,9	84.147,1	90.738,3	7,8	37,4	5,9	209,76
MG	404.804	Montes Claros	58.847,7	60.897,1	58.212,4	65.430,0	70.732,6	8,1	44,4	9,5	174,73
MG	331.045	Ribeirão das Neves	21.585,3	23.973,5	20.214,3	...	17.172,9	..	25,8	4,6	51,87
MG	330.361	Uberaba	80.331,5	83.898,3	83.497,4	81.191,2	84.100,0	3,6	43,7	8,2	254,57
MG	278.685	Governador Valadares	53.745,1	56.121,2	49.473,3	49.414,3	50.417,1	2,0	31,3	6,8	180,91
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	6.797.764,5	6.991.854,6	6.238.393,4	5.645.136,9	5.763.790,3	2,1	49,9	26,3	861,69
RJ	1.077.687	São Gonçalo	109.774,7	79.270,1	70.170,6	66.998,9	86.168,9	28,6	34,9	7,7	79,96
RJ	914.383	Duque de Caxias	...	...	263.949,8	243.330,1	...	..	..	..	...
RJ	818.875	Nova Iguaçu	129.588,8	112.278,2	110.979,6	109.949,2	105.895,7	-3,7	37,9	7,7	129,32
RJ	511.786	Niterói	355.816,8	322.919,0	285.875,2	285.763,7	...	..	..	..	...
RJ	508.614	Belford Roxo	42.720,9	39.735,4	29.149,4	25.448,3	28.139,9	10,6	38,0	4,3	55,33
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	139.697,5	106.891,2	98.051,6	79.060,5	84.133,9	6,4	28,2	4,4	167,12
RJ	471.888	São João de Meriti	39.036,1	...	...	36.982,6	...	..	..	..	...
RJ	305.687	Petrópolis	84.620,3	95.388,1	91.202,5	80.474,2	89.186,1	10,8	34,1	8,8	291,76
RJ	271.998	Volta Redonda	86.493,9	87.967,9	77.060,2	97.048,0	...	..	..	..	...
SP	12.176.866	São Paulo	14.467.762,9	15.129.430,0	13.277.536,5	14.669.815,3	15.072.807,2	2,7	50,1	29,9	1.237,82
SP	1.365.899	Guarulhos	463.962,8	474.912,2	438.173,9	450.440,5	540.845,4	20,1	38,1	13,1	395,96
SP	1.194.094	Campinas	885.207,5	885.919,6	812.068,9	781.541,7	961.834,2	23,1	42,6	21,1	805,49
SP	833.240	São Bernardo do Campo	395.319,7	456.160,1	448.853,2	454.154,0	479.089,2	5,5	38,1	13,8	574,97
SP	716.109	Santo André	321.116,6	321.581,3	320.948,3	336.556,4	432.016,9	28,4	43,4	18,1	603,28
SP	713.943	São José dos Campos	302.871,5	303.372,1	283.649,0	301.802,1	304.477,4	0,9	40,0	12,8	426,47
SP	696.850	Osasco	454.668,6	456.743,9	472.827,5	490.247,5	639.425,5	30,4	57,0	29,4	917,59
SP	694.534	Ribeirão Preto	267.059,5	269.977,2	260.896,0	287.975,3	281.850,3	-2,1	31,7	11,4	405,81
SP	671.186	Sorocaba	367.282,4	366.266,7	318.766,5	349.113,0	371.362,4	6,4	45,4	14,1	553,29
SP	468.148	Mauá	75.773,8	112.732,5	137.515,7	79.503,6	85.935,3	8,1	36,9	9,0	183,56
SP	456.245	São José do Rio Preto	185.448,7	219.125,9	191.355,5	196.306,4	207.348,7	5,6	39,8	13,4	454,47
SP	440.769	Mogi das Cruzes	101.238,2	114.078,4	112.024,6	112.907,3	142.479,5	26,2	34,2	10,6	323,25
SP	432.957	Santos	517.090,1	540.685,2	475.252,4	505.075,5	611.411,7	21,1	44,2	26,8	1.412,18
SP	420.934	Diadema	94.006,4	90.001,0	...	88.334,2	90.353,2	2,3	24,4	8,4	214,65
SP	414.810	Jundiaí	271.378,2	275.782,3	268.377,4	280.886,7	285.723,0	1,7	40,4	14,5	688,80
SP	400.949	Piracicaba	188.483,7	181.651,6	162.089,6	159.854,5	168.610,6	5,5	39,4	11,1	420,53
SP	398.611	Carapicuíba	...	...	43.255,6	39.548,3	45.072,7	14,0	33,0	9,5	113,07
SP	374.272	Bauru	100.200,5	110.483,8	104.078,0	103.111,2	113.050,5	9,6	33,5	10,7	302,05
	29.754.036	Sul	7.334.089,6	7.581.547,5	7.335.302,2	7.712.371,3	7.904.215,7	2,5	34,3	8,0	265,65
PR	1.917.185	Curitiba	1.250.270,8	1.387.872,8	1.262.941,5	1.178.508,9	1.209.687,9	2,6	41,9	15,9	630,97
PR	563.943	Londrina	199.250,3	214.362,6	205.968,1	213.351,0	208.383,3	-2,3	32,2	12,8	369,51
PR	417.010	Maringá	148.207,3	156.735,0	160.653,4	182.593,9	174.847,9	-4,2	35,3	12,6	419,29
PR	348.043	Ponta Grossa	79.900,5	72.249,1	72.220,3	163.580,5	88.609,6	-45,8	34,6	12,7	254,59
PR	324.476	Cascavel	99.265,4	107.462,2	108.120,2	112.006,0	106.272,1	-5,1	37,1	12,2	327,52
PR	317.476	São José dos Pinhais	138.640,7	144.626,7	133.568,8	130.391,8	131.288,9	0,7	44,7	13,9	413,54
PR	258.823	Foz do Iguaçu	67.278,3	76.663,5	84.386,3	100.812,6	108.265,7	7,4	37,0	10,6	418,30
RS	1.479.101	Porto Alegre	951.088,9	999.327,3	930.120,9	956.266,1	992.876,6	3,8	40,7	16,7	671,27
RS	504.069	Caxias do Sul	175.865,5	166.510,8	153.357,3	155.674,6	160.189,9	2,9	33,7	9,4	317,79
RS	344.957	Canoas	112.053,2	76.431,2	74.570,7	80.475,9	93.111,3	15,7	32,8	6,7	269,92
RS	341.648	Pelotas	65.690,0	59.627,4	59.629,3	61.188,7	64.451,8	5,3	28,9	7,3	188,65
RS	280.505	Santa Maria	67.374,9	65.168,8	65.061,7	69.176,3	69.024,4	-0,2	35,2	11,2	246,07
RS	279.398	Gravataí	35.787,7	36.776,4	47.028,7	48.609,1	51.668,1	6,3	31,7	6,9	184,93
RS	254.101	Viamão	14.661,0	14.517,2	15.544,0	13.747,1	16.047,8	16,7	26,3	3,7	63,16
SC	492.977	Florianópolis	275.922,8	294.641,3	269.398,2	274.515,9	319.852,6	16,5	33,6	18,6	648,82
SC	583.144	Joinville	178.554,3	201.035,6	191.737,1	206.660,6	232.065,0	12,3	41,7	11,3	397,95
SC	352.460	Blumenau	130.180,0	137.454,7	126.726,3	141.805,9	145.784,4	2,8	35,9	10,6	413,62
	81.785.966	Cidades selecionadas	43.815.602,2	44.613.543,2	40.407.322,1	41.639.272,1	43.696.356,5	4,9	45,1	17,9	534,28
	32.107.017	Até 20 mil habitantes	3.063.220,0	2.720.409,8	2.473.534,5	2.687.928,5	2.834.586,5	5,5	38,2	2,9	88,29
	46.749.996	Capitais	33.232.973,6	34.067.286,2	30.478.796,0	31.453.215,7	32.592.015,7	3,6	47,6	21,8	697,16
	205.517.176	Brasil¹	64.670.138,9	64.737.955,7	58.802.683,9	60.514.415,6	63.961.063,9	5,7	42,7	10,8	311,22

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília. ² a partir de 2015, os dados de ISS contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

Posição	UF	Município	ISS	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	15.072.807.226,12	12.176.866	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	5.763.790.315,61	6.688.927	2º
3º	MG	Belo Horizonte	1.401.533.151,10	2.501.576	5º
4º	SP	Barueri	1.292.596.709,23	271.306	104º
5º	PR	Curitiba	1.209.687.889,62	1.917.185	7º
6º	BA	Salvador	1.043.292.308,04	2.857.329	3º
7º	RS	Porto Alegre	992.876.583,30	1.479.101	11º
8º	SP	Campinas	961.834.168,53	1.194.094	13º
9º	PE	Recife	849.717.165,71	1.637.834	8º
10º	CE	Fortaleza	839.421.270,77	2.643.247	4º
11º	AM	Manaus	650.865.566,00	2.145.444	6º
12º	SP	Osasco	639.425.511,60	696.850	27º
13º	GO	Goiânia	636.914.971,01	1.495.705	9º
14º	SP	Santos	611.411.736,84	432.957	53º
15º	SP	Guarulhos	540.845.393,00	1.365.899	12º
16º	RJ	Macaé	529.574.684,56	251.631	111º
17º	MA	São Luís	507.030.755,08	1.094.667	14º
18º	SP	São Bernardo do Campo	479.089.222,80	833.240	21º
19º	SP	Santo André	432.016.904,08	716.109	24º
20º	ES	Vitória	430.112.459,77	358.267	71º
21º	PA	Belém	403.901.360,89	1.485.732	10º
22º	SP	Sorocaba	371.362.391,44	671.186	30º
23º	RN	Natal	357.764.801,64	877.640	19º
24º	MS	Campo Grande	331.900.200,78	885.711	18º
25º	SC	Florianópolis	319.852.563,39	492.977	47º
26º	MT	Cuiabá	310.938.004,85	607.153	34º
27º	SP	São José dos Campos	304.477.374,78	713.943	25º
28º	SP	Jundiaí	285.723.032,41	414.810	57º
29º	SP	Ribeirão Preto	281.850.281,59	694.534	28º
30º	SP	Santana de Parnaíba	281.364.164,33	136.517	211º
31º	SE	Aracaju	263.683.166,74	648.939	32º
32º	AL	Maceió	242.455.741,14	1.012.382	16º
33º	PI	Teresina	242.164.715,69	861.442	20º
34º	MG	Uberlândia	240.683.815,99	683.247	29º
35º	PB	João Pessoa	239.393.306,00	800.323	23º
36º	SC	Joinville	232.064.973,91	583.144	35º
37º	SP	São Caetano do Sul	222.632.295,97	160.275	182º
38º	PR	Londrina	208.383.331,12	563.943	38º
39º	SP	São José do Rio Preto	207.348.702,04	456.245	51º
40º	SP	Poá	179.538.300,90	116.530	270º
41º	PR	Maringá	174.847.928,70	417.010	56º
42º	SP	Piracicaba	168.610.551,29	400.949	61º
43º	MG	Juiz de Fora	166.584.525,01	564.310	37º
44º	RS	Caxias do Sul	160.189.891,13	504.069	44º
45º	PR	Paranaguá	155.866.862,34	153.666	190º
46º	ES	Serra	153.665.361,68	507.598	43º
47º	RO	Porto Velho	153.159.316,10	519.531	40º
48º	PE	Ipojuca	150.460.613,93	94.709	332º
49º	MG	Contagem	149.249.738,71	659.070	31º
50º	SC	Blumenau	145.784.381,20	352.460	73º
51º	SP	Mogi das Cruzes	142.479.542,80	440.769	52º
52º	SP	Guarujá	141.138.919,60	318.107	85º

Posição	UF	Município	ISS	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
53º	PR	São José dos Pinhais	131.288.913,13	317.476	86º
54º	ES	Vila Velha	128.244.310,53	486.208	48º
55º	BA	Feira de Santana	128.107.735,03	609.913	33º
56º	SC	Itajaí	127.278.226,81	215.895	138º
57º	RJ	Itaguaí	121.562.789,97	125.913	238º
58º	BA	Camaçari	120.387.281,98	293.723	93º
59º	SP	São Carlos	116.160.608,93	249.415	112º
60º	SP	Bauru	113.050.514,66	374.272	67º
61º	SP	Cotia	111.064.601,44	244.694	115º
62º	SP	Hortolândia	110.159.800,26	227.353	131º
63º	RS	Rio Grande	109.553.228,89	210.005	142º
64º	PR	Foz do Iguaçu	108.265.650,79	258.823	107º
65º	SP	Cubatão	107.897.714,00	129.760	226º
66º	PR	Cascavel	106.272.107,32	324.476	83º
67º	RJ	Nova Iguaçu	105.895.660,39	818.875	22º
68º	SP	Taubaté	104.222.413,94	311.854	87º
69º	TO	Palmas	103.003.489,67	291.855	94º
70º	MG	Nova Lima	100.129.628,93	93.577	339º
71º	SP	Paulínia	98.056.452,49	106.776	290º
72º	PE	Jaboatão dos Guararapes	96.040.882,47	697.636	26º
73º	SP	Limeira	94.321.538,51	303.682	89º
74º	RS	Canoas	93.111.289,79	344.957	76º
75º	AC	Rio Branco	91.724.245,86	401.155	60º
76º	MG	Betim	90.738.259,36	432.575	54º
77º	SP	Diadema	90.353.187,18	420.934	55º
78º	RJ	Petrópolis	89.186.106,84	305.687	88º
79º	PR	Ponta Grossa	88.609.611,43	348.043	75º
80º	SP	Indaiatuba	87.895.764,84	246.908	113º
81º	PA	Parauapebas	86.443.813,68	202.882	150º
82º	SP	Americana	86.326.837,96	237.112	122º
83º	RJ	São Gonçalo	86.168.922,99	1.077.687	15º
84º	SP	Mauá	85.935.328,71	468.148	50º
85º	RJ	Angra dos Reis	84.805.301,99	200.407	152º
86º	RJ	Campos dos Goytacazes	84.133.851,96	503.424	45º
87º	MG	Uberaba	84.099.960,12	330.361	81º
88º	MT	Rondonópolis	80.898.668,58	228.857	130º
89º	PA	Marabá	80.868.404,34	275.086	101º
90º	GO	Aparecida de Goiânia	79.965.099,19	565.957	36º
91º	BA	Lauro de Freitas	76.698.087,29	195.095	155º
92º	SC	Chapecó	76.229.614,77	216.654	137º
93º	PA	Barcarena	76.103.516,12	122.294	248º
94º	SP	Franca	75.405.743,31	350.400	74º
95º	SC	Criciúma	73.791.656,83	213.023	140º
96º	PE	Olinda	73.681.509,16	391.835	63º
97º	SP	Araraquara	72.474.355,80	233.744	126º
98º	MS	Três Lagoas	72.112.809,95	119.465	262º
99º	RS	São Leopoldo	71.686.130,99	234.947	124º
100º	SP	Presidente Prudente	71.571.731,65	227.072	132º

		Total dos 100 maiores	46.826.347.511,69	76.144.045	..
		Total dos demais	17.134.716.399,92	129.373.131	..
		Total Brasil¹	63.961.063.911,61	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília. ²os dados de ISS contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

ISS² per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	ISS per capita	ISS	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
1º	SP	Barueri	4.764,35	1.292.596.709,23	271.306	104º
2º	MG	Jeceaba	3.006,80	14.952.816,02	4.973	4323º
3º	MG	Rio Doce	2.940,99	7.643.628,91	2.599	5250º
4º	RS	Candiota	2.257,04	21.484.726,60	9.519	3173º
5º	RJ	Macaé	2.104,57	529.574.684,56	251.631	111º
6º	SP	Santana de Parnaíba	2.061,02	281.364.164,33	136.517	211º
7º	SE	Barra dos Coqueiros	1.782,01	53.233.910,61	29.873	1163º
8º	PE	Ipojuca	1.588,66	150.460.613,93	94.709	332º
9º	SP	Poá	1.540,70	179.538.300,90	116.530	270º
10º	CE	São Gonçalo do Amarante	1.450,68	70.381.245,30	48.516	683º
11º	SP	Santos	1.412,18	611.411.736,84	432.957	53º
12º	SP	São Caetano do Sul	1.389,06	222.632.295,97	160.275	182º
13º	RS	Triunfo	1.336,72	39.041.488,28	29.207	1186º
14º	PA	Canaã dos Carajás	1.311,71	47.287.219,27	36.050	937º
15º	MG	Antônio Dias	1.266,67	11.859.820,55	9.363	3195º
16º	SP	São Paulo	1.237,82	15.072.807.226,12	12.176.866	1º
17º	GO	Rio Quente	1.227,74	5.366.445,55	4.371	4572º
18º	ES	Vitória	1.200,54	430.112.459,77	358.267	71º
19º	MG	Nova Lima	1.070,02	100.129.628,93	93.577	339º
20º	SC	Itapoá	1.056,36	21.088.134,08	19.963	1765º
21º	RN	Guamaré	1.051,80	16.144.038,02	15.349	2247º
22º	PA	Jacareacanga	1.044,47	9.294.768,94	8.899	3274º
23º	BA	Mata de São João	1.040,10	47.859.220,94	46.014	716º
24º	SC	Capão Alto	1.021,93	2.612.057,76	2.556	5268º
25º	RS	Gramado	1.018,62	36.542.896,72	35.875	940º
26º	PR	Paranaguá	1.014,32	155.866.862,34	153.666	190º
27º	BA	São Francisco do Conde	988,93	38.902.598,41	39.338	861º
28º	RJ	Itaguaí	965,45	121.562.789,97	125.913	238º
29º	SP	Paulínia	918,34	98.056.452,49	106.776	290º
30º	SP	Osasco	917,59	639.425.511,60	696.850	27º
31º	MT	Itaúba	915,92	3.572.987,61	3.901	4751º
32º	GO	Pilar de Goiás	911,10	2.108.296,25	2.314	5359º
33º	MG	Serra do Salitre	907,08	10.425.044,22	11.493	2803º
34º	SP	Araçariçuama	872,40	19.065.393,15	21.854	1597º
35º	RJ	Rio de Janeiro	861,69	5.763.790.315,61	6.688.927	2º
36º	SP	Cubatão	831,52	107.897.714,00	129.760	226º
37º	SP	Campinas	805,49	961.834.168,53	1.194.094	13º
38º	GO	Campo Alegre de Goiás	803,60	5.976.372,72	7.437	3597º
39º	GO	Barro Alto	800,60	8.744.125,15	10.922	2930º
40º	MG	Santo Antônio do Grama	797,99	3.141.696,82	3.937	4733º
41º	SP	Corumbataí	767,68	3.106.783,44	4.047	4675º
42º	MT	Cláudia	758,70	9.143.885,71	12.052	2707º
43º	SC	São Francisco do Sul	758,68	39.206.511,32	51.677	647º
44º	SP	Cajamar	756,43	57.214.848,38	75.638	429º
45º	PI	Lagoa do Barro do Piauí	751,81	3.498.184,16	4.653	4461º
46º	MS	Santa Rita do Pardo	739,06	5.765.403,27	7.801	3499º
47º	GO	Ovidor	730,73	4.785.572,70	6.549	3832º
48º	SP	Jundiá	688,80	285.723.032,41	414.810	57º
49º	MG	Conceição do Mato Dentro	688,53	12.146.273,38	17.641	2008º
50º	SP	Cedral	685,59	6.256.045,71	9.125	3229º
51º	RS	Porto Alegre	671,27	992.876.583,30	1.479.101	11º
52º	RS	Campo Bom	657,16	43.474.987,79	66.156	492º

Posição	UF	Município	ISS per capita	ISS	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
53º	RJ	Itaiaia	651,39	20.542.757,89	31.537	1105º
54º	RS	Minas do Leão	649,84	5.227.975,62	8.045	3446º
55º	SC	Florianópolis	648,82	319.852.563,39	492.977	47º
56º	BA	Gentio do Ouro	645,06	7.228.509,90	11.206	2866º
57º	MS	Paraíso das Águas	640,25	3.492.586,08	5.455	4173º
58º	MG	Nazareno	632,26	5.409.023,34	8.555	3336º
59º	PR	Curitiba	630,97	1.209.687.889,62	1.917.185	7º
60º	PA	Barcarena	622,30	76.103.516,12	122.294	248º
61º	SP	Paulistânia	621,22	1.138.067,62	1.832	5485º
62º	SP	Águas de Santa Bárbara	619,61	3.742.431,15	6.040	3975º
63º	MG	Simão Pereira	617,70	1.613.440,63	2.612	5246º
64º	RS	Eldorado do Sul	617,37	25.091.650,80	40.643	825º
65º	MG	Tapira	616,03	2.902.134,46	4.711	4439º
66º	SP	Guararema	613,98	18.082.386,76	29.451	1175º
67º	BA	Madre de Deus	609,13	12.631.435,27	20.737	1703º
68º	PA	Curionópolis	607,03	10.935.053,31	18.014	1967º
69º	PR	Ortigueira	606,67	13.545.077,93	22.327	1570º
70º	MA	Godofredo Viana	605,98	7.073.039,18	11.672	2760º
71º	MS	Três Lagoas	603,63	72.112.809,95	119.465	262º
72º	SP	Santo André	603,28	432.016.904,08	716.109	24º
73º	SP	São Sebastião	596,69	52.267.593,09	87.596	367º
74º	MS	Selvíria	592,87	3.862.532,39	6.515	3845º
75º	SC	Itajaí	589,54	127.278.226,81	215.895	138º
76º	RJ	Porto Real	586,38	11.364.568,81	19.381	1815º
77º	BA	Candeias	585,34	50.735.711,80	86.677	370º
78º	SP	São Bernardo do Campo	574,97	479.089.222,80	833.240	21º
79º	MG	Belo Horizonte	560,26	1.401.533.151,10	2.501.576	5º
80º	CE	Eusébio	556,62	29.433.895,85	52.880	625º
81º	MG	Congonhas	555,93	30.129.308,17	54.196	609º
82º	SP	Sorocaba	553,29	371.362.391,44	671.186	30º
83º	SP	Jaguariúna	547,06	30.756.413,49	56.221	586º
84º	SP	Borá	531,07	443.977,54	836	5567º
85º	MG	Santa Cruz do Escalvado	529,26	2.536.721,83	4.793	4397º
86º	RS	Rio Grande	521,67	109.553.228,89	210.005	142º
87º	SP	Paraibuna	519,79	9.449.824,50	18.180	1949º
88º	PE	Recife	518,81	849.717.165,71	1.637.834	8º
89º	MT	Cuiabá	512,12	310.938.004,85	607.153	34º
90º	MS	Chapadão do Sul	505,08	12.404.222,80	24.559	1439º
91º	MG	Alvorada de Minas	498,96	1.799.265,02	3.606	4856º
92º	SP	Igaratá	498,91	4.731.155,13	9.483	3178º
93º	RJ	Pirai	498,62	14.459.377,76	28.999	1191º
94º	SE	Rosário do Catete	493,05	5.274.179,28	10.697	2979º
95º	SP	Valinhos	492,12	62.559.286,24	127.123	234º
96º	SP	Espírito Santo do Turvo	488,78	2.335.897,66	4.779	4405º
97º	SP	Barra do Turvo	487,34	3.746.182,22	7.687	3526º
98º	SP	Hortolândia	484,53	110.159.800,26	227.353	131º
99º	MA	Santo Antônio dos Lopes	481,29	6.995.082,98	14.534	2360º
100º	SP	Cordeirópolis	479,96	11.625.070,54	24.221	1459º

		Total dos 100 maiores	949,94	35.033.959.390,63	36.880.266	..
		Total dos demais	171,53	28.927.104.520,98	168.636.910	..
		Total Brasil¹	311,22	63.961.063.911,61	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília. ² os dados de ISS contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

No Norte, IPTU representa 2% da receita corrente; já no Sudeste, o percentual é de 11%

Nos municípios com menos de 20 mil habitantes, o IPTU respondeu por 1,4% em média da receita corrente em 2018. Naqueles com mais de 500 mil habitantes, essa participação foi de 13,3%.

Desempenho

A arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) totalizou R\$ 44,67 bilhões em 2018, com um crescimento real de 6,1% em relação ao montante registrado em 2017, o que representou um incremento de R\$ 2,57 bilhões aos cofres municipais, em valores já corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio do período.

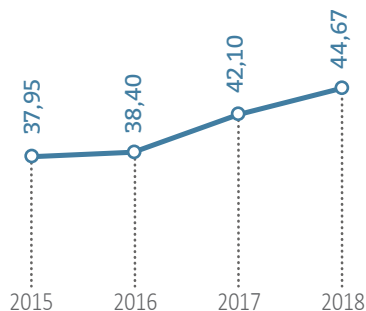
Destaca-se que, a partir do exercício de 2018, entrou em vigor uma nova forma de codificação das receitas para estados e municípios. O modelo – estabelecido pela Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional (STN, órgão pertencente ao Ministério da Fazenda) e da Secretaria de Orçamento Federal (vinculada do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) nº 5, de 25 de agosto de 2015 – foi adotado com objetivo de unificar a estrutura lógica de codificação entre todos os entes federados. Com esse novo plano de contas, os números de arrecadação tributária de 2018 incluem as quantias

referentes à dívida ativa, juros e multas de cada tributo. Como não foi possível separar essas cifras para que a série histórica apresentada nesta publicação tivesse continuidade, tornou-se necessário somar a dívida ativa, juros e multas nos exercícios de 2015 a 2017, anos para os quais havia informações disponíveis no banco de dados da STN. Dessa forma, a partir de 2015 a série dos dados dos tributos municipais em **Multi Cidades** diferencia-se dos anos anteriores por incluir a dívida ativa, juros e multas.

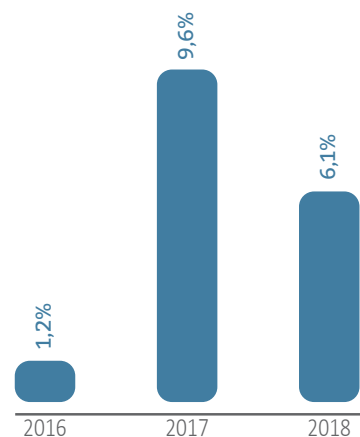
Devido à não disponibilização pela STN das informações da dívida ativa em seu banco de dados, não há como afirmar se o crescimento do IPTU em 2018 deveu-se a fatores ligados à melhora da eficiência tributária, como a realização do recadastramento imobiliário e/ou da revisão da Planta Genérica de Valores (PGV), ou se está ligado a programas de recuperação fiscal, o que dificulta a análise do desempenho desse imposto.

Arrecadação do IPTU

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Taxa de crescimento do IPTU em relação ao ano anterior

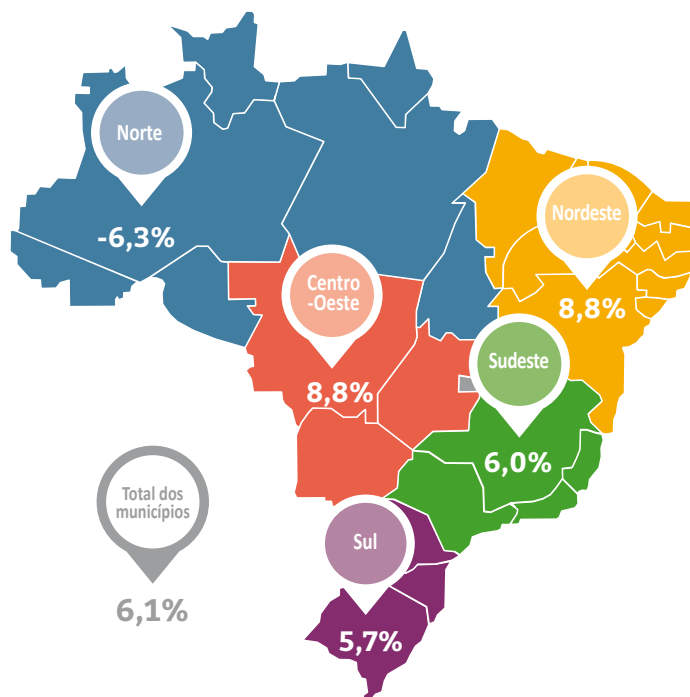


Analisando-se o comportamento do IPTU por grandes regiões, observa-se que houve alta na arrecadação em todas, com exceção do Norte, onde os municípios tiveram queda real de 6,3%, entre 2017 e 2018. Esse resultado foi puxado pelas retrações ocorridas nas capitais Manaus (-11,5%) e Palmas (-26,7%), que, por sua vez, estão associadas às variações na receita da dívida ativa. Em 2017, as duas cidades assinalaram forte

aumento na recuperação de débitos de contribuintes, o que não se repetiu em 2018. Em contrapartida, outros municípios importantes da região protagonizaram desempenho muito significativo. Entretanto, esse avanço foi insuficiente para compensar a redução tributária das duas capitais mencionadas. As acentuadas expansões anotadas também podem ter sido resultado de programas de recuperação de créditos que elevam a receita da dívida ativa. No entanto, como dito anteriormente, não é possível apurar essa informação para o exercício de 2018. Caso fossem desconsiderados os resultados de Manaus e Palmas, a região teria permanecido praticamente estável, com uma variação de apenas -0,1%.

Dessa forma, **as intensas ampliações ou diminuições constatadas em diversos municípios podem estar mais relacionadas à adoção de políticas de recuperação de dívidas do que às variações na arrecadação do tributo propriamente dita.**

Taxa de crescimento do IPTU por região - 2018/2017

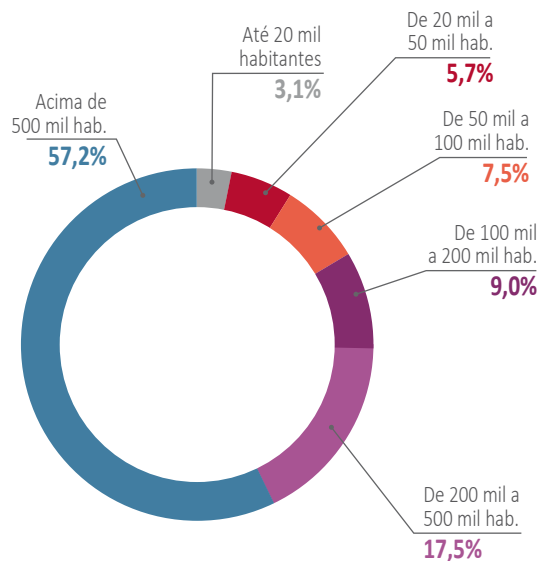


Concentração do IPTU

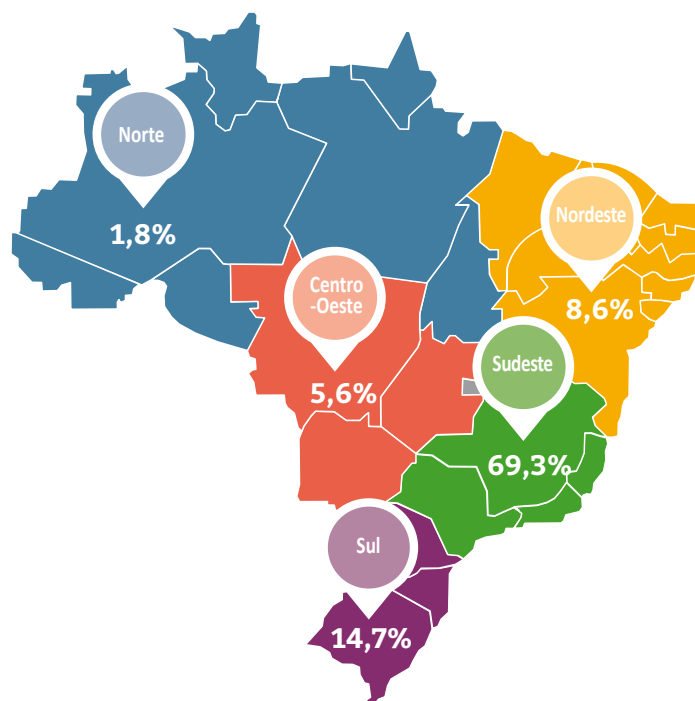
A arrecadação do IPTU concentra-se nos grandes centros urbanos do país. Em 2018, os municípios com mais de 500 mil habitantes arrecadaram juntos R\$ 25,55 bilhões com o imposto, o que equivaleu a 57,2% de todo o montante recolhido nacionalmente. Já os municípios pequenos, com menos de 20 mil moradores, recolheram apenas 3,1% do IPTU. Destaca-se que esse grupo possui 15,6% da população brasileira, enquanto que aqueles com mais de 500 mil habitantes detêm 30,2%.

Por ser um tributo de base de incidência vinculada à propriedade territorial imobiliária, há uma vantagem natural dos grandes centros na arrecadação, pois é justamente neles que está a maior parte da população e, por consequência, dos imóveis (veja mais detalhes no “Saiba mais sobre o IPTU, na página 94). Isso se reflete também no resultado por regiões, que é relativamente mais alto naquelas mais povoadas e economicamente mais ricas.

Participação dos municípios por faixa populacional na arrecadação do IPTU - 2018



Participação dos municípios por região na arrecadação do IPTU - 2018



Peso na receita corrente

A participação do IPTU na composição da receita corrente dos municípios vem subindo paulatinamente ao longo dos anos, mas ainda permanece muito baixa, inferior a dois dígitos. Em 2018, esse percentual se manteve praticamente inalterado, com uma ligeira elevação de 7,4% para 7,5% na média dos municípios brasileiros, apesar do aumento real de 6,1% na arrecadação total do imposto.

APESAR DO AUMENTO NA ARRECADAÇÃO, A PARTICIPAÇÃO DO IPTU NA RECEITA CORRENTE FICOU PRATICAMENTE INALTERADA, EM 7,5%.

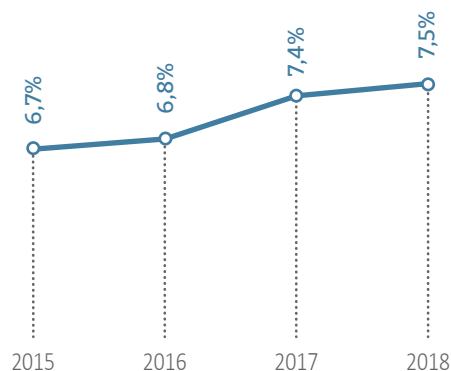
Entretanto, ao se analisar a participação do IPTU na receita corrente municipal por região, observa-se uma enorme disparidade, o que reflete o mesmo padrão visto na concentração do recolhimento. Enquanto no Norte a presença média do imposto na receita corrente é de apenas 2%, no Sudeste essa fatia é cinco vezes mais robusta, ficando em 10,9%.

Essa importância orçamentária é tanto maior quanto maior o porte populacional dos municípios. Enquanto naqueles com menos de 20 mil habitantes o IPTU responde por 1,4% em média da receita corrente, nos que têm mais de 500 mil moradores essa parcela sobe para 13,3%, em 2018. Além de possuírem uma base tributária mais ampla, os municípios maiores também costumam abrigar imóveis residenciais e comerciais de alto padrão que impulsionam a receita de IPTU, bem como possuem mais recursos

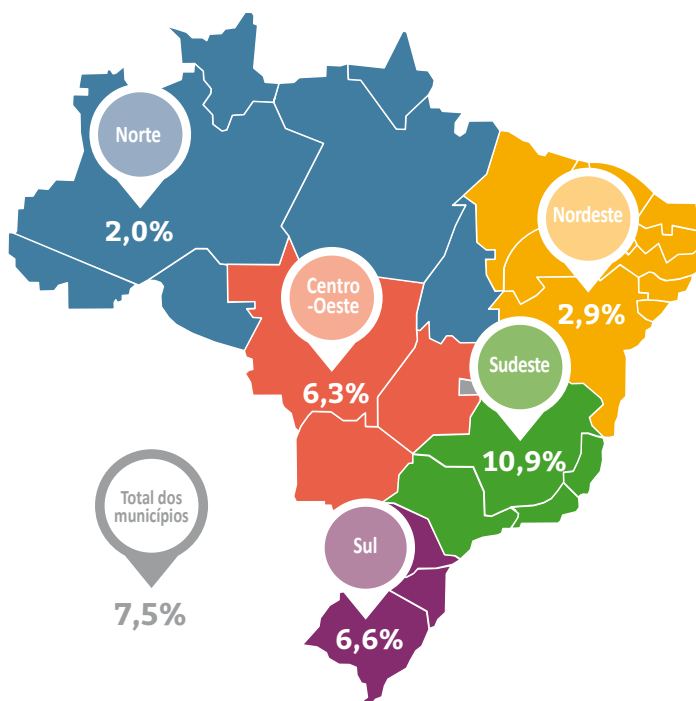
para investirem em gestão e modernização da arrecadação tributária, como sistemas e equipamentos de informática, e contam com um quantitativo maior de fiscais, que trabalham no combate à sonegação e à inadimplência, o que é proporcionalmente mais dispendioso para as pequenas cidades. Estas, ao contrário, são caracterizadas por uma base de arrecadação mais limitada, o que dificulta obter níveis relativos de receita mais elevados e as torna naturalmente mais dependentes das transferências dos outros entes federados.

Entre os maiores pesos do IPTU na receita corrente destacam-se os de Xangri-Lá-RS (43%), Arroio do Sal-RS (36,6%), Praia Grande-SP (31,9%), Capão da Canoa-RS (31,8%), Guarujá-SP (31,8%), Matinhos-PR (31,1%), Bertioga-SP (26,5%), Guaratuba-PR (26%) e Pontal do Paraná-PR (25%). Percebe-se que esses municípios apresentam alguns traços em comum: são cidades litorâneas e/ou turísticas com grande quantidade de residências, hotéis, pousadas e edificações de elevado padrão de construção, voltados para atender à demanda aquecida nas altas temporadas, o que contribui para fortalecer o recolhimento do IPTU.

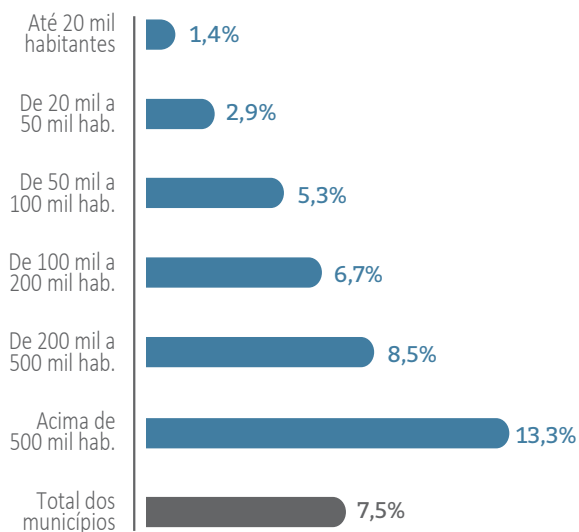
Participação do IPTU na receita corrente



Participação do IPTU na receita corrente por região - 2018



Participação do IPTU na receita corrente por faixa populacional - 2018



Saiba mais sobre o IPTU

O IPTU é um tributo de competência municipal, estabelecido no artigo 156, inciso I, da Constituição Federal. Seu fato gerador é a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado na zona urbana, edificado ou não, e sua base de cálculo é o valor venal do bem, sobre o qual é cobrada uma alíquota definida em cada município. O valor venal, por sua vez, é estipulado por critérios padronizados e uniformes, utilizando-se a Planta Genérica de Valores (PGV), que contém os preços básicos por metro quadrado de área dos terrenos e das edificações nas cidades, servindo de pilar não apenas para a cobrança do IPTU, mas também para o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter-Vivos* (ITBI) e para a contribuição de melhoria.

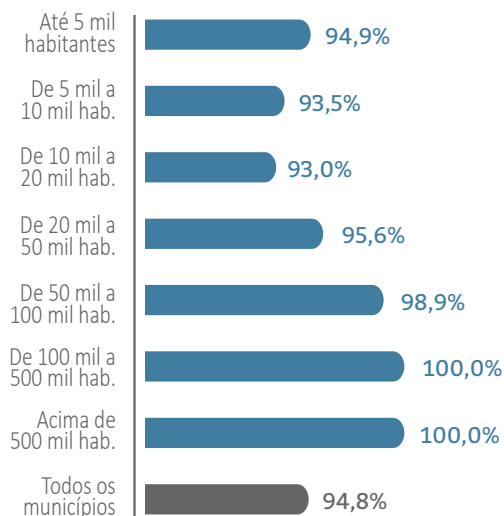
Por estar ligada à propriedade imobiliária, a arrecadação do IPTU é uma importante fonte de receita, uma vez que sua base de tributação é fixa e em contínua expansão por conta do crescimento natural das cidades. Sua cobrança é obrigatória, e cada município tem autonomia para gerir as alíquotas incidentes sobre a propriedade imobiliária, devendo executar a tributação como instrumento de política social e de desenvolvimento urbano das cidades, como preconizado no artigo 182 da Constituição Federal e no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2010). Ao município também é dada a possibilidade de lançar mão da progressividade das alíquotas em relação ao valor dos imóveis, prerrogativa autorizada pela Emenda Constitucional 29/2000, que alterou o artigo 156, §1º, da Constituição Federal, com o intuito de minimizar as desigualdades sociais.

Entretanto, mesmo podendo incorrer em crime de responsabilidade por renúncia fiscal, ainda há prefeitos que não fazem a cobrança do IPTU ou reivindicam esse crédito de modo ineficiente.

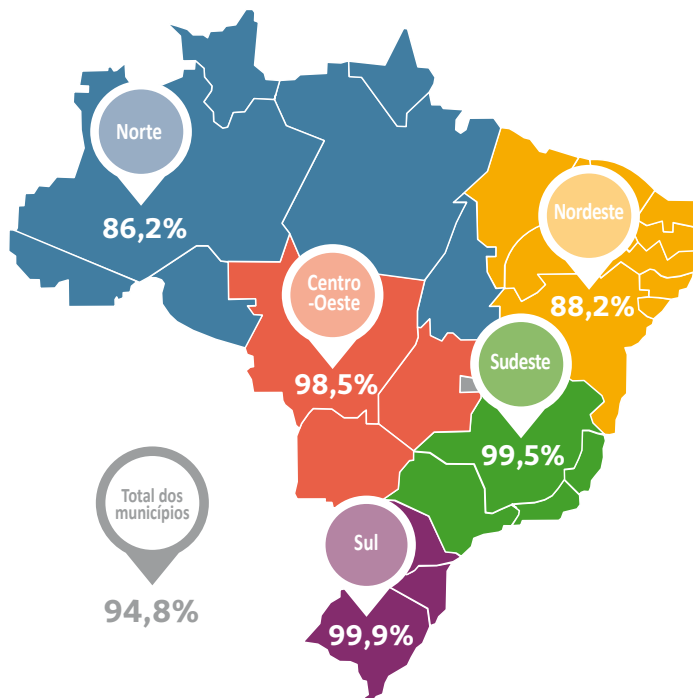
Alguns fatores conjugados explicam esse comportamento, como o custo político advindo do aumento da carga tributária devido à proximidade entre esses gestores públicos e seus eleitores; a reduzida base tributável; a encolhida renda média da população, especialmente em cidades pequenas e mais pobres; a expansão dos custos relacionados ao aparelhamento da estrutura fiscal municipal; e a alta dependência financeira das transferências constitucionais e legais, o que cria uma baixa necessidade de geração de recursos próprios.

Segundo levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), em 2015, 289 cidades declararam não efetuar qualquer cobrança de IPTU em seus territórios. Ainda de acordo com o estudo, aquelas com população entre 10 mil e 20 mil habitantes são as que possuem o maior percentual de não cobrança do imposto: 7%. Nasqueles com mais de 100 mil habitantes, todas exigem tal pagamento dos contribuintes. Em relação à localização geográfica, o Norte e o Nordeste lideram em percentual de não requisição do IPTU em relação ao total de municípios dessas regiões.

Percentual de municípios com cobrança do IPTU por faixa populacional - 2015



Percentual de municípios com cobrança do IPTU por região - 2015



UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. rec. tributária 2018	Part. rec. corr. 2018	IPTU per capita 2018
em R\$ mil - IPCA médio de 2018								em %		em R\$	
	18.182.253	Norte	547.565,7	767.141,7	705.780,2	859.163,8	805.299,0	-6,3	14,7	2,0	44,29
AC	401.155	Rio Branco	15.743,1	21.749,7	23.763,9	24.762,3	26.545,9	7,2	17,4	3,2	66,17
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	1.226,5	3.439,6	1.365,3	...	2.919,4	..	22,4	2,0	33,30
AP	493.634	Macapá	7.587,9	8.942,5	9.757,4	9.284,3	9.186,2	-1,1	8,9	1,4	18,61
AP	119.610	Santana	...	...	...	698,8	...	..	..	..	...
AM	2.145.444	Manaus	161.421,9	260.552,0	240.369,0	299.114,8	264.726,4	-11,5	22,0	5,8	123,39
AM	113.168	Parintins	688,2	525,8	...	584,2	770,3	31,9	7,4	0,4	6,81
PA	1.485.732	Belém	90.859,6	158.542,0	137.030,4	169.055,7	171.329,1	1,3	21,7	6,4	115,32
PA	525.566	Ananindeua	17.449,2	14.609,1	15.186,4	16.478,7	17.862,2	8,4	20,6	2,8	33,99
PA	302.667	Santarém	6.627,4	6.106,0	9.127,0	6.281,0	8.549,4	36,1	12,6	1,4	28,25
PA	275.086	Marabá	6.101,0	6.634,6	4.925,3	7.989,3	10.221,0	27,9	7,7	1,2	37,16
RO	519.531	Porto Velho	21.519,1	26.860,4	20.773,3	23.877,0	31.732,0	32,9	11,1	2,4	61,08
RO	127.907	Ji-Paraná	4.554,9	6.756,1	6.146,3	5.711,5	6.261,0	9,6	12,3	2,6	48,95
RR	375.374	Boa Vista	23.759,5	27.303,1	25.600,5	31.686,2	27.619,6	-12,8	18,7	2,6	73,58
RR	29.533	Rorainópolis	233,4	365,1	0,0	470,1	686,0	45,9	15,1	1,2	23,23
TO	291.855	Palmas	62.491,3	74.955,3	60.167,5	70.375,9	51.606,9	-26,7	23,1	4,8	176,82
TO	177.517	Araguaína	8.361,3	11.007,5	17.870,8	18.795,5	19.028,7	1,2	23,7	4,5	107,19
	56.757.759	Nordeste	2.682.429,7	3.297.056,9	3.188.829,1	3.550.614,1	3.863.367,3	8,8	20,7	2,9	68,07
AL	1.012.382	Maceió	101.236,3	128.148,2	119.284,9	129.595,5	144.181,3	11,3	26,2	7,3	142,42
AL	230.417	Arapiraca	4.331,9	7.528,9	5.003,3	10.535,2	12.080,2	14,7	19,7	2,3	52,43
BA	2.857.329	Salvador	603.542,7	630.266,3	641.479,9	643.232,5	702.682,0	9,2	28,7	12,0	245,92
BA	609.913	Feira de Santana	57.463,7	72.193,5	73.254,1	77.149,0	84.266,3	9,2	30,0	6,3	138,16
BA	338.885	Vitória da Conquista	16.067,3	24.514,1	25.649,5	28.230,5	31.834,2	12,8	23,4	5,0	93,94
BA	293.723	Camaçari	74.288,8	82.874,2	84.991,4	103.775,9	117.758,8	13,5	35,1	10,7	400,92
CE	2.643.247	Fortaleza	392.647,3	486.435,1	454.056,1	506.320,6	510.687,9	0,9	27,9	8,1	193,20
CE	363.982	Caucaia	7.541,9	11.530,0	6.526,3	13.207,4	...	..	..	..	...
CE	271.926	Juazeiro do Norte	3.696,8	10.863,4	11.131,6	12.118,8	13.682,9	12,9	18,8	2,7	50,32
MA	1.094.667	São Luís	58.152,9	91.713,0	92.205,3	120.612,6	108.234,9	-10,3	14,5	4,0	98,87
MA	258.016	Imperatriz	...	8.300,2	9.223,6	9.963,1	9.916,8	-0,5	11,4	1,5	38,43
PB	800.323	João Pessoa	58.451,4	76.863,0	73.846,9	87.657,2	88.659,1	1,1	17,5	4,5	110,78
PB	407.472	Campina Grande	12.962,8	18.822,7	17.930,7	22.206,7	28.818,6	29,8	23,9	3,5	70,73
PE	1.637.834	Recife	365.121,3	434.441,0	405.062,4	439.137,4	451.981,6	2,9	24,2	10,3	275,96
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	49.216,9	81.833,3	54.065,3	83.074,0	89.009,2	7,1	32,4	7,5	127,59
PE	391.835	Olinda	20.235,6	20.872,9	20.378,4	21.167,7	21.808,4	3,0	15,1	3,7	55,66
PE	356.872	Caruaru	28.702,2	42.954,4	41.943,8	42.487,3	45.825,8	7,9	30,1	7,0	128,41
PE	343.865	Petrolina	9.862,5	13.599,7	13.813,7	15.144,7	20.278,9	33,9	16,8	3,1	58,97
PE	329.117	Paulista	16.806,3	23.543,3	22.173,0	22.810,1	29.339,2	28,6	34,0	6,5	89,15
PI	861.442	Teresina	59.083,4	68.014,0	77.792,4	84.644,6	87.794,9	3,7	17,2	3,3	101,92
PI	152.653	Parnaíba	1.523,0	2.650,5	3.302,1	2.603,6	...	..	..	..	...
RN	877.640	Natal	108.177,4	165.864,5	133.298,5	110.106,8	155.900,1	41,6	22,1	7,5	177,64
RN	294.076	Mossoró	9.607,0	9.702,8	10.380,5	14.129,8	22.165,6	56,9	18,6	3,7	75,37
SE	648.939	Aracaju	102.982,7	119.254,3	157.886,3	168.775,9	191.535,0	13,5	32,4	11,4	295,15
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	4.497,0	3.644,8	3.334,6	5.382,6	...	..	..	..	...
	13.111.182	Centro-Oeste¹	1.627.687,9	1.843.602,6	1.884.143,4	2.280.794,2	2.482.476,6	8,8	29,7	6,3	189,34
GO	1.495.705	Goiânia	407.036,2	454.679,3	470.937,0	545.031,8	605.597,3	11,1	36,4	14,1	404,89
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	98.169,1	109.976,7	102.687,4	123.436,9	136.033,0	10,2	41,7	13,1	240,36
GO	381.970	Anápolis	51.491,6	72.337,2	73.789,3	87.317,3	90.819,6	4,0	32,8	9,0	237,77
MT	607.153	Cuiabá	123.067,1	156.730,5	158.956,9	182.371,2	190.548,0	4,5	28,3	9,5	313,84
MT	282.009	Várzea Grande	15.839,3	13.572,9	18.499,8	25.500,2	35.469,7	39,1	30,3	6,6	125,77
MS	885.711	Campo Grande	365.388,2	293.571,4	357.934,9	424.869,6	457.283,7	7,6	42,5	14,5	156,29
MS	220.965	Dourados	45.839,6	59.889,2	55.572,4	73.467,9	71.719,7	-2,4	38,4	9,5	324,57
	87.711.946	Sudeste	22.454.152,7	26.651.461,4	27.023.761,8	29.184.315,6	30.937.226,9	6,0	32,7	10,9	352,71
ES	358.267	Vitória	72.311,1	84.285,6	82.588,0	84.524,2	83.873,6	-0,8	12,7	5,4	234,11
ES	507.598	Serra	34.829,8	48.506,7	48.806,5	59.676,8	64.853,1	8,7	21,2	5,6	127,76
ES	486.208	Vila Velha	24.791,2	84.782,7	82.125,2	99.479,0	91.239,1	-8,3	27,1	9,9	187,65
ES	378.603	Cariacica	12.270,1	0,0	17.052,5	18.587,2	22.887,9	23,1	19,2	3,8	60,45
MG	2.501.576	Belo Horizonte	1.037.695,0	1.123.769,3	1.162.239,7	1.297.082,1	1.350.325,7	4,1	34,7	14,5	539,79
MG	683.247	Uberlândia	54.664,5	71.444,6	78.044,6	81.064,1	75.934,7	-6,3	15,9	3,8	111,14
MG	659.070	Contagem	100.215,0	120.808,0	123.565,0	177.065,7	222.931,6	25,9	42,8	14,1	338,25

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. rec. tributária 2018	Part. rec. corr. 2018	IPTU per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$	
MG	564.310	Juiz de Fora	135.636,7	168.924,6	163.441,4	173.752,5	169.847,8	-2,2	33,6	11,7	300,98
MG	432.575	Betim	44.263,7	44.441,2	44.288,4	70.432,0	69.163,2	-1,8	28,5	4,5	159,89
MG	404.804	Montes Claros	24.324,7	30.068,5	34.199,8	45.047,4	39.762,9	-11,7	25,0	5,3	98,23
MG	331.045	Ribeirão das Neves	7.986,7	9.423,6	14.313,3	...	19.678,8	..	29,6	5,2	59,44
MG	330.361	Uberaba	34.588,7	39.675,9	40.356,3	44.953,3	38.591,3	-14,2	20,0	3,7	116,82
MG	278.685	Governador Valadares	29.794,1	49.571,8	47.995,4	64.588,0	58.622,0	-9,2	36,5	7,9	210,35
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	2.545.529,6	3.003.317,2	3.098.769,4	3.040.352,8	3.262.717,2	7,3	28,3	14,9	487,78
RJ	1.077.687	São Gonçalo	66.010,2	81.115,7	59.937,6	73.644,8	59.043,3	-19,8	23,9	5,3	54,79
RJ	914.383	Duque de Caxias	...	...	101.591,4	105.211,3	...	..	..	..	...
RJ	818.875	Nova Iguaçu	50.846,3	67.297,7	63.351,2	71.290,4	78.699,2	10,4	28,2	5,7	96,11
RJ	511.786	Niterói	295.958,9	366.200,1	360.500,5	401.689,4	...	..	..	..	...
RJ	508.614	Belford Roxo	13.255,7	18.637,9	16.690,1	17.601,9	19.524,2	10,9	26,4	3,0	38,39
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	39.845,5	55.714,0	52.600,7	59.606,6	64.727,7	8,6	21,7	3,4	128,57
RJ	471.888	São João de Meriti	31.748,8	...	...	34.562,1	...	..	..	..	...
RJ	305.687	Petrópolis	64.247,6	99.544,6	95.261,7	102.830,8	100.923,0	-1,9	38,6	10,0	330,15
RJ	271.998	Volta Redonda	70.778,7	86.708,0	86.255,6	94.658,3	...	..	..	..	...
SP	12.176.866	São Paulo	7.582.241,8	8.433.360,6	8.790.715,5	9.486.163,4	10.071.810,1	6,2	33,5	20,0	827,13
SP	1.365.899	Guarulhos	421.478,4	536.350,7	529.874,9	559.967,8	607.508,3	8,5	42,8	14,7	444,77
SP	1.194.094	Campinas	535.294,0	634.664,4	664.166,6	642.409,7	731.289,7	13,8	32,4	16,0	612,42
SP	833.240	São Bernardo do Campo	358.177,2	403.247,1	392.051,1	423.027,4	401.342,1	-5,1	31,9	11,6	481,66
SP	716.109	Santo André	262.070,7	292.237,4	300.398,9	298.506,3	310.753,4	4,1	31,2	13,0	433,95
SP	713.943	São José dos Campos	187.377,0	210.999,7	212.246,2	229.749,2	255.479,7	11,2	33,6	10,7	357,84
SP	696.850	Osasco	261.008,9	280.577,3	286.068,2	304.563,5	312.134,8	2,5	27,8	14,4	447,92
SP	694.534	Ribeirão Preto	280.927,8	327.364,1	335.313,4	368.955,1	363.411,7	-1,5	40,9	14,7	523,25
SP	671.186	Sorocaba	128.242,1	168.694,6	167.793,4	193.293,2	180.229,4	-6,8	22,0	6,8	268,52
SP	468.148	Mauá	82.757,9	129.012,3	140.250,8	99.086,5	102.771,2	3,7	44,1	10,8	219,53
SP	456.245	São José do Rio Preto	163.361,9	199.632,6	189.527,2	194.833,7	211.297,0	8,4	40,6	13,6	463,12
SP	440.769	Mogi das Cruzes	127.364,7	150.562,8	155.566,5	169.454,6	180.326,8	6,4	43,2	13,4	409,12
SP	432.957	Santos	389.452,8	420.146,7	405.481,0	433.518,1	491.035,0	13,3	35,5	21,5	1.134,14
SP	420.934	Diadema	133.440,8	148.033,0	...	177.958,2	181.159,1	1,8	49,0	16,9	430,37
SP	414.810	Jundiaí	125.483,3	145.256,6	149.431,1	164.523,9	169.899,0	3,3	24,0	8,6	409,58
SP	400.949	Piracicaba	92.273,5	125.050,5	114.955,4	120.342,8	128.672,7	6,9	30,1	8,5	320,92
SP	398.611	Carapicuíba	...	...	7.148,3	47.002,4	54.034,2	15,0	39,5	11,4	135,56
SP	374.272	Bauru	83.312,2	110.039,5	108.387,8	113.539,7	129.257,0	13,8	38,3	12,2	345,36
PR	29.754.036	Sul	4.204.481,7	5.390.018,8	5.602.004,6	6.225.884,2	6.580.331,7	5,7	28,6	6,6	221,16
PR	1.917.185	Curitiba	531.944,7	637.274,2	676.571,5	746.745,3	762.873,1	2,2	26,4	10,0	397,91
PR	563.943	Londrina	155.509,7	218.066,1	209.616,3	224.323,2	242.386,3	8,1	37,5	14,8	429,81
PR	417.010	Maringá	143.441,2	164.368,7	169.521,6	179.607,9	171.920,7	-4,3	34,7	12,4	412,27
PR	348.043	Ponta Grossa	47.230,2	44.839,8	60.348,8	82.315,9	63.168,5	-23,3	24,6	9,0	181,50
PR	324.476	Cascavel	30.574,7	44.571,6	48.226,4	60.503,4	64.206,5	6,1	22,4	7,4	197,88
PR	317.476	São José dos Pinhais	27.295,3	35.988,7	42.059,0	45.172,0	61.203,8	35,5	20,9	6,5	192,78
PR	258.823	Foz do Iguaçu	50.004,7	67.357,4	75.383,9	80.410,6	...	..	..	..	...
RS	1.479.101	Porto Alegre	429.404,5	499.339,2	522.162,2	590.736,2	623.763,7	5,6	25,6	10,5	421,72
RS	504.069	Caxias do Sul	94.411,7	108.604,5	123.355,6	101.909,1	124.093,9	21,8	26,1	7,3	246,18
RS	344.957	Canoas	51.229,7	75.189,9	59.266,9	71.675,2	89.308,4	24,6	31,5	6,4	258,90
RS	341.648	Pelotas	27.981,0	59.129,1	106.827,6	84.750,6	92.084,0	8,7	41,3	10,4	269,53
RS	280.505	Santa Maria	33.553,9	41.393,0	43.937,1	45.324,4	48.381,8	6,7	24,7	7,8	172,48
RS	279.398	Gravataí	21.050,0	19.775,6	22.266,2	26.685,5	34.964,8	31,0	21,5	4,6	125,14
RS	254.101	Viamão	5.221,6	8.728,3	11.722,8	16.422,8	16.213,2	-1,3	26,5	3,7	63,81
SC	492.977	Florianópolis	185.863,6	274.654,9	299.322,3	327.645,3	331.932,4	1,3	34,8	19,3	673,32
SC	583.144	Joinville	124.023,5	145.080,3	148.183,7	160.563,3	167.835,2	4,5	30,2	8,2	287,81
SC	352.460	Blumenau	87.990,7	86.605,1	99.604,3	99.484,5	114.104,8	14,7	28,1	8,3	323,74
	81.785.966	Cidades selecionadas	21.877.513,1	25.527.279,9	26.103.689,1	28.127.999,9	29.694.695,3	5,6	30,7	12,2	363,08
	32.107.017	Até 20 mil habitantes	892.872,5	1.147.645,8	1.136.511,2	1.297.981,2	1.397.362,5	7,7	18,8	1,4	43,52
	46.749.996	Capitais	15.513.259,6	17.740.886,5	18.292.572,0	19.643.761,0	20.765.127,8	5,7	30,3	13,9	444,17
	205.517.176	Brasil¹	31.516.317,7	37.949.281,4	38.404.519,2	42.100.772,0	44.668.701,6	6,1	29,8	7,5	217,35

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília. ² a partir de 2015, os dados de IPTU contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

Posição	UF	Município	IPTU	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1°	SP	São Paulo	10.071.810.109,96	12.176.866	1°
2°	RJ	Rio de Janeiro	3.262.717.234,67	6.688.927	2°
3°	MG	Belo Horizonte	1.350.325.667,67	2.501.576	5°
4°	PR	Curitiba	762.873.060,18	1.917.185	7°
5°	SP	Campinas	731.289.726,09	1.194.094	13°
6°	BA	Salvador	702.681.981,85	2.857.329	3°
7°	RS	Porto Alegre	623.763.699,07	1.479.101	11°
8°	SP	Guarulhos	607.508.276,66	1.365.899	12°
9°	GO	Goiânia	605.597.317,45	1.495.705	9°
10°	CE	Fortaleza	510.687.920,73	2.643.247	4°
11°	SP	Santos	491.035.031,25	432.957	53°
12°	MS	Campo Grande	457.283.685,10	885.711	18°
13°	PE	Recife	451.981.600,17	1.637.834	8°
14°	SP	Praia Grande	438.618.495,39	319.146	84°
15°	SP	São Bernardo do Campo	401.342.090,21	833.240	21°
16°	SP	Guarujá	400.307.515,36	318.107	85°
17°	SP	Ribeirão Preto	363.411.718,19	694.534	28°
18°	SC	Florianópolis	331.932.411,14	492.977	47°
19°	SP	Osasco	312.134.763,30	696.850	27°
20°	SP	Santo André	310.753.436,48	716.109	24°
21°	AM	Manaus	264.726.395,03	2.145.444	6°
22°	SP	São José dos Campos	255.479.652,29	713.943	25°
23°	PR	Londrina	242.386.325,76	563.943	38°
24°	MG	Contagem	222.931.617,92	659.070	31°
25°	SP	São José do Rio Preto	211.297.015,88	456.245	51°
26°	SP	São Sebastião	194.889.539,49	87.596	367°
27°	SE	Aracaju	191.535.004,90	648.939	32°
28°	MT	Cuiabá	190.548.035,77	607.153	34°
29°	SP	Diadema	181.159.084,31	420.934	55°
30°	SP	Mogi das Cruzes	180.326.810,85	440.769	52°
31°	SP	Sorocaba	180.229.375,43	671.186	30°
32°	SP	São Caetano do Sul	176.065.149,92	160.275	182°
33°	PR	Maringá	171.920.660,17	417.010	56°
34°	PA	Belém	171.329.089,06	1.485.732	10°
35°	SP	Jundiaí	169.898.985,11	414.810	57°
36°	MG	Juiz de Fora	169.847.769,25	564.310	37°
37°	SP	São Vicente	169.624.708,59	363.173	70°
38°	SC	Joinville	167.835.166,86	583.144	35°
39°	RN	Natal	155.900.077,29	877.640	19°
40°	AL	Maceió	144.181.262,73	1.012.382	16°
41°	SC	Balneário Camboriú	143.431.284,63	138.732	208°
42°	GO	Aparecida de Goiânia	136.033.004,70	565.957	36°
43°	SP	Bauru	129.257.014,76	374.272	67°
44°	SP	Piracicaba	128.672.691,32	400.949	61°
45°	RS	Caxias do Sul	124.093.859,76	504.069	44°
46°	BA	Camaçari	117.758.794,79	293.723	93°
47°	SP	Indaiatuba	117.219.041,19	246.908	113°
48°	SP	Cotia	116.571.899,76	244.694	115°
49°	SP	Santana de Parnaíba	115.966.755,54	136.517	211°
50°	SC	Blumenau	114.104.754,06	352.460	73°
51°	SP	Suzano	109.653.368,82	294.638	91°
52°	MA	São Luís	108.234.892,37	1.094.667	14°

Posição	UF	Município	IPTU	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
53°	SP	Cubatão	106.499.371,81	129.760	226°
54°	SP	São Carlos	106.141.894,57	249.415	112°
55°	SP	Bertioga	105.930.194,80	61.736	529°
56°	SP	Limeira	103.535.035,62	303.682	89°
57°	SP	Mauá	102.771.196,31	468.148	50°
58°	SP	Franca	101.068.748,58	350.400	74°
59°	RJ	Petrópolis	100.923.041,39	305.687	88°
60°	SP	Atibaia	98.619.502,28	141.398	203°
61°	SP	Taubaté	94.790.272,39	311.854	87°
62°	RS	Pelotas	92.083.994,91	341.648	78°
63°	ES	Vila Velha	91.239.115,21	486.208	48°
64°	SP	Bragança Paulista	91.047.851,45	166.753	174°
65°	GO	Anápolis	90.819.608,77	381.970	64°
66°	RS	Canoas	89.308.419,87	344.957	76°
67°	PE	Jaboatão dos Guararapes	89.009.157,97	697.636	26°
68°	PB	Taubaté	88.659.143,82	800.323	23°
69°	PI	Teresina	87.794.877,82	861.442	20°
70°	BA	Feira de Santana	84.266.289,30	609.913	33°
71°	SP	Araraquara	84.105.899,11	233.744	126°
72°	ES	Vitória	83.873.586,45	358.267	71°
73°	SP	Americana	83.250.654,57	237.112	122°
74°	RS	Novo Hamburgo	82.494.794,69	246.452	114°
75°	SP	Itu	81.648.990,61	172.268	170°
76°	SP	Marília	81.074.650,61	237.130	121°
77°	SP	Itanhaém	80.589.589,15	100.496	315°
78°	SP	Taboão da Serra	79.928.678,09	285.570	95°
79°	SC	São José	79.399.691,04	242.927	117°
80°	RJ	Nova Iguaçu	78.699.185,91	818.875	22°
81°	SP	Rio Claro	77.946.421,61	204.797	149°
82°	MG	Uberlândia	75.934.651,67	683.247	29°
83°	RS	Capão da Canoa	74.014.807,51	52.004	636°
84°	MS	Dourados	71.719.685,42	220.965	135°
85°	MG	Ipatinga	70.982.563,22	261.344	106°
86°	SP	Ubatuba	69.809.067,11	89.747	352°
87°	MG	Betim	69.163.176,49	432.575	54°
88°	SP	Valinhos	68.453.521,57	127.123	234°
89°	RJ	Teresópolis	67.772.974,72	180.886	161°
90°	SC	Itajaí	66.055.200,29	215.895	138°
91°	RJ	Macaé	65.884.981,40	251.631	111°
92°	ES	Serra	64.853.086,14	507.598	43°
93°	RJ	Campos dos Goytacazes	64.727.711,41	503.424	45°
94°	PR	Cascavel	64.206.454,03	324.476	83°
95°	PR	Ponta Grossa	63.168.471,11	348.043	75°
96°	PR	São José dos Pinhais	61.203.809,47	317.476	86°
97°	RJ	Angra dos Reis	59.733.458,26	200.407	152°
98°	SP	Jacareí	59.434.435,57	231.863	127°
99°	SP	Sumaré	59.131.742,40	278.571	100°
100°	RJ	São Gonçalo	59.043.254,31	1.077.687	15°

	Total dos 100 maiores	32.333.977.740,04	75.744.208	..
	Total dos demais	12.334.723.898,24	129.772.968	..
	Total Brasil ¹	44.668.701.638,28	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília. Os dados de IPTU contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

IPTU² per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	IPTU per capita	IPTU	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
1º	RS	Xangri-Lá	3.158,37	50.612.816,41	16.025	2168º
2º	SP	São Sebastião	2.224,87	194.889.539,49	87.596	367º
3º	SP	Ilha Comprida	2.095,68	22.979.159,67	10.965	2922º
4º	RS	Arroio do Sal	1.963,20	19.321.823,54	9.842	3135º
5º	SP	Bertioga	1.715,86	105.930.194,80	61.736	529º
6º	RS	Capão da Canoa	1.423,25	74.014.807,51	52.004	636º
7º	SP	Águas de São Pedro	1.382,96	4.674.415,36	3.380	4947º
8º	SP	Praia Grande	1.374,35	438.618.495,39	319.146	84º
9º	SP	Guarujá	1.258,41	400.307.515,36	318.107	85º
10º	PR	Matinhos	1.179,47	40.346.000,73	34.207	989º
11º	SP	Ilhabela	1.152,67	39.574.453,29	34.333	987º
12º	SP	Santos	1.134,14	491.035.031,25	432.957	53º
13º	SP	São Caetano do Sul	1.098,52	176.065.149,92	160.275	182º
14º	PR	Guaratuba	1.052,35	38.510.898,61	36.595	919º
15º	RS	Imbé	1.041,21	23.228.322,94	22.309	1571º
16º	SC	Balneário Camboriú	1.033,87	143.431.284,63	138.732	208º
17º	RS	Gramado	1.033,58	37.079.798,83	35.875	940º
18º	SP	Mongaguá	959,33	53.464.504,29	55.731	595º
19º	PR	Pontal do Paraná	939,85	25.033.846,79	26.636	1307º
20º	SP	Águas de Lindóia	913,45	16.989.225,51	18.599	1903º
21º	SC	Itapema	864,24	54.663.299,50	63.250	513º
22º	AL	Barra de São Miguel	861,41	7.118.675,51	8.264	3405º
23º	SP	Peruibe	859,21	58.037.667,27	67.548	485º
24º	SP	Santana de Parnaíba	849,47	115.966.755,54	136.517	211º
25º	SP	Águas de Santa Bárbara	831,49	5.022.184,41	6.040	3975º
26º	SP	São Paulo	827,13	10.071.810.109,96	12.176.866	1º
27º	SP	Cubatão	820,74	106.499.371,81	129.760	226º
28º	SP	Itanhaém	801,92	80.589.589,15	100.496	315º
29º	SP	Ubatuba	777,84	69.809.067,11	89.747	352º
30º	MG	Capitólio	773,00	6.648.595,10	8.601	3320º
31º	RS	Torres	771,60	29.618.829,07	38.386	883º
32º	SC	Balneário Piçarras	747,09	16.817.710,90	22.511	1562º
33º	SP	Atibaia	697,46	98.619.502,28	141.398	203º
34º	SC	Porto Belo	675,35	14.070.206,97	20.834	1696º
35º	SC	Florianópolis	673,32	331.932.411,14	492.977	47º
36º	RS	Canela	660,33	29.377.515,24	44.489	743º
37º	BA	Mata de São João	645,78	29.714.911,04	46.014	716º
38º	SC	Garopaba	632,57	14.275.933,60	22.568	1556º
39º	PR	Porto Rico	629,85	1.613.051,83	2.561	5263º
40º	SP	Campinas	612,42	731.289.726,09	1.194.094	13º
41º	SP	Itupeva	606,36	36.168.684,02	59.649	550º
42º	MG	Nova Lima	604,16	56.535.630,77	93.577	339º
43º	SP	Porto Feliz	582,09	30.725.574,65	52.785	626º
44º	SC	Itapouá	577,21	11.522.748,35	19.963	1765º
45º	SP	Jarinu	576,22	16.973.095,50	29.456	1174º
46º	SP	Mirassol	557,40	33.072.421,48	59.333	556º
47º	SP	Bragança Paulista	546,00	91.047.851,45	166.753	174º
48º	SP	Arandu	544,03	3.453.516,27	6.348	3895º
49º	MG	Belo Horizonte	539,79	1.350.325.667,67	2.501.576	5º
50º	SP	Valinhos	538,48	68.453.521,57	127.123	234º
51º	RS	Balneário Pinhal	537,70	7.398.731,77	13.760	2462º
52º	RS	Tramandaí	527,95	26.798.976,76	50.760	656º

Posição	UF	Município	IPTU per capita	IPTU	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
53º	SP	Ribeirão Preto	523,25	363.411.718,19	694.534	28º
54º	SP	Vinhedo	518,39	40.075.379,47	77.308	422º
55º	MS	Campo Grande	516,29	457.283.685,10	885.711	18º
56º	RS	Arambaré	508,12	1.829.249,52	3.600	4860º
57º	SC	Barra Velha	494,69	14.080.232,59	28.463	1217º
58º	RJ	Rio de Janeiro	487,78	3.262.717.234,67	6.688.927	2º
59º	SP	Cajamar	483,48	36.569.329,22	75.638	429º
60º	SC	Penha	483,44	15.356.114,47	31.764	1097º
61º	SP	São Bernardo do Campo	481,66	401.342.090,21	833.240	21º
62º	SP	Cotia	476,40	116.571.899,76	244.694	115º
63º	SP	Indaiatuba	474,75	117.219.041,19	246.908	113º
64º	SP	Itu	473,96	81.648.990,61	172.268	170º
65º	GO	Rio Quente	473,38	2.069.164,32	4.371	4572º
66º	SP	Pardinho	470,77	2.994.110,19	6.360	3888º
67º	SP	Leme	468,90	48.020.901,47	102.412	309º
68º	SP	São Vicente	467,06	169.624.708,59	363.173	70º
69º	SP	São José do Rio Preto	463,12	211.297.015,88	456.245	51º
70º	SP	Vargem Grande Paulista	455,07	23.527.970,64	51.702	646º
71º	SC	Balneário Rincão	453,48	5.700.193,95	12.570	2629º
72º	SP	Moji Mirim	451,90	41.898.291,55	92.715	342º
73º	SP	Barretos	450,49	54.664.707,22	121.344	250º
74º	SP	Rubinéia	449,19	1.403.728,37	3.125	5041º
75º	SP	Osasco	447,92	312.134.763,30	696.850	27º
76º	SP	Itatiba	444,93	52.986.298,82	119.090	264º
77º	SP	Guarulhos	444,77	607.508.276,66	1.365.899	12º
78º	SP	Catanduva	442,00	53.574.251,87	121.210	252º
79º	SP	Salto	439,94	51.719.500,72	117.561	266º
80º	SC	Joaçaba	439,74	13.116.071,22	29.827	1164º
81º	SP	Holambra	433,97	6.326.856,00	14.579	2355º
82º	SP	Santo André	433,95	310.753.436,48	716.109	24º
83º	SP	Diadema	430,37	181.159.084,31	420.934	55º
84º	PR	Londrina	429,81	242.386.325,76	563.943	38º
85º	SP	Guararema	426,82	12.570.182,21	29.451	1175º
86º	SP	São Carlos	425,56	106.141.894,57	249.415	112º
87º	ES	Presidente Kennedy	422,99	4.859.255,21	11.488	2804º
88º	SP	Jaboticabal	422,14	32.447.097,75	76.864	425º
89º	SC	Balneário Gaivota	421,95	4.511.484,49	10.692	2981º
90º	RS	Porto Alegre	421,72	623.763.699,07	1.479.101	11º
91º	PR	Maringá	412,27	171.920.660,17	417.010	56º
92º	SP	Jundiaí	409,58	169.898.985,11	414.810	57º
93º	SP	Mogi das Cruzes	409,12	180.326.810,85	440.769	52º
94º	SP	Socorro	406,22	16.511.967,54	40.648	824º
95º	GO	Goiânia	404,89	605.597.317,45	1.495.705	9º
96º	PR	Cianorte	403,58	32.848.972,84	81.393	394º
97º	RS	Osório	402,26	18.325.592,27	45.557	724º
98º	BA	Camaçari	400,92	117.758.794,79	293.723	93º
99º	SC	Rancho Queimado	399,79	1.146.590,98	2.868	5145º
100º	SP	Mairiporã	398,43	39.195.350,32	98.374	323º

		Total dos 100 maiores	629,41	25.440.874.096,04	40.419.996	..
		Total dos demais	116,46	9.227.827.542,24	165.097.180	..
		Total Brasil¹	217,35	44.668.701.638,28	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília. ² os dados de IPTU contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

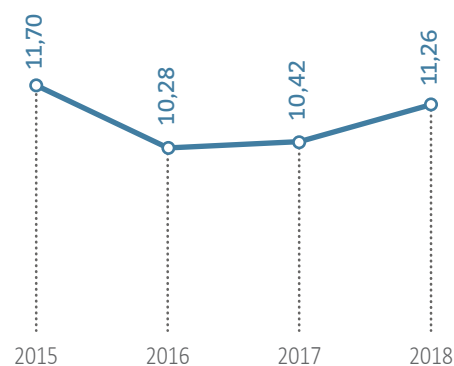
Retomada do crédito imobiliário favorece alta do ITBI em 2018

Após quatro anos de resultados ruins, a arrecadação do imposto cresceu 8% em 2018. Financiamentos via Sistema Financeiro da Habitação tiveram aumento real de 21,4%, depois de um quadriênio de queda.

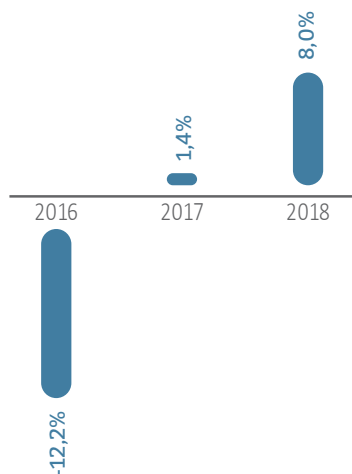
Desempenho

A arrecadação dos municípios brasileiros com o Imposto sobre a Transmissão de Bens e Imóveis *Inter-Vivos* (ITBI) voltou a apresentar forte crescimento em 2018, se comparado ao ano imediatamente anterior. A receita chegou a R\$ 11,26 bilhões, montante 8% maior que aquele apurado em 2017. Esse resultado significou uma injeção adicional de R\$ 838,7 milhões aos cofres municipais, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2018. As cifras do ITBI de 2015 a 2018 informadas nesta publicação incluem a receita da dívida ativa, juros e multas, conforme explicitado nas Notas Metodológicas (veja na página 4).

Arrecadação do ITBI
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Taxa de crescimento do ITBI em relação ao ano anterior

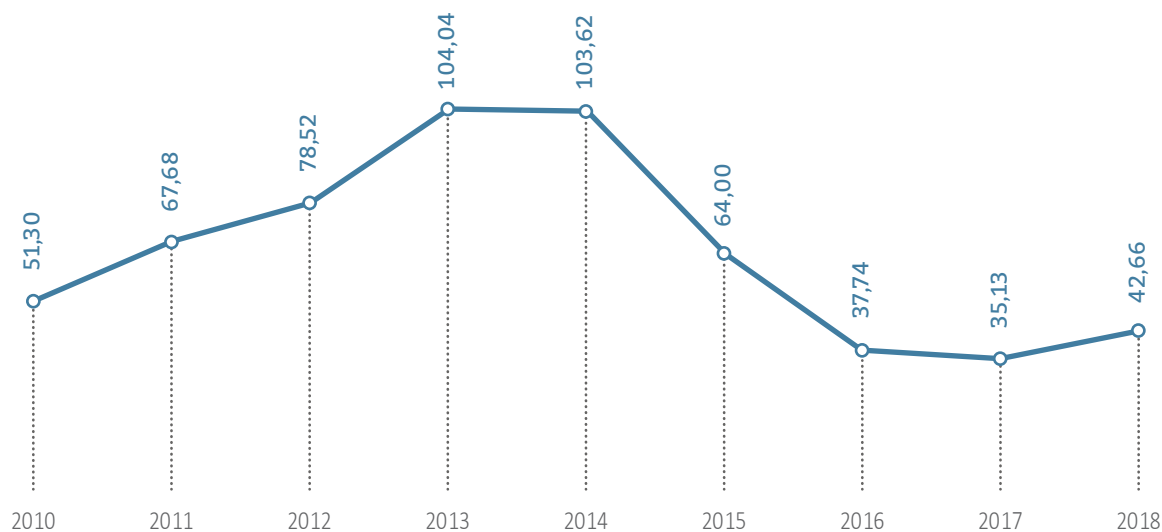


Desde o exercício de 2013, quando a expansão foi de 11,5%, não se percebia um desempenho tão expressivo. Entre 2014 e 2016, a crise político-econômica vivida pelo país limitou o lançamento de empreendimentos imobiliários, adiou a aquisição de casas próprias e abortou investimentos empresariais em todo o território nacional. Como consequência da estagnação do setor imobiliário, houve uma acentuada diminuição nas receitas com o ITBI no período. Esse cenário começou a ser alterado em 2017, quando, de forma tímida, o tributo apresentou um incremento de 1,4% em relação a 2016.

Embora seja um imposto sobre o patrimônio, a sua incidência depende das regras e da conjuntura de um mercado que vem registrando indicadores de retomada desde 2017. Uma das variáveis mais influentes é o financiamento com recursos da poupança para a aquisição de imóveis pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que, em 2018, avançou 21,4%.

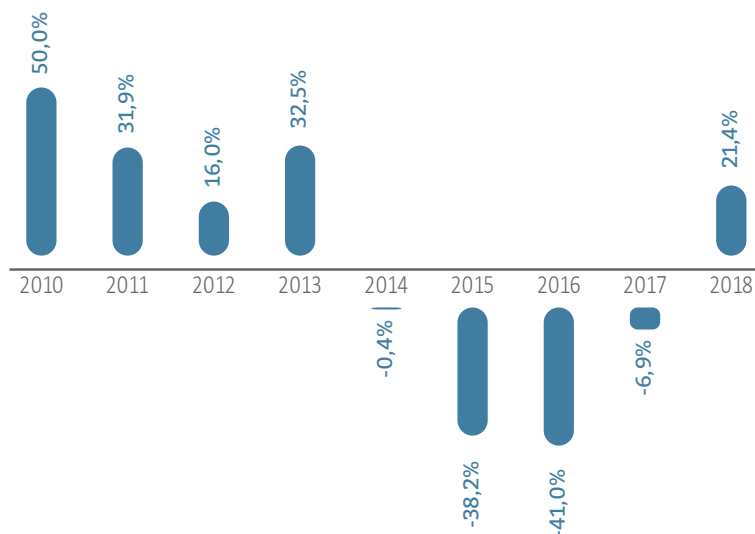
Evolução do financiamento para aquisição de imóveis*

em R\$ bilhões - IPCA médio 2018



* Com recursos da Caderneta de Poupança através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Taxa de crescimento do financiamento para aquisição de imóveis em relação ao ano anterior



Em valores monetários, os R\$ 42,66 bilhões utilizados para essa linha de crédito ainda estão muito abaixo dos R\$ 104,04 bilhões alcançados em 2013, porém evidenciam uma recuperação significativa em comparação aos R\$ 35,13 bilhões apurados em 2017. Com o novo impulso do crédito e com o mercado imobiliário passando a dar sinais de estabilidade nos preços dos imóveis, o ITBI encontrou um cenário positivo para voltar a crescer.

O município que mais contribuiu para esse desempenho foi São Paulo, onde a arrecadação do ITBI chegou a R\$ 2,01 bilhões em 2018, uma expansão de R\$ 69,2 milhões em relação ao ano anterior. Segundo dados do Secovi-SP, sindicato ligado às empresas do setor imobiliário, foram comercializadas 29,9 mil novas habitações no município ao longo de 2018, resultado 26,7% maior que em 2017. Essa alta puxou a elevação do volume monetário transacionado em 21,6%. No total, o mercado de novos imóveis residenciais movimentou R\$ 14,25 bilhões na capital paulista em 2018, ainda com base nas informações do Secovi-SP.

Além de São Paulo, foi possível observar acréscimos significativos nas receitas com o ITBI no município do Rio de Janeiro, que saltaram de R\$ 690,5 milhões, em 2017, para R\$ 747,2 milhões, em 2018, um adicional de R\$ 56,7 milhões, ou 8,2%. Em

Campinas-SP, em terceiro nesse ranking, o incremento foi de R\$ 51 milhões e, em quarto, aparece Curitiba, com R\$ 44,4 milhões a mais no período.

Em Campinas-SP, além de o volume acrescido estar entre os três mais pujantes do país, a taxa de ascensão de 44,9% foi a mais expressiva entre todos os 106 municípios selecionados por **Multi Cidades**. Em segundo lugar está a performance de Vitória da Conquista-BA (41,7%), seguida dos percentuais observados em Belford Roxo-RJ (39,7%) e Guarulhos-SP (37,6%). Ressalte-se que variações acentuadas podem estar relacionadas ao fato de as cifras do tributo incluírem a receita da dívida ativa, juros e multas, como explicado em Notas Metodológicas. Assim, se a prefeitura realizou algum programa de recuperação de créditos em qualquer um dos anos de 2015 a 2018, período para o qual a presente publicação divulga os dados dos tributos com a receita da dívida ativa incluída, o montante do ITBI pode ter subido acentuadamente.

O recolhimento do ITBI do grupo de 106 municípios selecionados por **Multi Cidades**, composto pelos mais populosos de cada Estado brasileiro,

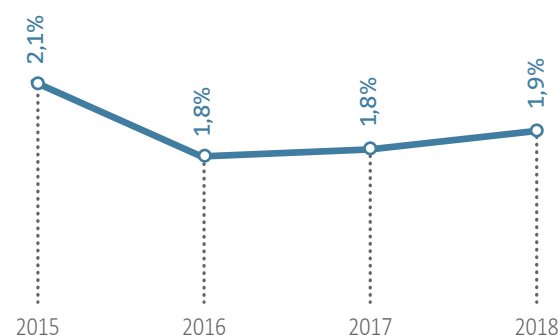
anotou ganho de 6,9%. Nas capitais, o aumento médio foi de 5,8%. Em que pese o comportamento das capitais e dos municípios com mais habitantes ser determinante no resultado nacional, nota-se que a boa coleta do imposto ocorreu de forma descentralizada, abarcando também as cidades médias e pequenas. **Entre 2017 e 2018, cerca de 60% dos municípios registraram melhora na arrecadação**, ao passo que em 40% houve retração. Esse mesmo indicador aponta que, de 2016 a 2017, a relação era mais parelha, tendo subido em 53% dos municípios e caído nos outros 47%.

Entre aqueles que amargaram as maiores reduções na arrecadação do ITBI estão Patrocínio-MG (R\$ 17,6 milhões) e Barueri-SP (R\$ 10,8 milhões). Em ambos os casos, o declínio está atrelado a um resultado excepcional do tributo em 2017, e não a um comportamento ruim em 2018.

Peso na receita

Embora venha protagonizando uma tendência de suave crescimento neste século, o peso do ITBI na formação do orçamento público não é tão significativo. No ano de 2018, o equivalente a 1,9% das receitas correntes municipais foi derivado desse imposto.

Participação do ITBI na receita corrente



Esse indicador voltou a se ampliar devido à sua alta sensibilidade à conjuntura econômica.

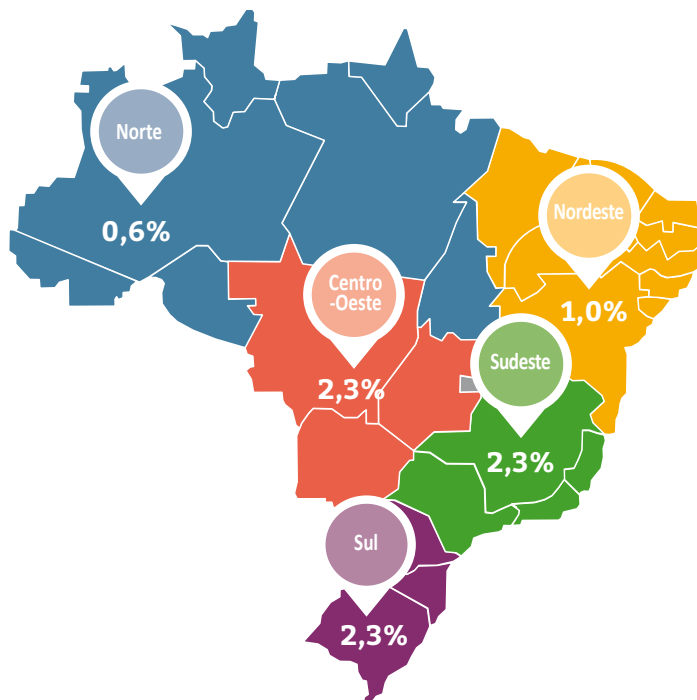
Como incide sobre a transação imobiliária, o ITBI tem uma base tributável diretamente ligada ao desempenho da economia; na evolução ou no retrocesso do número de imóveis comercializados. Outras fontes de receita, como o IPTU e o IPVA, possuem uma base tributável menos volátil, uma vez que a propriedade, mesmo em momentos de crise ou de expansão econômica, continua a existir e a ser tributada sem fortes variações. Por essa razão, o ITBI exibe uma maior propensão a sofrer quedas mais vertiginosas, ao passo que em momentos de ascensão econômica sua elevação é mais vigorosa do que boa parte das outras receitas municipais, como aconteceu em 2018.

Da mesma forma, **à medida que aumentam a renda e a população de um município, maior será a relevância desse imposto na composição orçamentária.**

Em 2018, nos municípios com menos de 20 mil habitantes, o ITBI contribuiu com 0,9% das receitas correntes, em média. Esse indicador salta para 2,8% quando considerados apenas os 106 municípios destacados por **Multi Cidades**. Já nas capitais, que concentram parcela substancial na renda nacional, o tributo chegou a responder por 3,2% da receita corrente naquele ano.

No Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, onde a economia é mais dinamizada e a renda é maior, o ITBI se torna mais relevante. Nessas três regiões, o imposto representou 2,3% da receita corrente, em 2018. Já no Norte (0,6%) e no Nordeste (1%), onde a economia é menos pujante e a renda média é menor, a participação orçamentária do imposto é significativamente inferior.

Participação do ITBI na receita corrente por região - 2018

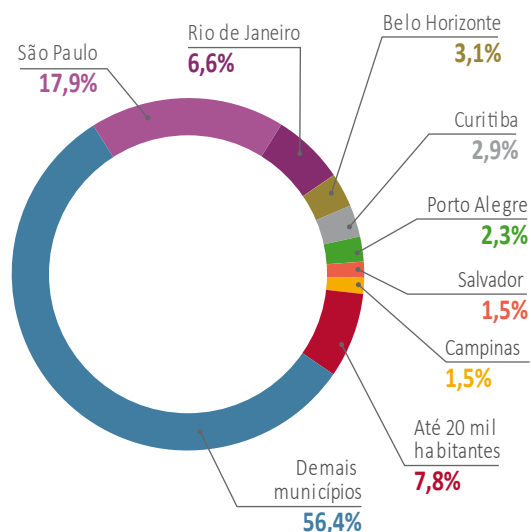


Concentração e arrecadação per capita

Como o fato gerador do ITBI é a transação imobiliária, os municípios de grande porte, com números robustos de unidades residenciais, comerciais e industriais, concentram a maior parte da sua arrecadação. Aqueles com mais de 500 mil habitantes foram responsáveis por 52% de todo o recolhimento do imposto em 2018. Somente as capitais estaduais captaram 43,1% desse recurso,

sendo que 17,9% foram contabilizados na capital paulista, município que é líder nacional na coleta desse tributo. A vice-liderança é ocupada pelo Rio de Janeiro, com 6,6% do total do país.

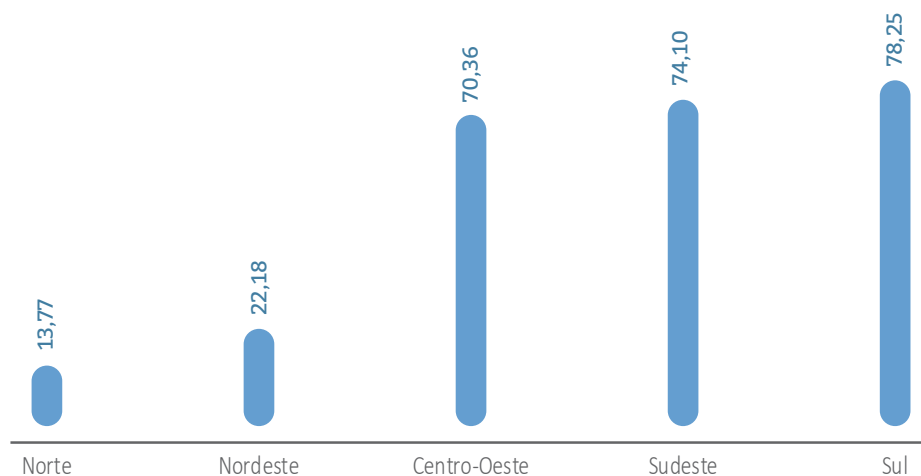
Participação na arrecadação total do ITBI - 2018



Além da concentração nos grandes centros urbanos, quando se analisa a receita per capita do ITBI, que foi de R\$ 54,78 por habitante em 2018, é possível observar uma disparidade dos montantes entre as regiões brasileiras. Enquanto no Norte e no Nordeste a receita equivaleu, respectivamente, a R\$ 13,77 e R\$ 22,18, no Centro-Oeste (R\$ 70,36), no Sudeste (R\$ 74,10) e no Sul (R\$ 78,25) esse indicador é extremamente mais alto.

ITBI per capita por região - 2018

em R\$ - IPCA médio de 2018



Algumas das atividades econômicas que mais contribuem para diferenciar a arrecadação per capita do ITBI entre os municípios são o turismo e o agronegócio. Cidades voltadas para o turismo têm um mercado imobiliário mais aquecido e contam com uma fatia expressiva de imóveis de maior valor. Deve ser considerado ainda o fato de grande parte dos proprietários não serem residentes nesses municípios, o que eleva a receita por habitante. Esse é o caso, entre outros, de Xangri-Lá-RS (R\$ 748,51) e Balneário Camboriú-SC (R\$ 511,34), que ocupam, respectivamente, a segunda e a quarta posição no ranking per capita nacional.

Já o agronegócio, com seu intenso desenvolvimento, estimula o comércio de terras rurais. Esse fenômeno é mais comum nos municípios do Centro-Oeste, que possuem vasta dimensão territorial e, na maior parte deles, pequeno porte populacional. Dos 20 municípios com maior arrecadação per capita, nove possuem esse perfil e se localizam em estados da região. Esse é o exemplo de Santo Antônio do Leste-MT, líder do ranking com um recolhimento per capita de R\$ 1.794,69, em 2018. Por vezes, a venda de uma única grande fazenda impulsiona fortemente a receita do ITBI, podendo fazer sua cifra per capita chegar aos maiores níveis do país. Veja ranking per capita na página 109.

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. rec. tributária 2018	Part. rec. corr. 2018	ITBI per capita 2018
em R\$ mil - IPCA médio de 2018								em %		em R\$	
	18.182.253	Norte	324.153,3	285.728,0	235.099,4	229.719,5	250.385,0	9,0	4,6	0,6	13,77
AC	401.155	Rio Branco	6.448,5	6.015,2	5.179,8	5.356,6	6.075,6	13,4	4,0	0,7	15,15
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	877,8	517,1	393,0	...	519,6	..	4,0	0,4	5,93
AP	493.634	Macapá	7.998,0	4.640,7	4.149,3	3.461,0	3.817,6	10,3	3,7	0,6	7,73
AP	119.610	Santana	...	...	...	258,9	...	..	..	..	...
AM	2.145.444	Manaus	72.740,6	69.285,1	49.130,0	49.286,9	55.872,3	13,4	4,6	1,2	26,04
AM	113.168	Parintins	730,9	378,4	...	452,1	531,2	17,5	5,1	0,3	4,69
PA	1.485.732	Belém	40.324,6	38.318,0	31.263,1	31.935,0	29.473,7	-7,7	3,7	1,1	19,84
PA	525.566	Ananindeua	10.371,4	9.812,8	7.183,1	6.727,1	6.654,9	-1,1	7,7	1,0	12,66
PA	302.667	Santarém	2.785,2	3.500,2	2.703,7	2.581,1	2.796,4	8,3	4,1	0,5	9,24
PA	275.086	Marabá	5.039,1	2.038,1	2.360,9	2.399,0	2.089,9	-12,9	1,6	0,3	7,60
RO	519.531	Porto Velho	15.012,1	11.721,6	10.746,5	9.212,9	9.860,6	7,0	3,4	0,7	18,98
RO	127.907	Ji-Paraná	3.488,7	3.027,8	3.158,8	2.687,1	3.381,4	25,8	6,7	1,4	26,44
RR	375.374	Boa Vista	5.923,3	5.299,7	10,6	4.751,8	4.780,2	0,6	3,2	0,4	12,73
RR	29.533	Rorainópolis	114,1	194,8	...	90,0	...	..	..	..	...
TO	291.855	Palmas	17.801,7	17.980,2	15.871,9	20.219,5	17.281,0	-14,5	7,7	1,6	59,21
TO	177.517	Araguaína	4.296,6	4.517,1	4.124,0	3.426,7	3.756,2	9,6	4,7	0,9	21,16
	56.757.759	Nordeste	1.640.878,8	1.391.486,3	1.187.839,8	1.150.652,2	1.258.824,6	9,4	6,8	1,0	22,18
AL	1.012.382	Maceió	43.388,5	27.740,7	26.460,8	28.875,9	36.699,5	27,1	6,7	1,9	36,25
AL	230.417	Arapiraca	5.176,7	5.313,2	3.972,3	3.985,0	5.416,2	35,9	8,9	1,0	23,51
BA	2.857.329	Salvador	339.713,6	223.986,0	194.064,4	155.273,1	164.880,3	6,2	6,7	2,8	57,70
BA	609.913	Feira de Santana	22.123,5	21.781,6	16.625,8	21.661,1	20.450,8	-5,6	7,3	1,5	33,53
BA	338.885	Vitória da Conquista	10.608,1	9.183,5	8.583,2	9.542,0	13.519,7	41,7	9,9	2,1	39,89
BA	293.723	Camacari	26.250,7	19.551,6	16.332,2	18.615,0	24.397,1	31,1	7,3	2,2	83,06
CE	2.643.247	Fortaleza	178.495,6	159.347,5	116.596,6	124.016,4	128.425,2	3,6	7,0	2,0	48,59
CE	363.982	Caucaia	6.104,4	5.331,3	5.149,7	5.221,7	...	..	..	..	...
CE	271.926	Juazeiro do Norte	4.489,5	5.740,2	5.535,7	5.878,3	6.496,6	10,5	8,9	1,3	23,89
MA	1.094.667	São Luís	34.899,9	34.531,2	27.039,0	23.196,5	27.640,6	19,2	3,7	1,0	25,25
MA	258.016	Imperatriz	...	4.515,7	4.088,7	5.249,9	5.512,7	5,0	6,4	0,8	21,37
PB	800.323	João Pessoa	123.513,0	104.481,5	87.476,7	95.087,4	96.085,0	1,0	19,0	4,9	120,06
PB	407.472	Campina Grande	13.023,4	12.134,6	9.039,1	10.629,7	8.559,9	-19,5	7,1	1,1	21,01
PE	1.637.834	Recife	143.999,5	119.084,8	108.701,3	91.632,1	98.199,7	7,2	5,3	2,2	59,96
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	17.481,9	15.859,9	15.004,6	17.174,8	18.211,8	6,0	6,6	1,5	26,11
PE	391.835	Olinda	9.076,1	7.616,8	5.650,5	4.242,3	4.945,8	16,6	3,4	0,8	12,62
PE	356.872	Caruaru	5.664,3	7.777,7	6.026,4	4.631,3	6.087,7	31,4	4,0	0,9	17,06
PE	343.865	Petrolina	11.428,3	9.957,3	8.091,9	7.724,7	8.232,7	6,6	6,8	1,3	23,94
PE	329.117	Paulista	8.514,6	8.382,5	8.674,6	7.974,8	8.333,1	4,5	9,7	1,9	25,32
PI	861.442	Teresina	37.007,6	34.196,1	30.842,8	27.990,9	27.745,4	-0,9	5,4	1,1	32,21
PI	152.653	Parnaíba	2.150,2	1.963,8	1.439,2	1.209,0	...	..	..	..	...
RN	877.640	Natal	65.128,0	63.428,2	55.105,8	48.497,2	46.693,6	-3,7	6,6	2,3	53,20
RN	294.076	Massoró	5.021,3	4.742,2	5.486,2	4.858,2	4.449,8	-8,4	3,7	0,7	15,13
SE	648.939	Aracaju	67.145,1	56.103,8	47.921,8	42.743,2	42.964,4	0,5	7,3	2,6	66,21
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	4.098,7	4.057,8	4.039,1	6.404,6	...	..	..	..	...
	13.111.182	Centro-Oeste¹	907.832,4	869.392,4	769.494,0	794.644,5	922.451,8	16,1	11,0	2,3	70,36
GO	1.495.705	Goiânia	137.538,3	125.074,5	114.713,5	111.605,3	132.065,9	18,3	7,9	3,1	88,30
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	31.584,0	25.314,0	20.377,5	21.945,7	25.151,0	14,6	7,7	2,4	44,44
GO	381.970	Anápolis	24.764,0	22.125,3	18.956,6	18.901,2	19.592,9	3,7	7,1	1,9	51,29
MT	607.153	Cuiabá	40.310,1	40.826,5	35.991,4	39.577,1	44.239,8	11,8	6,6	2,2	72,86
MT	282.009	Várzea Grande	7.639,1	7.149,0	6.724,9	6.314,6	6.674,4	5,7	5,7	1,2	23,67
MS	885.711	Campo Grande	57.467,6	56.435,6	56.070,7	57.146,7	62.290,1	9,0	5,8	2,0	70,33
MS	220.965	Dourados	16.748,2	14.692,9	11.961,9	13.372,9	16.790,1	25,6	9,0	2,2	75,99
	87.711.946	Sudeste	7.159.423,3	6.829.879,7	5.987.186,1	6.107.369,2	6.499.315,4	6,4	6,9	2,3	74,10
ES	358.267	Vitória	52.922,7	44.140,5	47.105,2	40.407,9	37.358,7	-7,5	5,6	2,4	104,28
ES	507.598	Serra	36.479,1	29.562,7	20.943,4	22.435,0	24.797,9	10,5	8,1	2,1	48,85
ES	486.208	Vila Velha	47.629,4	38.731,3	37.106,4	34.922,1	34.346,7	-1,6	10,2	3,7	70,64
ES	378.603	Cariacica	5.734,0	...	5.810,4	9.997,2	4.276,2	-57,2	3,6	0,7	11,29
MG	2.501.576	Belo Horizonte	491.983,0	459.056,0	383.616,6	346.555,5	351.815,7	1,5	9,1	3,8	140,64
MG	683.247	Uberlândia	73.080,2	62.626,8	51.060,8	56.275,0	70.265,6	24,9	14,7	3,5	102,84
MG	659.070	Contagem	63.317,3	55.124,5	50.254,9	50.129,4	54.561,3	8,8	10,5	3,5	82,79

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 2018/2017	Part. rec. tributária 2018	Part. rec. corr. 2018	ITBI per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$	
MG	564.310	Juiz de Fora	35.855,2	29.129,5	28.046,5	30.057,7	34.887,1	16,1	6,9	2,4	61,82
MG	432.575	Betim	18.020,6	14.615,3	12.592,5	9.754,0	10.221,8	4,8	4,2	0,7	23,63
MG	404.804	Montes Claros	22.311,8	19.836,4	19.112,8	17.063,9	16.261,7	-4,7	10,2	2,2	40,17
MG	331.045	Ribeirão das Neves	13.161,0	14.240,1	8.045,1	...	7.940,4	..	11,9	2,1	23,99
MG	330.361	Uberaba	20.488,7	19.166,5	15.406,2	20.763,8	16.764,3	-19,3	8,7	1,6	50,75
MG	278.685	Governador Valadares	9.999,7	10.315,9	8.351,6	7.956,1	8.664,8	8,9	5,4	1,2	31,09
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	942.960,1	853.624,6	702.948,5	690.494,3	747.202,3	8,2	6,5	3,4	111,71
RJ	1.077.687	São Gonçalo	23.112,3	17.914,8	14.759,7	13.169,8	13.464,4	2,2	5,5	1,2	12,49
RJ	914.383	Duque de Caxias	...	...	17.158,6	8.066,2	...	..	..	..	...
RJ	818.875	Nova Iguaçu	20.020,1	15.539,3	10.495,8	14.296,6	17.806,9	24,6	6,4	1,3	21,75
RJ	511.786	Niterói	110.688,8	90.930,7	70.778,4	63.624,9	...	..	..	..	...
RJ	508.614	Belford Roxo	3.806,5	2.153,1	1.005,9	1.671,9	2.336,1	39,7	3,2	0,4	4,59
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	26.392,4	19.394,1	18.682,3	13.532,8	15.352,4	13,4	5,1	0,8	30,50
RJ	471.888	São João de Meriti	2.023,6	...	...	2.900,0	...	..	..	..	...
RJ	305.687	Petrópolis	20.322,5	17.001,9	15.318,9	16.984,0	15.388,9	-9,4	5,9	1,5	50,34
RJ	271.998	Volta Redonda	6.915,4	6.354,5	9.114,3	8.059,4	...	..	..	..	...
SP	12.176.866	São Paulo	1.901.062,7	2.145.140,2	1.926.275,8	1.943.763,3	2.012.955,5	3,6	6,7	4,0	165,31
SP	1.365.899	Guarulhos	69.653,9	71.288,4	57.675,5	55.539,2	76.418,3	37,6	5,4	1,9	55,95
SP	1.194.094	Campinas	136.650,7	122.054,1	110.953,1	113.488,7	164.494,7	44,9	7,3	3,6	137,76
SP	833.240	São Bernardo do Campo	82.650,5	80.195,6	72.115,0	78.583,4	79.227,3	0,8	6,3	2,3	95,08
SP	716.109	Santo André	76.419,3	61.555,8	60.383,3	55.308,9	58.214,3	5,3	5,8	2,4	81,29
SP	713.943	São José dos Campos	63.392,5	60.908,8	51.507,3	44.961,4	47.803,3	6,3	6,3	2,0	66,96
SP	696.850	Osasco	43.617,3	33.557,5	43.062,2	45.026,9	51.279,1	13,9	4,6	2,4	73,59
SP	694.534	Ribeirão Preto	96.694,8	93.879,4	84.886,2	77.561,6	87.709,4	13,1	9,9	3,5	126,29
SP	671.186	Sorocaba	70.692,9	63.745,1	56.122,1	52.555,2	58.906,0	12,1	7,2	2,2	87,76
SP	468.148	Mauá	8.089,8	12.792,6	11.683,0	9.594,7	11.394,7	18,8	4,9	1,2	24,34
SP	456.245	São José do Rio Preto	42.338,5	34.905,7	29.039,8	33.769,5	36.871,9	9,2	7,1	2,4	80,82
SP	440.769	Mogi das Cruzes	23.127,3	29.358,9	23.943,7	23.647,3	22.918,8	-3,1	5,5	1,7	52,00
SP	432.957	Santos	90.376,2	78.188,9	62.790,7	63.719,4	65.898,7	3,4	4,8	2,9	152,21
SP	420.934	Diadema	22.957,7	16.346,3	...	20.476,0	20.279,2	-1,0	5,5	1,9	48,18
SP	414.810	Jundiaí	69.549,3	62.351,8	52.457,2	55.609,7	59.680,2	7,3	8,4	3,0	143,87
SP	400.949	Piracicaba	27.790,6	32.633,2	29.030,7	30.823,2	35.165,1	14,1	8,2	2,3	87,70
SP	398.611	Carapicuíba	...	...	...	7.511,3	7.309,1	-2,7	5,3	1,5	18,34
SP	374.272	Bauru	35.138,3	30.118,8	32.522,0	32.034,3	36.164,5	12,9	10,7	3,4	96,63
	29.754.036	Sul	2.495.248,3	2.321.455,5	2.095.989,2	2.137.966,6	2.328.120,5	8,9	10,1	2,3	78,25
PR	1.917.185	Curitiba	373.221,1	349.037,4	278.050,7	285.781,7	330.174,8	15,5	11,4	4,3	172,22
PR	563.943	Londrina	75.399,2	59.430,4	50.178,1	58.567,6	55.267,1	-5,6	8,5	3,4	98,00
PR	417.010	Maringá	55.454,4	50.332,9	44.875,3	46.324,0	57.692,3	24,5	11,7	4,2	138,35
PR	348.043	Ponta Grossa	21.503,5	21.236,0	21.018,5	23.038,0	21.550,7	-6,5	8,4	3,1	61,92
PR	324.476	Cascavel	33.583,7	30.641,0	23.947,3	28.948,2	29.296,7	1,2	10,2	3,4	90,29
PR	317.476	São José dos Pinhais	20.926,8	17.542,4	16.713,5	17.303,8	16.471,3	-4,8	5,6	1,7	51,88
PR	258.823	Foz do Iguaçu	21.841,3	21.519,7	17.032,7	19.551,5	20.048,9	2,5	6,9	2,0	77,46
RS	1.479.101	Porto Alegre	317.039,8	285.621,0	283.042,6	235.624,3	259.072,4	10,0	10,6	4,4	175,16
RS	504.069	Caxias do Sul	56.657,5	56.484,8	43.495,4	52.455,5	48.650,5	-7,3	10,2	2,9	96,52
RS	344.957	Canoas	38.468,1	31.302,6	26.869,7	25.913,6	28.391,9	9,6	10,0	2,0	82,31
RS	341.648	Pelotas	15.673,5	16.140,2	15.513,1	15.972,9	16.173,4	1,3	7,3	1,8	47,34
RS	280.505	Santa Maria	21.686,6	20.503,3	16.593,2	19.292,5	21.423,0	11,0	10,9	3,5	76,37
RS	279.398	Gravataí	13.994,0	12.325,7	12.926,2	22.622,5	16.722,4	-26,1	10,3	2,2	59,85
RS	254.101	Viamão	5.181,9	4.808,2	3.818,3	3.775,1	4.287,7	13,6	7,0	1,0	16,87
SC	492.977	Florianópolis	86.671,4	105.325,6	96.090,3	77.779,1	82.063,4	5,5	8,6	4,8	166,46
SC	583.144	Joinville	50.389,8	45.740,6	41.169,9	43.167,7	44.794,6	3,8	8,1	2,2	76,82
SC	352.460	Blumenau	33.807,9	32.425,7	29.677,1	28.188,0	31.496,6	11,7	7,8	2,3	89,36
	81.785.966	Cidades selecionadas	7.878.532,8	7.475.314,7	6.508.815,8	6.419.494,8	6.861.453,2	6,9	7,1	2,8	83,90
	32.107.017	Até 20 mil habitantes	836.457,1	807.457,2	729.569,1	774.024,0	879.372,1	13,6	11,8	0,9	27,39
	46.749.996	Capitais	5.600.716,7	5.440.442,0	4.734.465,7	4.590.271,4	4.855.733,4	5,8	7,1	3,2	103,87
	205.517.176	Brasil¹	12.527.536,1	11.697.941,7	10.275.608,5	10.420.352,0	11.259.097,2	8,0	7,5	1,9	54,78

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília. ²A partir de 2015, os dados de ITBI contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

Posição	UF	Município	ITBI	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	2.012.955.546,30	12.176.866	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	747.202.280,24	6.688.927	2º
3º	MG	Belo Horizonte	351.815.668,14	2.501.576	5º
4º	PR	Curitiba	330.174.848,32	1.917.185	7º
5º	RS	Porto Alegre	259.072.439,25	1.479.101	11º
6º	BA	Salvador	164.880.281,19	2.857.329	3º
7º	SP	Campinas	164.494.721,96	1.194.094	13º
8º	GO	Goiânia	132.065.932,36	1.495.705	9º
9º	CE	Fortaleza	128.425.191,05	2.643.247	4º
10º	PE	Recife	98.199.682,37	1.637.834	8º
11º	PB	João Pessoa	96.084.989,59	800.323	23º
12º	SP	Ribeirão Preto	87.709.449,18	694.534	28º
13º	SC	Florianópolis	82.063.406,67	492.977	47º
14º	SP	Barueri	81.740.910,29	271.306	104º
15º	SP	São Bernardo do Campo	79.227.250,41	833.240	21º
16º	SP	Guarulhos	76.418.266,72	1.365.899	12º
17º	SC	Balneário Camboriú	70.939.779,87	138.732	208º
18º	MG	Uberlândia	70.265.579,56	683.247	29º
19º	SP	Santos	65.898.738,38	432.957	53º
20º	MS	Campo Grande	62.290.066,07	885.711	18º
21º	SP	Jundiaí	59.680.163,00	414.810	57º
22º	SP	Sorocaba	58.906.016,41	671.186	30º
23º	SP	Santo André	58.214.311,55	716.109	24º
24º	PR	Maringá	57.692.277,71	417.010	56º
25º	AM	Manaus	55.872.333,59	2.145.444	6º
26º	PR	Londrina	55.267.094,76	563.943	38º
27º	MG	Contagem	54.561.273,17	659.070	31º
28º	SP	Praia Grande	52.219.783,42	319.146	84º
29º	SP	Osasco	51.279.130,04	696.850	27º
30º	RS	Caxias do Sul	48.650.546,02	504.069	44º
31º	SP	São José dos Campos	47.803.333,63	713.943	25º
32º	RN	Natal	46.693.572,56	877.640	19º
33º	SC	Joinville	44.794.625,61	583.144	35º
34º	MT	Cuiabá	44.239.770,09	607.153	34º
35º	SE	Aracaju	42.964.436,89	648.939	32º
36º	MG	Nova Lima	40.975.405,62	93.577	339º
37º	SP	Santana de Parnaíba	37.780.162,99	136.517	211º
38º	ES	Vitória	37.358.666,68	358.267	71º
39º	SP	São José do Rio Preto	36.871.904,48	456.245	51º
40º	SP	Guarujá	36.795.307,73	318.107	85º
41º	AL	Maceió	36.699.510,28	1.012.382	16º
42º	SP	Bauru	36.164.541,63	374.272	67º
43º	SP	Piracicaba	35.165.064,75	400.949	61º
44º	MG	Juiz de Fora	34.887.101,81	564.310	37º
45º	ES	Vila Velha	34.346.743,03	486.208	48º
46º	SC	Blumenau	31.496.618,59	352.460	73º
47º	PA	Belém	29.473.692,62	1.485.732	10º
48º	SC	Itajaí	29.416.295,86	215.895	138º
49º	PR	Cascavel	29.296.684,50	324.476	83º
50º	SP	Indaiatuba	28.924.409,82	246.908	113º
51º	RS	Canoas	28.391.880,83	344.957	76º
52º	PI	Teresina	27.745.435,83	861.442	20º

Posição	UF	Município	ITBI	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
53º	MA	São Luís	27.640.554,85	1.094.667	14º
54º	SP	São Caetano do Sul	27.476.929,91	160.275	182º
55º	GO	Aparecida de Goiânia	25.151.015,67	565.957	36º
56º	SP	Bertioga	24.832.789,53	61.736	529º
57º	ES	Serra	24.797.900,16	507.598	43º
58º	BA	Camaçari	24.397.141,02	293.723	93º
59º	SP	Mogi das Cruzes	22.918.813,06	440.769	52º
60º	GO	Rio Verde	22.790.901,43	229.651	129º
61º	SC	São José	22.724.129,83	242.927	117º
62º	BA	Lauro de Freitas	22.196.326,24	195.095	155º
63º	SP	Cotia	22.147.214,19	244.694	115º
64º	SP	Americana	22.038.537,56	237.112	122º
65º	PR	Ponta Grossa	21.550.709,89	348.043	75º
66º	RS	Santa Maria	21.423.006,74	280.505	97º
67º	SC	Itapema	21.406.969,08	63.250	513º
68º	BA	Feira de Santana	20.450.849,33	609.913	33º
69º	SP	Diadema	20.279.236,40	420.934	55º
70º	PR	Foz do Iguaçu	20.048.856,14	258.823	107º
71º	GO	Anápolis	19.592.933,52	381.970	64º
72º	RS	Passo Fundo	18.923.841,60	201.767	151º
73º	RN	Parnamirim	18.515.759,74	255.793	109º
74º	PE	Cabo de Santo Agostinho	18.511.252,83	205.112	147º
75º	PE	Jaboatão dos Guararapes	18.211.849,00	697.636	26º
76º	SP	Araraquara	17.988.765,34	233.744	126º
77º	RJ	Nova Iguaçu	17.806.929,29	818.875	22º
78º	SP	Franca	17.337.429,95	350.400	74º
79º	TO	Palmas	17.281.037,10	291.855	94º
80º	RJ	Teresópolis	16.891.276,83	180.886	161º
81º	SP	Limeira	16.800.483,51	303.682	89º
82º	MS	Dourados	16.790.092,17	220.965	135º
83º	MG	Uberaba	16.764.322,72	330.361	81º
84º	RS	São Leopoldo	16.736.352,19	234.947	124º
85º	RS	Gravatá	16.722.386,45	279.398	98º
86º	SC	Palhoça	16.694.372,75	168.259	172º
87º	PR	São José dos Pinhais	16.471.327,48	317.476	86º
88º	RS	Capão da Canoa	16.396.163,45	52.004	636º
89º	RS	Novo Hamburgo	16.329.344,42	246.452	114º
90º	MG	Montes Claros	16.261.674,33	404.804	59º
91º	RS	Pelotas	16.173.387,60	341.648	78º
92º	SC	Chapecó	15.746.461,99	216.654	137º
93º	SP	Presidente Prudente	15.531.820,82	227.072	132º
94º	CE	Eusébio	15.397.284,52	52.880	625º
95º	RJ	Petrópolis	15.388.853,88	305.687	88º
96º	RJ	Campos dos Goytacazes	15.352.365,68	503.424	45º
97º	SP	Taubaté	15.111.164,25	311.854	87º
98º	SC	Criciúma	15.034.472,53	213.023	140º
99º	SP	São Carlos	15.007.739,51	249.415	112º
100º	SP	Atibaia	14.828.021,64	141.398	203º

		Total dos 100 maiores	7.427.424.171,54	74.757.063	..
		Total dos demais	3.831.673.067,17	130.760.113	..
		Total Brasil¹	11.259.097.238,71	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.²Os dados de ITBI contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

ITBI² per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	ITBI per capita	ITBI	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
1º	MT	Santo Antônio do Leste	1.794,69	9.014.734,39	5.023	4307º
2º	RS	Xangri-lá	748,51	11.994.798,96	16.025	2168º
3º	RS	Trindade do Sul	630,44	3.664.719,95	5.813	4047º
4º	SC	Balneário Camboriú	511,34	70.939.779,87	138.732	208º
5º	BA	Ibirapua	510,60	4.381.484,35	8.581	3329º
6º	MG	Nova Lima	437,88	40.975.405,62	93.577	339º
7º	PR	Quatro Barras	430,12	9.978.416,99	23.199	1517º
8º	MS	Selvíria	410,92	2.677.152,68	6.515	3845º
9º	MT	Tapurah	408,36	5.455.254,25	13.359	2517º
10º	RS	Boa Vista do Incra	403,81	1.045.863,54	2.590	5252º
11º	SP	Bertioga	402,24	24.832.789,53	61.736	529º
12º	MT	Nova Bandeirantes	397,13	5.920.762,44	14.909	2319º
13º	PR	Porto Rico	389,40	997.243,51	2.561	5263º
14º	RS	Gramado	388,31	13.930.798,85	35.875	940º
15º	MS	Inocência	384,26	2.929.994,89	7.625	3552º
16º	MT	São José do Xingu	348,18	1.938.997,99	5.569	4131º
17º	MS	Paraíso das Águas	341,03	1.860.330,69	5.455	4173º
18º	MT	Itiquira	339,69	4.471.308,96	13.163	2547º
19º	SC	Itapema	338,45	21.406.969,08	63.250	513º
20º	GO	Aloândia	335,16	671.989,60	2.005	5443º
21º	GO	Santa Cruz de Goiás	324,89	939.589,55	2.892	5140º
22º	GO	Aparecida do Rio Doce	319,55	790.571,75	2.474	5308º
23º	RS	Capão da Canoa	315,29	16.396.163,45	52.004	636º
24º	MG	Perdizes	312,63	5.004.868,24	16.009	2172º
25º	RS	André da Rocha	311,33	412.206,17	1.324	5556º
26º	SP	Florínia	311,01	839.419,03	2.699	5214º
27º	SC	Balneário Piçarras	308,90	6.953.604,41	22.511	1562º
28º	GO	Aruanã	302,48	2.914.407,57	9.635	3159º
29º	SP	Barueri	301,29	81.740.910,29	271.306	104º
30º	CE	Eusébio	291,17	15.397.284,52	52.880	625º
31º	MT	Nova Nazaré	289,89	1.091.453,52	3.765	4803º
32º	GO	Montes Claros de Goiás	289,08	2.330.817,77	8.063	3443º
33º	GO	Aporé	288,27	1.200.055,79	4.163	4639º
34º	RS	Boa Vista do Cadeado	277,97	687.419,03	2.473	5310º
35º	SP	Santana de Parnaíba	276,74	37.780.162,99	136.517	211º
36º	MT	Porto dos Gaúchos	276,63	1.501.821,18	5.429	4186º
37º	MG	Capitólio	263,22	2.263.934,02	8.601	3320º
38º	RN	Extremoz	262,19	7.399.638,50	28.222	1228º
39º	RS	Imbé	261,65	5.837.174,85	22.309	1571º
40º	SP	Tumalina	243,69	428.643,25	1.759	5500º
41º	CE	Guaramiranga	240,41	864.290,59	3.595	4862º
42º	GO	Ivolândia	240,13	577.754,58	2.406	5326º
43º	MG	Veríssimo	234,15	925.116,37	3.951	4726º
44º	MS	Juti	233,39	1.549.229,32	6.638	3808º
45º	MT	General Carneiro	232,76	1.277.159,62	5.487	4154º
46º	PR	Jardim Alegre	231,05	2.648.954,71	11.465	2807º
47º	SP	Porto Feliz	230,78	12.181.509,11	52.785	626º
48º	MT	Campos de Júlio	227,61	1.527.276,37	6.710	3784º
49º	TO	Araguaçu	223,51	1.914.785,65	8.567	3331º
50º	RS	Cambará do Sul	216,62	1.398.493,51	6.456	3861º
51º	RS	Barra do Quaraí	215,68	906.293,41	4.202	4625º
52º	GO	Jandaia	215,51	1.308.762,78	6.073	3963º

Posição	UF	Município	ITBI per capita	ITBI	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
53º	RS	Torres	214,08	8.217.604,79	38.386	883º
54º	MT	Nova Ubiratã	212,56	2.485.641,27	11.694	2757º
55º	MS	Brasilândia	212,28	2.524.231,80	11.891	2724º
56º	TO	Crixás do Tocantins	210,99	360.377,83	1.708	5508º
57º	MG	Funilândia	210,94	907.867,42	4.304	4592º
58º	MT	Ribeirão Cascalheira	210,16	2.118.579,53	10.081	3098º
59º	SP	Arandu	208,89	1.326.020,45	6.348	3895º
60º	GO	Cachoeira de Goiás	208,80	284.181,40	1.361	5554º
61º	MG	Canápolis	207,96	2.500.745,23	12.025	2714º
62º	MT	Nova Monte Verde	207,31	1.881.980,54	9.078	3236º
63º	MG	Lagoa Santa	204,54	12.959.608,20	63.359	512º
64º	MT	Santa Carmem	198,39	889.958,00	4.486	4524º
65º	RS	Guabiju	198,11	300.328,94	1.516	5542º
66º	MT	Cocalinho	197,94	1.126.496,35	5.691	4091º
67º	RS	Arroio do Sal	197,87	1.947.430,80	9.842	3135º
68º	RS	Coxilha	194,11	537.502,73	2.769	5185º
69º	SP	Timburi	193,71	515.852,39	2.663	5229º
70º	SP	Oscar Bressane	193,65	503.887,57	2.602	5249º
71º	BA	Mata de São João	192,90	8.875.975,63	46.014	716º
72º	RS	Pejuçara	192,65	749.994,96	3.893	4753º
73º	SC	Porto Belo	192,18	4.003.840,66	20.834	1696º
74º	GO	Santa Isabel	190,91	726.041,66	3.803	4786º
75º	MG	Baldim	186,57	1.464.782,62	7.851	3484º
76º	SC	Itapoá	186,50	3.723.070,98	19.963	1765º
77º	RS	Lavras do Sul	183,79	1.381.346,94	7.516	3576º
78º	SP	Populina	183,10	766.464,92	4.186	4631º
79º	GO	Perolândia	182,65	569.134,89	3.116	5048º
80º	MG	São Francisco de Sales	179,95	1.115.717,14	6.200	3935º
81º	GO	Israelândia	178,02	501.121,07	2.815	5165º
82º	GO	Paraúna	176,71	1.942.918,95	10.995	2917º
83º	GO	Nova Crixás	176,52	2.257.898,54	12.791	2598º
84º	MT	Ipiranga do Norte	176,01	1.301.600,00	7.395	3613º
85º	RS	Porto Alegre	175,16	259.072.439,25	1.479.101	11º
86º	PR	Curitiba	172,22	330.174.848,32	1.917.185	7º
87º	GO	Panamá	171,56	450.690,01	2.627	5239º
88º	MS	Porto Murtinho	171,53	2.929.423,74	17.078	2067º
89º	SP	São Caetano do Sul	171,44	27.476.929,91	160.275	182º
90º	RS	Santo Antônio do Planalto	170,88	345.169,31	2.020	5439º
91º	TO	Talismã	170,34	472.356,35	2.773	5184º
92º	SC	Garopaba	170,25	3.842.240,37	22.568	1556º
93º	PR	Kaloré	169,95	705.971,87	4.154	4640º
94º	PR	Matinhos	169,12	5.785.124,54	34.207	989º
95º	MG	Água Comprida	168,38	337.601,83	2.005	5443º
96º	GO	Matrinchã	167,88	732.943,43	4.366	4573º
97º	TO	Araguacema	167,86	1.177.700,47	7.016	3708º
98º	GO	Serranópolis	166,94	1.409.774,73	8.445	3369º
99º	RS	Tramandaí	166,67	8.460.316,98	50.760	656º
100º	SC	Florianópolis	166,46	82.063.406,67	492.977	47º

	Total dos 100 maiores	213,91	1.254.283.710,02	5.863.665	..
	Total dos demais	50,11	10.004.813.528,69	199.653.511	..
	Total Brasil¹	54,78	11.259.097.238,71	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.²Os dados de ITBI contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

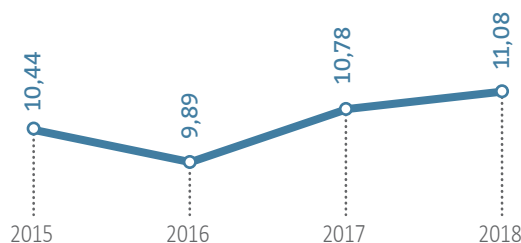
Grandes municípios ampliam a arrecadação de taxas, mas participação na receita ainda é pequena

Incluindo os valores de dívida ativa, multas e juros, o recolhimento das taxas municipais teve alta de 2,8%, em 2018. O aumento foi puxado pelos municípios com mais de 500 mil habitantes.

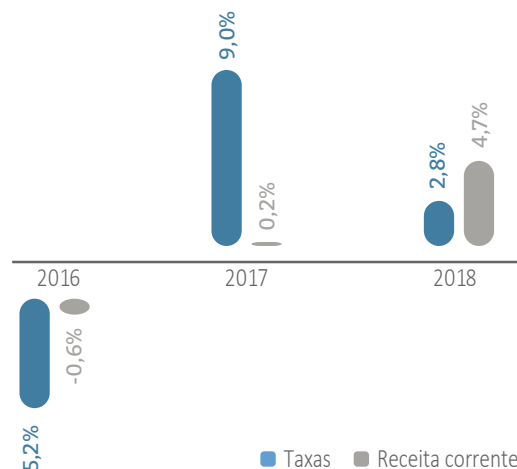
Desempenho

Os municípios brasileiros arrecadaram R\$ 11,08 bilhões em taxas em 2018, já incluídos os respectivos valores da receita da dívida ativa, juros e multas, de acordo com o novo plano de contas divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O crescimento em relação ao ano anterior foi de 2,8%, variação mais suave que a de 9,0% alcançada em 2017 em relação ao recolhimento de 2016.

Evolução da arrecadação de taxas em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Crescimento da receita de taxas e da receita corrente em relação ao ano anterior



A partir do exercício de 2018, entraram em vigor para os municípios as normas da Portaria Interministerial do Ministério da Fazenda/STN nº 5, de 25 de agosto de 2015, que estabeleceu uma nova forma de codificação das receitas, com

o objetivo de unificar a estrutura lógica da contabilidade entre todos os entes federados. Com isso, a receita proveniente da dívida ativa, juros e multas passou a ser registrada como subitem de cada tributo. Como os dados disponibilizados pela STN não estão abertos até o nível que possibilita identificar os valores da arrecadação do principal e das dívidas ativas, juros e multas de cada tributo, perdeu-se a possibilidade de enxergar tais cifras separadamente.

Para que o montante captado com as taxas em 2018 pudesse ser comparado com os de anos anteriores, **Multi Cidades** optou por somar, com elas, a receita de dívida ativa, juros e multas nos exercícios de 2015 a 2017, períodos para os quais havia informações disponíveis na STN. Portanto, a partir de 2015, a série dos dados de taxas e de todos os demais tributos municipais em **Multi Cidades** diferencia-se dos indicadores dos anos antecedentes. Veja Notas Metodológicas, na página 4.

A alta das taxas em 2018 foi fortemente influenciada pelo grupo de municípios com mais de 500 mil habitantes, uma vez que a receita desse conjunto subiu 6,8%. Para aqueles com população abaixo dessa faixa, a receita ficou praticamente estável, com variação de 0,2%. Ressalte-se que cerca de 40% do total das taxas fica concentrado nos 45 municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes. Esse grupo foi responsável por acrescentar R\$ 283,5 milhões nessa arrecadação, em 2018. É possível que, diante do fraco desempenho das receitas nos últimos quatro anos, as administrações locais estejam dedicando mais atenção ao recolhimento das taxas e de suas dívidas ativas como modo de tentar amenizar, ao menos em parte, as perdas já ocorridas em outras fontes de recursos. Cabe lembrar que, por não ser possível avaliar o comportamento da ar-

recadação principal isoladamente do somatório que entrou nos cofres das prefeituras via dívida ativa, pode ter ocorrido, em alguns casos, uma elevação na receita devido a campanhas para pagamentos de tributos atrasados, os conhecidos Refis municipais.

Observando-se a arrecadação por região, o conjunto de municípios do Centro-Oeste apresentou expansão de 6,9%, em 2018. Juntas, essas cidades responderam por 5,8% do total coletado no país. A performance de 2018 foi puxada principalmente por três capitais, com alta de 33,6% em Campo Grande, de 14,5% em Goiânia e de 13,3% em Cuiabá.

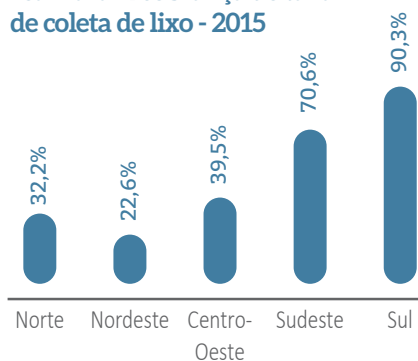
O grupo de municípios localizados na Região Norte anotou incremento de 5,5% em 2018, comparado ao ano anterior. No Nordeste, o acréscimo foi de 3%. Os municípios do Norte e Nordeste concentram, juntos, 18,5% da arrecadação de taxas no país. A baixa representação implica que ainda possa existir margem para expandir o recolhimento nessas regiões. A Pesquisa Perfil dos Municípios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que 46,4% das cidades brasileiras não fizeram a cobrança da taxa de coleta de lixo ou limpeza urbana em 2015, último ano no qual o IBGE publicou esses dados. Destrinchando as estatísticas por região, verifica-se que apenas 32,2% das prefeituras do Norte executaram a cobrança. O percentual é ainda menor no Nordeste (22,2%). Conclui-se que, ainda que a renda per capita dessas regiões seja mais tímida que a do restante do país, parece existir algum espaço para reivindicar tais recebimentos em parte desses municípios, pelo menos no que refere às taxas pela prestação de serviços.

Já os municípios do Sudeste assinalaram crescimento global abaixo da média, de 0,8%, em 2018. Essas cidades acumularam 50,8% da

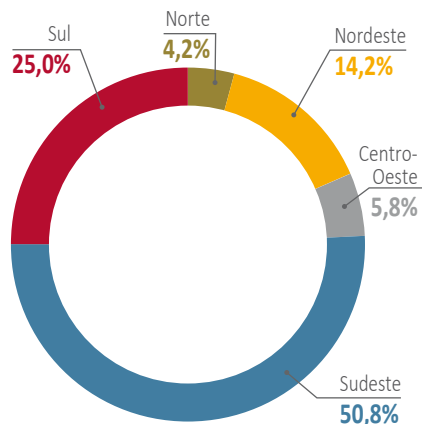
arrecadação de taxas, e 70,6% delas requereram pagamento do contribuinte pelo serviço de coleta de lixo, em 2015.

As cidades do Sul do país registraram bom desempenho em 2018, com incremento nas taxas na ordem de 5,4%. Os dados do IBGE mostram que esses municípios são mais estruturados para exigir tais recebimentos, já que 90,3% realizaram a cobrança de coleta de lixo em 2015.

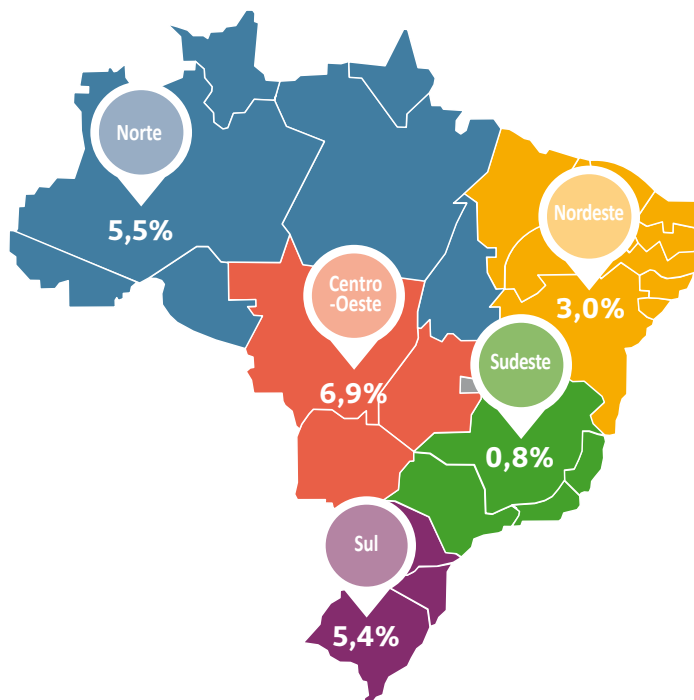
Percentual de municípios que realizaram cobrança de taxa de coleta de lixo - 2015



Participação na arrecadação de taxas por região - 2018



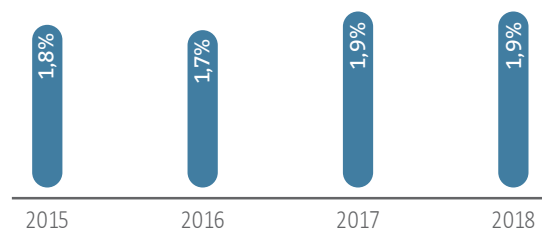
Crescimento da receita de taxas dos municípios por região - 2018/2017



Importância orçamentária

Entre 2008 e 2014, a participação das taxas manteve-se próximo a 1,4% da receita corrente. Em 2015, com a inclusão dos valores referentes a dívida ativa, juros e multas, a relação taxas/receita corrente saltou para 1,8%. Observando-se o intervalo de 2015 a 2018, é possível afirmar que a importância das taxas no orçamento das cidades alterou-se muito pouco, encerrando o período com 1,9%.

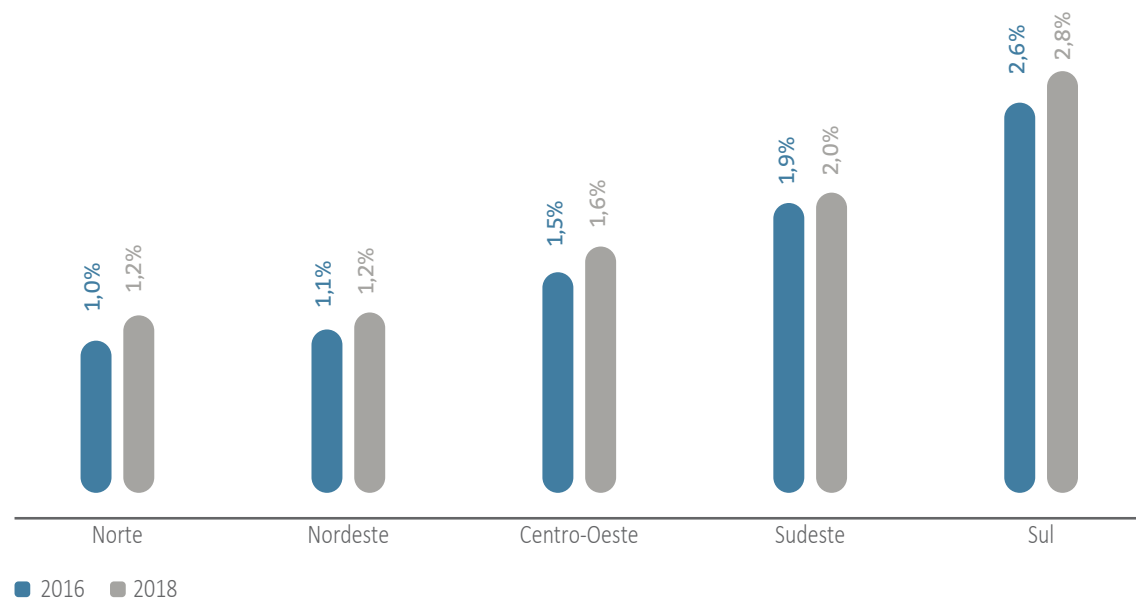
Participação das taxas na receita corrente



Na análise por regiões do país, as taxas possuem maior peso nos municípios do Sul e do Sudeste, com presença de 2,8% e 2% em 2018, em suas respectivas receitas correntes. No Centro-Oeste, o indicador foi de 1,6%; no Norte e no

Nordeste, ficou em 1,2%. Entre 2016 e 2018, em todas as regiões houve ligeira ascensão na importância orçamentária das taxas, subindo de 0,1 a 0,2 ponto percentual em relação à receita corrente.

Participação das taxas na receita corrente por região - 2016 e 2018



Rankings e taxas per capita

No ranking das maiores receitas de taxas, o Rio de Janeiro, alcançou a primeira posição, com R\$ 600,1 milhões recolhidos em 2018. Na sequência, aparecem São Paulo (R\$ 455,2 milhões), Belo Horizonte (R\$ 377,1 milhões), Salvador (R\$ 300,8 milhões) e Recife (R\$ 278,3 milhões).

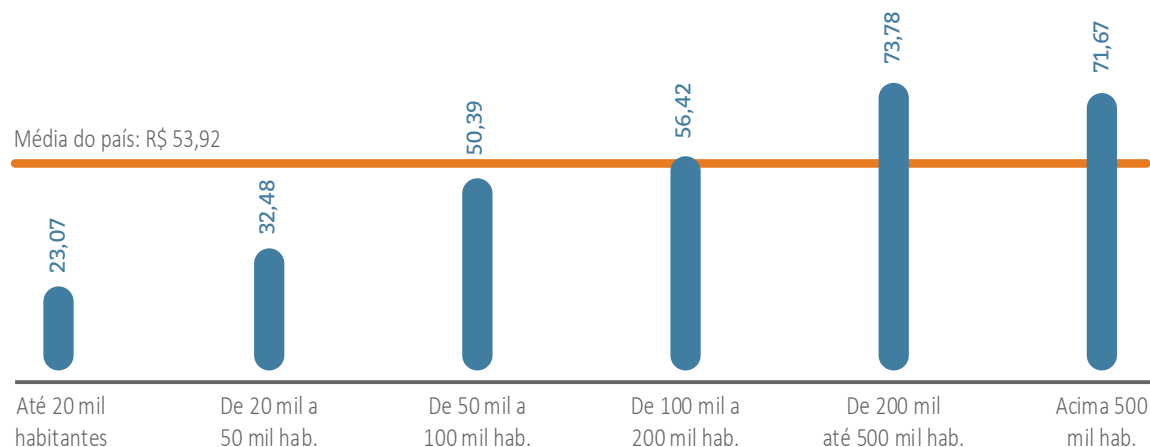
Na arrecadação per capita, as primeiras colocações são ocupadas majoritariamente por municípios das regiões Sul e Sudeste do país. A liderança em 2018 coube a Pontal do Paraná-PR, com R\$ 419,40, seguido por Sant'Ana do

Livramento-RS (R\$ 403,66) e Arroio do Sal-RS (R\$ 396,90). Jijoca de Jericoacoara-CE, em quarto, com R\$ 395,11, é a única cidade fora do eixo Sul-Sudeste nas 15 primeiras posições. Na média do Brasil, o recolhimento foi de R\$ 53,92 por habitante no ano.

A receita per capita das taxas é maior conforme o porte populacional do município. Naqueles com população de até 20 mil habitantes, o valor médio per capita foi de R\$ 23,07 em 2018, bem abaixo da média nacional. Nas grandes cidades, com mais de 500 mil habitantes, a cifra foi de R\$ 71,67.

Arrecadação de taxas per capita por faixa populacional - 2018

em R\$ - IPCA médio de 2018



Saiba mais

Taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Uma de suas principais características é o fato de a cobrança estar vinculada ao custeamento de alguma atividade estatal específica. Tal atributo acaba por diferenciá-las dos impostos, cuja exigência do pagamento é independente da prestação de serviços específicos.

A partir da Emenda Constitucional nº 18, de 1965, as taxas foram divididas em dois grupos. O primeiro é composto por taxas pela prestação de serviços, e o segundo compreende as taxas pelo poder de polícia. Em 2018, a receita do primeiro conjunto representou 61% do total e a do segundo, 39%.

A base de cálculo das taxas deve estar atrelada ao custo da atividade prestada ou posta à disposição do contribuinte. Dessa forma, deve haver uma razoável equivalência de valor global entre o custo do serviço e a receita prevista pela cobrança do tributo.

Os municípios possuem competência para definir os critérios de distribuição desses custos entre os contribuintes, considerando sempre os princípios de divisibilidade e especificidade da atividade pública, exigidas pelo artigo 145, inciso II, da Constituição Federal. Algumas vezes a aplicabilidade desses princípios é controversa, o que tem resultado em frequentes questionamentos legais.

MODERNIZAÇÃO LIMPEZA PÚBLICA

minimiza resíduos nas ruas

O **SAESA** (Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental) está investindo fortemente na modernização dos equipamentos e serviços de limpeza pública. Novas máquinas, capacitação dos funcionários e implementação de novas dinâmicas, diariamente, são essenciais para diminuir os resíduos nas vias, praças e calçadas. Foram desenvolvidas uma série de ações para realizar as melhorias na cidade, dentre elas: Varrição Mecanizada, Coleta Seletiva, Cata-Treco, Containers Soterrados, Iglus de Coleta Seletiva, Motos Coletoras, Varrição Noturna e muitas outras.



UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. rec. tributária 2018	Part. rec. corr. 2018	Taxas per capita 2018
em R\$ mil - IPCA médio de 2018								em %		em R\$	
	18.182.253	Norte	358.769,7	407.562,5	376.905,2	442.768,5	467.277,0	5,5	8,5	1,2	25,70
AC	401.155	Rio Branco	3.863,7	4.284,1	4.200,2	4.091,5	4.064,8	-0,7	2,7	0,5	10,13
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	1.622,0	1.559,5	3.082,6	...	1.502,1	..	11,5	1,0	17,13
AP	493.634	Macapá	15.434,4	14.183,1	14.064,8	13.167,8	614,8	-95,3	0,6	0,1	1,25
AP	119.610	Santana	...	...	...	1.843,7	...	..	..	..	...
AM	2.145.444	Manaus	42.770,5	58.002,9	51.723,2	63.294,1	67.296,9	6,3	5,6	1,5	31,37
AM	113.168	Parintins	3.174,6	2.984,3	...	2.523,6	2.652,6	5,1	25,4	1,3	23,44
PA	1.485.732	Belém	76.580,4	79.795,3	84.624,3	96.121,9	92.859,3	-3,4	11,8	3,5	62,50
PA	525.566	Ananindeua	13.271,4	6.159,7	4.571,4	5.758,6	8.976,5	55,9	10,3	1,4	17,08
PA	302.667	Santarém	4.277,3	9.413,4	4.757,6	6.249,4	6.048,3	-3,2	8,9	1,0	19,98
PA	275.086	Marabá	10.308,5	10.025,1	8.946,0	8.967,5	10.887,3	21,4	8,2	1,3	39,58
RO	519.531	Porto Velho	29.755,1	31.634,7	30.935,3	34.617,6	39.750,2	14,8	13,9	3,0	76,51
RO	127.907	Ji-Paraná	6.761,3	8.411,6	8.043,6	8.152,3	8.941,4	9,7	17,6	3,7	69,91
RR	375.374	Boa Vista	15.177,5	14.295,4	1.292,0	14.239,1	13.857,9	-2,7	9,4	1,3	36,92
RR	29.533	Rorainópolis	284,2	286,3	...	293,8	364,0	23,9	8,0	0,6	12,32
TO	291.855	Palmas	19.404,7	25.746,0	18.798,3	21.705,8	12.733,2	-41,3	5,7	1,2	43,63
TO	177.517	Araguaina	5.001,4	11.105,6	6.092,2	6.865,8	18.833,3	174,3	23,5	4,5	106,09
	56.757.759	Nordeste	1.251.156,6	1.548.658,4	1.372.449,2	1.530.813,0	1.577.472,2	3,0	8,5	1,2	27,79
AL	1.012.382	Maceió	61.337,7	65.722,8	63.949,6	56.620,6	62.388,8	10,2	11,3	3,2	61,63
AL	230.417	Arapiraca	2.952,1	6.639,8	5.392,2	4.684,1	5.385,7	15,0	8,8	1,0	23,37
BA	2.857.329	Salvador	282.450,5	285.896,6	283.152,5	292.836,6	300.786,9	2,7	12,3	5,2	105,27
BA	609.913	Feira de Santana	17.118,9	16.390,8	16.434,9	15.581,9	18.149,2	16,5	6,5	1,4	29,76
BA	338.885	Vitória da Conquista	5.831,3	6.911,5	6.905,2	7.700,5	7.734,4	0,4	5,7	1,2	22,82
BA	293.723	Camaçari	22.220,1	25.790,7	23.875,0	27.192,7	32.981,9	21,3	9,8	3,0	112,29
CE	2.643.247	Fortaleza	23.192,8	18.095,8	16.061,3	15.729,5	32.535,9	106,8	1,8	0,5	12,31
CE	363.982	Caucaia	3.008,5	2.547,0	3.149,4	2.379,3	...	..	..	..	...
CE	271.926	Juazeiro do Norte	3.087,6	3.858,0	5.117,2	5.450,3	4.647,6	-14,7	6,4	0,9	17,09
MA	1.094.667	São Luís	18.165,0	19.499,3	20.942,6	17.553,9	20.846,8	18,8	2,8	0,8	19,04
MA	258.016	Imperatriz	...	6.837,7	5.349,5	3.615,7	4.761,4	31,7	5,5	0,7	18,45
PB	800.323	João Pessoa	41.375,3	55.924,0	39.862,7	44.456,3	43.078,6	-3,1	8,5	2,2	53,83
PB	407.472	Campina Grande	10.536,2	11.428,8	10.867,6	9.499,9	7.825,1	-17,6	6,5	1,0	19,20
PE	1.637.834	Recife	185.593,4	221.383,3	203.370,3	270.653,3	278.269,9	2,8	14,9	6,3	169,90
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	21.975,9	41.293,0	37.915,3	39.145,3	33.350,3	-14,8	12,1	2,8	47,80
PE	391.835	Olinda	22.925,0	32.135,8	30.037,1	32.848,6	25.415,0	-22,6	17,6	4,3	64,86
PE	356.872	Caruaru	21.555,4	22.806,7	23.398,3	22.225,3	19.846,3	-10,7	13,0	3,0	55,61
PE	343.865	Petrolina	6.238,6	9.072,0	12.668,8	12.090,6	13.167,8	8,9	10,9	2,0	38,29
PE	329.117	Paulista	5.815,6	8.304,5	6.908,1	9.125,0	10.831,7	18,7	12,6	2,4	32,91
PI	861.442	Teresina	7.659,7	8.741,3	8.175,0	12.856,0	18.323,0	42,5	3,6	0,7	21,27
PI	152.653	Parnaíba	1.374,7	1.223,9	1.282,0	2.149,9	...	..	..	..	...
RN	877.640	Natal	76.942,3	117.347,7	92.646,1	94.320,8	104.313,0	10,6	14,8	5,1	118,86
RN	294.076	Mossoró	6.594,2	14.907,4	14.842,5	17.119,9	8.855,8	-48,3	7,4	1,5	30,11
SE	648.939	Aracaju	16.112,2	56.385,6	16.523,5	29.544,1	27.080,0	-8,3	4,6	1,6	41,73
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	2.274,1	3.092,2	1.914,9	3.163,6	...	..	..	..	...
	13.111.182	Centro-Oeste¹	482.880,0	572.050,2	549.603,7	597.353,0	638.830,9	6,9	7,6	1,6	48,72
GO	1.495.705	Goiânia	57.348,9	70.112,1	64.531,0	59.671,9	68.327,2	14,5	4,1	1,6	45,68
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	26.964,3	38.277,8	47.681,4	54.209,5	53.580,9	-1,2	16,4	5,2	94,67
GO	381.970	Anápolis	25.279,2	31.854,7	30.324,3	42.828,3	38.680,1	-9,7	14,0	3,8	101,26
MT	607.153	Cuiabá	41.662,5	47.545,4	41.608,4	36.164,3	40.983,1	13,3	6,1	2,0	67,50
MT	282.009	Várzea Grande	12.952,2	12.325,4	12.804,6	17.785,7	17.683,8	-0,6	15,1	3,3	62,71
MS	885.711	Campo Grande	43.101,1	40.971,6	40.331,3	42.707,5	57.057,6	33,6	5,3	1,8	64,42
MS	220.965	Dourados	7.907,6	20.284,5	16.591,5	9.085,5	8.544,9	-6,0	4,6	1,1	38,67
	87.711.946	Sudeste	4.431.811,3	5.498.627,0	5.191.582,7	5.586.981,5	5.631.720,9	0,8	6,0	2,0	64,21
ES	358.267	Vitória	37.340,7	46.914,8	47.516,1	51.269,5	54.357,3	6,0	8,2	3,5	151,72
ES	507.598	Serra	20.824,9	28.720,9	29.271,7	28.998,6	25.875,3	-10,8	8,5	2,2	50,98
ES	486.208	Vila Velha	57.185,1	53.283,2	57.070,0	62.139,9	61.637,9	-0,8	18,3	6,7	126,77
ES	378.603	Cariacica	10.790,0	...	11.427,0	12.248,6	12.973,2	5,9	10,9	2,2	34,27
MG	2.501.576	Belo Horizonte	279.448,4	345.554,8	349.621,1	382.126,2	377.128,2	-1,3	9,7	4,0	150,76
MG	683.247	Uberlândia	34.222,8	42.905,0	43.236,1	45.187,1	35.408,7	-21,6	7,4	1,8	51,82
MG	659.070	Contagem	28.974,8	40.534,5	33.605,5	39.419,4	38.684,3	-1,9	7,4	2,5	58,70

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. rec. tributária 2018	Part. rec. corr. 2018	Taxas per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$	
MG	564.310	Juiz de Fora	53.525,7	58.493,0	58.263,6	62.514,5	62.377,5	-0,2	12,3	4,3	110,54
MG	432.575	Betim	8.313,8	9.940,2	9.614,6	10.101,7	11.097,6	9,9	4,6	0,7	25,65
MG	404.804	Montes Claros	13.831,6	15.938,2	20.224,1	22.428,7	21.744,0	-3,1	13,7	2,9	53,71
MG	331.045	Ribeirão das Neves	9.005,1	16.043,2	9.374,9	...	12.113,6	..	18,2	3,2	36,59
MG	330.361	Uberaba	27.967,0	38.366,0	36.744,0	39.443,5	31.588,1	-19,9	16,4	3,1	95,62
MG	278.685	Governador Valadares	16.055,4	29.095,1	19.650,6	26.558,3	22.640,8	-14,8	14,1	3,1	81,24
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	492.164,5	550.895,5	546.267,0	559.226,2	600.137,0	7,3	5,2	2,7	89,72
RJ	1.077.687	São Gonçalo	48.104,1	49.013,3	42.972,8	48.907,5	61.510,1	25,8	24,9	5,5	57,08
RJ	914.383	Duque de Caxias	...	...	36.084,4	30.506,6	...	..	..	..	...
RJ	818.875	Nova Iguaçu	22.974,9	48.745,1	43.118,8	39.593,7	35.300,9	-10,8	12,6	2,6	43,11
RJ	511.786	Niterói	50.120,6	50.448,6	49.825,6	53.024,1	...	..	..	..	...
RJ	508.614	Belford Roxo	10.475,6	14.674,9	14.440,2	12.668,6	12.160,7	-4,0	16,4	1,9	23,91
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	16.239,8	20.529,7	28.450,3	22.906,9	34.745,1	51,7	11,7	1,8	69,02
RJ	471.888	São João de Meriti	18.554,5	...	...	16.807,2	...	..	..	..	...
RJ	305.687	Petrópolis	21.732,8	27.587,5	24.810,5	24.238,5	24.508,8	1,1	9,4	2,4	80,18
RJ	271.998	Volta Redonda	3.728,0	6.319,7	10.354,7	13.866,2	...	..	..	..	...
SP	12.176.866	São Paulo	382.196,7	519.027,7	393.025,3	429.058,1	455.185,2	6,1	1,5	0,9	37,38
SP	1.365.899	Guarulhos	27.921,5	52.861,0	37.327,2	39.367,2	42.702,7	8,5	3,0	1,0	31,26
SP	1.194.094	Campinas	131.878,6	154.868,8	156.189,2	146.574,4	172.533,2	17,7	7,6	3,8	144,49
SP	833.240	São Bernardo do Campo	128.644,1	142.999,0	143.429,7	151.524,6	148.838,2	-1,8	11,8	4,3	178,63
SP	716.109	Santo André	89.685,2	82.437,6	102.946,2	103.651,2	106.203,3	2,5	10,7	4,5	148,31
SP	713.943	São José dos Campos	18.556,6	28.331,8	26.603,5	28.902,0	24.826,8	-14,1	3,3	1,0	34,77
SP	696.850	Osasco	35.562,3	48.106,5	49.578,2	55.754,1	61.400,6	10,1	5,5	2,8	88,11
SP	694.534	Ribeirão Preto	14.525,7	16.992,7	12.625,8	14.784,3	15.865,0	7,3	1,8	0,6	22,84
SP	671.186	Sorocaba	76.420,8	92.227,1	95.486,5	104.646,8	103.873,7	-0,7	12,7	3,9	154,76
SP	468.148	Mauá	7.885,8	24.770,5	11.752,5	9.611,1	18.202,5	89,4	7,8	1,9	38,88
SP	456.245	São José do Rio Preto	12.393,6	14.249,6	14.616,7	12.800,4	14.251,9	11,3	2,7	0,9	31,24
SP	440.769	Mogi das Cruzes	7.862,2	7.925,6	7.889,5	8.996,4	9.859,5	9,6	2,4	0,7	22,37
SP	432.957	Santos	90.325,7	108.537,0	96.499,7	102.372,9	102.938,2	0,6	7,4	4,5	237,76
SP	420.934	Diadema	18.502,2	22.743,5	...	25.122,0	21.007,7	-16,4	5,7	2,0	49,91
SP	414.810	Jundiaí	48.792,3	62.696,6	68.820,8	68.292,2	79.778,8	16,8	11,3	4,0	192,33
SP	400.949	Piracicaba	27.802,2	33.503,3	34.650,3	35.481,5	38.881,2	9,6	9,1	2,6	96,97
SP	398.611	Carapicuíba	...	...	3.506,7	2.785,2	5.123,0	83,9	3,7	1,1	12,85
SP	374.272	Bauru	15.581,5	17.615,3	16.858,9	17.189,1	14.880,9	-13,4	4,4	1,4	39,76
29.754.036 Sul			1.942.935,1	2.409.162,9	2.400.113,6	2.625.796,1	2.766.589,2	5,4	12,0	2,8	92,98
PR	1.917.185	Curitiba	127.305,3	151.541,6	154.970,9	163.289,2	216.738,1	32,7	7,5	2,8	113,05
PR	563.943	Londrina	30.566,7	41.175,3	42.325,2	43.279,0	48.669,0	12,5	7,5	3,0	86,30
PR	417.010	Maringá	37.182,7	40.917,8	41.981,4	45.377,5	45.561,8	0,4	9,2	3,3	109,26
PR	348.043	Ponta Grossa	41.618,2	60.091,1	67.236,6	73.430,4	61.592,8	-16,1	24,0	8,8	176,97
PR	324.476	Cascavel	33.924,7	39.878,6	40.497,6	51.144,0	51.421,0	0,5	18,0	5,9	158,47
PR	317.476	São José dos Pinhais	19.490,6	21.313,3	29.230,5	35.017,5	36.673,5	4,7	12,5	3,9	115,52
PR	258.823	Foz do Iguaçu	25.597,8	28.230,6	33.262,2	39.637,4	30.966,1	-21,9	10,6	3,0	119,64
RS	1.479.101	Porto Alegre	153.992,7	178.247,6	186.660,5	209.955,0	231.006,8	10,0	9,5	3,9	156,18
RS	504.069	Caxias do Sul	48.858,6	55.473,7	63.586,7	50.289,0	61.980,6	23,2	13,0	3,6	122,96
RS	344.957	Canoas	18.287,5	23.336,8	21.333,1	22.392,9	21.970,8	-1,9	7,8	1,6	63,69
RS	341.648	Pelotas	1.209,2	1.717,4	1.793,3	16.877,0	30.452,3	80,4	13,7	3,4	89,13
RS	280.505	Santa Maria	16.514,5	19.314,0	21.254,4	22.617,9	21.954,0	-2,9	11,2	3,5	78,27
RS	279.398	Gravataí	21.976,9	21.956,8	22.653,9	25.494,9	34.645,8	35,9	21,3	4,6	124,00
RS	254.101	Viamão	4.923,8	8.077,5	10.062,1	9.627,5	10.161,3	5,5	16,6	2,3	39,99
SC	492.977	Florianópolis	76.012,8	82.132,5	83.718,4	99.662,3	120.008,5	20,4	12,6	7,0	243,44
SC	583.144	Joinville	12.058,3	15.021,8	14.708,9	13.618,1	13.051,6	-4,2	2,3	0,6	22,38
SC	352.460	Blumenau	44.955,5	46.696,2	48.992,8	53.134,6	53.421,1	0,5	13,2	3,9	151,57
81.785.966 Cidades selecionadas			4.499.824,2	5.431.615,9	5.168.850,3	5.548.269,7	5.848.017,7	5,4	6,0	2,4	71,50
32.107.017 Até 20 mil habitantes			539.244,3	667.849,9	616.956,2	713.008,7	740.868,9	3,9	10,0	0,7	23,07
46.749.996 Capitais			2.606.388,7	3.109.881,3	2.858.571,7	3.114.939,0	3.339.728,8	7,2	4,9	2,2	71,44
205.517.176 Brasil¹			8.467.552,7	10.436.060,9	9.890.654,4	10.783.712,1	11.081.890,3	2,8	7,4	1,9	53,92

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília. ² a partir de 2015, os dados de taxas contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

Posição	UF	Município	Taxas	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1º	RJ	Rio de Janeiro	600.136.999,38	6.688.927	2º
2º	SP	São Paulo	455.185.220,98	12.176.866	1º
3º	MG	Belo Horizonte	377.128.207,10	2.501.576	5º
4º	BA	Salvador	300.786.883,68	2.857.329	3º
5º	PE	Recife	278.269.905,23	1.637.834	8º
6º	RS	Porto Alegre	231.006.841,06	1.479.101	11º
7º	PR	Curitiba	216.738.072,27	1.917.185	7º
8º	SP	Campinas	172.533.214,73	1.194.094	13º
9º	SP	São Bernardo do Campo	148.838.183,30	833.240	21º
10º	SC	Florianópolis	120.008.463,36	492.977	47º
11º	SP	Praia Grande	106.870.689,39	319.146	84º
12º	SP	Santo André	106.203.323,26	716.109	24º
13º	RN	Natal	104.312.975,90	877.640	19º
14º	SP	Sorocaba	103.873.674,06	671.186	30º
15º	SP	Santos	102.938.174,79	432.957	53º
16º	PA	Belém	92.859.301,48	1.485.732	10º
17º	SP	Jundiaí	79.778.817,92	414.810	57º
18º	SP	São Vicente	75.675.434,44	363.173	70º
19º	GO	Goiânia	68.327.150,67	1.495.705	9º
20º	AM	Manaus	67.296.900,11	2.145.444	6º
21º	AL	Maceió	62.388.781,37	1.012.382	16º
22º	MG	Juiz de Fora	62.377.467,43	564.310	37º
23º	RS	Caxias do Sul	61.980.573,48	504.069	44º
24º	ES	Vila Velha	61.637.850,08	486.208	48º
25º	PR	Ponta Grossa	61.592.811,74	348.043	75º
26º	RJ	São Gonçalo	61.510.126,24	1.077.687	15º
27º	SP	Osasco	61.400.612,05	696.850	27º
28º	SP	São Caetano do Sul	60.220.804,03	160.275	182º
29º	SP	Guarujá	57.206.186,69	318.107	85º
30º	MS	Campo Grande	57.057.581,73	885.711	18º
31º	SP	Presidente Prudente	56.517.803,19	227.072	132º
32º	ES	Vitória	54.357.307,41	358.267	71º
33º	GO	Aparecida de Goiânia	53.580.879,66	565.957	36º
34º	SC	Blumenau	53.421.091,00	352.460	73º
35º	PR	Cascavel	51.420.961,22	324.476	83º
36º	PR	Londrina	48.668.955,84	563.943	38º
37º	PR	Maringá	45.561.794,50	417.010	56º
38º	PB	João Pessoa	43.078.576,47	800.323	23º
39º	SP	Guarulhos	42.702.661,89	1.365.899	12º
40º	MT	Cuiabá	40.983.135,79	607.153	34º
41º	SC	São José	40.549.058,59	242.927	117º
42º	RO	Porto Velho	39.750.163,41	519.531	40º
43º	SP	Piracicaba	38.881.167,21	400.949	61º
44º	MG	Contagem	38.684.338,48	659.070	31º
45º	GO	Anápolis	38.680.067,07	381.970	64º
46º	SC	Chapécó	37.244.054,59	216.654	137º
47º	PR	São José dos Pinhais	36.673.482,80	317.476	86º
48º	SP	Araraquara	36.066.882,28	233.744	126º
49º	SC	Palhoça	35.470.649,47	168.259	172º
50º	MG	Uberlândia	35.408.679,09	683.247	29º
51º	RJ	Nova Iguaçu	35.300.897,83	818.875	22º
52º	SP	Itanhaém	34.889.432,84	100.496	315º

Posição	UF	Município	Taxas	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
53º	RJ	Campos dos Goytacazes	34.745.137,14	503.424	45º
54º	RS	Gravataí	34.645.776,92	279.398	98º
55º	PE	Jaboatão dos Guararapes	33.350.261,22	697.636	26º
56º	BA	Camaçari	32.981.891,30	293.723	93º
57º	CE	Fortaleza	32.535.912,13	2.643.247	4º
58º	MG	Uberaba	31.588.147,01	330.361	81º
59º	SP	Taboão da Serra	31.570.549,34	285.570	95º
60º	RS	Sant' Ana do Livramento	31.389.686,69	77.763	418º
61º	PR	Foz do Iguaçu	30.966.127,20	258.823	107º
62º	SP	Indaiatuba	30.944.672,01	246.908	113º
63º	RS	Pelotas	30.452.342,88	341.648	78º
64º	SP	São Sebastião	28.864.405,58	87.596	367º
65º	SC	Criciúma	28.841.637,73	213.023	140º
66º	SP	Americana	28.681.371,01	237.112	122º
67º	RS	Bento Gonçalves	28.310.050,04	119.049	265º
68º	PA	Parauapebas	27.304.435,04	202.882	150º
69º	SE	Aracaju	27.079.958,75	648.939	32º
70º	ES	Serra	25.875.348,65	507.598	43º
71º	SP	Ubatuba	25.588.937,91	89.747	352º
72º	PE	Olinda	25.414.955,64	391.835	63º
73º	SP	São José dos Campos	24.826.835,23	713.943	25º
74º	RJ	Petrópolis	24.508.772,63	305.687	88º
75º	SP	Araçatuba	24.327.536,48	195.874	154º
76º	SP	Valinhos	24.313.634,87	127.123	234º
77º	PR	Arapongas	23.377.932,45	121.198	253º
78º	MG	Divinópolis	23.141.194,87	235.977	123º
79º	SP	Limeira	22.658.975,19	303.682	89º
80º	MG	Governador Valadares	22.640.791,89	278.685	99º
81º	RS	Nova Hamburgo	22.189.577,69	246.452	114º
82º	RS	Canoas	21.970.849,19	344.957	76º
83º	RS	Santa Maria	21.954.013,35	280.505	97º
84º	MG	Montes Claros	21.743.961,36	404.804	59º
85º	SP	Diadema	21.007.686,47	420.934	55º
86º	MA	São Luis	20.846.775,45	1.094.667	14º
87º	PR	Paranaguá	20.815.999,24	153.666	190º
88º	SP	Santana de Parnaíba	20.425.086,20	136.517	211º
89º	PE	Caruaru	19.846.317,57	356.872	72º
90º	SP	Peruibe	19.668.731,10	67.548	485º
91º	RJ	Nova Friburgo	19.590.167,68	190.084	158º
92º	RS	São Leopoldo	19.571.549,79	234.947	124º
93º	PR	Colombo	19.303.292,12	240.840	118º
94º	SP	Jaú	18.850.331,02	148.581	198º
95º	TO	Araguaína	18.833.309,49	177.517	164º
96º	PI	Teresina	18.323.006,92	861.442	20º
97º	SP	Mauá	18.202.504,61	468.148	50º
98º	BA	Feira de Santana	18.149.159,15	609.913	33º
99º	SP	Barueri	18.143.888,47	271.306	104º
100º	SC	Balneário Camboriú	18.020.498,25	138.732	208º
		Total dos 100 maiores	6.542.417.251,50	74.667.314	..
		Total dos demais	4.539.473.016,38	130.849.862	..
		Total Brasil¹	11.081.890.267,88	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília. ² os dados de taxas contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

Taxas² per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Taxas per capita	Taxas	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
1º	PR	Pontal do Paraná	419,40	11.171.218,36	26.636	1307º
2º	RS	Sant' Ana do Livramento	403,66	31.389.686,69	77.763	418º
3º	RS	Arroio do Sal	396,90	3.906.270,27	9.842	3135º
4º	CE	Jijoca de Jericoacoara	395,11	7.738.949,66	19.587	1802º
5º	SP	São Caetano do Sul	375,73	60.220.804,03	160.275	182º
6º	SP	Ilhabela	370,59	12.723.518,30	34.333	987º
7º	RS	Gramado	364,72	13.084.257,11	35.875	940º
8º	SP	Itanhaém	347,17	34.889.432,84	100.496	315º
9º	SP	Praia Grande	334,86	106.870.689,39	319.146	84º
10º	PR	Guaratuba	330,33	12.088.250,47	36.595	919º
11º	SP	São Sebastião	329,52	28.864.405,58	87.596	367º
12º	RS	Monte Belo do Sul	318,42	816.433,97	2.564	5260º
13º	SP	Peruíbe	291,18	19.668.731,10	67.548	485º
14º	SP	Mongaguá	287,36	16.014.691,03	55.731	595º
15º	SP	Ubatuba	285,12	25.588.937,91	89.747	352º
16º	GO	Rio Quente	276,50	1.208.563,63	4.371	4572º
17º	SC	Laguna	268,22	12.204.129,22	45.500	727º
18º	SP	Ouroeste	266,37	2.710.825,80	10.177	3084º
19º	SP	Boituva	254,99	15.246.820,72	59.793	548º
20º	SC	Garopaba	254,60	5.745.897,79	22.568	1556º
21º	SP	Presidente Prudente	248,90	56.517.803,19	227.072	132º
22º	SC	Porto Belo	247,18	5.149.694,88	20.834	1696º
23º	SC	Florianópolis	243,44	120.008.463,36	492.977	47º
24º	BA	Cairu	239,49	4.290.062,89	17.913	1980º
25º	RS	Bento Gonçalves	237,80	28.310.050,04	119.049	265º
26º	SP	Santos	237,76	102.938.174,79	432.957	53º
27º	SC	Guabiruba	237,01	5.515.740,85	23.272	1508º
28º	RS	Xangri-lá	236,81	3.794.805,04	16.025	2168º
29º	RS	Imbé	231,78	5.170.780,35	22.309	1571º
30º	RS	Torres	231,64	8.891.769,18	38.386	883º
31º	MG	Jeceaba	228,90	1.138.307,45	4.973	4323º
32º	SP	Aparecida	228,59	8.258.750,77	36.129	934º
33º	RS	Balneário Pinhal	227,18	3.125.942,88	13.760	2462º
34º	RS	Canela	217,56	9.678.875,23	44.489	743º
35º	GO	Chapadão do Céu	216,86	2.134.354,89	9.842	3135º
36º	SP	Águas de Lindóia	214,86	3.996.195,58	18.599	1903º
37º	SC	Palhoça	210,81	35.470.649,47	168.259	172º
38º	SP	São Vicente	208,37	75.675.434,44	363.173	70º
39º	SC	Lauro Muller	206,99	3.140.935,52	15.174	2283º
40º	SP	Dumont	203,62	1.976.699,41	9.708	3149º
41º	PR	Arapongas	192,89	23.377.932,45	121.198	253º
42º	SP	Jundiaí	192,33	79.778.817,92	414.810	57º
43º	SP	Valinhos	191,26	24.313.634,87	127.123	234º
44º	RS	Mato Castelhano	188,76	479.070,61	2.538	5279º
45º	SP	Itupeva	188,43	11.239.424,88	59.649	550º
46º	MS	Bonito	185,66	4.035.891,83	21.738	1605º
47º	SC	Massaranduba	182,97	3.056.385,32	16.704	2097º
48º	SP	Guarujá	179,83	57.206.186,69	318.107	85º
49º	SP	São Bernardo do Campo	178,63	148.838.183,30	833.240	21º
50º	RS	Nova Petrópolis	178,01	3.765.902,64	21.156	1660º
51º	PR	Ponta Grossa	176,97	61.592.811,74	348.043	75º
52º	SP	Américo de Campos	175,60	1.045.865,95	5.956	4012º

Posição	UF	Município	Taxas per capita	Taxas	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
53°	SC	Siderópolis	174,81	2.433.388,80	13.920	2442°
54°	SC	Araquari	172,13	6.318.895,06	36.710	915°
55°	GO	Matrinchã	172,00	750.931,03	4.366	4573°
56°	SC	Chapecó	171,91	37.244.054,59	216.654	137°
57°	SC	Joaçaba	171,72	5.122.037,68	29.827	1164°
58°	SC	Camboriú	171,22	13.840.150,46	80.834	397°
59°	SP	Cedral	170,67	1.557.397,84	9.125	3229°
60°	SP	Bertioga	169,94	10.491.252,66	61.736	529°
61°	PE	Recife	169,90	278.269.905,23	1.637.834	8°
62°	SP	Adolfo	168,81	602.837,97	3.571	4873°
63°	SC	Santo Amaro da Imperatriz	167,78	3.842.909,23	22.905	1537°
64°	SC	São José	166,92	40.549.058,59	242.927	117°
65°	SC	Rio do Sul	166,47	11.669.622,55	70.100	463°
66°	RS	Capão da Canoa	165,96	8.630.352,32	52.004	636°
67°	MS	Maracaju	165,40	7.597.233,49	45.932	717°
68°	SP	Lins	163,67	12.686.191,75	77.510	420°
69°	SP	Olimpia	160,38	8.725.770,37	54.406	607°
70°	PR	Cascavel	158,47	51.420.961,22	324.476	83°
71°	SC	Nova Erechim	158,12	781.907,52	4.945	4332°
72°	SC	Balneário Piçarras	158,12	3.559.343,64	22.511	1562°
73°	RS	Porto Alegre	156,18	231.006.841,06	1.479.101	11°
74°	SP	Sorocaba	154,76	103.873.674,06	671.186	30°
75°	SP	Mairiporã	154,55	15.203.688,32	98.374	323°
76°	SP	Araraquara	154,30	36.066.882,28	233.744	126°
77°	SP	Jaguariúna	153,56	8.633.333,16	56.221	586°
78°	SP	Mirassol	151,75	9.003.742,51	59.333	556°
79°	ES	Vitória	151,72	54.357.307,41	358.267	71°
80°	RS	Lajeado	151,62	12.577.414,96	82.951	387°
81°	SC	Blumenau	151,57	53.421.091,00	352.460	73°
82°	SP	Vinhedo	151,02	11.675.210,15	77.308	422°
83°	MG	Belo Horizonte	150,76	377.128.207,10	2.501.576	5°
84°	SC	Tijucas	150,56	5.668.002,30	37.645	894°
85°	SP	Santana de Parnaíba	149,62	20.425.086,20	136.517	211°
86°	RS	Garibaldi	149,56	5.187.356,06	34.684	972°
87°	RS	Riozinho	148,78	688.691,27	4.629	4470°
88°	SP	Santo André	148,31	106.203.323,26	716.109	24°
89°	GO	Panamá	145,54	382.325,31	2.627	5239°
90°	SP	Campinas	144,49	172.533.214,73	1.194.094	13°
91°	PA	Jacareacanga	143,84	1.280.023,34	8.899	3274°
92°	RS	Sarandi	143,12	3.464.166,80	24.205	1460°
93°	RS	Bagé	142,70	17.258.656,07	120.943	255°
94°	PR	Umuarama	142,24	15.730.668,74	110.590	286°
95°	SP	Florínia	141,25	381.240,43	2.699	5214°
96°	SC	Pomerode	140,58	4.621.392,28	32.874	1048°
97°	MG	Nova Lima	139,96	13.097.392,79	93.577	339°
98°	SP	Igaratá	139,75	1.325.204,52	9.483	3178°
99°	SC	Timbó	139,52	6.066.762,01	43.484	767°
100°	SP	Cesário Lange	138,83	2.487.209,73	17.915	1979°
		Total dos 100 maiores	181,24	3.121.908.422,13	17.225.093	..
		Total dos demais	42,27	7.959.981.845,75	188.292.083	..
		Total Brasil¹	53,92	11.081.890.267,88	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília. ² os dados de taxas contabilizam suas multas, juros e receitas com a dívida ativa.

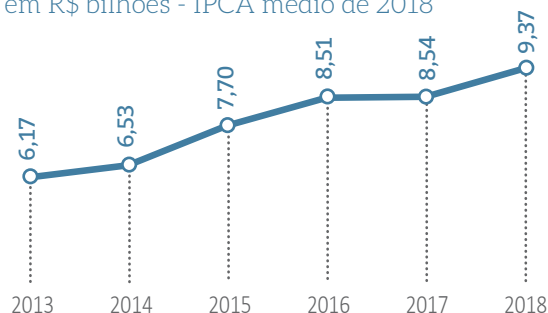
Receita da Cosip estimula projetos de PPPs para iluminação pública

Os recolhimentos da contribuição incentivam municípios a firmarem parcerias público-privadas para modernização das redes de iluminação e implantação de tecnologias voltadas às estratégias de cidades inteligentes.

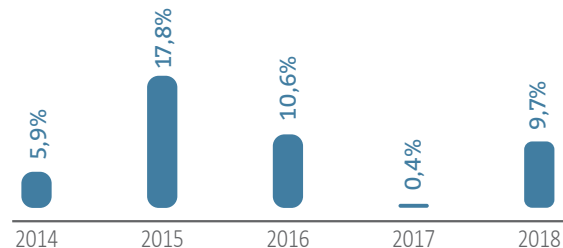
Desempenho

A arrecadação via Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip) retomou a sua trajetória de crescimento em 2018. A receita chegou a cerca de R\$ 9,37 bilhões, com base em dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), incluindo-se estimativas calculadas por **Multi Cidades** (veja “Notas sobre os dados” a seguir). A alta em relação ao ano anterior dos valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio do ano foi de 9,7%.

Arrecadação estimada da Cosip em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Taxa de crescimento da Cosip em relação ao ano anterior



Notas sobre os dados

Apesar de a Cosip ter sido instituída em 2002 pela Emenda Constitucional nº 39, os municípios só passaram a ter um campo específico para sua contabilização no Plano de Contas em 2011, com a Portaria da STN nº 1, de 2010, que criou a natureza de receita “1230.00.00 – Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública”. Entretanto, o espaço reservado para a Cosip só apareceu no formulário da Secretaria para a declaração das contas anuais em 2013, primeiro ano para o qual são disponibilizadas as informações sobre sua arrecadação por cidade no site da instituição.

Ainda assim, até hoje, algumas prefeituras fazem o lançamento da Cosip inadequadamente em outros itens do formulário, como em contribuições econômicas. Houve registros da Cosip também como contribuição de melhoria ou como taxa.

Para contornar as lacunas nos dados e publicá-los em **Multi Cidades**, foi necessário somar os valores enquadrados como contribuições econômicas¹ e traçar uma série de estimativas que consideram também a pesquisa de Informações Básicas Municipais do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), de 2015, que aponta as cidades que declararam cobrar a Cosip. Desse modo, as informações relativas ao recolhimento aqui apresentadas possuem algumas limitações, mas assinalam montantes próximos da realidade.

A adaptação completa por parte dos municípios para uma correta contabilização da Cosip deverá se dar ao longo do tempo, o que permitirá constituir uma base de dados e uma série histórica mais ampla e mais fidedigna, proporcionando, assim, melhores condições de análises a cada nova edição de **Multi Cidades**.

Entre os municípios que informaram os dados de arrecadação devidamente inseridos no item Cosip para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, as 25 maiores captações desse último ano somaram R\$ 2,86 bilhões, o que significou 30,5% do total. Todas as 25 cidades na liderança desse ranking possuem mais de 500 mil habitantes. Considerando as que têm mais de 200 mil moradores e incluindo dados estimados, chega-se à mais da metade (54,4%) do resultado da Cosip efetuado pelos municípios brasileiros.

Assim como nos dois anos anteriores, as três maiores receitas foram obtidas por São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza (veja tabela a seguir). Juntas, as três capitais coletaram 11,1% dos recursos globais da Cosip em 2018.

A capital baiana, Salvador, teve o maior aumento em termos de volume absoluto. Foram R\$ 51,3 milhões a mais em relação à receita de 2017. Em porcentagem, a alta, de 48,7%, é a segunda maior no grupo dos 25 municípios líderes. Assim, Salvador subiu do 8º para o 4º lugar nesse ranking, ultrapassando Manaus. Já o maior crescimento percentual foi o de Campo Grande, 56%. Como explicado na edição anterior de **Multi Cidades**, a Câmara Municipal de Campo Grande havia suspenso a cobrança da contribuição em 2017, o que provocou a queda de 30,6% no resultado daquele ano. Em meio a batalhas jurídicas, a capital conseguiu alçar sua arrecadação para R\$ 97,3 milhões, em 2018, passando da 15ª para a 10ª posição nessa classificação.

Na análise das regiões do país, observa-se que o recolhimento avançou em todas elas em 2018, ao contrário do que ocorreu em 2017, quando o Centro-Oeste e o Sudeste recuaram por influência, respectivamente, de Campo Grande e São Paulo. Em 2018, o Nordeste conseguiu a maior taxa de alta real, com 15,5%, consequência do forte ganho em Salvador e de outros excelentes desempenhos em Fortaleza (12,3%), Recife (25,9%), Maceió (24,4%), Teresina (25,7%) e Natal (17,5%). O Sudeste, com 7,3%, foi a região onde a expansão foi menos intensa, mas, ainda assim, pode-se dizer que houve uma evolução considerável.

Arrecadação per capita

A receita per capita da Cosip para o conjunto dos municípios também subiu, passando de R\$ 41,74 para R\$ 45,61, um incremento real de 9,3%. Em todas as regiões ocorreram variações positivas, sendo mais intensa a do Nordeste, que elevou

¹ De 2013 a 2017, as contribuições econômicas foram rebatizadas como contribuição de intervenção no domínio econômico, porém, mantiveram o mesmo código. A partir de 2018, voltaram a ser nomeadas como contribuições econômicas.

a arrecadação para R\$ 39,88 por habitante, valor bem próximo do captado na Região Norte (R\$ 39,77). As demais regiões apresentaram o indicador acima da média nacional, sendo o mais expressivo o do Sul, com R\$ 56,53.

Já o valor per capita por faixa populacional acompanha a ascensão do número de habitantes das cidades. Inicia-se com R\$ 31,95 por morador nos municípios com até 50 mil pessoas e chega a R\$ 54,25 naqueles com mais de 200 mil.

As 25 maiores arrecadações de Cosip de 2018

Posição	População 2018	UF	Município	2016	2017	2018	Variação	Cosip per capita 2018 - em R\$
				em R\$ milhões - IPCA médio de 2018				
1º	12.176.866	SP	São Paulo	574,76	492,65	501,68	1,8%	41,20
2º	6.688.927	RJ	Rio de Janeiro	274,84	277,90	315,09	13,4%	47,11
3º	2.643.247	CE	Fortaleza	209,37	195,97	220,03	12,3%	83,24
4º	2.857.329	BA	Salvador	107,36	105,41	156,75	48,7%	54,86
5º	2.145.444	AM	Manaus	163,05	157,64	153,48	-2,6%	71,54
6º	2.501.576	MG	Belo Horizonte	137,91	138,78	145,10	4,5%	58,00
7º	1.485.732	PA	Belém	112,44	117,85	124,56	5,7%	83,84
8º	1.637.834	PE	Recife	85,28	92,30	116,25	25,9%	70,98
9º	1.917.185	PR	Curitiba	119,23	106,81	106,83	0,0%	55,72
10º	885.711	MS	Campo Grande	89,94	62,38	97,34	56,0%	109,90
11º	1.495.705	GO	Goiânia	77,65	76,36	93,45	22,4%	62,48
12º	1.012.382	AL	Maceió	75,61	71,36	88,78	24,4%	87,70
13º	1.094.667	MA	São Luís	73,75	70,59	71,15	0,8%	65,00
14º	861.442	PI	Teresina	42,38	51,41	64,64	25,7%	75,04
15º	818.875	RJ	Nova Iguaçu	75,43	68,19	62,42	-8,5%	76,23
16º	877.640	RN	Natal	50,71	51,66	60,69	17,5%	69,15
17º	1.479.101	RS	Porto Alegre	55,91	57,00	59,64	4,6%	40,32
18º	1.365.899	SP	Guarulhos	58,32	49,39	58,21	17,9%	42,62
19º	716.109	SP	Santo André	55,66	66,65	57,75	-13,4%	80,64
20º	1.194.094	SP	Campinas	47,35	50,70	54,33	7,2%	45,50
21º	507.598	ES	Serra	41,85	41,02	53,51	30,4%	105,41
22º	583.144	SC	Joinville	34,33	35,88	52,29	45,8%	89,67
23º	563.943	PR	Londrina	33,18	38,20	50,16	31,3%	88,94
24º	683.247	MG	Uberlândia	46,02	45,87	48,80	6,4%	71,42
25º	607.153	MT	Cuiabá	45,67	45,27	47,96	5,9%	79,00
	48.800.850		Total dos 25 maiores	2.687,98	2.567,24	2.860,90	11,4%	58,62

Nota: municípios que registraram dados na rubrica Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip) nas Declarações de Contas Anuais disponíveis no sistema Siconfi/STN em todos os três anos. Portanto, não inclui municípios para os quais foram realizadas estimativas.

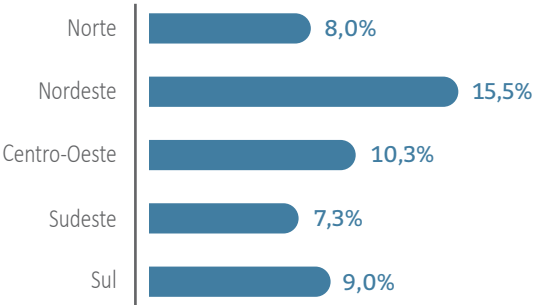
Arrecadação da Cosip nos municípios por faixa populacional - 2018

Municípios por faixa populacional	Cosip	Participação no total	Participação da população no total
	em R\$ milhões		
Até 50 mil habitantes	2.092,63	22,3%	31,9%
De 50 a 100 mil hab.	1.087,00	11,6%	11,7%
De 100 a 200 mil hab.	1.091,37	11,6%	10,6%
Acima de 200 mil hab.	5.102,39	54,4%	45,8%
Total dos municípios	9.373,39	100,0%	100%

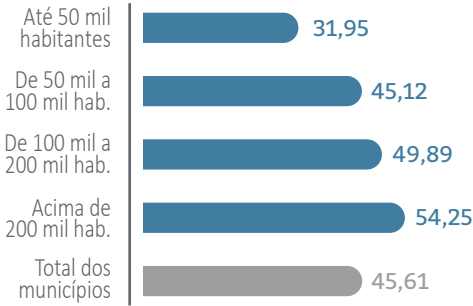
Cosip per capita por região - 2018
em R\$ - IPCA médio de 2018



Taxa de crescimento da Cosip por região - 2018/2017



Cosip per capita por faixa populacional - 2018
em R\$ - IPCA médio de 2018



Cosip, PPPs e cidades inteligentes

De acordo com informação divulgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2018, 94% dos municípios brasileiros haviam assumido a gestão dos ativos da iluminação pública, conforme preconiza a Resolução nº 414, de 4 de setembro de 2010. Apenas 323 estavam pendentes. Ao mesmo tempo, segundo pesquisa do IBGE de 2015, 73% das prefeituras declaram cobrar pela manutenção da iluminação pública. O grupo que não a instituiu é composto em sua maioria por cidades com menos de 50 mil habitantes.

A universalização da cobrança entre os grandes municípios brasileiros e a assunção da gestão ativos da iluminação pública assentaram as bases para a utilização das Parcerias Público-Privadas (PPPs) como uma nova modelagem de prestação desses serviços. As PPPs têm despertado cada vez mais interesse das administrações municipais como desenho contratual para viabilizarem a manutenção e a modernização do sistema de iluminação.

A gestão desse serviço deve, necessariamente, contemplar uma política voltada para a implantação das bases tecnológicas de cidades inteligentes. Isso porque o parque de iluminação pública, a rede de fibra ótica e a central de operações, por exemplo, são partes integrantes e importantes da infraestrutura tecnológica requerida para o funcionamento dos sistemas inteligentes, como câmaras, sensores e Wi-Fi com internet, que servem para o usufruto da população e para a captação de informações que serão gerenciadas pelo poder público.

Desse modo, a autonomia municipal na gestão da iluminação pública, tendo como pilar os recursos da Cosip, é estratégica para o futuro das cidades brasileiras. É o primeiro passo rumo às cidades inteligentes, que integram pessoas,

espaços e serviços públicos utilizando-se de infraestrutura, tecnologias e sistemas estrategicamente planejados.

O município pioneiro na adesão a uma PPP em Iluminação Pública (IP) foi Belo Horizonte, que em outubro de 2017 iniciou as trocas dos pontos de luz de seu território por luminárias de LED, já na nova modelagem. O plano incluía a implantação de um Centro de Controle para a telegestão da iluminação e previa a adoção de tecnologias alinhadas ao conceito de cidades inteligentes. São Paulo instituiu a Cosip e criou o Fundo Municipal de Iluminação Pública (Fundip) logo em 2002. Em 2015, aprimorou a legislação da cobrança da contribuição e, em 2018, teve início a sua PPP, cujo processo licitatório, no entanto, passava por contestações jurídicas ainda em agosto de 2019. O Rio de Janeiro já possui uma modelagem e estava estruturando sua PPP em IP, que também previa estratégia para cidade inteligente.

A AUTONOMIA MUNICIPAL NA GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, TENDO COMO PILAR OS RECURSOS DA COSIP, É ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DAS CIDADES BRASILEIRAS.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal criaram mecanismos de apoio e financiamento para PPPs e projetos de iluminação pública nos municípios. O BNDES, através do seu Programa de Fomento à Participação Privada, registrava em sua carteira, ao final de agosto de 2019, nove projetos em estruturação de PPPs no setor de IP: Teresina e Porto Alegre, que já estão mais adiantados em suas licitações, Natal,

Petrolina-PE, Macapá, Vila Velha-ES, Pelotas-RS, Caruaru-PE e o Consórcio Intermunicipal Centro-Sul, que reúne 15 municípios. Cidades como

Salvador, Maceió, Guarulhos-SP e Uberaba-MG, entre outras, estão com suas PPPs em IP em fase de conclusão ou em andamento.

Como funciona a Cosip

A cobrança para o custeio do serviço de iluminação prestado pelas concessionárias de energia elétrica teve início nas últimas décadas do século passado. Inicialmente efetuado por intermédio de taxas, o procedimento foi proibido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da Súmula 670 de 2003, convertida na Súmula Vinculante 41. Os inúmeros julgados pelo STF que declaravam inconstitucional a exigência de pagamento da taxa de iluminação antes da publicação da Súmula 670 obrigaram o Congresso Nacional a antecipar a discussão e a deliberação da Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002, que autorizou a instituição da Cosip pelos municípios e pelo Distrito Federal.

A mudança legal foi necessária, uma vez que as taxas só devem ser adotadas para o financiamento de serviços públicos que efetiva ou potencialmente sejam utilizados por contribuinte específico e de modo divisível. No caso da iluminação pública, o serviço é compartilhado por toda a sociedade e, portanto, não caberia a implementação de taxas.

Desde a Emenda Constitucional, a Cosip passou a ser cada vez mais presente nos municípios brasileiros, e sua arrecadação foi impulsionada pela Resolução Normativa nº 414/2010, modificada pela RN nº 587/2013, ambas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O órgão regulador obrigou as concessionárias a transferirem os ativos de iluminação

(luminárias, lâmpadas, relés e reatores) para as prefeituras até o fim de 2014 e delegou a essas administrações a responsabilidade pela prestação do serviço.

Pela Constituição Federal é facultada a cobrança da contribuição na conta de energia elétrica, conforme dispõe o artigo 149. O montante recolhido deve ser repassado ao tesouro municipal mediante ajuste envolvendo a empresa distribuidora e o poder público local. Essa quantia é vinculada à prestação do serviço de iluminação pública e não pode ser utilizada para outros fins. Em algumas cidades a contribuição pode estar sendo requerida com o IPTU. Em ambos os casos, o valor da Cosip deve estar destacado.

O montante a ser arrecadado pelo ente municipal deve cobrir total ou parcialmente o custeio da iluminação pública, que passa pela reposição dos equipamentos até a despesa com o consumo energético. Ainda não existe um consenso sobre a legalidade de se empregar ou não os recursos para a expansão do sistema de iluminação pública.

É facultada à legislação municipal a definição do valor da Cosip, sua base de cálculo e as alíquotas, o que resulta em modelos diferentes de apuração. Há casos de municípios que utilizam o consumo de energia como base de cálculo, instituindo alíquotas diferenciadas segundo o tipo de uso dos imóveis e a faixa de consumo ou a metragem frontal do terreno, além da sua localização, entre outras formas.

Previdência explica maior parte do aumento no gasto com pessoal dos municípios

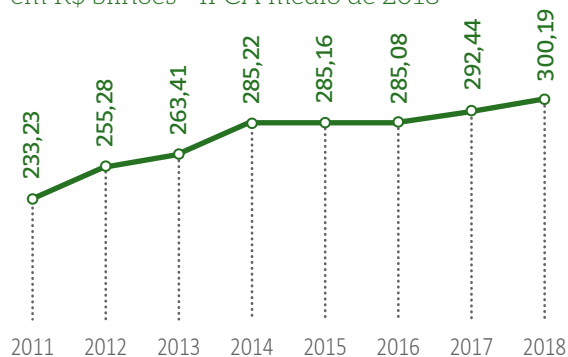
As despesas com pessoal cresceram em 2018, porém num ritmo mais contido que o da alta da receita corrente. O gasto com previdência municipal foi responsável por 57% do aumento.

Desempenho

A despesa com pessoal dos municípios brasileiros totalizou R\$ 300,19 bilhões em 2018, apresentando um aumento real de 2,7% em relação ao ano anterior, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que significou um consumo adicional de R\$ 7,76 bilhões. Após um período de relativa estagnação nos dispêndios, em 2015 e 2016, influenciada especialmente pela crise fiscal dos municípios, o gasto com o funcionalismo registrou duas altas moderadas, de 2,6% em 2017 e de 2,7% em 2018.

Despesa com pessoal

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



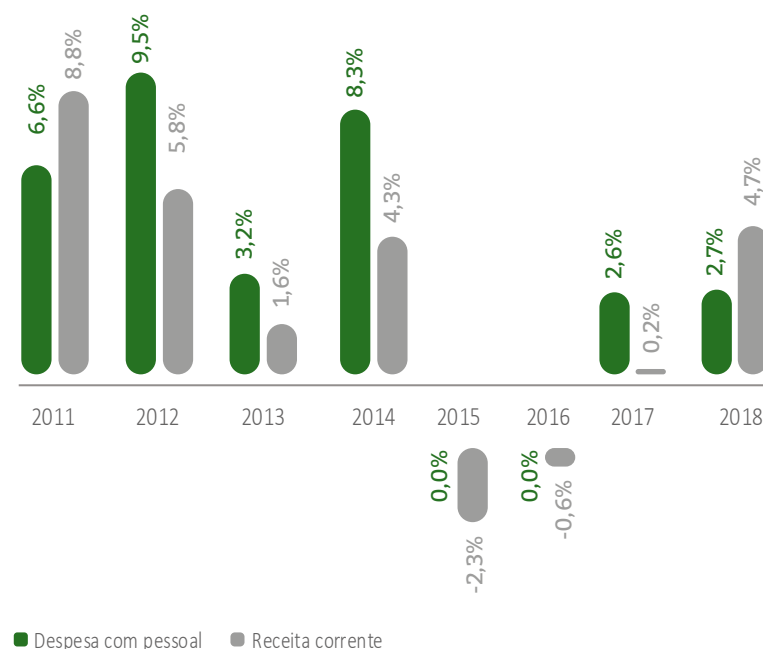
Analisando-se a composição da despesa com pessoal, é possível ver que os custos com aposentadorias e pensões dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) subiram a uma taxa média anual de 11% e responderam por 57% de todo o incremento no período de 2016 a 2018. Esse tema será mais bem detalhado ao longo do texto.

O desembolso com vencimentos e vantagens pagos aos servidores foi o segundo maior item para o acréscimo nesse intervalo, representando um peso de 45,2%. Mesmo registrando uma taxa de crescimento médio anual de 1,6%, qualquer variação nesse elemento da despesa tem um impacto muito expressivo no resultado, pois concentra três quartos do custeio com pessoal. Destaca-se que diversos fatores ligados aos ordenamentos jurídicos que regem os servidores públicos – tais como as políticas de valorização real do salário mínimo e o piso nacional de determinadas categorias que estão fora da discricionariedade do gestor público local, além das vantagens fixadas nos estatutos e das progressões e avanços dos planos de carreira – favorecem a ampliação automática da despesa com pessoal.

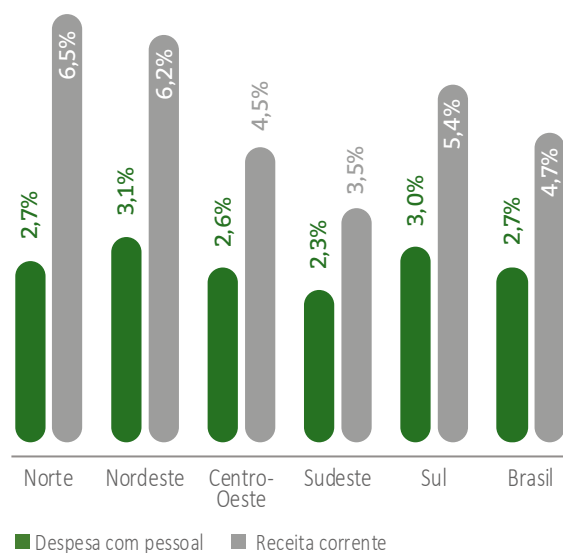
Analisando-se esse indicador por região, nota-se que houve pouca discrepância por área, com uma amplitude de 0,8 ponto percentual entre o maior aumento, no Nordeste (3,1%), e o menor, no Sudeste (2,3%).

O conjunto das capitais anotou uma expansão média de 1,5%, o que representou R\$ 1,08 bilhão a mais no gasto do grupo. Entre as 25 que expuseram os dados relativos a 2017 e 2018, 15 tiveram altas, sendo que as mais significativas ocorreram em Rio Branco (10,6%), Campo Grande (8,3%) e Palmas (5,3%). Já as maiores reduções se deram em Porto Alegre (-1,7%), João Pessoa (-1,4%) e Recife (-1,3%).

Taxa de crescimento da despesa com pessoal e da receita corrente em relação ao ano anterior



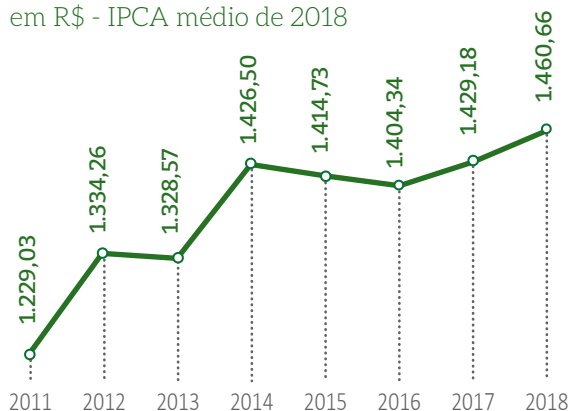
Taxa de crescimento da despesa com pessoal e da receita corrente em relação ao ano anterior 2018/2017



Despesa por habitante

Em 2018, o gasto médio com pessoal per capita dos municípios brasileiros foi de R\$ 1.460,66, o ápice da série histórica iniciada em 2002, o que se explica pelo avanço da despesa acima do crescimento da população no mesmo período.

Despesa com pessoal per capita em R\$ - IPCA médio de 2018



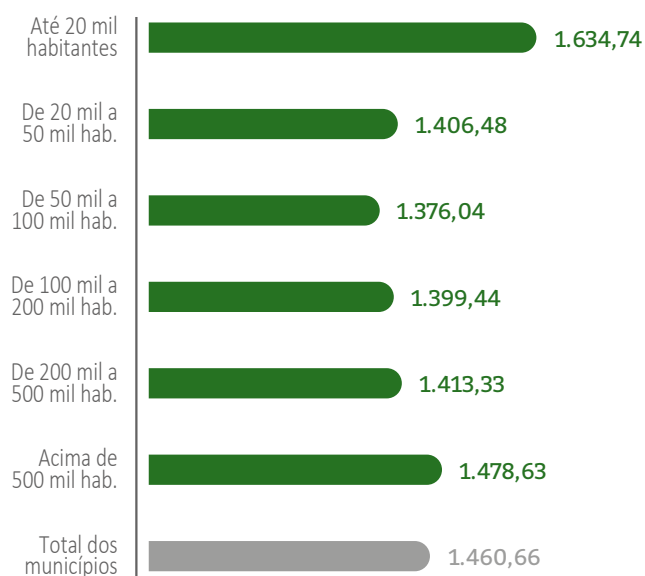
Os municípios pequenos, aqueles com até 20 mil habitantes, chegaram ao mais elevado indicador per capita médio, de R\$ 1.634,74, entre todas as faixas demográficas. Isso se deve, em grande medida, às deseconomias de escala na prestação de alguns serviços públicos, características dessas cidades, comparadas com as de porte médio.

Deve ser considerado ainda que o poder público dos pequenos municípios sofre uma forte pressão por emprego devido à existência de poucas e pequenas empresas e instituições no arranjo local. Nas demais faixas populacionais, há uma convergência em torno da média do total das cidades do país, com uma amplitude de apenas R\$ 102,59 entre o maior e o menor dispendio por morador.

Observando-se o comportamento do gasto per capita por região, os municípios do Sul lideraram com R\$ 1.637,24, enquanto que os do Norte alcançaram a menor cifra, R\$ 1.184,75.

Despesa com pessoal per capita por faixa populacional - 2018

em R\$ - IPCA médio de 2018

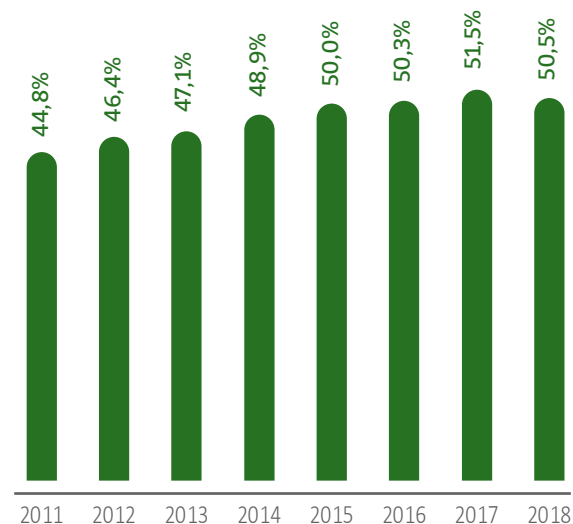


Participação na receita corrente

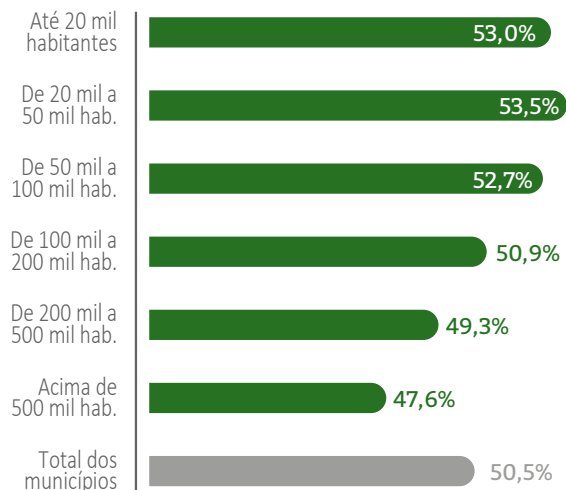
O comprometimento do gasto com pessoal na receita corrente dos municípios brasileiros foi de 50,5% em 2018, um ponto percentual a menos que o verificado no ano anterior. Foi a primeira retração desde 2011. Essa reversão favoreceu o quadro fiscal de alguns municípios que se encontravam em situação de risco quanto aos desembolsos com funcionalismo. **Em 2018, 18,4% dos municípios com dados disponíveis consumiram mais de 60% da receita corrente com esse item da despesa. Em 2017, o percentual foi de 23,8%.**

Constata-se que o porte populacional está inversamente relacionado ao comprometimento da receita corrente com as despesas com pessoal. Enquanto os municípios com até de 50 mil habitantes destinaram, em média, 53% desse recurso para as remunerações dos servidores, naqueles com mais de 500 mil moradores essa participação cai para 47,6% em média.

Participação dos gastos com pessoal na receita corrente



Participação da despesa com pessoal na receita corrente por faixa populacional - 2018



A Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar Federal nº 101/2000 – fixou limites globais para o gasto total com pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL) dos entes dos três níveis de governo, individualizados para cada Poder e órgão da administração pública.

No âmbito municipal, os tetos fixados foram de 54% para o Poder Executivo e de 6% para o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas do município, quando houver). Visando a auxiliar no monitoramento e controle dessa margem, a LRF estabeleceu dois sublimites: o limite prudencial (95% do limite máximo) e o limite de alerta (90% do limite máximo), que, no caso das cidades, equivalem a 51,3% e 48,6% da despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida, respectivamente.

Caso o Poder ultrapasse o limite prudencial, ficará impedido, enquanto perdurar o excesso, de conceder vantagens, aumentos, reajustes ou adequação da remuneração dos servidores; criar cargo, emprego ou função; alterar a estrutura de

carreira que implique aumento de despesa; prover cargo público, admitir ou contratar pessoal, entre outras vedações (LC 101/200, art. 22). Já o limite de alerta não incorre em nenhum tipo de sanção ou restrição, apenas serve como um aviso cautelar emitido pelo Tribunal de Contas aos gestores.

Ao atingir o limite máximo, o Poder ou órgão terá os dois quadrimestres seguintes para eliminar o percentual de gasto excedente, devendo abolir pelo menos um terço já no primeiro quadrimestre posterior. Para isso, terá de adotar as seguintes medidas: redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança (Constituição Federal, art. 169, I, § 3º), o que poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela diminuição dos valores a eles atribuídos (LC 101/2000, art. 23, § 1º); e pela exoneração dos servidores não estáveis (Constituição Federal, art. 169, II, § 3º).

Se essas medidas não forem suficientes para reconduzir o dispêndio ao limite, o Poder ou órgão ainda poderá demitir servidores estáveis (Constituição Federal, art. 169, § 4º). E também era facultada a redução temporária da jornada de trabalho em vigor com adequação dos vencimentos ao novo expediente (LC 101/2000, art. 23, § 2º), medida que está suspensa aguardando julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à constitucionalidade da sua implementação.

Caso o ente não efetue os cortes no prazo de dois quadrimestres, não poderá receber transferências voluntárias, obter garantia, direta ou indireta, de outro ente e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à retração dos custos com pessoal (LC 101/2000, art. 23, I a III, § 3º). Tais restrições aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão (LC101/2000, art. 23, § 4º).

Penalidades previstas para os atos cometidos em desacordo com a LRF

Legislação	Transgressão à lei	Penalidades			
		Responsável	Restrições institucionais	Sanções pessoais	Legislação
LC 101/2000, art. 19	Exceder o limite da despesa total com pessoal em cada período de apuração.	Prefeito municipal		Perda do mandato	Decreto-Lei 201, art. 4º, inciso VII
LC 101/2000, art. 21	Expedir ato que provoque aumento da despesa total com pessoal em desacordo com a Lei.	Agente que lhe der causa	Nulidade do ato	Reclusão de 1 a 4 anos	CP, art. 359-D
LC 101/2000, art. 21, parágrafo único	Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento da despesa total com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato ou legislatura.	Agente que lhe der causa	Nulidade do ato	Reclusão de 1 a 4 anos	CP, art. 359-G
LC 101/2000, art. 22, parágrafo único	Deixar de adotar as medidas previstas na lei quando a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite.	Agente que lhe der causa	Proibições previstas na lei (LC 101/2000, art. 22, incisos I a V).	Reclusão de 1 a 4 anos	CP, art. 359-D
LC 101/2000, art. 23	Deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo.	Agente que lhe der causa	Proibição de receber transferências voluntárias, exceto relativas a ações de educação, saúde e assistência social. Proibição de obter garantia e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e redução de despesa com pessoal (LC 101/2000, art. 23, § 3º, incisos I a III).	Multa de 30% dos vencimentos anuais	Lei 10.028/2000, art. 5º, inciso IV

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª edição, 2012.

Ressalta-se que, em referência à despesa com pessoal, algumas condutas podem acarretar ao agente público que lhe der causa desde multa até reclusão. No caso de prefeito, a sanção prevê ainda perda do mandato, conforme síntese descrita no quadro acima.

Limites da despesa com pessoal nas capitais

Analisando-se o cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF para a despesa total com pessoal no Poder Executivo das capitais ao final

de 2018, observa-se que em 14 o indicador ficou abaixo do nível de alerta. Destacam-se nesse grupo, com os menores gastos em relação à receita corrente líquida, São Paulo (36,92%), Salvador (38,94%) e Curitiba (40,94%). Sete capitais se encontravam em situação de alerta, quatro se mantiveram em estado prudencial, e apenas Macapá (54,09%) se posicionou acima do máximo.

No Legislativo das capitais, o quadro fiscal é confortável, pois todos permanecem bem abaixo do patamar de alerta para os gastos com pessoal.

Despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida do Poder Executivo das capitais, conforme a LRF
em %

Capitais	2015	2016	2017	2018
Aracaju	48,37	50,45	49,00	53,54
Belém	47,63	51,78	50,11	48,72
Belo Horizonte	42,78	39,64	43,80	41,11
Boa Vista	47,58	44,61	42,94	43,72
Campo Grande	53,19	54,53	50,04	53,13
Cuiabá	47,49	47,39	53,90	51,96
Curitiba	44,41	45,81	41,19	40,94
Florianópolis	56,86	57,19	51,77	51,18
Fortaleza	44,79	46,86	47,05	45,30
Goiânia	51,82	42,21	46,07	43,81
João Pessoa	53,44	49,34	49,34	49,27
Macapá	67,35	56,83	53,64	54,09
Maceió	50,89	49,49	47,97	45,24
Manaus	43,13	43,56	45,40	44,14
Natal	56,35	53,13	51,64	48,46
Palmas	51,21	50,99	49,30	47,31
Porto Alegre	47,76	49,22	50,85	48,64
Porto Velho	50,68	49,14	53,68	
Recife	49,74	49,98	47,78	48,46
Rio Branco	41,78	44,40	44,14	43,92
Rio de Janeiro	44,28	49,04	52,88	50,14
Salvador	44,12	42,04	41,19	38,94
São Luís	55,18	53,27	52,12	52,83
São Paulo	33,67	37,27	35,80	36,92
Teresina	49,70	48,54	48,79	48,96
Vitória	46,67	42,68	45,13	42,99

Limites

Entre o limite de alerta de 48,6% e o prudencial de 51,3%

Entre o limite prudencial de 51,3% e o máximo de 54%

Acima do limite máximo de 54%

Fonte: elaborado com dados extraídos do portal Compara Brasil (www.comparabrasil.com).

Destaca-se que, além do limite máximo de 6% dessa despesa total sobre a receita corrente líquida, estabelecido pela LRF, a Constituição Federal (art. 29-A, § 1º) impõe outra regra mais rígida às câmaras municipais, restringindo a folha de pagamento a 70% do seu orçamento durante o exercício. Assim, é praticamente impossível que tais parlamentos ultrapassem o teto definido na LRF.

Os regimes previdenciários no Brasil

O sistema previdenciário público no Brasil apresenta-se organizado em dois grandes regimes aos quais estão filiados, de forma compulsória, todos os profissionais do mercado de trabalho formal: a) o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), estabelecido no artigo 201 da Constituição Federal e nas leis federais nº 8.212/1991 e 8.213/1991, cujos benefícios são geridos pelo INSS; e b) o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), estipulado no artigo 40 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 9.717/1998 e nas leis de cada ente instituidor, cujos benefícios são administrados pela unidade gestora previdenciária de cada um dos entes federativos que o instituíram. Destaca-se que os RPPSs não podem conceder benefícios distintos daqueles previstos no RGPS.

O sistema previdenciário brasileiro possui caráter contributivo (em que os segurados vinculados aos regimes previdenciários devem repassar cifras para o seu funcionamento) e solidário (financiado por toda a sociedade, incluindo os setores público e privado e os trabalhadores, de forma direta e indireta). O modelo em vigor está organizado em uma estrutura de financiamento de repartição, em que as contribuições recolhidas dos segurados na ativa são destinadas ao custeio dos benefícios pagos àqueles que estão na inatividade.

A Emenda Constitucional nº 20/1998 determinou que os regimes previdenciários devem ser geridos observando-se dois critérios. O primeiro deles é o equilíbrio financeiro, que é a sustentabilidade dos regimes no curto prazo, devendo haver uma equivalência entre as receitas arrecadadas e as despesas pagas em cada exercício financeiro. Já o segundo é o equilíbrio atuarial, a sustentabilidade no longo prazo: as receitas estimadas e as obrigações projetadas, calculadas atuarialmente, necessitam ser equivalentes quando trazidas a valor presente.

Com o objetivo de verificar se as alíquotas praticadas pelos regimes são suficientes para a cobertura dos benefícios futuros, as unidades gestoras devem fazer anualmente a avaliação atuarial. Caso essa análise aponte a existência de déficit atuarial, deverá ser traçado um plano de amortização para o seu equacionamento, com um prazo máximo de 35 anos para que sejam acumulados os recursos necessários para a sua cobertura. Esse plano de amortização poderá abarcar no estabelecimento de alíquotas de contribuição suplementares ou aportes periódicos cujos valores sejam preestabelecidos, desde que esses custos adicionais não ultrapassem os limites impostos na LRF para a despesa com pessoal.

De acordo com a Portaria MPS nº 403/2008, alterada pela de nº 21/2013, na hipótese de inviabilidade do plano de amortização, o ente poderá optar pela segregação de massa, que é a divisão do RPPS em dois fundos contábeis: o financeiro, fechado e em extinção, no qual serão alocados todos os servidores, ativos e inativos, com vínculo com o ente até a data da instituição da segregação; e o previdenciário, aberto, que receberá todos os funcionários que ingressarem no quadro

de pessoal a partir da instituição da segregação¹.

Estruturalmente, o fundo financeiro será sempre deficitário, devido ao movimento simultâneo de migração natural dos servidores da ativa para a inatividade, o que aumentará a despesa a cada ano, e à ausência de ingresso de novos contribuintes, o que diminuirá a receita. Essa dinâmica gerará a necessidade de aportes cada vez maiores, até que a quantidade de beneficiários que deixam o plano por razões de falecimento ou perda do direito ao benefício supere o número daqueles que comecem a utilizá-lo. A partir desse momento, o volume de aportes passará a recuar até que o último titular deixe o plano, ocorrendo, assim, a extinção do fundo financeiro.

Em contrapartida, no fundo previdenciário, por ser novo, tem-se a possibilidade de se criar uma reserva capitalizada com os recursos acumulados a cada ano tanto pelos superávits quanto pelos rendimentos das aplicações, já que haverá um lapso temporal até que os servidores ativos comecem a utilizar os benefícios.

Vale lembrar que a segregação de massa apresenta um custo de transição por vezes elevado para o ente, constituído pelos aportes que deverão ser destinados ao fundo financeiro para se cobrir o seu déficit enquanto houver servidores a ele vinculados. Nem todos os entes têm estrutura financeira para bancar essa transição, o que gera um problema fiscal gigantesco para ser administrado por um longo período, haja vista que uma vez realizada a segregação não há como utilizar a reserva do fundo previdenciário para cobrir o déficit do fundo financeiro. Além disso, os valores destinados aos depósitos entram no cômputo dos limites da despesa com pessoal,

podendo levar à extrapolação dos tetos estipulados, mesmo que não haja inchaço da máquina pública com a alta do quantitativo de servidores.

Diferentemente do RGPS, que possui um sistema de financiamento tríplice, composto por receitas arrecadadas dos trabalhadores formais, dos empregadores e do setor público, a configuração do RPPS é baseada nas contribuições previdenciárias captadas apenas dos servidores efetivos e suas respectivas contrapartidas patronais dos entes contratantes. Os demais profissionais que não possuem vínculo efetivo com a administração pública, como cargos comissionados, em designação temporária e empregados públicos, contribuem diretamente para o RGPS.

A limitação do financiamento dos RPPSs apenas às contribuições dos servidores efetivos e do ente empregador os expõe a uma fragilidade muito acentuada quanto à reposição de sua base de contribuição. Por estar assentada em um arranjo de repartição, a redução da base de contribuição (servidores efetivos) acarreta desequilíbrios atuariais, gerando a necessidade de injeções financeiras para garantir o pagamento das despesas com os benefícios previdenciários do sistema (servidores inativos).

Analisando-se as informações dos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR) dos municípios que possuem RPPSs, observa-se que a razão entre os ativos e inativos tem diminuído muito nos últimos anos, o que é natural em relação aos fundos financeiros por estarem em processo de extinção, mas esse fenômeno é extremamente preocupante para a sustentabilidade dos fundos abertos.

Em 2018, cerca de 10% dos municípios com RPPSs abertos possuíam menos de dois servidores efetivos arcando com o custeio dos benefícios

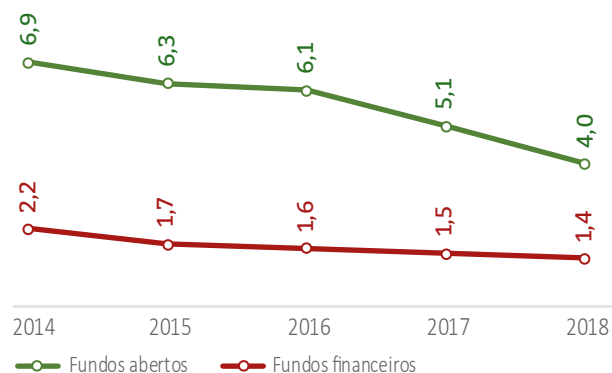
¹Até 2013, a segregação de massa poderia ser realizada como alternativa ao plano de amortização. Com a edição da Portaria MPS nº 21/2013, a segregação de massa só poderá ser realizada quando houver inviabilidade do plano de amortização.

de cada inativo. Na grande maioria, essa proporção ficou entre dois e cinco ativos para cada inativo. Menos de 30% de todos os RPPSs abertos assinalaram uma fração ativo/inativo superior a dez; estes são compostos quase exclusivamente por aqueles com segregação de massa recente, cujos segurados ainda não começaram a usufruir majoritariamente dos benefícios.

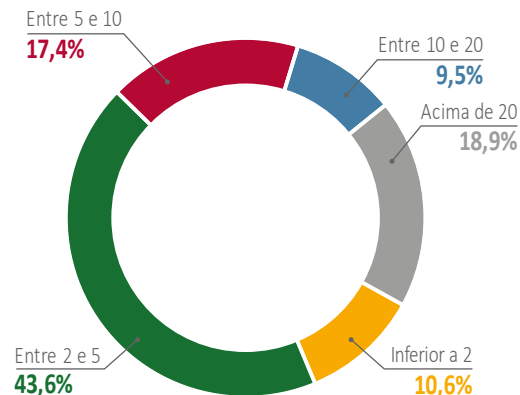
Fatores de origem demográfica também interferem no equilíbrio atuarial dos regimes previdenciários, tais como a taxa de fecundidade da população (associada ao número de dependentes dos beneficiários, o que impacta o cálculo das pensões), a idade média dos contribuintes, a taxa de entrada em invalidez da população em idade ativa (que afeta a concessão de aposentadorias por invalidez e a concessão de auxílio-doença), a expectativa de sobrevivência da população idosa e a taxa de mortalidade do contingente em idade ativa, que se refletem diretamente no custeio dos regimes.

Outro fator que pesou negativamente na saúde financeira dos RPPSs foi a inexistência de obrigatoriedade contributiva por parte dos servidores durante um longo período, o que favoreceu a não constituição de reservas financeiras em grande parte dos regimes. Somente com a Emenda Constitucional nº 3/1993 é que houve a inclusão da exigência do custeamento dos benefícios previdenciários para os servidores públicos da União. No caso dos funcionalismos estaduais e municipais, essa contrapartida seguia o ordenamento de cada ente, e nem todos a requeriam. Porém, a Emenda Constitucional nº 20/1998 tornou-a obrigatória para todos, estabelecendo como referencial mínimo a alíquota cobrada dos servidores da União, que, atualmente, é de 11%, podendo a parcela patronal do ente público chegar até ao dobro dessa porcentagem, de acordo com a alíquota de equilíbrio apontada na avaliação atuarial.

Razão ativos/inativos dos RPPSs municipais



Razão entre ativos e inativos nos fundos abertos dos RPPSs municipais - 2018



Outras medidas para tentar diminuir o descompasso entre as receitas e as despesas dos regimes previdenciários foram implementadas nos anos seguintes por meio de reformas pontuais. Foram elas:

- A Emenda Constitucional nº 41/2003 pôs fim à paridade (concessão de reajustes às aposentadorias e pensões pelos mesmos percentuais dados aos servidores de carreira

em atividade) e à integralidade (concessão de aposentadorias e pensões com base na última remuneração do servidor em atividade) dos benefícios dos servidores inativos.

- A Emenda Constitucional nº 47/2005 estabeleceu o teto remuneratório para o pagamento dos benefícios previdenciários dos RPPSs, com base no valor máximo de pagamento de benefício do INSS. Com isso, as remunerações e proventos acima do limite máximo passaram a também pagar contribuições previdenciárias sobre a diferença.
- A Emenda Constitucional nº 88/2015 elevou a idade para aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos.

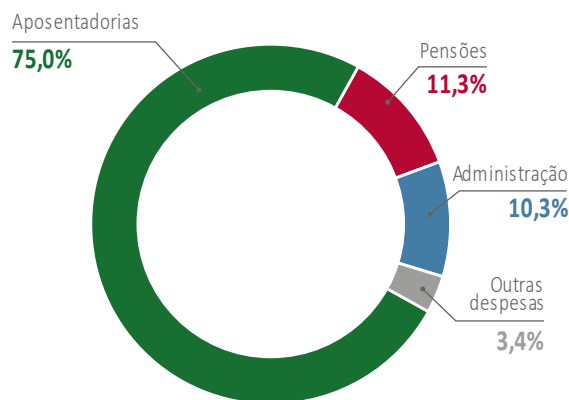
Gastos previdenciários com os RPPSs

Atualmente há 2.138 Regimes Próprios de Previdência (RPPSs) em operação no país: o da União, que abriga todos os servidores públicos efetivos e os militares federais; os 27 estaduais, que atendem todos os servidores públicos efetivos e os militares de cada um dos estados e do Distrito Federal; e os 2.110 municipais, que congregam os servidores públicos efetivos dos seus respectivos municípios. Observa-se que nem todas as cidades brasileiras possuem RPPSs, pois sua instituição não é obrigatória e, nesses casos, os funcionários ficam vinculados ao RGPS, contribuindo diretamente para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e subordinando-se às suas regras.

A despesa previdenciária de um total de 1.695 municípios que possuem RPPSs e apresentaram informações nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) para o exercício de 2018 chegou a R\$ 50,24 bilhões. Três quartos desse somatório se concentraram no pagamento de aposentadorias, que alcançaram R\$ 37,70

bilhões. As pensões foram a segunda maior despesa, representando 11,3%, consumindo R\$ 5,66 bilhões, enquanto que os custos administrativos, como os de pessoal e custeio da unidade gestora, responderam por 10,3%, o que equivaleu a R\$ 5,20 bilhões.

Composição das despesas dos RPPSs municipais - 2018



Os dados revelam ainda que no conjunto dos 1.493 municípios que apresentaram dados previdenciários no RREO e que não realizaram a segregação de massa, as despesas previdenciárias superaram as receitas em R\$ 1,87 bilhão, apenas em 2018. Além disso, os aportes feitos por essas cidades acumularam R\$ 8,44 bilhões, no mesmo ano, o equivalente a 6,6% de suas receitas correntes.

Já no grupo dos 202 municípios que mostraram os dados previdenciários no RREO e que promoveram a segregação de massa, há um déficit de R\$ 5,72 bilhões nos fundos financeiros, enquanto que nos fundos previdenciários a situação é oposta, ostentando um superávit de R\$ 2,51 bilhões. Os aportes efetuados para a cobertura dos fundos financeiros superaram os R\$ 4,25 bilhões

e significaram quase 6% das receitas correntes desses municípios. Vale lembrar que os fundos financeiros são sempre deficitários, necessitando de transferências para cobrir seu saldo negativo, tendo em vista que, por serem fechados, não há ingresso de novos contribuintes.

Em termos de volume, os maiores aportes em 2018 foram de São Paulo (R\$ 5,50 bilhões), Rio de Janeiro (R\$ 1,69 bilhão), Porto Alegre-RS (R\$ 942,2 milhões), Belo Horizonte-MG (R\$ 461,1 milhões) e Campinas-SP (R\$ 459,9 milhões). Juntas, essas cinco cidades responderam por 70% do montante, o que comprova o elevado grau de concentração existente. Apenas São Paulo é responsável por 42,5% de todos os recursos alocados pelos municípios brasileiros, e o Rio de Janeiro, por outros 13,1%. Considerando-se os dez maiores valores no ranking, o percentual passa para 77%.

**MUNICÍPIOS REALIZARAM
APORTES DA ORDEM DE
R\$ 12,94 BILHÕES, EM 2018,
PARA COBRIR O DÉFICIT
PREVIDENCIÁRIO.**

Receitas, despesas, resultados e aportes nos sistemas de previdência dos municípios com RPPs em 2018 em R\$ milhões

Descrição	2018
Municípios sem segregação de massa	
Receitas previdenciárias	30.678,22
Despesas previdenciárias	32.551,29
Resultado previdenciário	-1.873,07
Aporte	8.438,46
Municípios com segregação de massa	
Fundo previdenciário (aberto)	
Receitas previdenciárias	7.440,61
Despesas previdenciárias	4.929,45
Resultado previdenciário	2.511,16
Aporte	248,45
Fundo financeiro (fechado)	
Receitas previdenciárias	6.027,21
Despesas previdenciárias	11.749,82
Resultado previdenciário	-5.722,62
Aporte	4.252,69

Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREOs), disponíveis no Siconfi/STN. Nota: abrange as informações de 1.695 municípios que apresentaram dados, sendo que 1.493 não fizeram a segregação de massa e 202 a realizaram.

Os dez maiores aportes realizados pelos municípios com RPPSs em 2018

Município	Total de aportes realizados aos RPPSs - em R\$	Participação no total de aportes	Participação na receita corrente	Investimentos ¹ em R\$	Aportes / Investimentos ¹
São Paulo	5.497.520.833,76	42,5%	10,9%	2.368.232.163,71	232%
Rio de Janeiro	1.692.616.307,65	13,1%	7,7%	906.393.515,30	187%
Porto Alegre	942.150.243,92	7,3%	15,9%	296.050.904,79	318%
Belo Horizonte	461.139.071,40	3,6%	4,9%	567.790.439,23	81%
Campinas	459.852.262,37	3,6%	10,1%	190.863.882,25	241%
São Bernardo do Campo	243.464.836,49	1,9%	7,0%	546.154.427,55	45%
Recife	180.183.304,43	1,4%	4,1%	281.749.415,55	64%
Natal	168.775.110,61	1,3%	8,2%	-	-
Santo André	165.561.059,65	1,3%	6,9%	133.780.340,83	124%
Campo Grande	161.588.332,26	1,2%	5,1%	197.241.312,46	82%
Demais municípios	2.966.744.160,87	22,9%	-	-	-
Total	12.939.595.523,41	100,0%	-	38.369.984.549,75	34%

Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREOs), disponíveis no Siconfi/STN. Nota: abrange as informações de 1.695 municípios que apresentaram dados. Destes, 1.493 não realizaram a segregação de massa e 202 a fizeram. ¹ incluídas as inversões financeiras.

Pessoal | 2014-2018

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. desp. total 2018	Part. rec. corrente 2018	Pessoal per capita 2018
em R\$ mil - IPCA médio de 2018								em %		em R\$	
	18.182.253	Norte	20.507.661,5	20.341.977,4	20.070.939,3	20.967.299,4	21.541.510,1	2,7	52,2	54,1	1.184,75
AC	401.155	Rio Branco	341.817,7	329.891,6	345.370,4	342.004,1	378.235,8	10,6	45,5	45,0	942,87
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	86.500,3	85.088,4	86.693,0	77.112,3	90.564,9	17,4	54,9	62,2	1.032,98
AP	493.634	Macapá	447.482,3	511.008,8	442.396,6	416.317,4	429.816,7	3,2	55,1	66,2	870,72
AP	119.610	Santana	...	115.726,0	...	104.480,0	94.643,8	-9,4	63,6	..	791,27
AM	2.145.444	Manaus	2.131.961,7	2.064.155,1	2.043.498,5	2.068.057,2	2.168.293,3	4,8	47,1	47,6	1.010,65
AM	113.168	Parintins	115.778,5	101.339,6	...	104.810,1	105.474,0	0,6	49,8	53,5	932,01
PA	1.485.732	Belém	1.427.671,7	1.462.289,5	1.425.867,0	1.312.376,5	1.310.880,5	-0,1	47,3	48,7	882,31
PA	525.566	Ananindeua	334.101,9	344.474,1	...	306.733,6	329.434,2	7,4	49,7	51,3	626,82
PA	302.667	Santarém	282.534,2	300.609,1	310.594,3	386.851,5	306.175,1	-20,9	49,3	50,9	1.011,59
PA	275.086	Marabá	348.120,3	386.984,5	413.492,0	369.446,0	403.747,5	9,3	49,4	49,0	1.467,71
RO	519.531	Porto Velho	668.420,1	661.968,1	674.847,8	711.547,8	722.237,5	1,5	55,6	54,2	1.390,17
RO	127.907	Ji-Paraná	114.359,5	116.981,8	115.438,5	120.994,9	125.444,3	3,7	56,3	52,2	980,75
RR	375.374	Boa Vista	396.191,7	447.234,4	444.093,6	469.695,1	488.622,3	4,0	42,0	45,2	1.301,69
RR	29.533	Rorainópolis	30.511,6	28.339,5	29.929,2	...	34.426,2	..	38,3	61,0	1.165,69
TO	291.855	Palmas	484.538,4	487.595,6	464.596,3	452.705,8	476.723,2	5,3	48,9	44,3	1.633,42
TO	177.517	Araguaína	160.876,1	155.721,9	166.777,7	195.164,9	217.820,9	11,6	51,7	51,8	1.227,04
	56.757.759	Nordeste	69.447.686,4	69.338.458,3	68.967.092,9	70.348.961,3	72.528.002,0	3,1	53,3	54,8	1.277,85
AL	1.012.382	Maceió	1.207.258,9	1.140.134,3	1.121.297,0	1.136.724,7	1.127.347,7	-0,8	49,0	57,3	1.113,56
AL	230.417	Arapiraca	282.214,6	292.761,5	316.596,3	296.314,6	308.002,7	3,9	52,1	58,1	1.336,72
BA	2.857.329	Salvador	2.376.362,6	2.557.849,8	2.507.449,9	2.492.126,3	2.501.271,0	0,4	41,4	42,9	875,39
BA	609.913	Feira de Santana	404.030,1	425.236,6	402.515,1	367.821,3	407.286,9	10,7	36,3	30,6	667,78
BA	338.885	Vitória da Conquista	325.566,5	328.466,5	335.481,1	342.331,0	354.545,9	3,6	55,1	56,0	1.046,21
BA	293.723	Camaçari	506.149,7	513.275,9	483.990,6	470.138,2	496.549,2	5,6	45,1	45,1	1.690,54
CE	2.643.247	Fortaleza	2.933.072,8	3.008.490,0	3.057.968,3	3.109.232,9	3.194.695,1	2,7	49,6	50,7	1.208,63
CE	363.982	Caucaia	284.081,6	339.358,6	348.777,6	313.879,0	324.199,5	3,3	48,6	..	890,70
CE	271.926	Juazeiro do Norte	230.165,4	252.879,0	255.456,3	261.622,8	288.428,9	10,2	54,6	56,2	1.060,69
MA	1.094.667	São Luís	1.473.865,3	1.485.466,2	1.497.095,3	1.458.201,2	1.440.437,3	-1,2	53,2	53,1	1.315,87
MA	258.016	Imperatriz	...	301.140,7	314.607,1	334.645,3	369.410,8	10,4	52,1	55,7	1.431,74
PB	800.323	João Pessoa	1.241.517,2	1.201.038,2	1.089.482,5	1.125.963,3	1.110.525,1	-1,4	58,4	56,5	1.387,60
PB	407.472	Campina Grande	496.286,5	521.599,0	524.173,4	527.116,8	543.861,5	3,2	62,4	67,0	1.334,72
PE	1.637.834	Recife	2.193.269,4	2.313.046,7	2.200.590,5	2.224.766,5	2.195.016,6	-1,3	48,7	50,0	1.340,19
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	647.135,8	625.181,1	613.923,8	609.052,2	632.292,7	3,8	52,3	53,4	906,34
PE	391.835	Olinda	375.945,8	365.117,2	324.982,1	326.782,7	314.618,8	-3,7	51,1	52,9	802,94
PE	356.872	Caruaru	359.190,8	349.004,4	351.580,9	367.268,2	384.731,9	4,8	53,9	59,0	1.078,07
PE	343.865	Petrolina	291.852,6	305.820,5	318.574,5	330.899,8	346.781,4	4,8	51,8	53,3	1.008,48
PE	329.117	Paulista	272.913,2	267.774,5	253.719,3	249.972,1	258.371,2	3,4	58,1	57,6	785,04
PI	861.442	Teresina	1.198.630,6	1.237.883,8	1.313.697,2	1.331.743,8	1.384.195,3	3,9	51,0	52,8	1.606,84
PI	152.653	Parnaíba	181.075,0	181.838,9	184.386,2	193.209,3	202.687,3	4,9	60,8	..	1.327,76
RN	877.640	Natal	1.077.790,1	1.094.814,2	830.898,5	...	...	..	..	..	...
RN	294.076	Mossoró	342.298,2	336.650,0	344.406,1	330.314,7	346.509,0	4,9	55,4	57,7	1.178,30
SE	648.939	Aracaju	892.271,0	895.516,9	893.845,9	853.155,6	858.972,8	0,7	53,8	51,3	1.323,66
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	144.374,0	152.096,7	148.203,8	169.213,6	...	..	..	..	...
	13.111.182	Centro-Oeste¹	18.426.818,7	18.700.949,3	19.336.400,5	20.314.310,6	20.849.576,2	2,6	52,8	53,1	1.590,21
GO	1.495.705	Goiânia	2.090.773,3	2.091.644,6	2.203.220,4	2.306.753,8	2.316.552,6	0,4	55,2	53,8	1.548,80
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	441.906,8	443.696,6	476.302,4	512.227,9	537.944,7	5,0	54,7	51,9	950,50
GO	381.970	Anápolis	567.679,9	592.443,5	583.041,5	628.539,7	634.814,3	1,0	60,3	62,7	1.661,95
MT	607.153	Cuiabá	929.761,3	941.787,9	1.006.506,4	1.087.607,5	1.087.587,7	0,0	50,3	54,0	1.791,29
MT	282.009	Várzea Grande	210.342,9	234.811,9	252.863,1	286.801,0	293.483,1	2,3	51,7	54,3	1.040,69
MS	885.711	Campo Grande	1.528.450,6	1.648.383,0	1.748.460,0	1.671.650,1	1.809.987,2	8,3	54,7	57,2	2.043,54
MS	220.965	Dourados	361.793,9	372.922,4	382.984,2	411.384,5	386.043,9	-6,2	54,2	51,1	1.747,08
	87.711.946	Sudeste	133.426.459,1	132.507.181,5	131.421.407,5	133.492.311,0	136.558.022,5	2,3	47,4	48,1	1.556,89
ES	358.267	Vitória	973.012,8	928.076,3	835.406,7	837.250,2	834.905,0	-0,3	53,0	53,3	2.330,40
ES	507.598	Serra	602.509,9	...	583.976,8	557.454,3	555.946,6	-0,3	47,2	47,6	1.095,25
ES	486.208	Vila Velha	466.516,2	411.957,6	382.295,9	388.336,9	416.280,3	7,2	46,3	45,2	856,18
ES	378.603	Cariacica	342.102,5	329.671,7	291.857,9	280.012,8	283.231,1	1,1	48,6	47,3	748,10
MG	2.501.576	Belo Horizonte	4.136.771,7	4.028.236,4	3.797.808,1	3.986.710,1	4.036.720,2	1,3	42,3	43,3	1.613,67
MG	683.247	Uberlândia	742.969,1	816.839,0	840.997,4	835.430,2	854.289,7	2,3	41,8	43,1	1.250,34
MG	659.070	Contagem	869.630,7	827.689,9	772.192,9	802.962,3	839.525,4	4,6	51,9	53,2	1.273,80

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. desp. total 2018	Part. rec. corrente 2018	Pessoal per capita 2018
em R\$ mil - IPCA médio de 2018								em %		em R\$	
MG	564.310	Juiz de Fora	709.381,0	711.492,9	752.887,7	776.339,6	815.883,9	5,1	52,2	56,2	1.445,81
MG	432.575	Betim	932.506,1	884.833,2	839.599,6	826.073,7	872.563,9	5,6	58,5	57,1	2.017,14
MG	404.804	Montes Claros	380.044,2	378.257,2	428.928,9	362.473,0	388.577,5	7,2	50,7	52,2	959,92
MG	331.045	Ribeirão das Neves	182.137,0	209.026,1	212.697,3	214.856,2	236.815,7	10,2	54,0	63,1	715,36
MG	330.361	Uberaba	413.395,9	406.438,7	406.296,5	372.117,3	435.124,4	16,9	42,2	42,2	1.317,12
MG	278.685	Governador Valadares	418.066,4	444.681,4	415.161,7	445.598,5	468.668,1	5,2	57,8	63,3	1.681,71
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	12.189.992,9	12.290.937,7	12.852.280,7	13.065.955,5	12.992.687,8	-0,6	56,2	59,3	1.942,42
RJ	1.077.687	São Gonçalo	665.342,2	673.944,2	...	538.932,0	623.639,0	15,7	54,7	55,5	578,68
RJ	914.383	Duque de Caxias	1.525.866,9	1.557.461,4	1.552.246,8	1.552.439,3	1.366.385,9	-12,0	57,7	..	1.494,33
RJ	818.875	Nova Iguaçu	765.302,6	695.065,8	595.689,7	675.133,2	676.154,5	0,2	48,5	49,3	825,71
RJ	511.786	Niterói	1.073.503,3	1.108.640,8	1.088.976,5	1.135.012,5	1.265.532,8	11,5	47,3	..	2.472,78
RJ	508.614	Belford Roxo	392.293,9	389.600,2	430.416,0	330.286,0	346.586,4	4,9	49,8	53,1	681,43
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	1.180.095,7	1.043.572,2	1.037.582,2	1.008.736,8	1.037.079,2	2,8	54,7	54,5	2.060,05
RJ	471.888	São João de Meriti	370.119,1	334.161,4	305.395,4	351.857,8	...	..	..	..	...
RJ	305.687	Petrópolis	521.151,5	503.928,1	468.814,7	364.063,0	489.453,9	34,4	47,3	48,4	1.601,16
RJ	271.998	Volta Redonda	533.827,8	446.750,8	431.308,1	435.289,9	430.942,1	-1,0	45,4	..	1.584,36
SP	12.176.866	São Paulo	17.839.395,1	18.488.960,4	18.665.247,3	19.065.162,0	19.759.905,8	3,6	37,9	39,2	1.622,74
SP	1.365.899	Guarulhos	1.957.064,2	1.977.969,6	1.829.305,3	1.979.233,9	2.080.236,9	5,1	50,3	50,4	1.522,98
SP	1.194.094	Campinas	2.216.326,1	2.243.096,8	2.277.410,8	2.249.792,7	2.215.112,2	-1,5	47,3	48,5	1.855,06
SP	833.240	São Bernardo do Campo	1.390.640,6	1.343.475,3	1.413.240,1	1.367.247,4	1.399.873,9	2,4	35,7	40,3	1.680,04
SP	716.109	Santo André	929.097,7	910.137,7	947.684,2	903.411,8	948.949,1	5,0	39,6	39,8	1.325,15
SP	713.943	São José dos Campos	1.090.102,0	1.109.317,5	1.154.812,0	1.149.174,3	1.203.103,0	4,7	44,8	50,5	1.685,15
SP	696.850	Osasco	1.135.352,8	1.009.866,7	1.000.621,9	992.135,3	954.697,4	-3,8	43,6	43,9	1.370,02
SP	694.534	Ribeirão Preto	1.211.632,4	1.198.912,2	1.257.757,0	1.308.628,4	1.394.926,1	6,6	54,5	56,4	2.008,43
SP	671.186	Sorocaba	1.023.282,4	1.040.484,2	1.095.297,0	1.070.291,0	1.081.274,2	1,0	43,8	41,1	1.610,99
SP	468.148	Mauá	329.533,7	313.653,3	318.995,2	317.823,1	338.657,9	6,6	34,3	35,4	723,40
SP	456.245	São José do Rio Preto	505.116,3	522.649,9	521.347,3	544.611,1	568.850,2	4,5	35,6	36,7	1.246,81
SP	440.769	Mogi das Cruzes	341.157,4	469.594,6	497.321,0	515.620,0	533.655,0	3,5	38,8	39,7	1.210,74
SP	432.957	Santos	1.167.091,9	...	1.156.540,1	1.146.867,2	1.192.428,2	4,0	50,4	52,3	2.754,15
SP	420.934	Diadema	622.763,6	584.162,8	595.665,1	635.167,1	639.695,9	0,7	53,4	59,8	1.519,71
SP	414.810	Jundiaí	795.214,9	826.520,8	896.047,9	902.057,5	945.055,8	4,8	49,5	47,9	2.278,29
SP	400.949	Piracicaba	666.047,6	681.983,5	715.443,1	716.655,6	735.986,1	2,7	47,6	48,7	1.835,61
SP	398.611	Carapicuíba	250.398,6	239.465,4	208.102,5	...	210.691,4	..	41,7	44,3	528,56
SP	374.272	Bauru	576.298,9	575.173,9	569.704,7	606.735,8	628.019,8	3,5	56,9	59,3	1.677,98
29.754.036	Sul		43.411.327,0	44.270.554,2	45.279.935,0	47.313.220,2	48.714.475,1	3,0	50,2	49,1	1.637,24
PR	1.917.185	Curitiba	3.276.411,0	3.381.183,5	3.527.744,8	3.499.350,6	3.465.101,9	-1,0	46,7	45,4	1.807,39
PR	563.943	Londrina	804.076,2	840.536,0	912.450,2	882.805,5	933.705,3	5,8	50,0	57,2	1.655,67
PR	417.010	Maringá	567.263,4	577.097,4	597.814,1	632.481,8	661.465,1	4,6	43,9	47,8	1.586,21
PR	348.043	Ponta Grossa	369.186,3	378.831,7	387.763,3	411.334,9	441.455,9	7,3	53,7	63,2	1.268,39
PR	324.476	Cascavel	367.656,2	389.906,5	397.481,0	429.634,1	469.877,3	9,4	54,7	54,0	1.448,11
PR	317.476	São José dos Pinhais	478.253,3	425.791,4	401.794,6	429.190,3	430.073,2	0,2	50,2	45,4	1.354,66
PR	258.823	Foz do Iguaçu	394.389,6	423.383,6	364.549,3	447.327,4	500.279,3	11,8	51,1	49,0	1.932,90
RS	1.479.101	Porto Alegre	2.921.139,4	2.885.432,6	2.935.498,5	3.006.529,1	2.956.174,6	-1,7	52,1	49,8	1.998,63
RS	504.069	Caxias do Sul	808.258,3	829.107,0	834.215,5	817.765,5	854.254,6	4,5	49,5	50,1	1.694,72
RS	344.957	Canoas	517.640,5	501.293,2	533.928,2	537.886,2	552.083,0	2,6	39,3	39,5	1.600,44
RS	341.648	Pelotas	353.180,6	379.237,9	385.603,0	431.670,8	444.817,4	3,0	49,8	50,2	1.301,98
RS	280.505	Santa Maria	320.844,7	326.627,8	335.412,3	358.574,7	365.037,4	1,8	62,9	59,0	1.301,36
RS	279.398	Gravataí	354.580,2	339.535,6	324.127,1	343.735,4	338.695,8	-1,5	45,9	45,0	1.212,23
RS	254.101	Viamão	171.541,5	177.445,3	189.854,1	211.106,1	222.679,1	5,5	52,1	51,2	876,34
SC	492.977	Florianópolis	934.697,6	986.971,5	840.901,4	1.001.523,4	1.015.300,3	1,4	54,6	59,1	2.059,53
SC	583.144	Joinville	924.357,1	947.930,5	956.428,7	1.038.650,1	1.086.699,4	4,6	60,3	53,0	1.863,52
SC	352.460	Blumenau	583.569,8	610.767,0	632.417,6	649.159,5	684.609,4	5,5	45,7	50,0	1.942,37
	81.785.966	Cidades selecionadas	112.267.073,7	113.546.282,5	113.880.747,2	115.333.975,8	118.014.134,0	2,3	47,1	48,4	1.442,96
	32.107.017	Até 20 mil habitantes	49.544.771,2	49.240.283,9	49.480.564,4	51.198.812,0	52.486.711,2	2,5	51,6	53,0	1.634,74
	46.749.996	Capitais	67.312.527,2	68.569.997,2	68.766.069,7	69.813.986,7	70.890.128,3	1,5	46,1	47,4	1.516,37
	205.517.176	Brasil¹	285.219.952,7	285.159.120,7	285.075.775,1	292.436.102,5	300.191.586,0	2,7	49,9	50,5	1.460,66

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Posição	UF	Município	Pessoal	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1°	SP	São Paulo	19.759.905.823,50	12.176.866	1°
2°	RJ	Rio de Janeiro	12.992.687.801,87	6.688.927	2°
3°	MG	Belo Horizonte	4.036.720.151,73	2.501.576	5°
4°	PR	Curitiba	3.465.101.945,37	1.917.185	7°
5°	CE	Fortaleza	3.194.695.120,92	2.643.247	4°
6°	RS	Porto Alegre	2.956.174.583,84	1.479.101	11°
7°	BA	Salvador	2.501.270.976,29	2.857.329	3°
8°	GO	Goiânia	2.316.552.640,64	1.495.705	9°
9°	SP	Campinas	2.215.112.245,67	1.194.094	13°
10°	PE	Recife	2.195.016.602,89	1.637.834	8°
11°	AM	Manaus	2.168.293.283,59	2.145.444	6°
12°	SP	Guarulhos	2.080.236.941,24	1.365.899	12°
13°	MS	Campo Grande	1.809.987.198,78	885.711	18°
14°	MA	São Luís	1.440.437.316,63	1.094.667	14°
15°	SP	São Bernardo do Campo	1.399.873.887,08	833.240	21°
16°	SP	Ribeirão Preto	1.394.926.063,77	694.534	28°
17°	RJ	Teresina	1.384.195.315,81	861.442	20°
18°	PI	Duque de Caxias	1.366.385.937,09	914.383	17°
19°	PA	Belém	1.310.880.469,18	1.485.732	10°
20°	RJ	Niterói	1.265.532.796,74	511.786	41°
21°	SP	São José dos Campos	1.203.103.035,41	713.943	25°
22°	SP	Santos	1.192.428.151,58	432.957	53°
23°	AL	Maceió	1.127.347.662,18	1.012.382	16°
24°	PB	João Pessoa	1.110.525.093,39	800.323	23°
25°	MT	Cuiabá	1.087.587.651,96	607.153	34°
26°	SC	Joinville	1.086.699.353,69	583.144	35°
27°	SP	Sorocaba	1.081.274.230,71	671.186	30°
28°	RJ	Campos dos Goytacazes	1.037.079.227,24	503.424	45°
29°	SC	Florianópolis	1.015.300.341,69	492.977	47°
30°	SP	Barueri	994.862.805,01	271.306	104°
31°	RJ	Macaé	978.650.787,38	251.631	111°
32°	SP	Osasco	954.697.411,39	696.850	27°
33°	SP	Santo André	948.949.089,04	716.109	24°
34°	SP	Jundiaí	945.055.809,02	414.810	57°
35°	PR	Londrina	933.705.293,63	563.943	38°
36°	MG	Betim	872.563.912,66	432.575	54°
37°	SE	Aracaju	858.972.778,69	648.939	32°
38°	MG	Uberlândia	854.289.705,75	683.247	29°
39°	RS	Caxias do Sul	854.254.572,04	504.069	44°
40°	MG	Contagem	839.525.440,15	659.070	31°
41°	ES	Vitória	834.904.961,58	358.267	71°
42°	MG	Juiz de Fora	815.883.907,89	564.310	37°
43°	SP	Paulínia	749.592.100,26	106.776	290°
44°	SP	Piracicaba	735.986.147,01	400.949	61°
45°	RO	Porto Velho	722.237.535,01	519.531	40°
46°	SC	Blumenau	684.609.385,05	352.460	73°
47°	RJ	Nova Iguaçu	676.154.523,75	818.875	22°
48°	PR	Maringá	661.465.117,48	417.010	56°
49°	SP	Praia Grande	642.319.026,89	319.146	84°
50°	SP	Diadema	639.695.921,28	420.934	55°
51°	GO	Anápolis	634.814.347,04	381.970	64°
52°	PE	Jaboatão dos Guararapes	632.292.728,27	697.636	26°

Posição	UF	Município	Pessoal	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
53°	SP	Bauru	628.019.803,94	374.272	67°
54°	RJ	São Gonçalo	623.638.964,59	1.077.687	15°
55°	SC	Itajaí	602.902.778,89	215.895	138°
56°	SP	São Caetano do Sul	585.829.541,05	160.275	182°
57°	SP	São José do Rio Preto	568.850.228,15	456.245	51°
58°	ES	Serra	555.946.558,78	507.598	43°
59°	SP	Taubaté	552.759.114,94	311.854	87°
60°	RS	Canoas	552.083.007,45	344.957	76°
61°	PB	Campina Grande	543.861.458,00	407.472	58°
62°	GO	Aparecida de Goiânia	537.944.725,66	565.957	36°
63°	SP	Mogi das Cruzes	533.655.045,01	440.769	52°
64°	PA	Parauapebas	525.964.178,16	202.882	150°
65°	SP	Guarujá	506.683.316,34	318.107	85°
66°	PR	Foz do Iguaçu	500.279.338,04	258.823	107°
67°	BA	Camaçari	496.549.210,79	293.723	93°
68°	RJ	Petrópolis	489.453.888,13	305.687	88°
69°	RR	Boa Vista	488.622.265,55	375.374	66°
70°	SP	Cubatão	484.835.721,55	129.760	226°
71°	RJ	Angra dos Reis	480.897.185,26	200.407	152°
72°	TO	Palmas	476.723.189,37	291.855	94°
73°	PR	Cascavel	469.877.283,88	324.476	83°
74°	MG	Governador Valadares	468.668.060,20	278.685	99°
75°	GO	Rio Verde	453.515.373,20	229.651	129°
76°	RS	Pelotas	444.817.352,99	341.648	78°
77°	PR	Ponta Grossa	441.455.912,54	348.043	75°
78°	SP	São Vicente	436.164.425,09	363.173	70°
79°	MG	Uberaba	435.124.441,30	330.361	81°
80°	RJ	Volta Redonda	430.942.147,67	271.998	102°
81°	PR	São José dos Pinhais	430.073.188,06	317.476	86°
82°	AP	Macapá	429.816.698,34	493.634	46°
83°	RJ	Maricá	424.166.629,66	157.789	184°
84°	ES	Vila Velha	416.280.295,55	486.208	48°
85°	PE	Ipojuca	415.467.608,20	94.709	332°
86°	SP	Marília	413.851.924,28	237.130	121°
87°	SP	Limeira	413.092.865,74	303.682	89°
88°	BA	Feira de Santana	407.286.944,65	609.913	33°
89°	PA	Marabá	403.747.493,53	275.086	101°
90°	SP	Araraquara	397.692.606,17	233.744	126°
91°	SP	Rio Claro	392.278.842,06	204.797	149°
92°	SP	Americana	389.889.015,91	237.112	122°
93°	SP	Indaiatuba	389.878.495,67	246.908	113°
94°	MG	Montes Claros	388.577.531,02	404.804	59°
95°	MS	Dourados	386.043.900,37	220.965	135°
96°	PE	Caruaru	384.731.883,72	356.872	72°
97°	SP	São Carlos	384.614.497,02	249.415	112°
98°	RS	São Leopoldo	384.158.977,19	234.947	124°
99°	SC	Balneário Camboriú	381.785.534,45	138.732	208°
100°	PE	Cabo de Santo Agostinho	381.157.465,22	205.112	147°

		Total dos 100 maiores	121.991.472.070,08	77.839.273	..
		Total dos demais	178.200.113.896,83	127.677.903	..
		Total Brasil¹	300.191.585.966,91	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Pessoal per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Pessoal per capita	Pessoal	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
1º	MG	Serra da Saudade	7.561,78	5.943.560,91	786	5568º
2º	BA	São Francisco do Conde	7.086,56	278.770.983,60	39.338	861º
3º	RS	Engenho Velho	7.062,14	7.683.605,27	1.088	5565º
4º	SP	Paulínia	7.020,23	749.592.100,26	106.776	290º
5º	SP	Nova Castilho	6.562,53	8.235.976,22	1.255	5558º
6º	SP	Borá	6.362,59	5.319.122,66	836	5567º
7º	SP	Uru	6.243,56	7.348.668,74	1.177	5561º
8º	MG	Cachoeira Dourada	6.149,10	16.461.147,54	2.677	5226º
9º	ES	Presidente Kennedy	6.047,90	69.478.227,85	11.488	2804º
10º	RN	Guamaré	5.944,21	91.237.643,37	15.349	2247º
11º	MG	Jeceaba	5.921,73	29.448.769,12	4.973	4323º
12º	GO	Anhanguera	5.910,11	6.719.796,49	1.137	5563º
13º	MG	Grupiara	5.879,97	8.167.279,73	1.389	5553º
14º	MT	Araguainha	5.714,79	5.463.343,66	956	5566º
15º	RS	Pinhal da Serra	5.553,50	10.912.624,81	1.965	5455º
16º	RS	União da Serra	5.488,77	6.542.614,15	1.192	5560º
17º	AM	Japurá	5.436,19	17.749.168,48	3.265	4988º
18º	SP	Pontes Gestal	5.329,26	13.733.497,26	2.577	5254º
19º	MS	Jatei	5.244,63	21.156.840,26	4.034	4680º
20º	SP	Turmalina	5.236,91	9.211.722,71	1.759	5500º
21º	PR	Jardim Olinda	5.187,66	6.967.022,35	1.343	5555º
22º	RS	Pedras Altas	5.180,52	10.412.838,73	2.010	5441º
23º	RJ	Quissamã	5.090,55	123.425.417,34	24.246	1457º
24º	RN	Bodó	5.052,91	11.369.048,31	2.250	5373º
25º	PA	Jacareacanga	5.021,98	44.690.591,20	8.899	3274º
26º	GO	Davinópolis	4.899,65	10.259.861,23	2.094	5425º
27º	SP	Flora Rica	4.893,17	7.334.866,05	1.499	5545º
28º	SC	Santiago do Sul	4.887,17	6.284.895,53	1.286	5557º
29º	MG	Tapira	4.829,15	22.750.114,72	4.711	4439º
30º	RS	Capão Bonito do Sul	4.793,26	7.995.162,03	1.668	5513º
31º	SC	Presidente Castello Branco	4.737,18	7.532.110,27	1.590	5528º
32º	SP	Santana da Ponte Pensa	4.731,18	7.129.883,93	1.507	5543º
33º	ES	Itapemirim	4.700,20	159.957.161,04	34.032	993º
34º	SP	Ilha Comprida	4.655,12	51.043.372,36	10.965	2922º
35º	SC	Piratuba	4.649,07	18.433.543,10	3.965	4716º
36º	MG	Cedro do Abaeté	4.577,56	5.360.319,66	1.171	5562º
37º	SP	Paulistânia	4.527,26	8.293.947,08	1.832	5485º
38º	SP	Monções	4.520,40	10.179.935,18	2.252	5372º
39º	RS	Triunfo	4.516,22	131.905.224,20	29.207	1186º
40º	RS	Porto Vera Cruz	4.481,90	6.341.893,95	1.415	5550º
41º	GO	Alto Horizonte	4.476,81	27.836.806,39	6.218	3929º
42º	GO	Cachoeira de Goiás	4.455,48	6.063.914,58	1.361	5554º
43º	SC	Capão Alto	4.447,90	11.368.838,55	2.556	5268º
44º	SP	Turiúba	4.433,02	8.919.237,55	2.012	5440º
45º	MG	Água Comprida	4.426,45	8.875.031,34	2.005	5443º
46º	SP	Santa Clara d'Oeste	4.402,32	9.324.117,73	2.118	5413º
47º	PE	Ipojuca	4.386,78	415.467.608,20	94.709	332º
48º	RS	Tupanci do Sul	4.360,50	6.479.704,55	1.486	5546º
49º	RS	Dois Irmãos das Missões	4.349,26	8.889.880,83	2.044	5435º
50º	RS	Lagoa dos Três Cantos	4.342,70	6.996.095,63	1.611	5524º
51º	SC	Flor do Sertão	4.319,56	6.850.826,59	1.586	5529º
52º	MS	Selvíria	4.305,94	28.053.211,48	6.515	3845º

Posição	UF	Município	Pessoal per capita	Pessoal	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
53º	PR	Nova Aliança do Ivaí	4.302,73	6.600.386,44	1.534	5539º
54º	GO	Lagoa Santa	4.299,63	6.685.931,93	1.555	5534º
55º	SP	Mesópolis	4.287,02	8.188.206,14	1.910	5468º
56º	PB	São José do Brejo do Cruz	4.282,45	7.669.874,19	1.791	5493º
57º	SC	Paial	4.275,01	6.570.684,56	1.537	5537º
58º	SP	Santa Salete	4.256,00	6.549.980,85	1.539	5536º
59º	PR	Altamira do Paraná	4.253,28	9.395.493,81	2.209	5391º
60º	PR	Alto Paraíso	4.252,59	11.903.001,54	2.799	5172º
61º	SC	Jardinópolis	4.251,58	6.781.264,69	1.595	5527º
62º	SC	Lajeado Grande	4.236,82	6.088.311,95	1.437	5548º
63º	MG	Antônio Prado de Minas	4.229,84	6.805.809,48	1.609	5525º
64º	RJ	São João da Barra	4.220,58	152.523.406,68	36.138	933º
65º	GO	Aparecida do Rio Doce	4.215,57	10.429.312,44	2.474	5308º
66º	RS	Santo Antônio do Planalto	4.180,55	8.444.705,69	2.020	5439º
67º	RS	Eugênio de Castro	4.173,51	10.258.482,89	2.458	5314º
68º	RS	Vista Alegre do Prata	4.172,84	6.530.489,77	1.565	5532º
69º	SC	Tigrinhos	4.163,92	6.853.805,91	1.646	5518º
70º	SP	São Sebastião	4.148,60	363.400.644,07	87.596	367º
71º	GO	Água Limpa	4.124,64	7.721.318,64	1.872	5475º
72º	MS	Taquarussu	4.117,40	14.752.633,95	3.583	4865º
73º	RS	Alto Alegre	4.101,68	6.821.094,08	1.663	5517º
74º	RO	Pimenteiras do Oeste	4.096,86	8.976.223,23	2.191	5394º
75º	GO	Perolândia	4.075,07	12.697.917,36	3.116	5048º
76º	RJ	Porto Real	4.067,48	78.831.748,90	19.381	1815º
77º	RN	São Bento do Norte	4.060,39	11.279.754,37	2.778	5181º
78º	MT	Campos de Júlio	4.055,15	27.210.051,24	6.710	3784º
79º	SP	Zacarias	4.048,16	10.865.255,89	2.684	5219º
80º	PR	São Manoel do Paraná	4.040,37	8.719.122,21	2.158	5396º
81º	SP	Arco-Íris	4.039,76	7.316.000,03	1.811	5489º
82º	RS	Nova Boa Vista	4.037,12	7.258.748,65	1.798	5491º
83º	PR	Saudade do Iguaçu	4.012,77	21.905.731,27	5.459	4171º
84º	RS	Quatro Irmãos	4.009,15	7.400.896,87	1.846	5480º
85º	RS	Vila Lângaro	3.997,56	8.402.860,62	2.102	5421º
86º	SP	Rubinéia	3.994,74	12.483.560,63	3.125	5041º
87º	MG	Olaria	3.990,58	7.083.282,93	1.775	5498º
88º	ES	Anchieta	3.988,00	114.599.242,62	28.736	1203º
89º	SC	Treviso	3.965,65	15.430.334,54	3.891	4754º
90º	SP	Sandovalina	3.944,29	16.755.354,17	4.248	4611º
91º	SC	Alto Bela Vista	3.939,45	7.674.045,82	1.948	5461º
92º	RS	Novo Xingu	3.933,16	6.792.573,29	1.727	5504º
93º	SP	União Paulista	3.931,22	7.166.614,62	1.823	5487º
94º	RS	São José do Inhacorá	3.930,13	8.217.901,20	2.091	5427º
95º	RS	Boa Vista do Cadeado	3.920,03	9.694.225,14	2.473	5310º
96º	RS	São José do Herval	3.918,64	7.837.284,21	2.000	5446º
97º	RS	Nicolau Vergueiro	3.912,69	6.608.526,67	1.689	5512º
98º	RS	André da Rocha	3.910,13	5.177.012,42	1.324	5556º
99º	RS	Cruzaltense	3.903,20	7.298.989,76	1.870	5476º
100º	PI	Miguel Leão	3.902,17	4.877.707,72	1.250	5559º

		Total dos 100 maiores	4.997,20	3.691.504.980,85	738.714	..
		Total dos demais	1.447,91	296.500.080.986,06	204.778.462	..
		Total Brasil¹	1.460,66	300.191.585.966,91	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Despesa de custeio cresce e fica próximo à registrada em 2014

O aumento de 7,2% nos custeios, em 2018, ocorreu depois de três anos de contração no gasto e deu vazão a uma série de demandas reprimidas nas cidades.

Desempenho

Diante da mais grave crise econômica brasileira, com o Produto Interno Bruto (PIB) sofrendo duas quedas sucessivas – de 3,5% e 3,3% no biênio 2015-2016 –, os municípios reduziram em 3% as despesas de custeio em cada um dos exercícios daquele período. Esses cortes foram uma reação das administrações às duas fortes retrações provocadas pela crise na receita corrente das cidades do país, de 2,3% e 2,6%, consecutivamente em 2015 e 2016, descontados os recursos extraordinários provenientes da Lei da Repatriação em 2016¹.

Em 2017, perante a tímida expansão das receitas municipais – uma variação positiva de 2,1% (mais uma vez desconsideradas as receitas extraordinárias da Lei da Repatriação) – e o ainda bastante incerto cenário da economia nacional, as administrações municipais em primeiro ano de mandato deram continuidade à política de contenção de despesas de custeio. Entretanto, o ritmo da queda

desacelerou sensivelmente, pois em 2017 tais gastos foram apenas 1,7% menores se comparados aos executados no exercício anterior. Isso foi um claro sinal de que as gestões municipais encontravam dificuldades crescentes para continuarem a fazer cortes substanciais nesses custos.

**TRÊS ANOS SEGUIDOS DE
CORTES DE GASTOS, QUE EM
GRANDE MEDIDA SE FIZERAM
POR MEIO DE REVISÃO DE
CONTRATOS COM FORNECEDORES
E INTERRUPÇÃO TOTAL OU
PARCIAL DE DETERMINADOS
SERVIÇOS, GERARAM MUITAS
DEMANDAS REPRESADAS.**

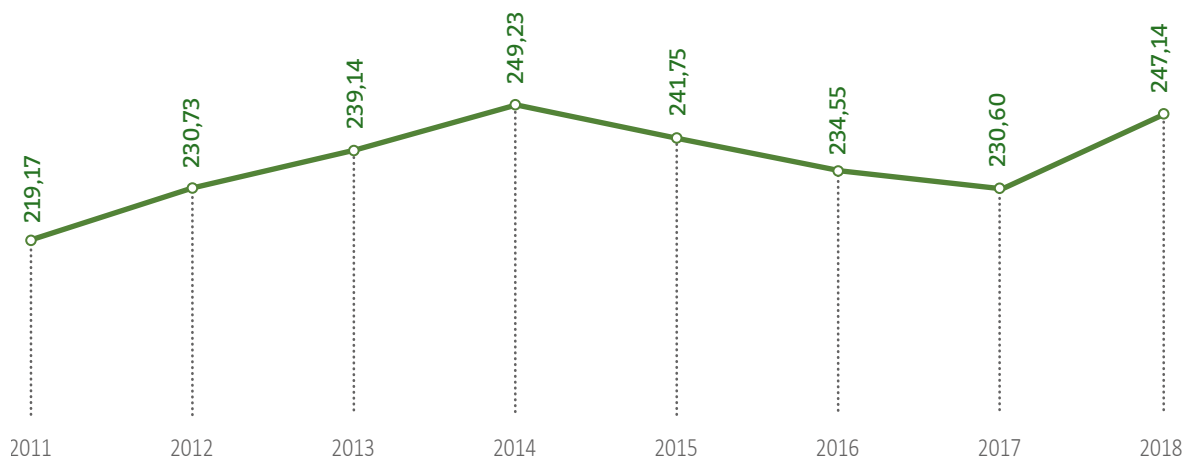
¹ Sobre a Lei nº 13.254/2016, que instituiu o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), veja as análises publicadas em Multi Cidades ano 13/2018 e ano 14/2019. Acesso a todas as edições de Multi Cidades em www.fnp.org.br/publicacoes e http://www.aequus.com.br/anuarios_brasil.html

Conforme alertado na edição anterior de **Multi Cidades**, essas demandas iriam se manifestar tão logo as receitas municipais apresentassem alguma melhora, pressionando para cima o dispêndio com custeio.

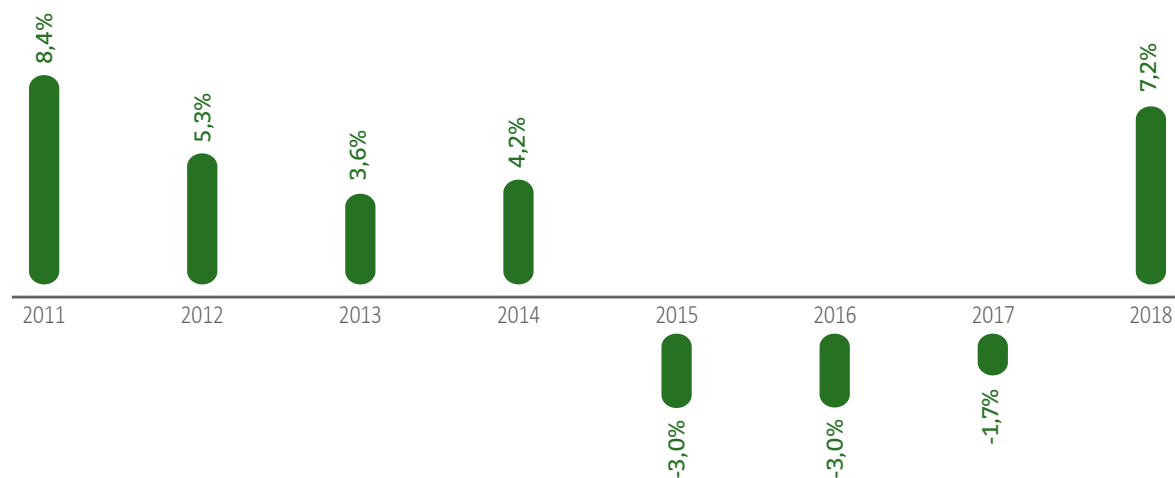
Com efeito, em 2018, a receita corrente municipal subiu 4,7%, em termos reais, percentual um pouco superior ao de 2017. Isso abriu espaço para que essas despesas das cidades brasileiras

avançassem 7,2% e atingissem a cifra de R\$ 247,14 bilhões, dando vazão a uma parte da demanda reprimida por três anos de enxugamento. Esse aumento, que já considera a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi suficiente para que o patamar alcançado em 2018 praticamente se igualasse ao de 2014, ano com o maior nível de gasto, da ordem de R\$ 249,23 bilhões.

Evolução da despesa com custeio em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Taxa de crescimento da despesa com custeio em relação ao ano anterior



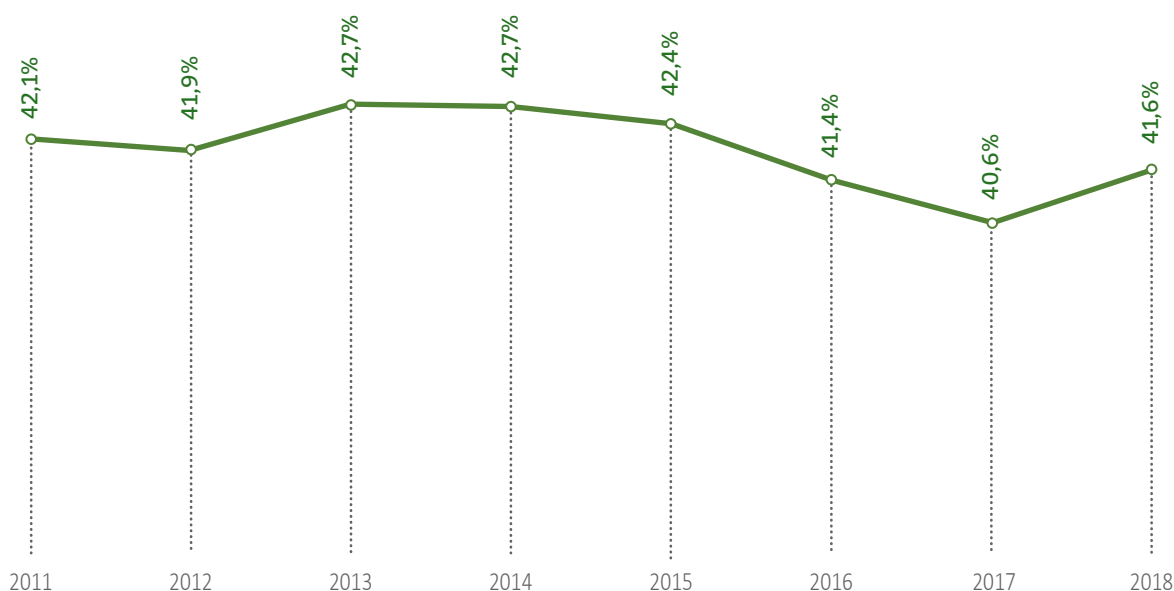
Se excluídos da análise os dados dos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – os que possuem as maiores despesas do Brasil –, a expansão média do custeio entre 2017 e 2018 vai para 8,9%, praticamente a mesma taxa observada nos pequenos municípios, aqueles com até 20 mil habitantes, que foi de 9,1%.

O NÍVEL DE COMPROMETIMENTO DA RECEITA CORRENTE COM O CUSTEIO MUNICIPAL VOLTOU A SUBIR E ATINGIU 41,6%, EM 2018. APESAR DA ALTA, O INDICADOR ESTÁ CERCA DE UM PONTO PERCENTUAL ABAIXO DO PADRÃO PREVALECENTE NA PRIMEIRA METADE DA PRESENTE DÉCADA.

Se eliminadas essas mesmas capitais do conjunto das 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, a alta média vista é de 7%; nas capitais, fica em 5,3%. No Rio de Janeiro, as despesas vêm recuando desde 2013, sendo que em 2018 experimentaram declínio de 3,6%. Em Belo Horizonte, o retrocesso chegou a 4,1% e, na cidade de São Paulo, os custeios ficaram praticamente estáveis, posicionando-se na casa dos R\$ 26,67 bilhões.

O corte de gasto no período mais crítico da crise econômica derrubou o peso do custeio na receita corrente para o seu nível mais baixo em 2017, quando atingiu 40,6%. Em 2018, por outro lado, o aumento do dispêndio num ritmo mais intenso que o da receita corrente elevou essa participação para 41,6%. Apesar da alta, tal comprometimento ainda está cerca de um ponto percentual abaixo do padrão prevalecente na primeira metade da presente década.

Participação da despesa de custeio na receita corrente

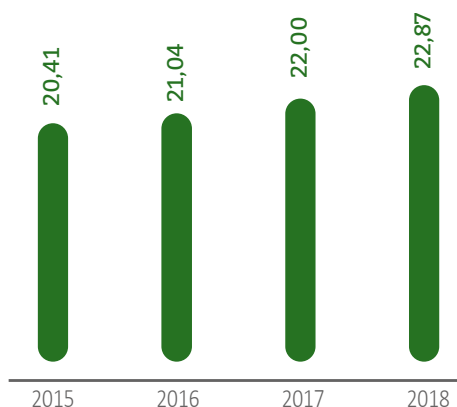


Uma parcela do custeio municipal é composta por recursos transferidos para as instituições sociais sem fins lucrativos que prestam serviços de caráter público. São organizações do terceiro setor que trabalham marcadamente nas áreas de assistência social, saúde e educação. Nesse sentido, elas são braços da sociedade civil que operam nos campos sociais de forma a complementar a atuação direta do poder público municipal.

Em 2018, duas de cada três cidades transferiram recursos para as organizações sociais, num somatório de R\$ 22,87 bilhões, importância que correspondeu, em média, a 9,3% de todo o custeio municipal. Desse montante, R\$ 8,75 bilhões foram efetuados pelo município de São Paulo e R\$ 2,01 bilhões, pelo Rio de Janeiro. Juntos, esses entes responderam por 47,1% do dinheiro repassado. A fatia alcança 56,2% para o conjunto das capitais.

Valores transferidos pelas administrações municipais para instituições sem fins lucrativos para custeio

Em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018

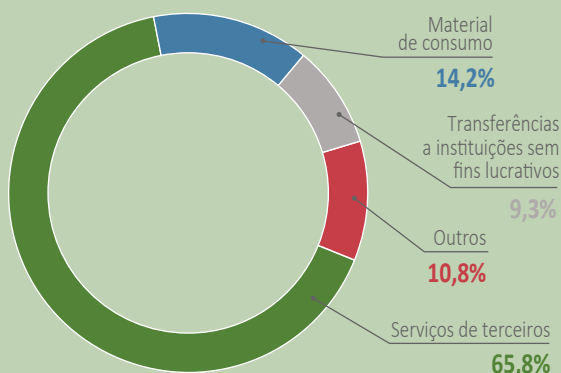


Composição dos custeios

No conceito adotado por **Multi Cidades**, as despesas de custeio correspondem a todos os gastos correntes, exceto pessoal e pagamentos de juros e encargos da dívida. O grupo mais importante é formado por serviços de terceiros, que responderam por 65,8% de todo o custeio em 2018. Foram seguidos pelas categorias de material de consumo (14,2%), transferências para instituições privadas sem fins lucrativos (9,3%) e demais custeios (10,7%).

Despesas importantes como os serviços de iluminação pública e limpeza urbana são consideradas custeios. Outros grandes itens nessa classificação são a manutenção de vias, escolas, postos de saúde, centros esportivos, parques, praças, jardins e outras áreas públicas; bem como a sinalização da cidade e a compra de material de consumo utilizado nas escolas, nos órgãos da administração municipal e nos serviços de saúde. Ainda podem ser citados os custos com publicidade, estudos e pesquisas; treinamentos e cursos; consultorias; desenvolvimento e manutenção de sistemas, além dos recursos repassados para organizações não governamentais sem fins lucrativos que prestam serviços de caráter público, entre outros.

Composição da despesa com custeio - 2018



Custeio | 2014-2018

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. desp. total 2018	Part. rec. corrente 2018	Custeio per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$	
	18.182.253	Norte	15.397.393,6	14.722.721,0	13.905.834,8	13.630.309,3	15.180.968,2	11,4	36,8	38,1	834,93
AC	401.155	Rio Branco	315.049,7	302.559,2	326.062,9	312.776,6	355.266,4	13,6	42,7	42,2	885,61
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	39.660,1	33.242,8	41.008,4	46.885,5	56.917,8	21,4	34,5	39,1	649,21
AP	493.634	Macapá	214.783,8	246.032,7	256.156,2	279.891,6	300.183,3	7,2	38,5	46,3	608,11
AP	119.610	Santana	...	40.403,8	...	58.841,7	51.517,6	-12,4	34,6	..	430,71
AM	2.145.444	Manaus	1.913.680,2	1.874.838,5	1.801.376,8	1.790.625,0	1.852.516,4	3,5	40,3	40,7	863,47
AM	113.168	Parintins	101.495,7	85.223,2	...	75.696,3	86.127,2	13,8	40,7	43,7	761,06
PA	1.485.732	Belém	1.397.131,8	1.309.545,4	989.538,6	1.038.199,5	1.097.587,7	5,7	39,6	40,8	738,75
PA	525.566	Ananindeua	244.566,7	248.829,4	...	253.969,6	252.767,7	-0,5	38,1	39,4	480,94
PA	302.667	Santarém	231.880,7	255.848,1	238.651,1	163.603,1	221.842,1	35,6	35,7	36,9	732,96
PA	275.086	Marabá	386.085,8	312.087,4	213.574,7	277.995,1	314.266,5	13,0	38,4	38,2	1.142,43
RO	519.531	Porto Velho	497.732,8	552.827,4	494.968,5	451.525,8	484.250,1	7,2	37,3	36,3	932,09
RO	127.907	Ji-Paraná	83.517,5	85.016,1	78.452,7	76.298,8	79.197,6	3,8	35,5	33,0	619,18
RR	375.374	Boa Vista	361.348,5	353.598,0	317.928,5	354.806,4	410.885,7	15,8	35,3	38,0	1.094,60
RR	29.533	Rorainópolis	18.490,4	26.568,3	20.430,0	...	15.337,3	..	17,1	27,2	519,33
TO	291.855	Palmas	349.661,5	362.450,3	378.314,3	380.917,7	389.897,5	2,4	40,0	36,2	1.335,93
TO	177.517	Araguaína	145.981,6	161.012,5	167.039,8	145.212,0	174.608,1	20,2	41,4	41,5	983,61
	56.757.759	Nordeste	52.596.633,0	50.576.269,1	48.461.015,9	47.721.375,5	52.725.922,4	10,5	38,7	39,8	928,96
AL	1.012.382	Maceió	912.947,9	809.152,1	833.556,2	896.411,2	1.005.471,5	12,2	43,7	51,1	993,17
AL	230.417	Arapiraca	248.598,1	280.413,2	233.309,8	214.830,9	255.138,5	18,8	43,2	48,1	1.107,29
BA	2.857.329	Salvador	2.749.094,9	2.798.198,4	2.812.783,5	2.692.696,3	2.958.640,1	9,9	49,0	50,7	1.035,46
BA	609.913	Feira de Santana	571.310,5	579.651,9	559.230,4	596.107,3	628.996,4	5,5	56,1	47,2	1.031,29
BA	338.885	Vitória da Conquista	267.575,2	263.611,9	237.855,2	243.229,3	248.507,7	2,2	38,6	39,2	733,31
BA	293.723	Camaçari	491.981,0	479.217,7	421.562,9	403.754,5	483.261,6	19,7	43,9	43,9	1.645,30
CE	2.643.247	Fortaleza	2.798.048,6	2.683.613,4	2.425.174,5	2.667.471,1	2.675.724,1	0,3	41,6	42,5	1.012,29
CE	363.982	Caucaia	239.539,0	217.548,5	205.672,3	196.619,8	313.518,2	59,5	47,0	..	861,36
CE	271.926	Juazeiro do Norte	189.221,6	148.943,0	155.821,9	203.537,2	199.047,1	-2,2	37,7	38,8	731,99
MA	1.094.667	São Luís	1.170.199,3	1.051.111,1	979.762,2	927.419,8	1.086.115,9	17,1	40,1	40,0	992,19
MA	258.016	Imperatriz	...	256.688,4	277.523,5	238.261,9	327.207,0	37,3	46,2	49,4	1.268,17
PB	800.323	João Pessoa	794.138,3	729.304,2	645.523,0	699.252,0	684.848,0	-2,1	36,0	34,9	855,71
PB	407.472	Campina Grande	292.543,4	279.184,7	278.007,5	271.192,9	264.785,6	-2,4	30,4	32,6	649,83
PE	1.637.834	Recife	2.147.848,9	1.946.883,2	1.649.898,9	1.736.431,3	1.900.232,9	9,4	42,1	43,3	1.160,21
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	478.370,5	457.613,6	442.023,1	433.767,2	521.350,7	20,2	43,1	44,0	747,31
PE	391.835	Olinda	239.833,2	222.797,3	225.298,8	218.332,0	275.083,9	26,0	44,6	46,3	702,04
PE	356.872	Caruaru	261.568,9	252.670,0	210.472,0	194.352,6	245.901,1	26,5	34,4	37,7	689,05
PE	343.865	Petrolina	210.701,6	237.455,7	234.518,5	214.392,7	284.047,0	32,5	42,4	43,7	826,04
PE	329.117	Paulista	171.671,2	162.551,7	146.685,6	154.029,8	165.676,9	7,6	37,3	36,9	503,40
PI	861.442	Teresina	1.003.641,4	987.782,8	1.008.305,8	948.044,1	1.035.650,4	9,2	38,2	39,5	1.202,23
PI	152.653	Parnaíba	118.223,4	115.762,3	103.631,3	116.932,5	120.168,7	2,8	36,1	..	787,20
RN	877.640	Natal	909.898,0	834.504,1	1.009.959,3	...	...	..	..	..	...
RN	294.076	Mossoró	240.743,6	251.561,2	209.590,1	184.700,3	222.248,9	20,3	35,5	37,0	755,75
SE	648.939	Aracaju	775.304,8	787.545,8	662.183,4	568.493,8	662.682,1	16,6	41,5	39,6	1.021,18
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	110.329,2	102.010,4	98.284,5	89.007,6	...	..	..	..	...
	13.111.182	Centro-Oeste¹	14.959.573,2	14.614.485,3	14.686.698,6	13.843.995,0	15.320.189,1	10,7	38,8	39,0	1.168,48
GO	1.495.705	Goiânia	1.954.844,3	1.877.606,4	1.881.242,9	1.687.239,3	1.671.923,1	-0,9	39,8	38,8	1.117,82
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	273.683,4	307.492,0	317.468,2	288.008,1	339.016,4	17,7	34,5	32,7	599,01
GO	381.970	Anápolis	351.962,2	326.791,8	406.673,5	345.533,5	356.020,2	3,0	33,8	35,2	932,06
MT	607.153	Cuiabá	754.410,9	737.311,9	765.659,4	752.681,2	880.168,2	16,9	40,7	43,7	1.449,66
MT	282.009	Várzea Grande	181.031,1	183.117,1	183.650,1	172.162,6	190.694,5	10,8	33,6	35,3	676,20
MS	885.711	Campo Grande	1.384.621,1	1.331.082,2	1.130.933,0	1.279.765,6	1.250.832,2	-2,3	37,8	39,5	1.412,24
MS	220.965	Dourados	284.156,3	290.506,8	254.203,8	252.752,5	279.651,7	10,6	39,2	37,0	1.265,59
	87.711.946	Sudeste	129.571.023,0	125.459.369,9	121.846.540,5	119.922.118,7	125.960.263,6	5,0	43,7	44,4	1.436,07
ES	358.267	Vitória	704.086,1	612.159,7	499.046,9	543.852,4	597.125,0	9,8	37,9	38,1	1.666,70
ES	507.598	Serra	462.930,6	...	396.813,3	450.691,2	482.540,4	7,1	40,9	41,3	950,63
ES	486.208	Vila Velha	386.594,4	369.505,7	368.149,3	347.428,4	395.433,2	13,8	44,0	43,0	813,30
ES	378.603	Cariacica	261.283,3	250.588,5	213.908,9	214.974,0	234.409,0	9,0	40,3	39,1	619,14
MG	2.501.576	Belo Horizonte	4.918.776,1	4.599.536,2	4.217.728,2	4.615.044,7	4.423.911,6	-4,1	46,4	47,4	1.768,45
MG	683.247	Uberlândia	1.039.429,9	1.075.956,7	924.069,9	984.878,3	1.023.325,5	3,9	50,1	51,6	1.497,74
MG	659.070	Contagem	567.282,7	554.796,5	506.648,3	591.531,7	640.230,7	8,2	39,5	40,6	971,42

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. desp. total 2018	Part. rec. corrente 2018	Custeio per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018						em %		em R\$
MG	564.310	Juiz de Fora	713.239,7	741.787,1	684.220,6	700.521,4	692.776,0	-1,1	44,3	47,7	1.227,65
MG	432.575	Betim	531.751,6	479.582,1	451.387,9	438.055,1	489.926,3	11,8	32,9	32,1	1.132,58
MG	404.804	Montes Claros	414.802,1	410.679,3	144.071,5	151.110,0	315.763,3	109,0	41,2	42,4	780,04
MG	331.045	Ribeirão das Neves	210.863,6	167.591,0	149.172,0	138.026,9	137.627,2	-0,3	31,4	36,7	415,74
MG	330.361	Uberaba	460.860,0	472.492,4	461.149,7	488.099,0	513.722,9	5,2	49,8	49,8	1.555,03
MG	278.685	Governador Valadares	331.828,4	346.360,7	310.569,9	277.679,0	302.737,4	9,0	37,3	40,9	1.086,31
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	9.394.110,9	8.982.234,9	8.848.947,5	7.979.930,9	7.692.301,5	-3,6	33,3	35,1	1.150,01
RJ	1.077.687	São Gonçalo	525.775,8	428.598,1	...	435.399,8	451.305,1	3,7	39,6	40,1	418,77
RJ	914.383	Duque de Caxias	929.564,9	921.334,3	921.485,0	748.814,5	937.092,1	25,1	39,5	..	1.024,84
RJ	818.875	Nova Iguaçu	643.198,4	675.518,0	776.758,4	618.167,5	599.740,9	-3,0	43,0	43,7	732,40
RJ	511.786	Niterói	859.596,6	812.189,6	816.007,6	912.322,1	1.044.702,3	14,5	39,1	..	2.041,29
RJ	508.614	Belford Roxo	332.460,0	283.031,9	255.783,0	253.545,8	292.920,3	15,5	42,1	44,9	575,92
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	1.434.265,0	1.060.225,2	1.753.649,3	661.776,3	776.878,2	17,4	41,0	40,8	1.543,19
RJ	471.888	São João de Meriti	234.105,5	240.853,4	288.510,9	234.809,9	...	..	..	..	...
RJ	305.687	Petrópolis	487.247,5	438.705,7	418.838,8	528.572,6	483.610,8	-8,5	46,7	47,9	1.582,05
RJ	271.998	Volta Redonda	482.321,9	440.679,7	337.268,4	380.229,7	468.401,5	23,2	49,3	..	1.722,08
SP	12.176.866	São Paulo	24.486.929,9	25.089.796,3	25.640.782,0	26.701.205,2	26.672.489,7	-0,1	51,2	53,0	2.190,42
SP	1.365.899	Guarulhos	1.954.001,2	1.893.074,8	1.623.816,0	1.759.967,9	1.815.620,9	3,2	43,9	44,0	1.329,25
SP	1.194.094	Campinas	2.087.000,9	2.232.821,6	2.150.076,1	2.189.356,9	2.190.998,9	0,1	46,8	48,0	1.834,86
SP	833.240	São Bernardo do Campo	2.155.352,6	1.939.076,4	1.804.053,0	1.639.744,7	1.716.546,2	4,7	43,7	49,4	2.060,09
SP	716.109	Santo André	1.482.326,5	1.336.798,7	1.265.674,2	1.158.412,2	1.250.464,3	7,9	52,2	52,5	1.746,19
SP	713.943	São José dos Campos	1.337.882,1	1.303.023,6	1.217.813,3	1.143.462,2	1.264.596,3	10,6	47,0	53,1	1.771,28
SP	696.850	Osasco	931.296,7	954.096,8	951.818,9	869.316,4	1.059.188,9	21,8	48,4	48,8	1.519,97
SP	694.534	Ribeirão Preto	1.088.647,0	1.056.728,9	1.073.986,7	908.765,0	992.740,9	9,2	38,8	40,1	1.429,36
SP	671.186	Sorocaba	1.308.018,8	1.295.387,5	1.202.386,6	1.114.999,0	1.234.312,7	10,7	49,9	46,9	1.839,00
SP	468.148	Mauá	577.854,8	561.581,3	591.314,4	545.817,1	539.683,5	-1,1	54,6	56,5	1.152,81
SP	456.245	São José do Rio Preto	847.753,4	860.584,3	796.642,9	769.918,3	840.289,4	9,1	52,6	54,3	1.841,75
SP	440.769	Mogi das Cruzes	456.263,2	615.230,9	630.643,7	644.121,7	671.463,8	4,2	48,8	49,9	1.523,39
SP	432.957	Santos	962.002,9	...	954.275,0	978.943,7	1.032.521,8	5,5	43,6	45,3	2.384,81
SP	420.934	Diadema	469.345,2	434.412,7	426.689,0	441.150,0	454.281,5	3,0	37,9	42,4	1.079,22
SP	414.810	Jundiaí	869.340,8	890.474,7	930.308,2	847.786,8	879.467,3	3,7	46,0	44,5	2.120,17
SP	400.949	Piracicaba	745.583,7	756.402,6	736.475,7	750.557,0	745.945,1	-0,6	48,3	49,3	1.860,45
SP	398.611	Carapicuíba	205.884,7	248.904,7	219.350,8	...	216.686,5	..	42,9	45,6	543,60
SP	374.272	Bauru	375.290,7	340.518,6	353.224,0	363.619,4	369.387,8	1,6	33,5	34,9	986,95
29.754.036 Sul			36.710.022,3	36.372.163,2	35.646.343,2	35.486.183,7	37.955.491,4	7,0	39,1	38,2	1.275,64
PR	1.917.185	Curitiba	3.718.542,4	3.390.767,2	3.072.665,5	3.321.136,6	3.369.906,1	1,5	45,4	44,2	1.757,74
PR	563.943	Londrina	656.295,6	729.803,3	704.764,1	760.258,3	811.763,2	6,8	43,5	49,7	1.439,44
PR	417.010	Maringá	449.290,2	478.797,3	479.853,0	514.395,4	562.926,0	9,4	37,4	40,7	1.349,91
PR	348.043	Ponta Grossa	233.762,7	245.523,2	237.594,4	246.271,1	264.732,6	7,5	32,2	37,9	760,63
PR	324.476	Cascavel	233.491,3	266.310,1	263.804,0	250.154,8	269.319,0	7,7	31,3	31,0	830,01
PR	317.476	São José dos Pinhais	404.231,0	477.166,1	424.695,6	396.641,1	380.094,3	-4,2	44,4	40,1	1.197,24
PR	258.823	Foz do Iguaçu	312.698,5	330.303,8	271.331,6	314.979,9	354.119,7	12,4	36,2	34,7	1.368,19
RS	1.479.101	Porto Alegre	2.573.350,5	2.361.317,4	2.318.900,3	2.219.609,7	2.166.585,9	-2,4	38,2	36,5	1.464,80
RS	504.069	Caxias do Sul	754.284,1	748.263,3	714.777,3	698.480,3	749.047,9	7,2	43,4	43,9	1.486,00
RS	344.957	Canoas	780.473,2	745.065,8	772.996,2	735.604,4	761.194,2	3,5	54,2	54,5	2.206,63
RS	341.648	Pelotas	352.315,6	348.640,2	340.312,4	356.932,2	378.142,2	5,9	42,3	42,7	1.106,82
RS	280.505	Santa Maria	176.542,1	174.751,9	176.808,3	169.332,8	180.939,7	6,9	31,2	29,2	645,05
RS	279.398	Gravataí	284.728,4	266.491,4	283.977,7	284.675,9	348.986,9	22,6	47,3	46,4	1.249,07
RS	254.101	Viamão	148.543,7	173.429,8	149.129,4	154.042,0	181.163,2	17,6	42,4	41,7	712,96
SC	492.977	Florianópolis	606.027,5	603.093,4	781.327,3	550.222,4	588.556,9	7,0	31,6	34,3	1.193,88
SC	583.144	Joinville	555.781,6	570.609,8	576.812,3	594.422,2	586.581,6	-1,3	32,6	28,6	1.005,90
SC	352.460	Blumenau	610.502,3	605.614,0	577.794,7	600.741,0	601.913,1	0,2	40,1	44,0	1.707,75
	81.785.966	Cidades selecionadas	110.692.343,4	108.328.590,7	105.577.642,7	104.465.747,7	108.547.997,4	3,9	43,4	44,5	1.327,22
	32.107.017	Até 20 mil habitantes	39.129.708,3	37.003.650,6	36.413.329,4	35.858.820,1	39.124.160,7	9,1	38,4	39,5	1.218,55
	46.749.996	Capitais	68.806.210,0	67.214.852,2	65.748.725,6	66.329.666,1	67.245.630,4	1,4	43,7	44,9	1.438,41
	205.517.176	Brasil¹	249.234.645,1	241.745.008,5	234.546.432,9	230.603.982,2	247.142.834,7	7,2	41,0	41,6	1.202,54

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ Não inclui Brasília.

Posição	UF	Município	Custeio	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	26.672.489.728,69	12.176.866	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	7.692.301.510,96	6.688.927	2º
3º	MG	Belo Horizonte	4.423.911.564,23	2.501.576	5º
4º	PR	Curitiba	3.369.906.103,51	1.917.185	7º
5º	BA	Salvador	2.958.640.085,84	2.857.329	3º
6º	CE	Fortaleza	2.675.724.052,59	2.643.247	4º
7º	SP	Campinas	2.190.998.941,12	1.194.094	13º
8º	RS	Porto Alegre	2.166.585.850,44	1.479.101	11º
9º	PE	Recife	1.900.232.934,86	1.637.834	8º
10º	AM	Manaus	1.852.516.363,17	2.145.444	6º
11º	SP	Guarulhos	1.815.620.928,34	1.365.899	12º
12º	SP	São Bernardo do Campo	1.716.546.190,97	833.240	21º
13º	GO	Goiânia	1.671.923.073,73	1.495.705	9º
14º	SP	São José dos Campos	1.264.596.328,15	713.943	25º
15º	MS	Campo Grande	1.250.832.214,09	885.711	18º
16º	SP	Santo André	1.250.464.313,52	716.109	24º
17º	SP	Sorocaba	1.234.312.737,21	671.186	30º
18º	SP	Barueri	1.226.133.546,89	271.306	104º
19º	PA	Belém	1.097.587.744,38	1.485.732	10º
20º	MA	São Luis	1.086.115.857,59	1.094.667	14º
21º	SP	Osasco	1.059.188.937,59	696.850	27º
22º	RJ	Niterói	1.044.702.301,24	511.786	41º
23º	PI	Teresina	1.035.650.405,19	861.442	20º
24º	SP	Santos	1.032.521.794,56	432.957	53º
25º	MG	Uberlândia	1.023.325.491,98	683.247	29º
26º	AL	Maceió	1.005.471.527,08	1.012.382	16º
27º	SP	Petrolina	992.740.863,18	694.534	28º
28º	RJ	Duque de Caxias	937.092.079,85	914.383	17º
29º	MT	Cuiabá	880.168.197,38	607.153	34º
30º	SP	Jundiaí	879.467.301,77	414.810	57º
31º	SP	São José do Rio Preto	840.289.395,24	456.245	51º
32º	PR	Londrina	811.763.177,06	563.943	38º
33º	RJ	Campos dos Goytacazes	776.878.229,31	503.424	45º
34º	RJ	Canoas	761.194.156,17	344.957	76º
35º	RS	Macaé	756.478.644,43	251.631	111º
36º	RS	Caxias do Sul	749.047.851,43	504.069	44º
37º	SP	Piracicaba	745.945.139,46	400.949	61º
38º	SP	São Caetano do Sul	712.891.420,74	160.275	182º
39º	RJ	Maricá	712.280.085,88	157.789	184º
40º	MG	Juiz de Fora	692.775.991,27	564.310	37º
41º	PB	João Pessoa	684.847.996,96	800.323	23º
42º	SP	Mogi das Cruzes	671.463.805,38	440.769	52º
43º	SE	Aracaju	662.682.065,10	648.939	32º
44º	MG	Contagem	640.230.727,75	659.070	31º
45º	BA	Feira de Santana	628.996.416,07	609.913	33º
46º	SC	Blumenau	601.913.099,52	352.460	73º
47º	RJ	Nova Iguaçu	599.740.889,75	818.875	22º
48º	ES	Vitória	597.125.008,50	358.267	71º
49º	SC	Florianópolis	588.556.875,78	492.977	47º
50º	SC	Joinville	586.581.642,51	583.144	35º
51º	PR	Maringá	562.925.969,34	417.010	56º
52º	SP	Praia Grande	551.006.697,27	319.146	84º

Posição	UF	Município	Custeio	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
53º	SP	Guarujá	545.434.565,20	318.107	85º
54º	SP	Mauá	539.683.462,82	468.148	50º
55º	SC	Itajaí	535.396.767,27	215.895	138º
56º	PE	Jaboatão dos Guararapes	521.350.660,47	697.636	26º
57º	MG	Uberaba	513.722.885,34	330.361	81º
58º	SP	Indaiatuba	492.182.411,47	246.908	113º
59º	MG	Betim	489.926.286,41	432.575	54º
60º	SP	Taubaté	485.663.836,24	311.854	87º
61º	RO	Porto Velho	484.250.145,27	519.531	40º
62º	RJ	Petrópolis	483.610.814,34	305.687	88º
63º	BA	Camaçari	483.261.591,96	293.723	93º
64º	ES	Serra	482.540.353,79	507.598	43º
65º	RJ	Volta Redonda	468.401.480,56	271.998	102º
66º	SP	Diadema	454.281.473,97	420.934	55º
67º	SP	Paulínia	452.003.336,26	106.776	290º
68º	RJ	São Gonçalo	451.305.134,75	1.077.687	15º
69º	RS	Novo Hamburgo	437.039.094,32	246.452	114º
70º	SP	Limeira	435.903.521,40	303.682	89º
71º	SP	São Vicente	429.065.934,28	363.173	70º
72º	PA	Parauapebas	428.757.733,57	202.882	150º
73º	SP	Jacarei	424.680.151,78	231.863	127º
74º	MT	Rondonópolis	413.618.452,61	228.857	130º
75º	SP	Araraquara	413.286.232,26	233.744	126º
76º	RR	Boa Vista	410.885.690,23	375.374	66º
77º	RJ	Angra dos Reis	402.939.546,21	200.407	152º
78º	ES	Vila Velha	395.433.180,86	486.208	48º
79º	TO	Palmas	389.897.488,29	291.855	94º
80º	PR	São José dos Pinhais	380.094.276,13	317.476	86º
81º	RS	Pelotas	378.142.187,57	341.648	78º
82º	SP	Cotia	375.653.636,71	244.694	115º
83º	SP	Bauru	369.387.813,15	374.272	67º
84º	CE	Sobral	367.551.697,90	206.644	146º
85º	GO	Anápolis	356.020.241,61	381.970	64º
86º	AC	Rio Branco	355.266.406,47	401.155	60º
87º	PR	Foz do Iguaçu	354.119.717,46	258.823	107º
88º	SP	Franca	351.097.045,48	350.400	74º
89º	RS	Gravataí	348.986.879,61	279.398	98º
90º	SP	Caraguatatuba	347.655.916,33	119.625	259º
91º	GO	Aparecida de Goiânia	339.016.394,68	565.957	36º
92º	SP	Suzano	338.740.150,07	294.638	91º
93º	SP	Marília	331.316.522,35	237.130	121º
94º	SP	Rio Claro	327.282.356,49	204.797	149º
95º	MA	Imperatriz	327.206.982,70	258.016	108º
96º	SC	Criciúma	326.639.613,10	213.023	140º
97º	PE	Ipojuca	324.699.418,41	94.709	332º
98º	SP	São Carlos	322.961.980,38	249.415	112º
99º	SP	Cubatão	319.769.671,18	129.760	226º
100º	MG	Ipatinga	319.028.057,43	261.344	106º

		Total dos 100 maiores	114.068.543.452,16	77.487.939	..
		Total dos demais	133.074.291.264,38	128.029.237	..
		Total Brasil¹	247.142.834.716,54	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Custeio per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Custeio per capita	Custeio	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
1º	ES	Presidente Kennedy	21.768,73	250.079.140,40	11.488	2804º
2º	RN	Guamaré	9.053,76	138.966.127,75	15.349	2247º
3º	SP	Ilhabela	8.526,23	292.731.051,17	34.333	987º
4º	GO	Alto Horizonte	7.793,79	48.461.795,98	6.218	3929º
5º	SP	Borá	6.924,76	5.789.097,91	836	5567º
6º	MG	Serra da Saudade	6.695,25	5.262.466,03	786	5568º
7º	GO	Pilar de Goiás	5.471,55	12.661.156,01	2.314	5359º
8º	ES	Itapemirim	5.437,51	185.049.286,48	34.032	993º
9º	MT	Araguainha	5.234,10	5.003.803,35	956	5566º
10º	GO	Cachoeira de Goiás	4.922,80	6.699.927,82	1.361	5554º
11º	SP	Uru	4.822,29	5.675.832,08	1.177	5561º
12º	MS	Anaurilândia	4.748,16	42.700.246,46	8.993	3253º
13º	BA	São Francisco do Conde	4.738,07	186.386.355,14	39.338	861º
14º	RS	Pinhal da Serra	4.717,01	9.268.930,61	1.965	5455º
15º	PA	Canaã dos Carajás	4.696,79	169.319.203,60	36.050	937º
16º	SP	Barueri	4.519,37	1.226.133.546,89	271.306	104º
17º	RJ	Maricá	4.514,13	712.280.085,88	157.789	184º
18º	RJ	São João da Barra	4.466,48	161.409.821,58	36.138	933º
19º	SP	São Caetano do Sul	4.447,93	712.891.420,74	160.275	182º
20º	MG	Tapira	4.432,43	20.881.155,11	4.711	4439º
21º	PR	Jardim Olinda	4.358,75	5.853.795,97	1.343	5555º
22º	RS	Coqueiro Baixo	4.341,13	6.542.078,62	1.507	5543º
23º	TO	São Félix do Tocantins	4.307,54	6.771.452,90	1.572	5530º
24º	SP	Paulínia	4.233,19	452.003.336,26	106.776	290º
25º	RJ	Quissamã	4.208,51	102.039.433,56	24.246	1457º
26º	SP	Rifaina	4.187,08	15.148.857,12	3.618	4851º
27º	MG	Grupiara	4.178,74	5.804.263,19	1.389	5553º
28º	PR	Itaipulândia	4.172,58	45.735.677,25	10.961	2923º
29º	RS	André da Rocha	4.089,12	5.413.990,75	1.324	5556º
30º	RS	Carlos Gomes	4.085,94	5.736.653,19	1.404	5551º
31º	SC	Santiago do Sul	4.022,81	5.173.334,68	1.286	5557º
32º	RS	União da Serra	3.923,37	4.676.658,42	1.192	5560º
33º	RO	Pimenteiras do Oeste	3.914,91	8.577.563,69	2.191	5394º
34º	MG	Cedro do Abaeté	3.907,22	4.575.353,79	1.171	5562º
35º	RS	Guabiju	3.885,36	5.890.199,49	1.516	5542º
36º	RS	Montauri	3.878,24	5.685.493,66	1.466	5547º
37º	RS	Gentil	3.872,41	6.358.496,01	1.642	5520º
38º	RS	Pouso Novo	3.857,69	6.434.625,42	1.668	5513º
39º	GO	Lagoa Santa	3.849,17	5.985.451,67	1.555	5534º
40º	RJ	Rio das Flores	3.839,77	35.410.369,36	9.222	3219º
41º	RS	Vista Alegre do Prata	3.806,90	5.957.798,99	1.565	5532º
42º	PR	Saudade do Iguaçu	3.805,63	20.774.955,51	5.459	4171º
43º	MS	Taquarussu	3.729,66	13.363.381,47	3.583	4865º
44º	RS	Barra do Rio Azul	3.708,29	6.400.513,69	1.726	5505º
45º	MT	Serra Nova Dourada	3.687,55	5.981.213,60	1.622	5523º
46º	PR	Brasilândia do Sul	3.672,22	9.984.763,95	2.719	5208º
47º	GO	São João da Paraúna	3.670,49	5.201.088,66	1.417	5549º
48º	RS	Capão Bonito do Sul	3.648,22	6.085.231,01	1.668	5513º
49º	RN	Galinhos	3.642,03	9.928.174,39	2.726	5200º
50º	SC	Marema	3.638,44	6.716.564,69	1.846	5480º
51º	SP	Louveira	3.634,71	173.550.086,78	47.748	689º
52º	SP	Flora Rica	3.612,38	5.414.951,03	1.499	5545º

Posição	UF	Município	Custeio per capita	Custeio	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
53º	RS	Mato Queimado	3.607,51	6.006.495,88	1.665	5515º
54º	AM	Japurá	3.600,46	11.755.508,05	3.265	4988º
55º	MT	Santa Rita do Trivelato	3.586,43	11.942.807,49	3.330	4965º
56º	RS	Muitos Capões	3.582,25	11.287.684,49	3.151	5031º
57º	SP	Santa Salete	3.564,51	5.485.788,24	1.539	5536º
58º	RS	Saldanha Marinho	3.548,70	9.506.965,64	2.679	5223º
59º	PA	Jacareacanga	3.536,91	31.475.006,39	8.899	3274º
60º	MG	Rio Doce	3.531,45	9.178.237,36	2.599	5250º
61º	SP	São Sebastião	3.514,73	307.876.685,84	87.596	367º
62º	SC	Alto Bela Vista	3.512,96	6.843.238,29	1.948	5461º
63º	GO	Ouvidor	3.504,17	22.948.839,47	6.549	3832º
64º	SC	Piratuba	3.482,97	13.809.962,53	3.965	4716º
65º	RS	Engenho Velho	3.464,43	3.769.294,45	1.088	5565º
66º	RJ	Porto Real	3.458,74	67.033.772,63	19.381	1815º
67º	SC	Flor do Sertão	3.437,13	5.451.290,88	1.586	5529º
68º	PE	Ipojuca	3.428,39	324.699.418,41	94.709	332º
69º	PR	Pato Bragado	3.427,14	18.969.235,97	5.535	4145º
70º	RJ	Macuco	3.413,14	19.024.830,86	5.574	4128º
71º	RS	Ponte Preta	3.407,37	5.356.390,36	1.572	5530º
72º	MS	Jateí	3.402,68	13.726.404,38	4.034	4680º
73º	SC	Jardinópolis	3.396,07	5.416.736,17	1.595	5527º
74º	MG	Água Comprida	3.395,58	6.808.137,03	2.005	5443º
75º	RS	Nicolau Vergueiro	3.389,20	5.724.366,93	1.689	5512º
76º	RS	Santa Tereza	3.372,44	5.847.809,62	1.734	5501º
77º	MG	Senador José Bento	3.369,24	5.205.468,47	1.545	5535º
78º	SP	Ilha Comprida	3.360,42	36.847.022,20	10.965	2922º
79º	MT	Luciara	3.359,59	7.051.779,66	2.099	5424º
80º	SC	Ermo	3.359,31	6.940.338,42	2.066	5430º
81º	MS	Selvíria	3.358,79	21.882.508,29	6.515	3845º
82º	GO	Davinópolis	3.358,07	7.031.806,17	2.094	5425º
83º	MT	Itaúba	3.357,27	13.096.712,73	3.901	4751º
84º	RS	Vespasiano Correa	3.352,52	6.151.883,08	1.835	5482º
85º	PR	Nova Aliança do Ivaí	3.344,51	5.130.471,59	1.534	5539º
86º	SP	Trabiju	3.342,11	5.711.672,16	1.709	5507º
87º	RS	Sério	3.331,31	6.662.625,22	2.000	5446º
88º	RS	Coronel Pilar	3.320,64	5.449.165,86	1.641	5521º
89º	RS	Santo Antônio do Palma	3.310,31	7.064.206,81	2.134	5407º
90º	SP	Nova Castilho	3.285,74	4.123.599,33	1.255	5558º
91º	SP	Santana da Ponte Pensa	3.267,74	4.924.489,20	1.507	5543º
92º	SP	Arco-Íris	3.255,14	5.895.063,93	1.811	5489º
93º	RS	Lagoa dos Três Cantos	3.254,63	5.243.209,78	1.611	5524º
94º	SC	Paial	3.229,84	4.964.265,56	1.537	5537º
95º	SP	Guararema	3.216,77	94.736.963,47	29.451	1175º
96º	RS	Ipiranga do Sul	3.208,52	6.092.975,38	1.899	5471º
97º	RS	Gramado	3.193,77	114.576.589,68	35.875	940º
98º	GO	Perolândia	3.191,12	9.943.518,70	3.116	5048º
99º	SC	Presidente Castello Branco	3.184,19	5.062.868,98	1.590	5528º
100º	PR	Alto Paraíso	3.182,12	8.906.758,37	2.799	5172º
		Total dos 100 maiores	4.457,36	6.535.467.130,16	1.466.218	..
		Total dos demais	1.179,15	240.607.367.586,38	204.050.958	..
		Total Brasil¹	1.202,54	247.142.834.716,54	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Depois de três quedas consecutivas, investimentos voltam a subir

Pequenos municípios aumentam investimentos graças às transferências da União e dos estados. Os grandes, no entanto, estão cada vez mais dependentes de operações de crédito para aplicarem em infraestrutura. Prefeituras melhoram seus indicadores de Capacidade de Pagamento (Capag).

Desempenho

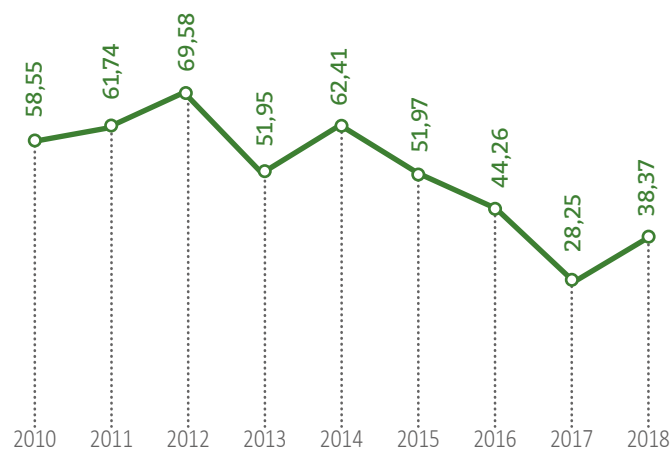
O conjunto dos municípios brasileiros efetuou um volume de investimentos da ordem de R\$ 38,37 bilhões em 2018, cifra que superou em 35,8% a do ano anterior, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio do período.

Apesar da alta, os dois primeiros anos das atuais gestões municipais foram marcados por níveis bastante reduzidos de recursos aplicados na infraestrutura. Na média, o volume nesse período ficou 41,7% abaixo do contabilizado nos dois primeiros exercícios das administrações anteriores (2013/2014).

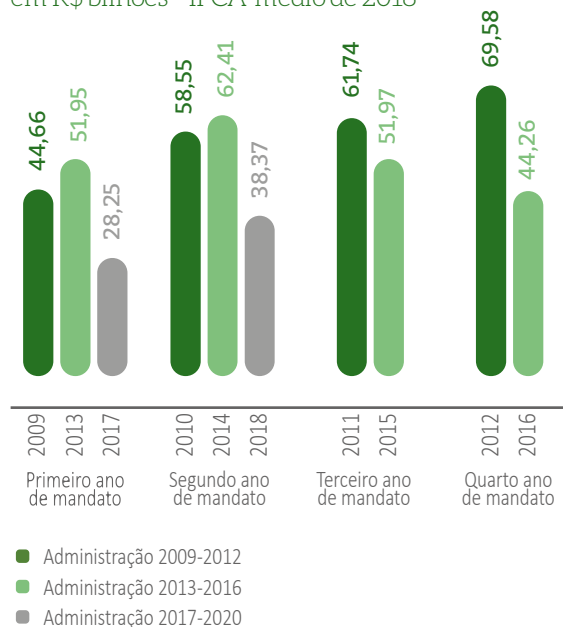
Os investimentos municipais iniciaram sua trajetória de queda em 2015, o que se configurou

como um dos traços mais contundentes do impacto da crise econômica sobre as finanças das administrações públicas. Após três anos de fortes retrações consecutivas, os aportes caíram para um total de R\$ 28,25 bilhões, em 2017, montante só equiparável àquele registrado em 2005. Portanto, a alta de 35,8%, em 2018, não foi suficiente para repor a despesa aos patamares dos anos pré-crise, cuja média foi de cerca R\$ 60,85 bilhões na primeira metade da década (2010-2014).

Evolução dos investimentos municipais em bilhões - IPCA médio de 2018

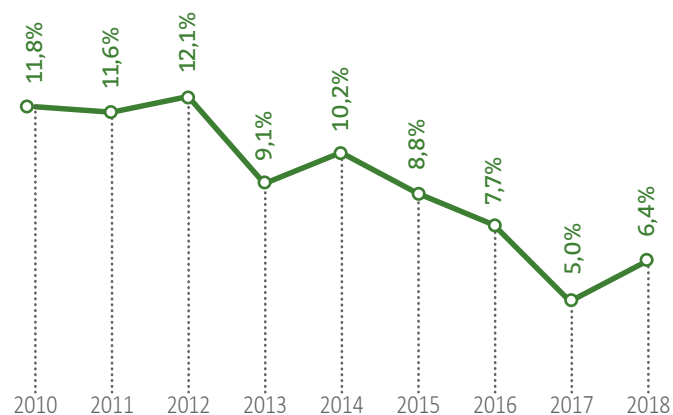


Volume de investimento por ano de mandato em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



O peso dos investimentos no total do gasto municipal também se encontra bastante encolhido. Após atingir 5% em 2017, o menor nível da série histórica dos dados do anuário **Muti Cidades**, que se inicia em 2002, o indicador aumentou para 6,4%. Ainda assim, foi apenas pouco mais da metade do prevalecente no intervalo 2010-2014, quando a taxa média havia sido de 10,9%.

Participação dos investimentos na despesa total



A alta dos investimentos em 2018 foi mais intensa nos municípios de menor porte populacional.

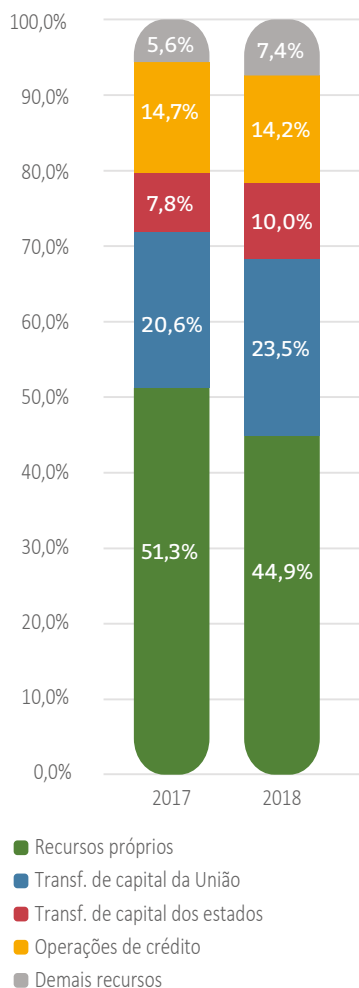
Naqueles com até 20 mil habitantes, a quantia injetada, de R\$ 8,64 bilhões, foi 53,5% maior ante o ano anterior e já corresponde a quase 77% do volume médio assinalado na primeira metade da presente década. Nas capitais brasileiras e entre as 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, que inclui as capitais e pelo mais um entre os maiores municípios de cada Estado, o crescimento médio foi muito inferior, de 12,5% e 17%, respectivamente. O nível de investimentos em 2018 desses dois últimos grupos só é mais elevado do que aqueles de 2005 e 2017.

Fonte dos recursos investidos

Os investimentos públicos municipais são financiados por recursos próprios das prefeituras, pelas transferências de capital federais e estaduais, pelas operações de crédito e por outras fontes de menor relevância. O conceito de investimentos com recursos próprios utilizado por **Multi Cidades** equivale ao total da despesa com investimentos, adicionadas as inversões financeiras e subtraído o valor das receitas de capital. Dessa forma, é possível avaliar o quanto das receitas correntes municipais é utilizado para essa despesa, sem contar com as operações de crédito e as transferências de capital recebidas do Estado ou da União.

Despesa | Investimentos

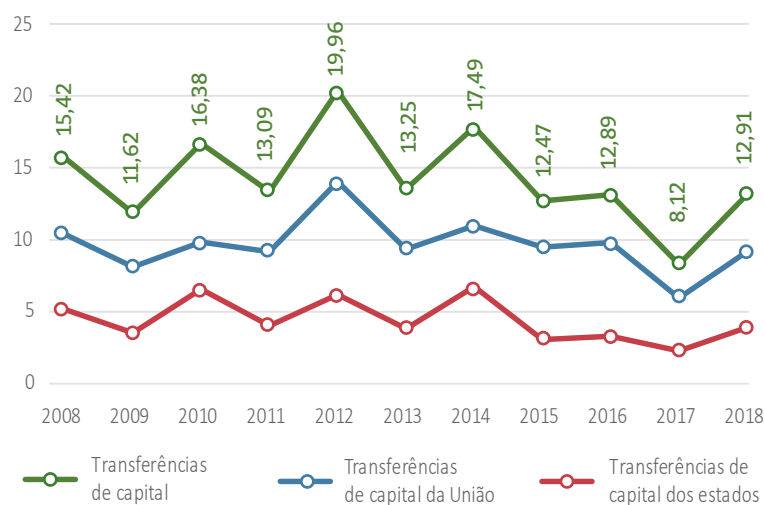
Origem dos recursos destinados aos investimentos municipais



As transferências de capital, compostas majoritariamente por recursos que os municípios recebem da União e dos estados através de convênios para serem aplicados exclusivamente em investimentos, apresentaram expansão

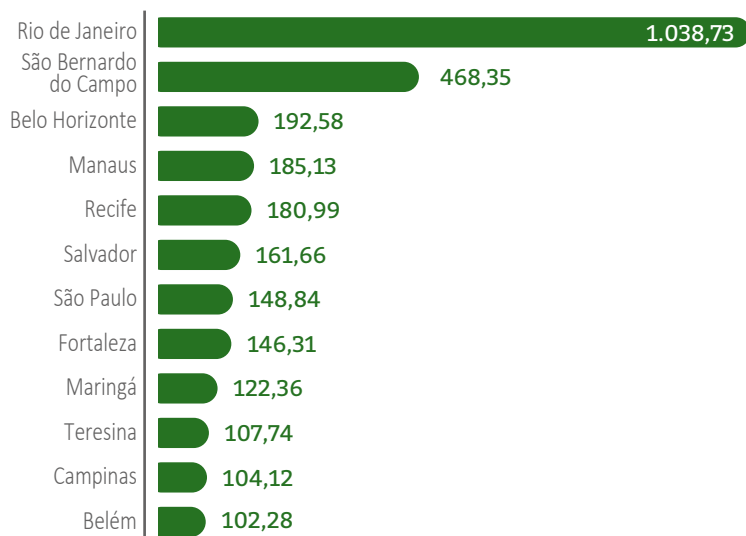
em 2018, após terem chegado a um de seus menores níveis históricos em 2017. Os repasses dessa modalidade efetuados pela União saltaram de R\$ 5,83 bilhões, em 2017, para R\$ 9,03 bilhões, em 2018, uma ascensão de 54,9%, ou incremento de R\$ 3,20 bilhões. Já os recursos transferidos pelos estados, que haviam sido de apenas R\$ 2,21 bilhões em 2017, avançaram 72,6% e chegaram a R\$ 3,82 bilhões, proporcionando adicional de R\$ 1,61 bilhão para as prefeituras alocarem na execução de obras e na aquisição de equipamentos.

Transferências de capital, da União e dos estados em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



As receitas de operações de crédito, por sua vez, foram responsáveis por injetar R\$ 5,46 bilhões nos investimentos municipais, em 2018, um acréscimo de R\$ 1,32 bilhão em relação a 2017. Entretanto, apenas 12 municípios contabilizaram receitas de operações com valores superiores a R\$ 100 milhões que, somadas, foram responsáveis por mais da metade (54,1%) de todo o recurso proveniente de operações de crédito em 2018.

As maiores receitas de operação de crédito em R\$ milhões - IPCA médio de 2018



Os municípios também ampliaram o uso dos recursos próprios, que subiu de R\$ 14,48 bilhões, em 2017, para R\$ 17,22 bilhões, em 2018 – ou seja, um incremento de R\$ 2,74 bilhões.

Apesar dessa progressão, as aplicações de tais cifras nesses anos foram as menores desde 2002, quando tem início a série de dados analisados por **Multi Cidades**.

O investimento nos pequenos municípios

Nas pequenas cidades brasileiras, os investimentos foram puxados pelas transferências de capital efetuadas pela União e pelos estados. Com base em dados das declarações de contas municipais, em 2018 a União direcionou R\$ 3,23 bilhões para os municípios com até 20 mil habitantes, valor 66,5% maior do que aquele repassado no ano anterior. Os estados, por sua vez, mais que dobraram (101,8%) os envios, que se situaram no patamar de R\$ 1,35 bilhão. Juntos, os recursos encaminhados pelos demais níveis de governo responderam por mais

da metade (53,3%) dos investimentos municipais em 2018 das pequenas cidades com até 20 mil habitantes.

Esses municípios de menor porte também destinaram um maior quantitativo de recursos próprios – que cresceram 31,9% e somaram R\$ 3,52 bilhões – para os investimentos, respondendo por 40,7% desses aportes.

Nesse grupo, as operações de crédito aparecem de forma discreta (2,9%) no financiamento dos investimentos. Entretanto, nos estados de Minas Gerais (5,6%), Santa Catarina (5,8%), Paraná (6,2%) e Rio Grande do Sul (6,2%), tais contratações tiveram um peso muito mais significativo em 2018. Essas unidades da federação contam com instituições estaduais de fomento que disponibilizam linhas de crédito para seus respectivos municípios aplicarem em diversas áreas. Do total da receita de operações de crédito obtida em 2018 pelos municípios com até 50 mil habitantes, 88,5% foram contabilizados por cidades localizadas nessas quatro unidades da federação.

85,4% DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO OBTIDA PELOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES, EM 2018, OCORRERAM EM MINAS GERAIS, SANTA CATARINA, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL.

Despesa | Investimentos

A partir da análise dos Pedidos de Verificação de Limites e Condições (PVLs)¹, instrumento necessário para que os entes subnacionais contratem uma operação de crédito, é possível extrair que as instituições de fomento estaduais disponibilizam empréstimos de baixo montante para os municípios, pois o valor médio anual verificado no período 2010-2018 foi de R\$ 2,4 milhões, em cifras corrigidas pelo IPCA.

O investimento nos municípios maiores

Nos 106 municípios selecionados por **Multi Cidades**, exclusive São Paulo, os recursos próprios destinados para investimentos ainda continuam em níveis bastante baixos, condição que perdura desde 2016, situando-se no patamar de R\$ 4,40 bilhões nos dois últimos anos.

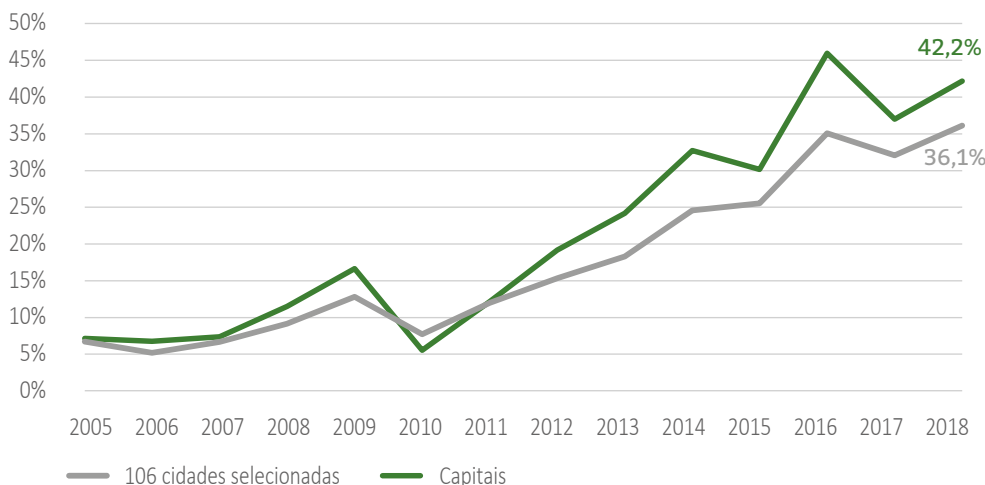
Com isso, as operações de crédito têm tido peso crescente no volume de investimentos nessas cidades. **No início da década, elas somavam apenas 7,7% dos aportes efetuados pelo grupo.**

¹ Para realizar uma operação de crédito, interna ou externa, os entes subnacionais devem enviar ao Ministério da Economia, previamente à contratação, um Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL), nos termos do art. 32 da LRF e da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Em 2018, a participação dos recursos obtidos em instituições financeiras responderam, em média, por 36,1% dos investimentos feitos por esse grupo.

Considerando apenas as capitais, o peso foi ainda maior, de 42,2%. Tanto no grupo dos 106 quanto nas capitais, foram excluídos os dados do município de São Paulo, pois distorcem um pouco a análise. Com São Paulo incluído, os indicadores são de 31% e 31,8%, respectivamente. Do montante total que ingressou nos municípios via empréstimos, em 2018, 78,8% foram provenientes de operações de crédito internas e 21,2%, de externas.

Participação das operações de crédito nos investimentos das grandes cidades brasileiras



Exclusive São Paulo e as operações de refinanciamento do Rio de Janeiro (2010/2011) e de Belo Horizonte (2013).

Cauc

Na edição anterior, **Multi Cidades** expôs um diagnóstico da situação dos municípios no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc) com base nos dados coletados com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no dia 6 de setembro de 2018, tendo como pilar apenas o CNPJ principal dos municípios, isto é, sem levar em consideração o conjunto de CNPJs vinculados ao principal, que abrangem os fundos municipais, as autarquias, as câmaras de vereadores etc. Na presente edição, é detalhada uma avaliação considerando informações obtidas nos dias 7 de janeiro e 19 de junho de 2019. Portanto, são três coletas que cobrem um intervalo de quase 10 meses.

O Cauc é utilizado pelo governo federal para verificar o cumprimento dos requisitos legais para a realização das transferências voluntárias. Ou seja, o ente subnacional, Estado ou município, que não atender a todas as exigências legais não poderá receber transferências voluntárias² da União. O Cauc é empregado também para a análise de concessão de garantia da União para operações de crédito.

As três fotografias do Cauc revelam que apenas 20,8% dos municípios brasileiros não apresentaram qualquer tipo de intercorrência nas três coletas simultaneamente. Os municípios dos estados de Santa Catarina (46,4%), Rio Grande do Sul (44,7%) e Paraná (34,3%), todos localizados no Sul do Brasil, possuem taxas muito melhores que a média nacional. Por outro lado, 30,6% das cidades apontaram algum tipo de ocorrência no Cauc nas três datas de coleta, sendo a situação mais crítica nos municípios dos estados de Roraima (86,7%), Amapá (75%), Alagoas (73,5%) e Pará (70,1%). O restante (48,6%) foram aqueles para os quais

o Cauc indicou alguma pendência em qualquer um dos três levantamentos realizados. Portanto, a situação que predominou foi a de inconstância cadastral, ou seja, ora registraram alguma ocorrência, ora não.

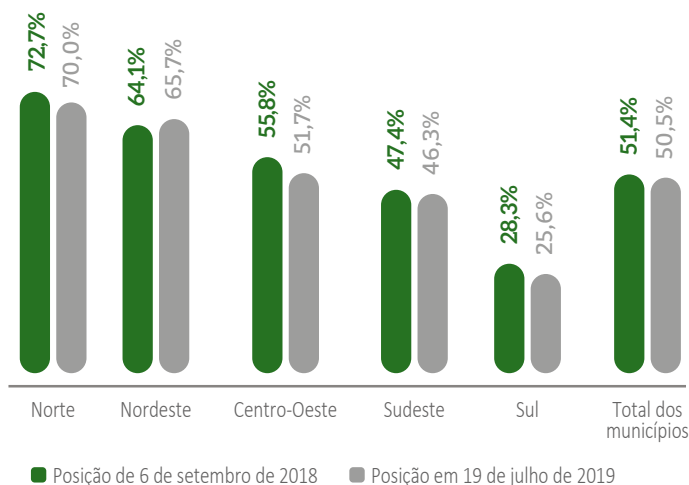
O quadro em julho de 2019 não difere muito daquele de setembro de 2018. **Mais da metade dos municípios (50,5%) assinalou algum tipo de ocorrência no Cauc**, sendo que a condição é mais dramática no Norte (70%) e no Nordeste (65,7%). O indicador ainda é bastante elevado entre os municípios do Centro-Oeste (51,7%) e Sudeste (46,3%) e atinge seu melhor nível entre os do Sul (25,6%).

Sob o parâmetro de agrupamentos por Estado, a situação em julho de 2019 era melhor entre os municípios de Santa Catarina, com apenas 19,3% deles com algum tipo de exigência não atendida, seguidos pelos do Rio Grande do Sul (21,7%), Mato Grosso do Sul (34,2%) e Paraná (35,1%). No outro extremo, encontram-se os de Roraima (93,3%), Amapá (87,5%), Sergipe (85,3%), Alagoas (83,3%) e Pará (81,3%). Os melhores resultados dos municípios no Sul do Brasil refletem, em grande medida, o fato mencionado anteriormente, de os estados dessa região contarem com instituições financeiras que disponibilizam crédito para suas cidades, perspectiva que estimula as administrações dos governos locais a manterem atualizado seu cadastro no Cauc, um dos requisitos para contratarem uma operação de crédito.

O cenário é um pouco mais confortável entre os municípios com mais de 500 mil habitantes, onde a taxa dos que possuíam algum problema, que era de 44,4% em setembro de 2018, recuou para 33,3% em julho de 2019.

² Transferências voluntárias são recursos financeiros repassados de um ente para outro que não decorrem de determinações constitucionais ou legais. São transferências que decorrem da celebração de convênios ou outros instrumentos similares para a realização de obras ou serviços de interesse comum.

Percentual de municípios, por região, com algum tipo de problema no Cauc



Saiba mais sobre o Cauc

O Cauc reúne os registros sobre o cumprimento de requisitos fiscais dos municípios nos cadastros e sistemas geridos por diversos órgãos federais. A Instrução Normativa nº 2, de 2012, da STN, disciplina a forma de funcionamento do Cauc e estabelece, no artigo nº 10, as informações que ele deve conter. Conforme se pode observar no quadro o lado, são 13 requisitos/exigências agrupados em quatro grandes temas: Obrigações de Adimplência Financeira, Adimplemento na Prestação de Contas de Convênios, Obrigações de Transparência e Adimplemento de Obrigações Constitucionais ou Legais.

Municípios melhoram desempenho na Capag

Para concretizar uma operação de crédito que exija a garantia da União, além de estar totalmente adimplente com o Cauc, o município deve obter notas A ou B na Capacidade de Pagamento (Capag). Por ser um indicador que leva em consideração os conceitos de endividamento, poupança corrente e liquidez, a Capag expressa também a solidez fiscal do ente municipal.

Com base nos dados disponibilizados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), da Secretaria do Tesouro Nacional, **Multi Cidades** calculou a Capag

Quadro de requisitos/ exigências do Cauc

I OBRIGAÇÕES DE ADIMPLÊNCIA FINANCEIRA

- 1.1 Regularidade quanto a tributos, a contribuições previdenciárias federais e à dívida ativa da União
- 1.3 Regularidade quanto a contribuições para o FGTS
- 1.4 Regularidade em relação à adimplência financeira em empréstimos e financiamentos concedidos pela União
- 1.5 Regularidade perante o poder público federal

II ADIMPLENTO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS

- 2.1 Regularidade quanto à prestação de contas de recursos federais recebidos anteriormente
 - 2.1.1 Siafi/Subsistema Transferências
 - 2.1.2 Siconv

III OBRIGAÇÕES DE TRANSPARÊNCIA

- 3.1 Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal - RGF
- 3.2 Encaminhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO
- 3.3 Encaminhamento das contas anuais
- 3.4 Encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis

IV ADIMPLENTO DE OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS

- 4.1 Exercício da plena competência tributária
- 4.2 Aplicação mínima de recursos em educação
- 4.3 Aplicação mínima de recursos em saúde
- 4.4 Regularidade previdenciária

de cada município para avaliar sua evolução de 2017 para 2018. A constatação foi a de que houve uma significativa melhora nos indicadores. Ao fim de 2017 (a partir de uma amostra de 2.649 municípios com todas as informações necessárias para calcular a Capag), 24,6% tinham nota A e 21,9%, B. Portanto, 46,5% das cidades da amostra reuniam condições fiscais que lhes permitiam obter aval da União para empréstimos. Em 2018, essa taxa saltou para 54,2%, sendo 26,4% com nota A e 27,8% com nota B, para um conjunto de 3.167 municípios. A fatia daqueles com nota C recuou de 53,4% para 45,7%, porém, ainda se situa em níveis bastante elevados. Nos dois anos considerados, o percentual de municípios com nota D (0,1%) foi irrisório.

**A NOTA NA CAPAG DOS
MUNICÍPIOS MELHOROU EM
RAZÃO DO INDICADOR DE
LIQUIDEZ: EM 2017, 63,2%
DAQUELES COM DADOS
DISPONÍVEIS APRESENTAVAM O IL
POSITIVO. EM 2018, FORAM 80,4%.**

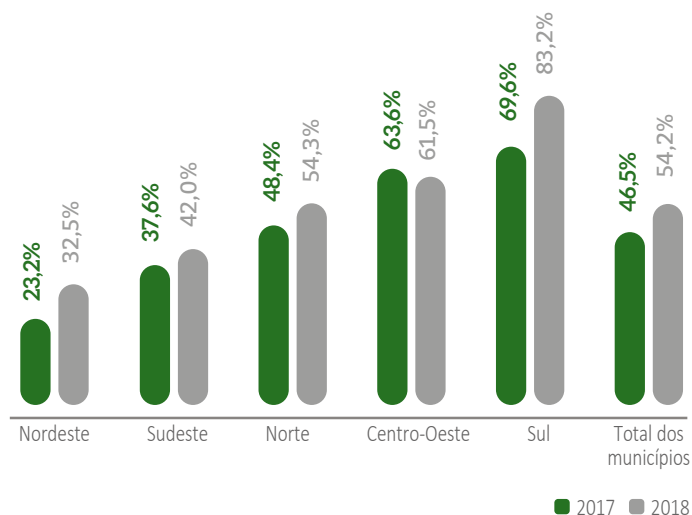
A melhora da Capag deveu-se ao **Indicador de Liquidez (IL)**. Em 2017, 63,2% dos municípios com dados disponíveis apresentavam o IL positivo, condição necessária para ser enquadrado na nota A ou B. Em 2018, essa taxa saltou para 80,4%. O IL é calculado pela divisão das obrigações financeiras pela disponibilidade de caixa, considerando apenas os recursos não vinculados. Esse indicador capta se o ente, ao final do último exercício, tem recursos em caixa suficientes para fazer frente aos restos a pagar e outras obrigações financeiras.

Em 2018, a grande maioria (93,3%) dos municípios brasileiros conseguiu um **Indicador de Endividamento** com conceito A, refletindo o fato de a dívida consolidada ter um baixo peso na receita corrente. Por fim, apenas 26,3% dos municípios atingiram nota A e outros 30,4%, nota B, no **Indicador de Poupança Corrente**.

A situação da Capag mostrou desempenho positivo em todas as regiões do país, à exceção do Centro-Oeste, onde parcela dos municípios com notas A e B sofreu um pequeno revés, passando de 63,6%, em 2017, para 61,5%, em 2018.

A taxa também caiu, de 69,4% para 65,7%, entre aqueles com mais de 500 mil habitantes. Isso significa que uma porção menor das grandes cidades pode obter aval da União em suas operações de crédito, exatamente o segmento que mais busca ter acesso a financiamentos para concretizar seus planos de investimento.

Percentual de municípios com notas A e B na Capag em 2017 e 2018 por região



A exemplo de 2017, a fotografia de 2018 mostra que o enquadramento dos municípios do Sul do Brasil na Capag, onde 83,2% obtiveram notas

A ou B, é muito melhor que o do restante do país. Na sequência aparecem as cidades do Centro-Oeste (61,5%), e Norte (54,3%), Sudeste (42%) e Nordeste, onde somente 32,5%, conquistaram notas A ou B, em 2018.

No Sul, o nível de eletividade dos municípios é alto em todos os estados. No Centro-Oeste, a taxa de Goiás aumentou significativamente entre 2017 e 2018, quando avançou de 39% para 52,7%, mas ainda assim foi bem inferior à dos municípios dos demais estados da região.

No Norte, os municípios de Rondônia se sobressaíram com taxa de 81,8%, seguidos do Acre e do Amazonas, ambos com 66,7%. No Sudeste, o destaque foram as cidades do Espírito Santo, com 75,6% delas com notas A ou B, e as de Minas Gerais, que amargaram o pior indicador, de 35,4%. No Nordeste, foram constatadas melhoras nas taxas no Piauí (51%), Ceará (46,8%), Bahia (39%) e Sergipe (34%). Nos demais estados, a proporção de municípios com notas A ou B ficou entre 20% e 28%.

Saiba mais sobre a Capag

Em 24 de novembro de 2017, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria nº 501 contendo a nova metodologia para a análise da Capacidade de Pagamento (Capag) de estados, Distrito Federal e municípios, em substituição à de número 306, de setembro de 2012. A Capag é utilizada nas situações em que os entes subnacionais pleiteiam, com a União, a concessão de garantia para a contratação de operações de crédito interno e externo, em face da exigência do artigo 23 da Resolução do Senado nº 43, que, por sua vez, remonta ao artigo 52 da Constituição Federal de 1988.

A nova metodologia de cálculo da Capag, elaborada pela STN, leva em consideração três indicadores: Endividamento, Poupança Corrente e Liquidez. Na configuração anterior eram oito. O **Indicador de Endividamento** é mensurado pela

Percentual de municípios com notas A e B na Capag		
Região e UF	2017	2018
Norte	48,4%	54,3%
RO	50,0%	81,8%
AC	88,9%	66,7%
AM	70,0%	66,7%
RR	-	-
PA	29,7%	21,4%
AP	-	-
TO	44,8%	38,5%
Nordeste	23,2%	32,5%
MA	31,0%	21,3%
PI	37,2%	51,0%
CE	44,2%	46,8%
RN	20,9%	27,6%
PB	11,3%	21,5%
PE	17,8%	23,7%
AL	-	-
SE	11,9%	34,0%
BA	22,5%	39,0%
Centro-Oeste	63,6%	61,5%
MS	79,2%	73,5%
MT	78,7%	67,1%
GO	39,0%	52,7%
Sudeste	37,6%	42,0%
MG	38,1%	35,4%
ES	56,5%	75,6%
RJ	31,1%	58,1%
SP	34,9%	46,2%
Sul	69,6%	83,2%
PR	65,6%	80,5%
SC	79,5%	87,1%
RS	65,7%	83,1%

(-) Informações insuficientes para apresentar os dados dos municípios.
Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados dos municípios disponíveis no Siconti/STN.

divisão da dívida consolidada bruta pela receita corrente líquida. O **Indicador de Poupança Corrente** é apurado pela relação entre a despesa corrente e a receita corrente, com pesos de 20%, 30% e 50% para os três últimos exercícios. Esse índice evidencia, além da capacidade de gerar poupança, se o ente não apresenta desequilíbrios em suas contas correntes no passado recente. Um ente que acuse uma relação muito apertada ou déficits em suas contas correntes teria muita dificuldade de honrar o pagamento de obrigações advindas das novas operações de crédito. Por fim, o **Indicador de Liquidez** é calculado pela divisão das obrigações financeiras pela disponibilidade de caixa,

	Indicadores da Capag	Faixas	Notas
Endividamento (DC)	Dívida consolidada bruta / Receita corrente líquida	DC < 60 %	A
		DC = ou > que 60% e < 150%	B
		DC = > 150%	C
Poupança Corrente (PC)	= Despesa corrente / Receita corrente ajustada	PC < 90%	A
		PC = ou > 90% e < 95%	B
		PC = ou > 95% C	C
Liquidez (IL)	Obrigações financeiras de recursos não vinculados / Disponibilidade de caixa de recursos não vinculados	IL < 1 A	A
		> 1 C	C

considerando apenas os recursos não vinculados. E capta se o governo local, ao final do último exercício, possui recursos em caixa suficientes para fazer frente aos restos a pagar e outras obrigações financeiras, consistindo-se, assim, num excelente indicador para avaliar a saúde financeira de curto prazo dos entes subnacionais.

Classificação parcial do indicador			Classificação final da capacidade de pagamento
Endividamento	Poupança corrente	Liquidez	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	
C	C	C	D
Demais combinações de classificações parciais			C

Aos indicadores de Endividamento e Poupança Corrente são atribuídas as notas A, B e C. Ao Indicador de Liquidez estão vinculados apenas os conceitos A e C. Da combinação dos três indicadores resulta a nota final da Capag, que poderá ser A, B, C ou D. Apenas os entes que obtiverem as notas A ou B estão aptos a receber a concessão de garantia da União nas contratações de operações de crédito.

O critério mais relevante é o de liquidez, pois caso o ente obtenha nota C, independentemente da performance nos demais indicadores, seu conceito final será C ou D. Portanto, não conseguirá o

aval da União. O Indicador de Poupança Corrente, por sua vez, “tem importância intermediária, pois o ente precisa receber pelo menos a nota B para esse quesito se pretende ter B como nota final. Já o Indicador de Endividamento é secundário, pois o ente consegue obter a nota final B mesmo que tenha recebido a nota C para esse indicador”³.

Fique de olho

Tomando por base que os municípios, de um modo geral, possuem um **Indicador de Endividamento** com nota A, pois são poucos aqueles com problemas de endividamento no país, a administração desses governos deve se preocupar com os outros dois indicadores.

Em primeiro lugar, precisa, obrigatoriamente, manter um **Indicador de Liquidez** positivo (disponibilidade de caixa acima das obrigações financeiras, de recursos não vinculados), sem o qual não conseguirá nota A ou B. Deve ainda cuidar para que sua despesa corrente seja, no máximo, até 95% da sua receita corrente e, assim, obter a nota A ou B no **Indicador de Poupança Corrente**, necessárias para que conte com o aval da União.

³ Nota Técnica nº 13, Instituto Fiscal Independente, Senado Federal.

FORTALECER MUNICÍPIOS

A meta do programa era atender 60 municípios. Após três anos, a FNP apoiou 194.



Objetivo do Fortalecer

Apoiar os municípios na elaboração de projetos de modernização da gestão administrativa e tributária e aprimorar o ambiente regulatório das associações de governos locais

A administração pública sempre buscou modernizar sua gestão e aprimorar a prestação de serviços públicos. No Brasil, a partir da Reforma Administrativa do Estado (1995), que passou a incorporar conceitos do modelo gerencial ao já estabelecido modelo burocrático, a questão da eficiência ganhou relevância. Esse debate culminou na incorporação da eficiência como um dos princípios constitucionais básicos a ser obedecido pela administração pública direta ou indireta de todos os Poderes e níveis federativos (EC nº 19/1998).

Com o crescimento da participação das administrações municipais na prestação de serviços públicos, a questão da modernização e eficiência ganha cada vez mais centralidade para os municípios.

Com essa perspectiva de modernização, o BNDES instituiu, ainda em 1998, o PMAT Automático, linha de financiamento de até R\$ 20 milhões para a modernização da administração tributária, financeira, gerencial e patrimonial dos municípios. O objetivo é fortalecer a capacidade de geração de receita própria dos municípios e aprimorar os sistemas de informação, serviços e processos.

Reconhecendo a importância do tema, a FNP, em parceria com o IBAM, desenvolveu o programa “Fortalecer Municípios”, financiado pela União Europeia, que tem como objetivos apoiar os municípios na elaboração de projetos de modernização da gestão administrativa e tributária e aprimorar o ambiente regulatório das associações de governos locais.

A meta estabelecida era de apoiar 60 municípios. Após quase três anos de projeto, a FNP apoiou 194 municípios, de 15 estados, por meio de oficinas, atendimentos individuais e capacitações. Foram 47 oficinas realizadas que contaram com mais de mil participantes e diferentes parceiros, como o Banco do Brasil, a Caixa, o Banco do Nordeste, o BNDES, os Sebrae’s estaduais (PE, RJ, BA e MG) e a Fundação Brava.

Mesmo com a suspensão do PMAT Automático por parte do BNDES, a FNP conseguiu avançar na temática. Outras linhas de crédito foram disponibilizadas por diferentes instituições financeiras, e a entidade

Cenário em
20/08/19

**Dos 5.570
municípios
do país,
3.516
tinham
restrição**

Taxa de sucesso
do projeto

**Valor financiado
pela União Europeia,
em três anos
R\$ 2,4 milhões**

**Investimento em
apoio à elaboração
de projetos de
modernização
R\$ 2 milhões**

**Recursos aprovados
pelas entidades
financeiras
R\$ 267 milhões**

**Para cada R\$ 1 investido,
foram aprovados
R\$ 130 pelas entidades
financeiras.**

segue apoiando os municípios que tenham interesse na elaboração desses projetos. Foram registrados 51 projetos de modernização. Até o momento, foram aprovados 11 projetos, totalizando um valor de, aproximadamente, R\$ 250 milhões.

Além do apoio na elaboração, tramitação e execução dos projetos, a FNP identificou a questão do CAUC como um dos principais obstáculos ao acesso a recursos para projetos de modernização. Dessa forma, foi desenvolvida uma metodologia de gestão municipal, disseminada por meio de capacitações oferecidas pela entidade e disponibilizada em um manual a todos os municípios brasileiros.

Por fim, com base na experiência adquirida ao longo desses três anos, a FNP apresentará um documento com recomendações ao governo federal a respeito de alterações para o aprimoramento no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias. Outra ação já em curso tem como foco principal os municípios do g100, que enfrentam dificuldades institucionais ainda maiores que acabam por obstaculizar o acesso desses municípios a esse tipo de recurso. São municípios que representam 10% da população brasileira, com altos índices de vulnerabilidade socioeconômica e altamente demandante de serviços públicos.

Abordar esse grupo de municípios de forma diferenciada é essencial para que seja possível romper com o ciclo vicioso de baixa arrecadação, ineficiência e insuficiência de seus serviços públicos.

**A FNP oferece a seus associados apoio
para elaboração de projetos de
modernização e gestão do CAUC.**

Informações:

**coordenacao.projetos@fnp.org.br
e/ou 61 3044-9813**



FORTALECER MUNICÍPIOS
Programa de Governança Local e Articulação Federativa



FNP **FRENTE
NACIONAL
DE PREFEITOS**

Investimentos | 2014-2018

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. desp. total 2018	Part. rec. total 2018	Invest. per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$	
	18.182.253	Norte	5.071.876,7	3.836.411,3	3.320.063,1	2.574.854,7	3.710.369,5	44,1	9,0	8,9	204,07
AC	401.155	Rio Branco	130.053,5	126.369,4	80.003,5	56.236,8	76.485,5	36,0	9,2	8,4	190,66
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	22.188,2	10.642,2	14.007,6	9.090,5	14.371,9	58,1	8,7	9,0	163,93
AP	493.634	Macapá	39.714,7	31.132,8	41.461,4	35.523,9	49.753,9	40,1	6,4	7,7	100,79
AP	119.610	Santana	...	28.133,9	...	2.305,4	2.633,8	14,2	1,8	...	22,02
AM	2.145.444	Manaus	543.021,1	440.010,4	515.655,5	359.004,1	430.798,5	20,0	9,4	9,1	200,80
AM	113.168	Parintins	12.304,1	8.228,3	...	3.017,8	14.765,4	389,3	7,0	7,0	130,47
PA	1.485.732	Belém	222.138,4	270.912,7	279.468,1	213.245,9	212.908,7	-0,2	7,7	7,5	143,30
PA	525.566	Ananindeua	89.843,6	49.099,0	...	40.531,2	66.062,5	63,0	10,0	9,5	125,70
PA	302.667	Santarém	51.928,9	50.046,4	41.605,7	33.686,1	88.678,9	163,3	14,3	14,7	292,99
PA	275.086	Marabá	291.473,0	102.456,7	33.131,6	46.150,4	84.236,9	82,5	10,3	9,7	306,22
RO	519.531	Porto Velho	62.981,5	72.611,9	33.553,3	23.909,3	75.305,5	215,0	5,8	5,6	144,95
RO	127.907	Ji-Paraná	26.424,9	26.702,3	32.049,7	23.431,1	13.466,4	-42,5	6,0	5,4	105,28
RR	375.374	Boa Vista	314.273,1	261.628,5	214.273,4	217.536,4	248.420,9	14,2	21,3	20,1	661,80
RR	29.533	Rorainópolis	20.876,3	10.639,2	8.368,0	...	39.036,0	...	43,4	60,1	1.321,78
TO	291.855	Palmas	120.510,7	61.198,5	68.409,6	91.408,8	80.256,8	-12,2	8,2	7,3	274,99
TO	177.517	Araguaína	21.127,8	22.678,4	26.966,3	25.928,0	19.665,2	-24,2	4,7	4,5	110,78
	56.757.759	Nordeste	12.442.316,9	8.977.400,1	8.284.171,5	6.004.521,0	8.427.262,6	40,3	6,2	6,2	148,48
AL	1.012.382	Maceió	72.058,1	57.098,2	48.972,3	19.889,9	37.985,8	91,0	1,7	1,9	37,52
AL	230.417	Arapiraca	30.611,7	74.470,5	80.283,2	19.392,6	21.396,4	10,3	3,6	4,0	92,86
BA	2.857.329	Salvador	525.286,5	389.867,7	320.229,7	253.835,2	436.547,4	72,0	7,2	7,1	152,78
BA	609.913	Feira de Santana	147.994,0	98.007,5	65.495,5	75.099,0	58.321,8	-22,3	5,2	4,3	95,62
BA	338.885	Vitória da Conquista	62.336,0	49.810,7	58.772,3	24.684,9	21.080,4	-14,6	3,3	3,3	62,21
BA	293.723	Camaçari	120.117,1	101.202,2	64.943,6	35.537,3	79.098,6	122,6	7,2	7,0	269,30
CE	2.643.247	Fortaleza	666.218,7	624.013,0	511.571,5	408.539,5	415.762,3	1,8	6,5	6,4	157,29
CE	363.982	Caucaia	82.807,6	92.634,7	4.466,1	31.975,8	23.247,9	-27,3	3,5	...	63,87
CE	271.926	Juazeiro do Norte	45.705,6	32.549,7	54.744,8	44.727,3	32.048,0	-28,3	6,1	6,2	117,86
MA	1.094.667	São Luís	165.979,5	178.764,9	165.730,3	90.234,6	92.630,8	2,7	3,4	3,4	84,62
MA	258.016	Imperatriz	...	28.457,7	14.792,0	10.324,2	8.907,4	-13,7	1,3	1,3	34,52
PB	800.323	João Pessoa	171.639,9	109.844,3	71.847,5	69.402,9	73.893,5	6,5	3,9	3,7	92,33
PB	407.472	Campina Grande	63.664,7	48.815,9	43.867,5	52.149,9	33.943,8	-34,9	3,9	4,1	83,30
PE	1.637.834	Recife	525.629,6	396.160,7	254.431,3	188.792,4	281.749,4	49,2	6,2	6,1	172,03
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	106.971,3	81.973,8	61.658,9	35.348,4	46.270,4	30,9	3,8	3,8	66,32
PE	391.835	Olinda	57.900,0	54.430,8	35.832,8	12.638,7	22.007,7	74,1	3,6	3,6	56,17
PE	356.872	Caruaru	56.921,4	50.929,3	33.695,2	46.016,1	70.709,4	53,7	9,9	10,1	198,14
PE	343.865	Petrolina	69.038,8	46.060,4	53.093,7	21.495,5	26.073,0	21,3	3,9	3,8	75,82
PE	329.117	Paulista	48.971,6	36.941,7	39.479,5	20.815,7	19.622,3	-5,7	4,4	4,3	59,62
PI	861.442	Teresina	283.179,3	280.089,2	323.074,0	312.193,4	234.584,3	-24,9	8,6	8,5	272,32
PI	152.653	Parnaíba	16.377,2	10.362,6	6.921,9	8.189,9	7.437,1	-9,2	2,2	...	48,72
RN	877.640	Natal	733.861,8	123.671,5	184.541,0	...	...	...	...	...	...
RN	294.076	Mossoró	49.010,3	24.200,8	12.909,1	14.343,1	39.982,2	178,8	6,4	6,6	135,96
SE	648.939	Aracaju	64.453,5	56.635,1	46.411,1	12.288,4	56.762,5	361,9	3,6	3,3	87,47
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	16.671,7	21.100,1	18.730,6	8.135,3	...	...	...	...	...
	13.111.182	Centro-Oeste¹	3.481.184,3	3.201.345,3	2.715.621,1	1.929.300,9	2.604.135,4	35,0	6,6	6,4	198,62
GO	1.495.705	Goiânia	84.437,0	261.736,0	173.841,7	70.334,3	119.274,8	69,6	2,8	2,7	79,74
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	192.364,7	197.363,2	163.182,2	85.576,5	71.520,9	-16,4	7,3	6,5	126,37
GO	381.970	Anápolis	60.770,1	40.657,4	66.087,5	21.213,1	50.898,2	139,9	4,8	4,8	133,25
MT	607.153	Cuiabá	91.884,6	181.360,4	172.209,7	116.332,2	154.925,7	33,2	7,2	7,3	255,17
MT	282.009	Várzea Grande	35.789,4	11.031,5	42.363,7	59.947,8	66.501,6	10,9	11,7	11,9	235,81
MS	885.711	Campo Grande	377.422,5	245.286,0	81.115,8	132.867,2	197.241,3	48,4	6,0	6,1	222,69
MS	220.965	Dourados	62.490,1	64.390,5	48.589,1	25.897,1	29.904,6	15,5	4,2	3,9	135,34
	87.711.946	Sudeste	31.478.989,8	27.867.840,6	22.309.314,9	12.389.041,7	16.056.712,8	29,6	5,6	5,5	183,06
ES	358.267	Vitória	169.387,2	85.806,1	61.912,9	55.443,4	99.318,2	79,1	6,3	6,1	277,22
ES	507.598	Serra	158.219,9	...	124.397,7	58.087,4	110.984,6	91,1	9,4	9,1	218,65
ES	486.208	Vila Velha	105.545,3	88.610,3	120.257,6	45.048,5	71.225,1	58,1	7,9	7,6	146,49
ES	378.603	Cariacica	49.644,7	58.638,5	50.629,7	30.592,8	55.417,0	81,1	9,5	8,6	146,37
MG	2.501.576	Belo Horizonte	1.432.078,0	860.569,0	434.368,9	545.460,5	567.790,4	4,1	6,0	5,9	226,97
MG	683.247	Uberlândia	81.294,7	152.832,6	220.663,7	132.958,5	130.553,8	-1,8	6,4	6,3	191,08
MG	659.070	Contagem	93.743,5	143.346,1	179.761,3	131.040,6	111.592,9	-14,8	6,9	7,0	169,32

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. desp. total 2018	Part. rec. total 2018	Invest. per capita 2018
em R\$ mil - IPCA médio de 2018								em %		em R\$	
MG	564.310	Juiz de Fora	147.268,1	70.791,6	63.749,7	38.647,0	34.376,6	-11,0	2,2	2,3	60,92
MG	432.575	Betim	85.891,4	80.839,5	129.350,1	40.913,6	52.183,7	27,5	3,5	3,4	120,63
MG	404.804	Montes Claros	69.449,7	91.749,8	75.493,6	33.332,3	50.442,8	51,3	6,6	6,7	124,61
MG	331.045	Ribeirão das Neves	45.889,3	29.550,1	17.696,0	26.920,5	57.806,4	114,7	13,2	13,9	174,62
MG	330.361	Uberaba	120.993,4	76.438,9	82.063,4	53.455,7	38.438,4	-28,1	3,7	3,6	116,35
MG	278.685	Governador Valadares	99.006,0	42.888,0	24.349,0	9.990,4	13.298,5	33,1	1,6	1,8	47,72
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	4.846.802,3	6.345.606,5	4.477.845,6	1.024.003,8	906.393,5	-11,5	3,9	3,9	135,51
RJ	1.077.687	São Gonçalo	72.787,4	94.572,8	...	22.675,6	39.169,3	72,7	3,4	3,4	36,35
RJ	914.383	Duque de Caxias	96.175,8	83.658,7	100.019,7	51.797,9	43.947,8	-15,2	1,9	..	48,06
RJ	818.875	Nova Iguaçu	144.247,7	123.844,7	61.535,5	39.551,9	57.120,0	44,4	4,1	4,1	69,75
RJ	511.786	Niterói	138.472,6	219.926,4	414.635,1	297.661,9	220.069,1	-26,1	8,2	..	430,00
RJ	508.614	Belford Roxo	19.996,6	8.825,9	3.943,5	21.311,4	42.875,3	101,2	6,2	6,6	84,30
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	579.347,5	198.670,2	279.868,6	7.835,3	26.284,8	235,5	1,4	1,4	52,21
RJ	471.888	São João de Meriti	30.301,0	42.123,6	9.397,6	13.541,0	...	..	..	..	...
RJ	305.687	Petrópolis	50.907,6	45.956,5	23.835,0	6.278,9	19.029,3	203,1	1,8	1,9	62,25
RJ	271.998	Volta Redonda	118.831,9	57.120,3	45.719,9	15.671,2	18.135,7	15,7	1,9	..	66,68
SP	12.176.866	São Paulo	5.476.906,0	5.249.783,1	3.235.064,6	2.130.362,1	2.368.232,2	11,2	4,5	4,5	194,49
SP	1.365.899	Guarulhos	272.981,3	248.514,9	170.180,1	177.119,9	148.342,3	-16,2	3,6	3,5	108,60
SP	1.194.094	Campinas	150.455,6	120.425,9	141.274,4	171.013,2	190.863,9	11,6	4,1	4,1	159,84
SP	833.240	São Bernardo do Campo	588.000,5	580.254,6	442.393,1	243.160,5	546.154,4	124,6	13,9	13,5	655,46
SP	716.109	Santo André	167.717,9	215.764,5	181.015,6	156.389,2	133.780,3	-14,5	5,6	5,5	186,82
SP	713.943	São José dos Campos	127.389,5	107.400,7	339.629,1	67.796,9	176.145,3	159,8	6,6	7,3	246,72
SP	696.850	Osasco	232.676,9	185.008,2	115.482,7	118.954,8	137.684,0	15,7	6,3	6,3	197,58
SP	694.534	Ribeirão Preto	55.493,2	94.204,5	145.467,4	35.612,0	75.347,0	111,6	2,9	3,0	108,49
SP	671.186	Sorocaba	102.650,9	88.831,6	90.089,6	31.663,0	86.506,1	173,2	3,5	3,2	128,89
SP	468.148	Mauá	40.752,0	59.082,4	115.945,6	20.751,7	42.426,2	104,4	4,3	4,4	90,63
SP	456.245	São José do Rio Preto	79.124,6	208.510,2	149.001,3	108.543,0	141.332,8	30,2	8,8	8,5	309,77
SP	440.769	Mogi das Cruzes	211.414,1	103.886,6	211.187,8	138.589,6	126.365,0	-8,8	9,2	9,1	286,69
SP	432.957	Santos	249.399,2	...	206.891,2	122.272,0	118.103,2	-3,4	5,0	5,0	272,78
SP	420.934	Diadema	80.780,6	95.266,9	176.164,4	85.096,7	41.861,1	-50,8	3,5	3,9	99,45
SP	414.810	Jundiaí	62.859,2	49.521,3	48.553,2	18.830,8	39.134,0	107,8	2,0	2,0	94,34
SP	400.949	Piracicaba	98.989,8	118.287,4	59.075,6	61.843,9	44.741,5	-27,7	2,9	2,9	111,59
SP	398.611	Carapicuíba	83.036,7	102.046,8	120.638,6	...	65.038,3	..	12,9	12,8	163,16
SP	374.272	Bauru	40.386,3	69.281,3	91.466,0	60.136,1	77.292,7	28,5	7,0	7,1	206,51
29.754.036 Sul			9.938.145,5	8.088.857,3	7.628.840,8	5.355.191,3	7.571.504,3	41,4	7,8	7,3	254,47
PR	1.917.185	Curitiba	335.532,0	294.458,3	175.764,0	249.518,8	275.889,9	10,6	3,7	3,5	143,90
PR	563.943	Londrina	80.562,4	98.456,4	85.898,3	46.549,6	85.332,9	83,3	4,6	5,2	151,31
PR	417.010	Maringá	157.532,0	192.482,5	149.072,4	87.611,7	218.737,5	149,7	14,5	13,8	524,54
PR	348.043	Ponta Grossa	62.363,5	78.302,6	67.482,2	74.706,4	64.955,4	-13,1	7,9	9,1	186,63
PR	324.476	Cascavel	61.137,8	78.933,8	121.670,1	83.419,1	106.152,5	27,3	12,4	11,5	327,15
PR	317.476	São José dos Pinhais	94.089,2	83.849,9	97.775,7	48.181,1	33.205,7	-31,1	3,9	3,5	104,59
PR	258.823	Foz do Iguaçu	88.076,8	45.075,8	37.819,0	35.267,3	98.766,3	180,1	10,1	9,4	381,60
RS	1.479.101	Porto Alegre	619.717,1	448.839,8	490.410,9	363.126,3	296.050,9	-18,5	5,2	4,9	200,16
RS	504.069	Caxias do Sul	145.777,5	143.116,0	103.245,3	46.914,3	66.704,3	42,2	3,9	3,8	132,33
RS	344.957	Canoas	110.829,5	126.725,5	190.578,1	66.202,5	45.858,5	-30,7	3,3	3,2	132,94
RS	341.648	Pelotas	45.110,8	99.778,6	100.453,2	80.979,8	40.776,0	-49,6	4,6	4,4	119,35
RS	280.505	Santa Maria	24.566,4	14.284,6	19.344,9	11.384,8	12.501,0	9,8	2,2	1,9	44,57
RS	279.398	Gravataí	18.079,9	11.080,2	19.388,2	17.591,2	20.933,8	19,0	2,8	2,7	74,92
RS	254.101	Viamão	40.515,7	23.622,2	16.267,5	13.336,0	14.263,4	7,0	3,3	3,2	56,13
SC	492.977	Florianópolis	135.514,4	125.920,7	103.724,6	74.260,8	123.071,8	65,7	6,6	7,0	249,65
SC	583.144	Joinville	78.523,9	95.767,8	72.402,8	50.786,2	47.272,1	-6,9	2,6	2,3	81,06
SC	352.460	Blumenau	81.801,3	86.966,3	105.118,6	90.338,9	133.392,6	47,7	8,9	9,1	378,46
	81.785.966	Cidades selecionadas	26.160.990,5	24.746.316,5	19.871.199,0	11.690.729,5	13.674.348,7	17,0	5,5	5,4	167,20
	32.107.017	Até 20 mil habitantes	12.335.435,0	8.418.507,1	7.946.779,9	5.626.773,7	8.639.624,8	53,5	8,5	8,3	269,09
	46.749.996	Capitais	18.210.680,8	17.579.374,5	12.565.892,1	7.284.670,0	8.196.817,8	12,5	5,3	5,3	175,33
	205.517.176	Brasil¹	62.412.513,1	51.971.854,6	44.258.011,4	28.252.909,7	38.369.984,5	35,8	6,4	6,2	186,70

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ Não inclui Brasília.

Investimentos | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Investimento	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	2.368.232.163,71	12.176.866	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	906.393.515,30	6.688.927	2º
3º	MG	Belo Horizonte	567.790.439,23	2.501.576	5º
4º	SP	São Bernardo do Campo	546.154.427,55	833.240	21º
5º	BA	Salvador	436.547.427,98	2.857.329	3º
6º	AM	Manaus	430.798.475,89	2.145.444	6º
7º	SP	Barueri	424.548.493,64	271.306	104º
8º	CE	Fortaleza	415.762.251,58	2.643.247	4º
9º	RJ	Maricá	305.637.317,39	157.789	184º
10º	RS	Porto Alegre	296.050.904,79	1.479.101	11º
11º	PE	Recife	281.749.415,55	1.637.834	8º
12º	PR	Curitiba	275.889.880,45	1.917.185	7º
13º	RR	Boa Vista	248.420.882,43	375.374	66º
14º	PI	Teresina	234.584.279,14	861.442	20º
15º	RJ	Niterói	220.069.131,69	511.786	41º
16º	PR	Maringá	218.737.531,94	417.010	56º
17º	PA	Belém	212.908.729,89	1.485.732	10º
18º	MS	Campo Grande	197.241.312,46	885.711	18º
19º	SP	Campinas	190.863.882,25	1.194.094	13º
20º	SP	São José dos Campos	176.145.260,74	713.943	25º
21º	SP	Ilhabela	174.972.502,94	34.333	987º
22º	PA	Parauapebas	171.910.681,63	202.882	150º
23º	MT	Cuiabá	154.925.692,84	607.153	34º
24º	SP	Guarulhos	148.342.270,56	1.365.899	12º
25º	SP	São José do Rio Preto	141.332.810,44	456.245	51º
26º	SP	Osasco	137.683.986,83	696.850	27º
27º	SP	Santo André	133.780.340,83	716.109	24º
28º	SC	Blumenau	133.392.594,68	352.460	73º
29º	MG	Uberlândia	130.553.806,53	683.247	29º
30º	SP	Mogi das Cruzes	126.365.015,36	440.769	52º
31º	SC	Florianópolis	123.071.812,20	492.977	47º
32º	SP	Santana de Parnaíba	122.631.208,33	136.517	211º
33º	GO	Goiânia	119.274.758,13	1.495.705	9º
34º	SP	Santos	118.103.196,54	432.957	53º
35º	MG	Contagem	111.592.860,17	659.070	31º
36º	ES	Serra	110.984.624,05	507.598	43º
37º	SP	Taubaté	109.634.449,54	311.854	87º
38º	PR	Cascavel	106.152.537,48	324.476	83º
39º	ES	Vitória	99.318.152,68	358.267	71º
40º	PR	Foz do Iguaçu	98.766.276,56	258.823	107º
41º	SP	Praia Grande	95.837.054,82	319.146	84º
42º	MA	São Luís	92.630.813,17	1.094.667	14º
43º	SP	Indaiatuba	89.580.531,84	246.908	113º
44º	PA	Santarém	88.678.887,95	302.667	90º
45º	SP	Sorocaba	86.506.063,21	671.186	30º
46º	PR	Londrina	85.332.920,72	563.943	38º
47º	MT	Rondonópolis	85.035.428,93	228.857	130º
48º	PE	Cabo de Santo Agostinho	84.579.597,42	205.112	147º
49º	PA	Marabá	84.236.927,64	275.086	101º
50º	SC	Itajaí	83.742.602,88	215.895	138º
51º	SP	São Vicente	83.036.191,07	363.173	70º
52º	RS	Novo Hamburgo	82.785.208,49	246.452	114º

Posição	UF	Município	Investimento	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
53º	TO	Palmas	80.256.751,31	291.855	94º
54º	BA	Camaçari	79.098.562,86	293.723	93º
55º	PR	Araucária	77.813.804,91	141.410	202º
56º	SP	Bauru	77.292.726,29	374.272	67º
57º	AC	Rio Branco	76.485.506,58	401.155	60º
58º	SP	Ribeirão Preto	75.346.970,16	694.534	28º
59º	RO	Porto Velho	75.305.482,16	519.531	40º
60º	RJ	Macaé	74.429.720,11	251.631	111º
61º	PB	João Pessoa	73.893.525,01	800.323	23º
62º	GO	Aparecida de Goiânia	71.520.867,47	565.957	36º
63º	ES	Vila Velha	71.225.091,79	486.208	48º
64º	PE	Caruaru	70.709.378,63	356.872	72º
65º	SC	Balneário Camboriú	70.571.704,97	138.732	208º
66º	BA	Barreiras	70.471.230,88	153.831	189º
67º	SP	Itapevi	69.913.386,68	234.352	125º
68º	SP	Guarujá	68.033.028,68	318.107	85º
69º	RS	Caxias do Sul	66.704.303,36	504.069	44º
70º	MT	Várzea Grande	66.501.578,92	282.009	96º
71º	PA	Ananindeua	66.062.528,57	525.566	39º
72º	SP	Carapicuíba	65.038.318,53	398.611	62º
73º	PR	Ponta Grossa	64.955.407,21	348.043	75º
74º	SP	Santa Bárbara d'Oeste	59.245.645,22	192.536	156º
75º	ES	Presidente Kennedy	58.967.911,44	11.488	2804º
76º	GO	Rio Verde	58.583.350,89	229.651	129º
77º	BA	Feira de Santana	58.321.767,02	609.913	33º
78º	MG	Ribeirão das Neves	57.806.382,13	331.045	80º
79º	RJ	Nova Iguaçu	57.120.034,37	818.875	22º
80º	SE	Aracaju	56.762.465,07	648.939	32º
81º	ES	Cariacica	55.416.972,65	378.603	65º
82º	SP	Caragatatuba	54.568.972,64	119.625	259º
83º	CE	Iguatu	53.891.174,68	103.255	305º
84º	SP	Jacarei	52.590.955,03	231.863	127º
85º	MG	Betim	52.183.660,40	432.575	54º
86º	GO	Anápolis	50.898.169,75	381.970	64º
87º	SC	Jaraguá do Sul	50.488.501,92	174.158	167º
88º	MG	Montes Claros	50.442.823,26	404.804	59º
89º	CE	Sobral	50.077.608,89	206.644	146º
90º	PA	Itaituba	49.768.235,23	101.097	313º
91º	AP	Macapá	49.753.879,66	493.634	46º
92º	MS	Corumbá	48.461.369,97	110.806	285º
93º	SC	Joinville	47.272.070,84	583.144	35º
94º	SP	Itu	47.040.354,64	172.268	170º
95º	CE	Maracanaú	46.961.046,50	226.128	133º
96º	RJ	Rio das Ostras	46.785.400,89	145.989	200º
97º	PE	Jaboatão dos Guararapes	46.270.354,76	697.636	26º
98º	PR	Toledo	45.981.190,19	138.572	209º
99º	RS	Canoas	45.858.459,88	344.957	76º
100º	SC	Criciúma	45.623.934,22	213.023	140º

		Total dos 100 maiores	15.478.070.097,28	73.606.208	..
		Total dos demais	22.891.914.452,47	131.910.968	..
		Total Brasil¹	38.369.984.549,75	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Investimentos per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Invest. per capita	Investimento	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
1º	ES	Presidente Kennedy	5.133,00	58.967.911,44	11.488	2804º
2º	SP	Ilhabela	5.096,34	174.972.502,94	34.333	987º
3º	RS	Barra do Rio Azul	4.689,99	8.094.919,29	1.726	5505º
4º	PR	Cafezal do Sul	3.092,05	12.615.570,84	4.080	4665º
5º	SP	Gavião Peixoto	2.566,66	12.222.432,48	4.762	4412º
6º	MG	São Sebastião do Rio Verde	2.316,12	5.167.257,37	2.231	5381º
7º	PR	Bom Sucesso do Sul	2.277,94	7.457.960,97	3.274	4985º
8º	RS	Protásio Alves	2.254,83	4.412.710,11	1.957	5457º
9º	SC	Lajeado Grande	2.248,24	3.230.721,15	1.437	5548º
10º	SP	Gabriel Monteiro	2.202,00	6.112.740,71	2.776	5182º
11º	PR	Marquinho	2.136,19	9.553.056,68	4.472	4531º
12º	PR	Sulina	2.136,08	6.478.722,23	3.033	5081º
13º	GO	Alto Horizonte	2.096,17	13.033.984,82	6.218	3929º
14º	SC	Morro Grande	1.962,54	5.687.440,39	2.898	5137º
15º	PR	Pinhal de São Bento	1.951,77	5.318.560,78	2.725	5201º
16º	RJ	Maricá	1.937,00	305.637.317,39	157.789	184º
17º	PR	Entre Rios do Oeste	1.907,27	8.546.463,45	4.481	4528º
18º	PR	Pato Bragado	1.890,14	10.461.941,10	5.535	4145º
19º	PR	Boa Esperança do Iguaçu	1.871,37	4.749.528,07	2.538	5279º
20º	PR	Esperança Nova	1.867,52	3.234.536,93	1.732	5502º
21º	RS	Capão Bonito do Sul	1.863,50	3.108.319,13	1.668	5513º
22º	PR	Fernandes Pinheiro	1.839,95	10.469.305,98	5.690	4092º
23º	RS	André da Rocha	1.827,50	2.419.612,56	1.324	5556º
24º	SC	Abdon Batista	1.809,15	4.662.191,89	2.577	5254º
25º	RS	Montauri	1.806,99	2.649.040,84	1.466	5547º
26º	PR	Ariranha do Ivaí	1.797,07	3.865.491,72	2.151	5400º
27º	MG	Rio Doce	1.753,71	4.557.899,78	2.599	5250º
28º	RS	Vespasiano Correa	1.676,49	3.076.360,57	1.835	5482º
29º	SP	Embaúba	1.670,42	4.102.541,21	2.456	5315º
30º	RS	São Pedro da Serra	1.653,36	6.213.321,91	3.758	4805º
31º	RS	Pinhal	1.652,24	4.257.829,42	2.577	5254º
32º	RS	Floriano Peixoto	1.640,54	2.946.417,08	1.796	5492º
33º	RS	Vista Alegre do Prata	1.639,66	2.566.072,70	1.565	5532º
34º	PR	São Manoel do Paraná	1.620,92	3.497.950,08	2.158	5396º
35º	RS	Engenho Velho	1.590,05	1.729.971,56	1.088	5565º
36º	MG	Belo Vale	1.585,78	12.226.344,94	7.710	3521º
37º	PR	Flórida	1.576,48	4.223.380,17	2.679	5223º
38º	RS	Ipiranga do Sul	1.575,92	2.992.680,70	1.899	5471º
39º	PB	Emas	1.573,91	5.516.537,85	3.505	4903º
40º	PR	Mato Rico	1.570,68	5.246.086,32	3.340	4962º
41º	RS	Guabiju	1.570,47	2.380.828,50	1.516	5542º
42º	SP	Barueri	1.564,83	424.548.493,64	271.306	104º
43º	RS	São Vendelino	1.558,76	3.458.884,65	2.219	5390º
44º	RS	Gentil	1.520,63	2.496.872,99	1.642	5520º
45º	RS	Nova Ramada	1.510,62	3.426.074,97	2.268	5365º
46º	PR	Saudade do Iguaçu	1.502,70	8.203.245,88	5.459	4171º
47º	PR	Bela Vista da Caroba	1.481,21	5.283.474,94	3.567	4874º
48º	AM	Japurá	1.478,35	4.826.797,18	3.265	4988º
49º	MS	Paraíso das Águas	1.477,79	8.061.336,20	5.455	4173º
50º	PR	Altamira do Paraná	1.474,02	3.256.106,36	2.209	5391º
51º	RS	Santo Antônio do Palma	1.444,43	3.082.412,06	2.134	5407º
52º	SP	Fernão	1.440,16	2.454.038,55	1.704	5510º

Posição	UF	Município	Invest. per capita	Investimento	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
53º	PR	Iracema do Oeste	1.439,58	3.347.029,05	2.325	5358º
54º	RS	Mariano Moro	1.420,67	2.918.056,97	2.054	5432º
55º	SC	Tigrinhos	1.409,84	2.320.604,25	1.646	5518º
56º	PR	Quinta do Sol	1.405,04	6.519.379,54	4.640	4466º
57º	PR	Ângulo	1.404,41	4.110.720,35	2.927	5123º
58º	MG	Nova Módica	1.382,71	5.015.079,91	3.627	4848º
59º	MG	Jeceaba	1.380,13	6.863.396,80	4.973	4323º
60º	GO	Israelândia	1.375,20	3.871.187,45	2.815	5165º
61º	PR	Juranda	1.363,31	10.076.242,27	7.391	3616º
62º	RS	Nova Boa Vista	1.360,91	2.446.909,00	1.798	5491º
63º	PR	Brasilândia do Sul	1.359,84	3.697.413,02	2.719	5208º
64º	MG	Araçai	1.349,39	3.158.924,80	2.341	5351º
65º	PR	Alto Paraíso	1.339,24	3.748.531,34	2.799	5172º
66º	PR	Nova Aliança do Ivaí	1.326,16	2.034.323,10	1.534	5539º
67º	RR	Rorainópolis	1.321,78	39.036.028,90	29.533	1173º
68º	SC	Iomerê	1.310,43	3.835.621,63	2.927	5123º
69º	RS	Boa Vista do Incra	1.306,94	3.384.978,66	2.590	5252º
70º	SC	Arvoredo	1.292,89	2.903.828,07	2.246	5375º
71º	PR	Novo Itacolomi	1.290,91	3.676.511,20	2.848	5153º
72º	RO	Pimenteiras do Oeste	1.284,96	2.815.349,42	2.191	5394º
73º	SC	Erval Velho	1.283,81	5.657.758,76	4.407	4557º
74º	RS	Canudos do Vale	1.269,01	2.194.123,77	1.729	5503º
75º	RS	Trindade do Sul	1.268,59	7.374.329,15	5.813	4047º
76º	PB	Santana de Mangueira	1.264,14	6.571.001,98	5.198	4262º
77º	SC	Bombinhas	1.238,24	23.765.469,67	19.193	1836º
78º	PR	Nova Tebas	1.233,24	7.221.824,83	5.856	4036º
79º	RS	Alpestre	1.232,51	7.959.566,50	6.458	3860º
80º	PR	Manfrinópolis	1.227,02	3.238.117,76	2.639	5236º
81º	RS	Santa Cecília do Sul	1.207,27	1.984.745,02	1.644	5519º
82º	RS	Carlos Gomes	1.206,47	1.693.879,67	1.404	5551º
83º	SP	Rifaina	1.205,11	4.360.086,80	3.618	4851º
84º	MS	Costa Rica	1.202,04	24.637.007,44	20.496	1727º
85º	PR	São Pedro do Paraná	1.199,41	2.804.222,22	2.338	5353º
86º	PI	João Costa	1.199,20	3.609.585,40	3.010	5088º
87º	RS	Capitão	1.197,24	3.292.421,89	2.750	5195º
88º	PR	Arapuá	1.196,50	3.742.643,65	3.128	5039º
89º	RR	Caroebe	1.187,32	11.813.832,09	9.950	3121º
90º	PR	Iguatu	1.178,27	2.660.532,02	2.258	5370º
91º	TO	São Félix do Tocantins	1.175,66	1.848.141,94	1.572	5530º
92º	RS	Nova Pádua	1.175,50	2.995.184,53	2.548	5272º
93º	SC	Ouro Verde	1.173,77	2.613.988,72	2.227	5384º
94º	RN	Olho-d'Água do Borges	1.166,81	4.984.601,52	4.272	4606º
95º	SP	Paulistânia	1.166,54	2.137.094,26	1.832	5485º
96º	PR	Kaloré	1.165,30	4.840.674,06	4.154	4640º
97º	PR	Bom Jesus do Sul	1.164,92	4.166.922,33	3.577	4866º
98º	MA	Santo Antônio dos Lopes	1.152,27	16.747.125,07	14.534	2360º
99º	SP	Sagres	1.147,22	2.793.492,83	2.435	5321º
100º	SC	Princesa	1.146,97	3.338.832,88	2.911	5132º

		Total dos 100 maiores	1.794,65	1.514.589.523,96	843.945	..
		Total dos demais	180,07	36.855.395.025,79	204.673.231	..
		Total Brasil¹	186,70	38.369.984.549,75	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Mudança no indexador das dívidas com a União equilibrou contratos

Valores pagos de juros e amortizações da dívida pelos municípios em 2018 foram 3% maiores que no ano anterior. O baixo crescimento das receitas municipais e o aumento no volume de operações de crédito sinalizam para um endividamento cada vez mais elevado dos municípios como forma de financiamento de seus investimentos.

Desempenho

As despesas com juros, amortizações e demais encargos são geradas pela dívida consolidada¹ dos municípios, ou seja, valores devidos em longo prazo. Os juros e encargos são classificados como despesas correntes e as amortizações como despesas de capital.

Em 2018, os municípios brasileiros gastaram R\$ 16,41 bilhões com juros e amortizações da dívida. Em relação ao ano anterior, houve alta de 3%, considerando as cifras corrigidas pela inflação. Diferentemente de outros itens das despesas, que são influenciados pelo comportamento das receitas, os desembolsos com a dívida são feitos conforme o perfil de endividamento de cada município e as regras de pagamento dos precatórios judiciais².

O endividamento municipal, por sua vez, possui quatro origens principais: as dívidas renegociadas com a União; as dívidas previdenciárias, com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

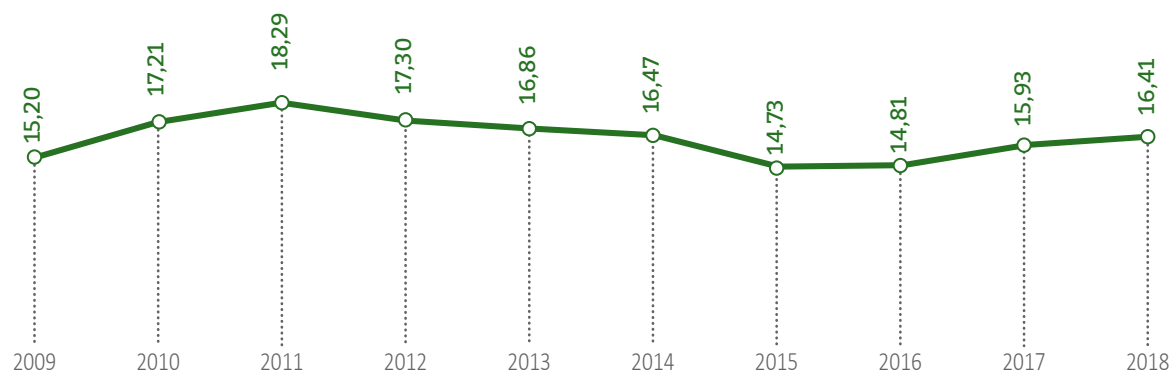
ou com fundos de previdência municipal; as oriundas de operações de crédito realizadas para financiar investimentos; e os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que foram incluídos. Dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal, de dezembro de 2018, mostram que o saldo da dívida consolidada de cerca de 5.370 municípios era de R\$ 179,79 bilhões.

¹ A dívida consolidada é definida como o montante das obrigações financeiras do município, assumido em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 meses e precatórios judiciais.

² Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. As normas que regem os pagamentos dos precatórios estão no artigo 100 da Constituição Federal, alterado pelas emendas constitucionais nº 62/2009, nº 94/2016 e nº 99/2017, que modificam o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Despesa com juros e amortizações da dívida dos municípios brasileiros

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Alguns fatos recentes relacionados às fontes do endividamento impactaram os desembolsos municipais nos últimos três anos: a alteração no índice de correção da dívida dos municípios com a União pela Lei Complementar nº 148/2014, o Refis Previdenciário, estipulado pela Lei Complementar nº 13.485/2017, e o aumento do volume de operações de crédito.

As dívidas renegociadas com a União são derivadas de contratos firmados por 26 estados e 177 municípios brasileiros com o governo federal entre os anos de 1997 e 2001. Naquele período, a União assumiu os compromissos desses entes, passando a ser o credor principal. Os contratos previam prazo de pagamento de 30 anos e juros de 6% a 9% ao ano, além de atualização monetária calculada mensalmente com base no IGP-DI. À época, as condições pareciam ser adequadas, pois, na década de 1990, a taxa básica de juros girava em torno de 45% ao ano, e a opção pela correção da dívida via IGP-DI fazia sentido.

Em 2014, após fortes reivindicações da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e de representantes de estados e municípios, a União editou a LC 148, que promoveu uma série de

mudanças nos indexadores desses débitos: o IGP-DI foi substituído pelo IPCA mais 4% ao ano e, como forma de proteger os municípios de fortes pressões inflacionárias, o percentual definido não poderia ultrapassar a taxa Selic.

A nova legislação exigiu que o recálculo retroagisse a 1º de janeiro de 2013 e determinou que a União concedesse descontos correspondentes à diferença entre os saldos devedores existentes naquela data e o saldo devedor apurado com a variação da taxa Selic desde o início do contrato. Dessa forma, os municípios tiveram dois ganhos: na redução do saldo devedor e na baixa dos juros calculados para o pagamento mensal.

A aplicação da Lei foi sendo postergada pela União, que alegava a necessidade de regulamentação. Ao longo de 2015, muitos municípios conseguiram, por meio de liminar judicial, suspender os pagamentos ou realizá-los à União praticando os cálculos dos novos indexadores. Enquanto isso, a FNP trabalhou intensamente pela aprovação da Lei Complementar nº 151/2015, que estabeleceu que as novas regras deveriam ser adotadas até 31 de janeiro de 2016. Após isso, foi sancionado o

Decreto nº 8.616/2015, alterado pelo Decreto nº 8.665/2016, que finalmente regulamentou a LC 148/2014. Com isso, os municípios e estados brasileiros procuraram a União para aplicar, de forma definitiva, os novos indexadores.

Os novos cálculos foram sendo feitos ao longo de 2016 através de aditivos contratuais. Ao diminuir o índice de correção da dívida, os pagamentos mensais concretizados pelos municípios também caíram. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, a retração no saldo devedor foi de cerca de R\$ 60 bilhões para essas cidades; houve ainda queda nos valores pagos mensalmente.

O Refis Previdenciário, por sua vez, foi resultado do empenho conjunto de entidades municipalistas, entre elas a FNP, que culminou com a aprovação da Lei nº 13.485/2017. As novas normas permitiram o parcelamento das dívidas previdenciárias para os estados e municípios, com uma entrada de 2,4% sobre o valor do saldo devedor, que deveriam ser pagas em prestações ainda em 2017, sendo o restante dividido em até 194 meses, com uma redução de 40% nas multas e encargos legais e de 80% nos juros de mora. Vale lembrar que a medida beneficiou um grande número de municípios médios e pequenos, cuja dívida consolidada é composta quase que totalmente pelos débitos com o INSS.

As adesões ao Refis Previdenciário acarretaram um gasto adicional dos municípios com amortizações necessárias para cumprir com o pagamento dos 2,4% do saldo devedor, o que lhes permitia aderirem ao programa. Além de impactar o nível de gastos de 2017, a regulamentação previdenciária gerou um fluxo novo de pagamentos relativos à dívida previdenciária, fator que contribui para o aumento desse dispendio em 2018.

Cabe informar ainda que a última norma editada a respeito desse tema foi a regulamentação do Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal (CRDPM), prevista na Lei nº 13.485/2017. Conforme o Decreto nº 9.568/2018, o Comitê tem por finalidade gerir e avaliar os pleitos municipais relativos a débitos previdenciários e do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Quanto às operações de crédito, estas também constituem uma das fontes do endividamento municipal. São empréstimos tomados com instituições financeiras visando a diversos investimentos, como em infraestrutura, aquisição de máquinas, equipamentos e modernização administrativa. As operações de crédito podem ser internas, ou seja, aquelas firmadas com instituições nacionais, tais como os bancos públicos e privados e as agências ou bancos de desenvolvimento, e externas, aquelas acordadas com organismos internacionais, como o Banco Mundial (Bird).

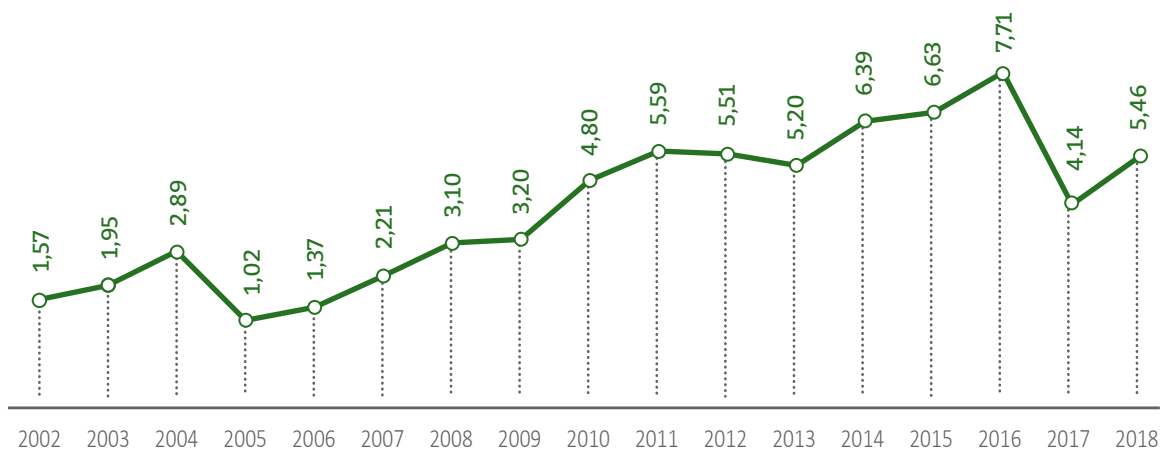
Conforme pode ser observado no gráfico ao lado, os municípios têm-se utilizado de forma crescente de receitas provenientes de operações de crédito para arcar com seus planos de investimentos. Notadamente a partir de 2014, com a forte perda de capacidade de aportes com recursos próprios em razão da crise econômica, as prefeituras têm recorrido cada vez mais ao mercado de crédito. Para se ter uma ideia, em 2018, a receita com tais operações representou 36,1% das cifras destinadas aos investimentos para o grupo das 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, excluídos os dados do município de São Paulo. Em 2010, esse indicador era de 7,7%³. Nesse período, para esse conjunto de municípios, as operações de crédito tiveram aumento real de 179%, enquanto que os investimentos

totais caíram 40%³. Veja análise completa na seção sobre os investimentos na página 150.

³ Para os 106 municípios selecionados, excluído São Paulo e o refinanciamento da dívida do Rio de Janeiro, os investimentos somaram R\$ 11,31 bilhões e as operações de crédito alcançaram R\$ 4,08 bilhões, o que resultou na relação de 36,1%, em 2018. Em 2010, para esse mesmo grupo, os investimentos foram de R\$ 18,94 bilhões, as operações de crédito chegaram a R\$ 1,46 bilhão e a participação do segundo sobre o primeiro foi de 7,7%, considerando os valores corrigidos pelo IPCA médio de 2018.

Existe, portanto, uma tendência de elevação nos gastos com juros e amortizações de dívidas no médio e no longo prazo devido à maturação das operações executadas no período mais recente. Esse impacto será mais forte nos municípios maiores, pois são eles os grandes tomadores de crédito.

Receita com operações de crédito em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Situação dos maiores municípios

O maior gasto anual com juros e amortizações de dívidas pertence ao município de São Paulo. Em 2018, foram desembolsados R\$ 3,30 bilhões, importância 1,4% menor que a do ano anterior. Em termos absolutos, a capital paulista foi a mais beneficiada com as mudanças nos indexadores das pendências financeiras com a União, por causa do grande volume de seus débitos. Com os novos cálculos, o saldo devedor encolheu de R\$ 73,1 bilhões, ao fim de 2015,

para R\$ 27,5 bilhões, já em 2016. O pagamento anual com essa dívida, em 2014, foi de R\$ 4,53 bilhões, baixando para a casa dos R\$ 3 bilhões anuais entre 2015 e 2018, contração de aproximadamente 30% em valores corrigidos pelo IPCA médio de 2018.⁴

⁴ Informações obtidas no Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo em setembro de 2019: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/Paginas/DividuaPublica.aspx>

Entre os demais municípios brasileiros, destaca-se Belo Horizonte, por possuir o terceiro maior desembolso com juros e amortizações da dívida. Com alta de 2,6% em relação ao ano anterior, o valor consumido foi de R\$ 511,7 milhões em 2018. Outros 11 municípios gastaram cifras acima de R\$ 100 milhões com os serviços da dívida: Curitiba (R\$ 305,6 milhões), São Bernardo do Campo (R\$ 263,1 milhões), Porto Alegre (R\$ 255 milhões), Fortaleza (R\$ 150,6 milhões), Belém (R\$ 150,1 milhões), Manaus (R\$ 149,3 milhões), Niterói (R\$ 144,1 milhões), Salvador (R\$ 139,2 milhões), Florianópolis (R\$ 133,7 milhões), Recife (R\$ 133,1 milhões) e Maceió (R\$ 128,8 milhões).

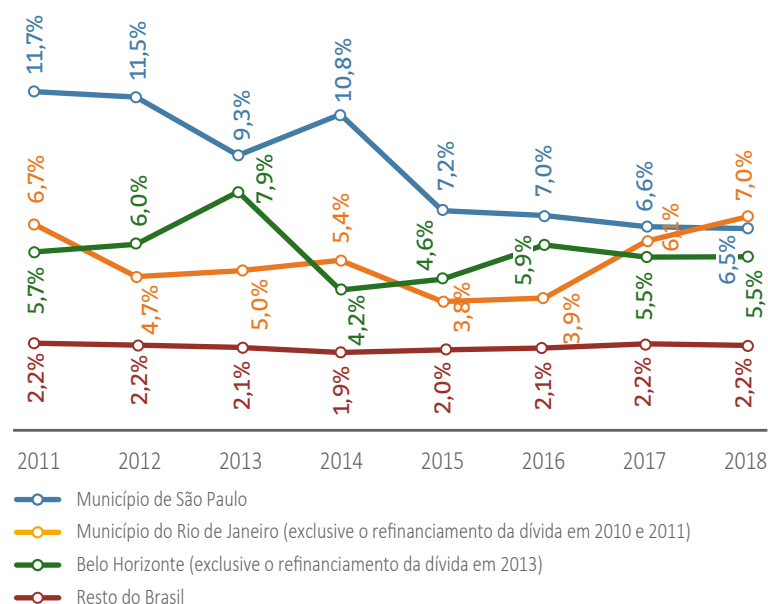
Nos municípios com até 20 mil habitantes, os custos com juros e amortizações da dívida permaneceram relativamente estáveis, com tímido crescimento de 0,4% em relação ao ano anterior. A maior parte desses pagamentos está relacionada a dívidas previdenciárias (INSS e institutos de previdência). Nesse grupo, essas despesas corresponderam a 1,5% da receita corrente.

Peso orçamentário

A despesa com juros e amortizações da dívida consumiu, em média, 2,8% da receita corrente dos municípios brasileiros em 2018. O percentual foi o mesmo de 2017 e 2014 e um pouco maior que os de 2015 e 2016, com 2,6% em cada um desses anos. A redução do peso desse dispêndio em relação à receita corrente em 2015 e 2016

explica-se pela queda nos pagamentos dos débitos com a União logo após a alteração nas condições das dívidas promovida pela LC 148. Em 2011, a relação dívida/receita corrente foi de 3,5%. Em São Paulo, que possui o maior gasto entre os municípios, esses percentuais passaram de 11,5%, em 2011, para 6,5%, em 2018.

Participação dos gastos com juros e amortizações da dívida na receita corrente



Indicadores de endividamento

A dívida consolidada líquida não deve ultrapassar 120% da receita corrente líquida para os municípios (Resolução nº 40, artigo 3º, inciso II, de 20/12/2001, do Senado Federal).

O desembolso anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada não pode exceder a 11,5% da receita corrente líquida (Resolução nº 43, artigo 7º, inciso I, de 21/12/2001, do Senado Federal).

A dívida contratual bruta total é limitada à receita líquida real (RLR) anual. O conceito da RLR encontra-se no artigo 2º da Lei nº 9.496/97: é a receita realizada nos 12 meses anteriores ao mês imediatamente antecedente àquele em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender às despesas de capital.

Juros e amortizações da dívida | 2014-2018

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. desp. total 2018	Part. rec. corrente 2018	Juros e amort. da dívida per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$	
	18.182.253	Norte	539.367,0	567.740,8	692.292,7	826.901,9	787.739,5	-4,7	1,9	2,0	43,32
AC	401.155	Rio Branco	23.308,2	23.947,0	27.658,5	25.366,8	21.134,4	-16,7	2,5	2,5	52,68
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	3.367,8	3.054,7	11.383,5	3.122,3	3.227,3	3,4	2,0	2,2	36,81
AP	493.634	Macapá	629,3	448,4	2.100,2	1.558,4	712,1	-54,3	0,1	0,1	1,44
AP	119.610	Santana	...	2.044,9	...	3.481,4	0,0	-100,0	0,0	..	0,00
AM	2.145.444	Manaus	91.650,6	107.093,0	125.858,2	145.702,9	149.338,3	2,5	3,2	3,3	69,61
AM	113.168	Parintins	96,8	204,6	...	3.105,4	5.279,3	70,0	2,5	2,7	46,65
PA	1.485.732	Belém	83.565,8	79.068,4	91.812,8	123.369,5	150.091,4	21,7	5,4	5,6	101,02
PA	525.566	Ananindeua	15.559,7	13.753,1	...	16.280,3	14.899,4	-8,5	2,2	2,3	28,35
PA	302.667	Santarém	4.998,1	6.382,6	9.598,8	10.241,6	4.657,0	-54,5	0,7	0,8	15,39
PA	275.086	Marabá	6.889,0	8.105,4	9.799,9	15.852,2	15.294,8	-3,5	1,9	1,9	55,60
RO	519.531	Porto Velho	24.862,5	20.927,3	18.702,5	18.105,0	17.707,1	-2,2	1,4	1,3	34,08
RO	127.907	Ji-Paraná	3.367,2	2.573,7	1.681,8	5.892,3	4.774,4	-19,0	2,1	2,0	37,33
RR	375.374	Boa Vista	11.005,9	10.666,1	16.583,7	14.803,3	15.684,5	6,0	1,3	1,4	41,78
RR	29.533	Rorainópolis	662,9	1.607,4	229,3	...	1.079,3	..	1,2	1,9	36,55
TO	291.855	Palmas	18.468,7	19.680,4	23.869,6	23.605,5	27.086,6	14,7	2,8	2,5	92,81
TO	177.517	Araguaína	6.793,9	4.865,4	11.606,3	16.936,9	9.264,0	-45,3	2,2	2,2	52,19
	56.757.759	Nordeste	1.883.568,1	2.052.804,6	2.139.200,0	2.496.841,2	2.472.659,6	-1,0	1,8	1,9	43,57
AL	1.012.382	Maceió	55.168,9	93.570,8	135.929,1	118.322,5	128.751,7	8,8	5,6	6,5	127,18
AL	230.417	Arapiraca	5.432,6	5.253,3	11.234,8	9.284,4	6.246,1	-32,7	1,1	1,2	27,11
BA	2.857.329	Salvador	211.647,3	225.932,9	127.820,6	148.164,0	139.184,4	-6,1	2,3	2,4	48,71
BA	609.913	Feira de Santana	18.604,9	21.216,5	21.790,7	24.254,4	27.397,7	13,0	2,4	2,1	44,92
BA	338.885	Vitória da Conquista	15.228,8	16.391,1	16.455,7	17.233,8	19.339,6	12,2	3,0	3,1	57,07
BA	293.723	Camaçari	50.616,0	50.144,4	39.816,1	48.095,4	41.123,0	-14,5	3,7	3,7	140,01
CE	2.643.247	Fortaleza	76.471,5	85.532,7	118.069,1	133.872,3	150.592,8	12,5	2,3	2,4	56,97
CE	363.982	Caucaia	7.726,2	9.569,0	9.161,2	7.857,2	6.515,7	-17,1	1,0	..	17,90
CE	271.926	Juazeiro do Norte	6.807,4	7.995,2	12.257,8	11.093,9	8.865,3	-20,1	1,7	1,7	32,60
MA	1.094.667	São Luís	48.679,2	63.205,4	70.177,6	69.091,2	86.627,3	25,4	3,2	3,2	79,14
MA	258.016	Imperatriz	...	3.339,5	3.298,3	2.266,8	2.960,4	30,6	0,4	0,4	11,47
PB	800.323	João Pessoa	25.229,3	25.751,6	21.999,4	21.111,5	33.151,3	57,0	1,7	1,7	41,42
PB	407.472	Campina Grande	19.567,6	24.233,2	31.725,3	32.303,7	29.269,4	-9,4	3,4	3,6	71,83
PE	1.637.834	Recife	119.826,2	143.446,0	128.049,9	142.272,9	133.132,7	-6,4	3,0	3,0	81,29
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	14.663,2	10.351,2	10.601,3	19.384,2	9.720,7	-49,9	0,8	0,8	13,93
PE	391.835	Olinda	10.249,6	22.066,0	4.126,4	3.885,4	4.417,6	13,7	0,7	0,7	11,27
PE	356.872	Caruaru	9.958,4	12.849,2	9.623,4	8.723,7	12.464,2	42,9	1,7	1,9	34,93
PE	343.865	Petrolina	19.202,9	12.375,8	12.359,9	16.742,5	13.112,5	-21,7	2,0	2,0	38,13
PE	329.117	Paulista	6.807,1	6.259,2	2.905,4	796,8	792,7	-0,5	0,2	0,2	2,41
PI	861.442	Teresina	21.494,0	26.409,2	46.492,2	60.577,0	60.004,2	-0,9	2,2	2,3	69,66
PI	152.653	Parnaíba	2.082,2	7.588,9	9.973,1	4.466,5	2.946,4	-34,0	0,9	..	19,30
RN	877.640	Natal	38.102,6	46.187,1	53.684,6	...	...	..	..	..	...
RN	294.076	Mossoró	11.311,3	14.071,3	22.598,6	9.595,2	17.104,8	78,3	2,7	2,9	58,16
SE	648.939	Aracaju	16.016,0	13.950,3	21.283,1	35.768,2	19.406,7	-45,7	1,2	1,2	29,91
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	1.473,6	1.140,2	2.942,9	612,4	...	..	..	..	...
	13.111.182	Centro-Oeste¹	669.352,7	609.393,0	643.886,8	624.677,2	655.417,9	4,9	1,7	1,7	49,99
GO	1.495.705	Goiânia	64.693,0	61.265,7	68.672,1	69.178,7	90.898,5	31,4	2,2	2,1	60,77
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	23.986,7	17.558,0	20.312,2	28.166,5	34.260,1	21,6	3,5	3,3	60,53
GO	381.970	Anápolis	25.036,0	16.284,8	14.936,6	9.619,4	10.189,5	5,9	1,0	1,0	26,68
MT	607.153	Cuiabá	61.923,5	26.818,8	31.076,5	32.959,6	39.173,7	18,9	1,8	1,9	64,52
MT	282.009	Várzea Grande	25.043,6	18.849,7	18.269,7	18.150,0	16.966,3	-6,5	3,0	3,1	60,16
MS	885.711	Campo Grande	35.579,8	45.531,4	48.264,7	59.828,2	53.397,5	-10,7	1,6	1,7	60,29
MS	220.965	Dourados	13.605,0	14.086,5	18.851,2	19.976,4	17.091,6	-14,4	2,4	2,3	77,35
	87.711.946	Sudeste	11.164.369,6	9.268.698,8	8.956.929,8	9.515.798,6	9.783.470,7	2,8	3,4	3,4	111,54
ES	358.267	Vitória	50.130,3	52.785,0	49.888,6	44.563,1	44.142,5	-0,9	2,8	2,8	123,21
ES	507.598	Serra	32.741,3	...	29.702,1	30.936,5	29.426,9	-4,9	2,5	2,5	57,97
ES	486.208	Vila Velha	16.855,8	18.013,7	18.470,1	19.299,2	15.642,9	-18,9	1,7	1,7	32,17
ES	378.603	Cariacica	8.501,0	7.450,4	8.053,5	9.859,2	9.191,7	-6,8	1,6	1,5	24,28
MG	2.501.576	Belo Horizonte	409.550,6	435.239,3	571.230,3	498.466,4	511.675,8	2,6	5,4	5,5	204,54
MG	683.247	Uberlândia	21.338,2	19.795,0	19.452,6	27.285,2	33.612,2	23,2	1,6	1,7	49,19
MG	659.070	Contagem	62.486,8	63.447,7	39.176,9	40.126,4	27.462,4	-31,6	1,7	1,7	41,67

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. desp. total 2018	Part. rec. corrente 2018	Juros e amort. da dívida per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$	
MG	564.310	Juiz de Fora	36.567,6	29.607,1	21.335,9	20.669,4	19.670,9	-4,8	1,3	1,4	34,86
MG	432.575	Betim	63.337,3	70.283,8	108.425,0	71.063,9	75.863,7	6,8	5,1	5,0	175,38
MG	404.804	Montes Claros	12.326,9	20.120,5	13.312,7	10.769,6	11.250,4	4,5	1,5	1,5	27,79
MG	331.045	Ribeirão das Neves	5.902,1	10.673,2	7.434,5	12.604,3	6.337,3	-49,7	1,4	1,7	19,14
MG	330.361	Uberaba	35.294,0	33.621,0	36.095,6	63.242,1	43.561,3	-31,1	4,2	4,2	131,86
MG	278.685	Governador Valadares	23.568,8	28.257,9	27.628,7	28.631,5	26.289,4	-8,2	3,2	3,5	94,33
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	1.297.048,1	918.393,7	895.363,3	1.271.992,5	1.535.666,1	20,7	6,6	7,0	229,58
RJ	1.077.687	São Gonçalo	12.558,5	20.879,4	...	20.135,2	25.204,5	25,2	2,2	2,2	23,39
RJ	914.383	Duque de Caxias	27.827,8	29.176,2	25.968,8	105.379,7	22.532,4	-78,6	1,0	..	24,64
RJ	818.875	Nova Iguaçu	66.077,2	65.167,5	28.275,1	35.448,1	61.497,8	73,5	4,4	4,5	75,10
RJ	511.786	Niterói	47.820,8	53.544,6	52.250,0	81.492,0	144.067,8	76,8	5,4	..	281,50
RJ	508.614	Belford Roxo	8.346,7	7.747,8	7.727,0	16.593,0	13.528,4	-18,5	1,9	2,1	26,60
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	30.606,7	14.362,1	28.122,5	15.498,7	55.807,1	260,1	2,9	2,9	110,86
RJ	471.888	São João de Meriti	11.573,2	12.052,8	925,8	24.327,3	...	..	..	..	...
RJ	305.687	Petrópolis	4.867,8	9.683,9	14.643,9	18.062,5	42.398,8	134,7	4,1	4,2	138,70
RJ	271.998	Volta Redonda	15.289,8	15.201,0	17.441,5	23.864,2	32.013,5	34,1	3,4	..	117,70
SP	12.176.866	São Paulo	5.334.193,5	3.782.459,2	3.336.003,3	3.343.946,5	3.298.488,0	-1,4	6,3	6,5	270,88
SP	1.365.899	Guarulhos	165.724,9	181.635,7	123.149,3	180.521,1	90.907,2	-49,6	2,2	2,2	66,55
SP	1.194.094	Campinas	160.499,7	104.270,9	60.984,7	75.282,9	85.326,1	13,3	1,8	1,9	71,46
SP	833.240	São Bernardo do Campo	181.903,5	203.594,3	217.726,6	233.154,3	263.085,2	12,8	6,7	7,6	315,74
SP	716.109	Santo André	12.326,0	18.166,5	14.387,3	12.386,9	63.370,5	411,6	2,6	2,7	88,49
SP	713.943	São José dos Campos	26.231,4	27.693,5	29.374,9	31.517,6	44.005,2	39,6	1,6	1,8	61,64
SP	696.850	Osasco	70.662,4	57.527,7	26.620,9	35.511,6	38.336,5	8,0	1,8	1,8	55,01
SP	694.534	Ribeirão Preto	51.514,8	62.926,8	80.327,1	144.848,0	94.211,5	-35,0	3,7	3,8	135,65
SP	671.186	Sorocaba	78.045,9	80.233,9	73.437,9	65.117,6	69.016,0	6,0	2,8	2,6	102,83
SP	468.148	Mauá	75.362,2	56.309,5	69.654,2	59.310,4	67.169,8	13,3	6,8	7,0	143,48
SP	456.245	São José do Rio Preto	55.356,1	53.215,6	43.153,9	43.420,2	47.944,5	10,4	3,0	3,1	105,08
SP	440.769	Mogi das Cruzes	26.708,0	29.267,6	31.727,3	37.236,0	44.518,4	19,6	3,2	3,3	101,00
SP	432.957	Santos	23.236,2	...	22.953,7	25.362,1	22.767,7	-10,2	1,0	1,0	52,59
SP	420.934	Diadema	49.360,0	47.046,3	20.778,8	49.286,0	61.642,4	25,1	5,1	5,8	146,44
SP	414.810	Jundiaí	54.413,3	52.144,6	28.610,6	28.765,3	46.848,8	62,9	2,5	2,4	112,94
SP	400.949	Piracicaba	13.089,2	18.394,0	21.374,2	19.019,7	18.318,3	-3,7	1,2	1,2	45,69
SP	398.611	Carapicuíba	9.284,7	5.026,2	7.026,6	...	13.076,4	..	2,6	2,7	32,80
SP	374.272	Bauru	42.786,6	36.281,6	28.795,2	30.959,7	28.740,7	-7,2	2,6	2,7	76,79
PR	29.754.036	Sul	2.215.018,9	2.228.425,7	2.373.698,1	2.468.000,7	2.711.923,0	9,9	2,8	2,7	91,14
PR	1.917.185	Curitiba	231.924,8	248.099,8	237.671,9	259.022,8	305.641,7	18,0	4,1	4,0	159,42
PR	563.943	Londrina	46.851,6	49.291,7	60.310,5	61.223,8	35.411,2	-42,2	1,9	2,2	62,79
PR	417.010	Maringá	28.259,6	9.541,4	40.098,9	12.730,9	63.842,1	401,5	4,2	4,6	153,09
PR	348.043	Ponta Grossa	34.262,6	33.967,5	34.318,2	46.103,8	51.143,8	10,9	6,2	7,3	146,95
PR	324.476	Cascavel	15.315,0	14.054,1	38.021,7	12.116,4	14.119,0	16,5	1,6	1,6	43,51
PR	317.476	São José dos Pinhais	13.621,8	16.146,8	13.347,5	16.833,0	13.090,9	-22,2	1,5	1,4	41,23
PR	258.823	Foz do Iguaçu	19.180,3	25.749,4	35.788,5	71.487,9	26.196,0	-63,4	2,7	2,6	101,21
RS	1.479.101	Porto Alegre	181.357,6	220.025,4	246.426,9	223.582,5	255.036,3	14,1	4,5	4,3	172,43
RS	504.069	Caxias do Sul	66.359,3	66.417,9	61.992,1	60.780,6	54.343,7	-10,6	3,2	3,2	107,81
RS	344.957	Canoas	31.578,7	24.878,5	27.591,5	43.336,0	44.218,9	2,0	3,2	3,2	128,19
RS	341.648	Pelotas	22.853,6	18.380,8	21.058,2	30.500,4	29.781,7	-2,4	3,3	3,4	87,17
RS	280.505	Santa Maria	24.591,3	19.794,4	26.677,5	28.431,2	21.847,3	-23,2	3,8	3,5	77,89
RS	279.398	Gravataí	36.761,1	35.539,7	46.203,5	41.663,8	28.985,6	-30,4	3,9	3,9	103,74
RS	254.101	Viamão	20.397,9	7.595,9	9.599,5	9.506,3	9.405,1	-1,1	2,2	2,2	37,01
SC	492.977	Florianópolis	59.759,3	72.765,8	106.599,7	121.314,2	133.669,8	10,2	7,2	7,8	271,15
SC	583.144	Joinville	74.961,3	72.816,8	79.807,3	82.134,9	81.039,2	-1,3	4,5	4,0	138,97
SC	352.460	Blumenau	47.263,7	47.637,4	55.369,6	53.373,2	79.357,6	48,7	5,3	5,8	225,15
	81.785.966	Cidades selecionadas	11.052.201,4	9.238.294,0	8.959.354,4	9.727.503,9	10.172.819,1	4,6	4,1	4,2	124,38
	32.107.017	Até 20 mil habitantes	1.302.877,4	1.290.638,0	1.348.592,8	1.475.848,0	1.482.324,7	0,4	1,5	1,5	46,17
	46.749.996	Capitais	8.592.286,4	6.849.200,6	6.621.288,4	7.035.667,6	7.456.564,5	6,0	4,9	5,0	159,50
	205.517.176	Brasil¹	16.471.676,3	14.727.062,9	14.806.007,6	15.932.219,5	16.411.210,7	3,0	2,7	2,8	79,85

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Juros e amortizações da dívida | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Juros e amortizações da dívida	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	3.298.487.979,59	12.176.866	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	1.535.666.101,35	6.688.927	2º
3º	MG	Belo Horizonte	511.675.767,44	2.501.576	5º
4º	PR	Curitiba	305.641.704,21	1.917.185	7º
5º	SP	São Bernardo do Campo	263.085.194,32	833.240	21º
6º	RS	Porto Alegre	255.036.269,64	1.479.101	11º
7º	CE	Fortaleza	150.592.808,75	2.643.247	4º
8º	PA	Belém	150.091.429,11	1.485.732	10º
9º	AM	Manaus	149.338.322,06	2.145.444	6º
10º	RJ	Niterói	144.067.758,84	511.786	41º
11º	BA	Salvador	139.184.407,21	2.857.329	3º
12º	SC	Florianópolis	133.669.834,24	492.977	47º
13º	PE	Recife	133.132.702,45	1.637.834	8º
14º	AL	Maceió	128.751.669,51	1.012.382	16º
15º	SP	Ribeirão Preto	94.211.460,10	694.534	28º
16º	SP	Cubatão	91.491.863,41	129.760	226º
17º	SP	Guarulhos	90.907.161,21	1.365.899	12º
18º	GO	Goiânia	90.898.517,18	1.495.705	9º
19º	MA	São Luis	86.627.323,53	1.094.667	14º
20º	SP	Campinas	85.326.107,66	1.194.094	13º
21º	SC	Joinville	81.039.209,26	583.144	35º
22º	SC	Blumenau	79.357.577,53	352.460	73º
23º	MG	Betim	75.863.701,74	432.575	54º
24º	SP	Sorocaba	69.016.033,18	671.186	30º
25º	SP	Mauá	67.169.773,17	468.148	50º
26º	PR	Maringá	63.842.110,00	417.010	56º
27º	SP	Santo André	63.370.545,66	716.109	24º
28º	SP	Diadema	61.642.353,43	420.934	55º
29º	RJ	Nova Iguaçu	61.497.752,94	818.875	22º
30º	PI	Teresina	60.004.153,29	861.442	20º
31º	RS	Sapucaia do Sul	57.482.502,26	140.311	204º
32º	RJ	Campos dos Goytacazes	55.807.085,95	503.424	45º
33º	RS	Caxias do Sul	54.343.684,18	504.069	44º
34º	MS	Campo Grande	53.397.477,60	885.711	18º
35º	RS	Novo Hamburgo	51.672.690,47	246.452	114º
36º	PR	Ponta Grossa	51.143.765,66	348.043	75º
37º	SP	São José do Rio Preto	47.944.465,81	456.245	51º
38º	SP	Jundiaí	46.848.830,35	414.810	57º
39º	MG	Sete Lagoas	46.422.456,69	237.286	120º
40º	SP	São Carlos	44.534.101,37	249.415	112º
41º	SP	Mogi das Cruzes	44.518.371,00	440.769	52º
42º	RS	Canoas	44.218.944,17	344.957	76º
43º	ES	Vitória	44.142.539,15	358.267	71º
44º	SP	São José dos Campos	44.005.189,50	713.943	25º
45º	MG	Uberaba	43.561.302,04	330.361	81º
46º	RJ	Petrópolis	42.398.768,11	305.687	88º
47º	BA	Camaçari	41.123.044,47	293.723	93º
48º	MT	Cuiabá	39.173.661,89	607.153	34º
49º	SP	Osasco	38.336.482,07	696.850	27º
50º	PR	Londrina	35.411.224,01	563.943	38º
51º	SP	Jacarei	35.048.077,99	231.863	127º
52º	GO	Aparecida de Goiânia	34.260.134,82	565.957	36º

Posição	UF	Município	Juros e amortizações da dívida	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
53º	MG	Uberlândia	33.612.190,04	683.247	29º
54º	PB	João Pessoa	33.151.252,58	800.323	23º
55º	RJ	Volta Redonda	32.013.511,31	271.998	102º
56º	RS	Pelotas	29.781.711,16	341.648	78º
57º	ES	Serra	29.426.870,46	507.598	43º
58º	MT	Rondonópolis	29.417.294,03	228.857	130º
59º	PB	Campina Grande	29.269.386,50	407.472	58º
60º	RS	Gravataí	28.985.556,93	279.398	98º
61º	SP	Sumaré	28.902.682,45	278.571	100º
62º	SP	Bauru	28.740.745,27	374.272	67º
63º	PR	Araucária	28.503.172,86	141.410	202º
64º	SP	Limeira	28.324.563,96	303.682	89º
65º	SP	Paulínia	28.081.959,34	106.776	290º
66º	SP	Hortolândia	28.042.803,27	227.353	131º
67º	SP	Marília	27.567.457,11	237.130	121º
68º	MG	Contagem	27.462.448,48	659.070	31º
69º	BA	Feira de Santana	27.397.725,36	609.913	33º
70º	TO	Palmas	27.086.639,20	291.855	94º
71º	ES	Vila Pavão	26.423.203,12	9.171	3225º
72º	MG	Governador Valadares	26.289.401,12	278.685	99º
73º	PR	Foz do Iguaçu	26.195.983,21	258.823	107º
74º	SC	Tubarão	26.139.113,30	104.937	297º
75º	RS	São Leopoldo	26.125.154,33	234.947	124º
76º	SP	Americana	26.097.657,90	237.112	122º
77º	RJ	São Gonçalo	25.204.543,44	1.077.687	15º
78º	SP	Rio Claro	23.509.008,80	204.797	149º
79º	GO	Cavalcante	23.489.287,34	9.693	3150º
80º	SP	Santos	22.767.735,73	432.957	53º
81º	RJ	Duque de Caxias	22.532.392,95	914.383	17º
82º	MG	Ipatinga	22.277.632,39	261.344	106º
83º	SP	Presidente Prudente	21.967.632,32	227.072	132º
84º	RS	Santa Maria	21.847.271,17	280.505	97º
85º	RS	Cachoeirinha	21.728.141,61	129.307	229º
86º	RS	Gramado	21.494.904,24	35.875	940º
87º	BA	Jequié	21.243.690,82	155.800	188º
88º	AC	Rio Branco	21.134.376,71	401.155	60º
89º	SC	Jaraguá do Sul	20.847.236,51	174.158	167º
90º	RS	Rio Grande	20.402.474,76	210.005	142º
91º	BA	Juazeiro	20.395.825,12	215.183	139º
92º	PR	Paranaguá	20.100.006,57	153.666	190º
93º	MG	Poços de Caldas	20.029.522,92	166.111	176º
94º	BA	São Francisco do Conde	19.879.953,57	39.338	861º
95º	MG	Juiz de Fora	19.670.904,17	564.310	37º
96º	SP	Valinhos	19.530.447,67	127.123	234º
97º	SE	Aracaju	19.406.655,78	648.939	32º
98º	BA	Vitória da Conquista	19.339.583,59	338.885	79º
99º	MG	Divinópolis	19.190.531,06	235.977	123º
100º	SP	Itanhaém	19.150.614,03	100.496	315º

		Total dos 100 maiores	10.706.661.248,13	74.518.421	..
		Total dos demais	5.704.549.471,59	130.998.755	..
		Total Brasil¹	16.411.210.719,72	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Juros e amortizações da dívida per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Juros e amort. da dívida per capita	Juros e amortizações da dívida	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
1º	GO	Teresina de Goiás	3.534,41	12.073.534,07	3.416	4932º
2º	ES	Vila Pavão	2.881,17	26.423.203,12	9.171	3225º
3º	GO	Cavalcante	2.423,32	23.489.287,34	9.693	3150º
4º	SP	Cubatão	705,09	91.491.863,41	129.760	226º
5º	RS	Gramado	599,16	21.494.904,24	35.875	940º
6º	RS	Mampituba	535,71	1.601.766,80	2.990	5098º
7º	GO	São João da Paraúna	518,63	734.895,76	1.417	5549º
8º	BA	São Francisco do Conde	505,36	19.879.953,57	39.338	861º
9º	RS	Vista Alegre	478,22	1.322.757,38	2.766	5186º
10º	RS	Inhacorá	456,15	1.019.500,70	2.235	5380º
11º	RS	Rolante	437,28	9.269.897,32	21.199	1656º
12º	GO	Inaciolândia	435,88	2.681.548,19	6.152	3947º
13º	SP	Pontes Gestal	430,16	1.108.532,30	2.577	5254º
14º	RS	Campo Novo	424,15	1.949.373,33	4.596	4484º
15º	RS	São Pedro do Butiá	416,96	1.228.369,72	2.946	5118º
16º	PB	Lastro	416,03	1.143.660,81	2.749	5196º
17º	RS	Sapucaia do Sul	409,68	57.482.502,26	140.311	204º
18º	RS	Triunfo	403,05	11.771.766,94	29.207	1186º
19º	SP	Turiúba	378,88	762.305,48	2.012	5440º
20º	RS	São José dos Ausentes	351,22	1.232.415,09	3.509	4900º
21º	RS	Lavras do Sul	334,04	2.510.612,65	7.516	3576º
22º	RS	Pinhal da Serra	332,71	653.770,45	1.965	5455º
23º	RS	Unistalda	328,67	773.688,69	2.354	5345º
24º	RS	Chiapetta	325,91	1.236.511,33	3.794	4789º
25º	SP	Dolcinópolis	318,81	675.565,20	2.119	5412º
26º	RS	Jaboticaba	318,53	1.225.715,96	3.848	4768º
27º	SP	São Bernardo do Campo	315,74	263.085.194,32	833.240	21º
28º	PR	Brasilândia do Sul	315,63	858.200,00	2.719	5208º
29º	PB	Bom Jesus	313,74	799.097,93	2.547	5273º
30º	RS	Dilermando de Aguiar	307,13	929.370,46	3.026	5083º
31º	RS	Pontão	296,59	1.159.074,19	3.908	4743º
32º	PR	Nova Aliança do Ivaí	294,24	451.366,39	1.534	5539º
33º	PR	Mallet	284,55	3.868.446,61	13.595	2487º
34º	MT	Araguainha	282,65	270.215,87	956	5566º
35º	RJ	Niterói	281,50	144.067.758,84	511.786	41º
36º	PR	Nova América da Colina	280,82	970.511,12	3.456	4917º
37º	RS	Cambará do Sul	277,41	1.790.944,60	6.456	3861º
38º	SC	Bombinhas	276,19	5.300.840,18	19.193	1836º
39º	SC	Florianópolis	271,15	133.669.834,24	492.977	47º
40º	SP	São Paulo	270,88	3.298.487.979,59	12.176.866	1º
41º	RN	Guamaré	268,08	4.114.817,20	15.349	2247º
42º	RS	Ibarama	263,07	1.160.650,68	4.412	4556º
43º	SP	Paulínia	263,00	28.081.959,34	106.776	290º
44º	MG	Iguatama	261,64	2.085.511,54	7.971	3456º
45º	RS	Lagoa Vermelha	260,06	7.238.411,96	27.834	1246º
46º	MG	Vargem Bonita	259,83	560.710,01	2.158	5396º
47º	SP	Bertioga	258,29	15.945.828,62	61.736	529º
48º	PR	São Jorge d'Oeste	255,00	2.313.825,62	9.074	3238º
49º	RS	Morrinhos do Sul	254,79	759.011,29	2.979	5104º
50º	GO	Montividiu	253,21	3.320.819,19	13.115	2552º
51º	PR	Ariranha do Ivaí	251,34	540.624,71	2.151	5400º
52º	SC	Tubarão	249,09	26.139.113,30	104.937	297º

Posição	UF	Município	Juros e amort. da dívida per capita	Juros e amortizações da dívida	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
53°	RN	Japi	243,86	1.247.828,60	5.117	4282°
54°	RS	Candiota	243,57	2.318.495,58	9.519	3173°
55°	PR	Altamira do Paraná	243,35	537.562,94	2.209	5391°
56°	PR	Leópolis	242,79	967.257,03	3.984	4706°
57°	RN	Ruy Barbosa	241,39	870.917,96	3.608	4855°
58°	RS	Bom Jesus	236,18	2.690.299,12	11.391	2820°
59°	RS	Arroio do Padre	235,00	686.445,26	2.921	5129°
60°	SC	Otacílio Costa	234,92	4.348.386,98	18.510	1913°
61°	MG	Ipiacu	234,01	986.834,70	4.217	4620°
62°	SP	Campos do Jordão	232,74	12.047.130,26	51.763	643°
63°	PR	Entre Rios do Oeste	231,40	1.036.921,37	4.481	4528°
64°	RJ	Rio de Janeiro	229,58	1.535.666.101,35	6.688.927	2°
65°	PR	Reserva do Iguaçu	229,35	1.823.360,88	7.950	3461°
66°	RS	Boa Vista do Cadeado	228,10	564.097,75	2.473	5310°
67°	MG	Minduri	227,39	885.913,64	3.896	4752°
68°	GO	Israelândia	226,86	638.624,85	2.815	5165°
69°	PA	Canaã dos Carajás	226,72	8.173.219,63	36.050	937°
70°	RN	Felipe Guerra	226,64	1.353.510,66	5.972	4007°
71°	SP	Rubinéia	226,35	707.348,38	3.125	5041°
72°	PR	Serranópolis do Iguaçu	225,42	1.017.309,53	4.513	4511°
73°	SC	Blumenau	225,15	79.357.577,53	352.460	73°
74°	MT	Luciara	223,38	468.868,55	2.099	5424°
75°	MG	São Roque de Minas	223,19	1.568.126,43	7.026	3706°
76°	RS	Palmeira das Missões	221,38	7.412.018,83	33.481	1026°
77°	MG	Serra da Saudade	220,81	173.555,97	786	5568°
78°	MG	Santa Vitória	220,19	4.317.434,49	19.608	1800°
79°	PR	Saudade do Iguaçu	219,66	1.199.105,01	5.459	4171°
80°	PR	Iguatu	218,67	493.763,42	2.258	5370°
81°	SP	Arapeí	217,77	539.627,55	2.478	5304°
82°	MG	Santana dos Montes	216,84	821.592,58	3.789	4792°
83°	PR	Jussara	216,15	1.509.364,75	6.983	3713°
84°	RN	Monte das Gameleiras	215,24	457.814,14	2.127	5409°
85°	MG	Serranos	214,02	421.619,32	1.970	5454°
86°	SP	Turmalina	210,50	370.277,86	1.759	5500°
87°	RS	Novo Hamburgo	209,67	51.672.690,47	246.452	114°
88°	PR	Paranapoema	209,58	663.103,71	3.164	5027°
89°	MG	Comendador Gomes	208,35	646.502,12	3.103	5052°
90°	PR	Santo Antônio do Paraíso	207,16	444.150,53	2.144	5402°
91°	RJ	Porto Real	206,78	4.007.529,16	19.381	1815°
92°	SP	Ilha Comprida	206,65	2.265.873,26	10.965	2922°
93°	SP	Mojí Mirim	206,55	19.150.405,43	92.715	342°
94°	PB	Nazarezinho	205,66	1.503.755,60	7.312	3643°
95°	MG	Belo Horizonte	204,54	511.675.767,44	2.501.576	5°
96°	MG	Jeceaba	204,49	1.016.943,85	4.973	4323°
97°	RS	Lajeado do Bugre	204,14	522.813,18	2.561	5263°
98°	PR	Sapopema	204,13	1.378.090,41	6.751	3772°
99°	RS	Sanf' Ana do Livramento	203,76	15.844.651,39	77.763	418°
100°	RS	Liberato Salzano	202,62	1.071.681,38	5.289	4235°

		Total dos 100 maiores	259,19	6.532.750.290,74	25.204.139	..
		Total dos demais	54,79	9.878.460.428,98	180.313.037	..
		Total Brasil¹	79,85	16.411.210.719,72	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

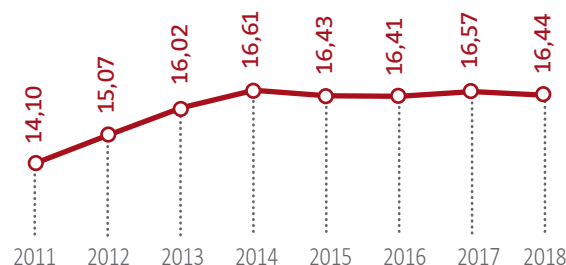
Pequenos municípios gastam com suas câmaras 2,7 vezes o que arrecadam com IPTU

Em 2018, ligeira diminuição das despesas com os legislativos foi fortemente puxada pelas maiores cidades. Peso médio do parlamento na receita corrente dos municípios ficou em 2,8%, mas nos pequenos o percentual foi maior: 3,8%

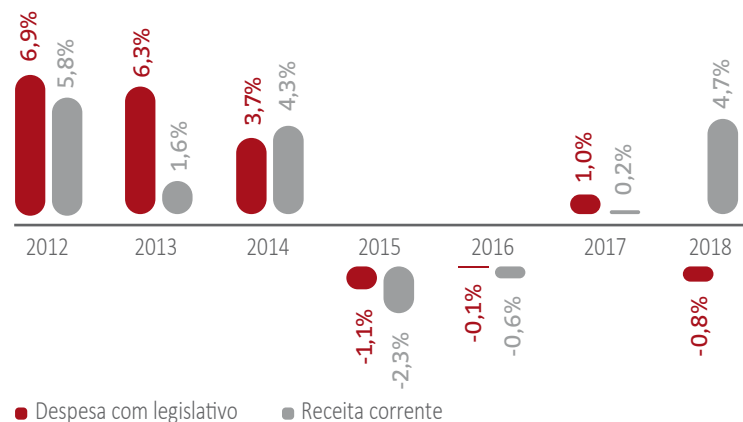
Desempenho

Embora tenha ocorrido aumento das receitas municipais em 2018, a despesa do Poder Legislativo dos municípios brasileiros foi praticamente igual à do ano anterior, com ligeira queda de 0,8%, em valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio. O montante consumido foi de R\$ 16,44 bilhões, representando uma economia de R\$ 125,1 milhões em comparação a 2017, quando tais desembolsos ficaram em R\$ 16,57 bilhões. Os dados utilizados por **Multi Cidades** referem-se aos gastos com as câmaras municipais e, no caso das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, incluem também os respectivos tribunais de contas.

Despesa com legislativos municipais em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



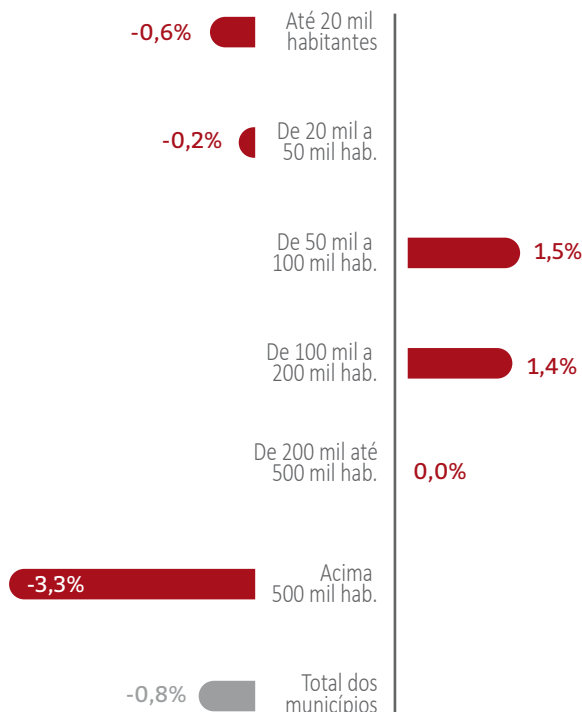
Taxa de crescimento da despesa com legislativo e da receita corrente em relação ao ano anterior



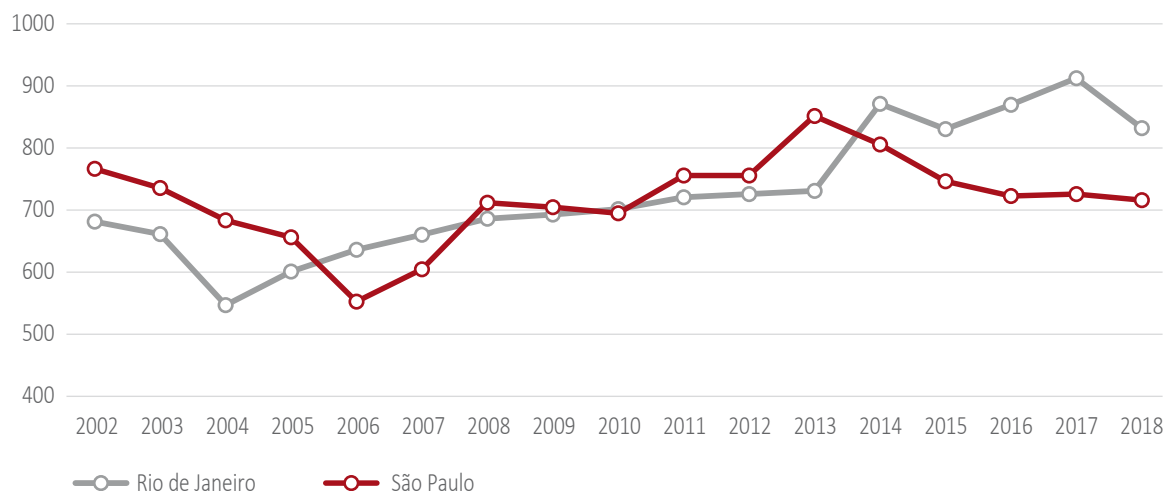
Apesar da estabilidade das despesas dos legislativos locais quando se considera o total dos municípios brasileiros, observa-se que as maiores cidades assinalaram retração nos dispêndios, enquanto as de porte populacional intermediário ampliaram essas cifras.

O conjunto das capitais obteve um recuo médio da ordem de 3,4%. Esse resultado foi fortemente influenciado pelos municípios do Rio de Janeiro e Porto Alegre, que anotaram variações de -8,8%, ou R\$ -80,6 milhões, e de -37,8%, ou R\$ -64,3 milhões, respectivamente. A redução em Porto Alegre deveu-se a alterações contábeis, nas quais os valores relativos às despesas previdenciárias foram subtraídos das diversas funções para serem registrados na de Previdência Social. O município de São Paulo, que ocupa o segundo lugar no ranking dos maiores custos com o legislativo, ficando atrás apenas da capital fluminense, também exibiu encolhimento nesse dispêndio, de 1,3%. A baixa representou uma economia de R\$ 9,6 milhões de um ano para o outro na câmara paulistana.

Taxa de crescimento da despesa com legislativo por porte populacional - 2018/2017



Despesa com o Poder Legislativo dos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo em R\$ milhões - IPCA médio de 2018



Despesa por função | Legislativos municipais

Vale destacar que as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro costumavam se revezar na liderança no ranking das maiores despesas com o legislativo municipal. No entanto, a partir de 2014, a capital fluminense passou a ocupar o primeiro lugar, não alterando mais essa posição.

Entre os municípios selecionados por **Multi Cidades**, que além das capitais incluem algumas das maiores cidades de cada Estado, a contração média foi da ordem de 2,2%. Esse percentual significou uma economia de mais de R\$ 127 milhões com os legislativos locais em 2018. O conjunto dos municípios menores, de até 20 mil habitantes, registrou pequeno declínio nas despesas, de 0,6%, em confronto com o ano anterior.

Em sentido contrário ao da contenção de desembolsos, chamam atenção as capitais da Região Centro-Oeste. Cuiabá, Goiânia e Campo Grande tiveram altas em seus gastos com o legislativo em relação ao ano anterior, de 23,9%, 14,2% e 3,3%, respectivamente. A variação ascendente das três capitais juntas representou acréscimo da ordem de R\$ 25,3 milhões aos custos.

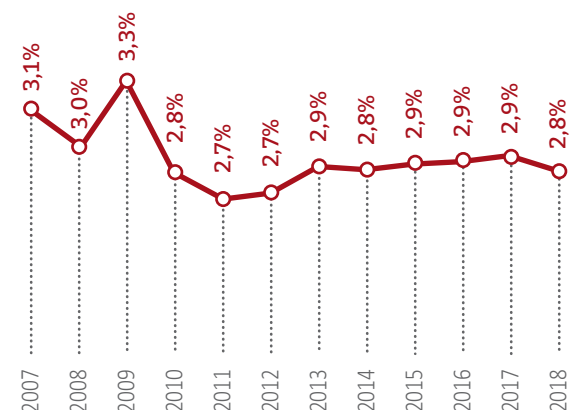
Peso do legislativo nos orçamentos municipais

De modo geral, a parcela da receita corrente destinada aos legislativos não tem sofrido grandes oscilações desde 2010, quando entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 58 (EC 58/2009). Essa fatia se manteve entre 2,7% e 2,9% ao longo do tempo.

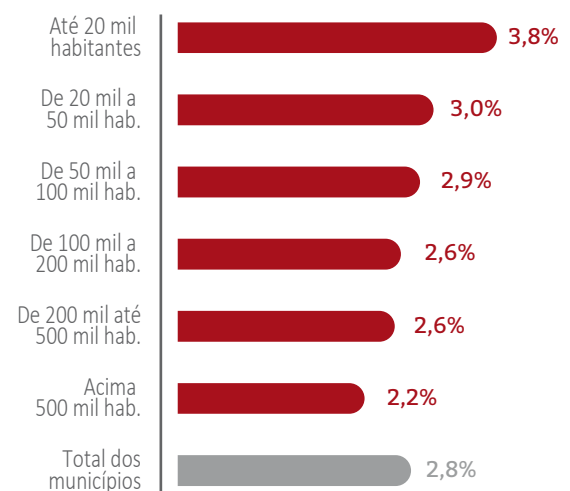
Historicamente tem-se observado que os legislativos tendem a pesar mais nos orçamentos dos menores municípios. Em 2018, enquanto no conjunto dos municípios brasileiros a fração da receita corrente destinada a financiar os gastos das câmaras ficou em 2,8%, no grupo das cidades com menos de 20 mil habitantes a participação média foi de 3,8%.

Comparando-se com a arrecadação do IPTU de 2018, as câmaras dos municípios com menos de 20 mil habitantes custaram mais que o dobro, ou 2,7 vezes mais que o recolhimento do tributo, já incluído o recurso da dívida ativa. Na faixa seguinte, a de municípios com população entre 20 mil e 50 mil moradores, o desembolso com os parlamentos praticamente se iguala à receita do IPTU.

Parcela da receita corrente destinada aos legislativos municipais



Participação da despesa com legislativo na receita corrente por faixa populacional - 2018



O Rio de Janeiro se sobressai em relação ao total das capitais brasileiras. Enquanto o percentual da receita corrente destinado a financiar os gastos das câmaras municipais do conjunto das capitais foi de 2,3%, na capital fluminense essa parcela chega a 3,8%, mesmo após a expressiva queda no volume de recursos direcionados a essa despesa em 2018. Vale ressaltar que em São Paulo, município que se aproxima do Rio de Janeiro em relação ao montante consumido, conforme visto anteriormente, a fatia da receita corrente reservada a arcar com tais dispêndios é de 1,4%.

Despesa per capita do legislativo

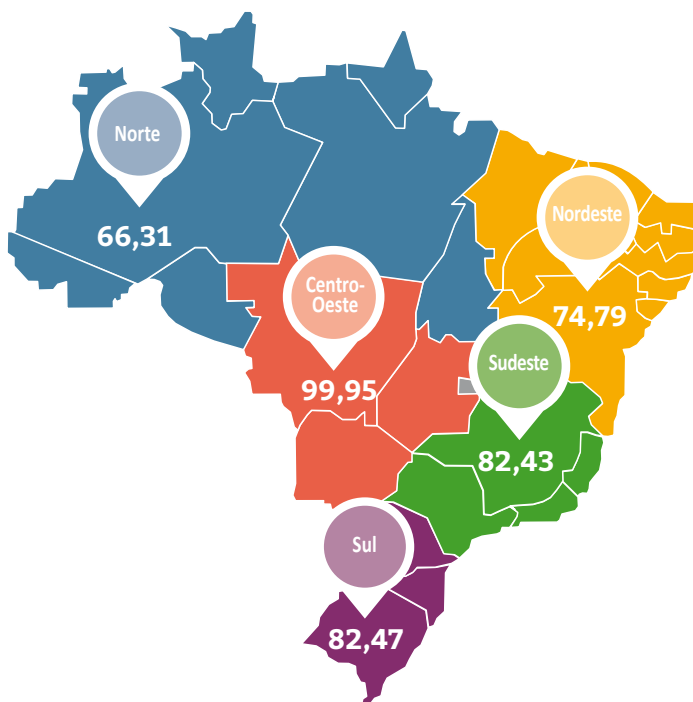
Além de pesar mais nos orçamentos, a despesa do Poder Legislativo por habitante também é maior nos pequenos municípios brasileiros. No grupo que reúne aqueles com até 20 mil pessoas, o gasto per capita, em 2018, foi de R\$ 116,75. Os valores caem abruptamente para R\$ 79,80 nos municípios que têm entre 20 mil e 50 mil moradores e situam-se em níveis pouco menores nas demais faixas populacionais, chegando a R\$ 68,82, em média, naqueles com mais de 500 mil habitantes. Vale ressaltar que a média da despesa per capita do total dos municípios foi de R\$ 80,02.

Despesa com legislativo per capita por faixa populacional - 2018

em R\$ - IPCA médio de 2018



Despesa com legislativo per capita por região - 2018



Em relação às grandes regiões brasileiras, constata-se que o Norte alcança a menor despesa per capita com o legislativo, de R\$ 66,31. Já o Centro-Oeste detém a mais elevada, de R\$ 99,95 por habitante.

O peso maior nos orçamentos e o custo mais alto por habitante dos legislativos nas pequenas cidades brasileiras refletem, em alguma medida, as regras constitucionais estabelecidas. Pela legislação vigente, as cidades menores possuem um limite percentual maior sobre suas receitas próprias e transferências para destinarem às suas câmaras. Não obstante, os orçamentos das câmaras são tanto maiores quanto maior for a receita obtida pelo Poder Executivo. Ou seja, à medida que cresce a receita municipal, também é mais robusto o orçamento das câmaras, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

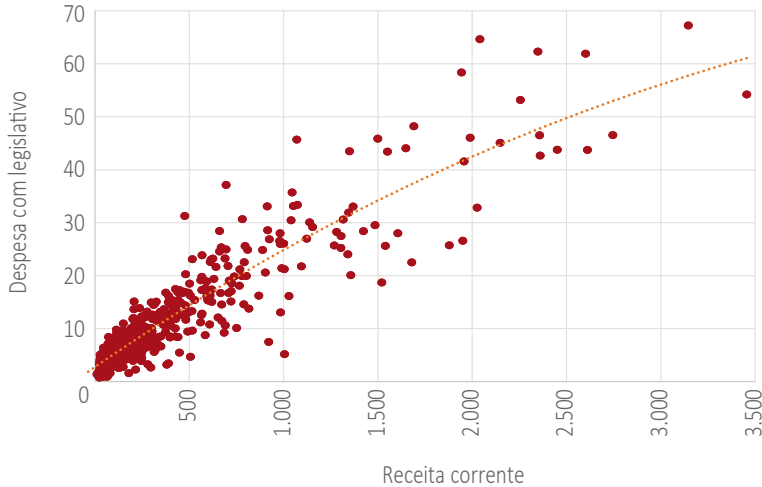
Despesa por função | Legislativos municipais

Limites da despesa com os legislativos municipais por faixas populacionais

Faixas populacionais	Limites máximos ¹
Até 100 mil habitantes	7%
De 100 mil e um a 300 mil habitantes	6%
De 300 mil e um a 500 mil habitantes	5%
De 500 mil e um a 3 milhões de habitantes	4,5%
De 3 milhões e um a 8 milhões de habitantes	4%
Acima de 8 milhões de habitantes	3,5%

Fonte: Emenda Constitucional nº 58, 23/09/2009.
¹ Limite em relação à receita de impostos e transferências com origem em impostos aferida no exercício anterior, conforme a EC 58/2009.

Despesa com legislativo e receita corrente - 2018 em R\$ milhões - IPCA médio de 2018



É possível perceber a tendência ascendente dos orçamentos dos legislativos conforme aumenta o porte populacional das cidades. Esse fato reflete, em parte, a subida de custos inerentes ao crescimento das organizações, conforme se eleva o porte populacional da cidade. Ainda assim é possível identificar situações bastante díspares quando se analisam os municípios de forma isolada.

A existência desse descompasso entre os municípios se evidencia ao se observar a variação das despesas do Poder Legislativo por habitante

entre as capitais dos estados brasileiros. No universo de 23 capitais com dados disponíveis na Secretaria do Tesouro Nacional no ano de 2018 até a data de fechamento da pesquisa para esta edição de **Multi Cidades**, sete assinalaram despesa per capita acima da média global dos municípios brasileiros. Enquanto a média das capitais foi de R\$ 74,01, o dispêndio de Palmas ficou em R\$ 130,21 por habitante, o maior valor do grupo, e o de Macapá, em R\$ 48,35, a menor quantia. Mais uma vez, vale destacar a desproporção entre as duas maiores cidades quando se considera a despesa do Poder Legislativo, Rio de Janeiro e São Paulo. O desembolso per capita da primeira foi de R\$ 124,38 por habitante, e o da segunda, de R\$ 58,80 por morador.

Os dados expostos indicam que a busca pela redução das despesas nos legislativos municipais deve ter em perspectiva não apenas o porte populacional, mas também as características regionais e funcionais locais. Cidades de quantitativos populacionais similares, porém inseridas em diferentes realidades sociais e urbanas, apresentarão diferentes necessidades de recursos humanos e materiais para o pleno funcionamento das atividades parlamentares.

Trinta anos zelando pelo princípio constitucional da autonomia municipal e pela participação dos municípios no aprimoramento permanente do pacto federativo.



Despesa com o legislativo municipal | 2014-2018

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. desp. total 2018	Part. rec. corrente 2018	Despesa com legislativo per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018						em %		em R\$
	18.182.253	Norte	1.188.671,7	1.216.797,7	1.183.652,7	1.196.953,1	1.205.747,7	0,7	2,9	3,0	66,31
AC	401.155	Rio Branco	24.692,9	25.380,8	23.598,9	25.765,3	25.939,4	0,7	3,1	3,1	64,66
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	...	4.482,8	4.451,4	...	5.076,5	..	3,1	3,5	57,90
AP	493.634	Macapá	25.630,4	27.528,8	24.904,7	25.669,1	23.866,5	-7,0	3,1	3,7	48,35
AP	119.610	Santana	...	6.058,5	...	...	...	..	..	..	...
AM	2.145.444	Manaus	149.092,2	142.367,8	133.088,5	124.286,7	131.761,9	6,0	2,9	2,9	61,41
AM	113.168	Parintins	5.279,8	5.073,9	...	4.504,4	4.483,8	-0,5	2,1	2,3	39,62
PA	1.485.732	Belém	76.376,5	81.049,9	78.245,7	...	...	..	..	..	...
PA	525.566	Ananindeua	13.872,1	14.229,2	...	14.344,6	17.058,2	18,9	2,6	2,7	32,46
PA	302.667	Santarém	11.286,3	11.509,5	12.377,4	12.898,4	12.489,0	-3,2	2,0	2,1	41,26
PA	275.086	Marabá	...	...	...	21.614,9	23.314,0	7,9	2,9	2,8	84,75
RO	519.531	Porto Velho	36.333,0	34.674,1	28.686,1	31.310,9	28.832,1	-7,9	2,2	2,2	55,50
RO	127.907	Ji-Paraná	8.359,3	8.392,0	7.764,6	8.509,0	8.039,8	-5,5	3,6	3,3	62,86
RR	375.374	Boa Vista	30.668,0	36.408,8	34.422,4	35.488,7	35.143,8	-1,0	3,0	3,2	93,62
RR	29.533	Rorainópolis	1.938,5	...	1.199,0	...	...	..	..	..	...
TO	291.855	Palmas	33.130,4	37.023,8	34.004,4	36.243,8	38.003,7	4,9	3,9	3,5	130,21
TO	177.517	Araguaína	10.378,2	10.670,3	10.818,8	...	12.548,0	..	3,0	3,0	70,69
	56.757.759	Nordeste	4.036.783,2	4.012.779,7	4.060.680,9	4.286.314,4	4.244.859,6	-1,0	3,1	3,2	74,79
AL	1.012.382	Maceió	61.130,0	58.916,8	54.395,5	58.732,2	63.223,2	7,6	2,7	3,2	62,45
AL	230.417	Arapiraca	11.557,4	11.704,5	11.552,0	12.751,4	12.766,7	0,1	2,2	2,4	55,41
BA	2.857.329	Salvador	...	163.878,9	162.109,4	163.561,5	169.301,4	3,5	2,8	2,9	59,25
BA	609.913	Feira de Santana	22.919,2	24.876,9	26.327,7	27.075,5	26.342,7	-2,7	2,3	2,0	43,19
BA	338.885	Vitória da Conquista	14.421,2	14.723,9	14.866,4	15.193,6	15.563,1	2,4	2,4	2,5	45,92
BA	293.723	Camaçari	49.693,8	50.258,1	46.409,3	48.385,5	49.099,3	1,5	4,5	4,5	167,16
CE	2.643.247	Fortaleza	165.980,3	163.541,1	163.752,7	158.936,8	157.812,8	-0,7	2,5	2,5	59,70
CE	363.982	Caucaia	...	13.857,6	13.552,2	...	14.469,8	..	2,2	..	39,75
CE	271.926	Juazeiro do Norte	12.005,5	13.079,4	13.836,9	13.414,1	14.257,5	6,3	2,7	2,8	52,43
MA	1.094.667	São Luís	...	...	...	...	...	..	..	..	...
MA	258.016	Imperatriz	...	16.707,3	16.151,2	18.487,0	19.828,4	7,3	2,8	3,0	76,85
PB	800.323	João Pessoa	53.816,8	6.537,5	...	55.084,1	...	..	..	..	...
PB	407.472	Campina Grande	18.937,6	19.759,1	20.338,4	22.347,0	20.416,9	-8,6	2,3	2,5	50,11
PE	1.637.834	Recife	152.495,7	154.021,1	145.825,6	143.324,3	145.182,6	1,3	3,2	3,3	88,64
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	31.118,1	29.071,3	28.471,5	30.771,4	30.731,0	-0,1	2,5	2,6	44,05
PE	391.835	Olinda	19.246,7	19.701,5	18.752,0	19.210,1	19.529,2	1,7	3,2	3,3	49,84
PE	356.872	Caruaru	17.111,4	17.071,9	16.898,4	17.813,5	17.588,7	-1,3	2,5	2,7	49,29
PE	343.865	Petrolina	...	...	...	...	...	..	..	..	...
PE	329.117	Paulista	11.667,0	12.775,8	11.723,2	12.473,4	13.069,1	4,8	2,9	2,9	39,71
PI	861.442	Teresina	61.739,2	61.489,3	60.800,1	65.829,0	67.168,3	2,0	2,5	2,6	77,97
PI	152.653	Parnaíba	9.077,9	9.419,1	9.161,7	10.379,6	10.239,5	-1,3	3,1	..	67,08
RN	877.640	Natal	71.429,8	72.450,9	71.918,4	72.372,4	70.195,4	-3,0	..	..	79,98
RN	294.076	Mossoró	21.369,8	20.850,4	19.309,4	20.195,7	20.226,6	0,2	3,2	3,4	68,78
SE	648.939	Aracaju	57.888,8	46.150,0	46.547,1	46.428,5	47.270,4	1,8	3,0	2,8	72,84
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	9.884,2	9.722,0	9.276,0	10.251,0	10.315,4	0,6	..	..	56,83
	13.111.182	Centro-Oeste¹	1.276.546,2	1.273.144,0	1.248.488,5	1.271.205,8	1.310.491,6	3,1	3,3	3,3	99,95
GO	1.495.705	Goiânia	105.081,6	107.717,1	104.420,5	94.036,4	107.417,8	14,2	2,6	2,5	71,82
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	22.153,8	21.354,4	21.659,9	24.155,8	4.007,6	-83,4	0,4	0,4	7,08
GO	381.970	Anápolis	29.002,9	28.371,4	25.887,0	27.989,8	29.404,8	5,1	2,8	2,9	76,98
MT	607.153	Cuiabá	43.033,7	44.608,4	42.999,2	39.948,8	49.478,8	23,9	2,3	2,5	81,49
MT	282.009	Várzea Grande	...	15.952,9	14.547,0	1.306,9	16.308,2	1.147,9	2,9	3,0	57,83
MS	885.711	Campo Grande	72.718,2	70.421,4	71.176,2	70.739,0	73.090,0	3,3	2,2	2,3	82,52
MS	220.965	Dourados	19.524,5	19.014,5	18.010,9	17.046,2	17.222,7	1,0	2,4	2,3	77,94
	87.711.946	Sudeste	7.605.489,5	7.427.457,4	7.375.409,2	7.319.379,5	7.229.672,8	-1,2	2,5	2,5	82,43
ES	358.267	Vitória	30.121,2	30.641,0	26.225,2	25.816,0	26.776,2	3,7	1,7	1,7	74,74
ES	507.598	Serra	36.938,0	33.912,0	34.472,3	34.020,2	31.727,3	-6,7	2,7	2,7	62,50
ES	486.208	Vila Velha	30.177,7	27.939,2	27.871,9	28.521,0	25.885,7	-9,2	2,9	2,8	53,24
ES	378.603	Cariacica	19.677,6	19.097,1	18.544,1	17.318,1	17.459,7	0,8	3,0	2,9	46,12
MG	2.501.576	Belo Horizonte	198.027,6	200.397,5	192.075,8	177.806,6	174.005,6	-2,1	1,8	1,9	69,56
MG	683.247	Uberlândia	46.745,9	46.816,4	45.324,1	44.144,6	44.518,1	0,8	2,2	2,2	65,16
MG	659.070	Contagem	46.152,9	45.562,2	42.999,7	43.554,0	46.555,1	6,9	2,9	2,9	70,64

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. desp. total 2018	Part. rec. corrente 2018	Despesa com legislativo per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018						em %		em R\$
MG	564.310	Juiz de Fora	27.729,3	28.022,9	30.083,0	29.428,2	29.838,2	1,4	1,9	2,1	52,88
MG	432.575	Betim	63.015,2	59.470,0	52.921,7	49.009,4	49.311,4	0,6	3,3	3,2	113,99
MG	404.804	Montes Claros	17.421,1	...	16.937,5	19.025,6	19.454,7	2,3	2,5	2,6	48,06
MG	331.045	Ribeirão das Neves	10.337,2	10.860,8	11.340,4	10.879,3	11.786,8	8,3	2,7	3,1	35,60
MG	330.361	Uberaba	25.609,5	26.508,9	26.680,4	23.336,1	27.239,1	16,7	2,6	2,6	82,45
MG	278.685	Governador Valadares	18.549,2	18.302,0	16.973,7	15.602,0	16.832,1	7,9	2,1	2,3	60,40
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	871.171,3	830.545,2	869.720,8	912.586,9	831.980,6	-8,8	3,6	3,8	124,38
RJ	1.077.687	São Gonçalo	...	...	...	22.310,6	22.477,6	0,7	2,0	2,0	20,86
RJ	914.383	Duque de Caxias	68.060,1	65.526,4	63.566,7	58.355,3	59.747,6	2,4	2,5	..	65,34
RJ	818.875	Nova Iguaçu	...	25.725,0	24.553,2	20.357,5	...	..	..	..	...
RJ	511.786	Niterói	65.445,8	62.958,5	64.754,8	61.541,2	65.765,6	6,9	2,5	..	128,50
RJ	508.614	Belford Roxo	17.203,5	16.642,1	16.287,0	14.179,4	14.999,3	5,8	2,2	2,3	29,49
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	...	...	...	28.873,4	26.904,7	-6,8	1,4	1,4	53,44
RJ	471.888	São João de Meriti	15.554,0	13.869,3	...	14.365,8	...	..	..	..	...
RJ	305.687	Petrópolis	30.198,4	31.077,3	...	...	27.800,8	...	2,7	2,8	90,95
RJ	271.998	Volta Redonda	42.291,2	36.326,1	34.187,3	32.198,7	33.194,9	3,1	3,5	..	122,04
SP	12.176.866	São Paulo	805.563,5	746.711,3	722.671,4	725.654,8	716.007,4	-1,3	1,4	1,4	58,80
SP	1.365.899	Guarulhos	40.862,5	42.380,3	108.294,9	105.959,5	95.439,7	-9,9	2,3	2,3	69,87
SP	1.194.094	Campinas	90.960,6	103.207,3	104.400,0	90.690,5	91.042,0	0,4	1,9	2,0	76,24
SP	833.240	São Bernardo do Campo	68.863,1	65.320,9	67.305,8	57.833,0	58.599,2	1,3	1,5	1,7	70,33
SP	716.109	Santo André	51.588,9	49.015,7	52.739,0	46.205,0	45.749,9	-1,0	1,9	1,9	63,89
SP	713.943	São José dos Campos	53.002,0	52.251,6	53.024,7	50.990,9	49.992,8	-2,0	1,9	2,1	70,02
SP	696.850	Osasco	50.921,9	52.961,9	49.565,5	43.125,3	48.422,6	12,3	2,2	2,2	69,49
SP	694.534	Ribeirão Preto	56.163,9	63.474,4	57.105,7	51.856,6	46.944,7	-9,5	1,8	1,9	67,59
SP	671.186	Sorocaba	48.177,9	48.594,3	48.345,7	48.960,7	46.906,6	-4,2	1,9	1,8	69,89
SP	468.148	Mauá	32.579,6	29.434,0	30.054,3	28.784,2	28.165,6	-2,1	2,9	2,9	60,16
SP	456.245	São José do Rio Preto	19.142,3	16.381,4	19.448,0	17.971,4	19.052,9	6,0	1,2	1,2	41,76
SP	440.769	Mogi das Cruzes	...	30.862,5	32.433,8	32.241,8	32.301,5	0,2	2,3	2,4	73,28
SP	432.957	Santos	45.317,5	67.482,9	65.074,8	64.750,4	57.439,0	-11,3	2,4	2,5	132,67
SP	420.934	Diadema	38.751,3	37.034,3	34.775,5	33.985,4	32.134,1	-5,4	2,7	3,0	76,34
SP	414.810	Jundiaí	26.575,0	30.104,8	29.071,4	27.765,0	27.843,7	0,3	1,5	1,4	67,12
SP	400.949	Piracicaba	37.468,9	37.653,8	37.331,3	30.795,3	31.114,1	1,0	2,0	2,1	77,60
SP	398.611	Carapicuíba	15.381,0	15.335,2	...	15.131,8	15.394,4	1,7	3,0	3,2	38,62
SP	374.272	Bauru	16.326,8	16.397,1	16.339,5	16.618,1	16.202,6	-2,5	1,5	1,5	43,29
	29.754.036	Sul	2.507.286,3	2.496.776,7	2.543.874,4	2.495.768,2	2.453.710,7	-1,7	2,5	2,5	82,47
PR	1.917.185	Curitiba	131.258,4	115.765,9	119.651,4	102.163,5	98.269,6	-3,8	1,3	1,3	51,26
PR	563.943	Londrina	28.914,6	28.486,4	31.359,7	28.229,1	29.422,8	4,2	1,6	1,8	52,17
PR	417.010	Maringá	17.058,4	18.443,9	18.291,1	19.279,4	20.597,6	6,8	1,4	1,5	49,39
PR	348.043	Ponta Grossa	...	15.163,4	15.710,8	16.234,0	16.857,4	3,8	2,1	2,4	48,43
PR	324.476	Cascavel	...	16.921,6	...	...	...	..	..	..	...
PR	317.476	São José dos Pinhais	...	32.943,4	...	26.617,2	30.054,3	12,9	3,5	3,2	94,67
PR	258.823	Foz do Iguaçu	...	22.557,5	...	...	22.045,2	..	2,3	2,2	85,17
RS	1.479.101	Porto Alegre	155.525,7	164.848,8	168.437,2	170.332,8	106.016,3	-37,8	1,9	1,8	71,68
RS	504.069	Caxias do Sul	24.190,9	24.397,7	21.687,8	22.484,7	23.282,8	3,5	1,4	1,4	46,19
RS	344.957	Canoas	32.594,9	34.192,6	31.863,8	34.011,0	35.017,6	3,0	2,5	2,5	101,51
RS	341.648	Pelotas	...	16.435,3	...	15.351,4	...	..	..	..	...
RS	280.505	Santa Maria	15.388,7	16.505,2	16.102,5	16.406,6	17.888,2	9,0	3,1	2,9	63,77
RS	279.398	Gravataí	20.545,5	19.450,9	17.462,4	16.435,2	15.060,4	-8,4	2,0	2,0	53,90
RS	254.101	Viamão	12.754,1	11.199,9	12.536,5	13.222,7	12.452,5	-5,8	2,9	2,9	49,01
SC	492.977	Florianópolis	52.779,7	52.826,0	55.157,6	53.474,4	51.924,0	-2,9	2,8	3,0	105,33
SC	583.144	Joinville	42.230,5	40.709,3	40.650,7	35.528,4	34.804,3	-2,0	1,9	1,7	59,68
SC	352.460	Blumenau	25.133,3	25.422,7	24.850,4	25.380,2	24.976,8	-1,6	1,7	1,8	70,86
	81.785.966	Cidades selecionadas	5.858.639,5	5.762.393,2	5.761.886,9	5.709.827,4	5.582.607,8	-2,2	2,2	2,3	68,26
	32.107.017	Até 20 mil habitantes	3.704.194,5	3.630.869,6	3.597.853,8	3.771.073,9	3.748.344,1	-0,6	3,7	3,8	116,75
	46.749.996	Capitais	3.703.273,4	3.559.856,7	3.523.012,9	3.581.540,1	3.459.912,1	-3,4	2,3	2,3	74,01
	205.517.176	Brasil ¹	16.614.776,9	16.426.955,5	16.412.105,6	16.569.621,1	16.444.482,3	-0,8	2,7	2,8	80,02

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Despesa com o legislativo municipal | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Legislativo	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1º	RJ	Rio de Janeiro	831.980.622,45	6.688.927	2º
2º	SP	São Paulo	716.007.423,53	12.176.866	1º
3º	MG	Belo Horizonte	174.005.638,11	2.501.576	5º
4º	BA	Salvador	169.301.352,12	2.857.329	3º
5º	CE	Fortaleza	157.812.846,04	2.643.247	4º
6º	PE	Recife	145.182.635,31	1.637.834	8º
7º	AM	Manaus	131.761.932,10	2.145.444	6º
8º	GO	Goiânia	107.417.839,86	1.495.705	9º
9º	PR	Porto Alegre	106.016.266,13	1.479.101	11º
10º	RS	Curitiba	98.269.554,74	1.917.185	7º
11º	SP	Guarulhos	95.439.702,46	1.365.899	12º
12º	SP	Campinas	91.042.009,21	1.194.094	13º
13º	MS	Campo Grande	73.090.000,00	885.711	18º
14º	RN	Natal	70.195.407,01	877.640	19º
15º	RJ	Macaé	67.578.165,37	251.631	111º
16º	PI	Teresina	67.168.346,48	861.442	20º
17º	RJ	Niterói	65.765.617,28	511.786	41º
18º	AL	Maceió	63.223.202,31	1.012.382	16º
19º	RJ	Duque de Caxias	59.747.594,04	914.383	17º
20º	SP	São Bernardo do Campo	58.599.223,42	833.240	21º
21º	SP	Santos	57.439.045,48	432.957	53º
22º	SC	Florianópolis	51.923.959,76	492.977	47º
23º	SP	Barueri	50.066.389,42	271.306	104º
24º	SP	São José dos Campos	49.992.792,54	713.943	25º
25º	MT	Cuiabá	49.478.805,86	607.153	34º
26º	MG	Betim	49.311.368,78	432.575	54º
27º	BA	Camaçari	49.099.286,79	293.723	93º
28º	SP	Osasco	48.422.644,62	696.850	27º
29º	SE	Aracaju	47.270.381,53	648.939	32º
30º	SP	Ribeirão Preto	46.944.698,33	694.534	28º
31º	SP	Sorocaba	46.906.605,40	671.186	30º
32º	SP	São Caetano do Sul	46.665.160,91	160.275	182º
33º	MG	Contagem	46.555.123,81	659.070	31º
34º	SP	Santo André	45.749.927,48	716.109	24º
35º	MG	Uberlândia	44.518.075,53	683.247	29º
36º	PE	Ipojuca	39.590.561,59	94.709	332º
37º	TO	Palmas	38.003.652,99	291.855	94º
38º	RJ	Angra dos Reis	35.396.085,44	200.407	152º
39º	RR	Boa Vista	35.143.821,21	375.374	66º
40º	SP	Cubatão	35.063.939,49	129.760	226º
41º	RS	Canoas	35.017.619,23	344.957	76º
42º	SC	Joinville	34.804.267,82	583.144	35º
43º	SP	Praia Grande	33.763.054,56	319.146	84º
44º	RJ	Volta Redonda	33.194.856,67	271.998	102º
45º	BA	São Francisco do Conde	33.035.964,08	39.338	861º
46º	SP	Cotia	32.380.219,88	244.694	115º
47º	SP	Mogi das Cruzes	32.301.490,50	440.769	52º
48º	SP	Diadema	32.134.097,23	420.934	55º
49º	ES	Serra	31.727.334,94	507.598	43º
50º	SP	Piracicaba	31.114.055,21	400.949	61º
51º	PE	Jaboatão dos Guararapes	30.730.950,40	697.636	26º
52º	PR	São José dos Pinhais	30.054.258,88	317.476	86º

Posição	UF	Município	Legislativo	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
53º	PE	Cabo de Santo Agostinho	29.894.376,91	205.112	147º
54º	MG	Juiz de Fora	29.838.174,69	564.310	37º
55º	SC	Itajaí	29.676.949,52	215.895	138º
56º	PR	Londrina	29.422.773,17	563.943	38º
57º	GO	Anápolis	29.404.774,52	381.970	64º
58º	RO	Porto Velho	28.832.149,55	519.531	40º
59º	PA	Parauapebas	28.274.106,96	202.882	150º
60º	SP	Mauá	28.165.625,47	468.148	50º
61º	SP	Jundiaí	27.843.712,82	414.810	57º
62º	RJ	Petrópolis	27.800.806,34	305.687	88º
63º	MG	Uberaba	27.239.147,88	330.361	81º
64º	SP	Taubaté	27.156.503,80	311.854	87º
65º	RJ	Campos dos Goytacazes	26.904.717,93	503.424	45º
66º	SP	Paulínia	26.857.376,77	106.776	290º
67º	ES	Vitória	26.776.237,22	358.267	71º
68º	GO	Rio Verde	26.740.221,79	229.651	129º
69º	SP	Taboão da Serra	26.437.273,55	285.570	95º
70º	BA	Feira de Santana	26.342.747,43	609.913	33º
71º	SP	Rio Claro	26.008.373,48	204.797	149º
72º	AC	Rio Branco	25.939.402,53	401.155	60º
73º	ES	Vila Velha	25.885.667,16	486.208	48º
74º	SP	Hortolândia	25.571.470,85	227.353	131º
75º	SC	Blumenau	24.976.836,70	352.460	73º
76º	MG	Sete Lagoas	24.809.595,92	237.286	120º
77º	SP	Suzano	24.103.932,66	294.638	91º
78º	SP	Itapevi	24.084.441,16	234.352	125º
79º	MG	Nova Lima	23.948.827,76	93.577	339º
80º	AP	Macapá	23.866.488,43	493.634	46º
81º	MG	Ipatinga	23.380.804,89	261.344	106º
82º	PA	Marabá	23.313.974,76	275.086	101º
83º	RS	Caxias do Sul	23.282.801,14	504.069	44º
84º	SP	Americana	22.521.858,30	237.112	122º
85º	RJ	São Gonçalo	22.477.561,30	1.077.687	15º
86º	CE	Maracanaú	22.347.002,40	226.128	133º
87º	PR	Foz do Iguaçu	22.045.150,18	258.823	107º
88º	SP	Santana de Parnaíba	21.852.517,27	136.517	211º
89º	MT	Rondonópolis	21.835.057,48	228.857	130º
90º	SP	Limeira	21.135.339,19	303.682	89º
91º	BA	Lauro de Freitas	20.813.723,56	195.095	155º
92º	PR	Maringá	20.597.600,46	417.010	56º
93º	SP	Jacareí	20.425.239,37	231.863	127º
94º	PB	Campina Grande	20.416.862,49	407.472	58º
95º	SP	São Carlos	20.331.781,85	249.415	112º
96º	RN	Mossoró	20.226.598,95	294.076	92º
97º	MA	Imperatriz	19.828.367,80	258.016	108º
98º	PE	Olinda	19.529.227,02	391.835	63º
99º	MG	Montes Claros	19.454.721,16	404.804	59º
100º	RS	Rio Grande	19.289.419,18	210.005	142º

	Total dos 100 maiores	5.831.314.196,05	74.279.470	..
	Total dos demais	10.613.168.147,78	131.237.706	..
	Total Brasil¹	16.444.482.343,83	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Despesa com o legislativo municipal per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Legislativo per capita	Legislativo	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
1º	RS	Imigrante	1.345,52	4.192.638,77	3.116	5048º
2º	RS	São Pedro das Missões	1.259,93	2.519.865,60	2.000	5446º
3º	RS	Dois Irmãos das Missões	907,52	1.854.972,22	2.044	5435º
4º	RN	Guamaré	877,22	13.464.523,59	15.349	2247º
5º	SP	Borá	871,05	728.199,83	836	5567º
6º	BA	São Francisco do Conde	839,80	33.035.964,08	39.338	861º
7º	MG	Serra da Saudade	776,28	610.158,41	786	5568º
8º	MG	Grupiara	656,67	912.110,16	1.389	5553º
9º	SP	Nova Castilho	585,49	734.788,23	1.255	5558º
10º	GO	Anhanguera	579,06	658.388,42	1.137	5563º
11º	MG	Cachoeira Dourada	573,64	1.535.632,96	2.677	5226º
12º	PR	Jardim Olinda	572,97	769.500,91	1.343	5555º
13º	GO	Davinópolis	564,41	1.181.881,71	2.094	5425º
14º	GO	Pilar de Goiás	550,83	1.274.609,27	2.314	5359º
15º	RS	Capão Bonito do Sul	549,81	917.080,21	1.668	5513º
16º	MG	Tapira	530,26	2.498.063,51	4.711	4439º
17º	SC	Lajeado Grande	529,67	761.132,87	1.437	5548º
18º	SP	Flora Rica	529,55	793.800,00	1.499	5545º
19º	MS	Jateí	525,92	2.121.557,19	4.034	4680º
20º	GO	São João da Paraúna	522,01	739.692,70	1.417	5549º
21º	GO	Cachoeira de Goiás	513,97	699.517,92	1.361	5554º
22º	GO	Perolândia	506,89	1.579.482,43	3.116	5048º
23º	GO	Alto Horizonte	500,16	3.110.014,92	6.218	3929º
24º	RO	Pimenteiras do Oeste	496,26	1.087.301,28	2.191	5394º
25º	PR	Nova Aliança do Ivaí	494,41	758.432,03	1.534	5539º
26º	GO	Lagoa Santa	490,45	762.642,64	1.555	5534º
27º	GO	Água Limpa	488,66	914.768,97	1.872	5475º
28º	RN	Bodó	488,22	1.098.488,76	2.250	5373º
29º	RS	Engenho Velho	480,71	523.013,20	1.088	5565º
30º	RS	Tupanci do Sul	475,71	706.898,75	1.486	5546º
31º	RS	Pinhal da Serra	465,74	915.172,03	1.965	5455º
32º	GO	Moiporá	462,92	720.772,13	1.557	5533º
33º	TO	São Félix do Tocantins	461,38	725.296,03	1.572	5530º
34º	ES	Anchieta	460,18	13.223.828,88	28.736	1203º
35º	MG	Paiva	442,44	679.152,12	1.535	5538º
36º	MG	Antônio Prado de Minas	429,94	691.778,13	1.609	5525º
37º	SP	Santa Clara d'Oeste	428,63	907.839,21	2.118	5413º
38º	RS	União da Serra	426,07	507.877,90	1.192	5560º
39º	GO	Guarinos	424,82	786.760,34	1.852	5478º
40º	GO	Ivolândia	424,06	1.020.284,29	2.406	5326º
41º	RS	Pedras Altas	423,67	851.569,96	2.010	5441º
42º	PR	Ventania	421,57	4.933.647,00	11.703	2756º
43º	SC	Marema	418,35	772.274,33	1.846	5480º
44º	MG	Douradoquara	418,09	796.465,80	1.905	5470º
45º	PE	Ipojuca	418,02	39.590.561,59	94.709	332º
46º	RJ	Porto Real	417,01	8.082.109,85	19.381	1815º
47º	PR	São Manoel do Paraná	416,37	898.533,67	2.158	5396º
48º	SP	Fernão	414,95	707.072,13	1.704	5510º
49º	SP	Cruzália	414,37	870.179,53	2.100	5423º
50º	SP	Santa Salete	412,72	635.170,30	1.539	5536º
51º	RN	Galinhos	411,10	1.120.668,59	2.726	5200º
52º	MS	Taquarussu	410,73	1.471.651,70	3.583	4865º

Posição	UF	Município	Legislativo per capita	Legislativo	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
53º	RS	Santo Antônio do Planalto	410,57	829.347,65	2.020	5439º
54º	SP	Clementina	410,24	3.475.594,48	8.472	3364º
55º	BA	Madre de Deus	408,53	8.471.693,96	20.737	1703º
56º	MG	Jeceaba	408,31	2.030.533,24	4.973	4323º
57º	SP	Turmalina	408,21	718.042,26	1.759	5500º
58º	SC	Cunhataí	407,41	797.302,84	1.957	5457º
59º	SP	Monções	400,55	902.035,20	2.252	5372º
60º	SP	Paulistânia	400,41	733.553,29	1.832	5485º
61º	SC	Jardinópolis	399,92	637.875,68	1.595	5527º
62º	PA	Jacareacanga	399,77	3.557.559,16	8.899	3274º
63º	SP	Dirce Reis	396,40	707.969,96	1.786	5494º
64º	MG	Pedro Teixeira	395,40	714.884,97	1.808	5490º
65º	RS	Mato Queimado	395,19	657.989,16	1.665	5515º
66º	RN	São Bento do Norte	393,44	1.092.984,45	2.778	5181º
67º	PI	Miguel Leão	393,02	491.271,59	1.250	5559º
68º	RS	Santa Margarida do Sul	392,81	999.705,43	2.545	5274º
69º	SC	Santiago do Sul	392,45	504.688,05	1.286	5557º
70º	MS	Alcinópolis	391,61	2.062.991,30	5.268	4243º
71º	RS	Triunfo	391,44	11.432.763,63	29.207	1186º
72º	SP	Brejo Alegre	391,41	1.112.004,30	2.841	5155º
73º	MG	Tapiraí	391,20	735.057,85	1.879	5474º
74º	SC	Macieira	389,60	695.053,61	1.784	5496º
75º	SP	Pontes Gestal	388,87	1.002.129,56	2.577	5254º
76º	MS	Figueirão	388,17	1.181.582,81	3.044	5077º
77º	MG	Santa Vitória	386,91	7.586.451,80	19.608	1800º
78º	SP	União Paulista	382,28	696.896,01	1.823	5487º
79º	SP	Aspásia	377,87	689.621,21	1.825	5486º
80º	PB	Parari	376,93	673.196,88	1.786	5494º
81º	PB	São José do Brejo do Cruz	374,31	670.387,31	1.791	5493º
82º	PR	Brasilândia do Sul	371,76	1.010.808,58	2.719	5208º
83º	MG	Santo Antônio do Rio Abaixo	370,86	656.428,26	1.770	5499º
84º	SC	Capão Alto	370,32	946.549,88	2.556	5268º
85º	SC	Tigrinhos	368,88	607.182,60	1.646	5518º
86º	SC	Ibiam	367,82	720.550,55	1.959	5456º
87º	TO	Chapada de Areia	367,42	514.755,52	1.401	5552º
88º	SP	Sandovalina	365,68	1.553.399,95	4.248	4611º
89º	GO	Aparecida do Rio Doce	365,52	904.304,92	2.474	5308º
90º	MG	Simão Pereira	365,19	953.877,90	2.612	5246º
91º	MS	Paraíso das Águas	362,81	1.979.148,27	5.455	4173º
92º	RN	Pedra Grande	362,58	1.187.445,62	3.275	4984º
93º	RS	Novo Xingu	362,23	625.570,80	1.727	5504º
94º	MG	Passabém	361,64	601.761,07	1.664	5516º
95º	SC	União do Oeste	361,24	909.230,83	2.517	5291º
96º	GO	Aporé	359,98	1.498.582,11	4.163	4639º
97º	GO	Chapadão do Céu	358,17	3.525.084,21	9.842	3135º
98º	MT	Itaúba	357,69	1.395.331,44	3.901	4751º
99º	MG	Senador José Bento	356,57	550.901,76	1.545	5535º
100º	RS	Boa Vista das Missões	356,33	749.710,26	2.104	5419º

		Total dos 100 maiores	478,83	240.205.579,22	501.646	..
		Total dos demais	79,04	16.204.276.764,61	205.015.530	..
		Total Brasil¹	80,02	16.444.482.343,83	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Despesa municipal com educação atinge seu maior valor histórico

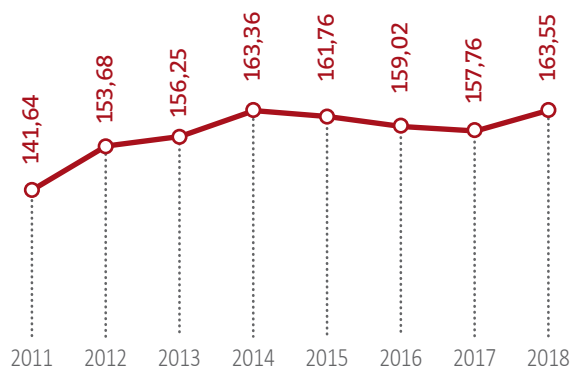
Após três anos seguidos de queda, as despesas com educação voltaram a crescer em 2018. As receitas do Fundeb, que chegaram a R\$ 91,06 bilhões, significaram 55,7% de todo o desembolso municipal com educação. O saldo Fundeb das cidades, ou seja, a diferença entre o valor que destinam ao Fundo e o que recebem, é positivo em R\$ 44,84 bilhões.

Desempenho

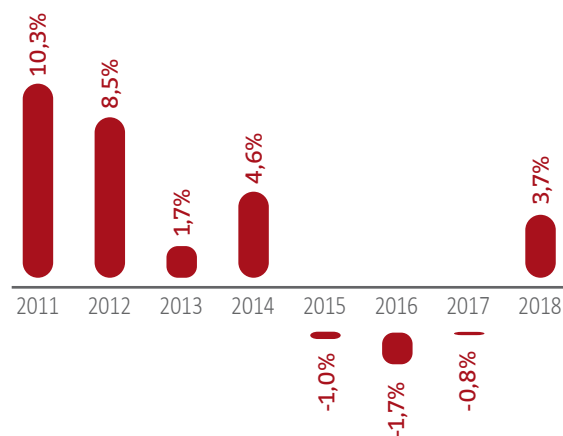
Depois de três anos consecutivos de retração, as despesas com educação dos municípios brasileiros apresentaram um crescimento real de 3,7%, passando de R\$ 157,76 bilhões, em 2017, para R\$ 163,55 bilhões, em 2018. O montante supera o volume aportado em 2014 e assume o maior patamar de recursos aplicados à área desde 2002, início da série histórica.

Despesa com educação

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Taxa de crescimento da despesa com educação em relação ao ano anterior

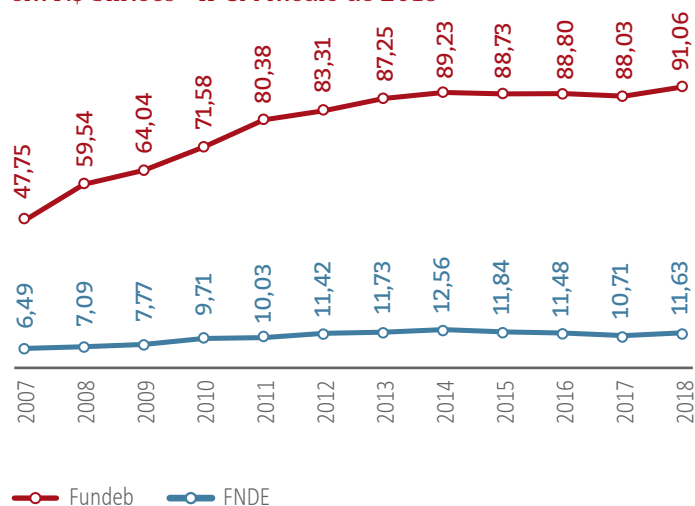


Essa alta da despesa, que injetou R\$ 5,79 bilhões na educação municipal apenas em 2018, é reflexo do avanço real de 5,8% da receita total no mesmo ano. Vale lembrar que as principais fontes de recursos das cidades estão vinculadas aos gastos com educação (veja mais detalhes em “Saiba mais sobre a aplicação de recursos na educação”, na página 190).

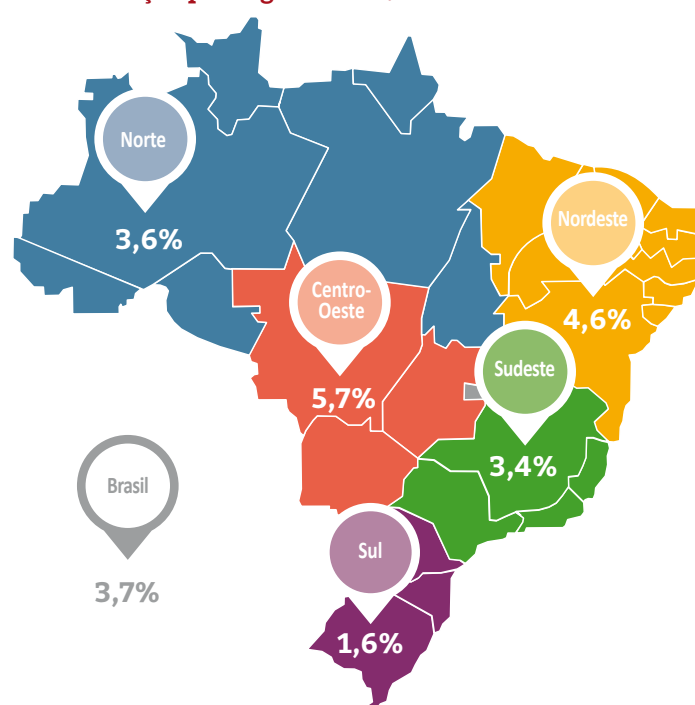
Entre as verbas destinadas, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tiveram elevações de 3,4% e 8,5%, respectivamente, o que representou um incremento de R\$ 3,94 bilhões ao financiamento da educação, em 2018. As receitas do Fundeb corresponderam a 55,7% do total dos recursos gastos com a área nos municípios, enquanto que o FNDE compôs 7,1%. Existem ainda as transferências voluntárias¹, que também anotaram uma expansão, de 6,8%, em relação a 2017, com destaque para o aumento daquelas provenientes dos estados (15,1%), enquanto que as da União recuaram 8,1% no mesmo período. No entanto, esse conjunto de transferências significou apenas 1,6% do total da despesa municipal com educação. Finalmente, os demais recursos, que responderam pelos 35,6% restantes do desembolso, subiram 3%.

Observando-se o comportamento do dispêndio com educação por grande região, nota-se que em todas houve expansão. Os municípios do Centro-Oeste foram os que experimentaram a maior variação, de 5,7%, seguidos pelos da Região Nordeste, com 4,6%. Próximas do desempenho da média nacional ficaram as cidades das regiões Sudeste (3,4%) e Norte (3,6%). Já as da Região Sul cravaram aumento bem mais tímido, de 1,6%. Em termos absolutos, o crescimento dos gastos no campo educacional foi puxado pelo resultado dos municípios do Sudeste e do Nordeste, cuja ampliação em 2018 foi de R\$ 2,34 bilhões e R\$ 1,98 bilhão, respectivamente, respondendo por 74,8% do avanço nacional.

Evolução das receitas do Fundeb e do FNDE em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Taxa de crescimento da despesa com educação por região - 2018/2017



¹ As transferências voluntárias são todas as transferências correntes de convênio da União, dos estados e entre municípios e todas as transferências de capital da União e dos estados que foram recebidas pelos municípios e destinadas à educação.

Gasto por aluno

O gasto médio por aluno matriculado na rede municipal voltou a ser impulsionado em 2018, apresentando um salto real de 3,7%, passando de R\$ 6.829,10, em 2017, para R\$ 7.079,12. Esse desempenho se deu por conta do movimento de relativa estabilização no número de matrículas nas unidades de ensino geridas pelas prefeituras, cuja alta foi de apenas 1.388 estudantes em todo o país. Assim, o gasto por aluno refletiu a mesma performance da despesa com educação. Entretanto, apesar da elevação, o custo por matriculado ainda permanece inferior ao verificado em 2015, de R\$ 7.090,31, quando atingiu o maior patamar da série histórica.

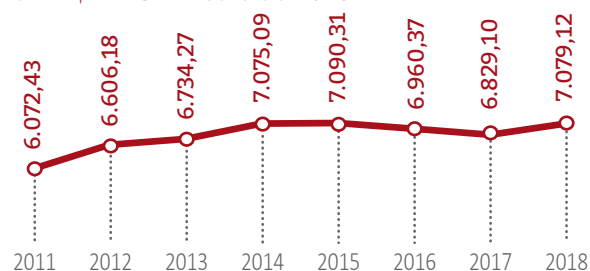
Os municípios das regiões Norte e Nordeste alcançaram as menores médias de gasto por aluno, de R\$ 5.251,16 e R\$ 5.388,66, respectivamente. Já o Centro-Oeste, o Sul e o Sudeste obtiveram uma média bem superior, de R\$ 7.802,92, R\$ 8.330,78 e R\$ 8.908,32 por estudante, respectivamente, o que evidencia a heterogeneidade existente no padrão de receitas per capita entre as regiões.

Analisando-se os dados de matrículas por modalidade de ensino, observa-se que a quantidade de alunos na educação infantil tem aumentado de forma ininterrupta desde 2010, acumulando ascensão de 28,9% no período. A expansão da demanda nessa etapa é consequência da aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, da Lei Federal nº 12.796/2013 e do Plano Nacional de Educação (PNE), que tornou obrigatória a matrícula na educação básica a partir dos 4 anos de idade. Com a medida, o Ministério da Educação tomou por objetivo universalizar o ensino para todas as crianças de 4 a 5 anos até 2016. Essa

obrigatoriedade impôs às prefeituras o desafio de ampliar o atendimento e definir políticas específicas para esse público.

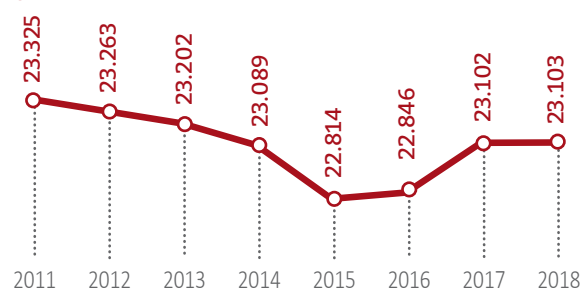
Despesa com educação por aluno

em R\$ - IPCA médio de 2018



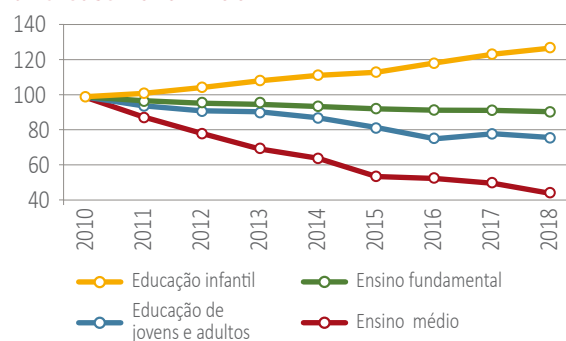
Número de matrículas na rede municipal de ensino

em mil

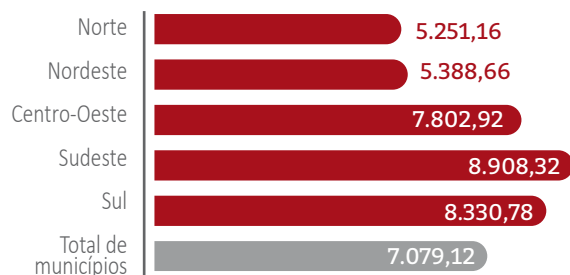


Evolução das matrículas da rede municipal por modalidade de ensino

ano-base 2010 = 100



Despesa com educação por aluno por região - 2018 em R\$ - IPCA médio de 2018



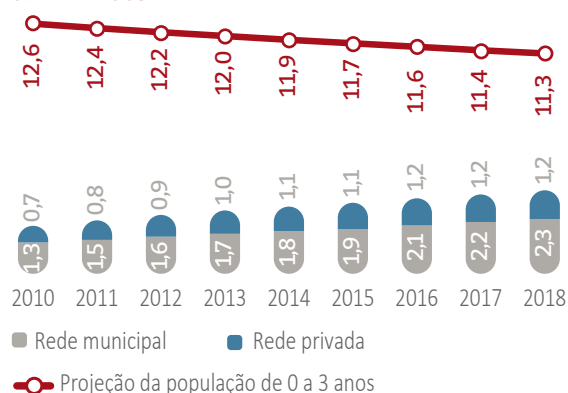
Apesar de o número de matrículas nas pré-escolas das redes pública e privada ter anotado acréscimo nos últimos anos, ainda não se alcançou a meta de universalização do ensino nessa faixa etária, estabelecida no PNE. Em 2018, o percentual de cobertura atingiu 88,2% das crianças nessa faixa etária, sendo que as prefeituras abrigam 67% dessa população em sua rede de ensino.

Já em relação às crianças com até 3 anos de idade, a parcela que tem acesso à educação infantil, seja na rede pública, seja na privada, ainda é baixa, chegando a apenas 31,8% da população dessa faixa etária, em 2018. Ainda que a oferta

de vagas na educação infantil seja dever dos municípios, a matrícula de crianças com até 3 anos permanece facultativa aos pais, o que mantém o foco das políticas públicas educacionais nessa modalidade de ensino voltado à universalização do acesso do público de 4 a 5 anos, com vistas ao cumprimento das diretrizes do PNE.

Evolução das matrículas em creches das redes municipal e privada de ensino e projeção da população de 0 a 3 anos

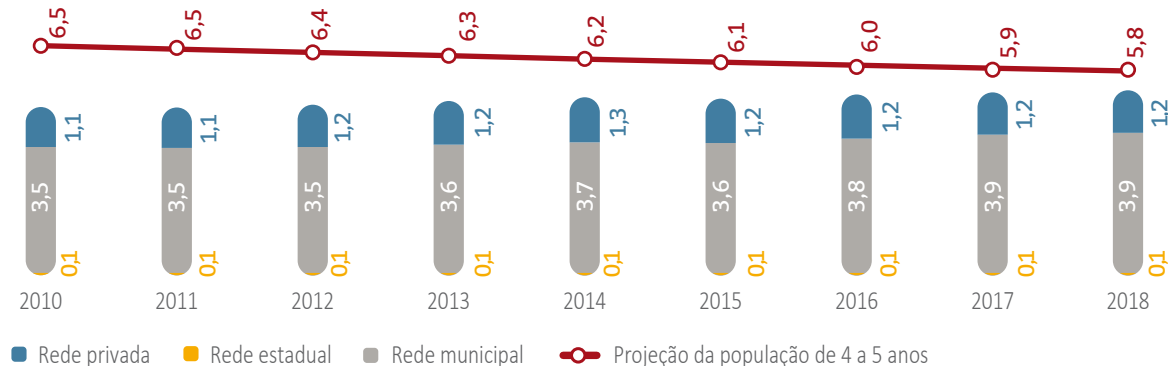
em milhões



Fonte: projeção populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Evolução das matrículas em pré-escola das redes municipal e privada de ensino e projeção da população de 4 a 5 anos

em milhões



A importância do Fundeb no financiamento da educação pública

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil, foi criado por meio da Emenda Constitucional nº 53/2006 com vigência no período de 2007 a 2020. É parte de uma política pública de melhoria e valorização da educação pública iniciada em 1996 com a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), por meio da Emenda Constitucional nº 14/1996, que vigorou entre 1997 e 2006.

O Fundeb funciona através da subvinculação de parte da receita à manutenção e ao desenvolvimento do ensino básico, exclusivamente. A maior parcela dos subsídios do Fundo (mínimo de 60%) deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício e o restante dos recursos, em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, tais como aquisição, manutenção e funcionamento das instalações e equipamentos necessários ao ensino, uso e manutenção de bens e serviços, material didático e transporte escolar, entre outras.

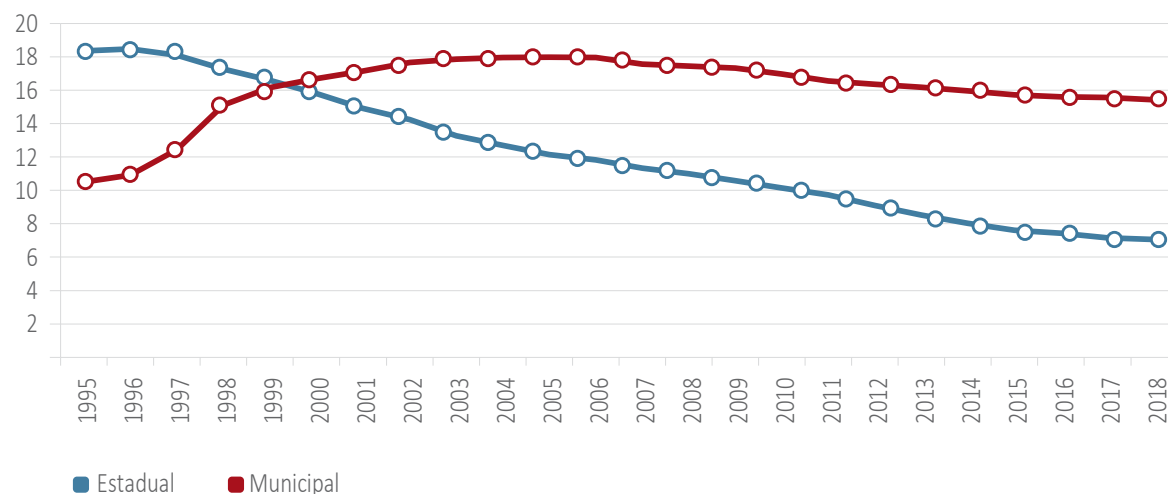
O Fundeb é constituído no âmbito de cada Estado e, em cada uma das 27 unidades da federação, é formado por 20% das receitas estaduais e municipais do Fundo de Participação dos Estados (FPE), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – incluídas a quota-parte municipal e qualquer compensação feita com os recursos desse imposto –, da desoneração pelas exportações (Lei Kandir – Lei Complementar nº 87/1996), do Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI-Exportação), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Existe ainda a complementação da União, que equivale a 10% do total do Fundo e é destinada às unidades da federação onde o valor por aluno não atinge o mínimo estabelecido nacionalmente, atualizado todos os anos.

A distribuição dos recursos é feita obedecendo-se às divisões de atuação prioritária na educação básica, definidas no artigo 211 da Constituição Federal. Ou seja, os municípios recebem os repasses proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental, e os estados, em relação às matrículas dos ensinos fundamental e médio.

Assim que essa nova sistemática de transferências foi criada, ainda como Fundef, no final da década de 1990, um de seus principais efeitos foi o de estimular a municipalização das escolas de ensino fundamental, que se encontravam, em sua maioria, na rede estadual. Como pode ser observado no gráfico a seguir, houve um acentuado declínio na quantidade de matrículas na rede estadual e concomitante aumento na municipal, movimentos observados no ensino fundamental. Em 1996, antes da adoção do Fundef, as redes estaduais de ensino respondiam por 62,8% do total de matrículas no ensino fundamental do sistema público, enquanto que a presença dos municípios era de 37,1%. Em 2006, último ano de vigência do Fundef, essa configuração já se encontrava invertida, com os estados captando 39,7% do número de alunos no ensino fundamental e os municípios, 60,3%. Em 2018, essa participação chegou a 31,4% nos estados e a 68,5% nos municípios.

Evolução das matrículas no ensino fundamental das redes estaduais e municipais de ensino em milhões

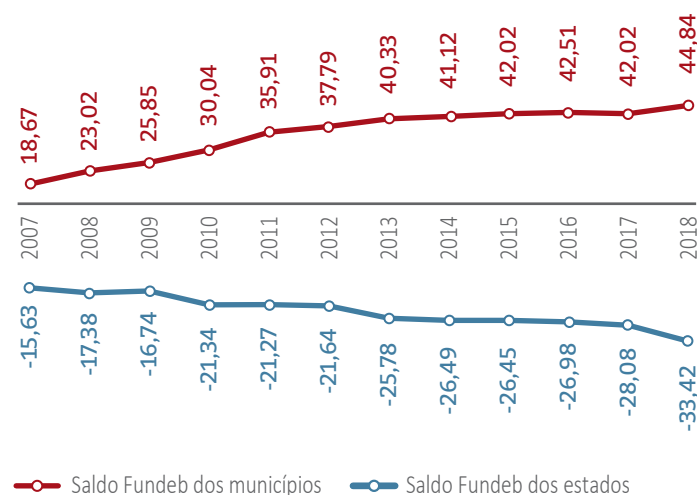


Tal arranjo drenou recursos dos estados para suas respectivas cidades e, assim, proveu o processo de municipalização com uma base financeira para a sua concretização, sem a qual dificilmente as prefeituras assumiriam as escolas do nível fundamental, que até então se encontravam sob a gestão dos estados. Outro efeito positivo do Fundo é resultado da distribuição dos recursos complementares que a União realiza para os municípios dos estados onde o custo por aluno fica abaixo do mínimo estabelecido nacionalmente. Essa medida ampliou as verbas para os pequenos e pobres municípios, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, amenizando assim as fortes diferenças regionais.

Desse modo, desde a criação do Fundef, e depois do Fundeb, os municípios brasileiros vêm registrando saldos positivos e crescentes entre os recursos destinados à formação do Fundo e o montante deste recebido, alcançando R\$ 44,84 bilhões em 2018, com um acréscimo real de 6,7%

em relação ao ano anterior. Ao mesmo tempo, o conjunto dos estados vem anotando saldos negativos, comportamento condizente com as alterações na proporção que cada ente possuía no total das matrículas, inicialmente no ensino fundamental e agora no ensino básico.

Saldo Fundeb dos municípios e dos estados em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Saiba mais sobre a aplicação de recursos na educação

A Constituição Federal estabelece no artigo 212 que todos os municípios são obrigados a aplicar, no mínimo, 25% de toda a sua receita bruta proveniente das arrecadações de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e transferências constitucionais (FPM, ICMS, Lei Kandir, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro) em ações de manutenção e desenvolvimento da educação, já incluindo os recursos destinados à formação do Fundeb.

A Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) estabelece e detalha as ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino, tais como as relacionadas à aquisição, à manutenção e ao funcionamento das instalações e dos equipamentos necessários ao ensino; ao uso e à manutenção de bens e serviços; à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação; à aquisição de material didático; ao transporte escolar, entre outros.

Esse mecanismo de financiamento se propõe a garantir uma fonte permanente de recursos à área. A fiscalização dessa aplicabilidade é feita pelos Tribunais de Contas municipais e estaduais, que utilizam para tal as publicações bimestrais do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) das cidades. Visando ao princípio da transparência com o gasto público, a legislação federal também determina que as despesas

com manutenção e desenvolvimento da educação sejam divulgadas anualmente no Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Caso o município não cumpra a aplicação mínima de 25% dos recursos à educação, tanto o prefeito quanto o próprio município estão sujeitos a várias implicações, tais como:

- a. parecer desfavorável às contas pelo Tribunal de Contas, que, se mantido pela Câmara Municipal, poderá sujeitar o prefeito à inelegibilidade por cinco anos (Lei Complementar Federal nº 64/1990, artigo 1º, I, g);
- b. impedimento de receber auxílios/subvenções/contribuições da União e dos estados (Lei Federal nº 9.394/1996, artigo 87, § 6º);
- c. impedimento de contratar empréstimos e financiamentos, exceto de antecipação de receita orçamentária (Resolução do Senado Federal nº 78/98, artigo 13, VIII);
- d. intervenção pelo Estado (Constituição Federal, artigo 35, III);
- e. imputação de crime de responsabilidade à autoridade competente (Lei Federal nº 9.394/1996, artigo 5º, § 4º); e
- f. impedimento de receber transferências voluntárias de outros entes da federação, exceto para as áreas de saúde, educação e assistência social (Lei Complementar Federal nº 101/2000, artigo 25, § 1º, IV, b).

MBA EM > COMUNICAÇÃO PARA O SETOR PÚBLICO

EXCLUSIVAMENTE NO
CAMPUS SÃO PAULO

> PRESENCAS CONFIRMADAS

- Paulo Dimas Mascaretti;
- Dimas Ramalho; e
- Márcio Pestana



O mundo moderno passa por transformação permanente. Como acompanhar essas mudanças e levá-las para o setor público? Quais são os novos desafios colocados para a Comunicação Pública? Como superar crises na gestão e estar antenado às novas demandas da sociedade?

Essas e outras questões fazem parte da rotina de quem atua na Comunicação Pública. Por conta disso, a USCS desenvolveu uma proposta inovadora para atender os profissionais da área, oferecendo o MBA em Comunicação Pública.

O curso contará com os mais experientes profissionais do setor e apresentará as melhores práticas de comunicação, objetivando capacitar os profissionais a oferecerem serviços públicos mais eficazes e transparentes.

PROGRAMA DO CURSO

1. Gestão de Crise na Comunicação Pública;
2. Comunicação Digital para Órgãos Públicos;
3. Produção de Conteúdo na Administração Pública;
4. Campanhas Institucionais;
5. Assessoria de Imprensa de Instituições Públicas;
6. Comunicação Pública como Instrumento de Gestão;
7. Business Intelligence - BI;
8. Marketing Estratégico no Setor Público;
9. Sistemas Políticos e Eleitorais;
10. Organização e Princípios do Direito Administrativo;
11. O papel dos Órgãos de Controle Interno e Externo na Administração Pública;
12. Governo Eletrônico, Novas Mídias e Redes Sociais;
13. Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público;
14. Comunicação, Cidadania, Ética e Responsabilidade Social;
15. Técnicas de Negociação e Administração de Conflitos;
16. Aspectos Estéticos e Organizacionais da Comunicação: Eventos e Cerimonial;
17. Pesquisas no Setor Público;
18. Metodologia da Pesquisa.

Carga horária total de 480h | Aulas quinzenais, aos sábados

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS

www.posuscs.com.br | 0800 767 8727

Campus São Paulo: Rua Treze de Maio, 681 - Bela Vista - SP



Pós-Graduação

Despesa com educação | 2014-2018

UF	Número de mat. na rede municipal 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Part. desp. total 2018	Parc. das rec. de imp. aplic. em educação² 2018	Despesa com educação por aluno 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %		em R\$	
	2.716.604	Norte	14.316.169,2	13.930.938,6	13.498.892,5	13.763.600,7	14.265.326,9	3,6	34,6	...	5.251,16
AC	24.739	Rio Branco	160.495,9	156.428,8	154.448,5	144.627,2	171.050,7	18,3	20,6	26,6	6.914,21
AC	11.526	Cruzeiro do Sul	61.636,6	55.469,4	54.664,3	49.438,8	56.772,2	14,8	34,4	28,3	4.925,58
AP	33.508	Macapá	196.683,0	240.769,1	206.993,0	215.739,9	208.202,0	-3,5	26,7	25,1	6.213,50
AP	10.715	Santana	...	71.496,6	...	54.849,8	58.125,8	6,0	39,1	29,2	5.424,71
AM	238.144	Manaus	1.359.826,0	1.239.528,3	1.193.761,7	1.264.016,7	1.313.410,7	3,9	28,5	25,3	5.515,20
AM	17.428	Parintins	100.525,7	88.219,1	...	82.078,0	82.498,9	0,5	39,0	25,0	4.733,70
PA	65.686	Belém	495.721,7	539.560,5	478.366,1	501.846,5	444.931,9	-11,3	16,1	25,1	6.773,62
PA	37.923	Ananindeua	191.087,7	172.624,2	...	154.827,0	162.564,9	5,0	24,5	25,8	4.286,71
PA	61.422	Santarém	255.223,9	267.614,6	272.199,3	276.128,7	252.682,9	-8,5	40,7	25,5	4.113,88
PA	54.845	Marabá	297.835,8	286.657,9	245.359,8	245.597,4	275.273,1	12,1	33,7	29,9	5.019,11
RO	44.778	Porto Velho	307.733,5	313.464,8	304.197,8	290.787,8	295.237,4	1,5	22,7	26,6	6.593,36
RO	8.043	Ji-Paraná	47.349,1	47.543,5	60.477,1	51.335,5	50.617,7	-1,4	22,7	26,0	6.293,39
RR	36.878	Boa Vista	273.996,0	269.529,4	241.960,2	285.905,7	284.239,1	-0,6	24,4	25,4	7.707,55
RR	4.540	Rorainópolis	30.256,7	10.970,9	13.324,9	...	27.023,0	...	30,1	...	5.952,20
TO	38.502	Palmas	256.921,8	239.272,3	250.322,2	254.329,5	268.590,4	5,6	27,6	25,2	6.976,01
TO	19.317	Araguaína	108.190,2	114.289,1	123.895,0	127.659,3	152.221,2	19,2	36,1	36,8	7.880,17
	8.292.134	Nordeste	44.777.992,2	44.002.730,8	43.616.144,2	42.699.187,1	44.683.481,7	4,6	32,8	...	5.388,66
AL	49.195	Maceió	201.934,5	335.661,0	324.490,2	334.654,5	368.788,6	10,2	16,0	25,4	7.496,46
AL	30.111	Arapiraca	140.419,9	138.309,0	154.921,2	128.916,8	149.731,7	16,1	25,3	25,3	4.972,66
BA	142.596	Salvador	1.281.005,2	1.184.658,5	1.173.759,9	1.139.236,1	1.195.324,4	4,9	19,8	27,5	8.382,59
BA	46.547	Feira de Santana	279.658,9	282.371,3	260.870,1	281.693,1	248.072,1	-11,9	22,1	28,7	5.329,50
BA	52.591	Vitória da Conquista	204.286,1	215.784,8	211.029,6	216.737,8	216.460,2	-0,1	33,6	27,5	5.082,30
BA	33.043	Camaçari	258.081,5	256.127,3	235.370,5	226.414,8	287.534,1	27,0	26,1	29,8	8.701,82
CE	214.099	Fortaleza	1.183.061,8	1.241.776,5	1.217.863,5	1.216.134,8	1.257.027,2	3,4	19,5	26,4	5.871,24
CE	56.070	Caucaia	251.534,0	257.024,7	244.055,5	226.348,6	244.791,1	8,1	36,7	27,2	4.365,81
CE	31.496	Juazeiro do Norte	143.430,1	143.408,8	137.575,6	205.267,9	162.781,7	-20,7	30,8	25,5	5.168,33
MA	83.755	São Luís	660.296,9	596.376,6	597.615,7	622.324,8	611.060,1	-1,8	22,6	25,2	7.295,80
MA	43.730	Imperatriz	...	192.953,4	195.271,5	186.287,5	195.808,4	5,1	27,6	25,7	4.477,67
PB	61.034	João Pessoa	488.949,5	450.491,7	439.408,7	411.593,3	403.158,4	-2,0	21,2	...	6.605,47
PB	30.312	Campina Grande	155.998,4	168.941,5	183.306,4	168.138,1	166.598,1	-0,9	19,1	29,0	5.496,11
PE	89.785	Recife	965.922,7	925.356,8	839.110,6	828.557,8	871.723,0	5,2	19,3	27,0	9.709,00
PE	61.281	Jaboatão dos Guararapes	326.466,0	294.798,0	322.966,9	311.105,4	353.018,3	13,5	29,2	28,8	5.760,65
PE	23.832	Olinda	140.618,3	123.098,1	118.385,5	133.244,9	152.596,1	14,5	24,8	29,5	6.402,99
PE	42.100	Caruaru	206.243,4	205.192,3	175.803,2	182.596,8	222.909,3	22,1	31,2	30,7	5.294,76
PE	45.614	Petrolina	268.237,8	243.181,2	269.928,1	246.053,7	275.804,5	12,1	41,2	26,1	6.046,49
PE	18.088	Paulista	108.764,7	108.491,8	103.714,7	91.955,2	98.562,5	7,2	22,2	28,8	5.449,05
PI	88.786	Teresina	534.450,5	501.964,7	534.296,0	565.277,3	509.900,3	-9,8	18,8	25,6	5.743,03
PI	19.186	Parnaíba	87.708,6	87.471,5	92.741,8	92.128,7	97.257,3	5,6	29,2	28,6	5.069,18
RN	56.619	Natal	427.867,2	408.610,4	413.648,5	381.363,4	384.269,4	0,8	...	25,7	6.786,93
RN	20.384	Mossoró	136.422,5	132.715,7	139.867,8	119.761,9	130.529,6	9,0	20,9	27,2	6.403,53
SE	28.168	Aracaju	213.352,2	204.697,2	185.598,6	172.410,7	183.530,0	6,4	11,5	20,7	6.515,55
SE	15.185	Nossa Senhora do Socorro	73.851,3	79.932,9	79.721,0	78.185,3	116.042,2	48,4	...	29,9	7.641,90
	1.371.209	Centro-Oeste¹	9.996.050,7	9.955.836,1	10.034.651,2	10.120.636,6	10.699.432,0	5,7	27,1	...	7.802,92
GO	96.489	Goiânia	964.144,4	941.165,8	876.213,2	868.283,0	967.230,3	11,4	23,0	26,5	10.024,25
GO	39.032	Aparecida de Goiânia	177.820,1	180.377,7	208.886,9	220.369,6	212.299,6	-3,7	21,6	25,1	5.439,12
GO	33.980	Anápolis	249.373,7	258.829,9	251.612,4	274.151,3	275.299,0	0,4	26,2	32,4	8.101,80
MT	50.265	Cuiabá	396.992,1	377.030,9	399.574,0	385.355,6	398.511,0	3,4	18,4	25,2	7.928,20
MT	25.848	Várzea Grande	125.652,5	116.470,2	123.187,8	141.492,0	146.183,6	3,3	25,8	35,1	5.655,51
MS	104.050	Campo Grande	760.068,5	877.644,1	884.501,6	777.871,6	881.145,3	13,3	26,6	29,6	8.468,48
MS	27.076	Dourados	187.207,7	203.074,9	202.654,5	215.907,2	194.172,9	-10,1	27,2	30,2	7.171,40
	7.911.328	Sudeste	71.472.393,7	71.468.546,1	69.195.775,0	68.134.342,3	70.476.609,7	3,4	24,4	...	8.908,32
ES	45.946	Vitória	459.734,8	417.173,5	368.978,5	378.322,1	396.194,4	4,7	25,1	28,7	8.623,05
ES	63.750	Serra	381.635,3	357.019,6	348.093,6	332.424,8	344.185,6	3,5	29,2	27,7	5.398,99
ES	51.661	Vila Velha	290.108,0	271.926,1	250.490,7	252.179,5	286.792,9	13,7	31,9	27,1	5.551,44
ES	41.755	Cariacica	234.795,1	232.291,5	203.960,2	200.698,3	215.583,2	7,4	37,0	27,8	5.163,05
MG	172.750	Belo Horizonte	1.696.165,7	1.728.392,5	1.516.978,6	1.652.041,9	1.524.102,3	-7,7	16,0	27,7	8.822,59
MG	58.141	Uberlândia	436.322,9	463.922,4	461.512,6	448.609,2	467.868,9	4,3	22,9	34,4	8.047,14
MG	55.822	Contagem	402.778,7	362.157,2	332.268,5	367.640,1	366.693,8	-0,3	22,7	25,2	6.568,98

UF	Número de mat. na rede municipal 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/ 2017	Part. desp. total 2018	Parc. das rec. de imp. aplic. em educação² 2018	Despesa com educação por aluno 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018					em %			em R\$
MG	42.000	Juiz de Fora	323.900,0	309.894,3	308.908,4	318.018,6	317.944,6	0,0	20,3	34,2	7.570,11
MG	48.559	Betim	453.987,4	410.332,2	361.883,8	373.431,0	384.283,1	2,9	25,8	...	7.913,74
MG	28.448	Montes Claros	193.852,2	200.268,9	223.341,9	172.014,9	162.623,5	-5,5	21,2	...	5.716,52
MG	23.166	Ribeirão das Neves	121.365,5	113.066,3	120.800,4	105.952,7	107.448,7	1,4	24,5	31,2	4.638,21
MG	26.284	Uberaba	216.317,2	223.941,5	215.902,2	224.340,0	258.865,9	15,4	25,1	33,5	9.848,80
MG	18.208	Governador Valadares	148.626,8	180.250,6	160.951,7	147.889,3	139.165,9	-5,9	17,2	27,2	7.643,12
RJ	644.014	Rio de Janeiro	4.609.358,5	4.953.725,3	4.849.831,8	4.450.567,0	4.419.524,4	-0,7	19,1	26,9	6.862,47
RJ	43.065	São Gonçalo	333.003,7	303.802,6	...	243.574,9	256.819,2	5,4	22,5	25,2	5.963,52
RJ	75.950	Duque de Caxias	783.875,1	816.284,9	830.786,7	740.279,7	795.624,1	7,5	33,6	32,8	10.475,63
RJ	63.036	Nova Iguaçu	430.578,2	410.288,8	375.892,3	343.918,1	329.695,6	-4,1	23,6	25,1	5.230,27
RJ	27.591	Niterói	415.108,5	186.804,9	389.977,7	335.585,5	448.848,8	33,8	16,8	26,3	16.267,94
RJ	38.500	Belford Roxo	268.783,6	239.999,1	228.440,1	198.179,6	214.781,4	8,4	30,9	25,8	5.578,74
RJ	49.393	Campos dos Goytacazes	499.945,3	387.041,1	403.444,1	315.888,2	325.968,6	3,2	17,2	...	6.599,49
RJ	26.188	São João de Meriti	148.343,3	158.662,7	119.977,9	131.538,7	...	...	...	...	...
RJ	36.872	Petrópolis	252.802,9	236.864,0	217.908,9	217.427,0	258.916,4	19,1	25,0	25,4	7.022,03
RJ	36.231	Volta Redonda	182.516,4	239.835,0	223.906,6	227.743,6	231.534,0	1,7	24,4	25,2	6.390,49
SP	753.220	São Paulo	9.652.181,9	11.401.991,7	11.026.449,7	11.127.728,7	11.911.775,8	7,0	22,9	25,1	15.814,47
SP	102.999	Guarulhos	1.001.873,8	938.660,0	858.031,5	900.128,8	966.582,8	7,4	23,4	25,5	9.384,39
SP	58.006	Campinas	924.396,8	952.231,3	952.358,9	952.239,6	930.116,5	-2,3	19,9	29,3	16.034,83
SP	79.258	São Bernardo do Campo	912.798,9	781.291,4	787.366,6	711.528,0	748.809,0	5,2	19,1	26,9	9.447,74
SP	36.605	Santo André	384.578,1	388.913,0	380.379,4	369.520,7	410.154,4	11,0	17,1	25,7	11.204,87
SP	61.520	São José dos Campos	682.574,6	629.862,1	648.217,1	597.437,1	618.293,0	3,5	23,0	25,2	10.050,28
SP	65.902	Osasco	635.690,7	603.458,9	575.147,8	570.942,7	632.103,6	10,7	28,9	25,2	9.591,57
SP	42.869	Ribeirão Preto	474.930,4	422.054,4	448.532,5	431.727,6	457.362,0	5,9	17,9	26,6	10.668,83
SP	55.594	Sorocaba	581.056,8	566.090,6	478.360,8	508.121,9	508.973,1	0,2	20,6	25,0	9.155,18
SP	18.922	Mauá	182.184,7	191.882,5	170.673,8	174.951,9	184.747,7	5,6	18,7	26,8	9.763,65
SP	36.664	São José do Rio Preto	353.622,3	357.176,0	333.772,9	325.867,6	342.516,2	5,1	21,4	26,0	9.342,03
SP	34.410	Mogi das Cruzes	351.195,0	314.187,7	325.371,4	314.561,3	338.020,5	7,5	24,6	26,0	9.823,32
SP	28.525	Santos	489.247,6	613.858,9	584.410,8	572.766,9	488.365,2	-14,7	20,6	25,1	17.120,60
SP	28.607	Diadema	285.841,8	302.300,5	294.412,4	286.033,7	256.395,2	-10,4	21,4	25,4	8.962,67
SP	34.664	Jundiaí	433.748,7	457.478,8	466.592,1	450.016,2	460.223,0	2,3	24,1	28,0	13.276,68
SP	36.096	Piracicaba	358.426,5	381.003,4	382.752,6	360.939,3	365.275,8	1,2	23,6	26,4	10.119,56
SP	16.105	Carapicuíba	149.478,6	167.509,4	158.841,2	131.114,0	125.857,5	-4,0	24,9	27,2	7.814,81
SP	19.174	Bauru	207.348,5	188.386,7	187.305,0	192.207,1	199.339,7	3,7	18,1	25,0	10.396,36
	2.811.849	Sul	22.794.343,7	22.399.126,1	22.672.507,4	23.046.248,1	23.424.908,1	1,6	24,2	...	8.330,78
PR	129.245	Curitiba	1.543.947,1	1.349.920,4	1.394.018,7	1.341.520,0	1.287.847,6	-4,0	17,4	25,7	9.964,39
PR	37.893	Londrina	306.398,3	323.776,6	347.606,1	346.575,2	367.289,3	6,0	19,7	29,1	9.692,80
PR	29.929	Maringá	228.908,7	273.875,2	248.707,2	277.951,6	268.159,5	-3,5	17,8	25,6	8.959,86
PR	30.794	Ponta Grossa	194.987,5	210.368,1	201.592,2	227.932,9	233.211,3	2,3	28,4	25,1	7.573,27
PR	30.452	Cascavel	194.424,5	192.696,1	194.488,2	209.178,3	221.733,5	6,0	25,8	26,7	7.281,41
PR	31.876	São José dos Pinhais	256.093,2	254.911,7	269.326,3	247.474,0	207.416,5	-16,2	24,2	28,3	6.506,98
PR	26.363	Foz do Iguaçu	185.868,3	183.853,4	190.530,5	195.070,4	206.216,7	5,7	21,1	27,2	7.822,20
RS	50.413	Porto Alegre	1.008.237,4	1.001.819,3	1.005.415,9	1.041.185,3	635.665,1	-38,9	11,2	...	12.609,15
RS	33.462	Caxias do Sul	306.001,7	326.783,9	324.251,9	326.199,2	328.949,2	0,8	19,1	27,9	9.830,53
RS	33.385	Canoas	221.077,0	229.454,8	247.869,6	234.763,3	242.240,8	3,2	17,3	29,8	7.255,98
RS	28.609	Pelotas	160.275,9	185.427,1	193.137,1	195.522,7	204.143,6	4,4	22,8	27,0	7.135,64
RS	19.185	Santa Maria	134.545,0	131.993,4	128.425,9	142.781,9	136.661,9	-4,3	23,5	24,1	7.123,37
RS	26.923	Gravataí	188.188,6	183.531,4	177.548,5	189.579,4	191.197,5	0,9	25,9	25,2	7.101,64
RS	25.838	Viamão	142.980,1	137.654,9	136.558,6	141.257,7	150.685,4	6,7	35,2	25,0	5.831,93
SC	31.345	Florianópolis	393.870,0	404.901,0	443.230,3	418.935,3	448.966,6	7,2	24,1	28,1	14.323,39
SC	68.467	Joinville	467.653,0	465.222,6	455.548,1	423.460,8	437.193,4	3,2	24,3	25,1	6.385,46
SC	34.092	Blumenau	282.281,5	303.109,9	290.042,4	307.287,1	310.687,7	1,1	20,7	26,2	9.113,22
	6.353.082	Cidades selecionadas	53.548.769,8	54.869.010,2	53.629.859,5	52.887.288,8	54.292.983,3	2,7	21,7	...	8.545,93
	4.724.980	Até 20 mil habitantes	31.824.476,7	30.622.094,4	30.432.869,1	30.022.115,7	31.253.205,5	4,1	30,7	...	6.614,46
	3.374.009	Capitais	30.492.918,9	32.301.911,1	31.321.033,4	31.070.616,4	31.641.406,5	1,8	20,6	...	9.377,99
	23.103.124	Brasil¹	163.356.949,5	161.757.177,7	159.017.970,4	157.764.014,8	163.549.758,4	3,7	27,2	...	7.079,12

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Sistema de Informações de Orçamentos Públicos da Educação (Siope).

Nota: ¹ não inclui Brasília. ² de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal, os municípios devem aplicar, no mínimo, 25% das receitas de impostos e transferências constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Dados do Siope.

Despesa com educação | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2018	Ranking do número de matrículas 2018
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	11.911.775.836,86	753.220	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	4.419.524.448,10	644.014	2º
3º	MG	Belo Horizonte	1.524.102.340,73	172.750	5º
4º	AM	Manaus	1.313.410.718,67	238.144	3º
5º	PR	Curitiba	1.287.847.625,47	129.245	7º
6º	CE	Fortaleza	1.257.027.170,71	214.099	4º
7º	BA	Salvador	1.195.324.352,67	142.596	6º
8º	GO	Goiânia	967.230.336,16	96.489	10º
9º	SP	Guarulhos	966.582.774,78	102.999	9º
10º	SP	Campinas	930.116.496,07	58.006	27º
11º	MS	Campo Grande	881.145.299,51	104.050	8º
12º	PE	Recife	871.722.973,56	89.785	11º
13º	SP	Barueri	870.780.027,92	78.653	15º
14º	RJ	Duque de Caxias	795.624.124,17	75.950	16º
15º	SP	São Bernardo do Campo	748.808.964,74	79.258	14º
16º	RS	Porto Alegre	635.665.142,75	50.413	35º
17º	SP	Osasco	632.103.601,28	65.902	18º
18º	SP	São José dos Campos	618.293.009,90	61.520	22º
19º	MA	São Luís	611.060.062,11	83.755	13º
20º	PI	Teresina	509.900.325,67	88.786	12º
21º	SP	Sorocaba	508.973.093,68	55.594	31º
22º	SP	Santos	488.365.199,08	28.525	100º
23º	MG	Uberlândia	467.868.921,92	58.141	26º
24º	SP	São Caetano do Sul	461.186.513,93	19.839	164º
25º	SP	Jundiaí	460.223.000,91	34.664	69º
26º	SP	Ribeirão Preto	457.361.956,09	42.869	48º
27º	RJ	Macaé	452.227.322,85	40.517	54º
28º	SC	Florianópolis	448.966.607,74	31.345	84º
29º	RJ	Niterói	448.848.776,97	27.591	105º
30º	SP	Praia Grande	447.218.101,25	50.577	34º
31º	PA	Belém	444.931.949,81	65.686	19º
32º	SC	Joinville	437.193.395,58	68.467	17º
33º	SP	Santo André	410.154.425,20	36.605	66º
34º	PB	João Pessoa	403.158.439,44	61.034	25º
35º	MT	Cuiabá	398.511.015,45	50.265	36º
36º	ES	Vitória	396.194.427,53	45.946	42º
37º	SP	Paulínia	390.923.459,28	15.128	251º
38º	MG	Betim	384.283.136,67	48.559	39º
39º	RN	Natal	384.269.381,16	56.619	28º
40º	SP	Guarujá	376.600.517,31	30.897	87º
41º	AL	Maceió	368.788.586,77	49.195	38º
42º	PR	Londrina	367.289.281,80	37.893	61º
43º	MG	Contagem	366.693.836,00	55.822	30º
44º	SP	Piracicaba	365.275.757,27	36.096	68º
45º	PE	Jaboatão dos Guararapes	353.018.327,32	61.281	24º
46º	ES	Serra	344.185.580,68	63.750	20º
47º	SP	Taubaté	343.539.115,78	42.624	49º
48º	SP	São José do Rio Preto	342.516.232,66	36.664	65º
49º	SP	Mogi das Cruzes	338.020.498,57	34.410	70º
50º	GO	Rio Verde	333.738.207,36	24.636	124º
51º	RJ	Nova Iguaçu	329.695.583,39	63.036	21º
52º	RS	Caxias do Sul	328.949.183,03	33.462	77º

Posição	UF	Município	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2018	Ranking do número de matrículas 2018
			em R\$		
53º	RJ	Campos dos Goytacazes	325.968.631,28	49.393	37º
54º	MG	Juiz de Fora	317.944.610,22	42.000	52º
55º	SC	Blumenau	310.687.739,64	34.092	72º
56º	SC	Itajaí	304.835.577,10	31.766	82º
57º	RO	Porto Velho	295.237.374,44	44.778	44º
58º	PA	Parauapebas	293.775.569,37	47.856	40º
59º	BA	Camaçari	287.534.075,25	33.043	80º
60º	ES	Vila Velha	286.792.907,44	51.661	33º
61º	RR	Boa Vista	284.239.071,90	36.878	63º
62º	SP	Santana de Parnaíba	281.005.603,15	29.935	93º
63º	PE	Petrolina	275.804.454,12	45.614	43º
64º	GO	Anápolis	275.299.044,96	33.980	73º
65º	PA	Marabá	275.273.057,35	54.845	32º
66º	SP	São Vicente	271.320.523,62	43.073	46º
67º	TO	Palmas	268.590.361,09	38.502	56º
68º	PR	Maringá	268.159.500,69	29.929	94º
69º	RJ	Petrópolis	258.916.393,97	36.872	64º
70º	MG	Uberaba	258.865.929,27	26.284	112º
71º	SP	Franca	258.589.814,83	19.713	166º
72º	RJ	São Gonçalo	256.819.189,58	43.065	47º
73º	SP	Cotia	256.792.716,11	28.898	97º
74º	SP	Diadema	256.395.209,38	28.607	99º
75º	PA	Santarém	252.682.904,30	61.422	23º
76º	PE	Ipajuca	250.799.892,86	21.955	145º
77º	BA	Feira de Santana	248.072.115,96	46.547	41º
78º	SP	Indaiatuba	245.455.274,15	25.451	118º
79º	CE	Caucaia	244.791.069,69	56.070	29º
80º	RS	Canoas	242.240.830,87	33.385	78º
81º	PR	Ponta Grossa	233.211.264,88	30.794	88º
82º	RJ	Volta Redonda	231.534.015,18	36.231	67º
83º	PR	Araucária	226.388.809,17	18.551	186º
84º	PE	Caruaru	222.909.273,05	42.100	51º
85º	PR	Cascavel	221.733.549,15	30.452	90º
86º	SP	Itapeví	217.110.059,29	28.170	102º
87º	BA	Vitória da Conquista	216.460.176,43	42.591	50º
88º	ES	Cariacica	215.583.199,32	41.755	53º
89º	SP	Taboão da Serra	215.021.479,85	27.408	106º
90º	RJ	Belford Roxo	214.781.357,95	38.500	57º
91º	RJ	Maricá	214.473.689,58	20.439	159º
92º	GO	Aparecida de Goiânia	212.299.585,86	39.032	55º
93º	SC	Criciúma	208.363.805,51	19.479	171º
94º	AP	Macapá	208.201.954,34	33.508	75º
95º	PR	São José dos Pinhais	207.416.523,07	31.876	81º
96º	SP	Limeira	207.344.605,26	23.711	132º
97º	PR	Foz do Iguaçu	206.216.741,15	26.363	111º
98º	SP	Itaquaquecetuba	205.790.316,69	37.984	59º
99º	RS	Pelotas	204.143.597,76	28.609	98º
100º	SP	Araraquara	203.306.274,56	18.182	196º

	Total dos 100 maiores	57.742.395.184,95	6.428.720	..
	Total dos demais	105.807.363.254,63	16.674.404	..
	Total Brasil¹	163.549.758.439,58	23.103.124	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Despesa com educação por aluno | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Desp. com educação por aluno	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2018	Ranking de matr. 2018
			em R\$			
1º	MG	Douradoquara	45.749,94	1.418.248,06	31	5568º
2º	MG	Grupiara	41.292,79	1.858.175,48	45	5566º
3º	RS	Muliterno	35.970,02	1.834.471,27	51	5565º
4º	RS	União da Serra	35.207,61	1.584.342,38	45	5566º
5º	RS	Santa Tereza	33.497,54	2.143.842,30	64	5563º
6º	GO	Ivolândia	33.331,84	2.166.569,61	65	5562º
7º	RS	Nova Pádua	31.089,81	2.207.376,79	71	5561º
8º	SP	Adamantina	30.540,41	73.968.861,96	2.422	2060º
9º	SP	Dirce Reis	28.839,00	2.855.060,84	99	5547º
10º	SP	Santana da Ponte Pensa	28.563,31	2.427.881,02	85	5557º
11º	ES	Presidente Kennedy	26.186,04	77.222.633,41	2.949	1753º
12º	RS	Carlos Gomes	26.171,37	2.276.909,23	87	5555º
13º	GO	Aloândia	26.118,17	1.384.262,83	53	5564º
14º	SP	Paulínia	25.841,05	390.923.459,28	15.128	251º
15º	RS	Barra do Rio Azul	25.112,41	2.159.667,48	86	5556º
16º	SP	Aspásia	24.754,36	2.698.225,76	109	5539º
17º	SP	União Paulista	24.280,36	2.330.914,91	96	5551º
18º	MG	Serra da Saudade	24.259,20	2.692.771,67	111	5537º
19º	RS	Três Arroios	24.089,17	2.023.490,00	84	5559º
20º	SP	São Caetano do Sul	23.246,46	461.186.513,93	19.839	164º
21º	RS	Coronel Pilar	23.192,31	1.971.345,99	85	5557º
22º	GO	Diorama	23.046,46	2.235.506,66	97	5549º
23º	RS	Centenário	22.979,84	2.826.520,79	123	5527º
24º	SP	Presidente Alves	22.692,19	2.949.985,10	130	5517º
25º	RS	São Domingos do Sul	22.354,52	2.391.933,81	107	5542º
26º	SP	Santa Salete	21.913,78	2.322.860,67	106	5543º
27º	SP	Cruzália	21.847,64	2.796.497,92	128	5521º
28º	SP	Estrela d'Oeste	21.718,02	19.611.369,13	903	3690º
29º	SP	Turmalina	21.581,63	2.719.285,25	126	5526º
30º	SC	Alto Bela Vista	21.450,15	4.182.779,96	195	5443º
31º	RS	Vespasiano Correa	21.432,45	2.893.380,56	135	5511º
32º	SP	Uru	21.256,18	3.571.038,77	168	5482º
33º	SP	Nova Castilho	20.969,72	3.460.003,00	165	5487º
34º	RS	Floriano Peixoto	20.877,08	2.359.109,83	113	5533º
35º	RS	Coqueiro Baixo	20.378,58	2.628.837,31	129	5519º
36º	RS	Quatro Irmãos	19.933,31	3.328.863,30	167	5485º
37º	SP	Itaberá	19.879,52	16.440.365,89	827	3828º
38º	RS	Montauri	19.740,55	2.329.384,65	118	5530º
39º	SP	Pracinha	19.683,33	2.972.183,37	151	5499º
40º	RS	São Pedro da Serra	19.374,89	6.568.086,84	339	5097º
41º	RS	David Canabarro	19.332,53	4.156.493,27	215	5404º
42º	RS	André da Rocha	19.225,81	2.153.290,28	112	5535º
43º	RS	Ciriaco	19.107,30	4.566.644,19	239	5349º
44º	RS	Relvado	19.066,92	2.078.294,30	109	5539º
45º	RS	Ivorá	18.992,33	2.070.164,22	109	5539º
46º	SP	Florínia	18.929,75	3.994.178,11	211	5414º
47º	MG	Alvorada de Minas	18.848,62	5.371.855,46	285	5234º
48º	RS	Muitos Capões	18.790,82	5.712.407,85	304	5189º
49º	PR	Iracema do Oeste	18.645,51	4.474.922,78	240	5345º
50º	TO	Gurupi	18.604,46	126.473.109,29	6.798	711º
51º	GO	Goiatuba	18.512,40	60.794.720,53	3.284	1595º
52º	MG	Itambé do Mato Dentro	18.466,01	1.495.746,99	81	5560º

Posição	UF	Município	Desp. com educação por aluno	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2018	Ranking de matr. 2018
			em R\$			
53º	SP	Ilhabela	18.427,22	118.984.580,90	6.457	762º
54º	SP	Lucianópolis	18.351,13	3.670.225,45	200	5435º
55º	RS	Rolador	18.306,46	3.203.631,07	175	5472º
56º	RS	Ponte Preta	18.096,60	2.081.108,56	115	5532º
57º	MG	Rio Doce	18.061,71	4.587.673,32	254	5312º
58º	RS	Porto Vera Cruz	17.993,08	1.745.328,53	97	5549º
59º	PR	Saudade do Iguaçu	17.968,20	13.332.404,15	742	3999º
60º	PB	Coxixola	17.952,73	2.836.530,92	158	5492º
61º	GO	Lagoa Santa	17.883,64	3.451.543,47	193	5449º
62º	PR	Itaipulândia	17.863,73	26.920.639,96	1.507	2868º
63º	MG	Morro do Pilar	17.772,42	2.274.869,54	128	5521º
64º	RS	Linha Nova	17.715,10	2.249.818,29	127	5524º
65º	RS	Doutor Ricardo	17.709,14	2.762.625,91	156	5496º
66º	RS	Mariano Moro	17.708,78	1.735.460,56	98	5548º
67º	RS	Mato Castelhano	17.652,55	4.077.739,14	231	5364º
68º	RS	São Valentim do Sul	17.643,04	2.452.381,89	139	5508º
69º	RS	Ubiretama	17.589,81	1.811.750,38	103	5546º
70º	RS	Guabiju	17.495,20	2.151.909,74	123	5527º
71º	RS	Tupanci do Sul	17.399,87	3.079.776,69	177	5468º
72º	SC	Barra Bonita	17.390,82	2.539.060,17	146	5502º
73º	RS	Pouso Novo	17.377,57	2.936.808,72	169	5481º
74º	RS	Bozano	17.335,20	2.669.620,68	154	5497º
75º	RS	Vista Alegre do Prata	17.326,70	2.391.084,35	138	5509º
76º	SP	São Francisco	17.310,15	2.458.041,50	142	5506º
77º	SC	Lajeado Grande	17.166,67	2.283.167,41	133	5516º
78º	SC	Painel	17.160,81	3.088.946,27	180	5465º
79º	RS	São José do Sul	17.145,05	4.114.812,46	240	5345º
80º	RS	Sete de Setembro	17.136,52	1.919.290,68	112	5535º
81º	SP	Santos	17.120,60	488.365.199,08	28.525	100º
82º	RS	Camargo	17.082,52	3.382.339,58	198	5437º
83º	GO	Professor Jamil	17.077,29	2.868.984,80	168	5482º
84º	SP	Turiúba	17.050,73	2.915.674,28	171	5475º
85º	SP	Louveira	17.020,25	102.649.133,32	6.031	837º
86º	RS	Pinhal da Serra	17.005,21	4.999.532,81	294	5215º
87º	TO	São Félix do Tocantins	16.985,71	2.208.142,57	130	5517º
88º	SP	Pedrinhas Paulista	16.984,15	5.010.325,12	295	5209º
89º	PR	São Manoel do Paraná	16.977,31	3.870.827,70	228	5376º
90º	SP	Caiuá	16.836,84	7.172.494,26	426	4857º
91º	GO	Cumari	16.803,76	2.016.451,25	120	5529º
92º	RS	Dezesseis de Novembro	16.795,31	2.536.092,25	151	5499º
93º	SP	Pontes Gestal	16.785,29	5.287.365,23	315	5161º
94º	SP	Itaóca	16.764,75	3.587.657,49	214	5407º
95º	SP	Fernão	16.717,32	3.610.940,90	216	5401º
96º	RS	Novo Xingu	16.663,54	2.249.577,71	135	5511º
97º	MT	Araguainha	16.658,82	1.765.835,30	106	5543º
98º	RS	Almirante Tamandaré do Sul	16.648,80	3.246.516,42	195	5443º
99º	MG	Catas Altas da Noruega	16.609,07	2.242.224,04	135	5511º
100º	SC	Marema	16.505,59	2.475.838,53	150	5501º

		Total dos 100 maiores	20.545,19	2.231.536.827,63	108.616	..
		Total dos demais	7.015,51	161.318.221.611,95	22.994.508	..
		Total Brasil¹	7.079,12	163.549.758.439,58	23.103.124	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
Nota: ¹não inclui Brasília.

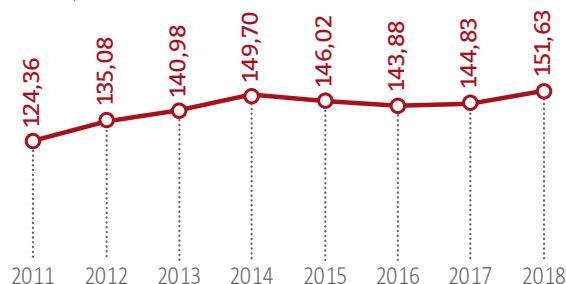
54,4% do gasto com saúde nos municípios é feito com recursos próprios

Municípios aplicaram R\$ 29 bi acima do mínimo exigido na saúde. A EC 86/2015, conhecida como do Teto dos Gastos, ao restringir a despesa federal deverá pressionar ainda mais o gasto municipal com essa área.

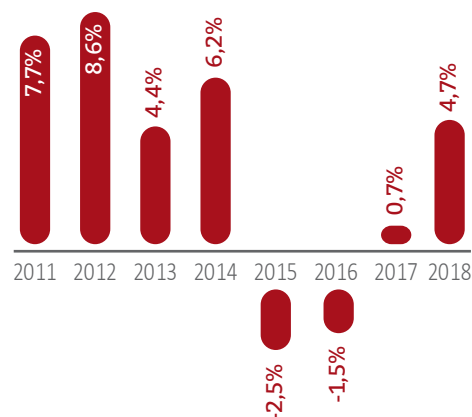
Desempenho

Os gastos com saúde dos municípios brasileiros apresentaram considerável aumento em 2018, quando comparado com o ano anterior. O total de R\$ 151,63 bilhões consumidos com a área representa R\$ 6,80 bilhões a mais do que a cifra do exercício anterior. Constata-se, assim, crescimento real de 4,7% nos desembolsos, com base em valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2018. A expansão do dispêndio, que já atinge o seu maior nível histórico, assinala a interrupção de um período de contenção de gastos identificado nos últimos três anos, resultado da crise econômica e da retração nas receitas das cidades.

Despesa com saúde em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018

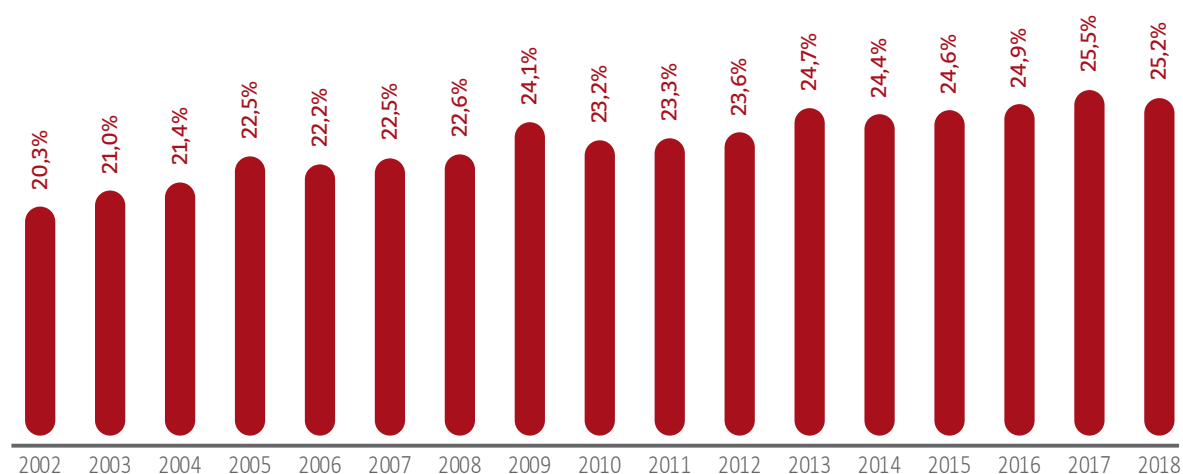


Taxa de crescimento da despesa com saúde em relação ao ano anterior



A alta dos custos com saúde não alterou a participação da função no somatório da despesa municipal entre 2017 e 2018, que foi de 25,5% e 25,2%, respectivamente. Mas, quando se observa um período maior, percebe-se que a saúde tem ocupado cada vez mais espaço nos desembolsos das prefeituras. No período de 2013 a 2016, o percentual médio foi de 24,6%, que por sua vez também se mostrou mais elevado que a média do biênio 2011-2012, de 23,5%. Em 2002, era de 20,3%.

Participação da despesa com saúde na despesa total



Constata-se uma relação entre a alta da despesa com saúde e o porte demográfico local. O gráfico da próxima página permite verificar que, quanto menor o município em termos populacionais, maior a taxa de crescimento do montante destinado à saúde em 2018.

O grupo de municípios com até 20 mil habitantes apresentou a maior variação positiva do período, ampliando em 10,3% as suas despesas com saúde. Em termos absolutos, alocaram R\$ 2,35 bilhões a mais na área, o que representa 34,6% do total acrescido pelo conjunto das cidades brasileiras em 2018.

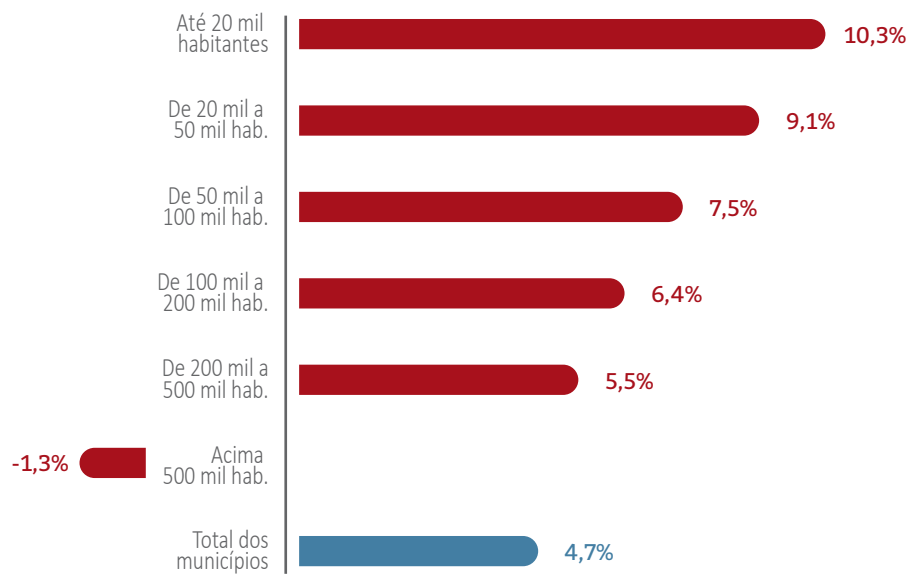
A faixa imediatamente posterior, com população de 20 mil a 50 mil moradores, anotou

índice de crescimento de 9,1%, seguida pela parcela que tem de 50 mil a 100 mil, com incremento de 7,5%. Em termos absolutos, esses dois grupos contribuíram com R\$ 2,94 bilhões a mais nos gastos com saúde executados pelos municípios em 2018, o que representa 43,2% do total.

As demais faixas, analisadas em ordem crescente, continuam registrando porcentagens positivas, ainda que sucessivamente menores. Nessa avaliação, o percentual de elevação vai se tornando menos acentuado até se tornar negativo no conjunto dos municípios com mais de 500 mil habitantes, que reduziu seus dispêndios em 1,3%.

Despesa por função | Saúde

Taxa de crescimento da despesa com saúde por faixa populacional - 2018



Tendo em consideração os dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), é possível concluir que não foram as despesas com saúde realizadas com as receitas próprias dos municípios as responsáveis pelo acréscimo registrado no período. Devido ao forte impulso das receitas advindas das transferências para o SUS municipal¹, constata-se que, enquanto o gasto promovido com recursos próprios caiu 1,3% em 2018, quando confrontado com o do ano anterior, o custo arcado com verbas de transferências subiu 12,6% no mesmo período. Em parte, o aumento desses repasses foi favorecido pelo crescimento das quantias liberadas por meio de emendas parlamentares, que mais

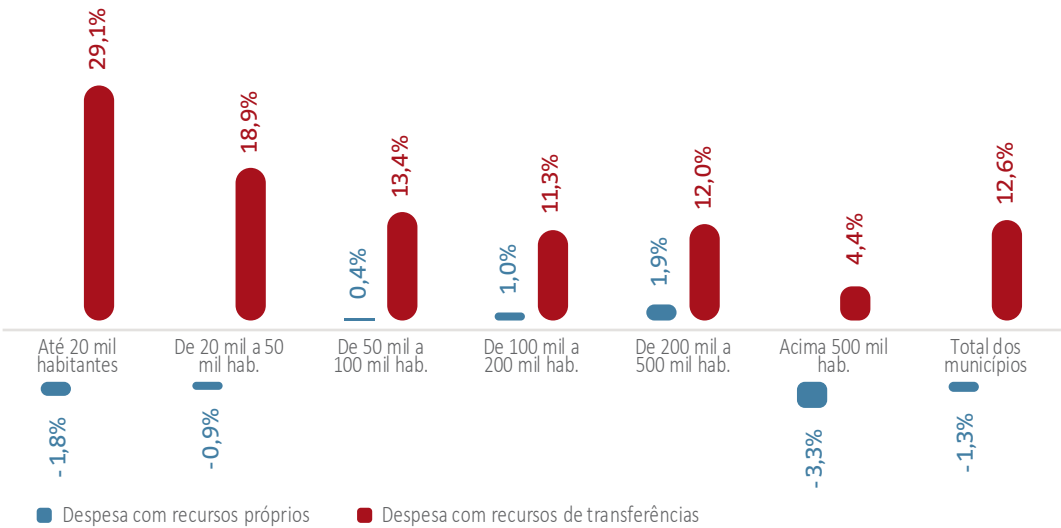
que dobraram em 2018, ano eleitoral. De acordo com dados do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União², em 2018 foram pagos R\$ 5,12 bilhões e, em 2017, R\$ 2,24 bilhões. Desse montante, quase metade foi destinada à saúde nos dois anos mencionados.

Esse movimento foi ainda mais intenso para o conjunto de municípios com até 20 mil habitantes, onde o desembolso com recursos próprios recuou 1,8% e o com recursos de transferências avançou 29,1%, enquanto que para aqueles com mais de 400 mil habitantes, as variações foram de -3,3% e 4,4%, respectivamente, no mesmo período, conforme mostra o gráfico da próxima página.

¹ As receitas de transferências para o SUS municipal incluem os recursos repassados fundo a fundo pela União e pelos estados e todas as transferências provenientes de convênios ou parcerias, tanto as correntes quanto as de capital.

² <http://www.transparencia.gov.br/emendas?ano=2018>, acessado em 05 de setembro de 2019.

Variação da despesa com saúde realizada com recursos próprios e com recursos de transferências nos municípios por faixa populacional - 2018/2017

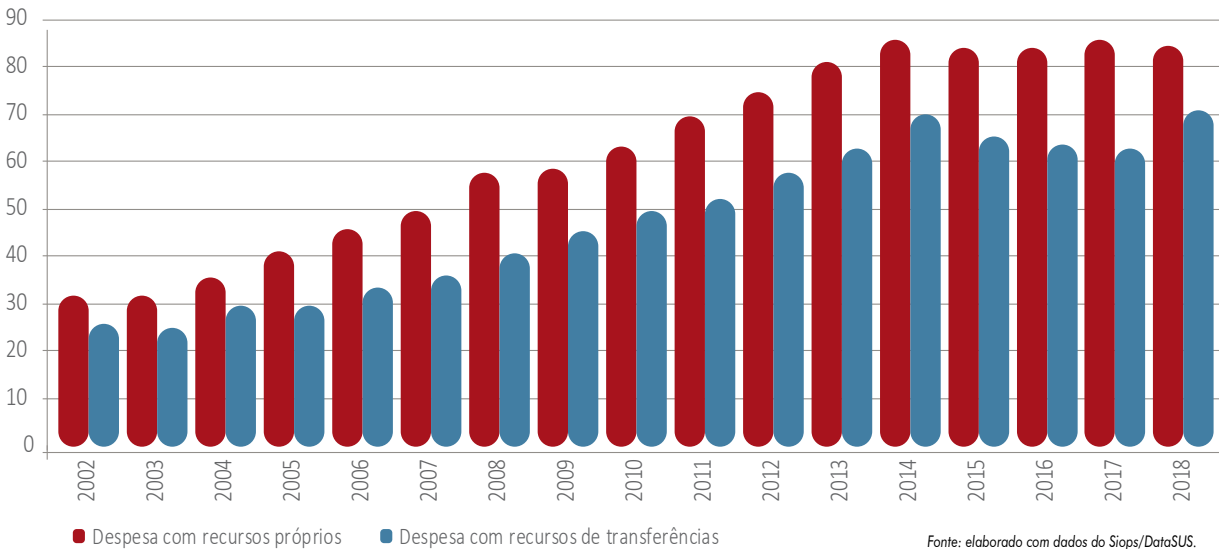


Fonte: elaborado com dados do Siops/DataSUS.

Mas, mesmo com a expansão das transferências para o total das cidades, a maior parte da

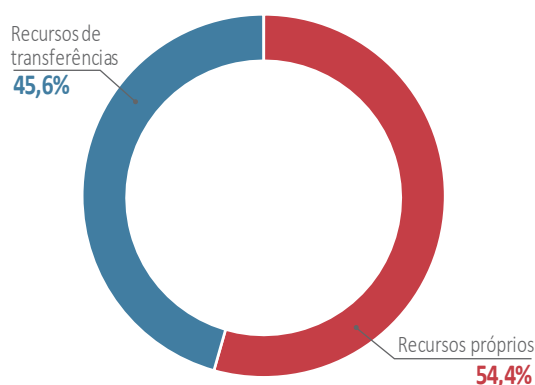
despesa municipal com saúde (54,4%) continua sendo bancada por recursos próprios.

Evolução das despesas em saúde com recursos próprios dos municípios e com transferências para a saúde municipal em R\$ bilhão - corrigido pelo IPCA médio de 2018



Fonte: elaborado com dados do Siops/DataSUS.

Composição dos recursos que financiam a despesa com saúde nos municípios - 2018

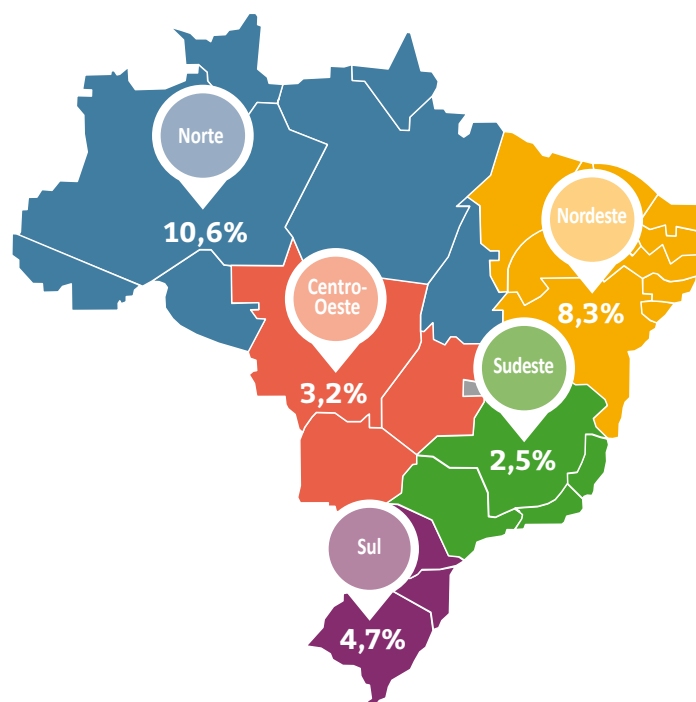


Fonte: elaborado com dados do Siops/DataSUS.

Quando considerado o agregado por região, os municípios do Norte e Nordeste do país foram os que assinalaram as maiores altas nas despesas com a área em 2018, de 10,6% e 8,3%, respectivamente. Vale ressaltar que todas as regiões brasileiras tiveram aumento real nesses gastos, sendo que o conjunto de municípios do Sudeste foi o que experimentou a menor variação positiva, de 2,5%.

Cabe salientar ainda que, em termos absolutos, os municípios do Nordeste foram responsáveis por R\$ 2,71 bilhões a mais do que o montante despendido no exercício anterior, o maior acréscimo entre todas as regiões brasileiras.

Taxa de crescimento da despesa com saúde por região - 2018/2017

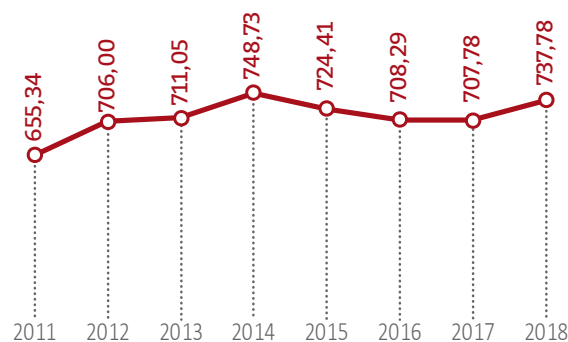


Gastos com saúde per capita

Em 2018 a despesa com saúde foi, em média, de R\$ 737,78 por habitante no conjunto dos municípios brasileiros. Quando se consideram os municípios agregados por faixa populacional, observa-se que a despesa per capita tende a ser maior nos dois extremos: nos pequenos e nos grandes. Essa propensão se confirma em 2018, porém o aumento do custeamento com saúde nos menores municípios nesse ano fez com que o gasto per capita daqueles com até 20 mil habitantes (R\$ 781,55) ultrapassasse o do grupo com 200 mil a 500 mil moradores (R\$ 752,63). Aqueles com mais de 500 mil foram os que chegaram ao maior valor per capita (R\$ 796,04).

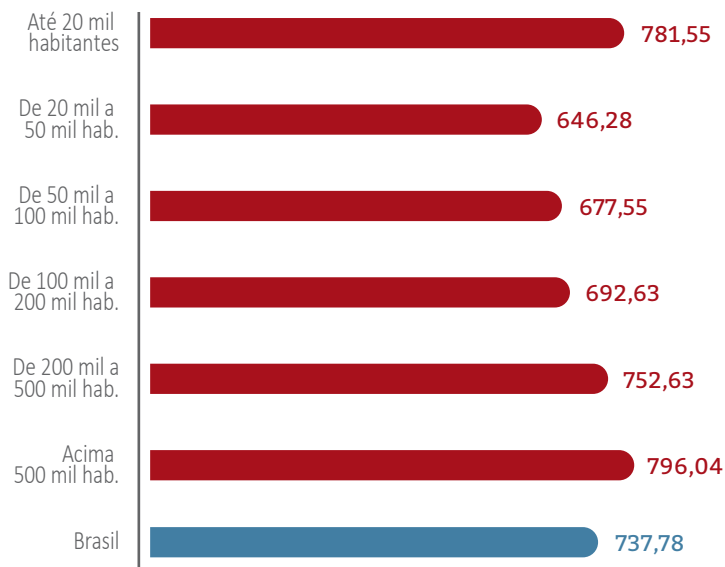
Despesa com saúde per capita

em R\$ - IPCA médio de 2018



Despesa com saúde per capita por faixa populacional - 2018

em R\$ - IPCA médio de 2018



A análise dos municípios agregados por região demonstra que a tendência do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul de apresentarem maior desembolso per capita permanece, com R\$ 834,99, R\$ 821,33

e R\$ 819,02, respectivamente. Já as regiões Norte e Nordeste, mesmo tendo ficado com as maiores altas, continuam aplicando importâncias consideravelmente menores, com cifras de R\$ 498,29 e R\$ 620,34 por habitante, respectivamente. Aponta-se assim a necessidade de fortalecer políticas que diminuam as desigualdades regionais em relação aos recursos públicos alocados em saúde.

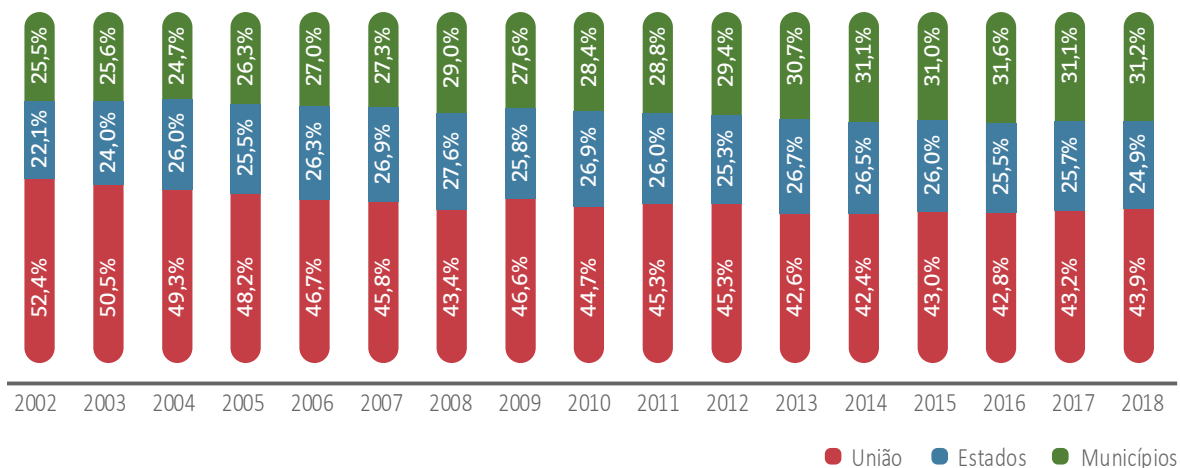
O financiamento tripartite da saúde pública

O financiamento público do Sistema Único de Saúde (SUS) é garantia constitucional e depende de parte dos recursos do Orçamento da Seguridade Social (OSS) e das receitas provenientes dos tesouros dos entes federados. Assim, o desenho institucional do SUS pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre as três esferas de governo – União, estados e municípios – na gestão e financiamento das ações e serviços de saúde.

No entanto, é necessário reconhecer que, desde a institucionalização da política nacional

Despesa por função | Saúde

Participação de cada ente federado na despesa com ações e serviços públicos de saúde



de saúde brasileira, o orçamento dos entes sub-nacionais, sobretudo o municipal, vem sendo pressionado pelos gastos em ações e serviços públicos em saúde (ASPS).

Isso resulta do fato de não ter sido possível estabelecer um percentual mínimo das receitas de impostos da União vinculados ao custeio em saúde, pelo menos até a promulgação da Emenda Constitucional nº 86 (EC 86) em 2015, que só então definiu como obrigação do governo federal a aplicação do piso de 15% da sua receita corrente líquida. Em contrapartida, estados e municípios precisam destinar, no mínimo, 12% e 15% da sua receita própria, respectivamente, desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 29 (EC 29) em 2000.

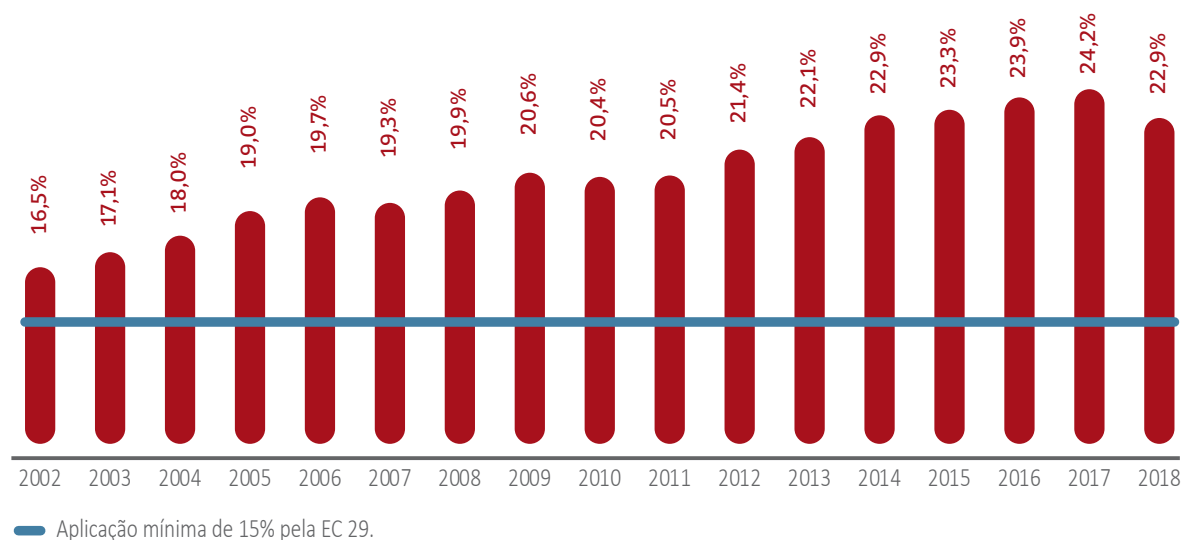
A medida permitiu à União restringir os gastos com a função segundo os ditames das políticas macroeconômicas, fazendo com que sua participação no financiamento total do SUS diminuísse ao longo do tempo. De 2002 a 2018, por exemplo, essa presença baixou de 52,4% para 43,9%, enquanto a parcela sob

a responsabilidade dos municípios subiu de 25,5% para 31,2% e a dos estados, de 22,1% para 24,9%, conforme dados do Siops.

A restrição permanente das despesas em saúde por parte do governo federal tem sobrecarregado os municípios, que comprometem sua receita própria bem acima do percentual mínimo de 15% exigido por lei. **Ainda que se note uma queda da participação dos desembolsos com saúde na receita própria das prefeituras em 2018, a série histórica permite afirmar a existência de uma tendência de ampliação dos esforços municipais no financiamento do SUS.**

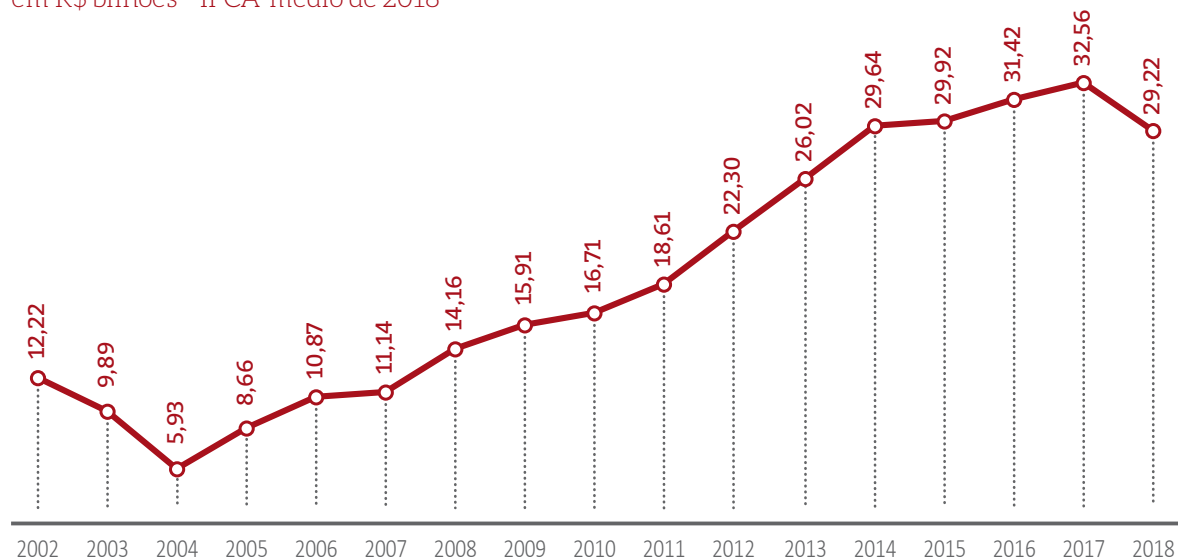
Se as cidades brasileiras optassem por limitar os gastos em saúde ao mínimo estipulado constitucionalmente, o SUS deixaria de dispor de R\$ 29,22 bilhões, apenas em 2018. Vale ressaltar que esse valor é superior ao total da quota-parte municipal no IPVA, de R\$ 21,45 bilhões. Se considerados os últimos cinco anos, R\$ 152,77 bilhões teriam sido suprimidos do financiamento da política de saúde nacional.

Evolução da aplicação dos recursos vinculados à saúde nos municípios



Valores aplicados em saúde acima do mínimo exigido pela EC nº 29/2000

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2018



Vale destacar que nove das 26 capitais de Estado comprometem com a saúde mais de 30% do somatório de suas despesas em 2018.

Chamam atenção Teresina e Campo Grande, que alocam 39,2% e 38,1% em suas despesas totais com saúde, respectivamente.

Cenário futuro do financiamento da saúde nos orçamentos municipais

A promulgação em 2016 da Emenda Constitucional 95, conhecida como Teto dos Gastos, tornou sem efeito a recém-editada EC 86/2015, instituiu o Novo Regime Fiscal e limitou a despesa primária da União. Dessa forma, é possível prever o aumento da restrição orçamentária que constrange o gasto da esfera federal. Tal fato tenderá a pressionar ainda mais os orçamentos municipais, aprofundando a necessidade de as cidades destinarem maiores recursos da sua receita própria para ações e serviços públicos de saúde (ASPS).

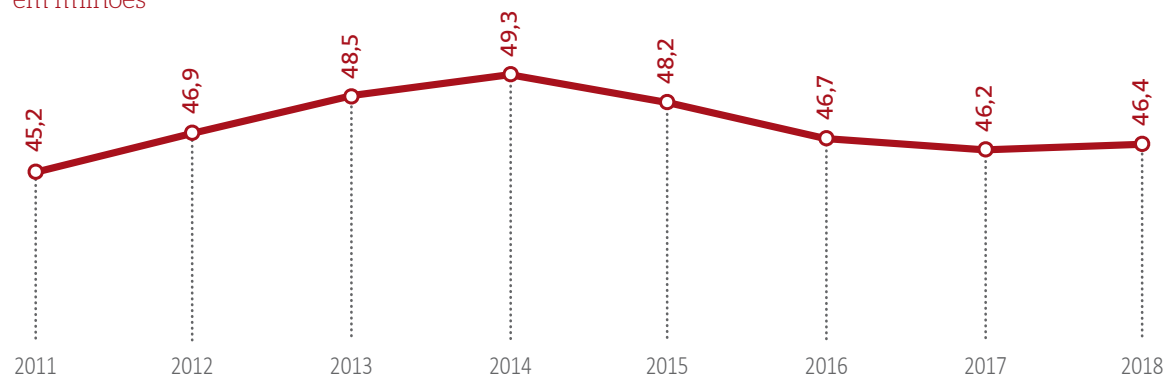
Junta-se ao constrangimento dos empenhos da União o grande nível de desemprego do mercado de trabalho brasileiro, cuja taxa média foi de 12,7%, em 2017, e de 12,3%, em 2018, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de subutilização da força de trabalho chegou a 25% no primeiro trimestre de 2019, a mais elevada desde 2012. De acordo com o IBGE, esse indicador representa 28,3 milhões de pessoas desocupadas ou subocupadas com menos de 40 horas semanais e os que estão disponíveis para trabalhar, mas não conseguem procurar emprego por motivos diversos.

O elevado nível de desocupação profissional tende a se refletir no crescimento da demanda por serviços na saúde pública, considerando tanto os novos usuários decorrentes da perda dos planos de saúde como a piora da qualidade de vida das pessoas.

Em relação aos planos de saúde, informações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) permitem observar uma queda expressiva no número de beneficiários de saúde suplementar a partir de 2015, mesmo levando-se em conta que, em 2018, esse segmento tenha crescido ligeiramente. Ao considerar os 49,3 milhões de consumidores de planos de saúde suplementar, em 2014, e os 46,4 milhões, em 2018, infere-se que o SUS passou a acolher em seus serviços assistenciais grande parte dos 2,9 milhões de pessoas que anteriormente utilizavam o sistema privado.

Quanto à piora das condições de vida de parcela da população brasileira devido ao desemprego decorrente da crise econômica, esta tende a impactar sobretudo as principais portas de entrada do SUS, ou seja, as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), já bastante afetadas pela desestruturação do Programa Mais Médicos.

Número de beneficiários de saúde suplementar em milhões



SANASA CAMPINAS. INOVAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E SUSTENTABILIDADE.

Através da inovação, sustentabilidade e transparência, a Sanasa vem promovendo a universalização do saneamento. Atualmente, graças ao investimento de R\$ 650 milhões realizado nos últimos 6 anos, Campinas atingiu números representativos: 99,81% da população é atendida com água potável e 96,5% da população é atendida com coleta e afastamento de esgoto. Em 2020, com a entrega da Estação Produtora de Água de Reúso - EPAR Boa Vista, Campinas será a primeira cidade com mais de 500 mil habitantes a atingir 100% da capacidade instalada de tratamento de esgoto.

INOVAÇÃO É A NOSSA MARCA.

A inovação é a marca da Sanasa. Além de ser a primeira empresa municipal de saneamento da América Latina a colocar em operação a primeira EPAR, Estação Produtora de Água de Reúso - EPAR Capivari II. A Sanasa foi também a primeira empresa do setor a obter a ISO 9001, e ocupa o 1º lugar no ranking das maiores empresas municipais de saneamento do Brasil.

PROGRAMA “MENOS PERDA, MAIS ÁGUA” DA ONU.

A Sanasa é uma das três empresas líderes do Movimento “Menos perda, mais água” das Nações Unidas pela Redução de Perdas de Água na Distribuição. Tal reconhecimento deve-se à troca de mais de 375 km de redes através do MND - método não destrutivo. Nesse quesito, a Sanasa Campinas também é referência, obtendo um índice de perdas de 20%, um dos menores do País.

NOVOS NEGÓCIOS: DIVIDINDO CONHECIMENTO.

Para dividir o conhecimento construído ao longo de mais de 40 anos de atuação no setor de saneamento, a Sanasa criou uma área para atender outros municípios interessados em conhecer as tecnologias, as soluções e o modelo de desenvolvimento sustentável no saneamento básico praticado pela Empresa. Essas parcerias incluem transferência de tecnologia, treinamentos e qualificação, consultorias, apoio operacional, dentre outras opções destinadas a construir um relacionamento de longo prazo com empresas e municípios.

Para saber mais sobre como tornar-se um parceiro Sanasa, procure a Gerência de Novos Negócios através do número (19) 3735-5406. Agende uma visita e descubra como a Sanasa pode ajudar seu município a enfrentar os desafios do saneamento.



**PREFEITURA DE
CAMPINAS**
A FORÇA DA INOVAÇÃO

**SANASA
CAMPINAS**
NOSSA VIDA É INOVAR

Despesa com saúde | 2014-2018

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018 (A)	Receita SUS 2018 (B)	Gasto com saúde com rec. próprios 2018 (C=A-B)	B/A	C/A	Variação 2018/2017	Part. na despesa total 2018	Parc. da rec. do impostos aplic. em saúde¹ 2018	Despesa com saúde per capita 2018
em R\$ mil - IPCA médio de 2018															
em %															
AC	18.182.253	Norte	9.100.975,6	8.667.681,8	8.281.545,8	8.193.646,8	9.059.991,6	4.386.744,2	4.673.247,4	48,4	51,6	10,6	22,0	20,8	498,29
AC	401.155	Rio Branco	144.439,8	129.529,1	121.708,8	118.777,2	134.700,9	42.631,4	92.069,3	31,6	68,4	13,4	16,2	15,8	335,78
AC	87.673	Cruzeiro do Sul	36.543,2	28.586,9	29.888,7	30.030,0	35.134,9	27.692,5	7.442,4	78,8	21,2	17,0	21,3	26,6	400,75
AP	493.634	Macapá	132.327,6	158.492,6	152.616,9	140.446,6	150.662,1	...	...	...	...	7,5	19,3	15,2	305,21
AP	119.610	Santana	...	35.083,0	...	33.688,5	33.195,3	...	...	...	...	4,5	23,7	16,0	294,25
AM	2.145.444	Manaus	890.824,7	874.554,9	811.313,2	790.842,6	810.849,6	192.888,5	617.961,1	23,8	76,2	2,5	17,6	20,0	377,94
AM	113.168	Parintins	52.250,7	47.356,9	...	43.047,3	49.215,3	27.734,6	21.480,6	56,4	43,6	14,3	23,3	27,2	434,89
PA	1.485.792	Belém	1.136.085,3	1.143.795,0	890.259,3	831.845,3	832.436,7	424.355,1	408.081,6	51,0	49,0	0,1	30,0	24,1	560,09
PA	525.566	Ananindeua	233.913,7	228.496,2	...	213.365,5	220.629,2	161.870,2	58.759,0	73,4	26,6	3,4	33,3	15,7	419,79
PA	302.667	Santarém	138.795,8	154.170,4	138.289,7	142.598,1	139.616,1	85.320,7	54.295,3	61,1	38,9	-2,1	22,5	26,2	461,29
PA	275.086	Marabá	188.277,1	176.473,3	164.198,7	185.353,2	216.320,3	59.395,7	156.924,6	27,5	72,5	16,7	26,5	32,3	786,37
RO	519.531	Porto Velho	316.553,2	327.577,9	310.231,5	303.731,4	290.984,7	83.565,5	207.419,3	28,7	71,3	-4,2	22,4	21,9	560,09
RO	127.907	Ji-Paraná	65.331,6	65.350,1	63.916,7	71.542,5	67.998,6	44.565,5	22.733,0	66,2	33,8	-5,9	30,2	18,2	526,15
RR	375.374	Boa Vista	171.742,7	176.371,7	202.280,9	189.100,0	209.146,2	68.149,6	141.002,7	32,6	67,4	10,6	18,0	17,1	557,17
RR	29.533	Rorainópolis	10.904,7	9.088,4	7.731,0	...	13.251,9	13.052,5	199,4	98,5	1,5	...	14,7	16,6	448,72
TO	291.855	Palmas	191.664,4	191.295,3	184.585,2	192.049,6	199.280,5	101.222,1	98.058,4	50,8	49,2	3,8	20,5	16,8	682,81
TO	177.517	Araguaina	88.564,5	90.808,9	93.586,8	97.489,1	106.075,2	59.261,3	46.813,8	55,9	44,1	8,8	25,2	24,0	597,55
AL	56.757.759	Nordeste	34.008.820,7	32.780.591,6	32.377.910,3	32.500.993,6	35.208.908,1	19.028.571,7	16.180.336,4	54,0	46,0	8,3	25,9	21,1	620,34
AL	1.012.382	Maceió	720.869,1	625.781,6	652.938,3	680.235,9	802.431,1	464.201,4	338.229,7	57,8	42,2	18,0	34,9	22,8	792,62
AL	230.417	Arapiraca	204.363,3	238.797,3	198.777,5	204.451,8	236.489,2	197.874,3	43.614,9	81,6	18,4	15,7	40,0	27,2	1.026,35
BA	2.857.329	Salvador	701.293,3	1.324.395,0	1.403.595,9	1.379.732,3	1.470.362,4	703.506,4	766.856,0	47,8	52,2	6,6	24,4	19,3	514,59
BA	609.913	Feira de Santana	385.839,1	365.555,6	354.530,8	377.842,0	387.165,3	193.207,4	193.957,5	49,9	50,1	2,5	34,5	27,6	634,79
BA	338.885	Vitória da Conquista	241.437,2	228.309,0	229.512,5	217.297,5	232.901,0	141.317,2	91.583,8	60,7	39,3	7,2	36,2	24,0	687,26
BA	293.723	Camaçari	202.232,0	214.606,5	197.650,0	201.011,8	238.150,0	52.248,9	185.901,1	21,9	78,1	18,5	21,6	21,1	810,80
CE	2.643.247	Fortaleza	2.086.424,8	2.031.128,9	1.840.788,3	1.987.544,9	1.960.851,6	1.048.756,6	912.094,9	53,5	46,5	-1,3	30,5	24,6	741,83
CE	363.982	Caucaia	148.064,2	121.033,6	114.562,8	145.473,5	177.944,0	...	...	...	...	22,3	26,7	28,0	488,88
CE	271.976	Juazeiro do Norte	139.128,0	124.846,4	137.404,1	120.992,4	137.412,4	101.012,9	36.399,4	73,5	26,5	13,6	26,0	21,5	505,33
MA	1.094.667	São Luís	895.368,8	902.261,8	869.009,6	819.946,1	867.512,8	411.132,3	456.380,4	47,4	52,6	5,8	32,1	25,5	792,49
MA	258.016	Imperatriz	217.565,4	235.439,0	211.402,2	274.410,5	156.368,3	...	118.042,3	57,0	43,0	29,8	38,7	25,2	1.063,54
PB	800.323	João Pessoa	795.404,1	522.738,5	680.849,9	708.289,0	691.009,5	...	...	...	...	-2,4	36,3	21,3	863,41
PB	407.472	Campina Grande	281.094,7	317.293,1	307.742,1	300.833,5	301.791,9	219.601,2	82.190,7	72,8	27,2	0,3	34,6	21,8	740,64
PE	1.637.834	Recife	1.112.435,5	1.084.441,5	1.008.185,0	1.040.358,2	1.084.690,1	457.436,9	627.253,2	42,2	57,8	4,3	24,1	19,3	662,27
PE	697.636	Jaboatão dos Guararapes	306.220,4	287.436,7	270.008,4	274.126,8	280.270,8	135.495,1	135.495,1	51,7	48,3	2,2	23,2	16,9	401,74
PE	391.835	Olinda	169.028,6	147.442,2	138.730,3	127.617,3	135.447,4	78.905,4	56.542,0	58,3	41,7	6,1	22,0	16,3	345,67
PE	356.872	Caruaru	178.019,0	173.311,8	171.341,6	166.561,6	172.383,7	95.639,7	76.744,0	55,5	44,5	3,5	24,1	26,7	483,04
PE	343.865	Petrolina	111.906,6	104.625,0	116.434,9	97.772,3	125.481,1	72.359,4	53.121,8	57,7	42,3	28,3	18,7	18,1	364,91
PE	329.117	Paulista	112.031,2	95.665,1	78.638,1	82.647,7	84.256,3	52.554,7	31.701,5	62,4	37,6	1,9	19,0	15,3	256,01
PI	861.442	Teresina	1.071.632,0	985.851,8	1.074.507,7	1.023.668,8	1.063.593,1	395.429,7	668.163,4	37,2	62,8	3,9	39,2	34,6	1.234,67
PI	152.653	Parnaíba	95.748,9	90.543,3	87.592,3	93.254,5	93.338,7	...	...	...	...	0,1	28,0	16,0	611,44
RN	874.640	Natal	643.460,2	630.808,8	692.353,6	702.730,3	686.379,5	316.183,7	370.195,8	46,1	53,9	-2,3	...	26,3	782,07
RN	294.076	Mossoró	207.692,2	209.549,2	188.677,8	203.002,9	214.481,2	117.491,3	96.989,8	54,8	45,2	5,7	34,3	26,9	729,34
SE	648.939	Araçaju	589.909,0	646.992,3	542.031,9	507.176,0	437.166,4	218.046,9	219.119,5	49,9	50,1	-13,8	27,4	22,2	673,66
SE	181.503	Nossa Senhora do Socorro	63.999,4	62.057,4	59.804,4	67.085,7	66.669,3	...	...	...	...	-0,6	...	18,2	367,32
GO	1.495.705	Centro-Oeste¹	10.450.487,3	10.310.827,1	10.457.818,2	10.606.048,9	10.947.760,6	4.951.986,7	5.995.773,9	45,2	54,8	3,2	27,7	22,5	834,99
GO	1.495.705	Goiania	1.429.834,6	1.343.921,6	1.351.447,7	1.286.852,5	1.156.832,2	663.403,7	493.428,5	57,3	42,7	-10,1	27,6	18,1	773,44
GO	565.957	Aparecida de Goiânia	267.547,9	312.292,8	345.107,8	312.864,6	346.179,4	202.127,1	144.052,3	58,4	41,6	10,3	35,2	5,2	611,67
GO	381.970	Anápolis	285.605,8	286.194,5	295.886,0	300.041,4	283.360,9	155.669,8	127.691,1	54,9	45,1	-5,6	26,9	17,6	741,84
MT	607.153	Cuiabá	598.516,2	642.439,1	687.277,6	794.460,1	776.842,1	483.258,7	290.583,4	62,6	37,4	-2,2	35,9	27,4	1.279,48
MT	282.009	Varzea Grande	128.554,6	120.924,4	136.165,0	141.334,5	151.270,8	72.759,0	78.511,8	48,1	51,9	7,0	26,6	25,4	536,40
MS	885.711	Campo Grande	1.153.860,7	1.254.814,8	1.126.286,4	1.315.234,5	1.261.020,8	568.726,7	692.294,1	45,1	54,9	-4,1	38,1	26,3	1.423,74
MS	220.965	Dourados	256.968,6	235.374,2	217.346,3	230.310,7	232.840,9	142.305,4	90.535,5	61,1	38,9	1,1	32,7	23,4	1.053,75
ES	87.711.946	Sudeste	72.597.562,3	71.555.977,5	69.883.099,0	70.259.768,9	72.040.798,9	24.068.179,2	47.972.619,7	33,4	66,6	2,5	25,0	24,2	821,33
ES	358.267	Vitória	324.922,4	305.155,5	260.044,3	257.008,8	265.275,8	61.885,7	203.390,0	27,3	76,7	3,2	16,8	18,5	740,44
ES	507.598	Serra	239.926,1	232.520,5	216.470,2	214.971,6	217.089,5	57.847,5	159.242,0	26,6	73,4	1,0	18,4	20,0	427,68
ES	486.208	Vila Velha	147.549,9	138.838,8	139.080,1	130.938,7	146.752,9	36.360,3	110.392,6	24,8	75,2	12,1	16,3	18,4	301,83
ES	378.603	Cariacica	120.217,8	116.175,3	91.406,8	82.241,0	87.001,8	27.361,6	59.640,3	31,4	68,6	5,8	14,9	17,0	229,80
MG	2.501.576	Belo Horizonte	3.621.105,8	3.330.711,9	3.086.111,9	3.386.716,3	3.333.707,9	2.089.167,1	1.244.540,9	62,7	37,3	-1,6	34,9	24,6	1.332,64

UF	População 2018	Região e município	2014	2015	2016	2017	2018 (A)	Receita SUS 2018 (B)	Gasto com saúde com rec. próprios 2018 (C=A-B)	B/A	C/A	Variação 2018/2017	Part. na despesa total 2018	Parc. de rec. de impostos aplic. em saúde² 2018	Despesa com saúde per capita 2018
			em R\$ mil - IPCA médio de 2018										em %		em R\$
MG	683.247	Uberlândia	627.298,8	612.250,3	520.268,2	575.603,2	566.505,8	199.782,7	366.723,0	35,3	64,7	-1,6	27,7	27,9	829,14
MG	659.070	Contagem	462.445,8	474.244,0	426.504,7	460.666,3	501.184,5	228.660,0	272.524,5	45,4	54,4	8,8	31,0	28,7	760,44
MG	564.310	Juiz de Fora	596.997,6	613.868,3	601.677,4	598.267,3	614.901,4	318.623,4	296.277,9	51,8	48,2	2,8	39,3	28,2	1.089,65
MG	432.575	Belém	557.753,6	510.818,5	455.101,4	472.595,4	501.685,1	144.409,2	357.275,9	68,8	71,2	6,2	33,7	39,3	1.159,76
MG	404.804	Montes Claros	373.737,4	389.917,0	160.025,1	140.451,8	288.803,0	176.765,3	112.037,7	61,2	38,8	105,6	37,7	22,5	713,44
MG	331.045	Ribeirão das Neves	165.546,1	167.668,0	150.676,0	147.522,1	153.183,4	74.451,8	78.731,7	48,6	51,4	3,8	34,9	30,3	462,73
MG	330.361	Uberaba	272.352,7	261.434,4	250.927,0	229.454,4	254.472,4	121.532,8	132.939,5	47,8	52,2	10,9	24,7	20,4	770,29
MG	278.659,3	Governador Valadares	247.665,7	235.526,6	255.453,0	252.740,7	255.453,0	163.412,2	92.040,8	64,0	36,0	1,1	31,5	22,8	916,64
RJ	6.688.927	Rio de Janeiro	4.988.360,6	4.758.931,5	5.093.476,8	4.800.542,8	4.621.470,6	1.540.376,2	3.081.094,4	33,3	66,7	-3,7	20,0	21,1	690,91
RJ	1.077.687	São Gonçalo	452.529,7	432.234,7	...	329.182,4	344.626,6	256.390,3	88.236,3	74,4	25,6	4,7	30,2	18,9	319,78
RJ	914.383	Duque de Caxias	692.460,4	680.165,0	645.136,2	557.041,5	617.041,5	...	...	...	...	10,7	26,0	18,0	674,82
RJ	818.875	Nova Iguaçu	464.152,4	474.271,9	465.571,3	410.351,2	370.976,8	337.220,0	33.756,7	90,9	9,1	-9,6	26,6	26,3	453,03
RJ	1.178.666	Niterói	496.084,4	245.191,8	454.999,7	462.800,3	512.902,3	...	...	...	...	10,8	19,2	18,6	1.002,18
RJ	508.614	Belford Roxo	277.296,9	168.728,0	145.080,6	145.080,6	167.649,3	121.122,3	46.527,0	72,2	27,8	15,6	24,1	15,8	329,62
RJ	503.424	Campos dos Goytacazes	908.957,0	771.990,3	804.839,3	732.109,5	773.455,5	172.840,9	600.614,6	22,3	77,7	5,6	40,8	52,7	1.536,39
RJ	471.888	São João de Meriti	172.510,6	162.922,4	139.127,8	161.867,0	...	...	...	...	...	...	...	22,0	...
RJ	305.687	Petropolis	364.714,2	338.324,5	329.659,7	337.985,2	352.684,2	154.411,6	198.272,6	43,8	56,2	4,3	34,1	34,9	1.153,74
RJ	271.998	Volta Redonda	302.453,1	309.476,1	239.283,1	269.322,7	255.744,5	...	...	...	...	-5,0	26,9	30,3	940,24
SP	12.176.866	São Paulo	8.095.503,8	10.031.533,5	10.324.329,0	10.611.447,2	10.139.743,3	2.177.703,4	7.962.040,0	21,5	78,5	-4,4	19,5	19,8	832,71
SP	1.365.899	Guarulhos	1.098.174,1	1.100.130,8	944.273,6	1.113.944,1	1.102.649,2	241.979,1	860.670,1	21,9	78,1	-1,0	26,7	28,2	807,27
SP	1.194.094	Campinas	1.267.997,2	1.290.912,9	1.306.062,7	1.283.267,2	1.233.437,9	378.496,7	854.941,1	30,7	69,3	-3,9	26,3	26,1	1.032,95
SP	833.240	São Bernardo do Campo	1.174.588,1	1.136.912,3	1.088.922,4	1.070.346,3	1.103.623,3	342.537,6	761.085,7	31,0	69,0	3,1	28,1	23,1	1.324,50
SP	716.109	Santo André	599.351,8	539.275,0	567.583,3	508.051,1	504.351,5	136.926,4	367.425,1	27,1	72,9	-0,7	21,0	25,1	704,29
SP	713.943	São José dos Campos	664.181,5	644.397,9	634.107,9	636.107,9	652.285,6	154.801,0	497.484,6	23,7	76,3	2,5	24,3	28,4	913,64
SP	696.850	Osasco	667.381,2	609.571,2	562.400,1	546.893,1	571.771,1	80.483,7	491.287,4	14,1	85,9	4,5	26,1	30,0	820,51
SP	694.534	Ribeirão Preto	615.952,8	589.347,5	607.610,6	601.407,2	646.067,7	175.648,1	470.419,6	27,2	72,8	7,4	25,3	26,6	930,22
SP	671.186	Sorocaba	333.787,2	318.182,4	534.902,7	569.010,0	563.252,8	152.232,4	411.020,4	27,0	73,0	-1,0	22,8	28,4	839,19
SP	468.148	Mauá	330.595,7	308.258,0	312.220,0	297.378,4	289.077,8	131.729,6	157.348,2	45,6	54,4	-2,8	29,3	22,5	617,49
SP	456.245	São José do Rio Preto	335.953,7	330.103,3	325.957,5	334.876,6	362.823,6	140.539,3	222.284,3	38,7	61,3	8,3	22,7	25,1	795,24
SP	442.769	Mogi das Cruzes	257.346,5	274.432,1	285.060,3	300.635,0	300.475,6	109.594,3	190.881,3	36,5	63,5	-0,1	21,8	20,8	681,71
SP	430.957	Santos	505.665,0	588.741,0	574.531,7	555.103,2	520.272,1	328.724,3	311.547,9	24,1	75,9	-6,1	30,8	19,9	1.201,67
SP	420.934	Diadema	395.378,7	398.440,7	398.440,7	392.206,3	368.247,7	88.628,5	279.619,2	24,1	75,9	-6,1	30,8	37,8	874,83
SP	414.810	Jundiaí	519.261,8	492.677,2	498.851,6	482.759,4	483.710,8	119.027,3	364.683,5	24,6	75,4	0,2	25,3	25,7	1.166,10
SP	400.949	Piracicaba	405.890,3	405.890,3	390.388,8	399.845,1	395.631,8	133.745,7	261.886,0	33,8	66,2	-1,1	25,6	27,3	986,74
SP	398.611	Carapicuíba	138.710,5	147.193,5	122.158,6	114.564,5	136.677,4	43.213,5	93.463,9	31,7	68,4	19,3	27,8	26,8	342,88
SP	219.298,0	Bauru	212.374,7	202.620,6	202.620,6	214.350,7	206.362,6	60.080,2	146.282,4	29,1	70,9	-3,7	18,7	24,9	551,37
SP	29.754.036	Sul	23.546.974,3	22.700.654,7	22.877.341,3	23.264.566,5	24.369.253,2	9.829.347,4	14.539.905,7	40,3	59,7	4,7	25,1	22,3	819,02
PR	1.917.185	Curitiba	1.850.015,3	1.718.463,1	1.638.041,6	1.714.400,5	1.667.831,3	838.000,7	829.830,6	50,2	49,8	-2,7	22,5	21,5	869,94
PR	563.943	Londrina	588.684,8	604.969,9	606.962,4	621.488,5	651.467,9	337.443,1	314.024,9	51,8	48,2	4,8	34,9	26,9	1.155,20
PR	417.010	Maringá	385.002,9	398.702,8	398.047,1	436.169,3	509.382,7	323.417,8	185.964,9	63,5	36,5	16,8	33,8	23,3	1.221,51
PR	348.043	Ponta Grossa	177.367,1	195.543,2	181.112,5	193.589,1	203.679,1	39.946,4	163.732,6	19,6	80,4	5,2	24,8	26,0	585,21
PR	324.476	Cascavel	175.854,3	179.463,3	190.959,4	204.236,6	247.832,6	66.408,3	181.424,3	26,8	73,2	21,3	28,8	30,4	763,79
PR	218.732,0	São José dos Pinhais	230.959,7	288.749,0	183.732,8	214.879,4	214.879,4	75.077,1	139.802,3	34,9	65,1	17,0	25,1	20,9	676,84
PR	258.823	Foz do Iguaçu	270.448,2	259.196,0	246.434,6	258.432,7	272.383,6	123.143,0	149.240,7	52,5	47,5	5,4	27,8	26,8	1.052,39
RS	1.479.101	Porto Alegre	1.827.464,6	1.691.997,5	1.623.131,6	1.655.112,7	1.378.061,0	825.202,5	552.858,5	59,9	40,1	-16,7	24,3	17,1	931,69
RS	504.069	Caxias do Sul	483.606,2	471.598,9	471.598,9	468.036,0	481.119,5	273.565,6	322.554,0	65,0	35,0	6,0	28,8	27,3	984,23
RS	344.957	Canoas	456.822,4	463.512,2	463.512,2	452.354,1	481.812,1	289.115,1	192.697,0	60,0	40,0	6,5	34,3	19,4	1.396,73
RS	341.943	Pelotas	268.311,1	250.211,3	247.103,0	261.605,0	253.996,3	163.083,1	90.913,1	64,2	35,8	-2,9	28,4	17,8	743,44
RS	280.505	Santa Maria	122.120,1	112.942,1	113.981,9	112.731,1	119.758,2	33.802,6	85.955,6	28,2	71,8	6,2	20,6	19,2	426,94
RS	202.017,2	Gravataí	183.261,7	182.156,6	182.156,6	188.654,4	192.414,3	79.543,9	112.870,4	41,3	58,7	2,0	26,1	21,9	688,67
RS	254.101	Viamão	69.424,2	78.740,7	60.395,8	66.814,9	75.241,1	22.524,4	52.716,6	29,9	70,1	12,6	17,6	16,0	296,11
SC	492.977	Florianópolis	317.887,8	317.495,1	315.767,1	308.146,8	592.625,7	102.962,7	211.714,6	32,0	68,0	-1,4	32,9	39,0	638,32
SC	583.144	Joinville	673.754,0	680.834,9	668.716,1	601.092,1	592.625,7	189.672,1	402.953,5	32,0	68,0	-1,4	32,9	39,0	1.016,26
SC	352.460	Blumenau	408.113,3	376.180,9	364.596,2	352.998,3	441.341,1	213.851,0	227.490,1	48,5	51,5	25,0	29,4	31,7	1.252,17
	81.785.966	Cidades selecionadas	62.885.270,2	63.492.330,4	62.393.639,4	62.781.835,5	62.999.494,5	25.239.376,2	37.760.118,2	40,1	59,9	0,3	25,2	22,5	770,30
	32.107.017	Até 20 mil habitantes	24.168.404,7	22.321.932,8	22.571.319,8	22.742.636,1	25.093.384,4	10.292.895,2	14.800.489,2	41,0	59,0	10,3	24,7	21,7	781,55
	46.749.996	Capitais	35.807.936,4	37.151.420,5	36.943.170,1	37.546.404,6	36.607.519,4	14.344.723,5	22.262.795,9	39,2	60,8	-2,5	23,8	21,0	783,05
	205.517.176	Brasil¹	149.704.820,2	146.015.792,8	143.877.714,5	144.825.024,6	151.626.712,3	62.264.829,2	89.361.883,2	41,1	58,9	4,7	25,2	22,9	737,78

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos da Saúde (Sioaps); do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília. ² de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000 e a Lei Complementar nº 141/2012, a parcela obrigatória mínima da receita de impostos dos municípios a ser aplicada em despesas com saúde é de 15%. Dados do Sioaps.

Despesa com saúde | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Despesa com saúde	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
1°	SP	São Paulo	10.139.743.346,28	12.176.866	1°
2°	RJ	Rio de Janeiro	4.621.470.588,29	6.688.927	2°
3°	MG	Belo Horizonte	3.333.707.942,41	2.501.576	5°
4°	CE	Fortaleza	1.960.851.559,23	2.643.247	4°
5°	PR	Curitiba	1.667.831.257,73	1.917.185	7°
6°	BA	Salvador	1.470.362.399,94	2.857.329	3°
7°	RS	Porto Alegre	1.378.060.992,99	1.479.101	11°
8°	MS	Campo Grande	1.261.020.795,64	885.711	18°
9°	SP	Campinas	1.233.437.850,27	1.194.094	13°
10°	GO	Goiânia	1.156.832.191,72	1.495.705	9°
11°	SP	São Bernardo do Campo	1.103.623.319,28	833.240	21°
12°	SP	Guarulhos	1.102.649.156,50	1.365.899	12°
13°	PE	Recife	1.084.690.088,88	1.637.834	8°
14°	PI	Teresina	1.063.593.122,71	861.442	20°
15°	MA	São Luís	867.512.752,35	1.094.667	14°
16°	PA	Belém	832.436.652,82	1.485.732	10°
17°	AM	Manaus	810.849.575,86	2.145.444	6°
18°	AL	Maceió	802.431.083,59	1.012.382	16°
19°	MT	Cuiabá	776.842.130,99	607.153	34°
20°	RJ	Campos dos Goytacazes	773.455.476,22	503.424	45°
21°	SP	Barueri	694.551.066,96	271.306	104°
22°	PB	João Pessoa	691.009.479,03	800.323	23°
23°	RN	Natal	686.379.475,51	877.640	19°
24°	SP	São José dos Campos	652.285.597,92	713.943	25°
25°	PR	Londrina	651.467.911,42	563.943	38°
26°	SP	Ribeirão Preto	646.067.703,92	694.534	28°
27°	RJ	Duque de Caxias	617.041.534,97	914.383	17°
28°	MG	Juiz de Fora	614.901.353,86	564.310	37°
29°	SC	Joinville	592.625.689,70	583.144	35°
30°	SP	Osasco	571.771.067,57	696.850	27°
31°	MG	Uberlândia	566.505.761,44	683.247	29°
32°	SP	Sorocaba	563.252.799,49	671.186	30°
33°	SP	Santos	520.272.126,89	432.957	53°
34°	RJ	Niterói	512.902.292,71	511.786	41°
35°	PR	Maringá	509.382.726,38	417.010	56°
36°	RJ	Macaé	505.712.446,09	251.631	111°
37°	SP	Santo André	504.351.486,68	716.109	24°
38°	MG	Betim	501.685.050,35	432.575	54°
39°	MG	Contagem	501.184.511,52	659.070	31°
40°	RS	Caxias do Sul	496.119.523,50	504.069	44°
41°	SP	Jundiaí	483.710.791,80	414.810	57°
42°	RS	Canoas	481.812.097,70	344.957	76°
43°	SC	Blumenau	441.341.074,50	352.460	73°
44°	SE	Aracaju	437.166.438,95	648.939	32°
45°	SP	Piracicaba	395.631.759,79	400.949	61°
46°	BA	Feira de Santana	387.165.256,94	609.913	33°
47°	RJ	Nova Iguaçu	370.976.754,68	818.875	22°
48°	SP	Diadema	368.247.707,76	420.934	55°
49°	SP	São José do Rio Preto	362.823.571,89	456.245	51°
50°	RJ	Petrópolis	352.684.246,75	305.687	88°
51°	GO	Aparecida de Goiânia	346.179.423,64	565.957	36°
52°	RJ	São Gonçalo	344.626.605,35	1.077.687	15°

Posição	UF	Município	Despesa com saúde	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$		
53°	SP	São Caetano do Sul	325.021.494,45	160.275	182°
54°	RJ	Angra dos Reis	317.085.258,73	200.407	152°
55°	SC	Florianópolis	314.677.299,72	492.977	47°
56°	PB	Campina Grande	301.791.933,83	407.472	58°
57°	SP	Mogi das Cruzes	300.475.642,04	440.769	52°
58°	SP	Praia Grande	299.275.790,87	319.146	84°
59°	SP	Paulínia	297.995.678,78	106.776	290°
60°	RO	Porto Velho	290.984.726,59	519.531	40°
61°	SP	Mauá	289.077.774,24	468.148	50°
62°	SC	Itajaí	288.850.748,99	215.895	138°
63°	MG	Montes Claros	288.803.044,20	404.804	59°
64°	GO	Anápolis	283.360.946,94	381.970	64°
65°	MG	Ipatinga	281.921.839,54	261.344	106°
66°	MT	Rondonópolis	281.128.546,87	228.857	130°
67°	PE	Jaboatão dos Guararapes	280.270.828,17	697.636	26°
68°	SP	Guarujá	278.392.160,91	318.107	85°
69°	MA	Imperatriz	274.410.529,26	258.016	108°
70°	PR	Foz do Iguaçu	272.383.642,75	258.823	107°
71°	SP	Araraquara	268.869.241,02	233.744	126°
72°	ES	Vitória	265.275.762,19	358.267	71°
73°	RS	Novo Hamburgo	256.865.984,34	246.452	114°
74°	RJ	Volta Redonda	255.744.476,47	271.998	102°
75°	MG	Governador Valadares	255.452.965,45	278.685	99°
76°	MG	Uberaba	254.472.368,59	330.361	81°
77°	RS	Pelotas	253.996.253,60	341.648	78°
78°	PA	Parauapebas	251.305.439,09	202.882	150°
79°	PR	Cascavel	247.832.591,74	324.476	83°
80°	SP	Indaiatuba	242.909.710,36	246.908	113°
81°	SP	Taubaté	240.090.526,63	311.854	87°
82°	BA	Camaçari	238.150.009,01	293.723	93°
83°	AL	Arapiraca	236.489.216,06	230.417	128°
84°	BA	Vitória da Conquista	232.900.973,68	338.885	79°
85°	MS	Dourados	232.840.924,74	220.965	135°
86°	CE	Sobral	232.738.349,78	206.644	146°
87°	SP	São Vicente	225.608.410,74	363.173	70°
88°	SC	Criciúma	222.356.803,88	213.023	140°
89°	SP	Marília	221.600.509,11	237.130	121°
90°	PA	Ananindeua	220.629.186,74	525.566	39°
91°	SC	Chapécó	217.155.798,04	216.654	137°
92°	ES	Serra	217.089.459,67	507.598	43°
93°	MG	Sete Lagoas	216.462.509,82	237.286	120°
94°	PA	Marabá	216.320.281,38	275.086	101°
95°	RJ	Maricá	215.860.149,88	157.789	184°
96°	PR	São José dos Pinhais	214.879.425,32	317.476	86°
97°	SP	Rio Claro	214.777.478,11	204.797	149°
98°	RN	Mossoró	214.481.166,98	294.076	92°
99°	CE	Maracanaú	213.407.466,14	226.128	133°
100°	SP	Limeira	211.349.221,47	303.682	89°

		Total dos 100 maiores	66.087.058.166,27	78.422.713	..
		Total dos demais	85.539.654.159,76	127.094.463	..
		Total Brasil¹	151.626.712.326,03	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Despesa com saúde per capita | RANKING 2018

Posição	UF	Município	Desp. com saúde per capita	Despesa com saúde	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
1°	ES	Presidente Kennedy	4.782,77	54.944.465,80	11.488	2804°
2°	RN	Guamaré	3.938,15	60.446.673,96	15.349	2247°
3°	SP	Borá	3.747,92	3.133.259,02	836	5567°
4°	MG	Serra da Saudade	3.602,89	2.831.869,19	786	5568°
5°	SP	Uru	3.227,56	3.798.842,46	1.177	5561°
6°	SP	Ilhabela	3.167,54	108.751.115,83	34.333	987°
7°	RJ	Quissamã	3.017,91	73.172.161,65	24.246	1457°
8°	PR	Nova Aliança do Ivaí	2.909,23	4.462.761,04	1.534	5539°
9°	RJ	São João da Barra	2.900,30	104.811.124,32	36.138	933°
10°	PR	Jardim Olinda	2.850,54	3.828.272,39	1.343	5555°
11°	SP	Paulínia	2.790,85	297.995.678,78	106.776	290°
12°	RS	Pinhal da Serra	2.777,64	5.458.063,18	1.965	5455°
13°	RO	Pimenteiras do Oeste	2.691,01	5.896.011,74	2.191	5394°
14°	MT	Araguainha	2.604,28	2.489.691,89	956	5566°
15°	PR	Altamira do Paraná	2.578,57	5.696.064,63	2.209	5391°
16°	SP	Barueri	2.560,03	694.551.066,96	271.306	104°
17°	MG	Água Comprida	2.547,22	5.107.170,44	2.005	5443°
18°	MG	Cedro do Abaeté	2.540,85	2.975.339,19	1.171	5562°
19°	RJ	Porto Real	2.526,54	48.966.839,28	19.381	1815°
20°	AM	Japurá	2.478,99	8.093.897,23	3.265	4988°
21°	SC	Santiago do Sul	2.469,12	3.175.283,36	1.286	5557°
22°	RS	Lagoa dos Três Cantos	2.423,58	3.904.383,57	1.611	5524°
23°	MG	Cachoeira Dourada	2.417,49	6.471.611,72	2.677	5226°
24°	GO	Alto Horizonte	2.398,99	14.916.918,32	6.218	3929°
25°	RS	Guabiju	2.388,86	3.621.515,80	1.516	5542°
26°	MG	Jeceaba	2.373,52	11.803.512,17	4.973	4323°
27°	SP	Paulistânia	2.351,51	4.307.960,16	1.832	5485°
28°	RS	Engenho Velho	2.332,35	2.537.600,12	1.088	5565°
29°	RS	União da Serra	2.329,28	2.776.503,73	1.192	5560°
30°	GO	Cachoeira de Goiás	2.326,98	3.167.021,89	1.361	5554°
31°	MG	Grupiara	2.288,95	3.179.358,45	1.389	5553°
32°	MG	Antônio Prado de Minas	2.283,43	3.674.034,14	1.609	5525°
33°	RS	Muliterno	2.269,99	4.285.746,78	1.888	5473°
34°	PR	Esperança Nova	2.254,18	3.904.247,30	1.732	5502°
35°	SP	Nova Canaã Paulista	2.249,75	4.299.269,38	1.911	5467°
36°	SC	Lajeado Grande	2.249,55	3.232.608,74	1.437	5548°
37°	SP	Fernão	2.242,13	3.820.585,56	1.704	5510°
38°	SP	Ilha Comprida	2.231,10	24.463.959,15	10.965	2922°
39°	SP	Rifaina	2.222,04	8.039.358,14	3.618	4851°
40°	PR	Porto Rico	2.219,85	5.685.033,96	2.561	5263°
41°	SP	Santana da Ponte Pensa	2.217,50	3.341.778,15	1.507	5543°
42°	RS	Capão Bonito do Sul	2.215,09	3.694.767,67	1.668	5513°
43°	PR	Ariranha do Ivaí	2.205,96	4.745.024,68	2.151	5400°
44°	SP	Cruzália	2.185,45	4.589.443,61	2.100	5423°
45°	RJ	Rio das Flores	2.178,69	20.091.855,09	9.222	3219°
46°	SP	Nova Castilho	2.168,82	2.721.875,01	1.255	5558°
47°	MS	Taquarussu	2.154,44	7.719.348,65	3.583	4865°
48°	SP	Flora Rica	2.153,00	3.227.346,23	1.499	5545°
49°	RJ	Macuco	2.138,99	11.922.728,07	5.574	4128°
50°	BA	São Francisco do Conde	2.124,51	83.574.141,39	39.338	861°
51°	RS	Coqueiro Baixo	2.124,16	3.201.102,50	1.507	5543°
52°	PR	São Pedro do Paraná	2.123,00	4.963.572,12	2.338	5353°

Posição	UF	Município	Desp. com saúde per capita	Despesa com saúde	População 2018	Ranking pop. 2018
			em R\$			
53°	RS	Boa Vista do Cadeado	2.109,77	5.217.464,40	2.473	5310°
54°	RS	Montauri	2.106,86	3.088.650,71	1.466	5547°
55°	SC	Flor do Sertão	2.106,35	3.340.663,51	1.586	5529°
56°	PR	Alto Paraíso	2.097,97	5.872.218,22	2.799	5172°
57°	ES	Itapemirim	2.093,02	71.229.663,32	34.032	993°
58°	MS	Jateí	2.092,47	8.441.027,53	4.034	4680°
59°	RS	Mariano Moro	2.084,35	4.281.261,58	2.054	5432°
60°	SC	Jardinópolis	2.081,40	3.319.829,83	1.595	5527°
61°	SC	Paial	2.081,35	3.199.033,74	1.537	5537°
62°	GO	Aparecida do Rio Doce	2.078,71	5.142.717,78	2.474	5308°
63°	SP	Santa Cruz da Esperança	2.066,54	4.389.330,92	2.124	5411°
64°	PA	Canaã dos Carajás	2.065,72	74.469.113,22	36.050	937°
65°	RS	Tupanci do Sul	2.057,47	3.057.404,19	1.486	5546°
66°	SP	Trabiju	2.054,99	3.511.983,34	1.709	5507°
67°	PR	Santo Antônio do Paraíso	2.047,87	4.390.643,91	2.144	5402°
68°	SC	Presidente Castello Branco	2.044,92	3.251.427,21	1.590	5528°
69°	SC	Marema	2.043,06	3.771.480,23	1.846	5480°
70°	MG	Seritinga	2.030,27	3.751.940,16	1.848	5479°
71°	SP	São Caetano do Sul	2.027,90	325.021.494,45	160.275	182°
72°	SP	Monções	2.023,77	4.557.535,40	2.252	5372°
73°	SC	Tigrinhos	2.020,10	3.325.081,30	1.646	5518°
74°	RS	Vista Alegre do Prata	2.018,89	3.159.560,68	1.565	5532°
75°	RJ	Macaé	2.009,74	505.712.446,09	251.631	111°
76°	PR	Brasilândia do Sul	2.007,77	5.459.114,47	2.719	5208°
77°	SP	Turmalina	2.006,13	3.528.788,42	1.759	5500°
78°	CE	Barbalha	2.005,52	120.641.997,70	60.155	542°
79°	PR	São Manoel do Paraná	1.995,47	4.306.215,69	2.158	5396°
80°	MS	Figueirão	1.988,20	6.052.072,57	3.044	5077°
81°	RS	Vila Lângaro	1.986,90	4.176.465,28	2.102	5421°
82°	PR	Saudade do Iguaçu	1.986,19	10.842.610,28	5.459	4171°
83°	SP	Santa Salete	1.976,97	3.042.558,17	1.539	5536°
84°	GO	Palmelo	1.971,49	4.692.143,40	2.380	5335°
85°	RS	André da Rocha	1.970,66	2.609.155,12	1.324	5556°
86°	MG	Passabém	1.970,44	3.278.817,82	1.664	5516°
87°	MG	São Sebastião do Rio Preto	1.969,23	2.993.230,92	1.520	5541°
88°	SP	Mesópolis	1.951,63	3.727.615,51	1.910	5468°
89°	PR	Arapuá	1.948,99	6.096.426,30	3.128	5039°
90°	BA	Maetinga	1.943,25	6.951.020,05	3.577	4866°
91°	GO	Aloândia	1.942,09	3.893.889,74	2.005	5443°
92°	RS	Gentil	1.940,99	3.187.103,09	1.642	5520°
93°	GO	Diorama	1.930,83	4.803.913,25	2.488	5298°
94°	SP	Aspásia	1.927,13	3.517.006,64	1.825	5486°
95°	SP	Estrela d'Oeste	1.925,10	16.205.479,97	8.418	3380°
96°	RS	Vespasiano Correa	1.903,37	3.492.688,50	1.835	5482°
97°	RS	Carlos Gomes	1.903,19	2.672.076,75	1.404	5551°
98°	RS	Muitos Capões	1.898,89	5.983.389,67	3.151	5031°
99°	GO	Pilar de Goiás	1.898,60	4.393.366,20	2.314	5359°
100°	SP	Dirce Reis	1.898,55	3.390.809,66	1.786	5494°

	Total dos 100 maiores	2.352,17	3.067.909.791,48	1.304.287	..
	Total dos demais	727,47	148.558.802.534,55	204.212.889	..
	Total Brasil ¹	737,78	151.626.712.326,03	205.517.176	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

O financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas cidades

Com 17 ODS e 169 metas, a Agenda 2030 representa desafios e oportunidades para os países trabalharem pelo desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: social, econômica e ambiental. Os ODS visam dar continuidade, aprimorar e integrar políticas e ações globais e nacionais de promoção de direitos, o que inclui erradicação da pobreza e da fome, promoção de saúde e bem-estar, educação ampla e de qualidade, acesso à moradia adequada, a água potável e energia elétrica, promoção de trabalho decente, enfrentamento às desigualdades sociais e, concomitantemente, preservação ambiental e crescimento econômico. As cidades conquistaram reconhecimento nessa Agenda, contando com um objetivo específico para as questões urbanas (ODS 11).

Um dos grandes principais desafios para a implementação dos ODS é o financiamento da Agenda 2030. O Fundo Monetário Internacional (FMI), em estudo realizado no início deste ano, estima que será necessário mobilizar recursos da ordem de US\$ 2,6 trilhões ao ano até 2030, nos países emergentes e de baixa renda para que essas nações possam alcançar os ODS¹.

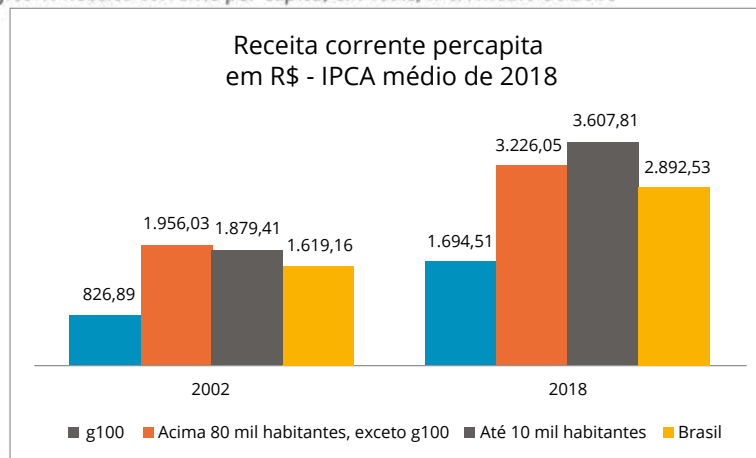
Financiamento de políticas públicas municipais: federalismo fiscal e pacto federativo

No contexto brasileiro, os municípios conquistaram em 1.988 o estatuto de ente federa-

tivo, imbuído de autonomia política e administrativa. Dessa forma, adquirem um papel ainda mais relevante na implementação dos ODS, visto que são corresponsáveis, juntamente a estados e União, por políticas públicas de escala como as de Assistência Social e Combate à Pobreza (ODS 1, 2 e 10,), Saúde (ODS 3), Educação (ODS 4), Saneamento Básico (ODS 6), Desenvolvimento Econômico Local (ODS 8) e Direitos Humanos, Controle Social, Transparência e Combate à Corrupção (ODS 16).

É importante observar que, apesar da importância fundamental dos municípios brasileiros na implementação dos ODS, prefeitos e prefeitas do país têm diante de si um obstáculo ao financiamento das políticas públicas de ordem conjuntural que diz respeito à situação econômica e fiscal do país, que tem pressionado as finanças públicas de forma geral e em especial as dos municípios que passaram por três anos consecutivos, de 2015 a 2017,

Gráfico 1: Receita corrente per capita, em reais, IPCA médio de 2018



Receita corrente deduzida do Fundeb, incluídas estimativas para os municípios sem dados, conforme metodologia adotada no anuário Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil.

¹<https://www.valor.com.br/blogfmi/6224623/grandes-desafios-do-financiamento-para-o-desenvolvimento-sustentavel>

marcados por retrações em suas receitas totais, conforme dados publicados neste anuário. Outro obstáculo é de ordem estrutural e se refere ao modelo de federalismo fiscal do país, que concentra o bolo tributário na União e nos estados, destinando aos municípios apenas 20% do total das receitas e distribui muitas vezes injustamente os recursos entre os municípios, como no caso do grupo de cidades populosas, com baixa receita pública por habitante e alta vulnerabilidade social (g100).

Apesar de estar ancorado numa forte municipalização das políticas públicas, o federalismo fiscal brasileiro precisa de aprimoramentos, principalmente em momentos de prolongada e grave recessão econômica como a que passa o país, quando observamos o aumento da demanda da população por ser-

**“...prefeitos e
prefeitas do país
têm diante de si
um obstáculo ao
financiamento
das políticas
públicas...”**

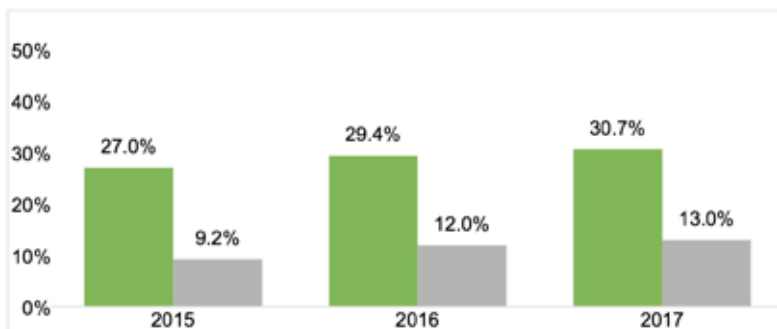
exemplo, de iniciativas como o IPTU Verde, que trata de arrecadação associada a iniciativas que reduzem o impacto ambiental nas cidades. Oferecer bonificações e vantagens para cidadãos e empresas que implementem ações verdes, que se responsabilizem, por exemplo, com a questão das emissões de gases do efeito estufa e da produção de energia renovável trazem benefícios para o município e para sua população. Melhorias na saúde pública e a redução de desastres ambientais e, consequentemente, de suas repercussões sociais são apenas alguns dos exemplos de impacto positivo da ampliação de ações verdes. Aliadas à atualização da base de cálculo do imposto, essas iniciativas podem também contribuir para ampliar a arrecadação municipal e melhorar a distribuição da carga tributária entre contribuintes, reduzindo desigualdades.

Neste ano, completam-se quatro anos de implementação da Agenda 2030 e os desafios para o alcance dos objetivos com os quais o Brasil se comprometeu ainda são grandes. O envolvimento dos governos municipais e a garantia de condições financeiras para sua atuação são cruciais para o trabalho que será desenvolvido.

De esforços coletivos e recursos

específicos dependem os resultados do compromisso assumido com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Gráfico 2: Proporção da população em situação de pobreza e em situação de extrema pobreza, em relação à população total



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

viços públicos básicos de assistência social, saúde e educação.

Nesse sentido, é preciso repactuar a partilha de tributos entre União, estados e municípios. Por outro lado, os governos locais também precisam aprimorar a arrecadação própria. A Agenda 2030 pode impulsionar iniciativas que busquem o aprimoramento da receita própria. É o caso, por



Realização:



Elaboração:



Apoio especial:



Apoio:



PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO CAETANO DO SUL